

A CONSTITUIÇÃO
DA SOCIEDADE

Anthony Giddens

Tradução
ÁLVARO CABRAL

Martins Fontes
São Paulo 2003



Índice

Título original: THE CONSTITUTION OF SOCIETY.
 Copyright © Anthony Giddens, 1984.
 Copyright © 1989, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
 São Paulo, para a presente edição.

1ª edição
 outubro de 1989
2ª edição
 junho de 2003

Tradução
 ÁLVARO CABRAL

Revisão da tradução
 Mitsue Morissawa
Revisão gráfica
 Coordenação de Maurício Balthazar Leal
Produção gráfica
 Geraldo Alves
Paginação/Fotolitos
 Studio 3 Desenvolvimento Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Giddens, Anthony
 A constituição da sociedade / Anthony Giddens ; tradução Álvaro Cabral. – 2ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2003. – (Biblioteca universal)

Título original: The constitution of society.
 Bibliografia.
 ISBN 85-336-1781-X

1. Estrutura social 2. Instituições sociais 3. Sociologia 4. Sociologia política I. Título. II. Série.

03-2751 CDD-301

Índices para catálogo sistemático:
 1. Sociedade : Sociologia 301

Todos os direitos desta edição para o Brasil reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
 Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 01325-000 São Paulo SP Brasil
 Tel. (11) 3241.3677 Fax (11) 3105.6867
 e-mail: info@martinsfontes.com.br http://www.martinsfontes.com.br

<i>Prefácio</i>	IX
<i>Abreviaturas</i>	XI
<i>Introdução</i>	XIII
I. Elementos da teoria da estruturação	1
O agente, a agência.....	6
Agência e poder.....	17
Estrutura, estruturação.....	19
A dualidade da estrutura.....	29
Formas de instituição.....	33
Tempo, o corpo, encontros	40
II. Consciência, <i>self</i> e encontros sociais	47
Reflexividade, consciência discursiva e prática	47
O inconsciente, tempo, memória.....	51
Erikson, ansiedade e confiança	59
Rotinização e motivação.....	69
Presença, co-presença e integração social.....	75
Goffman: encontros e rotinas	79
Serialidade	85
Fala, reflexividade	91
Posicionamento.....	97
Notas críticas: Freud sobre lapsus linguae	109
III. Tempo, espaço e regionalização	129
Tempo-geografia	129
Comentários críticos.....	136

Modos de regionalização	140	Contradição e o estudo empírico do conflito.....	366
Regiões da frente, regiões de trás	144	Estabilidade e mudança institucional	377
Abertura e <i>self</i>	149	Juntando os fios da meada: teoria da estruturação e formas de pesquisa	385
Regionalização genérica	153	Conhecimento mútuo <i>versus</i> senso comum	394
Tempo, espaço, contexto	155	Generalizações em ciência social	404
Contra o "micro" e o "macro": integração social e de sistema	163	As conotações práticas da ciência social	409
<i>Notas críticas: Foucault sobre distribuição de tem- po e de espaço</i>	171	<i>Notas críticas: ciência social, história e geografia...</i>	418
IV. Estrutura, sistema, reprodução social	191	<i>Glossário de terminologia da teoria da estruturação</i>	439
Sociedades, sistemas sociais	192	<i>Bibliografia</i>	445
Estrutura e coerção: Durkheim e outros	199		
Três sentidos de "coerção"	205		
Coerção e reificação	211		
O conceito de princípios estruturais	213		
Estruturas, propriedades estruturais	218		
Contradição	227		
Fazendo a história	235		
<i>Notas críticas: "sociologia estrutural" e individua- lismo metodológico</i>	243		
Blau: uma versão da sociologia estrutural	243		
Uma alternativa? Individualismo metodológico...	251		
V. Mudança, evolução e poder	267		
Evolucionismo e teoria social	269		
Adaptação	274		
Evolução e História	278		
Análise da mudança social	287		
Mudança e poder	301		
<i>Notas críticas: Parsons sobre evolução</i>	310		
VI. A teoria da estruturação, pesquisa empírica e crí- tica social	331		
Uma reiteração de conceitos básicos	331		
A análise da conduta estratégica	339		
Conseqüências impremeditadas: contra o funciona- lismo	345		
A dualidade da estrutura	351		
O problema da coerção estrutural	358		

Prefácio

Venho procurando há algum tempo, e através de numerosas publicações, estabelecer uma abordagem da ciência social que se afaste de maneira substancial das tradições existentes do pensamento social. Este volume fornece um agregado desses escritos anteriores, apresentando-os no que espero seja uma forma desenvolvida e coerente. O termo vago “abordagem” da ciência social realmente transmite muito bem o que entendo como sendo as implicações metodológicas da teoria da estruturação. Na ciência social, pelas razões consideravelmente detalhadas nas páginas que se seguem, os esquemas conceptuais que ordenam e informam processos de investigação da vida social são, em grande parte, o que é e para que serve a “teoria”. Não quero dizer com isso, obviamente, que a finalidade da teoria social não seja elucidar, interpretar e explicar características substantivas da conduta humana. Entendo que a tarefa de estabelecer e validar generalizações – não diria “leis” – é apenas uma entre várias outras prioridades ou metas da teoria social. A tarefa de construir conjuntos de generalizações estavelmente firmadas, que é (talvez) a ligação entre os esforços das ciências naturais, não é uma ambição de grande importância para esta. Ou, pelo menos, é o que proponho.

Muitas pessoas foram bastante generosas para examinar e comentar os primeiros rascunhos do livro ou contribuíram, de outro modo, muito diretamente para dar-lhe a forma final. Gostaria de manifestar minha gratidão em particular às seguintes: Sra. D. M. Barry, John Forrester, Diego Gambetta, Helen Gib-

son, Derek Gregory, David Held, Sam Hollick, Geoffrey Ingham, Robert K. Merton, Mark Poster, W. G. Runciman, Quentin Skinner, John B. Thompson e Jonathan Zeitlin.

A. G.
janeiro de 1984

Abreviaturas

- CCHM *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, vol. 1 (Londres, Macmillan/Berkeley, University of California Press, 1981)
- CPST *Central Problems in Social Theory* (Londres, Macmillan/Berkeley, University of California Press, 1979)
- CSAS *The Class Structure of the Advanced Societies*, edição revista (Londres, Hutchinson/Nova York, Harper & Row, 1981)
- NRSM *New Rules of Sociological Method* (Londres, Hutchinson/Nova York, Basic Books, 1976)
- PCST *Profiles and Critiques in Social Theory* (Londres, Macmillan/Berkeley, University of California Press, 1982)
- SSPT *Studies in Social and Political Theory* (Londres, Hutchinson/Nova York, Basic Books, 1977)

Todos de autoria de Anthony Giddens

Introdução

O pano de fundo deste livro deve ser encontrado numa série de significativos desenvolvimentos ocorridos nas ciências sociais ao longo dos últimos quinze anos. Eles concentraram-se, em parte substancial, na teoria social e relacionam-se especialmente com a mais denegrida e mais provocadora das ciências sociais: a sociologia. Por sua própria natureza, a sociologia é propensa à polêmica. Entretanto, durante um período considerável após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no mundo de língua inglesa, houve um amplo consenso a respeito de sua natureza e tarefas, bem como as das ciências sociais como um todo. É possível dizer que houve um terreno central compartilhado também por perspectivas rivais, um terreno no qual podiam ser travadas batalhas intelectuais. Nesse lapso de tempo, a sociologia foi uma área de crescimento acadêmico, um tópico com reputação crescente, apesar de se conservar notoriamente impopular em muitos círculos. No plano internacional, era dominada pela sociologia norte-americana, e na teoria social a influência de Talcott Parsons foi acentuada^{1*}. O prestígio desfrutado pelas idéias de Parsons pode ser retrospectivamente exagerado – muitos consideravam desinteressante seu gosto pela abstração e pela obscuridade, e ele teve contra si um razoável contingente de críticos e detratores. Entretanto, *The Structure of Social Action*, cuja primeira edição data do final da década de 1930, mas só se tornou amplamente conhecida no período do pós-guerra, foi em mais de um

* As referências podem ser encontradas a pp. XLI-XLII.

aspecto uma obra fundamental para a formação da sociologia moderna. Nela, Parsons estabeleceu uma linhagem sistemática para a teoria social, baseada numa interpretação do pensamento europeu do século XIX e começos do atual. As obras de Durkheim, Max Weber e Pareto preponderavam, mas Marx desempenhava um papel deveras secundário. Os escritos da geração de 1890-1920 tinham supostamente superado Marx em todos os aspectos importantes, filtrando o que era valioso e descartando o refugo.

O livro também estabeleceu um enfoque da teoria social de um tipo muito definido, combinando uma versão refinada de funcionalismo e uma concepção naturalista de sociologia. Os escritos subseqüentes de Parsons desenvolveram essas idéias com considerável minúcia, enfatizando que, embora a ação humana tenha atributos muito especiais e distintivos, a ciência social compartilha, de um modo geral, a mesma estrutura lógica da ciência natural. Escrevendo e trabalhando ele próprio num contexto americano, a tentativa de Parsons de localizar de forma precisa as origens de seu pensamento na teoria social européia serviu realmente para reforçar a posição dominante da sociologia norte-americana. Pois Durkheim, Weber e Pareto foram considerados precursores do desenvolvimento do “sistema de coordenadas da ação”, que ganharia sua plena expressão em Parsons e seus colegas. A sociologia pode ter suas principais origens teóricas na Europa, mas a elaboração ulterior da matéria foi uma tarefa amplamente transferida para o outro lado do Atlântico. Curiosamente, esse resultado foi obtido à custa do reconhecimento concomitante da importância das contribuições norte-americanas para a teoria social; G. H. Mead recebeu pouquíssima atenção em *The Structure of Social Action*, como Parsons viria mais tarde a admitir. Até hoje, porém, existem compêndios de teoria social ou “teoria sociológica” provenientes dos Estados Unidos, que começam com os pensadores europeus clássicos, mas depois dão a impressão de que a teoria social na Europa estancou subseqüentemente – qualquer novo progresso nessa área é visto como um assunto puramente norte-americano.

Entretanto, mesmo nos limites dos debates que derivam diretamente dos escritos de Parsons, algumas das mais destacadas contribuições foram européias. O marxismo tem sido há muito tempo uma influência bem mais importante na cultura intelectual européia do que na norte-americana, e alguns dos mais argutos críticos de Parsons inspiraram-se tanto em Marx quanto em leituras de Weber, bem diferentes daquelas que Parsons fizera. Dahrendorf, Lockwood, Rex e outros, de visões semelhantes, consideraram o conteúdo teórico da obra de Parsons muito mais seriamente do que seus críticos radicais norte-americanos (C. Wright Mills e, depois, Gouldner). O primeiro grupo considerou as contribuições de Parsons de grande importância, mas unilaterais, por desprezarem fenômenos que ele reputava primordiais em Marx: divisão, conflito e poder de classes. Seus membros não eram marxistas, mas admitiam a possibilidade de uma fusão de conceitos de Parsons com outros de Marx. Embora houvesse muitas inovações importantes dentro do marxismo durante esse período – como o ressurgimento do interesse no “jovem Marx”, as tentativas de fusão do marxismo com a fenomenologia e, subseqüentemente, do marxismo com o estruturalismo –, elas não eram muito conhecidas por aqueles que se intitulavam “sociólogos”, inclusive na Europa. Os que se consideravam sociólogos e marxistas eram propensos a partilhar os pressupostos básicos do funcionalismo e do naturalismo, o que constitui uma das razões de se ter encontrado um terreno comum tão amplo para debate.

As fissuras nesse terreno comum se abriram de modo notavelmente súbito, no final da década de 1960 e começo da de 1970, para logo se aprofundarem muito. Não há dúvida de que suas origens foram tanto políticas quanto intelectuais. Mas, quaisquer que tenham sido, tiveram o efeito de dissolver, em grande parte, todo consenso que tivesse existido antes acerca do modo como a teoria social devia ser abordada. Em seu lugar surgiu uma desconcertante variedade de perspectivas teóricas concorrentes, nenhuma delas capaz de reconquistar plenamente a preeminência desfrutada antes pelo “consenso ortodoxo”. Tornou-se evidente para os que trabalham em sociologia que,

durante todo esse tempo, tinha havido, de fato, menos consenso sobre a natureza da teoria social do que muitos imaginavam. Algumas tradições de pensamento, como o interacionismo simbólico, tinham gozado sempre de considerável apoio, sem necessidade de tomar de assalto a cidadela do consenso ortodoxo. Outras escolas de pensamento, que se desenvolveram em grande parte separadamente do corpo principal das ciências sociais, foram levadas a sério pela primeira vez, incluindo a fenomenologia e a teoria crítica dos filósofos de Frankfurt. Algumas tradições que pareciam agonizantes receberam um novo impulso. Embora Weber tivesse sido influenciado pela tradição hermenêutica e incorporasse à sua obra o principal conceito por ela postulado, o de *verstehen*, a maioria dos pensadores ligados à sociologia certamente não consideraria a “hermenêutica” como parte de seu léxico. Mas, parcialmente em conjunto com a fenomenologia, as tradições interpretativas no pensamento social voltaram de novo ao primeiro plano. Finalmente, outros estilos de pensamento, como a filosofia da linguagem, foram adotados e inseridos de várias maneiras na teoria social.

Com esses desenvolvimentos, o centro de gravidade no tocante às contribuições inovadoras para a teoria social voltou a deslocar-se para a Europa*. Tornou-se óbvio que uma importante parcela do trabalho teórico mais interessante estava sendo aí desenvolvida – e em sua maioria em outras línguas que não o inglês. A teoria social européia estava, e está, não só viva, mas pulsando com grande vigor. E qual é o resultado desses movimentos? Pois a perda do terreno central antes ocupado pelo consenso ortodoxo deixou aparentemente a teoria social numa irremediável desordem. Não obstante a balbúrdia criada por vozes teóricas rivais, é possível discernir em meio a ela certos temas comuns. Um deles liga-se ao fato de a maioria das escolas de pensamento em questão – com notáveis exceções, como o estruturalismo e o “pós-estruturalismo” – enfatizar o caráter ativo, reflexivo, da conduta humana. Quer dizer, elas estão uni-

* Ver nota a pp. XLI-XLII.

das em sua rejeição da tendência do consenso ortodoxo de ver o comportamento humano como o resultado de forças que os atores não controlam nem compreendem. Ademais (e isso inclui o estruturalismo e o “pós-estruturalismo”), elas atribuem um papel fundamental à linguagem e às faculdades cognitivas na explicação da vida social. O uso da linguagem está embutido nas atividades concretas da vida cotidiana e, num certo sentido, é parcialmente constitutivo dessas atividades. Finalmente, reconhece-se que o declínio da importância das filosofias empiristas da ciência natural tem implicações profundas também para as ciências sociais. Não se trata apenas do caso de as ciências social e natural estarem muito mais distantes uma da outra do que imaginavam os defensores do consenso ortodoxo. Vemos agora que uma filosofia da ciência natural deve levar em conta justamente aqueles fenômenos em que as novas escolas de teoria social estão interessadas – em especial, a linguagem e a interpretação de significado.

É com esses três conjuntos básicos de questões, e suas conexões mútuas, que se ocupa a teoria da estruturação, tal como a exponho no presente livro. “Estruturação” é, na melhor das hipóteses, um termo detestável, embora seja menos deselegante no contexto gálico donde provém. Não fui capaz de pensar numa palavra mais cativante para as idéias que desejo transmitir. Ao elaborar os conceitos da teoria da estruturação, não pretendo apresentar uma ortodoxia potencialmente nova para substituir a antiga. Mas a teoria da estruturação é sensível às deficiências do consenso ortodoxo e à significação dos desenvolvimentos convergentes acima citados.

No caso de haver qualquer dúvida acerca da terminologia aqui usada, permito-me sublinhar que emprego a expressão “teoria social” para abranger questões que sustentem serem do interesse de todas as ciências sociais. Essas questões relacionam-se com a natureza da ação humana e do *self* atuante; com o modo como a interação deve ser conceituada e sua relação com as instituições; e com a apreensão das conotações práticas da análise social. Em contrapartida, entendo que a “sociologia” não é uma disciplina genérica que se ocupa do estudo das so-

iedades humanas como um todo, mas aquele ramo da ciência social que concentra seu foco particularmente sobre as sociedades modernas ou “avançadas”. Tal caracterização disciplinar subentende uma divisão intelectual de trabalho, nada mais do que isso. Conquanto existam teoremas e conceitos que pertencem distintamente ao mundo industrializado, não há como algo chamado de “teoria sociológica” possa distinguir-se com clareza dos conceitos e preocupações mais gerais da teoria social. Em outras palavras, a “teoria sociológica” pode, se assim se quiser, ser considerada, mais genericamente, um ramo da teoria social, sem manter contudo uma identidade totalmente separada. Este livro está escrito com uma nítida inclinação sociológica, no sentido de que minha tendência é concentrar-me em material especialmente relevante para as sociedades modernas. Mas, como uma introdução à teoria da estruturação, ele também se propõe ser, em substancial grau, uma formulação das tarefas da teoria social em geral e, no mesmo sentido, é “teoria”. Quer dizer, o foco incide sobre a compreensão da “agência” humana e das instituições sociais.

“Teoria social” não é uma expressão que tenha alguma precisão, mas, apesar de tudo, é muito útil. Tal como a representação, a “teoria social” envolve a análise de questões que repercutem na filosofia, mas não é primordialmente um esforço filosófico. As ciências sociais estarão perdidas se não forem diretamente relacionadas com problemas filosóficos por aqueles que as praticam. Pedir aos cientistas sociais que estejam atentos para as questões filosóficas não é o mesmo que lançar a ciência social nos braços daqueles que poderiam pretender ser ela inerentemente mais especulativa do que empírica. A teoria social tem a tarefa de fornecer concepções da natureza da atividade social humana e do agente humano que possam ser colocadas a serviço do trabalho empírico. A principal preocupação da teoria social é idêntica às das ciências sociais em geral: a elucidação de processos concretos da vida social. Sustentar que os debates filosóficos podem contribuir para essa empresa não significa supor que tais debates necessitam ser resolvidos de modo concludente antes que se possa iniciar uma pesquisa

social digna de crédito. Pelo contrário, o prosseguimento da pesquisa social pode, em princípio, tanto projetar luz sobre controvérsias filosóficas quanto fazer justamente o inverso. Em particular, penso ser errado inclinar a teoria social de um modo excessivamente inequívoco para o lado das questões abstratas e altamente generalizadas de epistemologia, como se qualquer desenvolvimento significativo em ciência social tivesse que aguardar uma solução efetiva daquelas.

São necessárias algumas considerações sobre a “teoria” em teoria social. Existem certos sentidos freqüentemente atribuídos à “teoria” nas ciências sociais dos quais pretendo manter uma considerável distância. Há uma concepção que gozava de popularidade entre alguns dos partícipes do consenso ortodoxo, embora já não seja tão amplamente sustentada hoje em dia. Trata-se da idéia – influenciada por certas versões da filosofia lógico-empirista da ciência natural – de que a única forma de “teoria” digna desse nome é aquela exprimível como um conjunto de leis ou generalizações dedutivamente relacionadas. Esse tipo de noção acabou sendo de aplicação muito limitada, mesmo no âmbito das ciências naturais. Se é que pode ser realmente sustentada, será apenas no que diz respeito a certas áreas da ciência natural. Quem desejar aplicá-la à ciência social deve reconhecer que (por enquanto) não existe teoria nenhuma; sua construção é uma aspiração adiada para um futuro remoto, um objetivo a ser perseguido antes de constituir parte concreta das buscas atuais das ciências sociais.

Embora essa idéia tenha alguns adeptos mesmo hoje, está muitíssimo distante de qualquer coisa a que, em meu entender, a teoria social poderia ou deveria aspirar – por razões que se apresentarão com bastante clareza no corpo do presente livro. Mas existe uma versão mais fraca dessa idéia que ainda exerce inegável influência sobre um grande contingente de seguidores e que pede uma discussão um pouco mais extensa, mesmo neste contexto introdutório. Trata-se da idéia de que a “teoria” em teoria social deve consistir essencialmente em generalizações para possuir um conteúdo explanatório. De acordo com tal ponto de vista, muito do que passa por ser “teoria social” con-

siste mais em esquemas conceptuais do que (como deveria ser) em “proposições explanatórias” de um tipo generalizante.

Dois problemas têm de ser aqui separados. Um diz respeito à natureza da explicação nas ciências sociais. Considerarei ponto pacífico que a explicação é contextual, o esclarecimento de indagações. Ora, *poder-se-ia* sustentar que as únicas indagações competentes na ciência social são as de um tipo muito genérico, as quais, portanto, só podem ser respondidas por referência a generalizações abstratas. Mas tal idéia tem pouco que a recomende, uma vez que não ajuda a aclarar a importância explicativa de muito do que os cientistas sociais (ou, a respeito disso, os cientistas naturais também) fazem. A maioria das perguntas “por quê?” não necessitam de uma generalização para serem respondidas, nem as respostas implicam logicamente que deva existir alguma generalização ao alcance das vistas, que poderá ser invocada para servir de suporte a elas. Tais observações tornaram-se lugar-comum na literatura filosófica, e não tentarei alongar-me sobre elas. Muito mais controversa é uma segunda proposição que defendo e desenvolvo neste livro: a de que a descoberta de generalizações não é a totalidade nem a finalidade suprema da teoria social. Se os proponentes da “teoria como generalização explanatória” confinaram estreitamente demais a natureza da “explicação”, eles agravaram ainda mais o erro quando deixaram de efetuar uma investigação suficientemente acurada do que é, e deve ser, a generalização em ciência social.

As generalizações tendem para dois pólos, com uma escala e variedade de possíveis tonalidades entre eles. Algumas sustentam-se porque os próprios atores as conhecem – sob alguma forma – e as aplicam em seu desempenho. O observador cientista social não tem, de fato, de “descobrir” essas generalizações, embora possa dar-lhes uma nova forma discursiva. Outras generalizações referem-se a circunstâncias, ou aspectos de circunstâncias, as quais são ignoradas pelos agentes e que “atuam” efetivamente sobre estes, independentemente do que os agentes possam acreditar que têm pela frente. Aqueles a que chamarei de “sociólogos estruturais” tendem a interessar-se

apenas pela generalização nesse segundo sentido – na verdade, é isso o que se pretende dizer quando se afirma que a “teoria” em teoria social deve compreender generalizações explanatórias. Mas o primeiro sentido é tão fundamental para a ciência social quanto o segundo, e cada forma de generalização é variável com relação à outra. As circunstâncias em que as generalizações sobre o que “acontece” aos agentes prevalecem são mutáveis no tocante ao que eles podem aprender a “fazer acontecer” de modo inteligente. Disso deriva o (logicamente aberto) impacto transformativo que as ciências sociais podem ter sobre o seu “objeto de estudo”. Mas daí também decorre o fato de que a descoberta de “leis” – isto é, de generalizações do segundo tipo – é apenas uma preocupação entre outras que são igualmente importantes para o conteúdo teórico da ciência social. Entre essas outras preocupações destaca-se o fornecimento de meios conceptuais para analisar o que os atores sabem acerca das razões por que atuam como atuam, especialmente quando ou ignoram (discursivamente) que as conhecem ou, em outros contextos, carecem de tal conhecimento. Essas tarefas revestem-se de um caráter primordialmente hermenêutico, mas constituem parte inerente e necessária da teoria social. A “teoria” envolvida na “teoria social” não consiste apenas, nem mesmo primordialmente, na formulação de generalizações (do segundo tipo). Tampouco os conceitos desenvolvidos sob a rubrica “teoria social” são constituídos somente por aqueles que podem ser inseridos em tais generalizações. Muito pelo contrário, esses conceitos devem ser relacionados com outros referentes à cognoscitividade dos agentes, aos quais estão inevitavelmente vinculados.

A maioria das controvérsias estimuladas pela chamada “conversão lingüística” (*linguistic turn*) em teoria social e pelo surgimento de filosofias da ciência pós-empiristas tem sido de caráter fortemente epistemológico. Por outras palavras, interessam-se de forma predominante por questões de relativismo, problemas de verificação e falsificação etc. Por mais significativas que elas possam ser, a concentração nas questões epistemológicas desvia a atenção dos interesses mais “ontológicos”

da teoria social, e é primordialmente nestes que a teoria da estruturação se concentra. Em vez de se preocuparem com disputas epistemológicas e com a questão de saber se qualquer coisa como "epistemologia", em sua acepção consagrada pelo tempo, pode ou não ser realmente formulada, sugiro àqueles que trabalham em teoria social que se empenhem, em primeiro lugar e acima de tudo, na reelaboração de concepções de ser humano e de fazer humano, reprodução social e transformação social. De primordial importância a esse respeito é um dualismo que está profundamente estabelecido na teoria social, uma divisão entre objetivismo e subjetivismo. O objetivismo era um terceiro-ismo caracterizando o consenso ortodoxo, em conjunto com o naturalismo e o funcionalismo. A despeito da terminologia de Parsons do "quadro de referência da ação", não há dúvida de que em seu esquema teórico o objeto (sociedade) predomina sobre o sujeito (o agente humano cognoscitivo). Outros, cujas idéias poderiam ser associadas a esse consenso, foram muito menos sofisticados a esse respeito do que Parsons. Ao atacarem o objetivismo – e a sociologia estrutural –, aqueles influenciados pela hermenêutica ou pela fenomenologia puderam pôr a nu importantes deficiências desses pontos de vista. Mas, por sua vez, inclinaram-se nitidamente para o subjetivismo. O divisor conceptual entre sujeito e objeto social permanecia tão profundo como sempre.

A teoria da estruturação baseia-se na premissa de que esse dualismo tem de ser reconceituado como dualidade – a dualidade da estrutura. Embora reconhecendo o significado da "conversão lingüística", não se trata de uma versão de hermenêutica ou de sociologia interpretativa. Embora admitindo que a sociedade não é criação de sujeitos individuais, está distante de qualquer concepção de sociologia estrutural. A tentativa de formular uma descrição coerente da atividade humana e da estrutura exige, porém, um considerável esforço conceptual. Uma exposição dessas idéias é oferecida no capítulo de abertura, para ser mais desenvolvida ao longo do livro. Conduz diretamente a outros temas principais, em especial o que envolve o estudo de relações de tempo e espaço. As propriedades estruturais dos sistemas sociais só existem na medida em que formas de con-

duta social são cronicamente reproduzidas através do tempo e do espaço. A estruturação de instituições pode ser entendida em função de como acontece de as atividades sociais se "alongarem" através de grandes extensões de espaço-tempo. Incorporar o espaço-tempo no âmago da teoria social significa repensar algumas das divisões disciplinares que separam a sociologia da história e da geografia. O conceito e análise de história é particularmente problemático. Na verdade, este livro poderia ser corretamente descrito como uma extensa reflexão sobre uma célebre e freqüentemente citada frase que se encontra em Marx. Comenta Marx que "os homens [permitam-nos dizer imediatamente: os seres humanos] fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha..."*. Bem, assim acontece. Mas que diversidade de problemas complexos de análise social acaba sendo desvendada por esse pronunciamento aparentemente inócuo!

* A frase encontra-se nos parágrafos iniciais de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Foi escrita numa veia polêmica; aqueles que são ignorantes de história, diz Marx, podem ser condenados a repeti-la, talvez até em tom jocoso. A citação exata no original é a seguinte: "Die Menschen machen ihre eigene Geschichte, aber sie machen sie nicht aus freien Stücken, nicht unter selbstgewählten, sondern unter unmittelbar vorgefundenen, gegebenen und überlieferten Umständen. Die Tradition aller toten Geschlechter lastet wie ein Alp auf dem Gehirne der Lebenden. Und wenn sie eben damit beschäftigt scheinen, sich und die Dinge umzuwälzen, noch nicht Dagewesenes zu schaffen, gerade in solchen Epochen revolutionärer Krise beschwören sie ängstlich die Geister der Vergangenheit zu ihrem Dienste herauf, entlehnen ihnen Namen, Schlachtparole, Kostüm, um in dieser alterhrwürdigen Verkleidung und mit dieser erborgten Sprache die neue Weltgeschichtsszene aufzuführen" (Marx e Engels. *Werke*. Berlin, Dietz Verlag 1960, vol. 8, p. 115). ["Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, senão sob aquelas com que se defrontam diretamente, apresentadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas aflige como um pesadelo o cérebro dos vivos. E é precisamente quando parecem ocupados em revolucionar-se a si mesmos e às coisas, em criar algo que nunca existiu, justamente nessas épocas de crise revolucionária, os homens chamam angustiadamente em seu socorro os espíritos do passado, apossando-se dos seus nomes, gritos de guerra e trajes, a fim de se apresentarem nessa linguagem emprestada na nova cena da história universal."] (N. do T.)

Ao formular esta descrição da teoria da estruturação, não tive a menor relutância em apoiar-me em idéias oriundas de fontes completamente divergentes. Isso poderá parecer a alguns um ecletismo inaceitável, mas eu nunca consegui temer esse tipo de objeção. Existe um inegável conforto em trabalhar dentro de tradições estabelecidas de pensamento – sobretudo, talvez, em face da grande diversidade de abordagens com que se defronta correntemente quem está fora de uma tradição qualquer. O conforto de pontos de vista estabelecidos pode, entretanto, servir facilmente de cobertura para a preguiça intelectual. Se as idéias são importantes e esclarecedoras, muito mais importantes do que sua origem é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar a utilidade delas, mesmo num quadro de referência que poderá ser inteiramente diferente daquele que ajudou a engendrâ-las. Assim, por exemplo, admito a exigência de que o sujeito seja descentrado e considero isso básico para a teoria da estruturação. Mas não aceito que isso implique a evaporação da subjetividade num universo vazio de sinais. Pelo contrário, consideramos que as práticas sociais, ao penetrarem no espaço e no tempo, estão na raiz da constituição do sujeito e do objeto social. Admito o significado central da “conversão lingüística” introduzida especialmente pela fenomenologia hermenêutica e pela filosofia da linguagem ordinária. Ao mesmo tempo, porém, sustento que essa expressão é, em certa medida, enganadora. Os mais importantes desenvolvimentos no tocante à teoria social não estão ligados a uma conversão em direção à linguagem quanto a uma visão alterada da interseção entre dizer (ou significar) e fazer, oferecendo uma nova concepção de práxis. A transmutação radical da hermenêutica e da fenomenologia iniciada por Heidegger, e as inovações do Wittgenstein do último período constituem os dois principais marcos de um novo caminho. Mas avançar nesse caminho significa precisamente rechaçar qualquer tentação para tornar-se um discípulo de corpo e alma de um ou outro desses pensadores.

Permitam-me oferecer agora um resumo da organização deste livro. Tendo apresentado no primeiro capítulo um esboço

dos principais conceitos envolvidos na teoria da estruturação, dou início, no segundo capítulo, à parte mais substantiva do volume com uma discussão sobre a consciência, o inconsciente e a constituição da vida cotidiana. Os agentes ou atores humanos – uso indistintamente um e outro termo – têm, como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social. Mas a reflexividade opera apenas parcialmente num nível discursivo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem – sua cognoscitividade *como* agentes – está largamente contido na consciência prática. Esta consiste em todas as coisas que os atores conhecem tacitamente sobre como “continuar” nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta. O significado de consciência prática é um dos temas principais do livro, e cumpre distingui-la da consciência (discursiva) e do inconsciente. Embora aceitando a importância de aspectos inconscientes da cognição e da motivação, não penso que possamos estar satisfeitos com algumas das idéias mais convencionalmente estabelecidas a esse respeito. Adoto uma versão modificada da psicologia do ego, mas empenho-me em relacioná-la diretamente com o que, sugiro eu, é um conceito fundamental da teoria da estruturação – o conceito de *rotinização*.

A rotina (tudo o que é feito habitualmente) constitui um elemento básico da atividade social cotidiana. Uso a expressão “atividade social cotidiana” num sentido muito literal, não naquele mais complexo e, em meu entender, mais ambíguo, que se tornou familiar através da fenomenologia. O termo “cotidiano” condensa exatamente o caráter rotinizado que a vida social adquire à medida que se estende no tempo e no espaço. A natureza repetitiva de atividades empreendidas de maneira idêntica dia após dia é a base material do que eu chamo de “caráter recursivo” da vida social (nome que, segundo entendo, designa a recriação constante das propriedades estruturadas da atividade social – via dualidade de estrutura – a partir dos próprios

vidade decorrentes de propriedades físicas do corpo e dos ambientes em que os agentes se movimentam. A referência a esses fatores é apenas um dos aspectos em que a sociologia pode obter proveito dos escritos de geógrafos. Um outro é a interpretação do urbanismo, o qual, argumento eu, tem um papel básico a desempenhar na teoria social; e, é claro, uma sensibilidade geral a espaço e lugar é de importância ainda maior.

Goffman dá considerável importância à regionalização de encontros, e, para mim, a noção de regionalização é uma das mais significativas para a teoria social. Ela foi sempre uma preocupação principal dos escritos de geógrafos, mas desejo encará-la como um conceito não tão puramente espacial como eles habitualmente a vêem. A natureza localizada da interação social pode ser utilmente examinada em relação com os diferentes locais através dos quais as atividades cotidianas dos indivíduos são coordenadas. Os locais não são apenas lugares, mas *cenários* de interação; conforme Garfinkel demonstrou, de modo particularmente persuasivo, os cenários são usados cronicamente – e, em grande parte, de maneira tácita – por atores sociais para confirmar o significado em atos comunicativos. Mas os cenários também são regionalizados de forma que influenciam substancialmente o caráter serial dos encontros e são influenciados por este. A “fixidez” de tempo-espaço também significa normalmente fixidez social; o caráter substancialmente “dado” dos *milieux* físicos da vida cotidiana entrelaça-se com a rotina e é profundamente influente nos contornos da reprodução institucional. A regionalização também tem forte ressonância psicológica e social no que diz respeito ao “ocultamento” à visão de alguns tipos de atividades e de pessoas, e à “revelação” de outros. Encontramos aqui de novo um importante ponto de conexão entre idéias aparentemente díspares: as de Goffman e as de Foucault. Ambos atribuem grande importância às linhas social e historicamente flutuantes entre ocultamento e revelação, confinamento e exposição.

Penso ser um engano considerar os encontros em circunstâncias de co-presença como sendo, de algum modo, a base sobre a qual se constroem propriedades sociais maiores ou

“macroestruturais”. O chamado estudo “microsociológico” não se ocupa de uma realidade que é, de certa maneira, mais substancial do que aquela que interessa à análise “macrosociológica”. Mas tampouco, pelo contrário, a interação em situações de co-presença é simplesmente efêmera, em contraste com a solidez de instituições em grande escala ou estabelecidas de longa data. Cada ponto de vista tem seus proponentes, mas eu vejo essa divisão de opinião como vazia, e como uma versão ligeiramente mais concreta do dualismo em teoria social já mencionado. A oposição entre “micro” e “macro” é melhor reconceituada no que se refere ao modo como a interação em contextos de co-presença está estruturalmente implicada em sistemas de ampla distanciação de tempo-espaço – por outras palavras, ao modo como tais sistemas abrangem grandes setores espaço-temporais. E isso, por sua vez, é melhor investigado como um problema da conexão entre a integração social e a integração de sistema, tal como defino esses termos. Mas um corolário vital tem de ser adicionado a isso. A relação entre integração social e integração de sistema não pode ser apreendida num nível puramente abstrato; a teoria do urbanismo é-lhe essencial, pois só com o advento das cidades – e, em tempos modernos, com o urbanismo do “ambiente criado” – torna-se possível um desenvolvimento significativo da integração de sistema.

É preciso realmente ter muito cuidado com o conceito de “sistema social” e a noção associada de “sociedade”. Eles soam inocentes e são provavelmente indispensáveis se usados com medidas adequadas de cautela. “Sociedade” tem um útil significado duplo, no qual me apóio – descrevendo um sistema limitado e a associação social em geral. A ênfase sobre a regionalização ajuda a lembrar que o grau de “sistemidade” em sistemas sociais é muito variável e que as “sociedades” raramente têm fronteiras facilmente especificáveis – até, pelo menos, ingressarmos no mundo moderno das nações-Estados. O funcionalismo e o naturalismo tendem a encorajar a aceitação irrefletida das sociedades como entidades claramente delimitadas e dos sistemas sociais como unidades dotadas de elevada inte-

gração interna. Pois tais perspectivas, mesmo quando rejeitadas as metáforas orgânicas diretas, tendem a ser íntimas aliadas de conceitos biológicos; e estes têm sido geralmente formulados com referência a entidades claramente derivadas do mundo que as circunda e dotadas de evidente unidade interna. Mas, com muita frequência, as “sociedades” não são nada disso. Para ajudar a explicar isso, proponho as expressões “sistemas inter-sociais” e “extremidades do tempo-espço”, em referência a diferentes aspectos de regionalização que atravessam sistemas sociais reconhecivelmente distintos como sociedades. Uso essas noções extensamente também na avaliação de interpretações de mudança social, no capítulo 5.

Ao formular a teoria da estruturação, desejo furtar-me ao dualismo associado com o objetivismo e o subjetivismo. Mas alguns críticos ponderaram que não é dado suficiente peso a fatores enfatizados pelo primeiro desses conceitos, sobretudo a respeito dos aspectos coercitivos das propriedades estruturais de sistemas sociais. Para mostrar que não é esse o caso, indico com algum detalhe o significado atribuível a “coerção” em teoria social e como os vários sentidos que podem ser dados ao termo são entendidos na teoria da estruturação. O reconhecimento da natureza e importância da coerção estrutural não implica sucumbir às atrações da sociologia estrutural, mas tampouco aceito, como procurei deixar claro, um ponto de vista próximo do individualismo metodológico. Na conceituação da teoria da estruturação, “estrutura” significa algo diferente de seu uso habitual nas ciências sociais. Apresento também um conjunto de outros conceitos que gravitam em torno do de estrutura, e esforço-me por mostrar por que são necessários. O mais importante deles é a idéia de “princípios estruturais”, que são características estruturais de sociedades globais ou totalidades sociais; também procuro mostrar que é através da noção de princípios estruturais que o conceito de contradição pode ser especificado, de maneira mais proveitosa, como pertinente à análise social. Essas noções, uma vez mais, não podem ser expressas de forma puramente abstrata, de modo que as examino com referência a três importantes tipos de sociedade que

podem ser destacadas na história humana: culturas tribais, sociedades divididas em classes e nações-Estados modernas associadas à ascensão do capitalismo industrial.

A menção de história relembra a sentença de que os seres humanos fazem a História. O que é exatamente isso que eles fazem – o que significa “história” neste caso? A resposta não pode ser expressa numa forma tão convincente quanto a máxima original. Existe, é claro, uma diferença entre História como eventos que transcorrem e história como registro escrito desses eventos. Mas isso não nos leva muito longe. História, no primeiro sentido, é temporalidade, eventos em sua duração. Somos propensos a associar a temporalidade a uma sequência linear, e assim, a História, pensada dessa maneira, é associada a movimento numa direção discernível. Mas isso pode muito bem ser uma forma culturalmente criada de pensar o tempo; mesmo que não seja, temos ainda assim de evitar a equação de “história” com mudança social. Por essa razão vale a pena falar de “historicidade” como um sentido definido de vida num mundo social constantemente exposto a mudança, no qual a máxima de Marx é parte de uma consciência cultural geral, não um teorema peculiar a pensadores sociais especialistas. A história como registro escrito da História também apresenta seus próprios dilemas e enigmas. Tudo o que terei a dizer a respeito deles é que não se caracterizam pela precisão; não nos permitem efetuar distinções claras, bem definidas, entre história e ciência social. Problemas hermenêuticos envolvidos na descrição exata de formas divergentes de vida, a interpretação de textos, a explicação de ação, instituições e transformação social – tudo isso é compartilhado por todas as ciências sociais, incluindo a história.

Como deveremos, pois, abordar o estudo da mudança social? Procuro mostrar que a busca de uma teoria de mudança social (quando “teoria” significa, neste caso, a explicação da mudança social por referência a um só conjunto de mecanismos, como os velhos favoritos evolucionistas de adaptação e seleção diferencial) é uma tarefa condenada. Está contaminada pela mesma espécie de deficiências lógicas que se associam

mais geralmente à suposição de que as ciências sociais podem descobrir leis universais de conduta humana. As espécies de entendimento ou conhecimento que os seres humanos têm de sua própria "história" são, em parte, constitutivas do que essa história é e das influências que atuam para mudá-la. Contudo, é importante dar especial atenção crítica ao evolucionismo porque, em uma versão ou outra, foi muito influente numa variedade de áreas da ciência social. Entendo por "evolucionismo", quando aplicado às ciências sociais, a explicação da mudança social em termos de esquemas que envolvem as seguintes características: uma série irreversível de estádios através dos quais as sociedades se modificam progressivamente, ainda que não se sustente que cada sociedade deve passar por todos eles a fim de atingir os superiores; uma certa ligação conceptual com as teorias biológicas da evolução; e a especificação de direcionalidade ao longo dos estádios indicados, quanto a um dado critério ou a critérios, como crescente complexidade ou expansão das forças de produção. Uma série de objeções pode ser apresentada contra essas idéias, tanto a respeito de seus deméritos intrínsecos quanto em termos de implicações secundárias que o evolucionismo quase inevitavelmente tende a trazer em sua esteira, embora não sejam logicamente ocasionadas por ele. O "materialismo histórico", penso eu, é uma versão do evolucionismo de acordo com esses critérios, em pelo menos uma das muitas maneiras como esse discutido termo tem sido entendido. Se interpretado desse modo, o materialismo histórico manifesta mais geralmente muitas das limitações principais e secundárias das teorias evolucionistas, e tem de ser rejeitado pelas mesmas razões.

Como não penso ser possível comprimir a "História" nos tipos de esquemas favorecidos pelo evolucionismo, em geral, ou pelo materialismo histórico, mais especificamente, falo antes de desconstruí-los do que de reconstruí-los. Quero dizer com isso que as descrições de mudança social têm de adotar uma forma substancialmente diferente do evolucionismo; não há mérito algum em tentar meramente remodelá-las um pouco. Além dos conceitos já apresentados, faço uso de dois outros: o

de "episódio" e o de "tempo mundial" (o primeiro é devido a Gellner, o segundo a Eberhard). Toda a vida social pode ser representada como uma série de episódios; os encontros em circunstâncias de co-presença têm certamente uma forma episódica. Mas, neste contexto, refiro-me principalmente a processos de mudanças em grande escala, nos quais existe algum tipo de reorganização institucional, como a formação de cidades em sociedades agrárias ou a dos primeiros Estados. Os episódios podem certamente ser proveitosamente comparados entre si, mas sem se abstrair por completo o contexto de suas origens. A influência do tempo mundial é importante precisamente para se apurar até que ponto os episódios são, de fato, comparáveis. O "tempo mundial" diz respeito às conjunturas variáveis na História que podem afetar as condições e os desfechos de episódios aparentemente similares e a influência do que os agentes envolvidos *sabem* sobre tais condições e desfechos. Procuro indicar o valor analítico dessas noções, usando como ilustração teorias de formação do Estado.

A teoria da estruturação não será de muito valor se não ajudar a esclarecer problemas de pesquisa empírica, e no capítulo final abordo essa questão, que sustento ser inseparável das implicações da teoria da estruturação como uma forma de crítica. Não tento empunhar um bisturi metodológico, isto é, não acredito que exista qualquer coisa na lógica ou na substância da teoria da estruturação que proíba de alguma forma o uso de certas técnicas específicas de pesquisa, como os métodos de coleta de dados, questionários etc. Algumas considerações apresentadas são importantes para o modo de aplicação de determinadas técnicas a questões de pesquisa e para a interpretação de resultados, mas este é um assunto um tanto diferente. Os pontos de ligação da teoria da estruturação com a pesquisa empírica dizem respeito à elaboração das implicações lógicas do estudo de uma "matéria" da qual o pesquisador já é uma parte e à elucidação de conotações substantivas das noções essenciais de ação e estrutura. Alguns dos pontos que formulei no nível abstrato de teoria aplicam-se diretamente no nível de pesquisa. Uma parte considerável da teoria social, em especial a associa-

da à sociologia estrutural, tratou os agentes como muito menos cognoscitivos do que realmente são. Os resultados disso podem ser facilmente discernidos no trabalho empírico, no tocante ao fracasso em obter informação que permita o acesso à total cognoscitividade dos agentes de pelo menos duas maneiras. O que os atores estão aptos a dizer acerca das condições de sua ação e da de outros é sintetizado se os pesquisadores não reconhecerem a possível importância de uma gama de fenômenos discursivos a que eles próprios, como atores sociais, certamente prestariam atenção, mas que são com frequência simplesmente desprezados na pesquisa social. Trata-se de aspectos do discurso que, na forma, são refratários à sua tradução como enunciados de crença proporcional ou que, como humor ou ironia, derivam seu significado menos do conteúdo daquilo que é dito do que do estilo, modo de expressão ou contexto de verbalização. Mas cumpre adicionar a isso um segundo fator de maior importância: a necessidade de reconhecimento do significado da consciência prática. Quando o que os agentes conhecem a respeito do que fazem está restrito ao que eles podem dizer sobre isso, em qualquer estilo discursivo, uma área muito vasta de cognoscitividade é simplesmente subtraída da visão. O estudo da consciência prática deve ser incorporado ao trabalho de pesquisa. Seria um erro supor que os componentes não-discursivos da consciência são necessariamente mais difíceis de estudar empiricamente do que os discursivos, muito embora os próprios agentes, por definição, não possam comentá-los diretamente. O inconsciente, por outro lado, apresenta uma ordem inteiramente diferente do problema, exigindo, por certo, técnicas de interrogação distintas das envolvidas na pesquisa social descritiva.

O funcionalismo foi sumamente importante nas ciências sociais, devido não só à sua preeminência como um tipo de teorização, mas também ao estímulo empírico que forneceu. As origens do trabalho de campo em antropologia são mais ou menos contínuas ao impacto do funcionalismo, e na sociologia também o pensamento funcionalista ajudou a gerar um corpo significativo de trabalho de pesquisa. Penso ser essencial com-

preender os atrativos do funcionalismo a esse respeito, embora continuando a sustentar que, no plano conceptual, sua influência foi sobremaneira perniciosa. O funcionalismo enfatizou fortemente o significado das conseqüências impremeditadas da ação, sobretudo na medida em que estas ocorrem de modo regular e estão envolvidas, portanto, na reprodução de aspectos institucionalizados de sistemas sociais. Os funcionalistas estiveram inteiramente certos em promover essa ênfase. Mas é perfeitamente possível estudar conseqüências impremeditadas sem o uso de conceitos funcionalistas. Além disso, a designação do que não é premeditado ou intencional com relação às conseqüências da ação só pode ser empiricamente apreendido de forma adequada se os aspectos premeditados ou intencionais da ação forem identificados, e isso significa, uma vez mais, operar com uma interpretação de agência mais refinada do que é normalmente admitido por aqueles que se inclinam para as premissas funcionalistas.

Na teoria da estruturação, considera-se “estrutura” o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e espaço. A “estrutura” pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação. Os recursos também são de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos, e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material. O que é especialmente útil para a orientação da pesquisa é o estudo, primeiro, das interseções rotinizadas de práticas que constituem os “pontos de transformação” nas relações estruturais; e, segundo, dos modos como as práticas institucionalizadas estabelecem a conexão entre a integração social e a integração de sistema. Quanto ao primeiro desses temas de estudo, para dar um exemplo, pode-se demonstrar como a propriedade privada, um conjunto de direitos de posse, pode ser “traduzida” em autoridade industrial, ou modos de sustentação do controle admi-

nistrativo. Em relação ao segundo, o que tem de ser empiricamente determinado é até que ponto as práticas localizadas e estudadas numa determinada gama de contextos convergem entre si de modo a ingressarem diretamente na reprodução do sistema. É importante, neste caso, estar atento para o significado dos locais como cenários de interseção; não há razão nenhuma para que os sociólogos não adotem algumas das técnicas de pesquisa estabelecidas pelos geógrafos, inclusive as técnicas gráficas de tempo-geografia, a fim de estudá-los.

Se as ciências sociais são entendidas como eram durante o período de domínio do consenso ortodoxo, suas realizações não impressionam, e a importância da pesquisa social para questões práticas parece razoavelmente escassa. Pois as ciências naturais ou, pelo menos, as mais avançadas dentre elas, possuem leis precisamente especificadas e geralmente aceitas, em conjunto com um amplo repertório de observações empíricas indiscutíveis que podem ser explicadas em termos dessas leis. A ciência natural articulou-se com capacidades tecnológicas espantosas, tanto destrutivas quanto construtivas. Aos olhos daqueles que adotariam diretamente para a ciência social o modelo da ciência natural, a primeira é certamente superada de longe pela segunda. Tanto cognitiva quanto praticamente as ciências sociais parecem nitidamente inferiores às ciências naturais. Mas, ao se aceitar que a ciência social não deve mais continuar sendo uma espécie de réplica da ciência natural e que, em certos aspectos, é um empreendimento de natureza inteiramente divergente, pode-se então defender uma visão muito diferente de suas realizações e influência relativas. Não existem leis universais nas ciências sociais nem haverá nenhuma – não, antes de tudo, porque os métodos de verificação empírica sejam um tanto inadequados, mas porque, como já assinalai, as condições causais envolvidas em generalizações sobre a conduta social humana são inerentemente instáveis com relação ao próprio conhecimento (ou crenças) que os atores têm sobre as circunstâncias de sua própria ação. A chamada “profecia autorrealizadora”, a concretização de algo como simples efeito de ter sido esperado, a cujo respeito Merton e outros escreveram,

é um caso especial de um fenômeno muito mais genérico nas ciências sociais. É uma interação interpretativa mútua entre ciência social e aquelas cujas atividades constituem seu objeto de estudo – uma “dupla hermenêutica”. As teorias e descobertas das ciências sociais não podem ser mantidas totalmente separadas do universo de significado e ação de que elas tratam. Mas, por sua parte, os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir as atividades e instituições que são o objeto de estudo de observadores sociais especializados ou cientistas sociais. Não existe uma clara linha divisória entre a reflexão sociológica esclarecida levada a efeito por atores leigos e as diligências similares por parte de especialistas. Não quero negar que *existam* linhas divisórias, mas elas são inevitavelmente vagas, e os cientistas sociais não têm um monopólio absoluto sobre as teorias inovadoras nem sobre as investigações empíricas do que estudam.

Talvez tudo isso possa ser tomado por certo. Mas talvez não se possa aceitar, a partir desses comentários, a adoção de uma visão das realizações e do impacto das ciências sociais distinta da acima indicada. Como poderia ser seriamente sugerido que a ciência social tem tido tanta ou mais influência sobre o mundo social quanto a ciência natural sobre o mundo material? Penso, de fato, que esse ponto de vista pode ser mantido – embora, é claro, tal comparação não possa ser precisa, em virtude das próprias diferenças entre o que está envolvido em cada caso. A questão é que a reflexão sobre processos sociais (teorias e observações sobre eles) continuamente penetra, solta-se e torna a penetrar o universo de acontecimentos que eles descrevem. Não existe tal fenômeno no mundo de natureza inanimada, o qual é indiferente a tudo o que os seres humanos possam pretender saber a seu respeito. Considerem-se, por exemplo, as teorias de soberania formuladas pelos pensadores europeus do século XVII. Elas resultaram da reflexão sobre – e do estudo de – tendências sociais nas quais foram, por sua vez, realimentadas. É impossível apontar um moderno Estado soberano que não incorpore uma teoria discursivamente articulada do moderno Estado soberano. A tendência acentuada a uma

expansão da “automonitoração” política por parte do Estado é característica da modernidade no Ocidente em geral, criando o clima social e intelectual a partir do qual discursos especializados, “profissionais”, da ciência social se desenvolveram, mas que ambos também expressam e fomentam. Certamente poder-se-ia fazer algum tipo de argumentação favorável à pretensão de que essas mudanças, nas quais a ciência social esteve centralmente envolvida, se revestem de um caráter muito fundamental. Ao lado delas, as transformações da natureza realizadas pelas ciências naturais não parecem tão maciças.

Refletindo um pouco mais sobre tais considerações, podemos ver por que motivo as ciências sociais podem parecer não gerar uma soma considerável de conhecimentos originais, e também por que teorias e idéias produzidas no passado podem conservar, de modo aparentemente paradoxal, uma pertinência aos dias de hoje que as concepções arcaicas das ciências naturais não possuem. As melhores e mais interessantes idéias nas ciências sociais *a)* participam na promoção do clima de opinião e dos processos sociais que lhes dão origem, *b)* estão em maior ou menor grau entrelaçadas com teorias em uso que ajudam a constituir aqueles processos e *c)* é improvável, portanto, que sejam claramente distintas da reflexão ponderada que atores leigos empregam, na medida em que discursivamente articulam, ou se aperfeiçoam sobre, teorias em uso.

Esses fatos têm conseqüências, sobretudo para a sociologia (à qual eles são na maioria nitidamente pertinentes), que afetam o prosseguimento da pesquisa empírica e a formulação e recepção de teorias. No tocante à pesquisa, eles significam que é muito mais difícil do que no caso da ciência natural “sustentar” a aceitação de teorias enquanto se buscam meios de as comprovar apropriadamente. A vida social segue em frente; teorias, hipóteses ou descobertas interessantes ou potencialmente práticas podem ser levantadas na vida social de tal modo que as bases originais em que poderiam ser testadas tenham se alterado desta ou daquela maneira. Há muitas e complexas permutações possíveis de mútua sustentação neste caso, as quais se combinam também com as dificuldades inerentes ao contro-

le de variáveis, à réplica de observações e outros dilemas metodológicos em que as ciências sociais podem encontrar-se. As teorias na ciência natural são originais, inovadoras etc., até o ponto em que colocam em questão aquilo em que tanto atores leigos quanto cientistas profissionais acreditavam previamente acerca dos objetos ou eventos a que elas se referem. Mas as teorias nas ciências sociais têm de ser de algum modo baseadas em idéias que (embora não necessariamente formuladas por elas em termos discursivos) já são sustentadas pelos agentes a que se referem. Uma vez reincorporadas na ação, sua qualidade original poderá perder-se; elas podem tornar-se excessivamente familiares. A noção de soberania e teorias associadas do Estado eram surpreendentemente novas quando foram formuladas pela primeira vez; hoje, tornaram-se em certa medida parte integrante da própria realidade social que ajudaram a estabelecer.

Mas por que algumas teorias sociais conservam seu viço muito depois de passadas as condições que ajudaram a produzi-las? Por que, agora que estamos familiarizados com o conceito e a realidade da soberania do Estado, as teorias seiscentistas do Estado continuam a ter tanta relevância para a reflexão social ou política hodierna? Por certo, exatamente porque contribuíram para a constituição do mundo social em que vivemos agora. O que chama nossa atenção é o fato de que são reflexões sobre uma realidade social que elas também ajudam a constituir e que está distanciada, e ao mesmo tempo permanece sendo parte, de nosso mundo social. As teorias nas ciências naturais, que foram substituídas por outras que cumprem melhor a mesma função, não interessam à prática corrente da ciência. Não pode ser esse o caso quando essas teorias ajudaram a constituir o que elas interpretam ou explicam. A “história de idéias” talvez possa ser justificadamente considerada de importância marginal para o cientista natural praticante, mas é muito mais do que tangencial para as ciências sociais.

Se são corretas, essas ponderações levam diretamente a uma consideração da ciência social como crítica – como envolvida de maneira prática com a vida social. Não nos podemos

contentar com a versão “tecnológica” da crítica proposta pelo consenso ortodoxo, uma concepção que deriva do modelo da ciência natural. A visão tecnológica da crítica pressupõe que a “crítica interna” da ciência social – as avaliações críticas que aqueles que trabalham nas ciências sociais fazem das opiniões uns dos outros – gera sem complicações uma “crítica externa” das crenças leigas que podem ser a base da intervenção social prática. Mas, dada a significação da “dupla hermenêutica”, as coisas são muito mais complexas. A formulação da teoria crítica não é uma *opção*; as teorias e descobertas nas ciências sociais são suscetíveis de ter conseqüências práticas (e políticas) independentemente de o observador sociológico ou o estrategista político decidir que elas podem ou não ser “aplicadas” a uma dada questão prática.

O presente livro não foi nada fácil de escrever e, até certo ponto, provou ser refratário à ordenação normal de capítulos. A teoria da estruturação foi formulada, em parte substancial, através de sua própria “crítica interna” – a avaliação crítica de uma variedade de escolas de pensamento social geralmente concorrentes. Em vez de deixar alguns desses confrontos críticos se imiscuírem nas principais seções do texto, tratei de incluí-los como apêndices aos capítulos com os quais se relacionam mais diretamente. (Do mesmo modo, as notas associadas a eles seguem-se às que pertencem aos capítulos pertinentes.) O leitor que queira acompanhar a linha principal de argumento do livro sem interrupções pode saltar os apêndices e suas respectivas notas. Entretanto, eles serão de interesse para quem estiver interessado em apreciar como os pontos de vista que defendendo diferem dos de outros ou na elaboração de temas tratados de forma condensada no cerne de cada capítulo. Uma variedade de neologismos é usada no livro, os quais constam do glossário colocado no final.

Referências

1. Seria um erro, é claro, supor que a influência de Parsons está confinada no passado, imaginar que esse autor foi esquecido como ele próprio certa vez sugeriu ter acontecido a Spencer pouco depois de sua morte. Pelo contrário, uma das tendências mais visíveis na teoria social hodierna é o papel primordial desempenhado por concepções inferidas mais ou menos diretamente de Parsons. Poderíamos citar, a título de exemplo, os escritos de Luhmann e Habermas, na Alemanha, Bourricault, na França, e Alexander e outros, nos Estados Unidos. Não pretendo discutir em detalhes essa literatura, mas talvez valha a pena explicar um pouco por que não simpatizo muito com aqueles aspectos de tais autores que se basearam fortemente em idéias de Parsons. Todos os escritores em questão criticam veementemente as conexões de Parsons com o funcionalismo, do qual Luhmann procurou provavelmente reter mais do que os outros. Neste aspecto, estou de acordo com eles, como este livro deverá deixar bastante claro. Mas, em outros, por razões que também serão documentadas extensamente nas páginas que se seguem, penso ser necessário fazer uma ruptura radical com teoremas parsonianos. Um importante aspecto disso refere-se à infiltração da influência de Max Weber através dos escritos de Parsons. Tenho sido freqüentemente qualificado de “weberiano” por críticos que consideram isso uma espécie de defeito irreparável. Ao contrário deles, não encaro o termo como um estigma, um rótulo desonroso, mas tampouco o aceito como corretamente aplicado a meus pontos de vista. Se me apóio em Weber, é de um ângulo bem diferente daquele adotado pelos autores acima citados. Assim, o Weber de Habermas (talvez surpreendentemente) tende a ser de um estilo parsoniano, preocupado sobretudo com a racionalização de valores e com a “diferencial social”, retratadas como processos generalizados de desenvolvimento. A vida social não é descrita aqui através das lentes que eu preferiria tomar emprestadas de Weber, quando se interessa pelas múltiplas práticas e lutas de atores concretamente localizados, pelo conflito e choque de interesses seccionais, e pela territorialidade e violência de formações políticas ou Estados.

Parsons considerava-se um “teórico da ação” e chamou à sua versão de ciência social o “quadro de referência da ação”. Mas, como procurei mostrar minuciosamente em outro trabalho (ver *NRSM*, capítulo 3), o que eu aceitaria como concepção satisfatória

de ação (e outras noções afins, especialmente as de intenções e razões) não será encontrado na obra de Parsons. Isso não se deve, como alguns críticos sugeriram, ao fato de uma ênfase ulterior sobre o funcionalismo e a teoria de sistemas ter ameaçado sufocar uma preocupação anterior com o "voluntarismo". O motivo está em que a idéia de voluntarismo apresentava-se viciada desde a origem. No pensamento de Parsons, o voluntarismo sempre esteve vinculado à resolução do "problema da ordem", por ele concebido como a coordenação de vontades individuais potencialmente desintegradoras. A resolução se dá através da demonstração de que os atores internalizam, como motivos, os valores compartilhados de que depende a coesão social. O pedido de uma explicação da ação acaba fundindo-se com a exigência de ligar uma teoria "psicológica" de motivação com uma interpretação "sociológica" das características estruturais de sistemas sociais. Pouca ou nenhuma margem conceptual é deixada para o que eu enfatizo como a cognoscitividade de atores sociais, enquanto constitutiva, em parte, de práticas sociais. Não penso que qualquer ponto de vista que seja fortemente ancorado em Parsons possa enfrentar satisfatoriamente essa questão, no próprio âmago dos interesses da teoria social, segundo eu os concebo neste livro.

Se aqueles que têm grande débito para com Parsons hoje não se consideram funcionalistas e rejeitaram a inclinação funcionalista do pensamento parsoniano em maior ou menor grau, eles ainda encampam outras idéias relacionadas à maioria das versões do funcionalismo. Estas incluem: um fascínio pelo "consenso de valor" ou pelas ordens simbólicas, à custa dos aspectos práticos mais cotidianos da atividade social; a tendência a supor que as sociedades são unidades facilmente distinguíveis, à semelhança dos organismos biológicos; e a predileção por teorias de estilo evolucionista. Considero cada uma dessas ênfases seriamente enganosa e apresentarei fortes reservas a respeito delas. Não pode haver dúvidas sobre o refinamento e a importância da obra de alguns autores que atualmente se empenham em desenvolver a obra de Parsons por novos caminhos, especialmente Luhmann e Habermas. Mas penso ser tão necessário repudiar as novas versões do parsonianismo quanto as variedades, estabelecidas há mais tempo, da sociologia estrutural não-parsoniana.

Elementos da teoria da estruturação

Ao oferecer uma exposição preliminar dos principais conceitos da teoria da estruturação^{1*} será útil começar pelas divisões que separaram o funcionalismo (inclusive a teoria de sistemas) e o estruturalismo, por um lado, da hermenêutica e das várias formas de "sociologia interpretativa", por outro. O funcionalismo e o estruturalismo têm algumas semelhanças notáveis, apesar dos contrastes de outro modo acentuados existentes entre eles. Ambos tendem a expressar um ponto de vista naturalístico e se inclinam para o objetivismo. O pensamento funcionalista, de Comte em diante, via particularmente a biologia como a ciência que fornece o modelo mais próximo e mais compatível para a ciência social. A biologia foi considerada fornecedora de um guia para conceituar a estrutura e o funcionamento de sistemas sociais, assim como para analisar processos de evolução via mecanismos de adaptação. O pensamento estruturalista, especialmente nos escritos de Lévi-Strauss, foi hostil ao evolucionismo e isento de analogias biológicas. Neste caso, a homologia entre ciência social e ciência natural é primordialmente cognitiva, na medida em que se supõe que cada uma expressa características similares da constituição global da mente. O estruturalismo e o funcionalismo enfatizam fortemente a preeminência do todo social sobre suas partes individuais (isto é, seus atores constituintes, sujeitos humanos).

Em tradições hermenêuticas de pensamento, é claro, as ciências sociais e naturais são consideradas radicalmente dis-

* As referências podem ser encontradas a pp. 44-6.

crepantes. A hermenêutica foi a base daquele “humanismo” contra o qual os estruturalistas se opuseram de modo tão vigoroso e persistente. No pensamento hermenêutico, tal como apresentado por Dilthey, o abismo entre sujeito e objeto social alcança sua amplitude máxima. A subjetividade é o centro previamente constituído da experiência de cultura e história, e como tal fornece o fundamento básico das ciências sociais ou humanas. Fora do domínio da experiência subjetiva, e alheio a ela, está o mundo material, governado por relações impessoais de causa e efeito. Enquanto para aquelas escolas de pensamento que tendem para o naturalismo a subjetividade foi encarada como uma espécie de mistério, ou quase como um fenômeno residual, para a hermenêutica o mundo da natureza é que é opaco – o qual, diferentemente da atividade humana, somente pode ser apreendido desde fora. Nas sociologias interpretativas, é concedida primazia à ação e ao significado na explicação da conduta humana; os conceitos estruturais não são notavelmente conspicuos e não se fala muito de coerção. Para o funcionalismo e o estruturalismo, entretanto, a estrutura (nos sentidos divergentes atribuídos ao conceito) tem primazia sobre a ação e suas qualidades restritivas são fortemente acentuadas.

As diferenças entre esses pontos de vista sobre a ciência social têm sido freqüentemente consideradas epistemológicas, quando, de fato, são também ontológicas. A questão é como os conceitos de ação, significado e subjetividade devem ser especificados e como poderiam ser relacionados com as noções de estrutura e coerção. Se as sociologias interpretativas se assentam, por assim dizer, num imperialismo do sujeito, o funcionalismo e o estruturalismo, por seu lado, propõem um imperialismo do objeto social. Uma de minhas principais ambições na formulação da teoria da estruturação é pôr um fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios. O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na

natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam *como* atores. Em suas atividades, e através destas, os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades. Entretanto, a espécie de “cognoscitividade” apresentada na natureza, na forma de programas codificados, é distante das aptidões cognitivas exibidas por agentes humanos. É na conceituação da cognoscitividade humana e em seu envolvimento na ação que procuro tomar para uso próprio algumas das principais contribuições das sociologias interpretativas. Na teoria da estruturação, um ponto de partida hermenêutico é aceito na medida em que se reconhece que a descrição de atividades humanas requer familiaridade com as formas de vida expressas naquelas atividades.

É a forma especificamente reflexiva da cognoscitividade dos agentes humanos que está mais profundamente envolvida na ordenação recursiva das práticas sociais. A continuidade de práticas presume reflexividade, mas esta, por sua vez, só é possível devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente “as mesmas” através do espaço e do tempo. Logo, a “reflexividade” deve ser entendida não meramente como “auto-consciência”, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas). Mas termos tais como “propósito” ou “intenção”, “razão”, “motivo” etc. têm de ser tratados com cautela, porquanto o seu uso na literatura filosófica tem sido muito freqüentemente associado a um voluntarismo hermenêutico, e porque eles retiram a ação humana da contextualidade de espaço-tempo. A ação humana ocorre como uma *durée*, um fluxo contínuo de conduta, à semelhança da cognição. A ação intencional não se compõe de um agregado ou série de intenções, razões e motivos isolados. Assim, é útil falar de reflexividade como algo assentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros. A monitoração reflexiva da ação depende da racionalidade

zação, entendida aqui mais como um processo do que como um estado, e como inerentemente envolvida na competência dos agentes. Uma ontologia de tempo-espaco como constitutiva de práticas sociais é básica para a concepção de estruturação, a qual *começa* a partir da temporalidade e, portanto, num certo sentido, da "história".

Essa abordagem só muito parcimoniosamente pode apoiar-se na filosofia analítica da ação, entendida a "ação" no sentido comumente dado pela maioria dos autores anglo-americanos contemporâneos. A "ação" não é uma combinação de "atos"; os "atos" são constituídos apenas por um momento discursivo de atenção à *durée* da experiência vivida. Tampouco se pode discutir a "ação" do corpo, de suas mediações com o mundo circulante e da coerência de um *self* atuante. Aquilo a que chamo de um *modelo de estratificação* do *self* atuante envolve tratar a monitoração reflexiva, a racionalização e a motivação da ação como conjuntos de processos incrustados². A racionalização da ação, referente à "intencionalidade" como processo, é, como as outras duas dimensões, uma rotina característica da conduta humana exercida de forma reconhecida. Em circunstâncias de interação – encontros e episódios – a monitoração reflexiva da ação incorpora tipicamente, e uma vez mais rotineiramente, a monitoração do cenário onde essa interação se desenrola. Como indicarei mais adiante, esse fenômeno é básico para a interpolação da ação dentro das relações espaço-temporais do que designarei por "co-presença". A racionalização da ação, dentro da diversidade de circunstâncias de interação, constitui a principal base sobre a qual a "competência" generalizada dos atores é avaliada por outros. Deve ficar claro, porém, que a tendência de alguns filósofos de equiparar razões e "compromissos normativos" tem de ser combatida: tais compromissos abrangem somente um setor da racionalização da ação. Se isso não for entendido, não compreenderemos que as normas se apresentam como fronteiras "fatuais" na vida social, para as quais são possíveis várias atitudes manipulatórias. Um aspecto de tais atitudes, embora relativamente superficial, encontra-se na observação banal de que as razões que os atores

oferecem discursivamente para o que fazem podem divergir da racionalização da ação quando realmente envolvida no fluxo de conduta desses atores.

Essa circunstância tem sido uma freqüente fonte de preocupação para filósofos e observadores da cena social – pois como poderemos ter a certeza de que as pessoas não dissimulam a respeito das razões para suas atividades? Mas isso é de interesse relativamente pequeno comparado com as vastas "áreas cinzentas" existentes entre dois estratos de processos inacessíveis à consciência discursiva dos atores. O grande volume dos "estoques de conhecimento", na frase de Schutz, ou que eu prefiro designar por *conhecimento mútuo* incorporado em encontros, não é diretamente acessível à consciência dos atores. A maior parte desse conhecimento é prático por natureza: é inerente à capacidade de "prosseguir" no âmbito das rotinas da vida social. A linha entre consciência discursiva e consciência prática é flutuante e permeável, tanto na experiência do agente individual quanto no que se refere a comparações entre atores em diferentes contextos da atividade social. Contudo, não há barreira entre estes, como as que se observam entre o inconsciente e a consciência discursiva. O inconsciente inclui aquelas formas de cognição e de impulsão que estão ou totalmente impedidas de consciência ou somente aparecem na consciência de forma distorcida. Os componentes motivacionais inconscientes da ação, como sugere a teoria psicanalítica, possuem uma hierarquia interna que lhes é própria, uma hierarquia que exprime a "profundidade" da história de vida do ator individual. Ao dizer isto, não quero dar a entender uma aceitação incondicional dos teoremas-chave dos escritos de Freud. Devemos estar prevenidos contra duas formas de reducionismo que esses escritos sugerem ou promovem. Uma delas é uma concepção redutiva das instituições, a qual, ao procurar mostrar o fundamento das instituições no inconsciente, não deixa campo suficiente para a operação de forças sociais autônomas. A segunda forma é uma teoria redutiva da consciência, a qual, querendo mostrar quanto da vida social é governado por correntes sombrias fora do alcance da consciência dos atores, não

pode apreender adequadamente o nível de controle que os agentes estão caracteristicamente aptos a manter de modo reflexivo sobre sua própria conduta.

O agente, a agência

O modelo de estratificação do agente pode ser representado como na Figura 1. O monitoramento reflexivo da atividade é uma característica crônica da ação cotidiana e envolve a conduta não apenas do indivíduo mas também de outros. Quer dizer, os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos, sociais e físicos, dos contextos em que se movem. Por racionalização da ação entendo que os atores – também rotineiramente e, na maioria dos casos, sem qualquer alarde – mantêm um contínuo “entendimento teórico” das bases de sua atividade. Como mencionei, possuir tal entendimento não deve ser equiparado à apresentação discursiva de razões para determinados itens de conduta, nem mesmo à capacidade de especificar tais razões discursivamente. Entretanto, o que agentes competentes esperam dos outros – e esse é o principal critério de competência aplicado na conduta cotidiana – é que os atores sejam habitualmente capazes de explicar a maior parte do que fazem, se indagados. Perguntas freqüentemente formuladas por filósofos acerca de intenções e razões são normalmente apresentadas por atores leigos apenas quando alguma conduta é especificamente enigmática ou então quando há um “lapso” ou

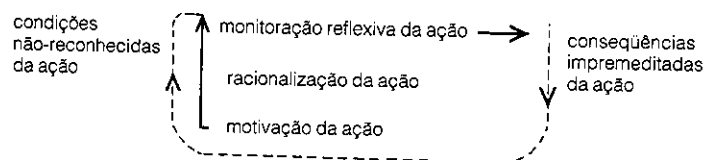


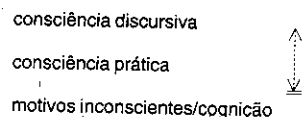
Figura 1

fratura na competência que poderia, de fato, ser intencional. Assim, não perguntaremos comumente a uma outra pessoa por que se empenha numa atividade que é convencional para o grupo ou cultura de que o indivíduo é membro. Tampouco é costume pedir uma explicação se ocorre um lapso para o qual parece improvável que o agente possa ser tido por responsável, como os tropeços na administração do corpo (ver a discussão de “Upal”, pp. 95-6) ou o *lapsus linguae*. Se Freud está certo, entretanto, esses fenômenos poderiam ter um fundamento lógico, se bem que isso só raramente seja percebido pelos perpetradores desses atos falhos ou por outros que os presenciam (ver pp. 109-23).

Eu distingo a monitoração reflexiva e a racionalização da ação de sua motivação. Se as razões se referem aos motivos da ação, estes, por sua vez, referem-se às necessidades que a instigam. Entretanto, a motivação não está tão diretamente vinculada à continuidade da ação quanto sua monitoração reflexiva ou racionalização. Ela refere-se mais ao potencial para a ação do que propriamente ao modo como a ação é cronicamente executada pelo agente. Os motivos tendem a ter uma influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações que, de algum modo, quebram a rotina. Em sua grande maioria, os motivos fornecem planos ou programas globais – “projetos”, na terminologia de Schutz – no âmbito dos quais uma certa gama de condutas são encenadas. Muito de nossa conduta cotidiana não é diretamente motivada.

Embora atores competentes possam quase sempre informar discursivamente sobre suas intenções ao – e razões para – atuar do modo que atuam, podem não fazer necessariamente o mesmo no tocante a seus motivos. A motivação inconsciente é uma característica significativa da conduta humana, embora eu indique mais adiante algumas reservas a respeito da interpretação de Freud da natureza do inconsciente. A noção de consciência prática é fundamental para a teoria de estruturação. É aquela característica do agente ou sujeito humano para a qual o estruturalismo tem sido particularmente cego³. Mas o mesmo tem acontecido com outros tipos de pensamento objetivista.

Somente na fenomenologia e na etnometodologia, dentro das tradições sociológicas, encontramos detalhados e sutis tratamentos da natureza da consciência prática. Com efeito, são essas escolas de pensamento, em conjunto com a filosofia da linguagem ordinária, as responsáveis pelo esclarecimento das deficiências das teorias ortodoxas da ciência social a esse respeito. Não pretendo que a distinção entre consciência discursiva e consciência prática seja rígida e impermeável. Pelo contrário, a divisão entre as duas pode ser alterada por numerosos aspectos da socialização e das experiências de aprendizagem do agente. Não há barreiras entre esses dois tipos de consciência; há apenas as diferenças entre o que pode ser dito e o que, de modo característico, é simplesmente feito. Existem barreiras, porém, centradas principalmente na repressão, entre a consciência discursiva e o inconsciente.



Conforme é explicado em outra parte do livro, proponho esses conceitos em lugar da tradicional tríade psicanalítica de ego, superego e id. A distinção freudiana de ego e id não pode dar conta tranquilamente da análise da consciência prática, a qual carece de abrigo teórico na teoria psicanalítica, assim como nos outros tipos de pensamento social previamente indicados. O conceito de "pré-consciente" talvez seja a noção mais próxima da consciência prática no repertório conceptual da psicanálise, mas, em seu uso geral, significa claramente algo diferente. Em lugar de "ego" é preferível falar de "eu" (como fez Freud, é claro, no alemão original). Esse uso não impede o antropomorfismo, no qual o ego é retratado como uma espécie de mini-agente; mas, pelo menos, ajuda a começar a remediá-lo. O uso de "eu" desenvolve-se a partir do posicionamento do agente em encontros sociais e está-lhe associado daí em diante. Enquanto um termo de tipo predicativo é "vazio" de conteúdo, em comparação com a riqueza das autodescrições do

ator que implicam o "mim". O completo domínio das relações de "eu", "mim", "tu", quando aplicadas reflexivamente no discurso, é de importância decisiva para a competência em formação de agentes que estão aprendendo a linguagem. Uma vez que não uso o termo "ego", é evidentemente preferível dispensar também "superego" – um termo de todo modo tosco. A expressão "consciência moral" serve perfeitamente bem como seu substituto.

Todos esses conceitos referem-se ao agente. E o que dizer da natureza da agência? Isto pode ser ligado com uma nova questão. A *durée* da vida cotidiana ocorre como um fluxo de ação intencional. Entretanto, os atos têm consequências imprevistas; e, como foi indicado na Figura 1, estas podem sistematicamente realimentar-se para constituírem as condições não reconhecidas de novos atos. Assim, uma das consequências normais de eu falar ou escrever de um modo correto em inglês é contribuir para a reprodução da língua inglesa como um todo. O fato de eu falar inglês corretamente é intencional; a contribuição que dou para a reprodução da língua não é. Mas como formularemos o que são as consequências imprevistas?

Admite-se com frequência que a agência humana só pode ser definida em termos de intenções, ou seja, para que um item do comportamento seja considerado uma ação, é preciso que o realizador tenha a intenção de o manifestar, caso contrário o comportamento em questão é apenas uma resposta reativa. Essa visão deriva certa plausibilidade, talvez, do fato de haver alguns atos que não podem ocorrer a menos que o agente tenha essa intenção. O suicídio é um caso ilustrativo. Malgrado os esforços conceptuais de Durkheim em contrário, só é possível dizer que o "suicídio" ocorreu quando se constatou algum tipo de intenção de precipitar a autodestruição. Uma pessoa que sai do meio-fio da calçada e é atropelada por um carro não pode ser qualificada de "suicida" se o evento foi acidental; é algo que acontece ao indivíduo e não algo que o indivíduo faz. Entretanto, o suicídio não é típico da maioria dos atos humanos, no que se refere a intenções, na medida em que se pode di-

zer que ocorreu somente quando seu perpetrador quis que ocorresse. A maioria dos atos não tem essa característica.

Alguns filósofos argumentaram, porém, que para um evento que envolve um ser humano ser considerado um exemplo de agência é necessário, pelo menos, que o que a pessoa faz possa ser descrito como intencional, mesmo que o agente esteja enganado acerca dessa descrição. Um oficial num submarino puxa uma alavanca com a intenção de mudar o curso, mas, em vez disso, tendo acionado a alavanca errada, afunda o *Bismarck*. Ele fez algo intencionalmente, embora não o que imaginara, mas desse modo o *Bismarck* foi a pique através de sua agência. Se alguém derrama intencionalmente café, pensando erradamente tratar-se de chá, derramar o café é um ato dessa pessoa, ainda que não cometido intencionalmente; sob uma outra descrição, como “derramar o chá”, é intencional⁴. (Na maioria dos casos, “derramar” alguma coisa tende a sugerir que o ato não é intencional. É um desliz no decorrer de uma ação em que a pessoa está procurando fazer algo totalmente diferente, por exemplo, passar a xícara de chá para as mãos de outra pessoa. Freud afirma que quase todos esses deslizes comportamentais, como o *lapsus linguae*, são na realidade inconscientemente motivados. Isso, é claro, coloca-os sob descrições intencionais vistos de um outro ângulo.)

Mas até mesmo o ponto de vista segundo o qual, para ser considerado um exemplo de “agência”, um evento deve ser intencional somente sob *uma ou outra* descrição é errado. Ele confunde a designação de “agência” com a dotação de descrições de atos⁵; confunde a monitoração contínua de uma ação que os indivíduos executam com as propriedades definidoras dessa ação como tal. “Agência” não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que “agência” subentende poder: cf. uma definição de agente do *Oxford English Dictionary* como “alguém que exerce poder ou produz um efeito”). “Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado

de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia. Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, *faço*. Inversamente, pode haver circunstâncias em que pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha “agência”. Tomemos o exemplo do café derramado. Supondo-se que um indivíduo, *A*, era um espírito malicioso e pregava uma peça, colocando a xícara num pires num tal ângulo que, quando alguém a pegasse, o mais provável é que o café derramasse. O indivíduo *B* pega a xícara, que logo entorna. Seria correto dizer que o que *A* fez provocou o incidente ou, pelo menos, contribuiu para sua ocorrência. Mas *A* não derramou o café; foi *B* quem o derramou. O indivíduo *B*, que não pretendia derramá-lo, o fez, foi o agente ativo; o indivíduo *A*, que pretendia ver o café derramado, não o derramou.

Mas o que é fazer alguma coisa não intencionalmente? É diferente de provocar conseqüências não intencionalmente? Considere-se o chamado “efeito de acordeão” da ação⁶. Um indivíduo aciona um interruptor para iluminar um quarto. Embora seja um ato intencional, o fato de que acender a luz alerta um gatuno não é. Supondo que o gatuno fuja rua abaixo, seja interceptado por um policial e, depois de processado, passe um ano na cadeia para cumprir sentença por arrombamento de domicílio, tudo foi conseqüência não intencional do ato de acionar o interruptor da luz? Quais foram as coisas que o indivíduo “fez”? Mencionarei um exemplo adicional, extraído de uma teoria de segregação étnica⁷. Um padrão de segregação étnica poderia desenvolver-se, sem qualquer dos envolvidos pretender que isso acontecesse, da seguinte maneira, que pode ser ilustrada por analogia. Imagine-se um tabuleiro de xadrez que tem um jogo de peças de 5 pence e um jogo de peças de 10 pence. Elas estão distribuídas ao acaso no tabuleiro tal como indivíduos poderiam estar numa área urbana. Presume-se que,

embora não sintam hostilidade em relação ao outro grupo, os membros de cada grupo não querem viver num bairro onde estão etnicamente em minoria. No tabuleiro de xadrez cada peça é movimentada até encontrar-se numa posição tal que pelo menos 50% das peças vizinhas sejam do mesmo tipo. O resultado é um padrão de extrema segregação. As peças de 10 pence acabam sendo uma espécie de gueto no meio das de 5 pence. O “efeito de composição” é um resultado de um agregado de atos – sejam os de movimentar peças no tabuleiro ou os de agentes num mercado de imóveis –, cada um dos quais é intencionalmente executado. Mas o resultado final não é pretendido nem desejado por ninguém. É, por assim dizer, um feito de todos e de ninguém.

Para compreender o que é fazer algo de forma não intencional, temos de deixar claro, em primeiro lugar, como “intencional” deve ser entendido. Defino esse conceito como o que caracteriza um ato que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e no qual esse conhecimento é utilizado pelo autor para obter essa qualidade ou desfecho⁸. Se a caracterização de “agência” dada acima é correta, temos de separar a questão do que um agente “faz” daquilo que é “pretendido” ou os aspectos intencionais do que é feito. “Agência” refere-se a fazer. Acionar o interruptor da luz foi algo que o agente fez, e alertar o ladrão foi também algo que o agente fez. Não foi intencional se o ator ignorava que o ladrão estava na casa e se, por alguma razão, embora soubesse da presença do ladrão, o agente não desejou usar esse conhecimento para alertar o intruso. Atos não intencionais podem ser conceptualmente separados das consequências involuntárias das ações, embora a distinção não importe sempre que o foco de interesse seja a relação entre o intencional e o não intencional. As consequências do que os atores fazem, intencionalmente ou não, são eventos que não teriam acontecido se eles tivessem se comportado de modo diferente, mas cuja realização não está ao alcance do poder do agente (independentemente de quais eram suas intenções).

Penso ser possível dizer que todas as coisas acontecidas ao assaltante depois de acendida a luz foram consequências imprevistas do ato, uma vez que o indivíduo em questão ignorava a presença do ladrão e, por conseguinte, iniciou a sequência não intencionalmente. Se existem complexidades nisso, elas têm a ver com o fato de um ato aparentemente trivial poder deflagrar eventos cada vez mais distanciados dele no tempo e no espaço, e não com a premeditação ou não dessas consequências pelo perpetrador do ato original. Geralmente é verdade que quanto mais as consequências de um ato se distanciam no tempo e no espaço do contexto original desse ato, menos provável é que essas consequências sejam intencionais – mas isso, evidentemente, é influenciado pelo alcance da cognoscitividade que os atores possuem (ver pp. 105-8) e pelo poder que são capazes de mobilizar. O habitual seria pensarmos sobre o que o agente “faz” – em contraste com as consequências decorrentes do que foi feito – em termos dos fenômenos que o agente tem mais ou menos sob seu controle. Na maioria das esferas da vida, e das formas de atividade, o âmbito do poder de controle limita-se aos contextos imediatos de ação ou interação. Assim, diríamos que acender a luz foi algo que o agente fez, e provavelmente também alertar o ladrão, mas que não causou a captura deste pela polícia nem a condenação a um ano na cadeia. Embora fosse possível que tais eventos não tivessem acontecido naquele momento e local sem o ato de acionar o interruptor, sua ocorrência dependeu de muitos outros resultados contingentes para eles serem algo que o ator original tenha “feito”.

Os filósofos consumiram grandes quantidades de tinta tentando analisar a natureza da atividade intencional. Mas, do ponto de vista das ciências sociais, é difícil exagerar a importância das consequências involuntárias de uma conduta intencional. Merton forneceu a que talvez seja a discussão clássica da questão⁹. Sublinha ele, de forma inteiramente correta, que o estudo das consequências imprevistas é fundamental para o empreendimento sociológico. Um dado item da atividade pode ter consequências a) não significativas ou b) significati-

vas, e c) singularmente significativas ou d) multiplamente significativas. O que é julgado "significativo" dependerá da natureza do estudo em empreendimento ou da teoria em desenvolvimento¹⁰. Entretanto, Merton prossegue depois conjugando as conseqüências involuntárias com a análise funcional, uma iniciativa conceptual que, embora convencionalmente aceita na literatura sociológica, desejo rejeitar. É importante entender, em especial, que a análise de conseqüências impremeditadas não torna compreensíveis (ao contrário do que Merton afirma) as formas ou padrões aparentemente irracionais de conduta social. Merton contrasta a atividade intencional (funções manifestas) com suas conseqüências impremeditadas (funções latentes). Um dos objetos da identificação de funções latentes é mostrar que atividades sociais aparentemente irracionais podem, no fim de contas, não ser tão irracionais assim. Isso é o mais provável de acontecer, segundo Merton, no caso de atividades ou práticas duradouras. Estas podem frequentemente ser rejeitadas como "superstições", "irracionalidades", "mera inércia de tradição" etc. Entretanto, na opinião de Merton, se descobrimos que elas possuem uma função latente – uma conseqüência ou conjunto de conseqüências impremeditadas que ajudam a assegurar a contínua reprodução da prática em questão –, então demonstramos que não são tão irracionais.

Assim, um cerimonial, por exemplo, "pode cumprir a função latente de reforçar a identidade do grupo ao propiciar uma ocasião periódica em que seus membros dispersos se reúnem para realizar uma atividade comum"¹¹. Mas é um equívoco supor que tal demonstração de uma relação funcional fornece uma razão para a existência de uma prática. O que está sendo mais ou menos sub-repticiamente introduzido aqui é uma concepção de "razões da sociedade" com base nas necessidades sociais imputadas. Assim, se entendemos que o grupo "necessita" do cerimonial para sobreviver, consideramos que a manutenção deste último deixa de ser irracional. Mas dizer que a existência de um estado social *A* necessita de uma prática social *B* para ajudá-lo a sobreviver em forma reconhecidamente semelhante é colocar uma questão que terá então de ser respon-

dida, pois ela própria não é a resposta. A relação entre *A* e *B* não é análoga à relação que existe entre carências ou necessidades e intenções no ator individual. No indivíduo, as carências constitutivas dos impulsos motivacionais do ator geram uma relação dinâmica entre motivação e intencionalidade. Não é esse o caso dos sistemas sociais, exceto quando os atores se comportam com conhecimento do que entendem por necessidades sociais¹².

Depois destas observações, não há como discordar da ênfase de Merton sobre a importância de conectar conseqüências impremeditadas da ação com práticas institucionalizadas, aquelas que estão profundamente enraizadas no tempo e no espaço. Isso representa o mais importante entre três principais contextos de pesquisa – separáveis uns dos outros apenas analiticamente – nos quais a influência das conseqüências impremeditadas pode ser analisada. Um é o tipo de exemplo acender a luz/alertar o assaltante/causar a fuga do assaltante/etc. O interesse do pesquisador, neste caso, está na acumulação de eventos derivados de uma circunstância iniciadora, sem a qual essa acumulação não teria sido observada. A análise de Max Weber dos efeitos da batalha de Maratona sobre o desenvolvimento subsequente da cultura grega, e, por conseguinte, da formação da cultura européia em geral é um caso pertinente, assim como sua discussão das conseqüências do disparo da bala que matou o arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo¹³. A preocupação é com um conjunto singular de eventos, remontados até as origens e analisados contrafactualmente. O pesquisador pergunta: "O que teria acontecido aos eventos *B*, *C*, *D*, *E*... se *A* não tivesse ocorrido?" – procurando assim identificar o papel de *A* na cadeia ou seqüência.

Um segundo tipo de contexto que poderá ser focalizado pelo analista social é aquele em que, em vez de um padrão de conseqüências impremeditadas, iniciadas por um único evento, existe um padrão resultante de um complexo de atividades individuais. A discussão sobre a segregação étnica, mencionada acima, é um exemplo disso. Aí, um "resultado final" definido é considerado o fenômeno a ser explicado, e demonstra-se que

esse resultado final deriva como consequência impremeditada de um agregado de cursos de conduta intencional. O tema da racionalidade tende a emergir novamente aqui, embora desta vez não exista nenhuma objeção lógica a fazer-lhe. Como os teóricos do jogo sublinharam de modo convincente, o resultado de uma série de ações racionais, empreendidas separadamente por atores individuais, pode ser irracional para todos eles¹⁴. Os “efeitos perversos” são apenas um tipo de consequência impremeditada, embora seja verdade, sem dúvida, que as situações em que eles ocorrem revestem-se de particular interesse¹⁵.

O terceiro tipo de contexto em que podem ser traçadas as consequências impremeditadas é aquele apontado por Merton: quando o interesse do analista recai sobre os mecanismos de reprodução de práticas institucionalizadas. Neste caso, as consequências impremeditadas da ação formam as condições reconhecidas de ação ulterior num ciclo de *feedback* não reflexivo (laços casuais). Já sublinhei que não é suficiente isolar as relações funcionais a fim de explicar por que ocorre esse *feedback*. Como acontece, então, que ciclos de consequências não intencionais realimentem-se para promover a reprodução social por longos períodos de tempo? De maneira geral, isso não é difícil de analisar. Atividades repetitivas, localizadas num contexto único de tempo e espaço, têm consequências regularizadas, impremeditadas pelos que se empenham nelas, em contextos espaço-temporais mais ou menos “distantes”. O que acontece nessa segunda série de contextos influencia, portanto, direta ou indiretamente, as condições ulteriores de ação no contexto original. Para entender o que está acontecendo, não são necessárias outras variáveis explanatórias além daquelas que explicam por que os indivíduos são motivados a empenhar-se em práticas sociais através do tempo e do espaço, e que consequências advêm. As consequências não intencionais são regularmente “distribuídas” como um subproduto do comportamento regularizado reflexivamente sustentado como tal por seus participantes.

Agência e poder

Qual é a natureza da conexão lógica entre ação e poder? Embora as ramificações da questão sejam complexas, a relação básica envolvida pode ser facilmente apontada. Ser capaz de “atuar de outro modo” significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exhibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. A ação depende da capacidade do indivíduo de “criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para “criar uma diferença”, isto é, para exercer alguma espécie de poder. Muitos casos interessantes para a análise social gravitam em torno dos limites do que pode ser considerado ação — quando o poder do indivíduo é limitado por uma gama de circunstâncias especificáveis¹⁶. Mas é de primordial importância reconhecer que as circunstâncias de coerção social, em que os indivíduos “não têm escolha”, não podem ser equiparadas com a dissolução da ação como tal. “Não ter escolha” não significa que a ação foi substituída por reação (como quando uma pessoa pestaneja se um movimento rápido é feito perto de seus olhos). Isso poderia parecer tão óbvio que não precisaria sequer ser dito. Mas algumas escolas muito proeminentes de teoria social, associadas principalmente com o objetivismo e com a “sociologia estrutural”, não reconheceram essa distinção. Elas partiram do pressuposto de que as coerções atuam como forças na natureza, como se “não ter escolha” fosse equivalente a ser irresistível e incompreensivelmente impelido por pressões mecânicas (ver pp. 247-50).

Colocando essas observações de um outro modo, podemos dizer que a ação envolve logicamente poder no sentido de capacidade transformadora. Nesse sentido, pelo significado mais abrangente de “poder”, o poder é logicamente anterior à subjetividade, à constituição da monitoração reflexiva da con-

duta. Vale a pena enfatizar esse ponto, porque as concepções de poder nas ciências sociais tendem a refletir fielmente o dualismo de sujeito e objeto a que nos referimos antes. Assim, "poder" é definido, com muita frequência, em termos de intenção ou de vontade, como a capacidade de obter resultados desejados e pretendidos. Outros autores, por contraste, entre eles Parsons e Foucault, vêem o poder como, acima de tudo, uma propriedade da sociedade ou da comunidade social.

A questão não é eliminar um desses tipos de concepção à custa do outro, mas expressar a relação entre eles como uma característica da dualidade da estrutura. Em minha opinião, Bachrach e Baratz estão certos quando, em sua muito conhecida discussão do assunto, dizem que o poder tem duas "faces" (não três, como declara Steven Lukes)¹⁷. Eles representam essas faces como a capacidade de atores de colocar em vigor decisões que preferem, por um lado, e como a "mobilização de tendências" que está embutida nas instituições, por outro. Isso não é totalmente satisfatório porque preserva uma concepção de poder soma-zero. Em vez de usar a terminologia deles, podemos expressar a dualidade de estrutura nas relações de poder da seguinte maneira. Os recursos (focalizados via significação e legitimação) são propriedades estruturadas de sistemas sociais, definidos e reproduzidos por agentes dotados de capacidade cognoscitiva no decorrer da interação. O poder não está intrinsecamente ligado à realização de interesses seccionais. Nessa concepção, o uso do poder não caracteriza tipos específicos de conduta, mas toda a ação, e o poder não é em si mesmo um recurso. Os recursos são veículos através dos quais o poder é exercido, como um elemento rotineiro da exemplificação da conduta na reprodução social. Não devemos conceber as estruturas de dominação firmadas em instituições sociais como se de alguma forma produzissem laboriosamente "corpos dóceis" que se comportam como os autônomos sugeridos pela ciência social objetivista. O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social. Mas todas as for-

mas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. É a isso que chamo de *dialética do controle* em sistemas sociais.

Estrutura, estruturação

Passemos agora ao cerne da teoria da estruturação: os conceitos de "estrutura", "sistema" e "dualidade de estrutura". A noção de estrutura (ou "estrutura social"), é claro, goza de grande destaque nos escritos da maioria dos autores funcionalistas e emprestou seu nome às tradições do "estruturalismo". Mas em nenhum caso isso é conceituado de uma forma mais bem adaptada às exigências da teoria social. Os autores funcionalistas e seus críticos deram muito mais atenção à idéia de "função" do que à de "estrutura" e, conseqüentemente, esta última tendeu a ser usada como uma noção recebida. Mas não pode haver dúvida sobre o modo como "estrutura" é usualmente entendida pelos funcionalistas e, de fato, pela vasta maioria dos analistas sociais – como uma espécie de "padronização" das relações sociais ou dos fenômenos sociais. Com frequência, isso é ingenuamente concebido em termos de imagens visuais, análogas ao esqueleto ou morfologia de um organismo ou às vigas-mestras de um edifício. Tais concepções estão intimamente ligadas ao dualismo de sujeito e objeto social: "estrutura" apresenta-se nesse caso como "externa" à ação humana, como uma fonte de restrição à livre iniciativa do sujeito independentemente constituído. Tal como foi conceituada no pensamento estruturalista e pós-estruturalista, por outro lado, a noção de estrutura é mais interessante. Ela é caracteristicamente concebida, aí, não como uma padronização de presenças, mas como uma interseção de presença e ausência; os códigos subjacentes têm de ser inferidos de manifestações superficiais.

Essas duas idéias de estrutura talvez pareçam, à primeira vista, sem nenhuma relação entre si, mas, de fato, ambas se relacionam com importantes aspectos da estruturação de rela-

ções sociais, aspectos que, na teoria da estruturação, são apreendidos mediante o reconhecimento de uma diferenciação entre os conceitos de “estrutura” e “sistema”. Ao analisar relações sociais, temos de reconhecer tanto uma dimensão sintagmática, a padronização de relações sociais no tempo-espaço envolvendo a reprodução de práticas localizadas, quanto uma dimensão paradigmática, envolvendo uma ordem virtual de “modos de estruturação” recursivamente implicados em tal reprodução. Nas tradições estruturalistas, há habitualmente ambigüidade sobre se as estruturas se referem a uma matriz de transformações admissíveis dentro de um conjunto ou a regras de transformação que governam a matriz. Eu trato a estrutura, pelo menos em seu significado mais elementar, como referente a tais regras (e recursos). É enganoso, porém, falar de “regras de transformação”, porque todas as regras são inerentemente transformacionais. Assim, a estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a “delimitação” de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma “sistêmica”. Dizer que estrutura é uma “ordem virtual” de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm “estruturas”, mas antes exibem “propriedades estruturais”, e que a estrutura só existe, como presença espaço-temporal, em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva. Isso não nos impede de conceber as propriedades estruturais como hierarquicamente organizadas em termos de extensão espaço-temporal das práticas que elas recursivamente organizam. As propriedades estruturais mais profundamente embutidas, implicadas na reprodução de totalidades sociais, chamo de *princípios estruturais*. Aquelas práticas que possuem a maior extensão espaço-temporal, dentro de tais totalidades, podem ser designadas como *instituições*.

Falar de estrutura enquanto “regras” e recursos, e de estruturas enquanto conjuntos isoláveis de regras e recursos, impli-

ca um evidente risco de interpretação errônea devido a certos usos dominantes de “regras” na literatura filosófica.

- 1) As regras são pensadas freqüentemente em ligação com jogos, como prescrições formalizadas. Aquelas envolvidas na reprodução de sistemas sociais não são geralmente desse tipo. Mesmo as que são codificadas como leis estão sujeitas, de forma característica, a uma diversidade muitíssimo maior de contestações do que as regras de jogos. Embora o uso destas últimas, como o xadrez etc., enquanto prototípico das propriedades governadas por regras de sistemas sociais, seja freqüentemente associado a Wittgenstein, mais importante é o que Wittgenstein tem a dizer sobre os jogos de crianças enquanto exemplificação das rotinas da vida social.
- 2) As regras são freqüentemente tratadas no singular, como se pudessem estar relacionadas com exemplos ou casos específicos de conduta. Mas isso é sumamente enganoso se encarado como análogo ao funcionamento da vida social, na qual as práticas são sustentadas em associação com conjuntos mais ou menos livremente organizados.
- 3) As regras não podem ser conceituadas separadamente dos recursos, os quais se referem aos modos pelos quais as relações transformadoras são realmente incorporadas à produção e reprodução de práticas sociais. Assim, as propriedades estruturais expressam formas de *dominação e poder*.
- 4) As regras subentendem “procedimentos metódicos” de interação social, como Garfinkel, em especial, deixou bem claro. Elas entrecruzam-se tipicamente com práticas na contextualidade de encontros localizados: a gama de considerações *ad hoc* que esse autor identifica está cronicamente envolvida com a exemplificação de regras e é fundamental para a forma de tais regras. Todo ator social competente, acrescente-se, é *ipso facto* um teórico social no nível da consciência discursiva e um “especialista metodológico” nos níveis de consciência prática e discursiva.
- 5) As regras possuem dois aspectos, e é essencial distingui-los conceptualmente, uma vez que alguns escritores filosófi-

cos, como Winch, são propensos a fundi-los. Por um lado, as regras relacionam-se com a constituição de *significado* e, por outro, com o *sancionamento* dos modos de conduta social.

Apresentei o uso acima de "estrutura" para ajudar a desfazer o caráter fixo ou mecânico que o termo é propenso a ter no uso sociológico ortodoxo. Os conceitos de "sistema" e de "estruturacão" cumprem muito da função que geralmente é atribuída à "estrutura". Ao propor um emprego de "estrutura" que poderá parecer, à primeira vista, muito distante das interpretações convencionais do termo, não pretendo sustentar que versões mais vagas sejam completamente abandonadas. "Sociedade", "cultura" e uma gama de outras formas da terminologia sociológica podem ter usos duplos que criam dificuldades somente em contextos em que há uma diferença na natureza das declarações que os empregam. Do mesmo modo, não tenho qualquer objeção especial a se falar de "estrutura de classe", "a estrutura das sociedades industrializadas", etc., quando essas expressões se propõem indicar, de um modo geral, características institucionais relevantes de uma sociedade ou gama de sociedades.

Uma das principais proposições da teoria da estruturacão é que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema (a dualidade de estrutura). Mas como interpretar essa afirmação? Em que sentido é lícito afirmar que, quando me dedico às minhas tarefas cotidianas, minhas atividades incorporam e reproduzem, digamos, as instituições globais do capitalismo moderno? Que regras estão sendo aqui invocadas, em todo o caso? Consideremos os seguintes exemplos possíveis do que são regras:

- 1) "A regra que define o xeque-mate no xadrez é...";
- 2) Uma fórmula: $a_n = n^2 + n - 1$;
- 3) "Como regra, R levanta-se todos os dias às 6 horas";
- 4) "É uma regra que todos os operários devem bater seu ponto às 8 horas da manhã".

Muitos outros exemplos poderiam, é claro, ser oferecidos, mas estes servirão no presente contexto. No exemplo 3, "regra" é mais ou menos equivalente a hábito ou rotina. O sentido de "regra" é bastante fraco, porquanto não pressupõe geralmente alguma espécie de preceito subjacente a que o indivíduo está obedecendo nem qualquer sanção aplicável para escorar esse preceito; é simplesmente algo que a pessoa faz de maneira habitual. O hábito é parte da rotina, e darei muita ênfase à importância da rotina na vida social. As "regras", tal como as entendo, certamente incidem sobre numerosos aspectos da prática rotineira, mas uma prática rotineira não é uma regra.

Os casos 1 e 4 pareceram a muitos representar dois tipos de regra: a constitutiva e a reguladora. Explicar a regra que governa o xeque-mate no xadrez é dizer algo sobre o que participa da própria criação do xadrez como jogo. A regra de que os operários devem bater o ponto a uma determinada hora, por outro lado, não ajuda a definir em que consiste o trabalho; ela especifica como este deve ser exercido. Como diz Searle, as regras reguladoras são comumente parafraseadas na forma "Fazer X" ou "Se Y, fazer X". Algumas regras constitutivas terão esse caráter mas a maioria terá a forma "X vale como Y" ou "X vale como Y no contexto C"¹⁸. A existência de algo suspeito nessa distinção, como referente a dois tipos de regra, é indicada pela inadequação etimológica do termo "regra reguladora". Afinal, a palavra "regulador" já subentende "regra": sua definição no dicionário é "o que controla por meio de regras". Eu diria que 1 e 4 expressam, na verdade, antes dois aspectos de regras do que dois tipos variantes de regra. O exemplo 1 é certamente parte do que o xadrez é, mas, para os enxadristas, ele tem propriedades sancionadoras ou "reguladoras"; refere-se a aspectos do jogo que devem ser observados. Mas o exemplo 4 também possui aspectos constitutivos. Talvez não participe da definição do que seja "trabalho", mas certamente entra na de um conceito como "burocracia industrial". Os exemplos 1 e 4 dirigem a nossa atenção, na realidade, para dois aspectos das regras: seu papel na constituição do significado e sua estreita conexão com sanções.

O exemplo 2 poderá parecer o menos promissor como uma forma de conceituar “regra” que possua alguma relação com “estrutura”. Na verdade, argumentarei, trata-se do mais apropriado entre os quatro. Não quero com isso dar a entender que a vida social possa ser reduzida a um conjunto de princípios matemáticos, o que está muito longe de meu modo de pensar. Quero dizer que está na natureza das fórmulas o fato de podermos revelar do melhor modo qual é o sentido analiticamente mais efetivo de “regra” em teoria social. A fórmula $a_n = n^2 + n - 1$ é extraída do exemplo de Wittgenstein de jogos numéricos¹⁹. Uma pessoa escreve uma seqüência de números; uma segunda elabora a fórmula, fornecendo os números que se seguem. O que é uma fórmula desse tipo e o que significa entendê-la? Entendê-la não é expressá-la. Pois uma pessoa poderia expressá-la sem entender a série; alternativamente, é possível compreender a série sem ser capaz de dar expressão verbal à fórmula. Compreender não é um processo mental acompanhando a solução do enigma que a seqüência de números apresenta – pelo menos, não é um processo mental no sentido em que o é ouvir uma melodia ou frase declamada. É simplesmente ser capaz de aplicar a fórmula no contexto e do modo corretos, a fim de continuar a série.

Uma fórmula é um procedimento generalizável: generalizável porque se aplica a uma vasta gama de contextos e ocasiões; um procedimento porque permite a continuação metódica de uma seqüência estabelecida. São as regras lingüísticas assim também? Penso que sim – muito mais do que os tipos de regra de que nos fala Chomsky. E isso parece também harmonizar-se com os argumentos de Wittgenstein ou, de qualquer forma, com uma possível interpretação dos mesmos. De acordo com Wittgenstein, “compreender uma linguagem significa dominar uma técnica”²⁰. Isso pode ser traduzido da seguinte maneira: o uso da linguagem é primordialmente metodológico, e as regras da linguagem são procedimentos metodicamente aplicados que estão envolvidos nas atividades práticas da vida cotidiana. Esse aspecto da linguagem é muito importante, embora quase nunca receba grande destaque por parte da maioria

dos seguidores de Wittgenstein. As regras “enunciadas” como os exemplos 1 e 4 são interpretações de atividade, assim como se relacionam com tipos específicos de atividades: todas as regras codificadas adotam essa forma, uma vez que conferem expressão verbal ao que supostamente é feito. Mas as regras são procedimentos de ação, aspectos da *práxis*. É por referência a isso que Wittgenstein resolve o que ele, em primeiro lugar, estabelece como um “paradoxo” de regras e acompanhamento de regras. O paradoxo está em não se poder dizer que algum curso de ação é guiado por uma regra, porque todo curso de ação pode ser traçado de modo a concordar com essa regra. Entretanto, se esse é o caso, também é verdade que se pode fazer com que todo e qualquer curso de ação conflite com essa regra. Temos aqui um mal-entendido, uma confusão entre a interpretação ou expressão verbal de uma regra e a obediência a ela²¹.

Encaremos as regras da vida social, portanto, como técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais. As regras formuladas – aquelas que recebem expressão verbal, como cânones de lei, normas burocráticas, regras de jogos etc. – são, pois, interpretações codificadas de regras como tais. Devem ser aceitas não como regras exemplificadoras em geral, mas como tipos específicos de regra formulada, os quais, em virtude de sua formulação aberta, assumem várias qualidades específicas²².

Até agora, essas considerações oferecem apenas uma abordagem preliminar do problema. Como é que as fórmulas se relacionam com as práticas de que os atores sociais se ocupam, e em que tipos de fórmulas estamos mais interessados para os fins gerais de análise social? Quanto à primeira parte da pergunta, podemos dizer que a consciência de regras sociais, expressa sobretudo na consciência prática, é o próprio âmago daquela “cognoscitividade” que caracteriza especificamente os agentes humanos. Como atores sociais, todos os seres humanos são altamente “instruídos” no que diz respeito ao conhecimento que possuem e aplicam na produção e reprodução de encontros sociais cotidianos; o grande volume desse conhecimento é, em sua maioria, de caráter mais prático do que teórico. Como

Schutz e muitos outros sublinharam, os atores empregam esquemas simbolizados (fórmulas) no decorrer de suas atividades diárias para resolver rotineiramente as situações da vida social. O conhecimento do procedimento, ou o domínio das técnicas de “fazer” atividade social, é metodológico por definição. Quer dizer, tal conhecimento não especifica todas as situações que um ator poderá defrontar, nem poderia fazê-lo; ele proporciona a capacidade genérica de reagir a uma gama indeterminada de circunstâncias sociais e de influenciá-las.

Os tipos de regras que se revestem da maior importância para a teoria social estão circunscritos à reprodução de práticas institucionalizadas, isto é, práticas mais profundamente sedimentadas no tempo-espço²³. As principais características das regras pertinentes às questões gerais de análise social podem ser descritas da seguinte maneira:

intensivo	tácito	informal	fracamente sancionado
superficial	discursivo	formalizado	fortemente sancionado

Por regras de algum modo intensivas entendo as fórmulas constantemente invocadas no decorrer das atividades do dia-a-dia, que entram na estruturação de grande parte da textura da vida cotidiana. As regras da linguagem têm esse caráter. Mas também é o caso, por exemplo, dos procedimentos utilizados por atores na organização do revezamento em conversações ou em interação. Eles podem ser contrastados com regras que, embora tenham talvez um escopo mais amplo, têm um impacto apenas superficial sobre boa parte da textura da vida social. Esse contraste é importante, quando menos pelo fato de ser comumente aceito como ponto pacífico pelos cientistas sociais que as regras mais abstratas – por exemplo, a lei codificada – são as mais influentes na estruturação da atividade social. Eu proporia, entretanto, que muitos procedimentos aparentemente triviais seguidos na vida diária exercem uma influência mais profunda sobre a generalidade da conduta social. As demais categorias devem ser mais ou menos óbvias. A maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais são apenas tacitamente apreendidas pelos atores: eles sabem como

“prosseguir”. *A formulação discursiva de uma regra já é uma interpretação dela e, conforme assinalai, pode em si e de si mesma alterar a forma de sua aplicação.* Entre as regras que não são apenas discursivamente formuladas, mas formalmente codificadas, o caso típico é o das leis. As leis, é claro, estão entre os tipos mais fortemente sancionados de regras sociais, e nas sociedades modernas elas têm gradações formalmente descritas de retribuição. Contudo, seria um grave erro subestimar a força de sanções informalmente aplicadas em relação a uma variedade de práticas cotidianas corriqueiras. À parte tudo o mais que se possa pensar ter sido demonstrado pelos “experimentos com confiança” de Garfinkel, uma coisa pelo menos é certa: eles mostram a força extraordinariamente irresistível e convincente de que estão investidas características aparentemente secundárias da resposta coloquial²⁴.

As qualidades estruturadoras das regras podem ser estruturadas, em primeiro lugar, em relação à formação, manutenção, término e reconstituição de encontros. Embora uma variedade impressionante de procedimentos e táticas seja usada pelos agentes na constituição e reconstituição de encontros, é possível que os particularmente importantes sejam os envolvidos na manutenção da segurança ontológica. Os “experimentos” de Garfinkel são certamente relevantes nesse aspecto. Eles indicam que as prescrições envolvidas na estruturação da interação diária são muito mais fixas e restritivas do que possam parecer, dada a desenvoltura com que são ordinariamente obedecidas. Isso se deve certamente ao fato de as respostas ou atos desviantes que Garfinkel ensinou a seus “experimentadores” terem perturbado o senso de segurança ontológica dos “sujeitos” pela corrosão da inteligibilidade do discurso. Violar ou ignorar regras não é, evidentemente, a única maneira pela qual podem ser estudadas as propriedades constitutivas e sancionadoras de regras intensivamente invocadas. Mas não há dúvida de que Garfinkel ajudou a desvendar um campo extraordinariamente rico de estudo – realizando a “alquimia do sociólogo”, a “transmutação de qualquer fragmento de atividade social comum numa esclarecedora publicação”²⁵.

Distingo “estrutura” como termo genérico de “estruturas” no plural e ambas das “propriedades estruturais de sistemas sociais”²⁶. “Estrutura” refere-se não só a regras envolvidas na produção e reprodução de sistemas sociais, mas também a recursos (sobre os quais eu não disse muito até agora, mas o farei em breve). Como acontece comumente com seu uso nas ciências sociais, o termo “estrutura” tende a ser ligado com os aspectos mais duradouros dos sistemas sociais em mente, e não quero perder essa conotação. Os mais importantes aspectos da estrutura são as regras e os meios recursivamente envolvidos em instituições. As instituições são, por definição, os aspectos mais duradouros da vida social. Ao falar das propriedades estruturais dos sistemas sociais refiro-me às suas características institucionalizadas, proporcionando “solidez” através do tempo e do espaço. Uso o conceito de “estruturas” para chegar às relações de transformação e mediação que constituem as “chaves de circuito” subjacentes às condições observadas de reprodução de sistema.

Responderei agora à pergunta que formulei originalmente: de que maneira é possível dizer que a conduta de atores individuais reproduz as propriedades estruturais de coletividades maiores? A questão é, ao mesmo tempo, mais fácil e mais difícil de responder do que parece. Num nível lógico, a resposta não passa de um truísmo. Quer dizer, embora a existência continuada de grandes coletividades ou sociedades não dependa, evidentemente, das atividades de qualquer indivíduo em particular, elas manifestamente deixariam de existir se todos os agentes envolvidos desaparecessem. Num nível substantivo, a resposta à pergunta depende de questões ainda por tratar – as concernentes aos mecanismos de integração de diferentes tipos de totalidade social. É sempre o caso de que a atividade cotidiana de atores sociais apóia-se e reproduz aspectos estruturais de sistemas sociais mais amplos. Mas as “sociedades” – como deixarei claro – não são necessariamente coletividades unificadas. A “reprodução social” não deve ser equiparada à consolidação da coesão social. A localização de atores e de coletividades em diferentes setores ou regiões de sistemas sociais mais

abrangentes influencia fortemente o impacto mesmo de sua conduta mais habitual sobre a integração das totalidades sociais. Neste ponto, atingimos os limites de exemplos lingüísticos que poderiam ser usados para ilustrar o conceito da dualidade de estrutura. É possível obter considerável esclarecimento para os problemas de análise social a partir do estudo das quantidades recursivas da fala e da linguagem. Quando produzo uma expressão gramatical, apóio-me nas mesmas regras sintáticas que essa expressão ajuda a produzir. Mas falo a “mesma” linguagem dos outros locutores de minha comunidade lingüística; todos compartilhamos das mesmas regras e práticas lingüísticas, oferecemos ou tomamos uma gama de variações relativamente secundárias. Não é necessariamente esse o caso das propriedades estruturais de sistemas sociais em geral. Mas esse é um problema que não está relacionado com o conceito de dualidade da estrutura como tal. Relaciona-se com o modo como devem ser conceituados os sistemas sociais, especialmente as “sociedades”.

A dualidade da estrutura

<i>Estrutura(s)</i>	<i>Sistema(s)</i>	<i>Estruturação</i>
Regras e recursos, ou conjuntos de relações de transformação, organizados como propriedades de sistemas sociais	Relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares	Condições governando a continuidade ou transmutação de estruturas e, portanto, a reprodução de sistemas sociais

Resumamos nossa argumentação até aqui. A estrutura, como conjuntos de regras e recursos recursivamente organizados, está fora do tempo e do espaço, exceto em suas exemplificações e coordenação como traços mnêmicos, e é marcada por uma “ausência do sujeito”. Os sistemas sociais em que a estrutura está recursivamente implicada, pelo contrário, compreendem as atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. Analisar a estruturação de

sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados que se apóiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação. Crucial para a idéia de estruturação é o teorema da dualidade da estrutura, o qual está logicamente subentendido nos argumentos acima apresentados. A constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo –, mas representam uma dualidade. De acordo com a noção de dualidade da estrutura, as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam. A estrutura não é “externa” aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos e exemplificada em práticas sociais, é, num certo sentido, mais “interna” do que externa às suas atividades, num sentido durkheimiano. Estrutura não deve ser equiparada a restrição, a coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora. Isso, é claro, não impede que as propriedades estruturadas de sistemas sociais se estendam, no tempo e no espaço, para além do controle de quaisquer atores individuais. Tampouco compromete a possibilidade de que as teorias de sistemas sociais dos próprios autores, que eles ajudam a constituir e a reconstituir em suas atividades, possam reificar aqueles sistemas. A reificação das relações sociais, ou a “naturalização” discursiva das circunstâncias e produtos historicamente contingentes da ação humana, é uma das principais dimensões da ideologia na vida social²⁷.

Até as mais rudimentares formas de pensamento reificado, entretanto, deixam intata a significação fundamental da cognoscitividade de atores humanos, pois esta baseia-se menos na consciência discursiva do que na consciência prática. O conhecimento de convenções sociais, de si mesmo e de outros seres humanos, pressuposto na capacidade de “prosseguir” na diversidade de contextos da vida social, é detalhado e impressionante. Todos os membros competentes da sociedade são imensamente talentosos nas realizações práticas de atividades sociais e hábeis “sociólogos”. O conhecimento que eles pos-

suem não é secundário para a padronização persistente da vida social, mas faz parte dela. Esta ênfase é absolutamente necessária para evitarem os erros do funcionalismo e do estruturalismo, erros que, suprimindo ou reduzindo as razões dos agentes – a racionalização da ação como cronicamente envolvida na estruturação de práticas sociais –, procuram as origens de suas atividades em fenômenos que esses agentes ignoram²⁸. Mas é igualmente importante evitar cair-se no equívoco oposto de abordagens hermenêuticas e de várias versões da fenomenologia, as quais tendem a considerar a sociedade a criação plástica de sujeitos humanos. Cada uma dessas abordagens e versões é uma forma ilegítima de redução derivada de uma falta de conceituação adequada da dualidade da estrutura. De acordo com a teoria da estruturação, o momento da produção da ação é também um momento de reprodução nos contextos do desempenho cotidiano da vida social, mesmo durante as mais violentas convulsões ou as mais radicais formas de mudança social. Não é correto encarar as propriedades estruturais de sistemas sociais como “produtos sociais”, já que com isso tende-se a sugerir que atores pré-constituídos se reúnem, de alguma forma, para criá-las²⁹. Ao reproduzirem propriedades estruturais, para repetir uma frase usada anteriormente, os agentes também reproduzem as condições que tornam possível tal ação. A estrutura não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana. Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível da consciência discursiva, sob alguma forma de descrição. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as conseqüências ramificadas das atividades em que estão empenhados.

A dualidade da estrutura é sempre a base principal das continuidades na reprodução social através do espaço-tempo. Por sua vez, pressupõe a monitoração reflexiva (e a integração) de agentes na *durée* da atividade social cotidiana. Mas a cognoscitividade humana é sempre limitada. O fluxo da ação produz continuamente conseqüências que não estavam nas inten-

ções dos atores, e estas também podem formar condições não-reconhecidas de ação, nos moldes de um *feedback*. A história humana é criada por atividades intencionais, mas não constitui um projeto deliberado; ela se esquia persistentemente dos esforços para colocá-la sob direção consciente. Contudo, essas tentativas são continuamente feitas por seres humanos, que agem sob a ameaça e a promessa da circunstância de serem únicas criaturas que fazem sua "história" no conhecimento desse fato.

A teorização de seres humanos acerca de sua ação significa que, assim como a teoria social não foi uma invenção de teóricos sociais profissionais, também as idéias produzidas por esses teóricos tendem inevitavelmente a ser realimentadas dentro da própria vida social. Um aspecto disso é a tentativa de monitorar e, por esse meio, controlar condições altamente generalizadas de reprodução do sistema – um fenômeno de grande importância no mundo contemporâneo. Para se apreenderem conceptualmente tais processos monitorados de reprodução, temos de fazer certas distinções pertinentes ao que são sistemas sociais enquanto práticas reproduzidas em cenários de interação. As relações implicadas ou tornadas reais em sistemas sociais são, é claro, amplamente variáveis em termos de seu grau de "imprecisão" e permeabilidade. Mas, uma vez admitido isso, podemos reconhecer dois níveis no que diz respeito aos meios pelos quais um elemento de "sistemidade" é obtido na interação. Um deles é o geralmente manifesto no funcionalismo, como foi anteriormente mencionado, quando a interdependência é concebida como um processo homeostático semelhante aos mecanismos de auto-regulação que operam no interior de um organismo. Não pode haver objeção a isso enquanto for reconhecido que a "imprecisão" da maioria dos sistemas sociais torna muito remoto o paralelo orgânico e que esse modo relativamente "mecanizado" de reprodução de sistema não é o único encontrado em sociedades humanas. A reprodução do sistema homeostático na sociedade humana pode ser vista como envolvendo a operação de laços causais, em que uma gama de conseqüências impremeditadas da ação realimenta-se para reconstituir as circunstâncias originadoras. Mas em muitos con-

textos da vida social ocorrem processos de "filtragem de informação seletiva", pelos quais atores estrategicamente colocados procuram reflexivamente regular as condições globais de reprodução do sistema, seja para manter as coisas como estão, seja para mudá-las³⁰.

A distinção entre laços causais homeostáticos e auto-regulação reflexa na reprodução do sistema deve ser complementada por mais uma e última: aquela entre integração social e integração de sistema³¹. O termo "integração" pode ser entendido como implicando reciprocidade de práticas (de autonomia e dependência) entre atores ou coletividades³². Portanto, integração social significa "sistemidade" no nível da interação face a face. A integração de sistema refere-se a conexões com aqueles que estão fisicamente ausentes no tempo ou no espaço. Seus mecanismos certamente pressupõem os da integração social, mas eles são também distintos, em alguns aspectos-chave, daqueles envolvidos em relações de co-presença.

Integração social

Reciprocidade entre atores em contextos de co-presença

Integração de sistema

Reciprocidade entre atores ou coletividades através do tempo-espaço ampliado

Formas de instituição

A divisão das regras em modo de constituição significativa ou intencional e em sanções normativas, junto com o conceito de recursos – fundamental para a conceituação de poder –, acarreta várias implicações que precisam ser explicitadas³³. Aquilo a que chamo de as "modalidades" da estruturação serve para esclarecer as principais dimensões da dualidade da estrutura em interação, relacionando as capacidades cognoscitivas dos agentes a características estruturais. Os atores apóiam-se nas modalidades da estruturação na reprodução de sistemas de interação, reconstituindo, justamente por isso, suas propriedades estruturais. A comunicação de significado em interação,

cumprir sublinhar, só analiticamente é separável da operação de sanções normativas. Isso é óbvio, por exemplo, na medida em que o próprio uso da linguagem é sancionado pela própria natureza de seu caráter “público”³⁴. A própria identificação de atos ou de aspectos da interação – sua descrição precisa, hermenêuticamente baseada na capacidade de um observador de “prosseguir” numa forma de vida – implica o entrelaçamento de significado, elementos normativos e poder. Isso fica mais do que evidente nos não raros contextos da vida social em que os fenômenos sociais “são” e o modo como são convenientemente descritos são contestados. A consciência de tal contestação, de caracterizações de atividade divergentes ou sobrepostas, é uma parte essencial do “conhecimento de uma forma de vida”, embora isso não fique claro nos escritos de autores como Winch, que trata as formas de vida como unificadas e consensuais³⁵.

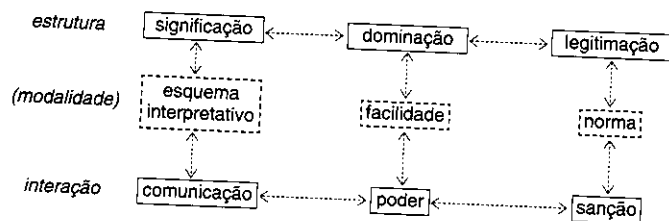


Figura 2

As dimensões da dualidade da estrutura estão retratadas na Figura 2³⁶. Os atores humanos são capazes não só de monitorar suas próprias atividades e as de outros na regularidade da conduta cotidiana, mas também de “monitorar essa monitoração” na consciência discursiva. Os “esquemas interpretativos” são os modos de tipificação incorporados aos estoques de conhecimento dos atores, aplicados reflexivamente na sustentação da comunicação. Os estoques de conhecimento a que os atores recorrem na produção e reprodução de interações são os mesmos mediante os quais estão aptos a fazer contas, apresentar razões etc.³⁷. A comunicação de significado, como ocorre

com todos os aspectos da contextualidade da ação, não tem de ser vista meramente como acontecendo “no” tempo-espço. Os agentes incorporam rotineiramente características temporais e espaciais de encontros em processos de constituição de significado. A comunicação, como elemento geral de interação, é um conceito mais abrangente do que intenção comunicativa (isto é, o que um ator “quer” dizer ou fazer). Uma vez mais, existem duas formas de reducionismo a evitar aqui. Alguns filósofos tentaram derivar teorias globais de significado ou comunicação a partir da intenção comunicativa; outros, em contrapartida, supuseram que esta última é, na melhor das hipóteses, marginal à constituição das qualidades significativas da interação, sendo o “significado” regido pela ordenação estrutural de sistemas de signos. Na teoria da estruturação, porém, ambos os conceitos são considerados de interesse e importância equivalentes, aspectos mais de uma dualidade do que de um dualismo mutuamente exclusivo.

A idéia de “responsabilidade” no inglês cotidiano oferece uma expressão convincente à interseção de esquemas e normas interpretativos. Ser “responsável” pelas próprias atividades é expor as razões para elas e fornecer as bases normativas pelas quais elas podem ser “justificadas”. Componentes normativos de interação sempre gravitam em torno das relações entre os direitos e as obrigações “esperadas” dos participantes numa gama de contextos de interação. Os códigos formais de conduta, como, por exemplo, os encerrados em lei (nas sociedades contemporâneas, pelo menos), exprimem usualmente alguma espécie de simetria alegada entre direitos e obrigações, sendo uns a justificação de outras. Mas tal simetria não existe necessariamente na prática, fenômeno que importa sublinhar, pois tanto o “funcionalismo normativo” de Parsons quanto o “marxismo estruturalista” de Althusser exageram o grau em que as obrigações normativas são “internalizadas” pelos membros de sociedades³⁸. Nem um nem outro ponto de vista incorpora uma teoria de ação que reconheça os seres humanos como agentes dotados de capacidade cognoscitiva, monitorando reflexivamente o fluxo de interação recíproca. Quando os sistemas sociais são concebidos primordialmente do ponto de vista do “objeto social”, a

ênfase acaba recaindo sobre a influência penetrante de uma ordem legítima normativamente coordenada como um determinante global ou “programador” de conduta social. Tal perspectiva mascara o fato de que os elementos normativos de sistemas sociais são alegações contingentes que têm de ser sustentadas e “levadas em conta” através da mobilização efetiva de sanções nos contextos de encontros reais. As sanções normativas expressam assimetrias estruturais de dominação, e as relações daqueles que lhes estão sujeitos nominalmente podem ser de várias espécies diferentes de expressões dos compromissos que essas normas supostamente engendram.

A concentração na análise das propriedades estruturais de sistemas sociais, cumpre destacar, é um procedimento válido somente se for reconhecido como colocando uma *epoché* na – mantendo em suspensão a – conduta social reflexivamente monitorada. Sob tal *epoché*, podemos distinguir três dimensões estruturais dos sistemas sociais: significação, dominação e legitimação. As conotações da análise dessas propriedades estruturais são indicadas no quadro seguinte. A teoria da codificação pressuposta no estudo de estruturas de significação deve voltar-se para os extraordinários avanços em semiótica registrados em décadas recentes. Ao mesmo tempo, temos de estar prevenidos contra a associação da semiótica com o estruturalismo e com as deficiências deste último em relação à análise da agência humana. Os signos só “existem” como o veículo e o resultado de processos comunicativos em interação. As concepções estruturalistas da linguagem, em comum com discussões similares de legitimação, tendem a considerar os signos como as propriedades dadas da fala e da escrita, em vez de examinar seu embasamento recursivo na comunicação de significado.

Estrutura(s)	Domínio teórico	Ordem institucional
Significação	Teoria da codificação	Ordens simbólicas/Modos de discurso
Dominação	Teoria da autorização de recursos Teoria da alocação de recursos	Instituições políticas Instituições econômicas
Legitimação	Teoria da regulação normativa	Instituições legais

As estruturas de significação têm sempre de ser apreendidas em conexão com dominação e legitimação. Uma vez mais isso conduz à influência penetrante do poder na vida social. Existem certas posições que têm de ser cuidadosamente definidas aqui. Assim, algumas questões pertinentes foram postas em evidência pela crítica de Habermas a Gadamer e subsequentes debates³⁹. Entre outras coisas, Habermas criticou a concepção de Gadamer de “tradições” linguisticamente saturadas por não ter conseguido demonstrar que redes de significado incorporam diferenciais de poder. A crítica é bastante válida, mas Habermas desejou desenvolver o ponto no sentido de mostrar a importância de formas “sistematicamente distorcidas” de comunicação. Nessa base, porém, ele foi incapaz de integrar satisfatoriamente o conceito de poder com uma teoria institucional. “Dominação” não é o mesmo que estruturas de significação “sistematicamente distorcidas” porque a dominação – como eu a concebo – é a própria condição de existência de códigos de significação⁴⁰. “Dominação” e “poder” não podem ser considerados unicamente em termos de assimetrias de distribuição, mas têm de ser reconhecidos como inerentes na associação social (ou, diria eu, na ação humana como tal). Assim – e neste ponto devemos também levar em conta as implicações dos escritos de Foucault –, o poder não é um fenômeno inerentemente nocivo nem apenas a capacidade de “dizer não”; a dominação tampouco pode ser “transcendida” em alguma espécie de suposta sociedade do futuro, como tem sido aspiração característica de, pelo menos, algumas correntes do pensamento socialista.

Quais são as conotações da alegação de que a semântica tem prioridade sobre a semiótica e não o inverso? Elas podem ser apontadas, penso eu, através de uma comparação entre as concepções estruturalista e pós-estruturalista de significado, por uma parte, e aquela que pode ser derivada do Wittgenstein dos últimos tempos, por outra⁴¹. A base de uma teoria do significado na “diferença”, na qual, segundo Saussure, não existem “valores positivos”, leva quase inevitavelmente a uma concepção que acentua a primazia da semiótica. O campo de signos,

as grades de significado, são criados pela natureza ordenada de diferenças que compreendem códigos. O “mergulho no código” – donde é difícil ou impossível reemergir para o mundo da atividade e do evento – é uma tática característica adotada por autores estruturalistas e pós-estruturalistas. Esse mergulho, porém, é inteiramente desnecessário se entendermos o caráter relacional dos códigos que geram significado a ser localizado na ordenação de práticas sociais, na própria capacidade de “prosseguir” na multiplicidade de contextos da atividade social. Essa é uma descoberta que o próprio Wittgenstein seguramente fez, embora contra um pano de fundo filosófico muito diferente, quando ele abandonou alguns dos principais parâmetros de seus escritos iniciais. Enquanto sua análise anterior de linguagem e significado termina em paradoxo – uma espécie de truque indiano da corda, retirando a escada depois que ela foi escalada –, sua concepção ulterior cinge-se ao terreno das práticas sociais rotineiras. Até mesmo as relações semióticas mais complicadas têm um embasamento nas propriedades semânticas geradas pelas propriedades governadas por regras das atividades cotidianas.

Na terminologia indicada no quadro a pp. 36, os “signos” implícitos em “significação” não devem ser equiparados a “símbolos”. Muitos autores tratam os dois termos como equivalentes, mas eu considero os símbolos, interpolados em ordens simbólicas, como uma dimensão principal do “agrupamento” de instituições⁴². Os símbolos coagulam os “excedentes de significado” implícitos no caráter polivalente dos signos; eles unem aquelas interseções de códigos que são especialmente ricas em diversas formas de associação de significados, operando ao longo dos eixos da metáfora e da metonímia. As ordens simbólicas e os modos de discurso associados são um importante *locus* institucional da ideologia. Entretanto, na teoria da estruturação, a ideologia não constitui um “tipo” particular de ordem simbólica ou forma de discurso. Não se pode desligar “discurso ideológico” de “ciência”, por exemplo. A “ideologia” refere-se unicamente àquelas assimetrias de dominação que ligam a significação à legitimação de interesses seccionais⁴³.

A partir do caso da ideologia, podemos ver que as estruturas de significação são separáveis da dominação e da legitimação só analiticamente. A dominação depende da mobilização de dois tipos distinguíveis de recurso. Os recursos alocativos referem-se a capacidade – ou, mais precisamente, a formas de capacidade transformadora – gerando controle sobre objetos, bens ou fenômenos materiais. Os recursos autoritários referem-se a tipos de capacidade transformadora gerando controle sobre pessoas ou atores. Pode ser que algumas formas de recursos alocativos (como matérias-primas, terra etc.) pareçam ter uma “existência real” de um modo que, segundo afirmi, as propriedades estruturais como um todo não possuem. No sentido de ter uma “presença” espaço-temporal, de certa maneira é esse obviamente o caso. Mas sua “materialidade” não se relaciona ao fato de que tais fenômenos convertem-se em recursos, da forma como emprego aqui o termo, somente quando incorporados a processos de estruturação. O caráter transformacional dos recursos é logicamente equivalente a, assim como inerentemente vinculado à exemplificação de, códigos e sanções normativas.

A classificação de ordens institucionais acima oferecida depende da resistência ao que tem sido, por vezes, qualificado como conceitos “substantivistas” das instituições “econômicas”, “políticas” e outras. Podemos conceber da seguinte maneira as relações envolvidas:

S-D-L	Ordens simbólicas/modos de discurso
D (aut)-S-L	Instituições políticas
D (aloc)- S-L	Instituições econômicas
L-D-S	Instituições legais

sendo S = significação, D = dominação, L = legitimação

As concepções “substantivistas” pressupõem diferenciação institucional concreta dessas várias ordens. Quer dizer, sustenta-se, por exemplo, que a “política” só existe em sociedades que possuem formas distintas de aparelho do Estado, e assim por diante. Mas o trabalho de antropólogos demonstra de

modo bastante efetivo que existem fenômenos “políticos” – relacionados com a ordenação das relações de autoridade – em todas as sociedades. O mesmo se aplica às outras ordens institucionais. Temos de ser especialmente cuidadosos na conceituação do “econômico”, mesmo tendo sublinhado que isso não pressupõe a existência de uma “economia” claramente diferenciada. Verificou-se uma forte tendência, em parte da literatura econômica, a “extrair” conceitos de culturas tradicionais que só possuem significado no contexto das economias de mercado. O “econômico” não pode ser adequadamente definido, pelo menos de forma genérica, como referente a lutas por recursos escassos⁴⁴. Isso seria algo como definir o poder unicamente por referência a lutas seccionais. A principal característica do “econômico” não é a escassez de recursos como tal, e muito menos ainda as lutas ou divisões seccionais em torno da distribuição. A esfera do “econômico” é dada, antes, pelo papel inerentemente constitutivo dos recursos alocativos na estruturação de totalidades sociais. Outras notas de advertência devem ser acrescentadas nesta altura. Ao sustentar-se que todas as sociedades vivem ameaçadas pela possibilidade de escassez material, fica-se apenas a um passo de se supor que os conflitos em torno de carência de recursos constituem o motor fundamental da mudança social, como acontece em pelo menos algumas versões do materialismo histórico e também em muitas teorias não-marxistas. Mas esse pressuposto é logicamente deficiente, dependendo geralmente de uma forma especiosa de raciocínios funcionais, e empiricamente falso⁴⁵.

Tempo, o corpo, encontros

Para concluir esta resumida exposição de abertura, podemos retornar ao tema do tempo e da História. Como a finitude do *Dasein* e como “a infinitude do surgimento do ser partir do nada”, o tempo talvez seja o aspecto mais enigmático da experiência humana. Não foi por nada (*sic*) que o filósofo que tentou enfrentar o problema da maneira mais fundamental, Heidegger,

foi obrigado a usar uma terminologia da mais assustadora insegurança. Mas o tempo, ou a constituição da experiência no tempo-espço, é também um aspecto banal e evidente da vida humana cotidiana. A verdadeira essência da enigmática natureza do tempo reside, em parte, na falta de “ajustamento” entre nossa vida não problemática com a continuidade da conduta através do espaço-tempo e seu caráter inefável quando confrontado filosoficamente. Não tenho qualquer pretensão especial de elucidar esse assunto, o “problema de Santo Agostinho”. Mas a questão fundamental da teoria social, como eu a entendo – o “problema de ordem” concebido de um modo totalmente alheio à formulação de Parsons quando cunhou essa expressão –, consiste em expor como as limitações da “presença” individual são transcendidas pela “extensão” das relações sociais através do tempo e do espaço.

A *durée* da vida cotidiana, não é fantasioso demais afirmar, funciona de modo algo semelhante ao que Lévi-Strauss chama de “tempo reversível”. Se o tempo “como tal” (seja isso o que for) é reversível ou não, os eventos e rotinas da vida cotidiana não possuem um fluxo de mão única. As expressões “reprodução social”, “recursividade” etc. indicam o caráter repetitivo da vida cotidiana, cujas rotinas são formadas em termos da interseção de dias e estações passageiros (mas continuamente retornando). A vida cotidiana tem uma duração, um fluxo, mas não leva a parte nenhuma; o próprio adjetivo “cotidiano” e seus sinônimos indicam que o tempo, neste caso, é constituído apenas em repetição. A vida do indivíduo, em contraste, é não só finita mas irreversível, “ser para a morte”. “Isto é morte, morrer e sabê-lo. Isto é a Viúva Negra, morte” (Lowell). O tempo, neste caso, é o tempo do corpo, uma fronteira de presença muito diferente da evaporação do tempo-espço inerente à duração da atividade cotidiana. Nossas vidas “passam” em tempo irreversível com a passagem da vida do organismo. O fato de que falamos do “ciclo vital” subentende a existência de elementos de repetição também aí. Mas o ciclo vital é realmente um conceito que pertence à sucessão de gerações e, assim, à terceira dimensão de temporalidade acima indicada. É a *durée* “supra-

modo bastante efetivo que existem fenômenos “políticos” – relacionados com a ordenação das relações de autoridade – em todas as sociedades. O mesmo se aplica às outras ordens institucionais. Temos de ser especialmente cuidadosos na conceituação do “econômico”, mesmo tendo sublinhado que isso não pressupõe a existência de uma “economia” claramente diferenciada. Verificou-se uma forte tendência, em parte da literatura econômica, a “extrair” conceitos de culturas tradicionais que só possuem significado no contexto das economias de mercado. O “econômico” não pode ser adequadamente definido, pelo menos de forma genérica, como referente a lutas por recursos escassos⁴⁴. Isso seria algo como definir o poder unicamente por referência a lutas seccionais. A principal característica do “econômico” não é a escassez de recursos como tal, e muito menos ainda as lutas ou divisões seccionais em torno da distribuição. A esfera do “econômico” é dada, antes, pelo papel inerentemente constitutivo dos recursos alocativos na estruturação de totalidades sociais. Outras notas de advertência devem ser acrescentadas nesta altura. Ao sustentar-se que todas as sociedades vivem ameaçadas pela possibilidade de escassez material, fica-se apenas a um passo de se supor que os conflitos em torno de carência de recursos constituem o motor fundamental da mudança social, como acontece em pelo menos algumas versões do materialismo histórico e também em muitas teorias não-marxistas. Mas esse pressuposto é logicamente deficiente, dependendo geralmente de uma forma especiosa de raciocínios funcionais, e empiricamente falso⁴⁵.

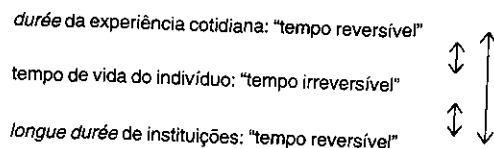
Tempo, o corpo, encontros

Para concluir esta resumida exposição de abertura, podemos retornar ao tema do tempo e da História. Como a finitude do *Dasein* e como “a infinitude do surgimento do ser partir do nada”, o tempo talvez seja o aspecto mais enigmático da experiência humana. Não foi por nada (*sic*) que o filósofo que tentou enfrentar o problema da maneira mais fundamental, Heidegger,

foi compelido a usar uma terminologia da mais assustadora obscuridade. Mas o tempo, ou a constituição da experiência no tempo-espaco, é também um aspecto banal e evidente da vida humana cotidiana. A verdadeira essência da enigmática natureza do tempo reside, em parte, na falta de “ajustamento” entre nossa vida não problemática com a continuidade da conduta através do espaco-tempo e seu caráter inefável quando confrontado filosoficamente. Não tenho qualquer pretensão especial de elucidar esse assunto, o “problema de Santo Agostinho”. Mas a questão fundamental da teoria social, como eu a entendo – o “problema de ordem” concebido de um modo totalmente alheio à formulação de Parsons quando cunhou essa expressão –, consiste em expor como as limitações da “presença” individual são transcendidas pela “extensão” das relações sociais através do tempo e do espaco.

A *durée* da vida cotidiana, não é fantasioso demais afirmar, funciona de modo algo semelhante ao que Lévi-Strauss chama de “tempo reversível”. Se o tempo “como tal” (seja isso o que for) é reversível ou não, os eventos e rotinas da vida cotidiana não possuem um fluxo de mão única. As expressões “reprodução social”, “recursividade” etc. indicam o caráter repetitivo da vida cotidiana, cujas rotinas são formadas em termos da interseção de dias e estações passageiros (mas continuamente retornando). A vida cotidiana tem uma duração, um fluxo, mas não leva a parte nenhuma; o próprio adjetivo “cotidiano” e seus sinônimos indicam que o tempo, neste caso, é constituído apenas em repetição. A vida do indivíduo, em contraste, é não só finita mas irreversível, “ser para a morte”. “Isto é morte, morrer e sabê-lo. Isto é a Viúva Negra, morte” (Lowell). O tempo, neste caso, é o tempo do corpo, uma fronteira de presença muito diferente da evaporação do tempo-espaco inerente à duração da atividade cotidiana. Nossas vidas “passam” em tempo irreversível com a passagem da vida do organismo. O fato de que falamos do “ciclo vital” subentende a existência de elementos de repetição também aí. Mas o ciclo vital é realmente um conceito que pertence à sucessão de gerações e, assim, à terceira dimensão de temporalidade acima indicada. É a *durée* “supra-

individual” da existência a longo prazo das instituições, a *longue durée* do tempo institucional.



O tempo reversível das instituições é a condição e o resultado das práticas organizadas na continuidade da vida diária, a principal forma substantiva da dualidade da estrutura. Não seria verdadeiro, entretanto, como já mencionamos, dizer que as rotinas da vida diária constituem o “alicerce” sobre o qual as formas institucionais da organização social são edificadas no tempo-espço. Pelo contrário, cada uma participa na constituição da outra, assim como ambas entram na constituição do *self* atuante. Todos os sistemas sociais, não importa quão formidáveis ou extensos, expressam-se e são expressos nas rotinas da vida social cotidiana, mediando as propriedades físicas e sensoriais do corpo humano.

Essas considerações são de grande importância para as idéias expostas nas partes subseqüentes deste livro. O corpo é o “locus” do *self* ativo, mas o *self* não é, obviamente, apenas uma extensão das características físicas do organismo que é o seu “portador”. Teorizar o *self* significa formular uma concepção de motivação (ou será essa a minha tese) e relacionar a motivação com as conexões entre as qualidades inconscientes e conscientes do agente. O *self* não pode ser entendido fora da “História” – significando “História”, neste caso, a temporalidade de práticas humanas, expressas na interpolação mútua das três dimensões que distingui.

Apresentei anteriormente a noção de co-presença com referência específica à integração social. O estudo da interação em circunstâncias de co-presença é um componente básico da inclusão do tempo-espço numa só categoria, que é condição e resultado da associação social humana. A “sistemicidade” é aqui obtida em grande parte através da rotineira monitoração refle-

xiva da conduta, fixada na consciência prática. As relações em condições de co-presença consistem no que Goffman denominou apropriadamente *encontros*, esvaindo-se através do tempo e do espaço. Ninguém analisou os encontros mais argutamente que o próprio Goffman, e apoiar-me-ei substancialmente em sua obra em algo do que se segue. A importância da obra de Goffman deve-se, em não pequena medida, à sua preocupação com a ordenação temporal e espacial da atividade social. Ele é um dos poucos autores sociólogos que tratam as relações tempo-espço como fundamentais para a produção e reprodução da vida social, em vez de erguer “fronteiras” para a atividade social, uma tarefa que pode ser seguramente deixada para “especialistas” – geógrafos e historiadores. Mas aqueles que trabalham na área nominalmente separada da geografia deram suas próprias contribuições independentes. Assim, proporei não só que o tempo-geografia de Hägerstrand (com apropriada corrigenda crítica) oferece formas de análise significativas para a teoria da estruturação, mas também que algumas das idéias envolvidas complementam as concepções de Goffman mais diretamente.

As relações com aqueles que estão fisicamente ausentes, como eu disse, envolvem mecanismos sociais distintos do que está envolvido em contextos de co-presença. Temos de tratar aqui de algumas questões básicas acerca da estruturação das instituições. Elas apresentam um aspecto “lateral” destas – especialmente no mundo moderno, dada a tremenda expansão do distanciamento tempo-espço da atividade social na era contemporânea. Mas também suscitam, uma vez mais, o problema de “história”, uma vez que os outros ausentes incluem gerações passadas cujo “tempo” pode ser muito diferente do daqueles que são, de algum modo, influenciados pelos resíduos de suas atividades. Essas questões serão o alvo de meu interesse nos capítulos finais.

Referências

1. Para discussões mais detalhadas dos conceitos básicos da teoria da estruturação, remeto o leitor para as *NRSM*, especialmente os caps. 2 e 3; os *CPST*; e a *CCHM*, caps. 1 e 2.
2. *CPST*, pp. 56-7.
3. *CPST*, cap. 1.
4. Davidson, Donald "Agency". In: *Essays on Actions and Events*. Oxford, Clarendon Press, 1980, p. 45.
5. *NRSM*, cap. 2.
6. Feinberg, Joel. "Action and responsibility". In: Black, Max. *Philosophy in America*. Ithaca, Cornell University Press, 1965. Sobre o problema do que são "consequências", ver: Bergström, Lars. *The Alternatives and Consequences of Actions*. Estocolmo, Almqvist, 1966.
7. Schelling, Thomas. "On the ecology of micromotives". *The Public Interest*, vol. 25, 1971; "Dynamic models of segregation". *Journal of Mathematical Sociology*, vol. 4, 1971. Ver também o estudo de Boudon, Raymond. *The Unintended Consequences of Social Action*. Londres, Macmillan, 1982, pp. 43 ss.
8. *NRSM*, p. 76.
9. Merton, entretanto, é favorável ao termo "imprevistas", em vez de consequências "não-intencionais" ou "impremeditadas". Em minha análise, "intenção" pressupõe o conhecimento das prováveis consequências da ação e, portanto, previsão. É claro, pode-se prever que alguma coisa acontecerá sem se premeditar seu acontecimento, mas não se pode pretender o acontecimento de algo sem sua previsão. Merton, R. K. "The unanticipated consequences of purposive social action". *American Sociological Review*, vol. 1, 1936; *idem*, "Manifest and latent functions". In: *Social Theory and Social Structure*. Glencoe, Free Press, 1963.
10. Merton, R. K. "Manifest and latent functions", cit., p. 51.
11. *Ibidem*, pp. 64-5.
12. Para uma discussão mais completa, ver *CPST*, cap. 6.
13. Weber, Max. *The Methodology of the Social Sciences*. Glencoe, Free Press, 1949.
14. Olson, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1965; Boudon, R. *The Unintended Consequences of Social Action*, cit.; Elster, Jon. *Logic and Society, Contradictions and Possible Worlds*. Chichester, Wiley, 1978; Elster, Jon. *Ulysses and the Sirens*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

15. Boudon, R. *The Unintended Consequences of Social Action*, cit., cap. 2.
16. Para desenvolvimento deste ponto, ver: "Power, the dialect of control and class structuration". In: Giddens, Anthony e Mackenzie, Gavin. *Social Class and The Division of Labour*. Cambridge University Press, 1982.
17. Bachrach, Peter e Baratz, Morton S. "The two faces of power". *American Political Science Review*, vol. 56, 1962; *Power and Poverty*. Nova York, Oxford University Press, 1970; Likes, Steven. *Power, a Radical View*. Londres, Macmillan, 1974. Para discussão adicional desses pontos, cf. *CPST*, pp. 88-94.
18. Searle, John R. *Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press, 1969, pp. 34-5.
19. Wittgenstein, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford, Blackwell, 1972, p. 59.
20. *Ibidem*, p. 81.
21. *Ibidem*.
22. *Ibidem*.
23. *CPST*, pp. 80 ss.
24. Garfinkel, Harold. "A conception of, and experiments with, 'trust' as a condition of stable concerted actions". In: Harvey, O. J. *Motivation and Social Interaction*. Nova York, Ronald Press, 1963.
25. Goffman, Erving. *Frame Analysis*. Nova York, Harper, 1974, p. 5.
26. Em *NRSM*, eu não tinha apreciado a necessidade de distinguir "estrutura" de "estruturas", e usei este último termo de forma displicente, como sinônimo do primeiro.
27. *CPST*, pp. 195-6.
28. Cf. Bhaskar, Roy. *The Possibility of Naturalism*. Brighton, Harvester, 1979, cap. 2.
29. *Ibidem*, p. 48.
30. Cf. *ibidem*, pp. 78-9. Distingo aí três níveis de "sistemidade" que, para fins de simplificação, foram aqui reduzidos a dois.
31. Essa distinção foi introduzida na literatura por David Lockwood, que, no entanto, empregou-a de um modo algo diferente do meu; cf. Lockwood, David. "Social integration and system integration". In: Zollschan, George Z. e Hirsch, W. *Explorations in Social Change*. Londres, Routledge, 1964.
32. Minha formulação do conceito de "integração de sistema" em *CPST*, p. 77, era ambígua. Não deixei claro se a separação da integração social da integração de sistema dependia de uma distinção entre co-presença e ausência em relações sociais, ou entre

vínculos que ligam os atores em contraste com os que ligam coletividades. Tal como a uso agora, a noção refere-se ao primeiro desses dois conjuntos de contrastes, mas, em todo o caso, eles sobrepõem-se em boa parte, de modo que a falha não tem maiores consequências.

33. CPST, cap. 2.
34. Cf. Ziff, Paul. *Semantic Analysis*. Ithaca, Cornell University Press, 1960.
35. Cf. Pitkin, Hanna F. *Wittgenstein and Justice*. Berkeley, University of California Press, 1972, pp. 241-64.
36. Para este estilo de representação dessas relações, sou devedor a Derek Gregory; ver seu livro: *Regional Transformation and Industrial Revolution*. Londres, Macmillan, 1982, p. 17.
37. Marsh, Peter et alii. *The Rules of Disorder*. Londres, Routledge, 1978. P. 15 *passim*.
38. NRSM, pp. 108-10.
39. Habermas, Jürgen. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Tübingen, Siebeck & Mohr, 1967; "On systematically distorted communication". *Inquiry*, vol. 13, 1970.
40. Cf. o meu "Habermas' critique of hermeneutics", em SSPT.
41. Ver CPST, pp. 33-8.
42. Ricoeur, Paul. "Existence and hermeneutics". In: *The Conflict of Interpretations*. Evanston, Northwestern University Press, 1974.
43. Para uma elaboração desta posição, ver CPST, cap. 5. As ordens e os modos simbólicos do discurso constituem os aspectos "culturais" de sistemas sociais. Mas, como no caso de "sociedade" e "história", recorro ao termo "cultura" para preencher uma dupla obrigação. Assim, falarei de "culturas", de um modo geral, como um termo intercambiável com "sociedades", se bem que em alguns contextos tenha de ser conferida mais precisão a esses termos.
44. Cf. Polanyi, Karl et alii. *Trade and Market in the Early Empires*. Nova York, Free Press, 1957, pp. 243-70 *passim*.
45. Minhas razões para essas alegações são apresentadas com certo detalhe em CCHM, sobretudo na "Introdução" e no cap. 3.

Capítulo II

Consciência, self e encontros sociais

Neste capítulo procurarei cumprir vários objetivos. Em primeiro lugar, examinarei alguns problemas conceituais básicos apresentados pela conexão entre os principais conceitos da teoria da estruturação e uma interpretação da natureza do inconsciente. Eles giram em torno de questões sobre qual será a melhor maneira de conceituar o *self*, especialmente o "eu" do agente reflexivo. Passarei em seguida para uma descrição de como podem ser representadas as bases psicológicas do entrelaçamento de consciente e inconsciente, utilizando em particular os escritos de Erikson. Mas uma parte importante de meu argumento será o fato de essa descrição suscitar imediatamente questões de natureza social relacionadas com o caráter rotinizado da vida cotidiana. Mediante uma análise de "situações críticas", nas quais as rotinas são radicalmente rompidas, tentarei indicar como a monitoração reflexiva de encontros em circunstâncias de co-presença coordena-se geralmente com componentes inconscientes da personalidade. Isso levará diretamente a um exame de alguns dos *insights* que podem ser extraídos de Goffman acerca da interação entre agentes co-presentes. A preocupação com o corpo, enquanto o *locus* do *self* atuante e posicionado em tempo-espço, é o tema de concatenação decisivo do material discutido e analisado.

Reflexividade, consciência discursiva e prática

Freud divide a organização psíquica do indivíduo em três, divisões essas representadas em inglês pelos infelizes termos

“id”, “ego” e “superego”. Não acredito que esses termos sejam particularmente úteis e por isso os substituí pela tríplice divisão sugerida no modelo de estratificação: sistema de segurança básica, consciência prática e consciência discursiva. Não quero dizer que essas expressões fazem paralelo direto com as noções freudianas. Os planos interseccionais dos esquemas e normas interpretativos que os atores utilizam na constituição de sua conduta estão inseridos em todas as três dimensões da personalidade. Mas certamente o “eu” (*das Ich*) está no núcleo do que a consciência discursiva engloba e exige conceptualmente considerável atenção. Podemos abordar as questões envolvidas descrevendo algumas das dificuldades apresentadas pela divisão freudiana da personalidade, especialmente na medida em que elas apontam para problemas de “agência”^{*}.

Freud, é claro, considerou o indivíduo como agente, mas, com frequência, também falou do id, ego e superego como agências dentro do indivíduo. Em seus escritos anteriores à década de 1920, Freud usou frequentemente as expressões *das Ich* para referir-se à pessoa total, bem como para designar uma parte da mente. Essas mudanças de uso também se aplicam ao “superego”, às vezes diferenciado de uma outra noção, a de “ego-ideal”. Inconsistências e transições terminológicas parecem indicar aqui algumas complicações conceptuais bem mais significativas. Suponhamos que *das Ich* seja uma subdivisão da mente. Como pode então Freud dizer coisas tais como o ego “decide sobre o repúdio da idéia incompatível”? Será a decisão do ego uma espécie de processo em miniatura da decisão do agente? Isso, por certo, não faz muito sentido. Freud também escreve, por exemplo, sobre o “desejo de dormir” do ego, se bem que, enquanto o sono ocorre, ele “permanece de serviço” a fim de se proteger contra as piores emanações do inconsciente, de “vigiar” o sono do sonhante. É suscitada a mesma espécie de questões. De quem é o sono que o ego deseja? O do agente? O seu próprio? De quem é o despertar que o “vigia” protege? E assim por diante. Considere-se, finalmente, a carac-

* As referências podem ser encontradas a pp. 123-8.

terização mais geral de Freud das tarefas do ego. O ego tem a tarefa de “autopreservação”, que ele executa “aprendendo a produzir mudanças no mundo externo em seu próprio benefício”. Mas que *self* o ego defende? Sua vantagem é também a minha vantagem?

Ora, uma tática tradicional entre os intérpretes de Freud é aceitar a existência de enganosos usos antropomórficos nos escritos de Freud, mas sustentando que eles podem ser dissipados se entendermos o id, ego e superego como referentes a “processos” ou “forças”. Mas isso, na realidade, não ajuda muito, pois tais conceitos não nos permitem apreender adequadamente a natureza da agência humana. Freud, obviamente, menciona fluxos hidráulicos, bloqueios de energia etc. Mas tais conceitos evocam o tipo de concepção mecânica das origens da conduta humana associada às mais simplistas formas de objetivismo. Parte do problema é o uso dos termos ego, superego e id (quer em sua formulação alemã original ou em sua versão inglesa), cada um dos quais tem alguma conotação de agência; cada um é um mini-agente no interior do agente como tal. Descartar os termos “id” e “superego” ajuda, mas isso tem de ser complementado pelo reconhecimento do caráter distintivo de *das Ich*, o “eu”.

Poderíamos supor que o “eu” é o agente. Entretanto, isso constitui certamente um equívoco, ainda que figure como pressuposto ou proposição central de escolas inteiras de filosofia, incluindo o cartesianismo e a filosofia mais recente de G. H. Mead. Os escritos de Mead certamente ajudam a elucidar os processos que culminam no surgimento de um “self” como um “mim”. Mas o “eu” aparece nos escritos de Mead como o núcleo determinado da agência e, por conseguinte, suas origens permanecem sempre obscuras. Para relacionar o “eu” à agência, é necessário seguir o desvio sugerido pelos estruturalistas com relação à descentração do sujeito, sem chegar a conclusões que tratam o sujeito simplesmente como um signo dentro de uma estrutura de significação. A constituição do “eu” só ocorre mediante o “discurso do Outro” – isto é, através da aquisição da linguagem –, mas o “eu” tem de ser relacionado ao

corpo enquanto esfera de ação. A palavra "eu" é, em termos lingüísticos, um "cambiante": a contextualidade do "posicionamento" social determina quem é um "eu" em qualquer situação de conversa. Embora possamos ser propensos a pensar no "eu" como relacionado com os mais ricos e mais íntimos aspectos de nossa experiência, é, de certo modo, um dos vocábulos mais vazios na linguagem⁴. Pois o "eu" refere-se unicamente a quem está falando, o "sujeito" de uma sentença ou elocução. Um agente que dominou o uso de "eu", como diz Mead, também dominou o uso de "mim" – mas só através do domínio concomitante de uma linguagem sintaticamente diferenciada. Pois tenho de saber que sou um "eu" quando falo para "você", mas que você é um "eu" quando fala para "mim", e que eu sou um "você" quando falo para mim... e assim por diante. A questão não é apenas que esses usos pressupõem aptidões lingüísticas de uma espécie muito complicada, mas também que eles acarretam um controle ramificado do corpo e um conhecimento desenvolvido de como "prosseguir" na pluralidade de contextos da vida social.

O reconhecimento da importância essencial da monitoração reflexiva da conduta na continuidade cotidiana da vida social não significa refutar o significado das fontes inconscientes de cognição e motivação. Mas envolve prestar alguma atenção à diferenciação que separa "consciente" de "inconsciente".

O uso na linguagem inglesa comum fornece-nos, pelo menos, uma orientação geral para isso. Referimo-nos à consciência, por vezes, como equivalente do que poderíamos chamar de "sensibilidade"⁵. Assim, alguém que adormece ou leva uma pancada na cabeça "cai na inconsciência" ou "fica inconsciente". Neste caso "inconsciente" significa algo diferente de seu uso freudiano ortodoxo, e a "consciência" com a qual é contrastado tem um sentido muito amplo. Ser "consciente", nesse sentido, é registrar uma gama de estímulos circundantes. Nada existe de especificamente reflexivo quanto à consciência assim entendida. O sentido no qual os seres humanos "perdem" e "recuperam" a consciência é diretamente aplicável também aos animais superiores. Essa noção de consciência refere-se evidentemente aos mecanismos sensoriais do corpo e a seus modos "normais" de

funcionamento, e é pressuposta pelos conceitos de consciência tanto prática quanto discursiva.

A palavra "consciente" é usada, algumas vezes, em referência a circunstâncias nas quais as pessoas prestam atenção a eventos que se desenrolam à volta delas de maneira a relacioná-los com sua atividade. Por outras palavras, refere-se à monitoração reflexiva da conduta por agentes humanos, amplamente no sentido do que tenho chamado de consciência prática. Assim, por exemplo, um professor pode estar "consciente" do que as crianças nas primeiras filas da sala estão fazendo, mas "inconsciente" em relação às outras, nas filas do fundo, que começaram a tagarelar umas com as outras. O professor pode estar sendo desatento, mas não está inconsciente naquele sentido do indivíduo que "perdeu a consciência". Se esse sentido de "consciente" tem sua contraparte entre animais, não é definido de modo tão sem ambigüidade quanto no sentido mais elementar de consciência acima citado. Um terceiro sentido de "consciente", rotulado por Toulmin como "expressividade", corresponde aproximadamente à consciência discursiva⁶. Usando o exemplo dado por Toulmin, pode-se dizer que um homem de negócios, que obtém dinheiro de um cliente com falsos pretextos, comete uma "fraude deliberada e consciente". Por outro lado, se a mesma consequência resulta de forma muito inadvertida das atividades do homem de negócios, sem que este esteja ciente disso, ele tornou-se "inconscientemente" o instrumento do transtorno financeiro do outro. Neste caso, o agente tem de "pensar" sobre o que está fazendo para que a atividade seja levada a efeito "conscientemente". Neste sentido, "consciência" pressupõe estar o sujeito apto a fazer um relato coerente de suas atividades e das razões que as motivaram.

O inconsciente, tempo, memória

É claro que o sentido psicanalítico de "inconsciente" tem algo a ver com um contraste traçado entre ele e esse terceiro significado de "consciente", um contraste com aquilo que defi-

ni como consciência discursiva. Consciência discursiva significa ser capaz de pôr coisas em palavras. O "inconsciente" na teoria psicanalítica refere-se ao oposto disso – ser incapaz de dar expressão verbal aos impulsos da ação.

Para exemplificar ainda melhor, entretanto, a noção de "inconsciente" como "o inconsciente", é necessário fazer alguns comentários sobre memória, uma vez que memória e linguagem são manifestamente muito próximas. Proponho defender a tese de que "o inconsciente" só pode ser entendido em termos de memória, e de que isso, por sua vez, significa examinar muito cuidadosamente o que é memória. Reaparecem aqui todas as questões de teorização da temporalidade sobre cujo significado insisti antes.

- 1) *Prima facie*, poder-se-ia supor que memória refere-se simplesmente ao passado – a experiências pretéritas, cujos vestígios ou traços permanecem, de algum modo, no organismo. A ação ocorre então na espacialidade do presente, apoiando-se em lembranças do passado, sempre que elas se façam necessárias ou desejadas. Uma reflexão de momento demonstrará a inadequação desse ponto de vista. O "presente" não pode ser dito ou escrito sem que se desvaneça no passado. Se o tempo não é uma sucessão de "presentes", mas "estar presente" [*presenting*] no sentido atribuído por Heidegger a essa expressão, então a memória é um aspecto do estar presente.
- 2) Poder-se-ia imaginar que a memória é, sobretudo, um dispositivo de lembrança – um modo de recuperar informação ou de "relembrar". Este ponto de vista é inteiramente compatível com a idéia de que o passado está claramente separado do presente, porque a memória pode então ser considerada como chamar o passado de volta ao presente. Mas se descartarmos esta visão não será mais plausível definir a memória como a recordação de coisas passadas. O título de Proust deve certamente ser lido como um comentário irônico justamente a esse tipo de concepção ingênua. Recordar não é irrelevante, obviamente, para a memória, mas não designa o que a memória é.

Essas observações indicam que memória e percepção estão intimamente ligadas. Vale a pena sublinhar que as teorias da percepção tendem a dividir-se em torno de um eixo de subjetivismo *versus* objetivismo. Um tipo de ponto de vista tende a enfatizar, de modo quase kantiano, o papel do perceptor como processador do que, de outra maneira, seria um vazio informe⁷. Uma opinião oposta sustenta que a percepção é organizada pela forma previamente dada do mundo objetivo⁸. As tentativas de superar essa divisão destacaram a importância do tempo, e da diferenciação espacial, na percepção. Tal como as intenções, razões etc., a percepção não é um agregado de "percepções" distintas, mas um fluxo de atividade integrada com o movimento do corpo no tempo-espço. A percepção é organizada através de esquemas de previsão, mediante os quais o indivíduo prevê a nova informação que chega enquanto, simultaneamente, procede à digestão mental da velha. Ela envolve normalmente o contínuo movimento ativo dos olhos e geralmente da cabeça, mesmo quando o corpo está em repouso. Como os esquemas são previsões, eles constituem, como diz um autor, "o veículo por meio do qual o passado afeta o futuro", o que é "idêntico aos mecanismos subjacentes da memória"⁹. Pode muito bem ser que o tato, habitualmente considerado o mais humilde dos sentidos e certamente o menos estudado de todos, forneça a maioria das pistas para o entendimento da percepção em geral. O tato não possui um *locus* perceptivo claramente delimitado, como o olho; a informação tátil que chega não é ordenada através de qualquer mecanismo específico no sistema nervoso; o uso do tato é parte óbvia do movimento manipulatório do corpo nos contextos de sua ação. Uma característica impressionante da maior parte da literatura sobre percepção sensorial, além disso, é tratar os sentidos como se eles funcionassem separados uns dos outros. Foi observado que virtualmente todos os estudos experimentais da percepção envolvem somente um sentido¹⁰. A artificialidade disso é demonstrada até pelo mais superficial exame da natureza da vida cotidiana, na qual a continuidade de atividades integra persistentemente os vários sentidos.

A percepção depende, pois, da continuidade espacial e temporal, ativamente organizada como tal pelo perceptor. O principal ponto de referência não tem de ser o sentido singular nem o perceptor contemplativo, mas o corpo em seus envolvimento ativos com os mundos material e social. Os esquemas perceptivos são formatos neurologicamente baseados mediante os quais a temporalidade da experiência é continuamente processada. Tal processamento pode, por sua vez, ser entendido como inerentemente envolvido na monitoração reflexiva da ação em geral. Parece impossível negar que o bebê recém-nascido possui um equipamento perceptivo inato. Por outras palavras, ele tem não só os órgãos sensoriais como esquemas neurologicamente estabelecidos, que lhe permitem responder seletivamente ao mundo circundante, mesmo que essa seletividade seja relativamente rudimentar em comparação com a que se desenvolve mais tarde. Existe um considerável número de provas de que os bebês respondem com movimentos da cabeça na direção de sons, seguem visualmente objetos em movimento e estendem os braços para eles. "Olhar na direção dos sons" já envolve, é claro, a integração dos sentidos¹¹. Os recém-nascidos já avaliam isso em termos de uma diferença de tempo entre respostas acústicas nos dois ouvidos, levando ao movimento da cabeça para uma ou outra direção. Tais respostas, é claro, tornam-se mais precisas com o desenvolvimento psicológico e motor subsequente; as crianças levam muito tempo para aprender as artes de lidar conceptualmente com objetos que saíram do campo de visão. Denominar ou identificar objetos não é, evidentemente, apenas uma questão de dar rótulos a fenômenos cujas qualidades já são conhecidas. Denominar alguma coisa corretamente é estar apto a falar sobre ela corretamente, o que significa caracterizar suas propriedades: relacioná-la com uma espécie de objetos comparáveis, diferenciando-os de outras espécies¹². Com relação a isso, podemos entender os atrativos e as limitações do conceito de Gibson de "propiciação". Segundo Gibson, todos os usos ou atividades que os objetos possibilitam – propiciam ao ator humano – são diretamente perceptíveis. Esse ponto de vista tem a vantagem de sublinhar o caráter prático de atividades

perceptivas, mas não indica sua conexão com as designações conceptuais de objetos, as quais provavelmente são culturalmente variáveis.

Se a percepção for entendida como um conjunto de dispositivos de arranjo temporal, formado pelos movimentos e orientações do corpo, e formando-os, nos contextos de seu comportamento, poderemos entender, por conseguinte, a importância da atenção seletiva na conduta cotidiana. Em todo e qualquer contexto de atividade, estão se passando muito mais coisas do que aquilo a que o ator assiste, acontecimentos ou qualidades que lhe escapam à atenção. Como ocorre isso? A resposta comum é que o material redundante é filtrado. Mas isso é inteiramente enganoso, pois sugere uma tentativa ativa de rejeição do material redundante. Entretanto, a seleção é um processo mais positivo do que negativo; expressa os envolvimento ativos de agentes com seus respectivos ambientes. Consideremos o seguinte e muito debatido experimento¹³. As gravações em fita de duas mensagens faladas separadas e diferentes são fornecidas simultaneamente a sujeitos experimentais, uma para cada ouvido e com igual volume de som. Os sujeitos são instruídos para escutar somente uma das mensagens e repeti-la à medida que a ouvem. Eles não tiveram dificuldade em fazer isso e, em geral, não "ouviram" nada da mensagem alternativa. A situação experimental é interessante porque espelha o que os agentes fazem a maior parte do tempo quando co-presentes com outros em situações nas quais mais de uma conversa está se desenrolando. Os resultados experimentais foram amplamente interpretados em termos de filtros de informação negativa¹⁴. Por outras palavras, a informação redundante é supostamente impedida de chegar aos centros corticais superiores – tem sido sugerida a existência de mecanismos neurais definidos que controlariam esse processo. Mas acontece que esse tipo de teoria não só trata o indivíduo como um receptor de *input* essencialmente passivo, como também depende de uma dissociação insustentável entre percepção e memória, pois supõe-se que, embora percebamos tudo em nosso ambiente, em qualquer momento dado, boa parte do que é percebido é "bloqueado" – muito

rapidamente “esquecido”¹⁵. Como sublinhou Neisser, a suposição é de que qualquer uso de informação alguns milésimos de segundo após ter sido registrada já não depende mais da percepção, mas da memória. Essa opinião não é conceptualmente convincente nem empiricamente plausível. Se a percepção é considerada o que os agentes fazem, como parte de suas atividades temporal e espacialmente situadas, não há a necessidade de postular a existência de qualquer mecanismo de bloqueio.

Os organismos são ativos: eles fazem algumas coisas e deixam outras por fazer. Para colher uma maçã da árvore não precisamos descartar todas as outras; simplesmente não as apanhamos. Uma teoria da coleta da maçã teria muito a explicar (Como é que decidimos qual delas queremos? Como guiamos a mão até ela? Como a colhemos?), mas não teria de especificar, em absoluto, um mecanismo para manter longe das mãos as maçãs não desejadas.¹⁶

Se o “presente” não é cortado do fluxo de ação, a “memória” nada mais pode ser senão um modo de descrever a cognoscitividade de agentes humanos. Se a memória não designa a “experiência passada”, tampouco a consciência (em qualquer dos três sentidos acima mencionados) expressa o “presente”. Aquilo de que uma pessoa está “cônsia” não pode ser fixado num determinado ponto no tempo. Precisamos distinguir, portanto, entre consciência, como conhecimento sensorial (o primeiro e mais geral sentido do termo acima mencionado), memória, como a constituição temporal da consciência, e recordação, como o meio de recapitular experiências passadas de modo a focalizá-las na continuidade da ação. Se a memória se refere a esse domínio temporal tão inerente na experiência humana, então a consciência discursiva e a prática referem-se a *mecanismos psicológicos de recordação*, conforme utilizados em contextos de ação. A consciência discursiva implica as formas da recordação que o ator é capaz de expressar verbalmente. A consciência prática envolve a recordação a que o agente tem acesso na *durée* da ação, sem ser capaz de expressar o que assim “sabe”. O inconsciente refere-se a modos de recordação a que o agente não tem acesso direto porque existe uma “barreira”

negativa de algum tipo inibindo sua incorporação não-mediada na monitoração reflexiva da conduta e, mais particularmente, na consciência discursiva. As origens da barreira são de dois tipos afins. Em primeiro lugar, como as mais primitivas experiências do bebê, dando forma ao sistema de segurança básico, por meio do qual a ansiedade é canalizada ou controlada, antedatam a competência lingüística diferenciada, é provável que permaneçam daí em diante “fora dos limites” da consciência discursiva. Em segundo lugar, o inconsciente contém recalcamientos que inibem a formulação discursiva.

No que diz respeito à definição conceptual, estas observações estão moderadamente de acordo com o uso característico de Freud de “consciente” e de “o inconsciente”. Mas a tese de que a maioria das atividades cotidianas não são diretamente motivadas significa questionar o modelo de motivação com que Freud tipicamente trabalhou. Para Freud, todas as atividades humanas são motivadas, incluindo (por exemplo) banalidades ou “erros” aparentes como o *lapsus linguae*. Ele se interessou, com frequência, precisamente em demonstrar que fenômenos supostamente “acidentais” têm sua origem, de fato, em motivos (inconscientes). Não existe nenhuma razão para se questionar a qualidade esclarecedora dos *insights* de Freud em tais matérias. Mas pretender que todo e qualquer ato ou gesto é motivado – significando que lhe pode ser associado um “motivo” definido – não faz mais sentido do que tratar a ação como envolvendo uma seqüência de intenções ou razões. Há uma falha lógica, aqui, na noção simplificada da natureza da ação humana. Como tenho dito com frequência, a ação não pode ser conceituada satisfatoriamente como um agregado de atos. Concentrando-se principalmente em “segmentos” demarcados específicos do comportamento (sintomas neuróticos), os escritos de Freud tendem, de modo inevitável, a expressar uma concepção tão deficiente de ação. Mas, em vez de supor que todo “ato” tem um “motivo” correspondente, temos de compreender o termo “motivação” como processual. O significado concreto disso é que o inconsciente só raras vezes incide diretamente sobre a monitoração reflexiva da conduta. E as conexões envolvi-

das tampouco dependem unicamente de mecanismos psicológicos dentro da personalidade do ator individual; elas são mediadas pelas relações sociais que os indivíduos mantêm nas práticas de rotina de suas vidas cotidianas.

Uma pequena elaboração desse ponto fornece algo como uma transição entre a discussão desenvolvida até aqui, neste capítulo, e o que se segue mais adiante. Os principais teoremas que desejo propor dizem o seguinte. A vida comum do dia-a-dia – em maior ou menor grau, de acordo com o contexto e os caprichos da personalidade individual – envolve uma *segurança ontológica*, que expressa uma *autonomia do controle corporal* no âmbito de *rotinas previsíveis*. As origens psicológicas da segurança ontológica serão encontradas nos mecanismos de controle da ansiedade básica (conforme indicado por Erikson, cujas idéias discuto no próximo subcapítulo), hierarquicamente ordenadas como componentes da personalidade. A geração de sentimentos de confiança nos outros, como o elemento mais profundo do sistema de segurança básica, depende substancialmente de rotinas previsíveis e diligentes, estabelecidas por figuras parentais. Desde muito cedo, a criança dá e recebe confiança. Quando se torna mais autônoma, entretanto, a criança aprende a importância do que são, nos termos de Goffman, os “dispositivos protetores”, os quais sustentam a mutualidade implícita na confiança através do tato e de outras fórmulas que preservam a aparência externa dos outros. A segurança ontológica é protegida por tais dispositivos, mas mantida de modo mais fundamental pela própria previsibilidade da rotina, algo que é radicalmente perturbado em situações críticas. A anulação de moldes habituais de atividade pela angústia, que não pode ser adequadamente contida pelo sistema de segurança básica, é especialmente uma característica de situações críticas.

Criticar a terminologia de Freud de “agência” e *self* comporta numerosas implicações. O “eu” é uma característica essencial do monitoramento reflexivo da ação, mas não deve ser identificado com o agente nem com o *self*. Entendo por “agente” ou “ator” o sujeito humano total, localizado no tempo-espaco corpóreo do organismo vivo. O “eu” não tem imagem, como o

self tem. O *self*, entretanto, não é uma espécie de mini-agência dentro do agente. É a soma daquelas formas de recordação por meio das quais o agente caracteriza reflexivamente “o que” está na origem de sua ação. O *self* é o agente enquanto caracterizado pelo agente. *Self*, corpo e memória estão, portanto, intimamente relacionados.

Erikson: ansiedade e confiança

As teorias que salientam os elementos inconscientes do comportamento humano tendem freqüentemente a adotar perspectivas objetivistas. Não é difícil perceber por quê, pois o objetivismo, como muitas explicações do inconsciente, trata a monitoração reflexiva da ação como mera espuma na superfície da atividade humana, cujas verdadeiras origens estão situadas em outra parte. Ao apresentar uma descrição (algumas características) do inconsciente e das relações sociais, não acompanharei aquelas versões da psicanálise estruturalista, associadas especialmente a Lacan, que estão agora em voga em alguns meios. Embora os escritos de Lacan contenham inegavelmente algumas idéias de grande interesse, em minha opinião elas expressam uma concepção empobrecida do agente semelhante à gerada pelo “marxismo estruturalista”¹⁷. Lacan foi um dos que estiveram à frente dos ataques contra a obra dos chamados “psicólogos do ego” dentro da psicanálise. Essas polêmicas tiveram êxito num grau substancial, uma vez que a obra de Sullivan, Horney, Erikson, Kardiner e outros encontra-se agora como que numa certa obscuridade. Penso que algumas das contribuições desses autores, entretanto, conservam uma importância muito considerável e nelas me apoiarei em algo do que se segue.

Críticas, “revisionismos” e “ortodoxias” autoprofessadas têm proliferado na teoria psicanalítica desde os primeiros anos deste século, a exemplo do que tem acontecido com o marxismo. Os psicólogos do ego, porém, associaram-se a duas principais linhas de desenvolvimento no que concerne às formulações “clássicas” da psicanálise nos escritos de Freud. Por um lado, adotaram a perspectiva promovida por Anna Freud, isto é,

argumentaram que a preocupação de Freud com a repressão e o inconsciente levou-o a subestimar os componentes mais cognitivos, racionais, do agente. Por outro lado, foram influenciados pelos escritos de analistas sociais, sobretudo dos antropólogos, os quais demonstram a nítida diversidade de modos humanos de vida social. Os escritos culturais de Freud – seja qual for a importância que ainda possam conservar, em alguns aspectos – estavam essencialmente ligados ao evolucionismo da antropologia do século XIX. Estar cômico dessa diversidade significa também reconhecer a variedade de diferentes formas de organização da família, e, por conseguinte, de socialização primitiva, existentes. O reconhecimento desses dois conjuntos de fatores, considerados a um tempo, significa fazer substanciais desvios das noções mais tradicionais da teoria psicanalítica, embora não acarrete adotar um relativismo cultural desenvolvido; há processos de desenvolvimento da criança e de personalidade adulta comuns a todas as sociedades humanas. Erikson expressa isso em *Childhood and Society* da seguinte maneira:

A psicanálise está implementando na atualidade o estudo do ego [...]. Está transferindo a importância que atribuía ao estudo concentrado das condições que entorpecem e deformam o ego individual para o estudo das raízes do ego na organização social. [...] A longa infância faz do homem um virtuoso técnico e mental, mas também deixa nele um duradouro resíduo de imaturidade emocional.¹⁸

Erikson e Sullivan são talvez as duas figuras mais destacadas entre aquelas que preservaram certos elementos universais da descrição original de Freud das fases de desenvolvimento psicosssexual, embora adotando, ao mesmo tempo, contribuições derivadas das ciências sociais. Apóio-me nas idéias deles – embora parcimoniosa e criticamente – no que se segue. Baseado tanto em seu trabalho clínico quanto no estudo a que procedeu de uma gama de culturas, Erikson distinguiu uma série de etapas do desenvolvimento da personalidade num período que cai desde a infância até a idade adulta. Sua discussão da natureza das inclinações motivacionais e capacidades mentais da criança pequena é extremamente persuasiva. Mas penso que ele não

esclareceu suficientemente o limiar essencial no desenvolvimento da criança que deriva da fase do domínio sintático da linguagem, uma transição na vida do indivíduo, como Chomsky demonstrou, cujas conseqüências podem ser identificadas com bastante facilidade, mas cujas origens permanecem torturantemente obscuras.

Em todas as sociedades, o cuidado inicial da criança é dominado por um só agente, quase sempre a mãe biológica. As fases iniciais do desenvolvimento da personalidade podem ser caracteristicamente associadas às resoluções de necessidades ou tensões decorrentes de traços físicos do organismo. Mas parece quase certo que Freud comprimiu-as num esquema excessivamente determinista, e requer-se outro, mais flexível, para dar conta das variações entre e dentro das sociedades. Podemos dizer que a mais antiga interação entre o bebê e sua mãe está inserida no desenvolvimento do “inconsciente”: nem o “movimento corporal” nem o “controle corporal” são muito semelhantes aos sentidos em que ambos são envolvidos na “ação”, no caso do membro adulto da sociedade. Se concordamos com Erikson, podemos distinguir três sucessivas polaridades associadas à transformação do corpo num instrumento de atuação no mundo. A primeira polaridade, e a mais antiga, é a de “confiança básica” versus “desconfiança básica”. O recém-nascido é um feixe de impulsos, que têm certos mecanismos homeostáticos de ajustamento geneticamente dados, existente num ambiente estranho; as atividades da mãe proporcionam assistência e proteção. A “confiança” (concebida aqui como um traço de personalidade) é entendida como tempo-espaco psicologicamente vinculatário pelo despertar inicial de um sentido de que ausência não significa deserção. A dinâmica psicológica subjacente à interseção de presença e ausência tem seu ponto de origem no corpo, nas necessidades corporais, em seus modos de saciação e controle.

Como Erikson comenta, “a primeira realização social da criança é, portanto, sua disposição de perder a mãe de vista sem que isso lhe cause angústia ou raiva desmedidas, pelo fato de a mãe ter se tornado tanto uma certeza interna quanto uma previsibilidade externa”. Previsibilidade, continuidade, uniformidade

fornece "um sentimento rudimentar de identidade do ego que depende [...] do reconhecimento de que existe uma população interna de sensações e imagens recordadas e previstas firmemente correlacionadas com a população exterior das coisas e pessoas conhecidas e previsíveis"¹⁹. "Confiança" iguala-se aqui a segurança e, desde muito cedo, sugere Erikson, traz uma mutualidade explícita a ela; há, pelo menos, um sentimento incipiente de "ser digno de confiança" associado à extensão generalizada da confiança ao outro. Não, é claro, que a formação inicial de confiança ocorra sem conflito ou tensão. Pelo contrário, realiza-se contra uma base de angústia difusa, cujo controle se insinua como a mais generalizada origem motivacional da conduta humana. A interação entre o bebê e a mãe insere o indivíduo humano em crescimento num nexo do qual, para melhor ou para pior, não há daí em diante como escapar. A mãe é um agente (já um representante do "outro generalizado") que, ao cuidar do bebê, implica um direito social nisso, que prenuncia as sanções normativas associadas à formação subsequente de relações sociais. A angústia da ausência dissolve-se através das recompensas da co-presença, deitando as bases da dialética do compromisso e do descompromisso em que a diversidade dos encontros se fundamenta. A expansão da autonomia da criança, ancorada no controle do corpo como um veículo de ação (que sofre uma transformação maciça com o domínio da linguagem), amplia e integra simultaneamente essa dialética. Cada indivíduo tem o direito – variando em conteúdo de múltiplas maneiras em diferentes contextos – de manter uma distância dos outros, preservando a privacidade corporal e integridade do *self*. Mas o *self* tem de submeter-se ao compromisso social, dado que isso é feito com a devida deferência ao reconhecimento ajuizado das necessidades dos outros. A criança ainda ignora isso, bem como sua conexão com a face*. A face, como diz

* Talvez seja oportuno lembrar que, além de sinônimo de "rosto", "cara", "fisionomia", "expressão fisionômica", "aparência externa", "fachada" etc., comum a ambos os idiomas, *face* tem em inglês conotações inexistentes em nosso idioma, às quais o autor faz referência: amor-próprio, dignidade, prestígio, como em expressões correntes como *to lose face* (perder prestígio), *face saving* (salvar as aparências) etc. (N. do T.)

Becker, é "o sentimento positivo de cordialidade pessoal voltado para a inquirição e sabotagem potencial dos outros"²⁰.

Como base de um sistema de administração de tensão, a polaridade confiança/desconfiança é organizada em torno de relações entre projeção e introjeção como mecanismos da personalidade. A introjeção infantil, segundo Freud, assimila a bondade externa e a certeza interna; a projeção trata um dano interno como malevolência externa²¹. Esses mecanismos, baseados eles próprios na identificação, acabam sendo recobertos por várias formas psíquicas mais maduras. Mas retornam ao primeiro plano em situações de extrema ameaça ou crise. Subseqüentemente, a maturação física do corpo prepara o terreno para a transição a uma nova fase do desenvolvimento. Erikson sugere que a melhor maneira de entender isso não é em termos de um deslocamento de zonas de prazer na superfície do corpo, como queria Freud, embora as fixações possam vir a centrar-se nelas. "Agarrar" e "soltar" são obviamente aplicáveis ao controle de excreções corporais, mas expressam-se de um modo muito mais genérico através das mãos e dos braços. "Agarrar" e "soltar" são os correlatos comportamentais da principal polaridade em que essa nova etapa se centra: autonomia *versus* dúvida ou vergonha. Tal como na fase anterior, com a qual pode manter-se numa relação de tensão generalizada, a polaridade pode ser resolvida de um modo relativamente benigno ou mais dilacerador. Agarrar como um modo ávido de retenção pode representar uma auto-absorção cruel ou ser um padrão de cuidado expressando autonomia. Do mesmo modo, soltar pode ser uma expressão hostil de impulsos agressivos ou uma atitude mais descontrada de "deixar passar", de "deixar acontecer". Parece importante enfatizar o significado da psicodinâmica da vergonha em contraste com a culpa. Muitos psicanalistas, seguindo as sugestões dadas por Freud, trataram a vergonha como especificamente ligada ao medo de exposição genital. Isso ajuda certamente a indicar um aspecto da ansiedade, acerca da "aparência" corporal, que (como será indicado brevemente) Goffman mostrou ser tão importante. Mas o fenômeno da vergonha é certamente muito mais penetrante do que os comentários de Freud nos levariam a crer²².

O predomínio de sentimentos de vergonha ou dúvida é indicado pela frequência com que estar "envergonhado" e termos comparáveis ("mortificado", "humilhado" etc.) ocorrem na conversação comum. A idéia, sugerida por alguns autores, de que a culpa é "privada" enquanto a vergonha é "pública" parece difícil de sustentar. A vergonha penetra nas raízes da auto-estima e é evidente que está intimamente relacionada com a experiência algo mais moderada de "embaraço" ou "constrangimento". Vergonha e constrangimento estão localizados psicologicamente na interseção de compromisso e descompromisso, o fracasso em "realizar" certos aspectos do desempenho por ter sido "apanhado" em descuido ou negligência de várias maneiras. Diferente da "culpa", a "vergonha" e o "constrangimento" captam ambos os lados dos encontros; quer dizer, os dois últimos termos podem ser usados pelo indivíduo a respeito de sua própria conduta ou da de outros. Eu posso estar envergonhado de mim mesmo, de algo que fiz, ou constrangido com isso. Mas também posso envergonhar-me da conduta de outrem, assim como ficar constrangido em razão disso. Parece-nos detectar aqui uma diferença entre as duas emoções. Estar envergonhado com o comportamento de uma outra pessoa indica a existência de um vínculo com ela, assinalando um certo reconhecimento de associação com ou até de responsabilidade por ela. Ficar constrangido por alguém, em vez de expressar um alheamento em relação à sua conduta, revela, na verdade, uma certa cumplicidade com ele, uma simpatia por alguém que foi desnecessariamente "exposto".

É especialmente interessante, à luz da preocupação de Goffman com acontecimentos análogos, assinalar que Erikson liga a vergonha na criança (com fortes traços residuais no sistema de segurança do adulto) à postura corporal e às regiões "frontal" e "posterior" do corpo. Podemos ver aí um modo pelo qual a teoria de retenção anal, de Freud, pode ser expressa numa forma muito mais socializada. As regiões "da frente" e "de trás", em que os encontros ocorrem, e em cujo contexto as ocasiões sociais são encenadas, talvez se relacionem diretamente com a experiência mais primitiva da regionalização an-

terior/ posterior do corpo. Manter a "frente" (as aparências) na vida social significa evitar as ansiedades provocadas pela vergonha, e a perda da "frente" (do amor-próprio) leva precisamente à vergonha ou constrangimento. Para a criança, "atrás" significa "o traseiro":

o continente negro do pequeno ser, uma área do corpo que pode ser magicamente dominada e efetivamente invadida por aqueles que poderiam atacar-lhe o poder de autonomia... Essa etapa, portanto, passa a ser decisiva para a proporção de amor e ódio, de cooperação e voluntariedade, de liberdade de auto-expressão e sua supressão. De um sentimento de autocontrole sem perda de amor-próprio resulta um sentimento duradouro de boa vontade e orgulho; de um sentimento de perda do autocontrole e de supercontrole externo resulta uma propensão duradoura para a dúvida e a vergonha.²³

A terceira fase, aquela que culmina no domínio (e coincide com ele) da linguagem sintaticamente desenvolvida, focaliza uma polaridade de iniciativa *versus* culpa. É a fase da transição edipiana, a qual, sejam quais forem suas obscuridades e complexidades, apresenta-se como uma fase universal de crise no desenvolvimento psicológico humano. No que se refere ao corpo, é marcada pelo domínio de uma postura ereta e do movimento ambulatorio nessa postura, bem como pelo amadurecimento da genitalidade infantil. O potencial dramático dessa fase, para o desenvolvimento posterior da personalidade, é dado pela conjunção da exigência de repressão do apego inicial à mãe (nos rapazes e nas meninas) com as capacidades que se tornam parte desse processo, na medida em que coincide com um enorme salto para a frente nas aptidões lingüísticas. É uma fase de iniciativa, porque a realização da transição edipiana permite à criança o controle interno necessário para se aventurar longe dos confins imediatos da família e estabelecer relações com seus pares. Mas isso é conseguido ao preço da repressão, que, em certos indivíduos e em algumas circunstâncias, pode acarretar mutilações em formas de ansiedade derivada da culpa.

Pois aqui a criança divide-se para sempre. Os fragmentos do instinto, que antes haviam intensificado o desenvolvimento de seu corpo e de sua mente infantis, tornam-se agora divididos em uma conformação infantil, que perpetua a exuberância dos potenciais de desenvolvimento, e uma conformação parental, que sustenta e aumenta a auto-observação, a auto-orientação e a autopunição.²⁴

Em conjunto, essas três fases representam um movimento progressivo na direção da autonomia, que deve ser entendida como o estabelecimento da capacidade de monitoração reflexiva da conduta. Mas “autonomia” não significa abandonar os estímulos provocadores de ansiedade ou os modos de enfrentar ansiedade que compreendem o sistema de segurança da personalidade adulta. Os componentes motivacionais da personalidade infantil e da adulta derivam de uma orientação generalizada para a evitação da ansiedade e a preservação da auto-estima contra a “enchente” de vergonha e culpa. Podemos pressupor que os mecanismos do sistema de segurança permanecem num nível inconsciente, porque são pré-lingüísticos – embora a fase edipiana seja precisamente o período em que a criança aprende a constituir-se como um “eu”.

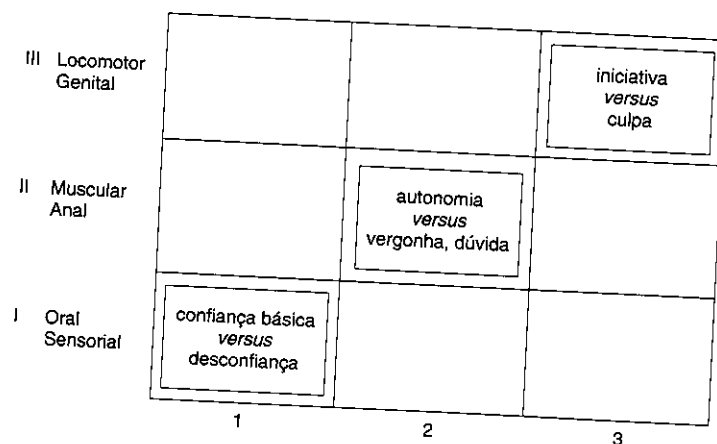


Figura 3

A Figura 3 indica que as sucessivas fases pressupõem proporções variáveis de independência e dependência, combinações de modos corporais e mecanismos psicológicos. Se estivesse em debate a descrição de diferenças individuais, isso implicaria refletir sobre o conteúdo dos retângulos vazios, os quais seriam preenchidos na medida em que fixações ou modos de regressão infantis exercem uma influência profunda sobre a motivação do comportamento.

A investigação sobre o desenvolvimento infantil sugere, com certa ênfase, que a formação de capacidades de ação autônoma combina-se estreitamente com a compreensão dos outros como agentes. Três etapas principais na formação de conceitos de “agência” podem ser distinguidas, coincidentes com as fases descritas por Erikson. Uma é a do reconhecimento do que foi denominado “agência simples” – a de que outros podem intervir causalmente numa seqüência de eventos ao ponto de os modificar²⁵. A percepção pela criança de que seu corpo é um *locus* de ação acompanha a atribuição de qualidades idênticas aos corpos de outros. Desde muito tenra idade, ela reage de modos diferentes em sua interação com os outros “que lhes parecem agentes”, embora os aspectos da conduta de tais figuras, às quais responde, sejam relativamente simples e nítidos²⁶. Outros agentes, entretanto, ainda são tratados instrumentalmente, como uma espécie de objeto no meio ambiente, e não como seres fisicamente separados do *self*, que podem ir embora e retornar. A competência emocional associada à confiança parece estar intimamente ligada à compreensão cognitiva de “agência” como uma propriedade de distintos seres. Mas a generalização de propriedades especificamente “humanas” antes atribuídas somente a determinadas figuras parentais, aos agentes humanos, marca a transição para uma terceira etapa.

Vigotski, entre outros, demonstrou a estreita relação entre habilidades locomotoras (o domínio do corpo como *locus* de ação) e o domínio sintático da linguagem. Sua obra responde muito pouco ao “problema chomskyano” – como é que a criança, de modo relativamente súbito, consegue coordenar estruturas sintáticas com êxito? –, mas elucida importantes aspectos

da associação de agência e fala. O uso da linguagem, de forma diferenciada, depende da expansão da "inteligência prática" da criança – por outras palavras, de aspectos definidos da consciência prática²⁷. Pode-se sugerir que o desenvolvimento da "inteligência prática" acelera-se a partir do período da resolução da terceira fase no esquema de Erikson, porquanto envolve a exploração do corpo como um veículo de ação. Mas o surgimento inicial da "inteligência prática" data dos primeiros movimentos exploratórios do bebê; o domínio da fala sintática converge com o aumento do domínio prático na fase decisiva de desenvolvimento. É impressionante verificar até que ponto se assemelham algumas das observações de Vigotski, sobre o que para um adulto pareceria ser uma "dissociação" entre fala e conduta, e as feitas por Merleau-Ponty, a respeito de pacientes portadores de lesão cerebral (ver pp. 75-9). Por exemplo, uma criança pode ser capaz de executar uma tarefa bastante complexa somente com a condição de ir descrevendo verbalmente cada movimento à medida que prossegue. As crianças, como muitos "doentes mentais", não têm a menor relutância em falar para si mesmas em público – fenômeno esse que tem de ser distinguido da identificação piagetiana de "fala egocêntrica".

Tendo recorrido consideravelmente a Erikson, talvez deva deixar claro que a apropriação que fiz de algumas de suas idéias pretende ser estritamente limitada e idônea. Penso que as áreas menos interessantes da obra de Erikson são justamente aquelas pelas quais ele talvez tenha ganho maior celebridade – as relacionadas com a formação da "identidade do ego" e com a importância das etapas de desenvolvimento da personalidade que se estendem até a adolescência e mais além. Erikson critica a formulação de Freud acerca do "ego" e suas relações com a sociedade²⁸. Isso deve-se em parte às suas inadequabilidades sociológicas. Freud apoiou-se em textos sociológicos sumamente inadequados (como as discussões de seu tempo em torno da psicologia de massa) em seus escritos. Ao mesmo tempo, o método psicanalítico era baseado em histórias de casos individuais. Entre uma coisa e outra existe um grande abismo. Nenhuma descrição satisfatória de uma sociedade diferenciada

foi elaborada por Freud ou por muitos de seus epígonos; "o conceito de *organização* social e sua relação com o ego individual" foi "posto de lado pelos encômios em defesa da existência de 'fatores sociais'"²⁹. O conceito do ego foi assim estabelecido por Freud, sublinha Erikson, em relação a seus opostos na natureza caótica da massa e nos instintos primevos do id. A fim de tentar levar em conta a sensibilidade moral escudada dos seres humanos, Freud introduziu o conceito de superego ou ego ideal – concebendo-o, também, entretanto, em termos, principalmente, de um fardo que o ego tem de suportar. Erikson quis contrabalançar essa ênfase unilateral. Em vez de nos concentrarmos no que é negado à criança pela organização social, deveríamos interessar-nos também em apurar como a criança se beneficia dela e conceder maior atenção à influência de tipos diferenciados de organização social. A noção de Erikson de identidade do ego tem o propósito de completar os conceitos psicanalíticos tradicionalmente estabelecidos³⁰.

Estou francamente de acordo com os comentários críticos de Erikson a respeito de Freud. Mas o termo "identidade do ego" não é dos mais satisfatórios. O termo "ego", conforme indiquei, realiza um excessivo trabalho conceptual em teoria psicanalítica. O de "identidade do ego" tende apenas a avolumar as confusões já existentes. O próprio Erikson admite que o termo tem pelo menos quatro conotações. Por vezes, refere-se a um sentido "consciente" de identidade individual. Também pode significar "empenho inconsciente por uma continuidade do caráter pessoal". Um terceiro significado é "um critério para os procedimentos silenciosos de síntese do ego". Um quarto sentido é "a manutenção de uma solidariedade interior com os ideais e a identidade do grupo"³¹. Poder-se-ia assinalar que nenhuma dessas acepções, tomadas isoladamente, é especialmente compreensível – muito menos o conceito que engloba todas elas!

Rotinização e motivação

Em vez do conceito de identidade do ego, usarei no que se segue as idéias de Erikson sobre as origens e a natureza da

autonomia corporal e da confiança. Sugerirei que um sentido de confiança na continuidade do mundo objetivo e no tecido da atividade social depende de certas conexões especificáveis entre o agente individual e os contextos sociais através dos quais esse agente se movimenta no decorrer da vida cotidiana. Se o sujeito só pode ser apreendido através da constituição reflexiva de atividades diárias em práticas sociais, não podemos entender a mecânica da personalidade separada das rotinas da vida do dia-a-dia, através das quais o corpo passa e que o agente produz e reproduz. O conceito de *rotinização*, baseado na consciência prática, é vital para a teoria da estruturação. A rotina faz parte da continuidade da personalidade do agente, na medida em que percorre os caminhos das atividades cotidianas, e das instituições da sociedade, as quais só o *são* mediante sua contínua reprodução. Um exame da *rotinização*, devo afirmar, dota-nos de uma chave-mestra para explicar as formas características de relação do sistema de segurança básica com os processos reflexivamente constituídos inerentes ao caráter episódico dos encontros.

Podemos sondar a natureza psicológica da rotina considerando os resultados de situações em que os modos estabelecidos de vida diária habitual são drasticamente abalados ou rompidos – estudando as que podemos chamar de “situações críticas”. Há um sentido no qual as situações críticas, para indivíduos específicos ou grupos de indivíduos, estão elas mesmas inseridas na regularidade da vida social pela própria natureza da interseção entre o processo ou “ciclo” vital do indivíduo, a *durée* da atividade, por um lado, a *longue durée* das instituições, por outro. São essas as crises tipicamente marcadas por ritos de passagem, começando para o indivíduo com o nascimento e terminando com a morte. Entretanto, na medida em que formam uma parte intrínseca da continuidade da vida social, muito embora sejam descontinuidades para os indivíduos, tais situações tendem a revestir-se de um caráter definitivamente rotinizado.

Entendo por “situações críticas” as circunstâncias de disjunção radical de tipo imprevisível, que afetam uma quantida-

de substancial de indivíduos, situações que ameaçam ou destroem as certezas de rotinas institucionalizadas. Estou interessado, neste ponto, não na análise das origens sociais de tais circunstâncias, mas em suas conseqüências psicológicas e no que essas conseqüências indicam acerca da generalidade da vida social rotineira. Como analisei situações críticas de forma bastante detalhada em outro trabalho³², mencionarei aqui apenas uma delas – uma famosa descrição de um episódio infame da história recente. É a descrição e análise de Bettelheim, em *The Informed Heart*, das experiências do autor e de outras em Dachau e Buchenwald. Nos campos de concentração, escreve ele, “vi ocorrerem rápidas mudanças, e não só no comportamento como também na personalidade; incrivelmente mais rápidas e, com freqüência, muito mais radicais do que qualquer que fosse possível por tratamento psicanalítico”³³. A experiência do campo de concentração não foi marcada apenas pelo confinamento, mas também pela extrema ruptura de formas habituais de vida cotidiana, decorrente das condições brutalizadas de existência, da sempre presente ameaça ou realidade da violência dos guardas, da escassez de alimento e outras provisões elementares para a manutenção da vida.

As mudanças de personalidade descritas por Bettelheim – vivenciadas por todos os prisioneiros que estiveram internados no campo de concentração por alguns anos – obedeciam a uma certa seqüência de estágios. Essa seqüência era com muita evidência regressiva. O próprio processo de prisão inicial era traumático para a maioria dos reclusos. Arrancados ao convívio da família e dos amigos, geralmente com pouca ou nenhuma advertência prévia, muitos prisioneiros foram submetidos a tortura durante seu transporte para os campos. Os de classe média ou profissionais liberais, que em sua maioria não tinham tido qualquer contato anterior com a polícia ou com o sistema de prisão, tiveram a maior perturbação nas fases iniciais de transporte e de “iniciação” na vida do campo de concentração. Segundo Bettelheim, os suicídios que ocorreram na prisão e no transporte confinaram-se principalmente a esse grupo. A vasta maioria dos recém-aprisionados, entretanto, procurava distan-

ciar-se psicologicamente das pavorosas pressões da vida no campo, tentando manter os modos de conduta associados às suas vidas pregressas. Mas isso provou ser impossível. A “iniciativa”, que Erikson diz estar no núcleo da autonomia de ação humana, foi muito rapidamente corroida; a Gestapo, em certa medida, forçou deliberadamente os prisioneiros a adotarem um comportamento infantil.

A grande maioria dos prisioneiros perambulava pelo campo sem uma flagelação pública, mas a ameaça gritada de que iriam receber 25 chicotadas nas costas soava em seus ouvidos muitas vezes por dia... Ameaças como essas, e também as impressões lançadas aos prisioneiros tanto pelos SS como pelos capatazes prisioneiros, relacionavam-se quase exclusivamente à esfera anal. “Merda” e “cu” eram tão comuns que raramente um prisioneiro era tratado de outra forma.³⁴

Os guardas exerciam um controle rigoroso, mas deliberadamente errático, sobre a higiene pessoal, no sentido tanto da eliminação quanto do asseio geral. Todas essas atividades eram efetuadas em público. Os campos de concentração destruíram virtualmente toda a diferenciação entre regiões da “frente” e de “trás”, convertendo a segunda, física e socialmente, numa preocupação central da vida no campo.

Bettelheim atribui especial ênfase à imprevisibilidade geral dos eventos nos campos de concentração. O sentimento de autonomia da ação que os indivíduos possuem nas rotinas comuns da vida cotidiana, em contextos sociais ortodoxos, era quase completamente dissolvido. O sentido de “futuro”, em que a *durée* da vida social ordinariamente ocorre, era destruído pelo caráter manifestamente contingente até mesmo da esperança de que o dia seguinte chegaria. Por outras palavras, os prisioneiros viviam em circunstâncias de radical insegurança ontológica: “eram as tarefas absurdas, a falta de tempo para si mesmos, a incapacidade de fazer planos devido às súbitas mudanças nas normas do campo, que eram tão profundamente destrutivas”³⁵. Alguns prisioneiros tornavam-se “cadáveres ambulantes” (os chamados *Muselmänner*) porque se rendiam fatalisticamente a

tudo o que o futuro pudesse reservar-lhes. Deixavam de se comportar como agentes humanos, evitando o contato de olhar com outros, fazendo apenas movimentos corporais primários e arrastando-se para andar. Esses homens e mulheres não tardaram a morrer. Somente os prisioneiros que conseguiram manter alguma pequena esfera de controle em suas vidas diárias, que ainda consideravam como “suas”, puderam sobreviver. Como diz Bettelheim, eles preservaram “o principal suporte de uma humanidade radicalmente reduzida, mas ainda presente”. Não obstante, eram incapazes de evitar uma série de atitudes infantis, uma diminuição muito acentuada do senso de tempo, da capacidade de antever, bem como oscilações bruscas de humor em resposta a acontecimentos inteiramente triviais.

Todas essas coisas referem-se ao comportamento de prisioneiros que tinham estado em campos de concentração por não mais de um ano (inclusive o próprio Bettelheim). Os “prisioneiros veteranos”, sobreviventes de vários anos nos campos, apresentavam um comportamento diferente. Havia perdido por completo qualquer orientação quanto ao mundo lá fora e tinham, por assim dizer, se reconstituído como agentes integrando-se na vida do campo como participantes dos próprios rituais de degradação que, quando prisioneiros recém-chegados, haviam considerado tão abjetos. Com frequência, eram incapazes de recordar nomes, lugares e eventos de suas vidas pregressas. O resultado final, observado na maioria dos velhos prisioneiros, mas não em todos, era uma personalidade reconstruída, que se baseava na identificação com os próprios opressores, os guardas do campo. Os velhos prisioneiros macaqueavam as atividades de seus carcereiros, não meramente para procurar agradar-lhes mas também, sugere Bettelheim, por causa de uma introjeção dos valores normativos dos SS.

Como devemos interpretar esses acontecimentos? A sequência de estágios parece bastante clara (embora não apresentada desse modo pelo próprio Bettelheim). A ruptura e o ataque deliberadamente sistemático às rotinas habituais da vida produzem um alto grau de ansiedade, uma eliminação das respostas socializadas associadas à segurança da administração

do corpo e a uma estrutura previsível da vida social. Tal surto de ansiedade expressa-se em modos regressivos de comportamento, atacando os alicerces do sistema de segurança básica fundado na confiança manifestada em relação aos outros. Aqueles que estão mal equipados para enfrentar essas pressões sucumbem e afundam. Alguns são capazes de manter uma esfera mínima de controle e auto-estima que lhes permite sobreviver por um período mais longo. Mas, finalmente, pelo menos na maioria dos prisioneiros veteranos, tem lugar um processo de "ressocialização" em que uma atitude de confiança (limitada e sumariamente ambivalente)³⁶, envolvendo a identificação com figuras de autoridade, é restabelecida. Uma tal seqüência de intensificada ansiedade, regressão, seguida de uma reconstrução de padrões típicos de ação, apresenta-se numa gama de situações críticas em contextos muito diversos, como as reações a estar sob fogo inimigo, no campo de batalha, durante prolongados períodos de tempo, interrogatórios forçados e tortura em prisões e outras condições de extrema pressão³⁷.

A vida social cotidiana normal, em contraste – em maior ou menor grau, de acordo com o contexto e os caprichos da personalidade individual –, envolve uma segurança ontológica fundada numa autonomia do controle corporal, dentro de rotinas e encontros previsíveis. O caráter rotinizado dos caminhos que os indivíduos percorrem no tempo reversível da vida cotidiana simplesmente não "acontece". É "feito acontecer" pelos modos de monitoração reflexiva da ação que os indivíduos sustentam em circunstâncias de co-presença. A "submersão" de modos habituais de atividade pela ansiedade, que não pode ser adequadamente contida pelo sistema de segurança básica, é especificamente uma característica de situações críticas. Na vida social ordinária, os atores têm um interesse motivado em manter as formas de tato e "reparação" que Goffman analisa com tanta acuidade. Entretanto, isso não se deve ao fato de a vida social ser uma espécie de contrato mutuamente protetor que os indivíduos celebram voluntariamente, como sugere Goffman ocasionalmente. O tato é um mecanismo por meio do qual os agentes estão aptos a reproduzir as condições de "confiança"

ou segurança ontológica em cujo âmbito podem ser canalizadas e administradas as tensões mais primitivas. É por essa razão que se pode dizer que muitas das características específicas do encontro cotidiano não são diretamente motivadas. Pelo contrário, existe um compromisso motivacional generalizado de integração de práticas habituais através do tempo e do espaço.

Presença, co-presença e integração social

As rotinas da vida cotidiana são fundamentais até mesmo para as mais elaboradas formas de organização da sociedade. No decorrer de suas atividades diárias, os indivíduos encontram-se uns com os outros em contextos situados de interação – interação com outros que estão fisicamente co-presentes.

As características sociais de co-presença estão estribadas na espacialidade do corpo, em orientação para os outros e para o próprio *self* experienciador. Goffman dedicou considerável atenção à análise desse fenômeno, especialmente com referência à "face", mas talvez as reflexões mais significativas sobre o assunto se encontrem em Merleau-Ponty. Passarei a considerá-las, já que elas nos levam diretamente às observações de Goffman. O corpo, sublinha Merleau-Ponty, não "ocupa" tempo-espaço exatamente no mesmo sentido em que os objetos materiais o fazem. De acordo com ele, "o contorno do meu corpo é uma fronteira que as relações espaciais comuns não cruzam"³⁸. Isso se deve ao fato de que o corpo, e a experiência do movimento corporal, é o centro de formas de ação e de percepção que realmente definem sua unidade. As relações espaço-temporais de presença, centradas no corpo, não estão ajustadas a uma "espacialidade de posição", nas palavras de Merleau-Ponty, mas a uma "espacialidade de situação". O "aqui" do corpo não se refere a uma série determinada de coordenadas, mas à situação do corpo ativo orientado para suas tarefas. Numa linha de idéias semelhantes à de Heidegger, diz ele: "Se meu corpo pode ser uma 'forma' e se pode haver, diante dele, figuras privilegiadas contra planos de fundo indiferentes, isso ocorre

em virtude de ele estar polarizado por suas tarefas, de sua *existência em direção* a elas, de seu enfeixamento de si mesmo na perseguição de seus objetivos; a imagem do corpo é, em última instância, uma maneira de afirmar que meu corpo está no mundo.³⁹

As observações de Goldstein e outros sobre pacientes com lesões cerebrais fornecem uma ilustração concreta de como é isso⁴⁰. Assim, alguns desses indivíduos não são capazes de executar movimentos que abstraia do *milieu* visualmente presente. Uma pessoa pode apontar para uma parte do corpo somente se puder observar o movimento executado e tocar realmente essa região. A partir de observações como essas torna-se evidente que, embora sejam ambos fenômenos aparentemente “posicionais”, “tocar” não é o mesmo que “apontar”. A diferença indica a importância do espaço corporal como um campo extraordinariamente complexo de matrizes de ação habitual. O paciente com lesão cerebral, solicitado a realizar um dado movimento do corpo, assume uma posição geral do corpo todo a fim de executar a tarefa. Esta não se reduz, como no indivíduo normal, a um gesto mínimo. Assim, solicitado a fazer uma saudação, o paciente assume uma postura formal do corpo todo – o indivíduo só consegue fazer o gesto adotando a situação generalizada a que o movimento corresponde. O indivíduo normal, em contrapartida, vê a situação como um teste ou uma representação. De acordo com Merleau-Ponty, ele está “usando o corpo como um meio de representar”⁴¹. É o dilema do paciente que fornece mais *insight* sobre a integração ordinária do corpo na *durée* de atividade, pois este só opera, e é entendido como um “corpo” por seu possuidor, nas contextualidades da ação. A pergunta de Wittgenstein: “Qual é a diferença entre eu erguer o braço e meu braço subir?”, gerou aqui muitas dificuldades, independentemente de ele ter querido ou não que a pergunta atraísse nossa atenção, pois ela parece tratar como típico apenas esse caso de teste ou de representação; e a teoria da ação pode então ser considerada, de maneira equivocada, dependente de contrastes entre “movimentos” e “ações”, enquanto operações distintas, e não da contextualidade espaço-temporal da atividade corporal no fluxo da conduta diária.

Tal atividade do corpo, no fluxo da ação, é imediatamente envolvida na segurança ontológica ou atitude de “confiança” para com a continuidade do mundo e do *self* implícita na *durée* da vida cotidiana. O paciente com lesão cerebral requer um minucioso exame físico de um objeto antes de este poder ser identificado como, digamos, uma “chave”. Os indivíduos normais só se dedicariam a um tal exame de um objeto em circunstâncias incomuns – quando, por exemplo, estivessem participando de uma brincadeira na qual há razões implícitas para supor que os objetos talvez não sejam o que parecem. A continuidade da vida ordinária seria impossível se tentássemos submeter todos os objetos a tão detalhada inspeção. Por aí vemos que a “cláusula de *et cetera*” de Garfinkel aplica-se não apenas à linguagem ou à conversação, mas também a atividades corporais em relação física com o mundo externo. Tudo isso está, por sua vez, intrinsecamente envolvido com o tempo e o sentido de tempo. Permitam-me citar de novo Merleau-Ponty:

Enquanto, na pessoa normal, todo acontecimento relacionado a movimento ou impressão tátil faz a consciência evidenciar grande número de intenções que correm do corpo, como centro de ação virtual em direção seja do próprio corpo, seja do objeto, no paciente, por outro lado, a impressão tátil permanece opaca e encoberta. [...] A pessoa normal *conta com* o possível, que adquire assim, sem abandonar sua posição de possibilidade, algo como uma realidade. No caso do paciente, porém, o campo da realidade limita-se ao que é encontrado na forma de contato efetivo ou está relacionado a esses dados por algum processo explícito de dedução.⁴²

O corpo, evidentemente, não é uma unidade indiferenciada. Aquilo a que Gehlen chama de postura “excêntrica” dos seres humanos – mantendo-se ereta e “voltada para fora” em direção ao mundo – é o resultado, sem dúvida, da evolução biológica. Não precisamos transpor o biológico numa forma presumidamente paralela de evolução social para ver as implicações disso para os processos sociais humanos em circunstâncias de co-presença. Nos seres humanos, a face não é simples-

mente a origem física aproximada da fala, mas a área dominante do corpo na qual estão escritas as complexidades da experiência, do sentimento e da intenção. De maneiras banais, mas muito significativas, nas relações sociais humanas a face influencia a distribuição espacial dos indivíduos em circunstâncias de co-presença. O posicionamento "em face" do outro ou de outros que estão sendo objetivados assume nítida importância, quando comparado com o posicionamento na maioria das sociedades animais. Os números de pessoas que podem participar diretamente de encontros face a face são inerentemente estritamente limitados, exceto naqueles tipos de situação em que um ou poucos indivíduos se dirigem a uma multidão ou a um público à sua frente. Mas tais circunstâncias, é claro, exigem que os que estão na multidão ou no público renunciem ao contínuo contato face a face entre si. A primazia da face como meio de expressão e de comunicação tem implicações morais, muitas das quais foram argutamente dissecadas por Goffman: Voltar as costas a alguém que está falando é, na maioria das sociedades (talvez em todas?), um gesto de indiferença ou de desdém. Além disso, a maioria das sociedades (todas?) tendem a reconhecer uma semelhança lingüística entre a face enquanto referente à fisionomia, e a face que concerne à manutenção da auto-estima. Sem dúvida, existe uma série de culturas, como a chinesa tradicional ou setores dela, que conferem especial ênfase à preservação da face na maioria dos contextos. Sem dúvida, também, isso pode ter algo a ver com a famosa diferenciação feita por Benedict e outros entre as culturas da "vergonha" e da "culpa", ainda que essa diferenciação pareça ter sido traçada de forma excessivamente tosca. Mas aspectos da preservação e salvação da face são quase certamente genéricos para toda uma diversidade de contextos transculturais de encontros sociais.

Os temas gêmeos do controle do corpo em campos de ação em co-presença e da influência penetrante da face são essenciais para os escritos de Goffman como um todo. Como devemos entender o termo "co-presença"? De acordo com Goffman, e também com meu emprego aqui, co-presença está estribada nas modalidades perceptivas e comunicativas do corpo.

As condições chamadas por Goffman "condições plenas de co-presença" são encontradas sempre que os agentes "sentem estar suficientemente próximos para serem percebidos em sua ação, seja esta qual for, incluindo sua experiência de relação com outros, e para serem percebidos nesse sentir ser percebidos"⁴³. Embora as "condições plenas de co-presença" existam somente no contato não-mediado entre aqueles que estão fisicamente presentes, na era moderna são possibilitados contatos mediados, que permitem algumas das intimidades da co-presença, pelas comunicações eletrônicas, mais destacadamente pelo telefone⁴⁴. Nas sociedades contemporâneas, e em diferentes formatos em outras culturas, o espaço contido numa sala – com exceções, como as recepções, em que toda a casa pode ser "aberta" – define usualmente as fronteiras de co-presença. É claro que existem muitos "lugares públicos", como as multidões que se acotovelam nas ruas etc., em que não existe uma clara circunscrição física das condições de co-presença.

Goffman: encontros e rotinas

Como Goffman se dedicou tão persistentemente à análise das rotinas da vida cotidiana, seus escritos oferecem muitos esclarecimentos acerca do caráter da integração social. Muitos equívocos em relação aos escritos de Goffman precisam ser rebatidos antes de seus *insights* serem desenvolvidos mais proveitosamente. Ele tem de ser resgatado aqui do importuno cerco de seus admiradores. Goffman é freqüentemente considerado um observador idiossincrático da vida social, cuja sensibilidade para as sutilezas do que eu chamei de consciência prática e consciência discursiva deriva mais de uma combinação de inteligência penetrante e de um estilo leve, um tanto brincalhão, do que de uma abordagem coordenada da análise social⁴⁵. Essa visão é sumamente enganadora e uma das razões de Goffman não ser geralmente reconhecido como um teórico social de considerável estatura. Quero afirmar, em todo caso, que os escritos de Goffman possuem um caráter altamente sis-

mente a origem física aproximada da fala, mas a área dominante do corpo na qual estão escritas as complexidades da experiência, do sentimento e da intenção. De maneiras banais, mas muito significativas, nas relações sociais humanas a face influencia a distribuição espacial dos indivíduos em circunstâncias de co-presença. O posicionamento “em face” do outro ou de outros que estão sendo objetivados assume nítida importância, quando comparado com o posicionamento na maioria das sociedades animais. Os números de pessoas que podem participar diretamente de encontros face a face são inerentemente estritamente limitados, exceto naqueles tipos de situação em que um ou poucos indivíduos se dirigem a uma multidão ou a um público à sua frente. Mas tais circunstâncias, é claro, exigem que os que estão na multidão ou no público renunciem ao contínuo contato face a face entre si. A primazia da face como meio de expressão e de comunicação tem implicações morais, muitas das quais foram argutamente dissecadas por Goffman: Voltar as costas a alguém que está falando é, na maioria das sociedades (talvez em todas?), um gesto de indiferença ou de desdém. Além disso, a maioria das sociedades (todas?) tendem a reconhecer uma semelhança lingüística entre a face enquanto referente à fisionomia, e a face que concerne à manutenção da auto-estima. Sem dúvida, existe uma série de culturas, como a chinesa tradicional ou setores dela, que conferem especial ênfase à preservação da face na maioria dos contextos. Sem dúvida, também, isso pode ter algo a ver com a famosa diferenciação feita por Benedict e outros entre as culturas da “vergonha” e da “culpa”, ainda que essa diferenciação pareça ter sido traçada de forma excessivamente tosca. Mas aspectos da preservação e salvação da face são quase certamente genéricos para toda uma diversidade de contextos transculturais de encontros sociais.

Os temas gêmeos do controle do corpo em campos de ação em co-presença e da influência penetrante da face são essenciais para os escritos de Goffman como um todo. Como devemos entender o termo “co-presença”? De acordo com Goffman, e também com meu emprego aqui, co-presença está estribada nas modalidades perceptivas e comunicativas do corpo.

As condições chamadas por Goffman “condições plenas de co-presença” são encontradas sempre que os agentes “sentem estar suficientemente próximos para serem percebidos em sua ação, seja esta qual for, incluindo sua experiência de relação com outros, e para serem percebidos nesse sentir ser percebidos”⁴³. Embora as “condições plenas de co-presença” existam somente no contato não-mediado entre aqueles que estão fisicamente presentes, na era moderna são possibilitados contatos mediados, que permitem algumas das intimidades da co-presença, pelas comunicações eletrônicas, mais destacadamente pelo telefone⁴⁴. Nas sociedades contemporâneas, e em diferentes formatos em outras culturas, o espaço contido numa sala – com exceções, como as recepções, em que toda a casa pode ser “aberta” – define usualmente as fronteiras de co-presença. É claro que existem muitos “lugares públicos”, como as multidões que se acotovelam nas ruas etc., em que não existe uma clara circunscrição física das condições de co-presença.

Goffman: encontros e rotinas

Como Goffman se dedicou tão persistentemente à análise das rotinas da vida cotidiana, seus escritos oferecem muitos esclarecimentos acerca do caráter da integração social. Muitos equívocos em relação aos escritos de Goffman precisam ser rebatidos antes de seus *insights* serem desenvolvidos mais proveitosamente. Ele tem de ser resgatado aqui do importuno cerco de seus admiradores. Goffman é freqüentemente considerado um observador idiossincrático da vida social, cuja sensibilidade para as sutilezas do que eu chamei de consciência prática e consciência discursiva deriva mais de uma combinação de inteligência penetrante e de um estilo leve, um tanto brincalhão, do que de uma abordagem coordenada da análise social⁴⁵. Essa visão é sumamente enganadora e uma das razões de Goffman não ser geralmente reconhecido como um teórico social de considerável estatura. Quero afirmar, em todo caso, que os escritos de Goffman possuem um caráter altamente sis-

temático, e é isso, em não pequeno grau, que lhes dá sua força intelectual. Um outro equívoco, que o próprio Goffman se empenhou arduamente em desfazer, está em considerar seus escritos importantes apenas para uma forma de "microsociologia", que pode ser nitidamente separada das questões "macrossociológicas". Um modo muito mais interessante de abordar as obras de Goffman é tratá-las como estando empenhadas em mapear detalhadamente as interseções de presença e ausência na interação social. Os mecanismos de integração social e de sistema, repetimos, interligam-se necessariamente. Os escritos de Goffman são, sem dúvida, importantes para ambos, mesmo que ele mantenha uma atitude cautelosa em relação aos problemas do processo ou desenvolvimento institucional a longo prazo.

Finalmente, supõe-se com frequência que os escritos de Goffman estão não só confinados, em sua relevância, às sociedades contemporâneas, mas expressam diretamente características de conduta peculiarmente modernas, até mesmo distintivamente norte-americanas. Assim, Gouldner, comentando a obra de Goffman, diz:

ela frisa o episódico e vê a vida somente como ela é vivida numa estreita circunferência interpessoal, a-histórica e não-institucional, uma existência para além da História e da sociedade. [...] reflete o novo mundo, no qual uma camada da nova classe média já deixou de acreditar que o trabalho árduo seja útil ou que o êxito dependa da aplicação diligente. Nesse novo mundo existe um senso agudo de irracionalidade das relações entre a realização individual e a magnitude da recompensa, entre a contribuição real e o ajuste social. É o mundo dos astros de alto preço de Hollywood e dos mercados de ações, cujos preços geram escassa relação com seus ganhos.⁴⁶

Gouldner contrasta explicitamente esse ponto de vista com o que ele chama de uma abordagem "estrutural", em detrimento do primeiro. O mundo social que Goffman retrata não é apenas culturalmente específico, mas ocupa-se apenas do transitório, não das formas institucionais duradouras que moldam

as vidas das pessoas. Não se pode dizer que tal acusação a Goffman – na medida em que é uma acusação – seja inteiramente injustificada. Mas a crítica de Gouldner também revela, uma vez mais, exatamente aquele dualismo que, como sugeri anteriormente, é tão predominante nas ciências sociais. A fixidez das formas institucionais não existe a despeito, ou fora, dos encontros da vida cotidiana, mas *está implícita nesses mesmos encontros*.

A evanescência dos encontros expressa a temporalidade da *durée* da vida cotidiana e o caráter contingente de toda a estruturação. Mas Goffman apresenta alegações muito persuasivas favoráveis à tese de que o "desvanecimento" inerente à ordenação sintagmática da interação social é coerente com uma fixidez de forma muito marcada na reprodução social. Embora, até onde chega meu conhecimento, ela não afirme isso em parte alguma, penso que seus escritos revelam características de co-presença encontradas em todas as sociedades, por muito pertinentes que esses mesmos escritos possam ser, de fato, para a identificação de novas características na era contemporânea. A obra de Goffman contém um espelho que reflete muitos mundos, não apenas um. Ao usar idéias nela formuladas, não quero, porém, endossar *in toto* as ênfases do próprio autor.

Os escritos de Goffman abrangem uma importante contribuição para a exploração das relações entre a consciência discursiva e a consciência prática nos contextos de encontros. Entretanto, ele tem muito pouco a dizer acerca do inconsciente, e pode até, de fato, rejeitar a idéia de que tal fenômeno tem qualquer importância na vida social. Além disso, suas análises de encontros pressupõem a existência de agentes motivados, em vez de investigar as origens da motivação humana, segundo a queixa de muitos de seus críticos. A omissão é séria e constitui uma das principais razões (sendo a outra o desinteresse nos processos a longo prazo de transformação institucional) de a obra de Goffman suscitar como que uma sensação de "vazio". Pois qual seria o motivo de os agentes, cuja monitoração reflexiva da conduta é descrita com tanta sutileza, obedecerem às rotinas que seguem? A pergunta poderia ser respondida, até certo ponto,

se fosse o caso de os indivíduos retratados por Goffman serem representados, de maneira voluntarista, como agentes cínicos que se adaptam a determinadas circunstâncias sociais de modo puramente calculado e tático. Mas, embora muitos tenham interpretado Goffman dessa maneira, não é essa a principal implicação que desejo extrair do terreno de estudo que ele inaugurou. A ênfase sobre a prevalência do tato em encontros sociais, a reparação de tensões no tecido social e a manutenção da "confiança" sugerem, sobretudo, uma preocupação predominante com a proteção da continuidade social, com os mecanismos íntimos da reprodução social.

Goffman desenvolve uma tipologia dos contornos de interação, e eu empregarei muitos de seus conceitos, modificando-os um pouco, no que se segue. A gama de conceitos pode ser apresentada assim:

[co-presença]
reuniões
ocasiões sociais
interação não-focalizada
interação focalizada:

encontros (envolvimentos face a face)
rotinas (episódios)

As reuniões referem-se a agrupamentos de pessoas, compreendendo duas ou mais, em contextos de co-presença. Por "contexto" (Goffman prefere o termo "situação") entendo aquelas "faixas" de tempo-espço no âmbito das quais as reuniões ocorrem. Quem quer que ingresse nessa faixa de tempo-espço torna-se "disponível" para entrar na reunião ou pode até formá-la, se ela for de caráter didático. As reuniões pressupõem o monitoramento reflexivo *mútuo* da conduta na, e através da, co-presença. A contextualidade das reuniões é vital, de maneira muito íntima e integral, para tais processos de monitoração. O contexto inclui o ambiente físico de interação, mas não é meramente algo "em que" a interação ocorre (ver pp. 138-40). Ao constituírem a comunicação, os atores apóiam-se rotineiramente em aspectos do contexto, incluindo a ordem temporal de gesto e conversação. A importância disso para a formulação do "significado" em gestos e na conversação, como Garfinkel se

empenhou mais do que ninguém em elucidar, dificilmente pode ser exagerada⁴⁷. Assim, os lingüistas têm procurado, com muita frequência, analisar problemas semânticos ou em função da competência lingüística "interna" de locutores individuais, ou examinando as propriedades de atos isolados da fala, mas o "fechamento de significado" das terminologias polivalentes da linguagem cotidiana realizado no discurso só pode ser apreendido se estudarmos a ordenação contextual de conversas inteiras.

As reuniões podem ter uma forma muito imprecisa e transitória, como a de uma troca fugaz de "olhares amistosos" ou de saudações num corredor. Aos contextos mais formalizados em que ocorrem reuniões pode ser dado o nome de ocasiões sociais. Estas envolvem uma pluralidade de indivíduos. São tipicamente limitadas com bastante nitidez no tempo e no espaço, e empregam, com frequência, formas especiais de equipamento fixo: disposições formalizadas de mesas e cadeiras etc. Uma ocasião social propicia o "contexto social estruturador" (expressão de Goffman) em que muitas reuniões "são suscetíveis de se formar, dissolver e re-formar, enquanto um padrão de conduta tende a ser reconhecido como o apropriado e (frequentemente) o oficial ou propositado"⁴⁸. Toda uma variedade de aspectos rotinizados da vida diária, como o dia de trabalho numa fábrica ou escritório, faz parte desse gênero. Mas também existem muitas ocasiões sociais mais irregulares, incluindo festas, bailes, eventos esportivos e uma grande diversidade de outros exemplos. Obviamente, um setor do espaço físico pode simultaneamente ser o local de diversas ocasiões sociais, cada uma delas envolvendo múltiplas reuniões. Mas é muito mais frequente a existência de "uma ocasião social predominante" normativamente sancionada à qual outras estão supostamente subordinadas num determinado setor do tempo-espço.

As características contextuais de reuniões, quer estas ocorram ou não em ocasiões sociais, podem ser divididas em duas formas principais. A interação não focalizada refere-se a todos aqueles gestos e sinais que podem ser comunicados entre indivíduos simplesmente por causa de sua co-presença num contexto específico. Nesse caso, as propriedades físicas do corpo e

o alcance limitado do posicionamento da face constituem importantes restrições. A consciência generalizada da presença de outros por parte dos atores pode variar sutilmente numa vasta extensão espacial, incluindo até os que estão atrás deles. Mas tais “sugestões do corpo” são muito difusas em comparação com as possíveis, e são cronicamente utilizadas na interação face a face. A interação focalizada, por seu turno, ocorre quando dois ou mais indivíduos coordenam suas atividades mediante uma contínua interseção da expressão facial e da voz. Por muito que os participantes possam monitorar tudo o mais que está acontecendo na reunião mais vasta, a interação focalizada em alguma parte introduz uma divisória entre eles e todos os outros co-presentes. Uma unidade de interação focalizada é um envolvimento face a face ou um encontro. Os encontros são o fio condutor da interação social, a sucessão de envoltimentos com outros ordenados no âmbito do ciclo diário de atividade. Embora Goffman não inclua isso formalmente em seu esquema de conceitos, penso ser muito importante enfatizar o fato de que os encontros ocorrem tipicamente como rotinas. Isto é, o que pelo ângulo do momento fugaz poderia parecer breves e triviais permutas assume muito mais substância quando visto como inerente à natureza interativa da vida social. A rotinização de encontros é de grande significação na medida em que vincula o encontro fugaz à reprodução social e, assim, à “fixidez” aparente das instituições.

Defini a integração social como sistemidade em circunstâncias de co-presença. Vários fenômenos se propõem como os mais imediatamente relevantes para a constituição da integração social assim definida. Em primeiro lugar, a fim de se apreender a conexão dos encontros com a reprodução social estendendo-se ao longo do tempo e do espaço, cumpre destacar como os encontros são formados e reformados na *durée* da existência diária. Em segundo lugar, devemos procurar identificar os principais mecanismos da dualidade da estrutura por meio dos quais os encontros estão organizados em – e através de – interseções da consciência prática e da consciência discursiva. Isso, por sua vez, tem de ser explicado em termos tanto do controle

do corpo quanto da manutenção ou regras ou convenções. Em terceiro lugar, os encontros são sustentados, sobretudo, pela *fala*, pela conversação cotidiana. Na análise da comunicação de significado em interação, mediante o uso de esquemas interpretativos, o fenômeno da fala tem de ser considerado com muita seriedade, porquanto está constitutivamente envolvido em encontros. Em último, deve ser examinada a organização contextual dos encontros, uma vez que a mobilização de tempo-espaço é o “fundamento” de todos os elementos acima. Empreenderei esta última tarefa em termos de várias noções básicas, as de “presença-disponibilidade”, de “local” e a de relação de “ocultamento/revelação”. Não examinarei estes últimos três conceitos no presente capítulo; prefiro ocupar-me deles mais adiante.

Serialidade

Os encontros são fenômenos seqüenciados, interpolados na serialidade da vida cotidiana e, no entanto, conferindo forma a essa mesma serialidade. As propriedades sistemáticas de encontros podem ser atribuídas a duas principais características: abertura e encerramento, e alternância. Examinarei brevemente cada uma delas. A *durée* da vida diária, tal como é vivida por cada indivíduo, é um fluxo contínuo de atividade, somente interrompida (mas com regularidade) pela relativa passividade do sono. A *durée* da atividade pode ser “parentetizada” ou “conceptualmente segmentada”, como diz Schutz, por um momento reflexivo de atenção por parte do sujeito. É isso o que acontece quando alguém é solicitado por um outro a fornecer “uma razão” ou “razão” para, ou de algum modo explicar, certas características de sua atividade. Mas a *durée* da vida cotidiana também é “parentetizada” pela abertura e pelo encerramento de encontros. Nas palavras de Goffman, “pode-se falar, pois, de abrir e fechar parênteses temporais e de demarcar parênteses espaciais”⁴⁹. Aficionado como é do uso de metáforas e analogias dramáticas, Goffman fornece como exemplo os expedientes empregados na abertura e encerramento de espetáculos tea-

trais. Para assinalar o início de uma peça teatral, soa uma campainha, as luzes apagam-se e o pano de boca sobe. Na conclusão, as luzes do auditório acendem de novo enquanto o pano cai. A maioria das ocasiões sociais apresenta algum tipo de expediente para indicação formal de abertura e encerramento – uma característica de ocasiões rituais tanto em culturas tradicionais quanto na grande variedade de ocasiões sociais mais seculares que caracterizam as sociedades contemporâneas. A parentetização de cerimônias de iniciação, por exemplo, assinala tipicamente uma mudança dramática na forma de conduta dentro do quadro da ocasião – indicando os marcadores, por assim dizer, uma transferência do profano para o sagrado. Caillois demonstrou isso em relação aos paralelos entre as esferas da religião e do “drama”, bem como das influências diretamente históricas exercidas sobre essas esferas⁵⁰.

Pode-se arriscar a conjectura de que os parênteses tendem a ser considerados pelos atores cotidianos particularmente importantes quando as atividades que ocorrem durante o encontro, ou numa ocasião social, são tratadas pelas partes envolvidas como particularmente divergentes das expectativas normais da vida cotidiana. Goffman dá o seguinte exemplo: para fazer um exame médico, ou para servir de modelo numa aula de arte, o indivíduo não costuma se desnudar ou tornar a se vestir na presença dos outros. O ato de se despir e de se vestir, em particular, permite que o corpo seja subitamente exposto e escondido, marcando assim as fronteiras do episódio e transmitindo a mensagem de que as ações estão claramente separadas de conotações sexuais ou outras que, de outro modo, poderiam ser-lhes atribuídas. Isso faz parte do que Goffman chama de “fixação do tom” dos encontros e sugere uma estreita conexão com as discussões de Wittgenstein sobre o entrelaçamento de formas de vida. A ocorrência de encontros, assinalados e dotados de um “matiz” ou *ethos* social definido, leva em conta as transformações de uma multiplicidade de episódios em “tipos” divergentes.

Nós (e um número considerável de eles) temos a capacidade e a inclinação para usar a atividade concreta, real – atividade

que é intrinsecamente significativa – como um modelo sobre o qual são marcadas as transformações para divertimento, simulação, experimento, repetição, sonho, fantasia, ritual, demonstração, análise e caridade. Essas sombras vívidas de acontecimentos são ajustadas adequadamente ao mundo em curso, mas não do modo estreito que se verifica na atividade literal, ordinária.⁵¹

A maioria dos encontros que compreendem a serialidade da vida social tem lugar ou fora (no tempo-espço) ou contra o pano de fundo das reuniões observadas em ocasiões sociais. Os envolvimento face a face em muitos desses contextos não implicam fechamentos claros que eliminem toda a interação com não-participantes. Em tais circunstâncias, a monitoração reflexiva do corpo, do gesto e do posicionamento é caracteristicamente usada para produzir um “fechamento convencional do envolvimento”⁵². Quer dizer, uma “barreira” normativamente sancionada separa os envolvidos no encontro dos outros que estão co-presentes. É um trabalho cooperativo, no qual os participantes no envolvimento face a face e os circunstantes – frequentemente envolvidos, é claro, em seus próprios compromissos com outros grupos – mantêm uma espécie de “inatenção cortês” em relação uns aos outros. Goffman indica vários modos como isso pode ser realizado e como pode ser deslocado. Como em todas as áreas de mútua monitoração da interação, existem características de extraordinária complexidade até mesmo na manifestação de “inatenção”. Assim, espera-se geralmente dos circunstantes que não só não explorem uma situação de proximidade de presença, por meio da qual poderiam acompanhar o que está acontecendo em outros envolvimento face a face, mas que também demonstrem ativamente a inatenção. Isso pode ser problemático. Pois se a inatenção for excessivamente estudada o efeito poderá sugerir que o indivíduo estará, de fato, bisbilhotando.

É possível todo tipo de complicação desses fenômenos. Em muitas circunstâncias um indivíduo poderá estar interessado em escutar o conteúdo de um encontro e, para tanto, simular muito deliberadamente a inatenção. Contudo, esse comportamento corre o risco de ser notado, devido a um artificialismo

de postura ou a uma série de outros traços passíveis de denunciar o que está acontecendo. Não se deve interpretar os comentários acima como uma sugestão (o que muitos intérpretes de Goffman são propensos a fazer) de que a maioria das complexidades maravilhosamente sutis da interação são estudadas ou clinicamente manipulativas. A situação é justamente a oposta. O impressionante nas habilidades de interação exibidas pelos atores na produção e reprodução de encontros é seu embasamento na consciência prática. Inerente à estruturação de encontros é o tato e não o cinismo. Embora o conteúdo do que é tido como "prova de tato" possa variar imensamente, a importância do tato em sociedades ou culturas de resto muito diferentes é incontestável. Acordo conceptual latente entre participantes em contextos de interação, o tato parece ser o principal mecanismo a sustentar a "confiança" ou segurança ontológica durante longos períodos de tempo-espço. O tato na sustentação do fechamento do envolvimento convencional torna-se claramente acentuado em circunstâncias que ameaçam romper tal encerramento. Assim, em espaços muito restritos, como os elevadores, é virtualmente impossível manter uma postura de não ouvir. Na sociedade anglo-americana, pelo menos, a tendência em tal situação é de suspender a comunicação, com apenas, talvez, um comentário ocasional que indica estar o encontro suspenso e não desfeito. Do mesmo modo, se três pessoas estão falando e uma é interrompida para atender um chamado telefônico, as outras não podem simular completa desatenção e podem prosseguir com uma espécie de conversação hesitante, capenga⁵³. Contextos de encontros como esses podem expressar diretamente assimetrias de poder. Assim, se, digamos, dois indivíduos num elevador prosseguem em sua conversa, indiferentes ao ambiente de proximidade manifestamente estreita com outros passageiros, pode muito bem ser que eles assim demonstrem àqueles que são seus subordinados ou inferiores sua indiferença à manutenção de cortês inatenção num tal contexto. Entretanto, poderão, apesar de tudo, trair uma certa preocupação pelo desvio de uma norma que seria comumente observada

e, por conseguinte, falar até mais alto do que o fariam em outras circunstâncias.

Os encontros envolvem "abrir espaços", no que se refere tanto à posição dos corpos em relação um ao outro, dentro e fora da região do envolvimento face a face, quanto ao espaçamento serial das contribuições para o encontro, em termos de serialidade ou alternância. A abertura de espaços colaborativa num local é obviamente relevante para a segmentação de encontros (e, como tentarei indicar mais adiante, está sujeita ao que Hägerstrand chama de "restrições de acoplamento" e "restrições de acondicionamento"). As sanções normativas generalizadas que influenciam a proximidade aceitável de indivíduos em lugares públicos variam transculturalmente, tal como as que afetam os limites do contato corporal aceitável entre pessoas em diversos contextos⁵⁴. Mas o espaçamento pode ser efetivamente organizado somente dentro dos limites da facilidade de comunicação – não tão amplo, a ponto de os participantes terem de gritar, nem tão próximos que os traços da expressão facial, que ajudam a monitorar a sinceridade e autenticidade da fala, não possam ser observados. Os envoltimentos face a face, quando outros estão co-presentes, ocorrem quase sempre com um certo desvio do corpo em relação aos que não estão participando no envolvimento, e a disposição dos corpos é tal que não existe barreira física para a livre troca de olhares ou contato visual. Isso pode ser difícil de conseguir em situações de aglomeração, nas quais há muito movimento – por exemplo, numa festa ou num trem superlotado. Em tais contextos, pode ocorrer um certo relaxamento transitório das sanções que ordinariamente controlam a excessiva mobilidade dos membros do corpo. Uma pessoa pode, de maneira bem aceitável, balançar o corpo nessa situação, se ao mesmo tempo fica claro para os outros que o faz com a finalidade de manter o contato ocular num envolvimento em que o posicionamento dos outros ameaça bloquear a visão. Tais movimentos podem ser executados de forma exagerada, de fato, indicando assim aos outros que o ator está cênscio de que esse movimento corporal seria geralmente considerado insólito ou extravagante. A alternância em encontros tem

sido muito estudada por autores de tendência etnometodológica⁵⁵, cuja obra é freqüentemente considerada trivial, avaliação essa deveras míope. A alternância, contudo, tem suas raízes nas propriedades mais genéricas do corpo humano e expressa, por conseguinte, aspectos fundamentais da natureza da interação. Além disso, ela é uma característica importante do caráter serial da vida social, estando assim ligada ao caráter geral da reprodução social. Trata-se de uma forma de “restrição de acoplamento”, resultante do simples mas elementar fato de que o principal meio de comunicação dos seres humanos em situações de co-presença – a fala – é um veículo de “ordem simples”. A conversa desenrola-se sintagmaticamente no fluxo da *durée* da interação e, como apenas uma pessoa pode falar de cada vez para que o intuito comunicativo seja realizado, as contribuições para os encontros são inevitavelmente seriais. Assinala-se que o estudo empírico de conversas mostra que elas têm uma forma muito menos simétrica do que se poderia supor. A condução da alternância raramente acontece de tal maneira que os participantes concluam suas frases. Verifica-se uma pletora de fenômenos de hesitação; os locutores interrompem um ao outro no que estão dizendo, de modo que não existem divisões claras assinalando quando é a vez de cada um falar etc.⁵⁶

A alternância pode aplicar-se tanto à serialidade de encontros quanto à interação entre agentes dentro de encontros, e também estar estreitamente ligada a diferenciais de poder. Todas as organizações envolvem a coordenação da interação em fluxos de relações espaço-temporais “canalizados” através de contextos e locais regularizados (ver pp. 140 ss). Assim, o processo de organização de julgamentos na vida cotidiana do tribunal tem um caráter serial formalizado, em que um caso é ouvido, e segmentado como uma ocasião social definida, enquanto as partes envolvidas nos casos seguintes fazem fila na sala de espera adjacente. Há inúmeros exemplos semelhantes em sociedades de amplo distanciamento espaço-temporal. Neste ponto, a discussão da serialidade por Sartre tem uma conexão direta com as aparentes trivialidades da alternância coloquial. Ele assinala que um exemplo banal de serialidade, a fila para tomar

um ônibus, pode ser usado para demonstrar o acoplamento mútuo de relações espaço-temporais de presença e ausência:

Esses indivíduos isolados formam um grupo, *na medida em que* estão todos na mesma calçada, a qual os protege do tráfego que cruza a praça em diversas direções, *na medida em que* eles estão agrupados em torno do mesmo ponto de ônibus etc. [...] Todos, ou quase todos, são trabalhadores e usuários regulares do serviço de ônibus; conhecem os horários e a freqüência dos ônibus dessa linha; e, por conseguinte, aguardam o *mesmo* ônibus, digamos, o das 7:49. Esse objeto, na medida em que dependem dele (avarias, atrasos, acidentes), *é o alvo do interesse atual desses indivíduos*. Mas esse interesse atual – uma vez que todos vivem no mesmo bairro – remete a estruturas mais completas e mais profundas de seu interesse geral: melhorias nos transportes públicos, congelamento do preço das passagens etc. O ônibus que eles aguardam une-os, sendo o interesse deles, como indivíduos que *nessa manhã* têm assuntos a tratar na *rive droite*; mas o fato de ser o das 7:49 é de *interesse deles como usuários*; tudo está temporalizado: o viajante reconhece-se como um *residente* (quer dizer, reporta-se aos cinco ou dez anos prévios) e, depois, o ônibus torna-se caracterizado por seu eterno retorno diário (é realmente *o mesmo* ônibus, com os mesmos motorista e cobrador). O objeto assume uma estrutura que supera sua pura existência inerte; como tal, é dotado de um futuro e de um passado passivos, e estes fazem-no apresentar-se aos passageiros como um fragmento (insignificante) do destino deles.⁵⁷

Fala, reflexividade

As contribuições mais notáveis de Goffman para o entendimento da sustentação e reprodução de encontros tratam da relação entre o controle reflexivo do corpo – isto é, a automonitoração reflexiva de gestos, movimentos e posturas corporais – e a coordenação mútua da interação através do tato e do respeito pelas necessidades e solicitações de outros. A prevalência do tato, confiança ou segurança ontológica, é obtida e mantida por uma desconcertante gama de habilidades que os agentes exi-

bem na produção e reprodução da interação. Tais habilidades alicerçam-se, primordialmente, no controle normativamente regulado dos que poderiam parecer ser, ainda mais do que a alter-nância, os mais insignificantes e minúsculos detalhes do movimento ou da expressão corporal. Isso é facilmente demonstrado quando essas habilidades estão ausentes ou comprometidas, genericamente, nos “doentes mentais”, e transitoriamente nos lapsos corporais e verbais.

Para Goffman, a “doença mental”, inclusive as mais sérias formas de “distúrbio psicótico”, está exemplificada sobretudo pela incapacidade, ou relutância, de aceitar a diversidade de minúsculas (embora nada triviais) formas de monitoração do movimento e do gesto corporais, os quais constituem o núcleo normativo da interação cotidiana. A loucura é um agregado de “impropriedades situacionais”⁵⁸. O comportamento psicótico diverge da (ou colide ativamente com a) ordenação pública de relações tempo-espaco através do corpo e seus veículos, por meio dos quais os seres humanos “se entendem mutuamente” em circunstâncias de co-presença. O “doente mental” não se ajusta ao extremamente firme (e contínuo) controle corporal exigido de “indivíduos normais”; ele não respeita as complexidades das fórmulas que regem a formação, manutenção e quebra ou suspensão de encontros nem contribui para as múltiplas formas de tato que preservam a “confiança”⁵⁹. Raramente se espera que os indivíduos estejam “apenas” co-presentes em reuniões, e nunca lhes é permitido atuar desse modo em encontros. A monitoração reflexiva da ação, em contextos de co-presença, exige uma espécie de “vigilância controlada”: na expressão de Goffman, os atores têm de “exibir presença”. Isso é exatamente o que não fazem muitos “pacientes mentais” – desde aqueles em estado de evidente estupor catatônico até os que se movimentam somente de modo mecânico, como se fossem impelidos por alguma força, em vez de serem agentes humanos comuns⁶⁰.

A exibição de presença assume formas engenhosamente deliberadas, mas está indiscutivelmente exemplificada, em primeiro lugar, na consciência prática. Considerem-se a aparência pessoal e as marcas visíveis de vestuário e adornos corporais.

A preocupação com a aparência é manifesta, por exemplo, no esmero com que um indivíduo seleciona e combina tipos de vestuário ou adornos em relação à participação em determinados contextos de atividade. Mas seria um grande equívoco supor que esse esmero é o modo prototípico de sustentação da linguagem corporal. Mais básica, mais complexa, é a monitoração crônica do arranjo da roupa, em relação à postura corporal, na presença de outros. Assim, os “pacientes mentais” podem sentar-se descuidadamente, as roupas em desalinho e amassadas; as mulheres podem não observar a expectativa geral nas sociedades ocidentais de manter as pernas unidas quando vestem saias, e assim por diante. Há uma diferença fundamental entre os boêmios ou vagabundos, que desprezam ou zombam das convenções da sociedade em suas formas de vestir e modos de conduta, e os “doentes mentais”. Isso porque as expectativas normativas em que se baseiam o controle e aparência corporais não dizem respeito simplesmente aos adornos ou aos parâmetros gerais do comportamento motor, mas precisamente à espécie de “controle sistemático” que simultaneamente “sustenta” e demonstra agência.

O fato de essa automonitoração crônica ser necessária é denunciado pela importância difundida das “regiões posteriores” – observada em contextos variáveis em todas as sociedades –, nas quais o controle da postura corporal, dos gestos e do vestuário pode ser, num certo grau, relaxado. Mas até mesmo quando está sozinho um indivíduo pode manter a apresentabilidade, pois alguém que seja inadvertidamente surpreendido em “desaprumo” revela aos outros certos aspectos do *self* que talvez só sejam revelados em tais momentos⁶¹. A questão é que manter a condição de “ser visto como um agente capaz” é intrínseca àquilo que a agência é, e que os motivos que promovem e reforçam essa conexão como inerente à reprodução das práticas sociais são os *mesmos* que ordenam a própria reprodução. O caráter fortemente sancionado desses fenômenos é destacado com nitidez nas seguintes observações:

A linguagem corporal, portanto, é discurso convencionalizado. Devemos ver que é, além disso, normativo. Ou seja, existe

tipicamente uma obrigação de transmitir certa informação quando na presença de outros e outra de não transmitir outras impressões. [...] Embora um indivíduo possa parar de falar, ele não pode parar de comunicar através da linguagem do corpo. [...] Paradoxalmente, o modo como ele pode dar o mínimo de informação sobre si mesmo – embora isso ainda seja apreciável – consiste em ajustar-se e atuar como se espera que as pessoas de seu gênero atuem.⁶²

Muitos “pacientes mentais” desprezam ou têm dificuldade em adotar as normas associadas à abertura e encerramento de encontros. Assim, uma pessoa na enfermaria de um hospital psiquiátrico pode reter um dos enfermeiros num encontro, por mais que o enfermeiro dê indicações de que deseja afastar-se. O paciente pode perseguir o enfermeiro de perto, por mais depressa que este caminhe, e até tentar acompanhá-lo ao transpor a porta na extremidade da enfermaria, cujo regime é de isolamento. Nesse ponto, o enfermeiro poderá ter de impedir fisicamente o paciente de agarrá-lo e segui-lo talvez escapando com energia à preensão do outro. Tais eventos, característicos da vida cotidiana nas enfermarias, tendem a contradizer o pressuposto de comunidade geral de interesse que a administração deseja ordinariamente apresentar. O precipitado afastamento final do enfermeiro exemplifica circunstâncias que, no mundo exterior, só têm probabilidade de ocorrer quando o indivíduo que tenta desvencilhar-se nos mesmos moldes está demonstrando rejeição a um forte vínculo moral – por exemplo, uma relação de amor – reivindicado pelo perseguidor. Obviamente, uma implicação como essa não está necessariamente ausente no “paciente mental” da enfermaria do hospital psiquiátrico. De fato, muitos elementos aparentemente bizarros de encontros entre o indivíduo são e o louco parecem representar “experimentos” que o último executa nos quadros de referência usuais dos encontros. Como diz R. D. Laing, os “esquizofrênicos” talvez sejam apropriadamente considerados aqueles que, no nível da consciência prática e em sua conduta real, encaram seriamente algumas das questões que os filósofos formulam hipoteticamente na solidão de seus estudos. Eles preocupam-se realmente e constroem suas

atividades em torno de soluções heterodoxas para perguntas como “Em que sentido sou uma pessoa?”, “O mundo só existe na medida em que eu o percebo?” etc.⁶³ Mas a maioria das “atividades experimentais” do louco relacionam-se, de modo significativo, com as disposições e as sanções normativas associadas às complexidades do controle corporal nas imediações dos encontros. Os “experimentos com a confiança” de Garfinkel duplicam alguns dos sentimentos dissonantes de inquietação que os indivíduos “normais” vivenciam quando as rotinas da vida diária são questionadas⁶⁴.

Muitas dessas considerações aplicam-se à fala como o veículo discursivo do propósito comunicativo em contextos de co-presença. O exame de “gritos de reação” (formas de elocução que não são fala) pode proporcionar uma transição apropriada para o estudo da fala. Tais gritos demonstram uma vez mais que as características aparentemente triviais e “espontâneas” da conduta humana são, na verdade, rigorosa e normativamente ordenadas. Os gritos de reação transgridem as sanções normativas contra não se falar sozinho em público. Considera-se “Upa!”⁶⁵. Poderíamos ter “Upa!” como puro reflexo, uma resposta mecânica como uma piscada de olhos quando alguém aproxima bruscamente a mão do rosto de outrem. Mas essa reação aparentemente involuntária presta-se a uma detalhada análise em termos de ação e do corpo. Quando alguém exclama “Upa!” ao deixar cair ou ao derrubar alguma coisa, poderia parecer, à primeira vista, que o som anuncia uma perda de controle, atraindo assim a atenção para uma inferência indesejada, uma perturbação nas formas rotineiras de controle que indicam a ação reflexivamente monitorada. Na verdade, a exclamação mostra a outros que a ocorrência em questão é um mero acidente, pelo qual o indivíduo não pode ser responsabilizado. Ela é usada pelo agente para indicar que o lapso é tão-somente isso, um evento momentâneo e contingente, e não a manifestação de uma incompetência mais generalizada ou de algum intento opaco. Mas por trás disso há também uma série de outras sutis gradações e possibilidades. A exclamação é usada – e sabe-se disso – somente em situações de uma falha de somenos importância, não naquelas de

grave calamidade. Por conseguinte, por mais espontânea e imediata que possa ser, ela demonstra cuidado e atenção para as implicações da ocorrência súbita e indica, pois, competência total que sobrepuja o que é por isso exibido como um simples deslize.

Mas há mais. "Upa!" pode ser interpretado como um aviso aos outros. As casualidades sempre ocorrem num *milieu* de co-presença, e é aconselhável que os outros nas vizinhanças tomem cuidado. Quando alguém sofre um acidente de pouca monta, a exclamação pode partir, às vezes, de um participante e não do indivíduo que o sofreu. Ela soa talvez como uma advertência, transmitindo ao mesmo tempo a garantia de que o deslize não será tratado pelo observador como algo que compromete a competência do outro como agente responsável. Trata-se normalmente de um som breve e ríspido. Mas, em algumas situações, o "u" poderá ser mais prolongado. Assim, alguém pode ampliar o som para cobrir parte de uma tarefa ou empreendimento em que um momento particularmente arriscado tem de ser superado para que sua execução seja coroada de êxito. Ou um pai pode emitir um prolongado "Upa!" quando brinca com o filho pequeno, jogando-o e apanhando-o no ar; o som serve para cobrir a fase em que a criança pode sentir uma perda de controle, tranquilizando-a e, ao mesmo tempo, ajudando-a talvez a facilitar sua compreensão crescente dos gritos de resposta⁶⁶.

Resulta, portanto, que essa exclamação não está tão distante da fala quanto se poderia supor inicialmente, já que ela participa exatamente daquele caráter público da comunicação, ocorrendo com práticas, o qual Wittgenstein identificou como fundamento do uso linguagem. À luz da discussão precedente neste capítulo, deve ficar claro que a contextualidade da linguagem ordinária não é um "problema" para falantes leigos nem para a análise filosófica. A contextualidade da fala, tal como a da postura corporal, do gesto e do movimento, é a base sobre a qual tais fenômenos são coordenados como encontros que se estendem no tempo-espço. Falar é uma característica intrínseca de quase todos os encontros e também apresenta semelhanças de forma sistêmica. A fala manifesta-se usualmente como conversação. "Conversação" admite um plural, o

que indica que as conversações são episódios com começo e fim no tempo-espço. As normas da fala dizem respeito não só ao que é dito, a forma sintática e semântica das elocuições, mas também às ocasiões rotinizadas da fala. As conversações, ou unidades de fala, envolvem dispositivos padronizados de abertura e encerramento, assim como dispositivos para proteger e exibir as credenciais que dão aos locutores o direito de contribuir para o diálogo. O próprio termo "parentetizar" representa uma inserção estilizada de fronteiras na escrita. Permitam-me deixar com Goffman a última palavra no parêntese que esta seção constitui. O que é fala, do ponto de vista da interação? "É um exemplo daquele arranjo pelo qual os indivíduos se juntam e alimentam assuntos que exigem uma atenção ratificada, conjunta e corrente, exigência que os instala e os reúne numa espécie de mundo mental e intersubjetivo."⁶⁷

Posicionamento

Conforme enfatizei, os sistemas sociais estão organizados como práticas sociais regularizadas, mantidas em encontros que se dispersam no tempo-espço. Entretanto, os atores cuja conduta constitui essas práticas estão "posicionados". Todos os atores estão posicionados ou "situados" no tempo-espço, vivendo ao longo do que Hägerstrand chama de seus percursos espaço-temporais, e também no plano relacional, como a própria expressão "posição social" sugere. Os sistemas sociais só existem na — e através da — continuidade de práticas sociais, esvaindo-se no tempo. Mas algumas de suas propriedades estruturais são bem caracterizadas como relações "posição-prática"⁶⁸. As posições sociais são constituídas estruturalmente como interseções específicas de significação, dominação e legitimação que se relacionam com a tipificação dos agentes. Uma posição social envolve a especificação de uma "identidade" definida numa rede de relações sociais, sendo essa identidade, porém, uma "categoria" à qual uma certa gama de sanções normativas é concernente.

Desde Linton, o conceito de posição social passou a ser comumente associado ao de papel, e este último tem recebido muito mais consideração e análise do que o primeiro⁶⁹. Não pretendo recapitular essa discussão, mas apenas enfatizar algumas reservas acerca da noção de papel. O conceito está relacionado com dois pontos de vista aparentemente opostos, cada um dos quais provoca em mim certo constrangimento. Um é o de Parsons, em cuja teoria o papel é fundamental como o ponto de ligação entre motivação, expectativas normativas e "valores". Essa versão do conceito de papel está por demais vinculada ao teorema parsoniano da dependência da integração social em relação ao "consenso de valor" para ser aceitável. O outro é o ponto de vista dramatúrgico defendido por Goffman, sobre o qual voltaremos a falar no próximo capítulo, pois atingimos aqui o limite de suas idéias. As duas concepções poderiam parecer antagônicas, mas, na realidade, possuem uma afinidade bem definida. Ambas tendem a enfatizar o caráter "dado" dos papéis, servindo assim para expressar o dualismo de ação e estrutura característico de tantas áreas da teoria social. O roteiro está escrito, o palco montado e os atores desempenham o melhor que podem os papéis preparados por eles. A rejeição de tais pontos de vista não significa prescindir inteiramente do conceito de papel, mas implica aceitar o "posicionamento" dos atores como idéia mais importante. Para fins de definição, adotarei a formulação que ofereci numa obra anterior. Uma posição social pode ser considerada uma "identidade social" portadora de uma certa gama (um tanto difusamente especificada) de prerrogativas e obrigações que o ator, ao qual é conferida essa identidade (ou a quem "incumbe" essa posição), pode ativar ou executar: essas prerrogativas e obrigações constituem as prescrições de papel associadas a essa posição⁷⁰.

O termo "posição" explica-se mais como "posicionamento", o que dá ao segundo a condição de explorar um rico filão de significados. Os atores estão sempre posicionados em relação aos três aspectos da temporalidade em torno dos quais está construída a teoria da estruturação. O posicionamento dos agentes em circunstâncias de co-presença é uma característica ele-

mentar da estruturação de encontros. Ele envolve aqui muitas e sutis modalidades de movimento corporal e gesto, assim como o movimento mais geral do corpo através de setores regionais de rotinas diárias. O posicionamento de atores nas regiões de seus cursos espaço-temporais cotidianos é, evidentemente, seu posicionamento simultâneo no âmbito da regionalização mais ampla de totalidades sociais e dentro de sistemas intersociais cujo alcance de difusão converge com a distribuição geopolítica dos sistemas sociais em escala global. A importância do posicionamento nesse sentido muito rudimentar está estreitamente ligada, como é óbvio, ao nível de distanciamento espaço-temporal das totalidades sociais. Naquelas sociedades em que a integração social e a de sistema são mais ou menos equivalentes, o posicionamento está apenas tenuemente graduado. Mas nas sociedades contemporâneas os indivíduos são posicionados numa gama cada vez mais ampla de zonas — em lares, locais de trabalho, bairros, cidades, nações-Estados e um sistema mundial —, todas elas apresentando características de integração de sistema que relacionam de forma crescente os detalhes secundários da vida cotidiana com os fenômenos sociais de extensão tempo-espaço maciça.

O posicionamento nos cursos espaço-temporais da vida diária, para todos os indivíduos, é também o posicionamento dentro do "ciclo vital" ou curso vital. A formação de um "eu" talvez seja baseada no narcisismo original de uma "fase de espelho" no desenvolvimento da personalidade. A criança forma a capacidade de tornar-se um agente reflexivo mediante o posicionamento do corpo em relação à sua imagem. A própria conotação do "eu" como um deslocador relaciona necessariamente o *self* com o posicionamento dentro da serialidade de discurso e ação. O posicionamento ao longo do curso vital está, é claro, sempre intimamente relacionado com a categorização da identidade social. "Infância" e "idade adulta", entre algumas outras formas possíveis de graduação etária, sempre combinam critérios biológicos e sociais de envelhecimento. O posicionamento diferencial no curso vital é a mais importante condição restritiva influenciando a importância fundamental da família na con-

jugação de reprodução física à social. Uma sociedade humana em que todos os membros nascessem como uma única coorte etária seria impossível, uma vez que o bebê humano tem um período tão longo de dependência mais ou menos completa da ajuda de seus familiares mais velhos⁷¹.

Mas é a interseção entre essas formas de posicionamento e a assumida na *longue durée* das instituições que cria a estrutura básica global do posicionamento social. Somente no contexto dessa interseção, dentro de práticas institucionalizadas, podem ser adequadamente apreendidos os modos de posicionamento espaço-temporal, em relação à dualidade da estrutura. Parece que em todas as sociedades os critérios mais abrangentes de atribuição de identidade social são a idade (ou faixa etária) e o gênero. Mas embora seja comum na literatura sociológica falar de papéis próprios da idade, papéis próprios do gênero etc., de um modo genérico, não seguirei esse uso. A identidade social conferida por idade ou gênero – e outras características supostamente “atributivas”, como a pigmentação da pele – tende a ser o foco de tantos aspectos da conduta que empregar o termo “papel” para descrevê-los é enganador e superficial⁷². A noção de papel, conforme foi sublinhado por inúmeros críticos de seu emprego generalizado nas ciências sociais, só possui alguma precisão conceptual se aplicada em contextos de interação social, nos quais estão formulados com relativa clareza os direitos e obrigações normativos associados a uma identidade específica. Como suas origens dramáticas indicam, é válido falar de papel somente quando existem cenários estabelecidos de interação, nos quais a definição normativa de modos “esperados” de conduta é fortemente pronunciada. Tais cenários ou ambientes de interação são sempre virtualmente dotados de um local ou tipo de local específico, no qual ocorrem encontros regularizados em condições de co-presença⁷³. Cenários desse tipo tendem a ser associados a um círculo mais delineado e mais fechado de relações do que se verifica em sistemas sociais como um todo.

O “posicionamento” atinge o que chamarei de as contextualidades da interação e permite-nos compreender, diretamen-

te, a importância da obra de Goffman para a teoria da estruturação. Toda interação social é uma interação *situada* – situada no espaço e no tempo. Pode ser entendida como a ocorrência irregular mais rotinizada de encontros, esvaindo-se no tempo e no espaço, e não obstante reconstituída constantemente em diferentes áreas do tempo-espaço. As características regulares ou rotineiras de encontros, tanto no tempo quanto no espaço, representam características institucionalizadas de sistemas sociais. A rotina funda-se na tradição, costume ou hábito, mas é um grave erro supor que esses fenômenos não precisam de explicação, que são simplesmente formas repetitivas de comportamento executadas “sem pensar”. Pelo contrário, como Goffman (juntamente com a etnometodologia) ajudou a demonstrar, o caráter rotinizado da maior parte da atividade social é algo que tem de ser continuamente “trabalhado” por aqueles que a alimentam em sua conduta no dia-a-dia. Uma das mais gritantes lacunas nos escritos de Goffman é a ausência de uma descrição da motivação. Nas seções precedentes, procurei remediar isso sugerindo que confiança e tato, como propriedades básicas que os participantes levam para os encontros, podem ser interpretados em termos da relação entre um sistema de segurança básica, a manutenção (na práxis) de um senso de segurança ontológica, e a natureza rotineira da reprodução social que os agentes habilidosamente organizam. A monitoração do corpo, o controle e uso do rosto no *face work*, eis os fatores fundamentais para a integração social no tempo e no espaço.

É de primordial importância sublinhar o fato de que uma teoria da rotina não tem de ser considerada igual a uma teoria da estabilidade social. A preocupação da teoria da estruturação é com a “ordem” como a transcendência do tempo e do espaço nas relações sociais humanas; a rotinização tem um papel essencial na explicação de como isso ocorre. A rotina persiste através da mudança social até a de tipo superlativamente dramático, mesmo que, evidentemente, alguns aspectos de rotinas tidos como certos possam ficar comprometidos. Os processos de revolução, por exemplo, sem dúvida perturbam habitualmente as atividades cotidianas de multidões de pessoas que são

envolvidas pelo fervor da revolta ou são as vítimas infelizes de eventos sociais em cuja deflagração não participaram. Mas é naquelas circunstâncias em que o tecido da vida cotidiana é frontalmente atacado e sistematicamente deformado – como nos campos de concentração – que o poder da rotina sofre uma quebra substancial. Mas até mesmo nesses casos, como Bettelheim demonstra tão bem, as rotinas, incluindo as abomináveis, acabam sendo restabelecidas.

É esclarecedor ver as regras implícitas em encontros, como Goffman sugere, agrupadas em estruturas ou “esquemas”. É possível considerar que a estruturação fornece a ordenação de atividades e significados por meio dos quais a segurança ontológica é mantida no desempenho das rotinas diárias. As estruturas são conjuntos de regras que ajudam a constituir e regular as atividades, definindo-as como de uma certa espécie e sujeitas a uma determinada gama de sanções. Sempre que os indivíduos se reúnem num contexto específico, defrontam-se (e, na grande maioria das circunstâncias, respondem sem a menor dificuldade) com a pergunta: “O que está acontecendo aqui?” É improvável que essa pergunta admita uma resposta simples, visto que em todas as situações sociais pode haver muitas coisas “acontecendo” simultaneamente. Mas os participantes da interação a formulam caracteristicamente no nível da prática, orientando sua conduta para a dos outros. Ou, se a formulam discursivamente, é em relação a um aspecto particular da situação que parece intrigante ou perturbador. A estruturação, como constitutiva de encontros (e limitada por estes), incute um “sentido” às atividades em que os participantes se envolvem, tanto para eles quanto para outros. Isso inclui a compreensão “literal” de eventos, mas também os critérios pelos quais se explica que o que está acontecendo é humor, recreação, teatro etc.

As estruturas primárias da atividade diária podem ser vistas como aquelas que geram linguagens “literais” de descrição tanto para participantes leigos em encontros quanto para observadores sociais. Elas variam amplamente em sua precisão e fechamento. Seja qual for seu nível de organização, permitem aos indivíduos classificarem uma pluralidade imensa de cir-

cunstâncias e situações, de modo a poderem responder da maneira apropriada a tudo que “esteja acontecendo”. Alguém que descobre que o que está acontecendo num determinado tempo e lugar é, digamos, uma festa poderá adotar uma conduta do tipo conveniente, mesmo que alguns aspectos dos contextos não lhe sejam familiares. A maior parte da obra de Goffman trata das regras que permitem a realização de transições entre estruturas primárias e secundárias. Assim, as “chaves” em transformações são as fórmulas por meio das quais uma atividade que já é significativa numa estrutura primária recebe um significado numa secundária⁷⁴. Por exemplo, uma luta pode ser “brincadeira”, um comentário aparentemente sério, uma “piada”. Mas exatamente o mesmo tipo de análise poderia ser feito para indicar as regras envolvidas em transições entre diferentes estruturas primárias.

Não seria pertinente continuar detalhando neste contexto a análise de Goffman da estruturação. Em vez disso, considerarei brevemente o significado que a formulação discursiva de regra pode ter, recorrendo a um trabalho diferente, o de Wieder, sobre “dar o código”⁷⁵. A pesquisa de Wieder descreve os resultados de um estudo de observação participante numa unidade residencial para reabilitação de prisioneiros em regime de liberdade condicional. Os reclusos falaram da existência de regras de conduta a que chamavam de “código”. O código era explicitamente verbalizado, mas, é claro, não tinha a formalização escrita, dado ser estabelecido e coordenado pelos presos, não pelos funcionários. Ao que parece, nenhum recluso podia recitar todas as máximas que compunham o código, mas todos eram capazes de mencionar algumas, e discutia-se o código com frequência. Era constituído por regras como: não “dedurar” (denunciar outros reclusos aos funcionários); não admitir culpa ou confessar a responsabilidade por um ato definido como ilegítimo pelos funcionários; não roubar de outros reclusos; repartir com os outros quaisquer presentes ou benefícios que pudessem ser recebidos, e assim por diante. Os funcionários também conheciam o código e faziam uso dele em suas relações com os reclusos. Como diz Wieder, ele “era usado como

um esquema de interpretação de grande amplitude, que 'estruturava' o ambiente em que viviam"⁷⁶. Mas, como o autor também sublinha, sua verbalização significava que era invocado de maneiras como as regras implicitamente formuladas não podem ser. Formava um "vocabulário de motivo", mediante o qual funcionários e reclusos interpretavam ações, especialmente as desviantes ou problemáticas. Não era tratado simplesmente como uma descrição do que era tacitamente reconhecido; pelo contrário, as circunstâncias em que se recorria ao código podiam ser alteradas pelo fato de invocá-lo. "Dar o código" significava, como soa a frase, não só dar informações sobre o que era o código, mas também repreender severamente quem o transgredisse; esse fato exibia o código como um mecanismo de controle, sendo essa exibição parte da maneira como, de fato, ele funcionava como tal. Eu sugeriria que isso é característico das "interpretações de regras" discursivamente oferecidas em muitos contextos sociais.

As regras aplicadas reflexivamente em circunstâncias de co-presença nunca são limitadas em suas implicações a encontros específicos, mas servem à reprodução dos padrões de encontros através do tempo e do espaço. As regras da linguagem, da estruturação primária e secundária, da conduta da interação interpessoal, aplicam-se todas a vastos setores da vida social, embora não possam ser interpretadas como necessariamente coextensivas com qualquer "sociedade" dada. Neste ponto, temos de prestar alguma atenção à diferenciação conceptual entre "interação social" e "relações sociais" (embora eu nem sempre seja particularmente cuidadoso em separá-las no que se segue). A interação social refere-se a encontros em que os indivíduos se envolvem em situações de co-presença e, por conseguinte, à integração social como um nível dos elementos básicos por meio dos quais as instituições dos sistemas sociais são articuladas. As relações sociais estão certamente envolvidas na estruturação da interação, mas também constituem os principais elementos na edificação, em torno dos quais as instituições se articulam em integração de sistema. A interação depende do "posicionamento" dos indivíduos nos contextos espaço-tem-

porais de atividade. As relações sociais dizem respeito ao "posicionamento" dos indivíduos dentro de um "espaço social" de categorias e vínculos simbólicos. As regras envolvidas em posições sociais tratam normalmente das especificações de direitos e obrigações importantes para as pessoas com determinada identidade social ou pertencentes a uma certa categoria social. Os aspectos normativos de tais regras, por outras palavras, são particularmente pronunciados, mas todas as características previamente enunciadas das regras também lhes são aplicáveis. Elas podem, por exemplo, ser tacitamente obedecidas em vez de discursivamente formuladas. Existem muitos casos desses na literatura antropológica, entre eles o das culturas em que existe casamento de primos cruzados unilaterais. Embora os membros dessas culturas tenham obviamente algumas idéias que põem em vigor a respeito de quem casa com quem, as regras de elegibilidade a que estão, de fato, obedecendo em seu comportamento são mais tácitas do que explícitas.

Goffman demonstra que a integração social depende de procedimentos reflexivamente aplicados de agentes cognoscitivos, mas não indica, de modo efetivo, os limites dessa cognoscitividade nem as formas que esta assume. Quero apresentar aqui uma pergunta: em que sentido os agentes são "cognoscitivos" acerca das características dos sistemas sociais que produzem e reproduzem em sua ação?

Vamos pressupor que "conhecimento" seja igual a uma consciência acurada ou válida – não me refiro a "convicção", porque as convicções são apenas um aspecto da cognoscitividade. Não faz sentido tratar a consciência prática como exaustivamente constituída por convicções ou crenças propositivas, embora alguns elementos assim pudessem, em princípio, ser formulados. A consciência prática consiste no conhecimento das regras e táticas mediante as quais a vida social é constituída e reconstituída através do tempo e do espaço. Os atores sociais podem estar errados uma parte do tempo sobre o que possam ser essas regras e táticas – caso em que seus erros *podem* vir à tona como "impropriedades situacionais". Mas, se realmente existe alguma continuidade na vida social, a maioria dos atores

deve estar certa a maior parte do tempo; quer dizer, eles sabem o que estão fazendo e comunicam com êxito seu conhecimento a outros. A cognoscitividade incorporada às atividades práticas que constituem a maior parte da vida cotidiana é uma característica constitutiva (juntamente com o poder) do mundo social. O que é conhecido do mundo social por seus atores constituintes não está separado do mundo deles, como no caso do conhecimento de eventos ou objetos na natureza. Comprovar exatamente o que é que os atores conhecem, e como aplicam esse conhecimento à sua conduta prática (empreendida tanto por atores leigos quanto por observadores sociais), depende do uso dos mesmos materiais – uma compreensão de práticas recursivamente organizadas – donde são derivadas as hipóteses sobre esse conhecimento. A medida de sua “validade” é fornecida pela avaliação do quanto os atores são capazes de coordenar suas atividades com outros, de tal maneira que os objetivos visados por seu comportamento sejam atingidos.

Existem, é claro, diferenças potenciais entre o conhecimento das regras e táticas da conduta prática nos *milieux* em que o agente se movimenta e o conhecimento daquelas que se aplicam em contextos remotos de sua experiência pessoal. Até que ponto as habilidades sociais do agente lhe permitem a desenvoltura imediata em contextos culturalmente estranhos é algo obviamente variável, certamente como o é o entrelaçamento de diferentes formas de convenção que expressam fronteiras divergentes entre culturas ou sociedades. Não é apenas no conhecimento – ou nas afirmações de crença –, que conseguem formular discursivamente, que os agentes mostram possuir uma consciência de condições mais amplas da vida social do que aquelas em que suas próprias atividades ocorrem. Frequentemente, é na maneira como as atividades de rotina são executadas, por exemplo, que atores em circunstâncias de acentuada inferioridade social tornam manifesto seu conhecimento consciente de sua opressão. Os escritos de Goffman estão repletos de comentários sobre esse tipo de fenômeno. Mas, em outros aspectos, quando falamos do “conhecimento que os atores têm de suas sociedades” (e de outras), a referência é à consciência dis-

cursiva. Não existe aqui diferença lógica entre os critérios de validade em termos dos quais as afirmações de crenças ou convicções (hipóteses, teorias) serão julgadas por membros leigos da sociedade e por observadores sociais.

Quais são – num plano geral, pelo menos – os tipos de circunstância que tendem a influenciar o nível e a natureza da “penetração” dos atores sociais nas condições de reprodução do sistema? Eles incluem os seguintes fatores:

- 1) os meios de acesso dos atores ao conhecimento, em virtude de sua localização social;
- 2) os modos de articulação do conhecimento;
- 3) as circunstâncias referentes à validade das afirmações de crença interpretadas como “conhecimento”;
- 4) os fatores relacionados com os meios de disseminação do conhecimento disponível.

Obviamente, o fato de todos os atores se movimentarem em contextos localizados, dentro de totalidades mais amplas, limita seu conhecimento de outros contextos, dos quais não possuem uma vivência direta. Todos os atores sociais conhecem muito mais do que tiveram alguma vez a possibilidade de vivenciar diretamente, em virtude da sedimentação da experiência na linguagem. Mas os agentes cujas vidas se passam num só tipo de *milieu* podem ser mais ou menos ignorantes do que acontece em outros. Isso aplica-se num sentido não só “lateral” – no sentido de separação espacial –, mas também “vertical” em sociedades mais vastas. Assim, aqueles que pertencem a grupos de elite podem conhecer muito pouco a respeito de como vivem outros em setores menos privilegiados e vice-versa. Entretanto, vale a pena mencionar que a segregação vertical de *milieux* também é quase sempre uma segregação espacial. No item 2 acima, pretendi referir-me tanto a até que ponto as afirmações de crença são ordenadas em termos de “discursos” globais quanto à natureza de diferentes discursos. Característico das pretensões mais cotidianas, mais senso comum, de conhecimento é serem elas formuladas de um modo fragmentário,

deslocado. Não é apenas o "primitivo" que é um *bricoleur*: grande parte da fala do dia-a-dia entre membros leigos de todas as sociedades baseia-se em pretensões de conhecimento que são díspares ou nunca foram examinadas. Entretanto, o surgimento de discursos da ciência social influencia claramente todos os níveis de interpretação social nas sociedades em que ela se tornou influente. Goffman tem um vasto público que não se limita a seus colegas profissionais da sociologia.

No que se refere ao item 3, é suficiente sublinhar que os indivíduos podem operar com falsas teorias, descrições ou explicações tanto dos contextos de sua própria ação quanto das características de sistemas sociais mais abrangentes. Existem fontes óbvias de possível tensão entre consciência prática e consciência discursiva. Elas podem ser de origem psicodinâmica, em repressões que separam ou confundem as razões pelas quais as pessoas agem como agem e o que elas estão inclinadas ou aptas a dizer acerca dessas razões. Mas, obviamente, podem existir pressões sociais mais sistemáticas, que podem influenciar o tanto que as falsas crenças são sustentadas pelos membros de uma sociedade acerca das características dessa sociedade. Particularmente influentes com respeito ao item 4, é quase desnecessário dizer, são as relações existentes, histórica e espacialmente, entre a cultura oral e os veículos de comunicação escrita, impressa e eletrônica. Todas estas últimas modalidades influenciaram não só os estoques de conhecimento disponível, mas também os tipos de conhecimento produzidos.

Notas críticas: Freud sobre *lapsus linguae*

Como exemplo de algumas das noções analisadas neste capítulo proponho considerar interpretações de *lapsus linguae* em discurso. Aquilo a que Freud chama de "parapraxis" (*Fehlleistungen*) refere-se não só a deslizos verbais, mas a toda uma série de atos sintomáticos, tais como escrever, ler e ouvir errado, e o esquecimento temporário de nomes e outros itens. Freud trata esses atos como pertencentes a uma só classe, parcialmente porque os termos que os designam têm uma raiz similar em alemão, começando todos com a sílaba *Ver-* (*Versprechen*, *Verlesen*, *Verhören*, *Vergessen*). Todas as parapraxis envolvem erros, mas a maioria deles são aparentemente sem importância e sem significação duradoura nas atividades dos indivíduos que os cometem. Segundo Freud, "só raramente um deles, como a perda de um objeto, atinge algum grau de importância prática. Também por essa razão, eles atraem pouca atenção, não ocasionam mais do que tênues emoções etc."^{1*}. De fato, ele tenta demonstrar que essas infrações corriqueiras fornecem indicações de características essenciais da psicodinâmica da personalidade.

Se as parapraxis formam realmente uma única classe de erros ou não, eis algo que não me preocupo em discutir aqui. Concentrar-me-ei somente no *lapsus linguae*. Empregando uma classificação estabelecida pelo lingüista Meringer e por Mayer, um psiquiatra (de cujas opiniões, quanto ao mais, discorda), Freud menciona os seguintes tipos de erro verbal: *transposições*

* As referências podem ser encontradas a pp. 128.

("Milo de Vênus" em vez de "Vênus de Milo"); *pré-sonâncias* ou *antecipações* (*es war mir auf der Schwest... auf der Brust so schwer* – *Schwest* é uma palavra inexistente); *pós-sonâncias* ou *perseverações* (*ich fordere Sie auf, auf das Whol unseres Chefs aufzutossen*, em vez de *anzutossen*); *contaminações* (*er setzt sich auf den Hinterkopf*, uma combinação de *er setzt sich einen Kopf auf* com *er stellt sich auf die Hinterbeine*); e *substituições* (*ich gebe die Präparate in den Briefkasten*, em vez de *Brütkasten*)².

Meringer tentou explicar esses tipos de erros em termos de fases de excitação neural. Quando um emissor profere a primeira palavra de uma frase, deflagra-se um processo de excitação, ligado à expectativa da forma da elocução. Esse processo tem, por vezes, o efeito de perturbar sons subseqüentes da elocução. Alguns sons são fisicamente mais intensos e podem afetar outros sons ou palavras. Para descobrir a fonte do *lapsus linguae* temos, portanto, de procurar aqueles sons ou verbalizações de valência física mais alta. Um modo de fazer isso, de acordo com Meringer, é considerar o que está envolvido na busca de uma palavra esquecida, como o nome de alguém. O primeiro som a retornar à consciência é sempre aquele que apresentava maior intensidade antes de a palavra ter sido esquecida. Trata-se, com frequência, por exemplo, do som crítico na palavra ou na vogal que é particularmente acentuada. Freud não considerou isso muito importante. No caso de palavras esquecidas, raramente é verdade que o som inicial ou a vogal acentuada seja o primeiro a ser recordado. Os emissores podem, por vezes, acreditar ser esse o caso mas, de fato, estão geralmente errados; Freud afirma que, na grande maioria dos casos, o som inicial que o locutor profere ao tentar recordar a palavra é o errado.

Como exemplo desse último fenômeno há a famosa discussão feita por Freud a respeito de seu próprio lapso de memória relativo ao nome do pintor Signorelli. Falando a respeito dos afrescos das "Quatro Últimas Coisas", Ressurreição dos Mortos, Juízo Final, Inferno e Céu, na catedral de Orvieto, Freud viu-se incapaz de recordar o nome do artista. Em vez de descobrir o nome de que estava tentando lembrar-se, só podia pensar nos nomes "Botticelli" e "Boltraffio". Ao ser-lhe dito o nome

correto por uma pessoa, reconheceu-o imediatamente sem a menor hesitação. O esquecimento não deve ser explicado em termos de qualquer coisa distinta sobre o próprio nome do pintor ou de qualquer aspecto psicológico do contexto no qual Freud estava tentando recordá-lo. Este estava tão familiarizado com um dos nomes substitutos, "Botticelli", quanto com "Signorelli", e muito mais familiarizado com "Signorelli" do que com o outro nome equivocado que lhe ocorreu, "Boltraffio". Esse fato aconteceu durante uma conversa casual com um estranho, numa viagem de Ragusa, na Dalmácia, para um local da Herzegovina.

Freud fez a seguinte análise do fenômeno. O esquecimento do nome estava relacionado com o tema precedente da conversa. Antes de Orvieto ser mencionado, ele e seu companheiro de viagem falavam a respeito dos costumes das populações turcas que viviam na Bósnia e em Herzegovina. Freud descrevera ao outro a atitude fatalista com que os turcos abordam a doença e a morte. Se um médico lhes diz que nada pode ser feito para salvar alguém que está doente, a resposta deles é: "*Herr* [Senhor], que posso eu dizer? Sei que, se pudesse, o senhor o salvaria." As palavras "Bósnia", "Herzegovina" e *Herr* possuem uma associação inconscientemente gravada com "Signorelli", "Botticelli" e "Boltraffio". Um segundo episódio é inteiramente ligado ao primeiro na mente de Freud. Em contraste com sua resignação diante da morte, os turcos dão mostras de grande agitação e desespero quando sofrem transtornos sexuais. Assim, um deles lhe dissera: "Sabe, *Herr*, se *isso* acabar, a vida deixa de ter qualquer encanto." Freud suprimira esse episódio de seu relato, por não desejar discorrer sobre um assunto tão delicado com um estranho. Por isso desviou sua atenção de pensamentos que poderiam ter sido suscitados em sua mente pelos temas da morte e da sexualidade. Ele recebera recentemente uma notícia deveras lamentável, durante uma breve estada em Trafoi, uma pequena aldeia do Tirol. Um de seus pacientes, a quem dedicara considerável atenção e que padecia do que costumava referir-se como uma "perturbação sexual incurável"⁴, suicidara-se. A semelhança das palavras "Trafoi" e "Boltraffio" indicou que esse evento se fizera sentir psicologicamente, apesar de sua decisão de não o mencionar.

Tendo estabelecido essa conexão, afirma Freud, já não era mais possível considerar o esquecimento de "Signorelli" uma ocorrência acidental; tratava-se de algo (inconscientemente) motivado. O elemento que Freud optou deliberadamente por não mencionar foi deslocado para um outro elemento, o nome do pintor.

As conexões estabelecidas neste caso⁵ indicam que o nome "Signorelli" se dividira em dois. Um dos pares de sílabas, "elli", ocorre de forma inalterada num dos dois nomes que acudiram à mente de Freud. O outro envolveu-se numa cadeia de ligações por meio da tradução de "Signor" por "Herr". Ocorreu um deslocamento entre os nomes "Herzegovina e Bósnia" – dois lugares freqüentemente citados juntos na mesma frase. A maioria das conexões que produziram o esquecimento foi forjada abaixo do nível da consciência. O tema suprimido e os fatores que fizeram acudir à mente os nomes substitutos não têm quaisquer ligações manifestas. As semelhanças envolvidas dependem em parte de sons comuns que as palavras possuem, mas que só podem ser conjugados quando compreendemos que o esquecimento é um resultado da repressão. Nem todos os casos de esquecimento de nomes, é claro, são dessa espécie: "A par de casos simples, em que nomes próprios são esquecidos, existe um tipo de esquecimento motivado por repressão."⁶

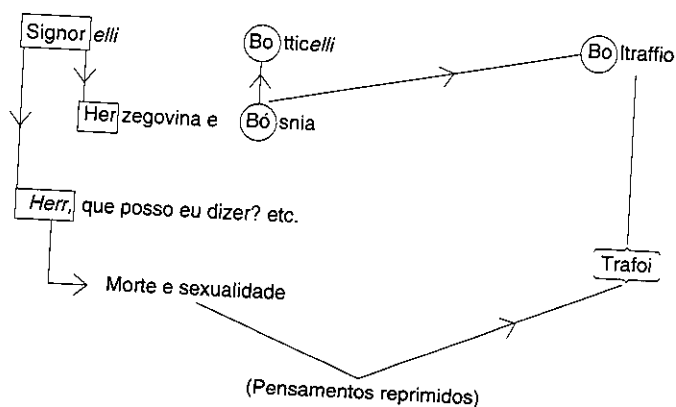


Figura 4

Um mecanismo semelhante a esse, continua Freud, existe nos casos de *lapsus linguae*. Os erros verbais podem ser do tipo analisado por Meringer e Mayer, quando um componente de uma frase influencia uma outra, ou do exemplo analisado por Freud, em que as influências que produzem o erro provêm de fora da frase pronunciada e de suas circunstâncias imediatas. Ambos os tipos de erros têm suas origens numa espécie de "excitação", mas, num caso, ela é interior à frase ou à situação em que as palavras são proferidas, no outro, é-lhes exterior. Somente no primeiro existe qualquer possibilidade de explicar o *lapsus linguae* em termos de um mecanismo ligando mutuamente sons e palavras, de modo que influenciem a articulação. Além disso, sujeito a um exame mais minucioso, o primeiro, de fato, evapora-se. Os lapsos verbais que parecem, à primeira vista, ser simplesmente o resultado de um "efeito de contato de sons", na realidade mostram, numa investigação mais ampla, depender de influências externas (isto é, motivadas).

Freud enumera muitos exemplos de lapsos verbais, incluindo os seguintes:

- 1) Por parte de uma paciente: "Fecho-me como um *Tassenmesser* [palavra inexistente]... quer dizer, *Taschenmesser* (canivete)." Freud reconhece a existência de dificuldades de articulação com a palavra, mas aponta o erro à paciente e associa-o com um nome que suscita angústias inconscientes.
- 2) Uma outra paciente, indagada sobre como estava seu tio, responde: "Não sei, agora só o vejo *in flagranti*." A frase que ela pretendia era *en passant*. A expressão usada erradamente relacionava-se, como ficou provado, com um episódio no passado da paciente.
- 3) Um jovem dirige-se a uma senhora na rua com estas palavras: "Se me permite, Madame, eu gostaria de a *begleit-digen*." Ele quer acompanhá-la (*begleiten*) mas receia que sua proposta a ofenda (*beleidigen*). Tal como no caso "Signorelli", uma intenção oculta – não ser a solicitação inteiramente inocente por parte do homem – redonda num *lapsus linguae* inconscientemente motivado.

- 4) Durante uma reunião arduamente disputada, o presidente diz: "Vamos agora *streiten* (discutir) o ponto quatro da agenda" (em vez de *schreiten* = passar para). A verdadeira idéia do orador, que ele intenta suprimir, manifesta-se em seu equívoco verbal.
- 5) Perguntam a alguém: "Em que regimento seu filho está servindo?" A resposta é: "No 42º de *Mörder*" (assassinos), em vez de "*Mörser*" (morteiros).
- 6) Uma senhora exprimiu certa vez, numa roda social, a seguinte opinião: "Sim, uma mulher tem de ser bonita, se quiser agradar aos homens. O homem tem muito mais sorte. Desde que tenha seus *cinco* membros em ordem, não precisa de mais nada!" Este é um dos numerosos exemplos do que Meringer e Mayer chamaram de contaminações, mas que Freud considera serem casos ilustrativos do processo psicológico de condensação. A declaração constitui a fusão de dois modos semelhantes de expressão: "Desde que tenha seus quatro membros direitos" e "Desde que tenha todos os seus cinco sentidos". Assinala Freud que, como no caso de tantos lapsos verbais, o comentário da boa senhora poderia passar muito bem por um chiste. A diferença reside simplesmente em se a pessoa proferiu conscientemente ou não as palavras emitidas.
- 7) Reanálise de um dos exemplos de Meringer e Mayer: *Es war mir auf der Schwest... auf der Brust so schwer*. Isto não pode ser adequadamente explicado pela expectativa de sons. O *lapsus linguae* deve ser provavelmente interpretado em função de uma associação inconsciente entre *Schwester* (irmã), *Bruder* (irmão) e talvez *Brust der Schwester* (seio da irmã).

Conclui Freud: "Deve existir uma razão para todos os erros cometidos ao falar." Isso inclui outras formas de perturbação da fala, além dos lapsos verbais, como a gagueira. Todos esses fenômenos são sintomas de conflito interno que se manifesta como deformações da fala. Freud afirma que os distúrbios da fala não se manifestam em circunstâncias em que o indivíduo está fortemente empenhado, como num discurso bem preparado ou numa declaração de amor.

Ce qu'on conçoit bien
S'annonce clairement
Et les mots pour le dire
Arrivent aisément.**

A motivação inconsciente existirá em todos os casos de *lapsus linguae*? Freud acredita que sim, "pois toda vez que se investiga um exemplo de *lapsus linguae* logo surge uma explicação desse tipo"⁹.

Comparemos agora essa visão de Freud do *lapsus linguae* com a de Goffman da fala radiofônica¹⁰ – uma comparação que poderia parecer nada promissora, mas é realmente muito instrutiva para a teoria da estruturação. Os interesses de Goffman em seu exame são muito divergentes dos de Freud e, em vez de seguir os temas de sua própria argumentação, tentarei dissecar suas implicações para uma avaliação dos pontos de vista de Freud sobre erros de fala. A locução de rádio e TV é substancialmente diferente da conversação comum, mas justamente por essa razão permite considerável *insight* naquelas circunstâncias. Os locutores não são os autores dos *scripts* que declamam ao microfone. Sua fala ocorre como parte de seqüências previamente planejadas, das quais não têm liberdade de afastar-se, salvo em pequenos detalhes. Ao mesmo tempo, espera-se que transmitam uma impressão de "fala original", mantendo viva uma impressão de espontaneidade no que dizem. Satisfazer esses requisitos inconsistentes é difícil, uma vez que eles têm de recitar seus textos de modo tecnicamente livre de erros. A tarefa do locutor é "a produção de uma fala espontânea aparentemente impecável"¹¹.

Entretanto, os locutores de rádio e TV cometem o *lapsus linguae*. Entre os exemplos citados por Goffman é fácil encontrar alguns casos enumerados por Meringer e Mayer:

- 1) "Ao encerrar nosso 'TV Church of the Air', permitam-me lembrar a todos os nossos telespectadores que o tempo fere

* "O que é bem concebido / Anuncia-se claramente / E as palavras para dizê-lo / Chegam facilmente." (N. do T.)

todas as curas" (em vez de "cura todas as feridas"; transposição ou troca accidental de letras ou palavras).

- 2) "Vocês estão ouvindo a *mucous* de Clyde Lucas" (*mucous* em vez de *music*; pré-sonância).
- 3) "E agora entra em campo pelos Reds o número 44, Frank Fuller, *futlity infielder*" (em vez de *utility infielder*, base reserva no beisebol; perseveração).
- 4) "Esta é a rede Domínio da Canadian Broad Corping Cstration" (em vez de Canadian Broadcasting Corporation; contaminação).
- 5) "Acaba de nos chegar a notícia de que uma *blonde* [loura] de fabricação caseira explodiu esta manhã no Teatro Roxy" (*blonde* em vez de *bomb*; substituição).

Há também numerosos exemplos próximos daqueles enumerados por Freud, como:

- 1) "Viceroy... se você aprecia a *good chocke*" (= uma boa sufocação, em vez de *a good smoke* = um bom cigarro).
- 2) "Bata a gema do ovo e depois adicione leite, depois vá acrescentando aos poucos a farinha peneirada. À medida que for mexendo, poderá ver como a mistura está *sickening*" (= repugnante, em vez de *is thickening* = ficando espessa).
- 3) "E agora, telespectadores, aqui está o convidado especial de 'TV Matinée', que todos estávamos aguardando – o autor, conferencista de fama mundial, um homem do mundo, o elegante senhor... hum... o senhor... Oh! Como é, diabos, o seu nome?"
- 4) "E assim, amigos, não deixem de fazer uma visita ao restaurante de Frankie, para um jantar com *elephant food*" (= comida de elefante, em vez de *elegant food* = comida refinada).

Muitos desses deslizes são humorísticos¹² e reforçam adequadamente a tese de Freud de que os chistes e os lapsos verbais têm estreita afinidade. Embora não seja possível demonstrar isso diretamente, tais exemplos ajustam-se de muito perto à interpretação que ele faz da parapraxis verbal. As palavras

mal pronunciadas ou substituídas não parecem simplesmente alternativas não-específicas para aquelas que deveriam ter sido proferidas. São embaraçosas em relação à opinião que, em princípio, o locutor deverá veicular; algumas têm "conotações demasiado verdadeiras", para as quais Freud chama a atenção; e outras possuem um caráter obviamente sexual. Mas consideremos duas outras formas de deslizes na fala radiofônica:

- 1) "As senhoras que tiverem a amabilidade de vir até aqui e *drop off* suas roupas receberão pronta atenção" (*drop off* tanto pode significar "deixar suas roupas", numa lavanderia, por exemplo, como "tirar suas roupas"; portanto, esta segunda conotação significaria um convite às "senhoras para se despirem, em cujo caso receberiam pronta atenção").
- 2) "Gente, experimente nossas confortáveis camas! Eu pessoalmente *stand behind* qualquer que vendemos" (*stand behind* tanto pode significar "responsabilizar-se" como "ficar atrás").
- 3) "O produto do saque e o carro foram arrolados *como roubados* pela Polícia de Los Angeles" (em vez de "O produto do saque e o carro foram arrolados pela Polícia de Los Angeles *como roubados*").
- 4) "E aqui em Hollywood corre o boato de que a antiga estrela está esperando seu quinto filho num mês" (em vez de "E aqui em Hollywood... está esperando para dentro de um mês seu quinto filho").
- 1) "Tums lhe dará alívio instantâneo e lhe garantirá uma noite sem indigestão nem mal-estar... Por isso experimente Tums e vá dormir com um grande... [o locutor vira a página] sorriso."
- 2) "Chegou o momento, senhoras e senhores, de apresentar nosso eminente convidado desta noite, a notável conferencista e líder social, Sra. Elma Dodge [intrmete-se a imagem do Super-Homem]... que é capaz de transpor edifícios num único salto."
- 3) Uma emissora local de TV, transmitindo uma luta de boxe no Madison Square Garden, interrompeu o programa para anunciar a morte de um político local. Ao cortar de volta para a

luta, o narrador estava dizendo: "Não foi um golpe muito forte, amigos!"

Nestes casos não há *lapsus linguae* envolvido, mas eles assumem também a forma de *parapraxis*. Algo saiu errado no que o locutor pretendia dizer. O segundo grupo de exemplos é interessante porque, se não conhecêssemos as circunstâncias em que ocorreram, pareceria que continham apenas típicas declarações "demasiado francas". Nenhum motivo pode ser imputado para elas, a menos que os editores dos programas responsáveis pelos cortes de um programa para um outro tivessem organizado de algum modo (conscientemente ou não) as seqüências, a fim de se obterem os efeitos observados. A primeira categoria de deslizes é mais difícil de interpretar. Pode ser que se trate de ambigüidades inconscientemente motivadas. Mas isso parece improvável. A maior probabilidade está em que seu caráter ambíguo passasse despercebido por locutores e ouvintes se elas fossem proferidas no âmbito de conversas correntes, no dia-a-dia. A questão não é apenas a de seus significados ambíguos não serem evidentes de imediato, mas a de, na conversação cotidiana, outros significados que não os pretendidos pelos interlocutores tenderem a ser eliminados pelas características contextuais da conversa. Os locutores, no caso, estão aptos a dirigirem-se a pessoas específicas com quem estão envolvidos, pré-selecionando palavras e frases, para evitar a inclusão de leituras alternativas possíveis. Mas os de rádio e televisão não podem fazer isso, porque falam para uma audiência generalizada, não estando essa audiência co-presente com eles.

Ora, seria claramente um erro considerar a fala radiofônica como típica da fala em geral. Há duas razões para explicar por que os lapsos verbais se destacam muito mais na fala radiofônica do que nas conversas do dia-a-dia. Em primeiro lugar, o discurso não tem lugar entre comunicantes co-presentes. Desembaraçado de outros sinais, o que é dito torna-se um fenômeno mais "testemunhável" do que quando está inserido nas atividades cotidianas. Isso também é verdadeiro no caso de muitos exemplos de lapsos verbais dados por Freud, filtrados como

foram da situação terapêutica. No fim de contas, o encontro terapêutico dificilmente poderá ser considerado um exemplo de discurso comum melhor do que a fala radiofônica. As palavras do paciente são tratadas como tendo uma significação especial, a ser cuidadosamente investigada. Em segundo lugar, os locutores de rádio e TV são especialistas na produção de fala impecável, e espera-se que o sejam pela própria natureza da profissão deles. A principal tarefa do apresentador é recitar o *script* que lhe é fornecido de modo claro e fluido. Somente quando reconhecemos até que ponto é distinta e incomum essa fala relativamente impecável, é que podemos começar a apreciar as contingências da fala corrente do dia-a-dia. Participantes leigos e lingüistas consideram geralmente a fala cotidiana muito mais "perfeita" e "ordenada" do que de fato é. Resumindo o trabalho recente sobre o estudo empírico de conversações, Boomer e Laver comentam:

É importante reconhecer que, na fala "normal" não significa "perfeito". A norma para a fala espontânea é demonstravelmente imperfeita. A conversação caracteriza-se por freqüentes pausas, sons de hesitação, falsos começos, articulações errôneas e correções. [...] Em circunstâncias cotidianas, simplesmente não ouvimos muitos dos nossos próprios lapsos verbais nem os cometidos pelos outros. Só é possível discerni-los na fala corrente se adotarmos um modo especializado de escuta de "revisor de provas".¹³

Na maioria das circunstâncias das conversas no dia-a-dia é muito difícil, de fato, distinguir os lapsos verbais da natureza fragmentada de virtualmente *todo* discurso que se desenrola. Como sublinha Goffman, para que uma determinada expressão oral seja testada como "falha" ou "defeituosa", ela tem de ser de um tipo que o locutor alteraria se começasse a proferi-la de novo (ou, é claro, uma que realmente é alterada ou "corrigida"). Não adianta identificar lapsos verbais por referência a um modelo idealizado de enunciação ou discurso. Além disso, para entender o caráter da fala cotidiana, temos de atentar para outros tipos de faltas que podem intervir. Quais são as implicações disso?

Em primeiro lugar, no tocante aos lapsos verbais, pode ser argumentado que Meringer e Mayer não estavam tão longe da verdade quanto Freud tendia a indicar. Fromkin demonstrou que a pronúncia errada de palavras manifesta propriedades semelhantes às características da produção verbal “correta”¹⁴. Isso não prova que essas falhas não sejam provocadas por estímulos inconscientes, mas sugere não haver geralmente “interrupção” na monitoração reflexiva da produção da fala que necessite forçosamente ser invocada para explicar os lapsos verbais. Os fenômenos de pré-sonâncias e perseverações, segundo se presume, também estão diretamente vinculados à monitoração reflexiva da fala. As palavras devem ser caracteristicamente transferidas do cérebro para a articulação como agrupamentos ordenados de modo sintagmático, pois caso contrário tais perturbações da fala não ocorreriam.

Uma segunda e vasta categoria de falhas não se refere à produção verbal individual, mas ao revezamento dos interlocutores. Um locutor pode começar a falar antes que o outro conclua o que está dizendo, “sobrepondo-se-lhe” ou interrompendo-o diretamente; os dois participantes poderão começar a falar simultaneamente; cada um deles poderá recuar ligeiramente em sua fala, produzindo um hiato indesejável no fluxo convencional. Tal como no caso dos erros de verbalização individual, a maioria de tais disjunções passa completamente despercebida por locutores envolvidos em conversação ordinária. Eles só são “ouvidos” quando, por exemplo, um segmento de fala é registrado para que se lhes possa deliberadamente prestar atenção. Também nesse caso a conversa do dia-a-dia difere da fala radiofônica, em que sobreposições, duplos sentidos etc. são muitos perceptíveis. Nas conversas, a sobreposição ocorre com grande frequência, de modo que um interlocutor está começando a falar enquanto o outro está terminando. Mas os participantes filtram-nas para que as contribuições de cada um para a conversa sejam ouvidas como segmentos separados de discurso.

Em terceiro lugar, a fala defeituosa que é reconhecida como tal envolve usualmente procedimentos corretivos iniciados seja pelo locutor, seja pelos ouvintes. A correção por outros parece

relativamente rara, em parte porque muitas imperfeições que são deslizes fonológicos ou sintáticos, quando julgados a partir de um modelo gramatical idealizado, não são ouvidos como tais, mas, também em parte, porque o tato é exercido a respeito do que poderia ser interpretado como incompetência dos locutores. O trabalho corretivo realizado por estes diz quase sempre respeito mais às dificuldades de revezamento do que aos lapsos de linguagem.

Estas observações dizem-nos muita coisa sobre a natureza da conversa cotidiana e confirmam-nos que as parapraxis verbais não podem ser interpretadas contra uma concepção idealizada de fala “correta”. A fala dos locutores radiofônicos difere do uso cotidiano da linguagem, na medida em que se aproxima dessa concepção. A fala e as atividades dos locutores de rádio e televisão, quando estão no ar, avizinham-se, de fato, de como a vida social humana seria se realmente fosse como os retratos que os cientistas sociais objetivistas fazem dela. A maior parte do que é dito foi programado antes da transmissão ou da apresentação no vídeo, e só pode ser modificado marginalmente pelo agente que obedece ao *script*. O ator apresenta-se, neste caso, meramente como um “portador” de padrões previamente estabelecidos de organização social – ou, como diz Goffman, um “animador”, uma “caixa de ressonância da qual saem as falas”¹⁵. A vasta maioria de situações de fala (e de interação verbal) não são, simplesmente, desse tipo. O caráter “solto” ou defeituoso da fala do dia-a-dia, ou do que se apresenta como tal quando comparado com um modelo idealizado, é realmente genérico em seu caráter, na medida em que se insere na prática humana. Por outras palavras, o notável não é a falta de polimento técnico na fala, mas o fato de as conversas e a (sempre contingente) reprodução da vida social não terem absolutamente nenhuma simetria de forma. Na interação do dia-a-dia, os elementos normativos envolvidos na comunicação verbal como a produção de “boa fala” dificilmente constituirão alguma vez o principal interesse instigador dos participantes. Pelo contrário, a fala está saturada com as solicitações e exigências práticas da atuação rotineira da vida social.

Aceitar isso significa remodelar a concepção de Freud. Segundo este, todo *lapsus linguae* tem uma origem motivada e poderá, em princípio, ser explicado, se dispusermos de suficiente conhecimento da constituição psicológica do indivíduo em questão. Discernimos claramente aí um quadro implícito de fala bem ordenada, da qual os lapsos verbais levam o locutor a afastar-se. O ponto de vista que eu defendo inverte, com efeito, essa concepção. A fala “bem ordenada”, no contexto das conversações do dia-a-dia, pelo menos, é orientada para os envoltórios motivacionais gerais dos locutores no decorrer de suas atividades práticas. A “fala correta”, em comum com muitos outros aspectos de tais atividades, não é em geral motivada diretamente – a menos que o indivíduo seja um locutor de rádio ou televisão. Cumpre sublinhar, entre parênteses, que a perturbação da fala pode ocasionalmente ser assim motivada. Em circunstâncias de luto, por exemplo, uma pessoa enlutada que mantivesse padrões ordinários de produção verbal poderia ser considerada um coração empedernido e sem sentimentos. Quando existem sanções sugerindo que as pessoas devem manifestar agitação emocional, as perturbações ou as alterações na normalidade da fala podem ser uma forma de “revelar” tais estados¹⁶.

Se a maioria das formas particulares de uso da linguagem não são diretamente motivadas, então segue-se que a maioria dos lapsos verbais não podem ser atribuídos à motivação inconsciente. Onde é que isso nos deixa, pois, a respeito da teoria de Freud das parapraxis verbais? Eu faria a seguinte sugestão: a interpretação de Freud só se aplica provavelmente em circunstâncias algo diferentes daquelas que ele tinha em mente quando a formulou. Na opinião dele, os lapsos verbais tendem a ocorrer sobretudo em situações fortuitas ou rotineiras, quando nada de importante está na dependência do que é dito. Em tais ocasiões, é muito provável que ocorra, por assim dizer, uma “irrupção” do inconsciente, perturbando as falas produzidas por um locutor. Eu sustento que, nessas ocasiões – as quais constituem a maior parte da vida social –, os elementos inconscientes são, na realidade, os menos propensos a influenciar diretamente

o que é dito. A rotinização, envolvendo o contínuo e repetido “sulcar” de procedimentos familiares em circunstâncias de substancial segurança ontológica, é a principal condição da efetiva monitoração reflexiva pelos seres humanos de suas atividades. A ansiedade a respeito da forma real do discurso só será intensificada quando o ator tiver interesse específico em que aquilo que tem a dizer seja “exatamente correto”. Isso é o que os locutores de rádio e televisão têm de fazer. Provavelmente é esse o caso numa declaração de amor, diferentemente da suposição de Freud. Podemos facilmente compreender o exemplo de “Signorelli” e o esquecimento de nomes próprios geralmente como um fenômeno motivado. Os nomes próprios têm uma significação especial que outras palavras não possuem. Pronunciar erradamente o nome de alguém ou chamar alguém pelo nome errado causa uma ofensa pessoal, o que não sucede no caso de outras extravagâncias de pronúncia. Assim, existe uma valorização especial em mencionar nomes de forma correta, e isso talvez signifique que recordar nomes incide mais imediatamente sobre as fontes de ansiedade do que outros itens lingüísticos. Conforme sublinhei, algo semelhante aplica-se também ao encontro terapêutico.

Referências

Consciência, self e encontros sociais

1. Uma análise especialmente útil dessas dificuldades encontra-se em: Thalberg, Irving. “Freud’s anatomies of the self”. In: Wolheim, Richard. *Freud, A Collection of Critical Essays*. Nova York, Doubleday, 1974. Uma versão revista desse ensaio foi publicada em: Wolheim e Hopkins, James. *Philosophical Essays on Freud*. Cambridge, Mass., Cambridge University Press, 1982.
2. Citado em Thalberg, “Freud’s anatomies of the self”, cit., p. 156.
3. Freud, S. *An Outline of Psychoanalysis*. Londres, Hogarth, 1969, pp. 56-7.
4. Strawson, P. F. *The Bounds of Sense*. Londres, Methuen, 1966, pp. 162-70; Anscombe, G. E. M. “The first person”. In: Guttenplan, Samuel. *Mind and Language*. Oxford, Blackwell, 1972; Mackie,

- J. L. "The Transcendental 'I'". In: Van Straaten, Zak. *Philosophical Subjects*. Oxford, Clarendon Press, 1980.
5. Toulmin, Stephen. "The genealogy of 'consciousness'". In: Secord, Paul F. *Explaining Human Behaviour*. Beverly Hills, Sage, 1982. pp. 57-8.
6. *Ibidem*, pp. 60-1.
7. Ver: Bruner, J. S. *Beyond the Information Given*. Nova York, Norton, 1973.
8. Gibson, J. S. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston, Houghton Mifflin, 1979.
9. Neisser, Ulric. *Cognition and Reality*. São Francisco, Freeman, 1976, p. 22. Ver também *idem*. *Memory Observed*. São Francisco, Freeman, 1982; Shotter, John. "Duality of structure' and 'intentionality' in an ecological psychology". *Journal for the Theory of Social Behaviour*, vol. 13, 1983.
10. Neisser, *Cognition and Reality*, cit., p. 29.
11. Wertheimer, M. "Psychomotor coordination of auditory and visual space at birth". *Science*, vol. 134, 1962.
12. Neisser, *Cognition and Reality*, cit., p. 72.
13. Cherry, E. C. "Some experiments on the recognition of speech, with one and two ears". *Journal of the Acoustical Society of America*, vol. 25, 1953.
14. Treisman, A. M. "Strategies and models of selective attention". *Psychological Review*, vol. 76, 1969.
15. Deutsch, J. A. e Deutsch, D. "'Attention': some theoretical considerations". *Psychological Review*, vol. 70, 1963.
16. Neisser, *Cognition and Reality*, cit., pp. 84-5.
17. *CPST*, pp. 120-3.
18. Erikson, Erik H. *Childhood and Society*. Nova York, Norton, 1963, pp. 15-16. [Edição brasileira: *Infância e sociedade*. Trad. de Gildásio Amado. Zahar Editores, 1971.]
19. *Ibidem*, p. 247.
20. Becker, Ernest. *The Birth and Death of Meaning*. Nova York, Free Press, 1962, p. 95.
21. Ver também: Erikson, *Childhood and Society*, cit., p. 249; Sullivan, Harry Stack. *The Interpersonal Theory of Psychiatry*. Londres, Tavistock, 1955, cap. 4. Não aceito a asserção de Erikson de que esses fenômenos psicológicos podem ser diretamente relacionados com a forma de instituições sociais.
22. Piers G. e Singer, M. B. *Shame and Guilt*. Springfield, Addison, 1963. Repito aqui algumas observações originalmente feitas em relação à teoria do suicídio; cf. *SSPT*, p. 393, nota 32.

23. Erikson, *Childhood and Society*, cit., p. 251.
24. *Ibidem*, p. 256.
25. Wolf, Dennie. "Understanding others: a longitudinal case study of the concept of independent agency". In: Forman, George E. *Action and Thought*. Nova York, Academic Press, 1982.
26. Brazelton, T. B. et alii. "The origins of reciprocity". In: Lewis, M. e Rosenblum, L. *The Infant's Effects on the Caregiver*. Nova York, Wiley, 1974.
27. Vigotski, L. S. *Mind in Society*. Cambridge, Harvard University Press, 1978. pp. 20 ss.
28. Erikson, Erik H. *Identity, Youth and Crisis*. Londres, Faber & Faber, 1968, cap. 5 [Edição brasileira: *Identidade, juventude e crise*. Trad. de Álvaro Cabral, Zahar Editores, 1972.]; *idem*. *Identity and the Life Cycle*. Nova York, International Universities Press, 1967.
29. Erikson, *Identity and the Life Cycle*, cit., p. 19.
30. Ver *ibidem*, cap. 3: "The problem of ego-identity".
31. *Ibidem*, p. 102.
32. Ver *CPST*, pp. 123-8.
33. Bettelheim, Bruno. *The Informed Heart*. Glencoe, Free Press, 1960, p. 14. O trabalho de Goffman sobre "instituições totais" coincide em muitos pontos com a análise apresentada por Bettelheim. Ver: Goffman. *Asylums*. Harmondsworth, Penguin, 1961. [Edição brasileira: *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. de Dante Moreira Leite. Editora Perspectiva, 1974.]
34. Bettelheim, *The Informed Heart*, cit., p. 132.
35. *Ibidem*, p. 148.
36. "Como os velhos prisioneiros tinham aceito, ou sido forçados a aceitar uma dependência infantil da SS, muitos deles pareciam querer sentir que pelo menos algumas das pessoas que estavam aceitando como figuras onipotentes eram justas e bondosas." (*ibidem*, p. 172).
37. Ver os exemplos coligidos em: Sargant, William. *Battle for the Mind*. Londres, Pan, 1959.
38. Merleau-Ponty, M. *Phenomenology of Perception*. Londres, Routledge, 1974. [Edição brasileira: *Fenomenologia da percepção*. Trad. de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1ª edição, 3ª tiragem, 1999.]
39. *Ibidem*, p. 101.
40. Goldstein, L. *Language and Language Disturbances*. Nova York, Grune & Stratton, 1948.
41. Merleau-Ponty, *Phenomenology of Perception*, cit., p. 104.

42. *Ibidem*, p. 109.
43. Goffman, Erving. *Behaviour in Public Places*. Nova York, Free Press, 1963, p. 17; *idem*. *Interaction Ritual*. Londres, Allen Lane, 1972, p. 1.
44. Cf. Pool, Ithiel De Sola. *The Social Impact of the Telephone*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1981. [Edição brasileira: *Os efeitos sociais do telefone*. Trad. de Itamar Faul. In: *O telefone: ontem, hoje e amanhã*. Ed. de Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás, 1979.]
45. Parece ser essa a noção predominante, por exemplo, na maioria das contribuições para: Ditton, Jason. *The View from Goffman*. Londres, Macmillan, 1980. Ver também: MacIntyre, Alasdair. *After Virtue*. Londres, Duckworth, 1981, pp. 108-9. Cf. Harré, R. e Secord, P. F. *The Explanation of Social Behaviour*. Oxford, Blackwell, 1972, cap. 10.
46. Gouldner, Alvin W. *The Coming Crisis of Western Sociology*. Londres, Heinemann, 1971, pp. 379-81.
47. CPST, pp. 83-4 *passim*.
48. Goffman, *Behaviour in Public Places*, cit., 18.
49. Goffman, Erving. *Frame Analysis*. Nova York, Harper, 1974, p. 252.
50. Caillouis, Roger. *Man, Play and Games*. Londres, Thames & Hudson, 1962; ver também a famosa obra de: Huizinga, Jan. *Homo Ludens*. Londres, Routledge, 1952.
51. Goffman, *Frame Analysis*, cit., p. 560. Não discutirei aqui as questões epistemológicas mencionadas, mas dificilmente resolvidas nesse livro de Goffman. Elas têm muito em comum com as ponderações de Schutz sobre a natureza das “realidades múltiplas” e com muitas outras correntes da filosofia moderna a respeito das implicações aparentemente relativistas da mediação de estruturas de significado. Ver NRSB, cap. 4.
52. Goffman, *Behaviour in Public Places*, cit., pp. 156 ss.
53. *Ibidem*.
54. Esse tema, é claro, tem sido muito explorado. A obra mais conhecida é a de Hall, Edward T. *The Silent Language*. Nova York, Doubleday, 1959; ver também, do mesmo autor: *The Hidden Dimension*. Londres, Bodley Head, 1966.
55. Sacks, Harvey e Schegloff, Emmanuel A. “A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation”. *Language*, vol. 50, 1974.
56. Cf. Psathas, George. *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*. Nova York, Irvington, 1979.

57. Sartre, Jean-Paul. *Critique of Dialectical Reason*. Londres, New Left Books, p. 259.
58. Goffman, *Interaction Ritual*, cit., pp. 141 ss.
59. Habermas, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt, Suhrkamp, 1981, vol. I, seção 3.
60. Goffman, *Behaviour in Public Places*, cit., p. 25.
61. Cf. a discussão geral de polidez em: Brown, Penelope e Levinson, Stephen. “Universals in language use: politeness phenomena”. In: Goody, Esther N. *Questions and Politeness*. Cambridge, Mass., Cambridge University Press, 1978.
62. Goffman, *Behaviour in Public Places*, cit., p. 35. Cf. Blacking, John. *The Anthropology of the Body*. Londres, Academic Press, 1978.
63. “Considero privadas diversas sensações físicas. Se queimei o braço, considero pessoal a dor e pública a visão da queimadura. Nem sempre é assim. Há quem julgue poder realmente sentir a dor alheia ou pensar diretamente os pensamentos alheios, e creia que outras pessoas possam sentir o que ela sente fisicamente, ou pensar seus pensamentos.” Laing, R. D. *Self and Others*. Londres, Penguin, 1971, p. 34. [Edição brasileira: *O eu e os outros*. 4ª. ed. Trad. de Áurea Weissenberg. Editora Vozes, 1978.]
64. Garfinkel, Harold. “A conception of, and experiments with, ‘trust’ as a condition of stable concerted actions”. In: Harvey, O. J. *Motivation and Social Interaction*. Nova York, Ronald Press, 1963.
65. Goffman, Erving. *Forms of Talk*. Oxford, Blackwell, 1981, pp. 101 ss.
66. *Ibidem*, p. 103.
67. *Ibidem*, pp. 70-1.
68. Bhaskar, Roy. *The Possibility of Naturalism*. Brighton, Harvester, 1979, pp. 51-2.
69. Para um exemplo recente – entre muitíssimos outros – ver: Biddle, Bruce J. *Role Theory*. Nova York, Academic Press, 1979.
70. CPST, p. 117.
71. *Ibidem*.
72. Um ponto freqüentemente sublinhado na controvérsia sobre teoria do papel na Alemanha, duas décadas atrás. Uma contribuição que conserva seu interesse é: Tenbrück, F. H. “Zur deutschen Rezeption der Rollenanalyse”. *Kölner Zeitschrift für Soziologie*, vol. 3, 1962.
73. Cf. Thrift, Nigel. “Flies and germs: a geography of knowledge”. In: Gregory, Derek e Urry, John. *Social Relations and Spatial Structures*. Londres, Macmillan, 1984.

74. Cf. Labov, William. "Rules for ritual insults". In: Sudnow, David. *Studies in Social Interaction*. Nova York, Free Press, 1972.
75. Wieder, D. Lawrence. "Telling the code". In: Turner, Roy. *Ethnology*. Harmondsworth, Penguin, 1974.
76. *Ibidem*, p. 149.

Notas críticas: Freud sobre lapsus linguae

1. Freud, S. *Introductory Lectures on Psychoanalysis*. Harmondsworth, Penguin, 1974, 1975 p. 51.
2. Meringer, R. e Mayer, C. *Versprechen und Verlesen*. Viena, 1895.
3. Freud, S. *The Psychopathology of Everyday Life*. Harmondsworth, Penguin, 1975, p. 39.
4. *Ibidem*, p. 40 [p. 15].
5. Originalmente publicado no artigo de Freud: "The physical mechanism of forgetfulness" (1890); ver a Standard Edition, vol. 3.
6. Freud, S. *The Psychopathology of Everyday Life*, cit., p. 44 [pp. 16-7].
7. *Ibidem*, p. 135 [p. 107].
8. Boileau, *Art poétique*, apud *ibidem*, p. 148.
9. Freud, *Introductory Lectures on Psychoanalysis*, cit., p. 71.
10. Goffman, Erving. "Radio talk: a study of the ways of our errors". In: *Forms of Talk*. Oxford, Blackwell, 1981.
11. *Ibidem*, p. 242.
12. Foram selecionados, sem dúvida, por essa razão. A maior parte do material de Goffman provém de coleções de "mancadas" organizadas por Kermit Schafer, como *Prize Bloopers* (Greenwich, Fawcett, 1965).
13. Boomer, Donald S. e Laver, John D. M. "Slips of the tongue". *British Journal of Disorders of Communication*, vol. 3, 1968, p. 2.
14. Fromkin, Victoria A. "The non-anomalous nature of anomalous utterances". *Language*, vol. 47, 1971.
15. Goffman, *Forms of Talk*, cit., p. 226.
16. Conforme indicado por Goffman, *ibidem*, pp. 223 ss.

Capítulo III

Tempo, espaço e regionalização

Tempo-geografia

No capítulo precedente, concentrei-me na especificação de certas qualidades psicológicas do agente e na análise da interação em situações de co-presença. O posicionamento dos atores em contextos de interação e o entrelaçamento desses contextos são elementares para tais propósitos. Mas, para mostrar como essas matérias se relacionam com aspectos mais amplos de sistemas sociais, é necessário considerar como a teoria social deve enfrentar – de um modo filosófico mais concreto do que abstrato – a "situabilidade" da interação no tempo e no espaço.

A maioria dos analistas sociais trata o tempo e o espaço como meros ambientes de ação e aceita irrefletidamente a concepção de tempo que, enquanto tempo cronometrável, é característico da moderna cultura ocidental. Com a exceção dos recentes trabalhos de geógrafos – sobre os quais voltaremos a falar daqui a pouco – os cientistas sociais não foram capazes de construir seu pensamento em torno dos modos como os sistemas sociais são constituídos através do espaço-tempo. Conforme indiquei antes, a investigação dessa questão é uma importante tarefa imposta pelo "problema de ordem", tal como foi conceituado na teoria da estruturação. Não é um tipo ou "área" específica da ciência social que pode ser explorada ou descartada à vontade. Trata-se da própria essência da teoria social, tal como interpretada a partir da noção de estruturação, e também deve ser vista, por conseguinte, como de importância muito con-

siderável para a conduta da pesquisa empírica nas ciências sociais.

Felizmente, não precisamos abordar novamente essas questões. Nestes últimos anos, ocorreu uma notável convergência entre a geografia e as outras ciências sociais, em resultado do que os geógrafos, apoiando-se nas várias tradições estabelecidas da teoria social, deram contribuições significativas para o pensamento social. A bem da verdade, cumpre dizer que a maior parte de tais escritos, embora contenham idéias de aplicação geral, permanece desconhecida da maioria dos que trabalham nas restantes ciências sociais. Algumas dessas contribuições encontram-se na obra de Hägerstrand, mas não estão confinadas, em absoluto, a seus escritos e aos de seus colegas imediatos^{*}. Em análises anteriores da teoria da estruturação, mencionei o significado dessa abordagem sem a confrontar diretamente ou tentar sublinhar suas limitações. Mas é o que farei agora nesta exposição ampliada.

O tempo-geografia, tal como formulado por Hägerstrand, adota como ponto de partida o próprio fenômeno que tenho enfatizado bastante: o caráter rotinizado da vida cotidiana. Por sua vez, isso está ligado a características do corpo humano, seus meios de mobilidade e comunicação, e sua trajetória através do "ciclo vital" – e, portanto, ao ser humano como "projeto biográfico". Conforme mencionei antes, o estudo de Hägerstrand baseia-se principalmente na identificação das fontes de cerceamento da atividade humana produzido pela natureza do corpo e pelos contextos físicos em que a atividade ocorre. Esse cerceamento fornece as "fronteiras" globais que limitam o comportamento no tempo-espaço. Hägerstrand formulou-as de várias maneiras diferentes, mas sua ênfase característica recai sobre os seguintes fatores²:

- 1) A indivisibilidade do corpo humano e de outras entidades vivas e inorgânicas nos *milieux* da existência humana. A corporalidade impõe limitações estritas às capacidades de movimento e de percepção do agente humano.

^{*} As referências podem ser encontradas a pp. 187-90.

- 2) A finitude da duração da vida do agente humano como um "ser para a morte". Esse elemento essencial da condição humana dá origem a certos parâmetros demográficos inevitáveis de interação no tempo e no espaço. Por essa razão, senão por outra, o tempo é um recurso escasso para o ator individual.
- 3) A capacidade limitada dos seres humanos de participar em mais de uma tarefa simultaneamente, conjugada ao fato de que toda tarefa possui uma duração. A alternância exemplifica as implicações desse tipo de limitação.
- 4) O fato de que o movimento no espaço é também movimento no tempo.
- 5) A limitada "capacidade de acondicionamento" do tempo-espaço. Dois corpos humanos nunca podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo; os objetos físicos têm essa mesma característica. Portanto, qualquer zona de tempo-espaço pode ser analisada em função de restrições impostas aos dois tipos de objeto que podem ser acomodados dentro dela.

Essas cinco facetas da "realidade tempo-geográfica", segundo Hägerstrand, expressam os eixos materiais da existência humana e estão subjacentes em todos os contextos de associação em condições de co-presença³. Examinados como recursos (e assim, diria eu, implicados na geração e na distribuição de poder), tais fatores condicionam as redes de interação formadas pelas trajetórias da vida diária, semanal, mensal e total dos indivíduos em suas interações recíprocas. As trajetórias de agentes, de acordo com Hägerstrand, "têm de se acomodar sob as pressões e as oportunidades que decorrem de sua existência comum no espaço e tempo terrestre"⁴.

A concepção de tempo-geografia generalizada de Hägerstrand originou-se numa série de estudos de longo prazo de um distrito na Suécia. A área em questão dispunha de estatísticas demográficas abrangentes, habilitando-o a localizar todos os indivíduos que ali tinham vivido e os que tinham entrado e saído da área durante um período de cerca de cem anos. Ordenando esses dados como biografias, Hägerstrand procurou ana-

lisá-los como se compusessem trajetórias de vida no tempo-espaço, que podiam ser mapeadas usando-se uma forma particular de notação. Os padrões típicos de movimento de indivíduos, por outras palavras, podem ser representados como a repetição de atividades de rotina através dos dias ou de períodos mais longos de tempo-espaço. Os agentes movimentam-se em contextos físicos cujas propriedades interagem com suas capacidades, dadas as restrições acima apontadas, ao mesmo tempo que aqueles interagem uns com os outros. As interações de indivíduos movendo-se no tempo-espaço compõem “feixes” (encontros ou ocasiões sociais, na terminologia de Goffman) que se reúnem em “estações” ou localizações espaço-temporais definidas, dentro de regiões circunscritas (por exemplo, casas, ruas, cidades, estados, sendo o limite externo do espaço terrestre a Terra como um todo – exceto para o esporádico viajante espacial na era atual de alta tecnologia). Os dinâmicos “mapas espaço-temporais” de Hägerstrand são de interesse definitivo e fornecem uma forma gráfica de relevância para situações muito além daquelas para que foram usadas até agora.

As Figuras 5a e 5b mostram isso em sua forma mais simples. Dois indivíduos, digamos, vivem um quilômetro afastados um do outro num bairro; seus percursos espaço-temporais ao longo do dia põem-nos em contato num encontro de curta duração, digamos, num restaurante ou café, após o que as respectivas atividades divergem de novo. Se as atividades diárias de

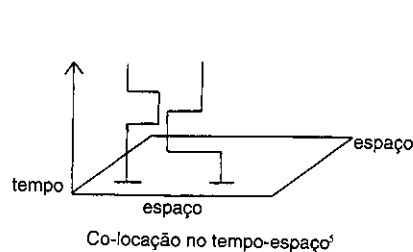


Figura 5a

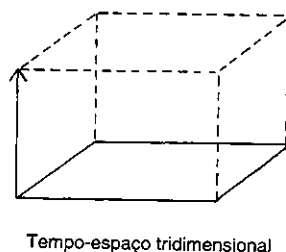


Figura 5b

um indivíduo específico são registradas, é fácil construir uma caracterização *grosso modo* delas, na medida em que elas compreendem trajetórias no tempo e no espaço. Como retrato de uma trajetória de vida, isso envolveria padrões generalizados de movimento espaço-temporal dentro do “ciclo vital”. Uma pessoa pode viver na casa de seus pais, por exemplo, até estabelecer uma nova residência ao casar. Isso pode estar associado com uma mudança de emprego, de tal modo que o lar e o local de trabalho, como “estações” ao longo da trajetória diária, sofrem uma alteração. A mobilidade dentro do mercado habitacional, a separação marital ou a progressão na carreira, entre outros inúmeros fatores possíveis, podem influenciar as trajetórias de vida típicas.

Os encontros em que os indivíduos participam nas trajetórias de vida diárias estão sujeitos a restrições derivadas da lista acima indicada. Hägerstrand reconhece, é claro, que os agentes não são meros corpos dotados de mobilidade, mas seres intencionais com propósitos ou o que ele chama de “projetos”. Os projetos que os indivíduos procuram realizar, para que sejam concretizados, têm de utilizar os recursos inerentemente limitados de tempo e espaço a fim de superar as restrições que defrontam. As “restrições de capacidade” são as do tipo acima indicado. Algumas afetam primordialmente a distribuição de tempo: por exemplo, a necessidade de dormir ou de comer a intervalos regulares assegura certos limites para a estruturação das atividades cotidianas. As “restrições de acoplamento” referem-se àquelas que condicionam as atividades empreendidas com outros. O volume de tempo-espaço disponível para um indivíduo num dia é um prisma delimitando a prossecução de projetos. Os prismas de conduta diária não são apenas fronteiras geográficas ou físicas, mas têm “paredes espaço-temporais por todos os lados”. Suas dimensões, é claro, também são fortemente influenciadas pelo grau de convergência tempo-espaço nos meios de comunicação e transformação acessíveis aos agentes.

A noção de convergência de tempo-espaço foi introduzida por outro geógrafo, Janelle, para referir-se à “retração” de distância em função do tempo necessário para mover-se entre dife-

rentes localizações⁶. Assim, o tempo preciso para viajar da Costa Leste para a Costa Oeste nos Estados Unidos, em termos de meios existentes, pode ser calculado da seguinte maneira. A pé, a viagem levaria mais de dois anos; a cavalo, oito meses; em diligência ou carroça, quatro meses; por estrada de ferro, em 1910, quatro dias; pelas linhas aéreas regulares de hoje, cinco horas; pelo mais veloz transporte a jato, pouco mais de duas horas. A convergência de tempo-espaço pode ser plotada para descrever os limites exteriores de prismas diários. Entretanto, é óbvio que existem importantes discrepâncias entre e dentro de comunidades sociais em função das restrições à mobilidade e comunicação que afetam diferentes grupos e indivíduos. A serialidade e o revezamento estão incorporados na maioria das formas de transporte. Assim, por exemplo, um trem expresso pode ligar duas cidades num tempo de três horas. Mas a disponibilidade de lugares pode ser limitada, mesmo para aqueles que podem e estão dispostos a pagar. Além disso, se uma pessoa perde um trem, é possível que por várias horas só haja trens locais até passar o próximo expresso, dando à convergência de tempo-espaço um caráter "palpitante". Finalmente, para os que vivem na maioria das sociedades, e para a maior parte dos dias na vida de um indivíduo, a mobilidade tem lugar dentro de prismas de tempo-espaço relativamente restritos.

Palm e Pred fornecem um exemplo, entre muitos que existem na literatura, de aplicação das idéias de Hägerstrand: ao prisma diário de "Jane", uma mãe solteira⁸. A Figura 6 oferece uma representação do prisma das atividades cotidianas de Jane. Esta não pode sair de casa para o trabalho antes de uma certa hora do dia, porque seu filho depende dela para a alimentação e outras necessidades, e porque a única creche acessível ainda não está aberta. Não tendo carro, por conseguinte, ela enfrenta severas limitações de capacidade e de combinação para atingir as duas "estações" da creche (C_1) e de seu local de trabalho (T_1). Sua escolha de empregos é condicionada por essas restrições e, reciprocamente, o fato de ela ter poucas chances de adquirir ou manter uma ocupação bem paga reforça as outras restrições que defronta no percurso de seu caminho ao longo do dia. Ela

tem de ir apanhar seu filho no meio da tarde, antes de a creche fechar, e está por isso efetivamente restringida a um emprego de meio período. Suponhamos que ela tenha dois empregos para escolher, um mais bem pago e oferecendo a oportunidade de usar um carro (T_2) que lhe possibilitará levar o filho a uma creche (C_2) mais distante de casa. Ao optar pelo emprego mais bem remunerado, ela descobre que o tempo consumido conduzindo o carro até à creche, indo e vindo do trabalho e depois voltando para casa (L), é superior ao que necessita para realizar outras tarefas imprescindíveis, como fazer compras, cozinhar e cuidar da casa. Portanto, ela pode sentir-se "forçada" a deixar o emprego, aceitando uma alternativa menos bem paga, de meio período, mas muito perto de casa (T_1).

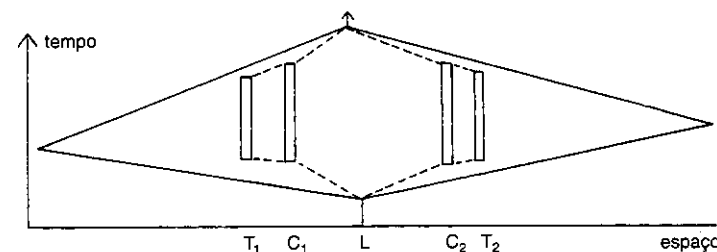


Figura 6

Hägerstrand realizou um esforço especial no sentido de empregar o tempo-geografia para apreender a serialidade das trajetórias de vida ou "biografias" dos indivíduos. Uma biografia, diz ele, é composta de "experiências e eventos mentais internos", "relacionados com a interação entre corpo e fenômenos ambientais". A conduta da vida cotidiana de um indivíduo acarreta que ele se associe sucessivamente com conjuntos de entidades procedentes dos cenários de interação. Essas entidades são: outros agentes, objetos indivisíveis (qualidades materiais sólidas de *milieu* de ação), materiais divisíveis (ar, água, minerais, produtos alimentares) e domínios. Os domínios refe-

rem-se ao que eu prefiro chamar de regionalização do tempo-espço: o movimento de trajetórias de vida através de cenários de interação que têm várias formas de demarcação espacial. Mas as propriedades dos domínios podem ser submetidas a estudo direto em termos de limitações de combinação que uma dada distribuição de “estações” e “feixes de atividade” cria para a população total, cujas atividades estão concentradas nesses domínios. Assim, a natureza dos padrões sociais em interação dentro dos domínios de tempo-espço é limitada pela organização global das limitações de capacidade e combinação. Existem limitações “ecológicas” que, como Carlstein tentou mostrar em detalhe, derivam de três modos de “acondicionamento”:

- 1) o acondicionamento de materiais, artefatos, organismos e populações humanas em assentamentos espaço-temporais;
- 2) o acondicionamento de atividades consumidoras de tempo em escalas de tempo da população;
- 3) o acondicionamento de feixes de vários tamanhos, quantidades e durações no sistema de população, isto é, formação de grupos devido às limitações à indivisibilidade e continuidade dos indivíduos.¹⁰

Comentários críticos

O interesse do tempo-geografia para a teoria da estruturação é evidente, por certo¹¹. O tempo-geografia diz respeito às restrições que dão forma às rotinas da vida cotidiana e compartilha com a teoria da estruturação uma ênfase sobre a importância do caráter prático das atividades diárias, em circunstâncias de co-presença, para a constituição da conduta social. Estamos aptos a começar dissecando a estruturação de tempo-espço dos cenários de interação que, por mais importantes que sejam os escritos de Goffman, tendem a apresentar-se nesses escritos como *milieux* dados da vida social. A concentração de Hägerstrand sobre as práticas sociais cotidianas é muito pronunciada e clara; ele deseja usar o tempo-geografia, insiste em afirmar, para compreender “o impacto do dia normal da

pessoa comum” sobre a organização total de sistemas sociais¹². Mas o tempo-geografia tem algumas deficiências muito nítidas, algumas das quais, assim espero, foram postas em evidência no que foi até agora discutido neste livro.

As principais reservas que se deve ter acerca do tempo-geografia são as seguintes. Em primeiro lugar, ele opera com uma concepção simplista e deficiente do agente humano. Ao sublinhar a corporalidade do ser humano em contextos de tempo-espço estruturados, as idéias de Hägerstrand condizem estreitamente com as que procurei desenvolver antes. Mas ele tende a tratar os “indivíduos” como constituídos independentemente dos cenários sociais em que passam suas vidas cotidianas. Os agentes são considerados seres intencionais, no sentido de que suas atividades são guiadas pelos “projetos” que se esforçam por realizar. Mas a natureza e origem dos projetos fica por explicar. Em segundo lugar, as análises de Hägerstrand tendem, portanto, a recapitular o dualismo da ação e da estrutura, embora de forma bastante original, devido à sua preocupação primacial com o tempo e o espaço. “Estações”, “domínios” etc. são tidos como dados, como o resultado de processos não-interpretados de formação e mudança institucional. Não causa estranheza que, nesse tipo de ponto de vista, seja dada pouca ênfase ao caráter essencialmente transformador de toda ação humana, mesmo em suas formas mais completamente rotinizadas. Em terceiro lugar, não se justifica ficar exclusivamente concentrado nas propriedades restritivas do corpo, em seu movimento através do tempo-espço. Como eu disse, todos os tipos de restrição constituem também tipos de oportunidade, meios de possibilitar a ação. O modo específico pelo qual Hägerstrand se inclina a conceituar “restrição” denuncia, além disso, a existência de um certo elemento de dependência cultural em seus pontos de vista. Pois as limitações de capacidade, de conjugação etc. são tipicamente discutidas por ele em termos de seu funcionamento como recursos escassos. Não é difícil ver aqui, uma vez mais, uma possível ligação com uma versão do materialismo histórico. Há mais do que uma sugestão, nos escritos de Hägerstrand, da noção de que a alocação de recursos escas-

sos do corpo e seus meios tem um efeito determinante sobre a organização de instituições sociais em todos os tipos de sociedade. Em minha opinião, isso só é uma proposição viável no caso de sociedades contemporâneas, nas quais se estimula e valoriza o uso “eficiente” de recursos¹³. Finalmente, o tempo-geografia envolve apenas uma teoria do poder debilmente desenvolvida. Hägerstrand fala de “limitações de autoridade”, que associa às de capacidade e combinação. Mas elas são formuladas em termos vagos e invocam uma concepção de soma-zero de poder como fonte de limitações à ação. Por outro lado, se o poder é concebido como generativo, as “limitações” de que fala Hägerstrand são todas modalidades para engendrar e sustentar as estruturas de dominação.

Para desenvolver tais idéias mais adequadamente em relação a considerações exploradas nos capítulos anteriores deste livro, teremos de atentar de novo para a noção de “lugar”, tal como é usada comumente pelos geógrafos. O tempo-geografia de Hägerstrand sugere uma crítica muito efetiva de “lugar”, no que se refere à demonstração da importância, ao estudar-se a conduta social humana, da análise da organização do tempo-espaço. Mas ele se ocupa muito mais com a integração da temporalidade na teoria social; não submete as noções de lugar ou localização a um rigoroso exame conceptual e usa esses termos de modo relativamente superficial. O termo “lugar” não pode ser usado em teoria social simplesmente para designar um “ponto no espaço”, como tampouco podemos falar de pontos no tempo como uma sucessão de “agoras”. O que isso significa é que o conceito de presença – ou, melhor, de mutualidade de presença e ausência – tem de ser explicado em termos tanto de sua espacialidade quanto de sua temporalidade. Ao desenvolver a teoria da estruturação, apresentei duas noções que se revestem de alguma importância aqui: refiro-me aos conceitos de *local* e de *acessibilidade da presença* envolvidos nas relações entre integração social e integração sistêmica¹⁴.

Os locais referem-se ao uso de espaço a fim de fornecer os cenários da interação; estes, por sua vez, são essenciais para especificar sua *contextualidade*. A constituição de locais certa-

mente depende dos fenômenos especialmente destacados por Hägerstrand: o corpo, seus meios de mobilidade e comunicação, em relação às propriedades físicas do mundo circundante. Os locais asseguram boa parte da “fixidez” subjacente às instituições, embora não exista um sentido claro no qual eles “determinem” essa “fixidez”. É usualmente possível designar locais em função de suas propriedades físicas, seja como características do mundo material ou, mais comumente, como combinações destas com artefatos humanos. Mas é um erro supor que os locais podem ser descritos exclusivamente nesses termos – a mesma forma de erro cometido pelo behaviorismo a respeito da descrição da ação humana. Uma “casa” é apreendida como tal somente se o observador reconhecer que é um “domicílio” com uma série de outras propriedades especificadas pelos modos de sua utilização na atividade humana.

Os locais podem variar desde um quarto numa casa, a esquina de uma rua, o pavimento de uma fábrica, aldeias e cidades, até as áreas territorialmente demarcadas e ocupadas por nações-Estados. Mas eles são, tipicamente, *regionalizados* em seu interior, e as regiões são de importância crucial na constituição de contextos de interação. Permitam-me desenvolver um pouco mais a noção de contexto. Uma das razões para o uso do termo “local” em vez de “lugar” está em que as propriedades dos cenários são empregadas de modo crônico por agentes na constituição de encontros através do espaço e do tempo. Um elemento óbvio disso é o aspecto físico do que Hägerstrand designa por “estações” – isto é, “lugares ou pontos de parada”, nos quais a mobilidade física das trajetórias dos agentes é suspensa ou reduzida por toda a duração de encontros ou ocasiões sociais – enquanto locais em que se dá a interseção de atividades de rotina de diferentes indivíduos. Mas as características dos cenários também são usadas, rotineiramente, para constituir o conteúdo significativo da interação: a demonstração das múltiplas maneiras como isso ocorre situa-se entre as mais importantes contribuições de Garfinkel e de Goffman. Assim, o contexto liga os componentes mais íntimos e detalhados da intera-

ção às propriedades muito mais amplas da institucionalização da vida social.

Modos de regionalização

A "regionalização" deve ser entendida não meramente como localização no espaço, mas como referente ao zoneamento do tempo-espaço em relação às práticas sociais rotinizadas. Assim, uma casa particular é um local que constitui uma "estação" para um vasto conjunto de interações no decorrer de um dia típico. Nas sociedades contemporâneas, as casas estão regionalizadas em andares, corredores e cômodos (salas e quartos). Mas os vários cômodos da casa estão zoneados de modo diferente no tempo e no espaço. Os cômodos do andar térreo são caracteristicamente mais usados nas horas do período diurno, ao passo que os quartos de dormir são para onde os indivíduos se "retiram" à noite. A divisão entre dia e noite, em todas as sociedades, costumava ser talvez a mais fundamental demarcação de zonas entre a intensidade da vida social e sua descontração – ordenada também, obviamente, pela necessidade do organismo humano de períodos regulares de sono. O período noturno era uma "fronteira" de atividade social tão demarcada quanto qualquer fronteira espacial terá alguma vez sido. Continua sendo, por assim dizer, uma fronteira que só está esparsamente estabelecida. Mas a invenção de modos poderosos e regularizados de iluminação artificial ampliou notavelmente as potencialidades de cenários de interação durante o período noturno. Como assinalou um observador:

A última grande fronteira da imigração humana está ocorrendo no tempo: uma ampliação da atividade vígil do começo ao fim das 24 horas do dia. Há mais trabalho fabril com múltiplos turnos, mais cobertura policial, mais uso do telefone a qualquer hora do dia ou da noite. Há mais hospitais, farmácias, vôos de avião, motéis, restaurantes "abertos 24 horas", postos de gasolina, oficinas mecânicas, serviços de locação de automóveis, boliches e emissoras de rádio em atividade permanente. Há mais servi-

ços de emergência incessantemente disponíveis, como guinchos de automóveis, chaveiros, juizes de turno para arbitrar fianças, linhas diretas para assistência a drogados, envenenados e suicidas. Embora diferentes indivíduos participem nesses eventos em turnos, as organizações envolvidas estão continuamente ativas.¹⁵

O estudo de Zerubavel da organização de tempo de um hospital moderno, onde o zoneamento é rigorosamente controlado, é pertinente neste ponto. A maioria dos serviços de assistência médica no hospital que ele estudou é executada por pessoal de enfermagem em regime rotativo. A maioria dos enfermeiros trabalha por períodos fixos em alas diferentes, percorrendo sucessivamente os diversos setores hospitalares, e sendo também escalados para trabalhar em turnos diurnos e noturnos alternados. O ciclo de movimento entre enfermarias coincide com o ciclo de trabalho entre dia e noite, de modo que quando alguém muda de plantão, muda também para outro setor. A programação dessas atividades é complexa e detalhada. Enquanto o trabalho do pessoal de enfermagem é regulado em períodos padronizados de quatro semanas, o rodízio de internos e residentes é variável. Os rodízios das enfermeiras começam sempre no mesmo dia da semana, e como são de 28 dias, não coincidem com meses do calendário. As atividades das equipes de auxiliares, por outro lado, são organizadas em função dos meses do calendário e, portanto, principiam em diferentes dias da semana.

As zonas semanais e diárias também são meticulosamente colocadas em categorias. Muitas rotinas ocorrem a intervalos precisos de sete dias, especialmente as que envolvem pessoal de enfermagem. As "folgas" das enfermeiras também são calculadas contra uma tabela semanal. Elas podem ser distribuídas em vários segmentos tomados separadamente, mas cada um destes tem de ser um múltiplo de sete dias, começando num domingo e terminando num sábado, a fim de se coordenar com a rotatividade das atividades de trabalho. Entretanto, os "dias da semana" não são idênticos aos dias do "fim de semana" porque, embora funcionando numa base contínua, muitos tipos de serviço são reduzidos no hospital durante o final da semana.

Como os laboratórios estão fechados, por exemplo, o pessoal do hospital sabe que não pode obter alguns tipos de análises. Procura-se admitir o menor número possível de pacientes e evita-se iniciar novos programas de tratamento para os internados existentes, nos fins de semana. Sábados e domingos são geralmente dias “sossegados”; a segunda-feira é o mais atarefado. No dia-a-dia da vida hospitalar, a alternância de “dia” e “noite” assemelha-se à divisão da semana em dias da semana e fim de semana. Como o autor assinala, devido ao fato de que trabalhar à noite ainda é considerado incomum e requer um esforço excepcional, o termo usado para lhe fazer referência é *night duty*. Não existe o termo correspondente *day duty*¹⁶.

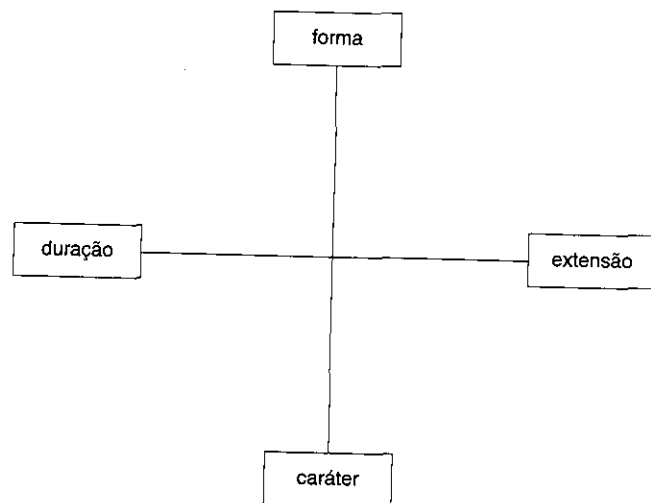


Figura 7

Uma classificação útil dos modos de regionalização poderá ser oferecida pela Figura 7. Entendo por “forma” de regionalização a forma das fronteiras que definem a região. Na maioria dos locais, as fronteiras que separam regiões têm indicadores físicos ou simbólicos. Em contextos de co-presença, esses

indicadores podem permitir que regiões adjacentes sejam permeadas por um maior ou menor número de características de “presença”. Como foi mencionado, em reuniões sociais a regionalização de encontros é usualmente indicada apenas pela postura e posicionamento do corpo, pelo tom da voz etc. Em muitas dessas reuniões, como episódios regionalmente circunscritos, os encontros podem ser quase todos de duração muito curta. Paredes entre quartos, por outro lado, podem demarcar a regionalização de tal modo que nenhum dos meios ordinários de co-presença pode penetrar. É claro que onde as paredes são finas podem ocorrer várias espécies de interrupções ou embaraços ao fechamento de encontros. Ariès, Elias e outros apontaram as maneiras como a diferenciação interna das casas da grande massa da população, desde o século XVIII, estiveram inter-relacionadas com aspectos em mudança da vida familiar e da sexualidade¹⁷. Antes daquele século, as casas dos pobres, na Europa ocidental, tinham freqüentemente um único cômodo, quando muito dois, nos quais eram vistos vários arranjos para uso comum, inclusive para dormir. As imponentes casas da aristocracia tinham numerosos salões e quartos, mas estes habitualmente eram ligados diretamente, sem os corredores que, nas casas modernas, permitem tipos de privacidade difíceis de obter outrora em todas as classes da sociedade.

A regionalização pode incorporar zonas de grande variação em extensão e escala. Regiões de grande extensão são aquelas que se dilatam amplamente no espaço e profundamente no tempo. É claro, a interseção de “extensões” de espaço e tempo pode variar, mas as regiões de considerável extensão tendem necessariamente a depender de um alto grau de institucionalização. Todas as regiões, tal como são aqui definidas, envolvem extensão tanto no tempo quanto no espaço. Por vezes, “região” pode ser usada em geografia para referir-se a uma área fisicamente demarcada num mapa das características físicas do meio ambiente material. Não é esse o significado que atribuo ao termo, o qual, conforme usado aqui, envolve sempre a conotação da estruturação da conduta social através do tempo-espaço. Assim, existe um forte grau de diferenciação regional, em termos de relações de classe e de vários outros critérios sociais, entre o

Norte e o Sul na Grã-Bretanha. O Norte não é apenas uma área geograficamente delimitada, mas também uma área dotada de traços sociais distintos e estabelecidos desde longa data. Por "caráter" de regionalização entendo os modos como a organização tempo-espço de locais é ordenada dentro de sistemas sociais mais abrangentes. Assim, em muitas sociedades, o "lar", o domicílio, foi o foco físico de relações de família e também de produção, esta levada a efeito ou em setores do próprio domicílio ou em hortas ou parcelas de terra de cultivo. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo moderno acarretou uma diferenciação entre o lar e o lugar de trabalho, diferenciação essa que teve consideráveis implicações para a organização global dos sistemas de produção e outras importantes características institucionais das sociedades contemporâneas.

Regiões da frente, regiões de trás

Um aspecto do caráter da regionalização é o nível de disponibilidade de presença (*presence-availability*) associada a formas específicas de local. A noção de "disponibilidade de presença" é um complemento essencial da de co-presença. O "estar junto" da co-presença requer meios pelos quais os atores sociais possam "juntar-se". O tempo-geografia de Hägerstrand chama nossa atenção para alguns dos fatores tipicamente envolvidos aqui. As comunidades de elevada disponibilidade de presença em *todas* as culturas, antes de apenas alguns séculos atrás, eram agrupamentos de indivíduos em estreita proximidade física. A corporalidade do agente, as limitações à mobilidade do corpo nas trajetórias da *durée* da atividade diária, juntamente com as propriedades físicas do espaço, asseguravam que isso assim fosse. Os meios de comunicação eram sempre idênticos aos de transporte. Mesmo com o uso de cavalos velozes, navios, marchas forçadas etc., a grande distância de espaço significava sempre longa distância de tempo. A mecanização do transporte foi o principal fator que levou às formas espetaculares de convergência tempo-espço apontada

anteriormente como característica da era moderna. Mas a separação mais radical de relevância na história moderna (cujas implicações estão hoje muito longe de estar esgotadas) foi a que ocorreu entre os meios de comunicação, graças ao desenvolvimento dos sinais eletrônicos, e os meios de transporte, tendo estes últimos envolvido sempre, de uma forma ou de outra, a mobilidade do corpo humano. A invenção do telégrafo eletromagnético por Morse marca uma transição tão distintiva no desenvolvimento cultural humano quanto a roda ou qualquer outra inovação técnica.

Os diferentes aspectos da regionalização de locais acima indicados configuram de várias maneiras a natureza da disponibilidade de presença. Assim, os cômodos de uma casa podem assegurar a manutenção de encontros em diferentes partes do edifício sem intromissões mútuas, propiciando uma simetria particular, talvez, com as rotinas do dia para aqueles que as desempenham. Mas a vida em estreita proximidade dentro da casa também significa, obviamente, elevada disponibilidade de presença: a co-presença é obtida e mantida com muita facilidade. Prisões e manicômios são freqüentemente associados à continuidade forçada de co-presença entre indivíduos que não estão normalmente acostumados a tais rotinas de vida cotidiana. Os reclusos que compartilham a mesma cela raras vezes estarão livres da presença um do outro dia e noite. Por outro lado, o "poder disciplinar" das prisões, manicômios e outros tipos de "instituição total" baseia-se no rompimento da engrenagem de disponibilidade de presença nas rotinas de trajetórias diárias "de fora". Assim, aos mesmos reclusos que são forçados à co-presença contínua nega-se o acesso a encontros fáceis com outros grupos na prisão, muito embora esses outros possam estar fisicamente apenas do outro lado das paredes da cela. O "isolamento" forçado de presos em relação ao "mundo exterior", limitando as possibilidades de co-presença para os que se encontram dentro de um único local, é, evidentemente, uma característica definidora de uma "instituição total".

A importância da regionalização para a estruturação de sistemas sociais pode ser ainda mais salientada se observarmos como o zoneamento é realizado em diferentes cenários. "Face"

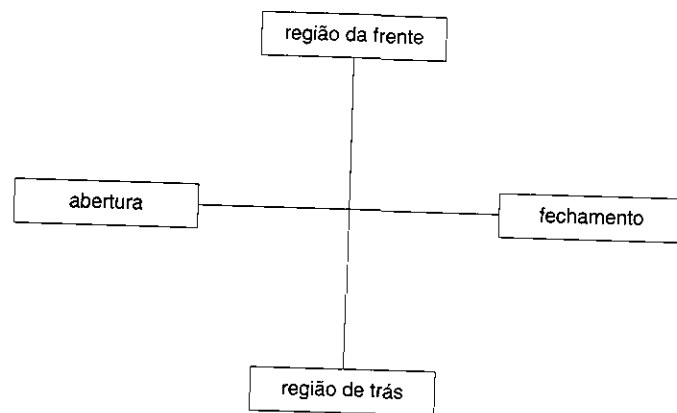


Figura 8

e “frente” estão relacionadas, antes de mais nada, com o posicionamento do corpo em encontros. A regionalização do corpo, tão importante para a psicanálise – a qual, na frase de Lacan, explora “aberturas na superfície” do corpo –, tem uma contrapartida espacial na regionalização dos contextos de interação. A regionalização encerra zonas de tempo-espço, permitindo esse fechamento que sejam mantidas relações distintivas entre as regiões “da frente” e “de trás”, as quais são empregadas pelos atores na organização da contextualidade da ação e da manutenção da segurança ontológica. O termo “fachada” ajuda, em algum ponto, a designar as conexões entre regiões da frente e de trás¹⁸. Sugere, porém, que os aspectos frontais da regionalização são inerentemente inautênticos e tudo o que é real ou substancial está escondido atrás da fachada. A discussão de Goffman sobre as regiões da frente e de trás também tende a apresentar a mesma implicação: tudo o que está “encoberto” expressa os sentimentos reais daqueles que desempenham um papel “de frente”. Embora, obviamente, possa ser com frequência esse o caso, penso que esbarramos aqui nas limitações do modelo dramatúrgico utilizado por Goffman, especialmente em seus primeiros escritos, e verificamos uma vez mais as conse-

quências da falta de uma interpretação geral da motivação das rotinas da vida cotidiana. Se os agentes fossem apenas atores num palco, escondendo seus verdadeiros eus atrás das máscaras que adotassem para a ocasião, o mundo social estaria, na verdade, em grande parte, vazio de substância. De fato, por que deveriam dar-se ao trabalho de dedicar a atenção que dedicam a tais *performances*? Os atores no teatro autêntico têm, afinal, uma motivação para impressionar as platéias com a qualidade de seus desempenhos, uma vez que, como profissionais, são especialistas nessas *performances*. Mas essa é uma situação muito particular, não uma que seja, de fato, típica da vida social. Considerá-la como tal é cometer o mesmo erro que o próprio Goffman identifica ao analisar a fala. A “fala sem erros” do locutor de telejornal é excepcional e está vinculada à suposta destreza de alguém que se especializa na produção de fala fluente; na maioria dos contextos da vida cotidiana, os agentes não estão motivados para produzir esse tipo de fala.

A manutenção da segurança ontológica não poderia ser conseguida se as regiões frontais não fossem mais do que fachadas. Toda a vida social seria, no dizer de Sullivan, uma busca desesperada de montar “operações de segurança” que recuperam um sentido de auto-estima na encenação de rotinas. Aqueles que *sentem* dessa maneira exibem, de forma característica, moldes de ansiedade de um tipo extremo. É precisamente porque existe, em geral, um profundo, embora generalizado, envolvimento afetivo nas rotinas da vida cotidiana, que os atores (agentes) não se sentem ordinariamente atores (artistas), apesar da semelhança terminológica entre esses termos. O teatro pode desafiar a vida social por sua própria imitação em pantomima. É presumivelmente isso o que Artaud quis dar a entender ao dizer: “O verdadeiro teatro sempre me pareceu o exercício de um terrível e perigoso ato, no qual, ademais, está erradicada a idéia de teatro e de *performance* [...]”¹⁹. Considere-se também a discussão que Laing faz sobre o histórico:

A menos que a pessoa esteja deprimida, são os outros que se queixam de sua falta de autenticidade ou sinceridade. É considerado patognomônico da estratégia característica do histórico que

suas ações sejam falsas, histriônicas, teatralizadas. Por outro lado, o histérico insiste com frequência em que seus sentimentos são reais e sinceros. Somos nós que os achamos irrealis. É o histérico quem insiste na seriedade de sua intenção de suicidar-se, enquanto nós falamos de um mero "gesto" suicida sem conseqüências. Ele queixa-se de sentir-se despedaçado. E é justamente na medida em que não o sentimos despedaçado, mas simulando ou dando a entender isso, que nós o designamos histérico. [...]²⁰

Assim, a diferenciação entre regiões da frente e de trás não coincide, em absoluto, com a divisão entre o fechamento (encobrimento, ocultação) de aspectos do *self* e sua abertura (revelação, divulgação). Esses dois eixos da regionalização operam num complicado nexo de possíveis relações entre significado, normas e poder. As regiões de trás formam claramente, com frequência, um significativo recurso que tanto os poderosos quanto os menos poderosos podem utilizar reflexivamente para manter um distanciamento psicológico entre suas próprias interpretações dos processos sociais e as prescritas por normas "oficiais". Tais circunstâncias são suscetíveis de se aproximarem consideravelmente daquelas em que os indivíduos sentem estar representando papéis em que realmente não "acreditam". Mas é importante separar dois tipos de situação em que isso pode subsistir, porque apenas uma delas se aproxima bastante da metáfora teatral. Em todas as sociedades existem ocasiões sociais que envolvem formas rituais de conduta e expressão oral, nas quais são fortes as sanções normativas que regulam o "desempenho correto". Esses episódios são de ordinário regionalmente separados do resto da vida social e diferem desta especificamente por requererem homologia de desempenho de ocasião para ocasião. Parece que, especialmente nessas circunstâncias, os indivíduos são passíveis de sentir que estão "desempenhando papéis" nos quais o *self* está apenas marginalmente envolvido. Nesse caso, há grande probabilidade de que ocorra tensão no estilo e continuidade do desempenho, e o estilo pode ser muito mais acentuado do que na maior parte da atividade social cotidiana.

Abertura e *self*

As regiões de trás envolvidas em ocasiões sociais ritualizadas talvez se assemelhem muito, com frequência, aos "bastidores" de um teatro ou às atividades *off-camera* das produções cinematográficas e televisivas. Mas esses bastidores podem muito bem ser o "proscênio" no que se refere à extensão das rotinas comuns da vida social e às convenções sociais ordinárias. Pois esses tipos de ocasião envolvem desempenhos fixos para públicos, embora não haja a necessária implicação de que os que estão nas regiões de trás sejam capazes de moderar as usuais cortesias de tato ou "reparação". O nível de fechamento entre regiões da frente e de trás é, entretanto, provavelmente muito elevado, já que ele implica, muitas vezes, que quanto mais ritualizada for a ocasião, mais terá de ser apresentada como um conjunto autônomo de eventos, no qual os acessórios dos bastidores são mantidos inteiramente fora das vistas do público ou dos observadores. É importante sublinhar que a distinção entre atividades "privadas" e "públicas" envolve muito mais do que se poderá depreender da natureza dessas categorias, que aparentemente se excluem umas às outras. As ocasiões rituais são, distintivamente, eventos prototipicamente públicos, envolvendo com frequência "figuras públicas". Mas seus bastidores não constituem uma "esfera privada": as principais figuras do evento talvez fiquem ainda menos à vontade quando, ao deixarem a arena cerimonial, se movimentarem entre seus inferiores, os indivíduos que estão meramente "nos bastidores".

As ocasiões rituais parecem, em sua maior parte, nitidamente diferentes da gama de circunstâncias nas quais as regiões de trás são zonas onde os agentes recuperam formas de autonomia que são comprometidas ou tratadas em contextos frontais. São freqüentemente situações em que são impostas sanções aos atores cujo compromisso com aquelas normas é marginal ou inexistente. As formas de fechamento e abertura que permitem aos agentes desviarem-se dessas normas, ou desrespeitá-las, são importantes características da dialética de controle em situações que envolvem vigilância. Conforme sublinhei em outra

parte, a vigilância liga dois fenômenos afins: o cotejo de informação usada para coordenar atividades sociais de subordinados e a supervisão direta da conduta desses subordinados. Em cada um desses aspectos, o advento do Estado moderno, com sua infra-estrutura capitalista-industrial, distinguiu-se por uma vasta expansão da vigilância²¹. Ora, por sua própria natureza, a "vigilância" envolve abertura, tornar visível. A acumulação de informação revela os padrões de atividade daqueles aos quais essa informação se refere, e a supervisão direta mantém abertamente tal atividade sob observação a fim de a controlar. A minimização ou manipulação de condições de abertura está, pois, de ordinário, nos interesses daqueles cujo comportamento está sujeito à vigilância – cuja extensão depende do grau de desinteresse ou nocividade que há no que esses indivíduos são chamados a fazer em tais cenários.

As regiões de trás em, digamos, cenários de seções fabris incluem "recantos acessórios" – cantinas, banheiros, etc. –, assim como as intrincadas zonas de deslocamento do contato com supervisores, que os operários podem conseguir mediante movimentos e posturas corporais. As descrições do uso de tal zoneamento a fim de controlar acessórios do cenário (e assim sustentar moldes de autonomia nas relações de poder) são inúmeras na literatura da sociologia industrial. Por exemplo, aqui está um operário falando a respeito de um incidente característico numa fábrica de automóveis:

Eu estava trabalhando em um dos lados do carro, e a tampa do porta-malas fechou de repente, provocando apenas escoriações na cabeça do colega que trabalhava à minha frente. É como se estivesse vendo agora a cena. Ele parou de trabalhar e olhou à sua volta para ver se alguém o estava observando. Eu fingi não estar olhando para ele... e ele então agarrou a cabeça. A gente podia ver o que o camarada estava pensando: "Bom, vou cair fora e descansar um pouco de tudo isto." Cambaleou e pude vê-lo olhando à sua volta. Você sabe como é aquilo na seção de pintura. É tinta por tudo quanto é lado. Ele não era trouxe para cair no meio da tinta... de modo que foi cambaleando mais uns dez metros até cair com um gemido sobre alguns fardos. Tudo aqui-

lo era divertido à beça. Um dos colegas viu o cara cair e parou a linha. O supervisor veio correndo. "Quem mandou parar a linha?" Pôs a linha em funcionamento de novo e tivemos de trabalhar. Com menos um. Levaram um tempão para tirar o cara dali. Não conseguiam fazer a maca chegar até onde ele estava. Mais de meia hora se passou antes de o apanharem. Ali estava ele estirado ao comprido, abrindo vez por outra um olho para espiar rapidamente à sua volta: "O que é que está acontecendo?"²²

As atitudes derogatórias para com os indivíduos investidos de autoridade são, é claro, extremamente comuns em tais situações. Entretanto, o incidente acima descrito sublinha o fato de que uma ação maliciosa desse tipo nem sempre está confinada à região de trás, a atividades realizadas longe da presença daqueles que são os alvos.

O zoneamento regional de atividades em muitos contextos desse gênero relaciona-se estreitamente com a serialidade dos encontros no tempo-espço. Mas, repetimos, não converge claramente com uma divisão entre atividade privada e atividade pública. O operário não fez a menor tentativa de esconder de seus colegas que o ato de simulação de acidente grave tinha por objetivo escapar temporariamente às pressões da linha de montagem. Tais diferenciações frente/atrás – as quais ocorrem comumente em circunstâncias de acentuados desequilíbrios de poder – podem distinguir-se, em geral, daquelas em que as convenções situacionais da interação estão enfraquecidas ou se permite que degenerem. Essas são as situações em que a frente, os detalhes de controle corporal e alguns procedimentos de "reparação" da solicitude para com os outros podem ser todos relaxados. Pelo menos uma conotação de "privacidade" é o isolamento regional de um indivíduo – ou de indivíduos, pois a privacidade não parece implicar inevitavelmente a solidão – das exigências ordinárias da monitoração de ação e gesto, mediante o qual a expressão de tipos "infantis" de conduta pode ocorrer. O zoneamento do corpo parece estar associado na maioria das sociedades (em todas?) ao de atividades no tempo-espço nas trajetórias do dia dentro de determinados locais. Assim, o ato de comer ocorre geralmente em cenários definidos em tem-

pos definidos, e também é “público” no sentido estrito de envolver reuniões de membros da família, amigos, colegas de trabalho etc. Vestir-se ou enfeitar-se pode não ser universalmente tratado como atividade “privada”, mas pelo menos na maioria das culturas assim parece ser considerado. Apesar das afirmações de Elias de que a atividade sexual era realizada abertamente na Europa medieval²³, a sexualidade genital parece estar zoneada em todos os lugares como um fenômeno da região de trás, com muitas variações, é claro, em moldes de comportamento público e privado interseccionados.

É razoável supor que as interseções entre regionalização e as expressões de cuidado corporal estão vinculadas intrinsecamente à manutenção do sistema de segurança básica. As regiões de trás, que permitem ao indivíduo o isolamento completo da presença de outros, podem ser menos importantes do que aquelas que permitem a expressão do “comportamento regressivo” em situações de co-presença. Essas regiões podem permitir

irreverência, comentários sexuais abertos, formas elaboradas de molestar, [...] vestuário informal e chocante, postura relaxada em pé ou sentado, uso de linguagem dialetal ou de calão, resmungar e gritar, agressividade jocosa e zombaria infantil, falta de respeito pelo outro em atos secundários mas potencialmente simbólicos, auto-envolvimentos físicos banais, como sussurrar, assobiar, mascar, morder, arrotar e flatulências²⁴.

Longe de representar uma diminuição de crédito, esses tipos de comportamento poderão ajudar a reforçar a confiança básica na presença de íntimos, construída originalmente em relação às figuras parentais. Eles são marcados não só pela espécie de surto de ansiedade provocado por situações críticas, mas também pelo inverso – a dissipação de tensões resultantes das exigências de rígido controle corporal e gestual em outras esferas da vida cotidiana.

Regionalização genérica

As diferenciações entre fechamento e abertura, regiões da frente e de trás, aplicam-se a grandes períodos de tempo-espaço, não só nos contextos de co-presença. Evidentemente, é improvável que sejam reflexivamente monitorados de forma direta por aqueles a quem afetam, embora isso possa acontecer. A regionalização dentro de áreas urbanas, em sociedades contemporâneas, tem sido bastante estudada desde o trabalho pioneiro dos sociólogos Park e Burgess, de Chicago. Na maioria das sociedades ocidentais, o zoneamento das cidades em bairros com características sociais acentuadamente diferentes é fortemente influenciado pela operação dos mercados imobiliários e pelas separações entre moradias de propriedade individual e setores habitacionais controlados pelo Estado. Os bairros podem não ser tão simetricamente zoneados quanto sugeriram alguns dos analistas urbanos “ecológicos”, mas sua distribuição tem a consequência de criar vários tipos de contrastes frente/atrás. As áreas industriais, nas cidades setentrionais da Inglaterra, foram outrora as configurações mais visíveis do ambiente construído – por assim dizer, fábricas e usinas orgulhosamente exibidas. Mas a tendência do planejamento urbano, em anos recentes, tem sido a de encarar essas áreas como desagradáveis à vista, como regiões de trás a serem escondidas em enclaves fechados ou transferidas para os arredores das cidades. Os exemplos podem ser facilmente multiplicados. O acesso daqueles que vivem em setores mais prósperos dos mercados imobiliários à transferência relativamente fácil de propriedade está subentendido na “fuga para os subúrbios”, convertendo os centros das cidades de regiões de exibição frontal em regiões de trás, caracterizadas pela decadência urbana, evitadas pelas “classes respeitáveis”. É possível tornar “invisíveis” as áreas de gueto por seu fechamento regional em bairros de taxas muito baixas de transferência de propriedade e de mobilidade diária para dentro e para fora. Como sempre, vários tipos de fenômenos tempo-série estão subentendidos em tal regionalização espacial.

A regionalização através de grandes extensões de tempo-espaco tem sido analisada por numerosos autores em termos de noções familiares, como “desenvolvimento desigual”, e de distinções entre “centro” (ou “núcleo”) e “periferia”. Essas noções, entretanto, podem ser aplicadas a toda a gama dos cenários de locais, dos grandes aos pequenos. Em vez de examinar aqui o tema do desenvolvimento desigual, farei a diferenciação de centro e periferia relacionando-a com a inserção no tempo. Se a economia mundial e as cidades têm seus centros, isso também ocorre com as trajetórias diárias de atores individuais. Em sociedades modernas, pelo menos para a maioria dos indivíduos do sexo masculino, o lar e o local de trabalho formam os dois principais centros em que as atividades do dia tendem a estar concentradas. Os locais também tendem a estar regionalmente centrados. Alguns cômodos numa casa, como os quartos para hóspedes, por exemplo, podem ser usados apenas “periféricamente”.

As distinções centro/periferia tendem com frequência a ser associadas à continuidade do tempo²⁵. Aqueles que ocupam centros “estabelecem-se” como tendo controles sobre recursos que lhes permitem manter diferenciações entre eles próprios e os que estão nas regiões periféricas. Os estabelecidos podem empregar várias formas de fechamento social²⁶ para manter a

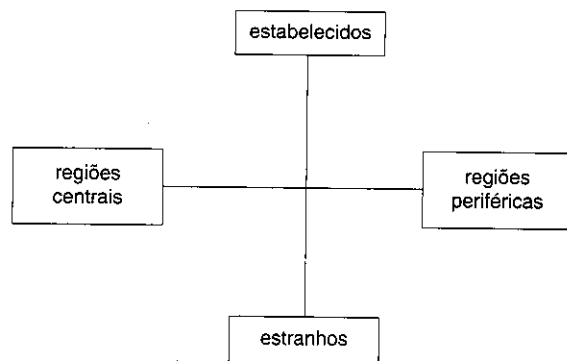


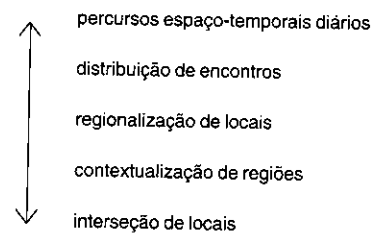
Figura 9

distância de outros que são efetivamente tratados como inferiores ou “estranhos”.

As nações industriais “estabelecidas” do “núcleo” ocidental mantêm uma posição central na economia mundial, com base em sua precedência temporal sobre as sociedades “menos desenvolvidas”. A regionalização geopolítica do sistema mundial pode ser cambiável – com, por exemplo, as transferências de centros de produção manufatureira para zonas outrora periféricas no Oriente –, mas o fator de prioridade no tempo influenciou até agora de forma decisiva a preeminência no espaço. Em nações-Estados, a regionalização centro/periferia parece estar associada em toda parte à existência de “estabelecimentos” que se situam no núcleo da estruturação das classes dominantes²⁷. Obviamente, existe uma variedade de relações complexas envolvidas nesses fenômenos, e eu ofereço esses exemplos como puramente ilustrativos.

Tempo, espaço, contexto

Permitam-me a esta altura oferecer um resumo dos principais pontos tratados até aqui neste capítulo. Estivemos focalizados na *contextualidade* da vida social e das instituições sociais. Toda a vida social ocorre em – e é constituída por – interseções de presença e ausência no “escoamento” do tempo e na “transformação gradual” do espaço. As propriedades físicas do corpo e os *milieux* nos quais ele se movimenta inevitavelmente conferem à vida social um caráter serial, e limitam os modos de acesso a outros “ausentes” através do espaço. O tempo-geografia fornece um importante modo de notação da interseção de trajetórias tempo-espaco na atividade do dia-a-dia. Mas ele precisa ser inserido numa teorização mais adequada tanto do agente quanto da organização dos cenários de interação. Ao propor as idéias de local e de regionalização, quero formular um esquema de conceitos que ajudem a classificar a contextualidade como inerentemente envolvida na conexão de integração social e de sistema²⁸.



As técnicas gráficas desenvolvidas em tempo-geografia já provaram sua fecundidade em muitas áreas de pesquisa. Não existe razão alguma para que aqueles que trabalham numa gama de campos nas ciências sociais não adotem e adaptem o método de notação de Hägerstrand. Mas as limitações de tempo-geografia, como indicamos acima, também devem certamente ser levadas em conta. Além disso, o “tempo marcado pelo relógio” não deve ser aceito simplesmente como uma dimensão indiscutível da construção de modelos topográficos, mas ser ele próprio considerado uma influência socialmente condicionada sobre a natureza das trajetórias de tempo-espaço percorridas por atores em sociedades modernas. Essa questão talvez pareça ser uma banalidade, mas realmente está muito longe de o ser. O que se coloca não são apenas diferentes meios de calcular e medir o tempo, mas formas divergentes da estruturação das atividades diárias.

Considere-se, por exemplo, o amplamente conhecido estudo de Bourdieu do tempo e da medição do tempo em Cabília. Nessa região, considera-se que o ano corre do outono para o verão e o dia das primeiras horas da noite para o meio-dia. Esse esquema expressa, porém, uma concepção de tempo como eterna recorrência, o que, por sua vez, é parte da composição básica das atividades do dia-a-dia. A noite é, simbolicamente, um tempo de morte, marcado por tabus regulares – contra tomar banho, entrar em contato com extensões de água, olhar num espelho, untar os cabelos ou tocar em cinzas²⁹. A manhã não é apenas o “romper do dia”, mas um triunfo na luta entre o dia e a noite: estar “na manhã” é estar aberto para a luz, para os bene-

fícios que lhe estão associados. A “abertura” do dia é, pois, um tempo para sair, quando as pessoas deixam suas casas a fim de trabalhar nos campos. Levantar cedo significa colocar-se sob auspícios favoráveis, “honrar os anjos”. Não significa apenas uma transição no tempo, mas também uma regularização de eventos e práticas. Não obstante, o potencial criativo do dia deve ser fomentado pela magia, ou outras forças malignas podem intervir, sobretudo após o zênite da ascensão do sol, já que, depois disso, o dia entra em declínio, assinalando o retorno iminente da decadência e deterioração da noite, “o paradigma de todas as formas de declínio”³⁰.

Com esse exemplo em mente, permitam-me desenvolver algumas das principais noções consideradas neste capítulo, adotando como ilustração a escolaridade em sociedades contemporâneas. Não há dúvida de que o mapeamento dos padrões de tempo-espaço obedecido por alunos, professores e pessoal administrativo numa escola é um recurso topológico útil com o qual começar o estudo dessa escola. Contudo, em vez de usar as formas exatas de representação formuladas por Hägerstrand e seus colaboradores, proponho enfatizar o “tempo reversível” da conduta rotineira cotidiana. Hägerstrand retrata habitualmente as trajetórias tempo-espaço como tendo um movimento “linear” ao longo do dia. Mas uma representação mais apurada do caráter repetitivo da vida social cotidiana será fornecida se considerarmos que a maioria dos trajetos de espaço-tempo diários envolvem um “retorno”. Em vez de se adotar a forma da Figura 10a, poderíamos tomar como exemplar a da Figura 10b.

A Figura 10a é do tipo preferido por Hägerstrand, no qual olhamos o tempo-espaço “lateralmente” e a seta do “tempo” traça uma sequência temporal específica (geralmente equivalente ao dia de trabalho). Proponho que não se abandone esse tipo de notação, mas que seja complementado – conceptualmente, por certo, se não figurativamente – com a Figura 10b, na qual olhamos, por assim dizer, “de cima para baixo” em vez de lateralmente. As linhas marcadas com as setas referem-se ao montante de tempo, medido cronologicamente, consumido no movimento entre “estações”, no decorrer de um determina-

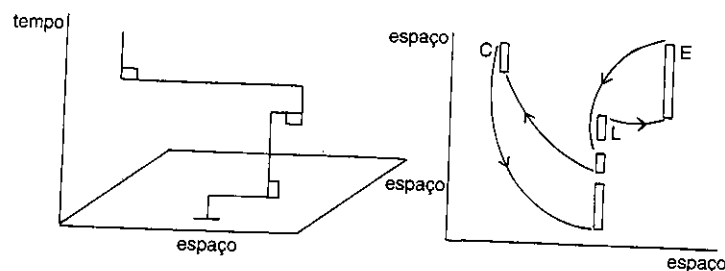


Figura 10a

Figura 10b

do dia, por um indivíduo típico; o grau de alongamento dos blocos indica quanto tempo é consumido num local específico. Assim, o dia de uma criança durante o ano letivo assemelha-se ao esquema indicado no diagrama. A criança pode passar três períodos distintos no lar (L) – dormindo aí, desde a noite até de manhã cedo, aí regressando depois da escola (E), no fim da tarde, e regressando aí de novo após ter ido ao cinema (C), no começo da noite. Alguns aspectos do dia da criança são, sem dúvida, marcadamente rotinizados (a viagem de ida e volta da escola), ao passo que outros (ida ao cinema), não tanto. Os tipos de atividades mais rotinizados podem ser representados como um perfil de trajetos tempo-espaço inseridos em tempo reversível.

Nos termos de Hägerstrand, uma escola é uma “estação” situada nos percursos convergentes traçados por grupos de indivíduos no decorrer do dia. Ele está certo ao sublinhar que as condições que possibilitam aos indivíduos reunirem-se num único local não podem ser aceitas como cabais, mas precisam ser examinadas diretamente. Mas um local é, evidentemente, mais do que um mero ponto de parada. A tendência das “estações” é de serem caixas-pretas, por assim dizer, no tempo-geografia, porque o principal foco recai sobre o movimento entre elas. A escola, vista como um tipo de organização social, concentrada num local de características físicas definidas, tem características que podem ser entendidas em função de três

aspectos básicos: a distribuição de encontros através do tempo e do espaço ocorrendo dentro dela, a regionalização interna que exhibe e a contextualidade das regiões assim identificadas.

As escolas modernas são organizações disciplinares, e seus traços burocráticos claramente influenciam e são influenciados pelas regiões que elas contêm. Como todas as formas de organização disciplinar, elas funcionam dentro de fronteiras fechadas, estando seus limites físicos claramente separados da interação cotidiana que se desenrola do lado de fora. Uma escola é um “recipiente”, que gera poder disciplinar. A natureza fechada da vida escolar possibilita uma estrita coordenação dos encontros seriais em que os escolares estão envolvidos. Os segmentos de tempo consumidos pelas crianças em seu interior estão espacial e temporalmente fechados por completo a encontros exteriores potencialmente importunos. Mas isso também é verdade, pelo menos habitualmente, com relação às divisões entre diferentes classes. As escolas estão internamente compartimentadas. Pode haver nelas algumas áreas, e alguns momentos, em que tendem a ocorrer formas heterogêneas ou imprecisas de interação – por exemplo, no início e no final de uma aula. Mas, na maior parte, a distribuição dos encontros contrasta de maneira notória com a dos setores da vida social em que a regulação normativa de atividade é mais solta. A distribuição espacial disciplinar faz parte do caráter arquitetural das escolas, tanto na separação das salas de aula quanto nos intervalos regulares entre as carteiras que freqüentemente se verificam dentro delas. Não há dúvida de que divisões espaciais desse gênero facilitam a especificação e a alocação rotinizada de tarefas.

O horário escolar é fundamental para a mobilização de espaço como trajetos espaço-temporais coordenados. Os administradores escolares não enfrentam normalmente os mesmos problemas de “acondicionamento” de seus congêneres em hospitais. Mas, como todas as organizações disciplinares, as escolas operam com uma economia precisa de tempo. É certamente correto apontar as origens da disciplina escolar, em parte, na regulação de tempo e espaço possibilitada por uma transição generalizada para o “tempo cronométrico”. A questão não está

em que o uso geral de relógios facilita as divisões exatas do dia, mas, isso sim, em que o tempo entra nas atribuições de cálculo da autoridade administrativa.

As características contextuais das salas de aula, enquanto principais "áreas de aplicação" do poder disciplinar, variam muito, obviamente. Mas em formas mais rígidas de distribuição espacial, a especificação de posicionamento do corpo, movimentação e gestos, está geralmente organizada com precisão. O posicionamento espacial de professor e alunos, no contexto de uma sala de aula, é muito diferente do da maioria das outras situações em que ocorrem envolvimento face a face. Com efeito, ele denota que haveria um colapso do controle do professor se assim não fosse. As aparentes minúcias de postura e mobilidade corporal para as quais Goffman chama a atenção estão, uma vez mais, longe de ser incidentais neste caso.

A sala de aula, tal como a escola, é um "recipiente de poder", mas não um que meramente produza "corpos dóceis" em grande quantidade. Os contextos de co-presença, conforme já enfatizei, podem ser descritos como cenários, e estes têm de ser reflexivamente ativados por figuras de autoridade no processo de fazer com que essa autoridade conte. A disciplina através da vigilância constitui um veículo importante para gerar o poder; não obstante, ela depende de uma complacência mais ou menos contínua daqueles que são seus "súditos". A obtenção dessa complacência é, em si mesma, um cometimento frágil e contingente, como todo professor sabe. O contexto disciplinar da sala de aula não é apenas um "pano de fundo" para o que se desenrola na classe; está mobilizado dentro da dialética de controle. Uma classe escolar é um envolvimento face a face que tem de ser reflexivamente administrado, como qualquer outro.

Considere-se o seguinte fragmento de interação, descrito e discutido por Pollard:

Soa a campainha das nove horas; cerca de meia classe está presente, a maioria lendo livros. O professor entra com passos firmes: "Bom dia... ah, excelente, já retiraram os livros." O professor senta-se à sua mesa, acomoda-se, retira a lista de presenças. Nesse meio tempo, a maior parte das outras crianças entrou na

sala. As que chegaram por último conversam, trocam figurinhas de futebolistas, olham ocasionalmente de soslaio para o professor.

PROFESSOR: – Muito bem, vamos fazer a chamada. Apressem-se e tratem de sentar-se, vocês, maníacos do futebol... Já sei que o Manchester United voltou a perder.

TORCEDORES DO MANCHESTER UNITED: – Ah, sim? Mas eles ainda são melhores do que o Liverpool.

PROFESSOR (*tom sarcástico na voz*): – Realmente? Deve ser todo o espinafre que eles não comem. Bom... Martin... Doreen... Alan... Mark (*faz a chamada e as crianças vão respondendo*).

Uma criança chega atrasada, expressão cabisbaixa, e caminha para o seu lugar.

As outras olham para ela e riem.

CRIANÇA: – Ei, Duncan, o que é que está fazendo?

PROFESSOR: – Duncan, venha até aqui. Você está atrasado de novo; três minutos de atraso para ser exato. Por quê?

DUNCAN: – Desculpe, senhor.

PROFESSOR: – Eu perguntei "Por quê?"

DUNCAN: – Adormeci.

PROFESSOR: – Bem, e agora, está acordado?

(*As outras crianças riem*).

DUNCAN: – Estou, sim senhor.

PROFESSOR: – Nesse caso, ficará mais três minutos depois das quatro, e espero que não adormeça outra vez depois disso.

Mais risos. Duncan senta-se. O professor termina a chamada³¹.

O que é que está acontecendo neste caso? Temos de reconhecer, como o professor, que a chamada reveste-se de um significado particular para a ordenação das atividades do dia. É um indicador que assinala a abertura dos parênteses num encontro e a primeira salva disparada numa batalha diariamente travada entre professor e aluno. Aquele reconhece ser essa a primeira ocasião para testar o estado de ânimo das crianças, e estas fazem o mesmo a respeito dele. A manutenção do controle de direção pelo professor depende de se assegurar que as crianças assumiram as rotinas envolvidas no cenário da sala de aula. Espera-se que as crianças, ao entrarem pela manhã, sentem-se nos lugares que lhes foram designados, retirem de suas

bolsas os livros de leitura e os coloquem sobre os tampos das carteiras, e respondam à chamada. Pollard interpreta os gracejos e provocações do professor como uma performance frontal, com a qual pretende fixar o tom do dia como de trabalho cooperativo. Entretanto, essa estratégia tem seus riscos, como é indicada pela resposta à entrada tardia de uma das crianças. Um outro sente-se capaz de "mexer" com o retardatário. O professor reconhece imediatamente ser esse o primeiro teste do dia, com respeito ao qual sua autoridade superior deve ser demonstrada. A reprimenda a Duncan em tom bem-humorado mescla um apelo com a firmeza, uma tática que os risos das crianças provaram ser bem-sucedida. Assim, os acontecimentos do dia tiveram seu prosseguimento. Se o professor tivesse sido mais abertamente disciplinador e punido com muito rigor o faltoso, a reação teria sido julgada severa demais pelo resto das crianças. Então, o resultado poderia ter sido uma escalada de ameaça e punição menos eficaz do que o "pacto de esforços" que professor e alunos concluíram implicitamente como parte de uma atmosfera de maior cooperação.

A própria natureza das salas de aula, nas quais a maioria das coisas que professores e alunos fazem são visíveis a uns e outros, indica que as regiões de trás possuem geralmente uma forte definição temporal e espacial. Para crianças, elas situam-se algures, ao longo das estreitas fronteiras temporais entre classes, quer estas envolvam ou não o movimento físico de uma sala de aula para outra. Embora o peso da disciplina normalmente recaia sobretudo sobre as crianças, ele é por vezes sentido de maneira mais opressiva pelos professores. Estes contam normalmente com uma região de trás para a qual podem retirar-se, a sala dos professores, na qual as crianças ordinariamente não entram. A sala dos professores é, sem dúvida, um lugar para desabafar e relaxar, mas, também, onde as táticas de ensino tendem a ser interminavelmente discutidas, formuladas e reformuladas.

É da natureza das organizações disciplinares que a intensidade da vigilância interna iniba o controle direto do exterior. Isso constitui um fenômeno que pode ser visto na regionaliza-

ção interna da escola e em sua situação de local dentro de outros locais. Dentro da escola, a concentração de autoridade disciplinar em salas de aula isoladas é a condição do alto nível de controle sobre o posicionamento corporal e a atividade que pode ser realizada. Mas essa circunstância também atua contra a supervisão direta do inspetor. O diretor está investido de "autoridade" sobre o pessoal docente, mas essa autoridade não pode ser exercida nos mesmos moldes em que os professores se empenham em controlar a conduta das crianças em suas classes. Portanto, as escolas tendem a possuir uma "linha dupla" nitidamente oposta de autoridade. O controle que os professores procuram exercer sobre seus alunos é imediato, envolvendo a contínua presença face a face do professor com as crianças. A supervisão da atividade dos professores, entretanto, é necessariamente indireta e processa-se por outros meios. Pode-se arriscar a conjectura de que somente em organizações em que uma considerável soma de autonomia é concedida em relação à supervisão direta torna-se possível manter uma linha graduada de autoridade. A natureza fechada da escola, e sua clara separação em tempo e espaço do que se passa em locais circunjacentes, também inibe, porém, o controle oriundo do exterior. Assim, inspetores podem visitar as escolas regularmente para fiscalizar seu funcionamento; juntas de curadores e associações de pais podem fazer sentir seu peso para influenciar orientações políticas que ajudem a modelar a vida da escola. Mas é intrínseco do poder disciplinar que o que se passa no "recipiente de poder" da escola possui um grau significativo de autonomia em relação às próprias agências exteriores cujas características e atitudes expressa.

Contra o "micro" e o "macro": integração social e de sistema

As considerações acima revestem-se de certa importância no exame das relações entre integração social e integração de sistema. Não emprego os termos mais familiares, estudo "mi-

crosssociológico" e estudo "macrossociológico", por duas razões: uma, porque esses dois gêneros de estudo são com frequência mutuamente contrapostos, com a implicação de que temos de escolher entre eles, considerando que um é, de algum modo, mais fundamental do que o outro. Na recusa deliberada de Goffman de se preocupar com questões de organização e história social em grande escala, por exemplo, parece despontar a idéia de que a realidade essencial da vida social será encontrada no que ele designa às vezes por microsociologia. Por outro lado, os defensores de abordagens macrossociológicas são propensos a considerar que os estudos da atividade social no dia-a-dia são dedicados à apreciação de trivialidades; as questões mais significativas são as de mais amplo espectro. Mas esse tipo de confronto é certamente uma guerra simulada, se é que chegou a ser ao menos isso. De qualquer modo, não penso que caiba discutir se um estudo tem prioridade sobre o outro. Uma segunda razão pela qual a divisão micro/macro tende a suscitar associações infelizes está em que, mesmo quando não existe conflito entre as duas perspectivas, uma lamentável divisão de trabalho tende a produzir-se entre elas. Considera-se que a microsociologia está interessada nas atividades do "agente livre", cuja elucidação pode ser seguramente confiada a pontos de vista tais como os do interacionismo simbólico ou da etnometodologia; ao passo que se pressupõe ser o domínio da macrosociologia o da análise das restrições estruturais que fixam limites à livre atividade (ver pp. 246 ss). Deixei anteriormente bem claro que tal divisão de trabalho leva a conseqüências que, na melhor das hipóteses, são sumamente enganosas.

Por que seria considerada tão problemática, por tantos autores, a questão da relação entre os estudos "microsociológico" e "macrossociológico"? Presumivelmente, o principal motivo é a divisão conceptual de trabalho a que acabei de fazer referência. Reforçada por um dualismo filosófico, requer uma reformulação mais radical da teoria do que a maioria dos autores pode ou está disposta a considerar. Será útil para o desenvolvimento deste ponto uma apreciação breve de uma das mais interessantes análises recentes da questão, a oferecida por Collins³².

Sublinha esse autor que o cisma entre abordagens micro e macrossociológicas, tal como estes termos são ordinariamente entendidos, acentuou-se muito ao longo da última década. Enquanto que a teoria social era dominada pelo funcionalismo e pelo marxismo, ou por alguma combinação de ambos, as relações sociais em situações de co-presença são tipicamente vistas como determinadas, de forma substancial, por fatores mais amplos, "estruturais". Entretanto, liderada em especial pela etnometodologia, a microsociologia converteu-se num vicejante campo de interesse, no qual os pressupostos das abordagens acima têm sido analisados de maneira bastante radical. Na opinião de Collins, "a mais recente microsociologia radical é, epistemológica e empiricamente, muito mais completa e profunda do que qualquer método prévio. [...] Eu sugeriria que o esforço coerentemente desenvolvido para reconstituir a macrossociologia sobre microfundações radicalmente empíricas é o passo crucial na direção de uma ciência sociológica mais bem-sucedida"³³.

Segundo Collins, o caminho adequado para esse avanço é através de um programa de "microtradução" de "fenômenos estruturais". É de esperar que essa tradução resulte em teorias com uma base empírica mais forte do que as macrossociológicas existentes. Aqueles que se preocupam com as questões macrossociológicas são convidados a não abandonar seus esforços, mas reconhecendo que seu trabalho é teoricamente incompleto. Aos olhos de Collins, existem apenas três "macrovariáveis puras": tempo, espaço e número. Assim, um conceito como "centralização da autoridade" pode ser traduzido para explicações de microsituações — de que modo atores sociais situados exercem realmente a autoridade em contextos descritíveis. Entretanto, as "macrovariáveis puras" participam como o número de situações desse tipo, no tempo e no espaço. "Por conseguinte, resulta com frequência que as variáveis estruturais são a simples quantidade de pessoas em vários tipos de microsituações."³⁴ A "realidade social" é, portanto, "microexperiência"; são as agregações temporais e especiais numéricas dessa experiência que constituem o nível macrossociológico de análise. As quali-

dades “estruturais” de sistemas sociais são, diz Collins, os “resultados” da conduta em microsituações, na medida em que não dependem de número, tempo e espaço.

Embora o conceito de Collins de “variáveis estruturais” seja algo semelhante ao defendido por Blau (ver pp. 243-6), Collins questiona, com toda a razão, a espécie de versão de “sociologia estrutural” proposta por aquele e muitos outros autores. Mas, em outros aspectos, o ponto de vista de Collins é deficiente. Como tenho sistematicamente acentuado, tratar o tempo e o espaço como “variáveis” é repetir o erro característico da maior parte das formas de ciência social ortodoxa. Além disso, por que pressupor que a “estrutura” é relevante somente para as questões macrosociológicas? Tanto na acepção mais precisa quanto na mais vaga do termo que distingui, a atividade em microcontextos tem propriedades estruturais fortemente definidas. De fato, reputo ser essa uma das principais teses sustentadas com êxito pela pesquisa etnometodológica. Ademais, por que sustentar que o tempo, como “variável”, só é relevante para as preocupações macrosociológicas? A temporalidade é tão inseparável de um pequeno segmento de interação quanto da mais longa das *longues durées*. Finalmente, por que propor que as propriedades estruturais consistem apenas em três dimensões: tempo, espaço e número? A razão, suponho, está em que Collins ainda tem em mente que a “estrutura” deve referir-se a algo “fora” das atividades de agentes sociais para que tenha algum sentido na ciência social. A dispersão no tempo e no espaço parece ser o único fenômeno que resta, dado que Collins aceita boa parte das críticas formuladas por aqueles a quem ele chama de “microsociólogos radicais” contra os conceitos coletivos com que seus antagonistas macrosociológicos usualmente operam.

Mas a mais importante confusão na abordagem de Collins é o pressuposto de que os “macroprocessos” são os “resultados” da interação em “microsituações”. Segundo ele, o “macronível” consiste apenas em “agregações de microexperiências”. Ora, pode-se concordar em que as generalizações nas ciências sociais sempre pressupõem – e fazem, pelo menos, referência

implícita às – atividades intencionais de agentes humanos. Não se segue daí, porém, que o que é descrito como o “macronível” tenha uma existência um tanto postiça. Isso apenas nos leva de volta à guerra simulada. As instituições sociais não são explicáveis como agregados de microsituações” nem totalmente descritíveis em termos que se referem a tais situações, se entendermos estas como circunstâncias de co-presença. Por outro lado, os padrões institucionalizados de comportamento estão profundamente implicados até nas mais fugazes e limitadas das “microsituações”.

Exploremos essa linha de pensamento indicando por que motivo a distinção micro/macro não é particularmente útil. O que é uma “microsituação”? A resposta poderia ser esta: é uma situação de interação confinada no espaço e no tempo – aparentemente, o ponto de vista de Collins. Mas isso não ajuda grande coisa. Pois não só os encontros “deslizam” no tempo, mas também, assim que começamos a nos interessar em apurar como eles são conduzidos por seus atores participantes, fica claro que nenhum fragmento de interação – mesmo que abertamente isolado num parêntese temporal e espacial – pode ser entendido de forma independente. A maioria dos aspectos de interação está sedimentada no tempo e só se lhes pode atribuir um sentido se considerarmos seu caráter rotinizado e repetitivo. Além disso, a diferenciação espacial do “micro” e do “macro” torna-se imprecisa logo que começamos a examiná-la, pois a formação e a re-formação de encontros ocorre necessariamente em extensões espaciais mais vastas do que as envolvidas em contextos imediatos de interação face a face. Os trajetos traçados por indivíduos no decorrer do dia rompem alguns contatos ao deslocarem-se espacialmente para formar outros, os quais são depois desfeitos, e assim por diante.

Aquilo de que normalmente se fala sob a epígrafe de processos micro/macro é o posicionamento do corpo no tempo-espaço, a natureza da interação em situações de co-presença e a conexão entre essas situações e influências “ausentes”, relevantes para a caracterização e explicação da conduta social. Esses fenômenos – as preocupações básicas, de fato, da teoria

da estruturação – são mais bem considerados como referentes às relações entre a integração social e a integração de sistema. Ora, algumas das questões em pauta no debate micro/macro são problemas conceptuais relacionados com a velha contradição em torno do individualismo metodológico. Vou deixá-las de lado até o próximo capítulo. Outros aspectos, entretanto, não repousam em considerações unicamente conceptuais. Eles só podem ser resolvidos mediante a análise direta de tipos particulares de sociedade. Como as sociedades diferem em seus modos de articulação institucional, também é lícito esperar que variem os modos de interseção de presença e ausência que intervêm em sua constituição. Farei uma breve introdução desse assunto aqui, apresentando ao mesmo tempo material a ser mais amplamente abordado no próximo capítulo.

A integração social diz respeito à interação em contextos de co-presença. As conexões entre as integrações social e de sistema podem ser traçadas no exame dos modos de regionalização que canalizam, e são canalizados por, percursos tempo-espaço adotados pelos membros de uma comunidade ou sociedade em suas atividades cotidianas. Tais percursos são fortemente influenciados por (e também reproduzem) parâmetros institucionais básicos dos sistemas sociais em que estão implicados. As sociedades tribais (ver pp. 214, 218) tendem a apresentar uma forma densamente segmentar, sendo a comunidade aldeã, de muito longe, o mais importante local em cujo âmbito os encontros são constituídos e reconstituídos em tempo-espaço. Nessas sociedades, as relações de co-presença tendem a dominar as influências de uma espécie mais remota. Faz sentido dizer que existe nessas sociedades algo como uma fusão das integrações social e de sistema. Mas, obviamente, essa fusão nunca é completa: virtualmente todas as sociedades, não importa quão pequenas ou aparentemente isoladas, existem em conexão pelo menos frouxa com “sistemas intersociais” mais vastos.

Como vivemos hoje num mundo onde a comunicação eletrônica é tida como certa, vale a pena enfatizar a que é, aliás, uma característica óbvia das sociedades tradicionais (de todas

as sociedades, realmente, até pouco mais de um século atrás). Refiro-me, simplesmente, a que todos os contatos entre membros de diferentes comunidades ou sociedades, não importa sua extensão, envolvem contextos de co-presença. Uma carta poderá chegar de um outro ausente, mas, é claro, tem de ser fisicamente levada de um lugar para outro. Viagens muito longas eram realizadas por categorias especializadas de pessoas – marinheiros, militares, comerciantes, místicos e diversos aventureiros – no mundo tradicional. Sociedades nômades erravam através de extensas áreas de terra. As migrações populacionais eram comuns. Mas nenhum desses fenômenos altera o fato de que os contextos de co-presença eram sempre os principais “contextos veiculadores” da interação.

O que tornou possível a maior “extensão” espaço-temporal envolvida no que chamarei de sociedades divididas em classes foi, sobretudo, o desenvolvimento das cidades. Estas estabelecem uma centralização de recursos – especialmente os administrativos – que propicia maior distanciamento tempo-espaço do que era o caso típico nas ordens tribais. A regionalização de sociedades divididas em classes, por muito complicada que possa ser em seus detalhes, forma-se sempre em torno das conexões, tanto de interdependência quanto de antagonismo, entre a cidade e o campo.

Somos propensos a usar o termo “cidade” de modo abrangente em referência tanto aos povoamentos urbanos em sociedades tradicionais quanto aos convergentes com a formação e expansão do industrialismo capitalista. Mas esse uso obscurece o termo, se tomado para significar simplesmente que, nos tempos modernos, isso é mais verificado – isto é, que o urbanismo de hoje constitui apenas uma versão mais densa e mais espalhada do que havia antes. As contextualidades de cidades tradicionais são, em muitos aspectos, diferentes das do urbanismo moderno. Rykwert, por exemplo, destaca a forma simbólica que muitas cidades tinham, em partes muito afastadas do mundo, antes dos tempos modernos:

É difícil [para nós hoje] imaginar uma situação onde a ordem formal do universo pudesse ser reduzida a um diagrama de

duas coordenadas que se cruzam num ponto. Entretanto, foi exatamente isso que aconteceu na Antiguidade: o romano, ao caminhar ao longo do *cardo*, sabia que seu caminho era o eixo em torno do qual o Sol girava, e que se ele seguisse o *decumanus*, estava acompanhando o curso do Sol. Todo universo e seu significado podiam ser conjecturados a partir de suas instituições cívicas – de modo que ele se sentia em casa nele.³⁵

Poderíamos dizer que tais cidades não existem mais em tempo e espaço comodificados³⁶. A compra e venda de tempo, enquanto tempo de trabalho, é certamente uma das características mais distintivas do capitalismo moderno. As origens da regulação temporal precisa do dia talvez se encontrem ao repicar do sino do mosteiro, mas é na esfera do trabalho que sua influência se enraizou de tal maneira que se propagou à sociedade como um todo. A co-modificação do tempo, orientada para os mecanismos da produção industrial, elimina a diferenciação de cidade e campo característica das sociedades divididas em classes. A indústria moderna é acompanhada pela propagação do urbanismo, mas seu funcionamento não é fixado em qualquer tipo particular de área. Por outro lado, a cidade tradicional constitui o principal *locus* de poder disciplinar em sociedades divididas em classes e, como tal, é separada do campo – com muita frequência, física e simbolicamente separada pelas muralhas citadinas. Em conjunto com a transformação do tempo, a co-modificação do espaço estabelece um “meio ambiente criado”, de caráter muito distinto, expressando novas formas de articulação institucional. Essas novas formas de ordem institucional alteram as condições da integração social e sistêmica e mudam, portanto, a natureza das conexões entre o próximo e o remoto no tempo e no espaço.

Notas críticas: Foucault sobre distribuição de tempo e de espaço

As várias discussões feitas por Foucault sobre as origens do poder disciplinar demonstram uma persistente preocupação com a distribuição temporal e espacial. Segundo ele, o poder disciplinar tem como foco a manipulação do corpo, considerado essencialmente como uma máquina que pode ser primorosamente afinada. As formas de administração associadas às organizações disciplinares que proliferaram do século XVIII em diante são diferentes da mobilização maciça de força de trabalho verificada nos projetos em grande escala nas civilizações agrárias. Esses projetos – construção de estradas, de templos, de monumentos públicos etc. – envolveram frequentemente imensos contingentes de pessoas. Mas suas atividades eram coordenadas apenas de forma rudimentar. As novas formas de disciplina são precisamente talhadas na medida dos movimentos, gestos e atitudes do corpo individual. Em vez da disciplina monástica, que é um de seus principais precursores históricos, as novas técnicas de poder ligam a disciplina diretamente com a utilidade. O controle do corpo é parte da nova “anatomia política” e, como tal, diz Foucault, aumenta o rendimento corporal enquanto reduz também a independência de orientação do corpo.

A disciplina só pode avançar através da manipulação do tempo e do espaço. Requer habitualmente fechamento, uma esfera de operações completamente fechada. Foucault explora muito o conceito de “confinamento”, a separação mais ou menos forçada de indivíduos do resto da população nos primeiros hospitais, em manicômios e em prisões. Entretanto, outras organizações disciplinares menos abrangentes envolvem também

o fechamento. Os fatores que levam ao estabelecimento de áreas fechadas podem variar, mas o resultado final é semelhante em todas elas, em certa medida porque modelos semelhantes foram seguidos pelos indivíduos e pelas autoridades responsáveis por estabelecê-las. O fechamento é uma base generalizada de poder disciplinar, mas por si só insuficiente para permitir a administração detalhada dos movimentos e atividades do corpo. Isso só pode ser realizado através da divisão regional ou "compartimentação" interna. Cada indivíduo tem seu "lugar próprio" em qualquer momento particular do dia. A compartimentação do tempo-espaco disciplinar tem, pelo menos, duas consequências: ajuda a evitar a formação de grandes grupos, que poderiam ser uma fonte de formação de vontade independente ou de oposição, e propicia a manipulação direta de atividades individuais, evitando o fluxo e a indeterminação que os encontros casuais tendem a manifestar. O que está aqui envolvido, segundo Foucault, é um "espaço analítico", no qual os indivíduos podem ser observados e avaliados, e suas qualidades, medidas. A compartimentação do espaço analítico pode ter sido influenciada pelo exemplo da cela monástica, mas também se originou, com frequência, das formas arquitetônicas que foram estabelecidas para fins puramente práticos. Na França, o hospital naval em Rochefort serviu de modelo. Foi instalado como parte de uma tentativa para enfrentar as moléstias contagiosas disseminadas num porto apinhado de numerosos grupos de pessoas envolvidas na guerra ou no comércio. Controlar a propagação de doenças implicava outras espécies de regulamentação fiscalizadora de populações em trânsito – o controle dos militares sobre os desertores e da administração local sobre o fluxo de mercadorias, rações e matérias-primas. Isso redundou na pressão pelo rigoroso controle do espaço, o que envolveu primeiramente os cuidados a serem dispensados a mercadorias valiosas, em vez da organização dos seres humanos. Mas a prática de etiquetar mercadorias, classificando-as e controlando sua distribuição, foi mais tarde aplicada a pacientes. Registros de casos começaram a ser arquivados. O número total de pacientes era cuidadosamente regulado; foram impostas restrições a seus movimentos

e fixados horários para as visitas. Assim, o "espaço terapêutico" foi desenvolvido a partir da distribuição do espaço "administrativo e político"*.

A compartimentação do espaço ocorreu em circunstâncias algo diferentes nas fábricas do final do século XVIII. Neste caso, a tendência foi também a de distribuir os indivíduos num espaço demarcado, mas essa distribuição tinha de ser dirigida para a coordenação de maquinaria. Assim, a disposição dos corpos no espaço devia corresponder às exigências técnicas da produção. Mas essa "articulação do espaço de produção" também pode ser comprovadamente impregnada de poder disciplinar. Foucault cita a manufatura Oberkampf, em Jouy, como um exemplo. Ela foi construída como uma série de oficinas identificadas de acordo com o tipo de operação de produção. Toussaint Barré projetou o maior dos edifícios, o qual tinha 110 metros de comprimento, com três andares. No térreo executava-se a xilogravura. Havia 132 mesas, instaladas em duas filas no sentido do comprimento da oficina; dois empregados trabalhavam em cada mesa. Os supervisores circulavam para cima e para baixo no corredor central, estando assim aptos a fiscalizar o processo de fabricação, em geral, e as atividades de cada trabalhador individual, em particular. Os trabalhadores podiam ser comparados por sua rapidez e produtividade, e suas atividades eram mutuamente correlacionadas. Distribuindo os trabalhadores de acordo com estritos princípios de classificação, cada parte da tarefa podia ser caracterizada e relacionada com distintos movimentos do corpo. As doutrinas de Frederick Taylor não são muito mais do que uma formulação tardia do poder disciplinar que acompanhou a ascensão da indústria em grande escala há mais de um século.

O caráter do espaço disciplinar, segundo Foucault, deriva primordialmente não da associação de uma organização com um pedaço específico de território, mas do arranjo espacial. Linhas, colunas, intervalos murados e medidos são suas características distintivas. Não é qualquer parte particular do edifi-

* As referências podem ser encontradas a pp. 190.

cio que importa, mas sua forma relacional global. A sala de aula exemplifica esse fenômeno. No século XVIII, na França e em outros países, as classes passaram a ser divididas, de modo intervalado, em filas delimitadas com clareza e separadas externamente por um sistema de corredores de ligação. Trata-se de divisões tanto curriculares quanto espaciais. Os indivíduos movem-se através de tais compartimentos, não só no decorrer do dia como também durante suas carreiras educacionais.

Ao organizar "células", "lugares" e "filas", as disciplinas criam espaços complexos que são simultaneamente arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que fornecem posições fixas e permitem a circulação; criam segmentos individuais e estabelecem ligações operacionais; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência de indivíduos mas também uma melhor economia de tempo e gesto.²

A disciplina depende da divisão cautelosa do tempo, assim como do espaço. Afinal de contas, o mosteiro foi um dos primeiros lugares a ter o dia temporalmente regulado de maneira precisa e ordenada. As ordens religiosas foram mestres no controle metódico do tempo, e sua influência, difusa ou mais direta, era sentida por toda a parte. Como na maioria dos aspectos do poder disciplinar, o exército fornece uma ilustração adequada. Os soldados foram desde longa data treinados para marchar em formações regulares. Os holandeses foram pioneiros na cronometragem precisa de manobras militares³. No final do século XVI, desenvolveu-se um método no exército holandês mediante o qual as tropas eram treinadas de forma programática para manobrar ordenadamente, enquanto mantinham um ritmo certo e contínuo de fogo. Isso era conseguido graças à medição do tempo requerido para os vários movimentos do corpo. O método foi mais tarde aplicado aos gestos envolvidos para carregar, disparar e voltar a carregar as armas, e a muitos outros aspectos da organização militar. De fato, foi em relação a esses desenvolvimentos que o termo "disciplina" sofreu uma mudança de significado. Em seu sentido original, referia-se a um processo de aprendizagem e era considerado um traço dos

"disciplinados". Entretanto, nas forças armadas, passou a ser aplicado tão ordinariamente quanto é hoje, mais relacionado com um modo global de regulamentação do que com o próprio processo de instrução⁴.

A cronometragem das atividades é mais do que sua subordinação a intervalos temporais medidos. É talvez a condição mais básica da "coordenação do corpo e do gesto". O poder disciplinar não consiste unicamente na imposição de controle sobre gestos específicos, mas é maximizado quando os gestos se relacionam com o posicionamento do corpo como um todo. O uso eficiente do corpo significa que nada permanece ocioso ou em uso; a atenção deve ser totalmente concentrada no ato em que o indivíduo está envolvido. Um corpo disciplinado é um corpo treinado: nesse sentido, poderíamos dizer que persiste a acepção tradicional de "disciplina". O posicionamento do corpo é o principal fator mediador entre duas seqüências temporalmente articuladas. Uma é a decomposição do gesto numa série cronometrada de movimentos, especificando as partes do corpo a serem usadas. Assim, Maurício de Orange decompôs o manuseio do mosquete numa série de 43 movimentos separados, o do pique em 23, coordenados no âmbito de uma formação de soldados numa unidade de batalha⁵. Entretanto, as várias partes dos objetos manuseados também são especificadas e integradas com o gesto. A cronometragem é essencial para isso, uma vez que os armamentos e a maquinaria passaram a ser cada vez mais projetados para operar de modo seqüencial, sendo cada passo em sua operação um requisito prévio para o que será feito a seguir. O poder disciplinar depende não apenas da exploração de materiais previamente dados, mas também do estabelecimento de um "elo coercitivo com o aparelho de produção".

A cronometragem também se estende através da progressão de carreiras. Foucault compara duas fases no desenvolvimento da escola-fábrica dos Gobelins. A manufatura foi criada por decreto real de 1667; uma escola para aprendizes foi planejada como parte do esquema. O superintendente dos edifícios reais selecionaria sessenta crianças bolsistas para participação na escola, sendo o processo educacional organizado de acordo

com as diretrizes típicas da aprendizagem de corporação. Os alunos eram, em primeiro lugar, responsáveis de um mestre-artesão, cumprindo depois um aprendizado de seis anos. Seguíam-se mais quatro anos de serviço de aperfeiçoamento, ao término dos quais eles eram submetidos a um exame; se aprovados, estavam aptos a instalar suas próprias oficinas. Havia aí um processo difuso de transmissão de conhecimento, envolvendo uma permuta de serviços entre mestres e aprendizes. A organização temporal das vidas dos aprendizes – pelos padrões do que se seguiria – era moderada. Cerca de setenta anos após a criação da escola, um novo tipo de treinamento foi iniciado para os aprendizes; era, antes de tudo, complementar dos modos de procedimento usados; baseava-se numa cuidadosa organização serial do tempo. As crianças freqüentavam a escola durante duas horas por dia. Dividiam-se as classes de acordo com a habilidade e a experiência prévia. As tarefas distribuídas eram executadas de forma regular, avaliadas pelo professor, e os mais aptos recebiam prêmios. Os resultados dos exames a que todos os alunos se submetiam definiam o progresso de uma classe a outra, e registrava-se o comportamento diário num livro controlado por professores e seus assistentes que era periodicamente examinado por um inspetor.

A escola dos Gobelinos foi um exemplo de uma tendência geral na educação setecentista; nas palavras de Foucault, uma expressão de uma “nova técnica para encarregar-se do tempo das existências individuais”. As disciplinas “que analisam o espaço, decompõem e reorganizam as atividades” também têm de ser concentradas de modo a possibilitar “a soma e a capitalização do tempo”⁶. Quatro métodos podem ser usados para isso:

- 1) A divisão das vidas cronologicamente, de modo que fases de desenvolvimento sejam especificamente cronometradas. Assim, o período de treinamento pode ser separado com clareza de uma carreira propriamente dita. Dentro dele podem ser demarcadas etapas de evolução, em cuja seqüência todos os que recebem instrução devem progredir.

- 2) As fases separadas de treinamento e a “carreira” – palavra que desse modo abrange apenas seu sentido moderno – subsequentes podem ser organizadas de acordo com um plano global. A educação tem de ser libertada da dependência personalizada que a relação entre mestre e aprendiz acarreta. O plano educacional tem de ser formulado em termos impessoais, sempre que possível desmembrado em suas operações mais elementares, as quais são então facilmente aprendidas por quem estiver recebendo a instrução.
- 3) Cada um dos segmentos temporais deve ser concluído com um exame, o qual não só garante que todos os indivíduos se submeterão ao mesmo processo de instrução, mas também os diferencia em termos das capacidades relativas de cada um. Os vários exames envolvidos na busca de uma carreira são graduados para que cada um possa ser realizado com êxito antes de o aprendiz poder passar a um outro.
- 4) Também podem ser designados diferentes níveis de treinamento para a realização de ofícios hierarquizados. Assim, na conclusão de cada série, alguns indivíduos podem ser contratados e encaminhados para um determinado grau, enquanto outros continuarão para obter graus superiores. Cada indivíduo está envolvido numa série temporal por meio da qual seu cargo ou nível é definido.

A “seriação” de atividades sucessivas torna possível todo um investimento de duração pelo poder: a possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção regular (de diferenciação, correção, punição, eliminação) em cada momento do tempo; de caracterização e, portanto, de uso dos indivíduos de acordo com o nível nas séries por que têm de passar; de acumulação de tempo e atividade, de sua redescoberta, totalizada e utilizável num resultado final, que é a capacidade fundamental de um indivíduo. A dispersão temporal é anulada para produzir um lucro, dominando assim uma duração que de outro modo escaparia à apreensão de cada um. O poder é diretamente articulado com o tempo, assegura o seu controle e garante o seu uso.⁷

Assim, os métodos disciplinares refletem uma compreensão específica do tempo, que constitua uma escala de intervalo igual. Na seriação do tempo, propõe Foucault, existe um procedimento que corresponde ao mapeamento de espaço compartilhado para atividades corporais: isso é "exercício". Exercício é a imposição de treinamento físico regular e graduado do corpo, objetivando um estado final de aptidão – "aptidão" referente ao estado de preparação do corpo, mas também a uma capacidade generalizada de execução das tarefas designadas. A idéia e a prática de exercício tiveram origens religiosas, porém converteram-se num tema secular da maioria das organizações disciplinares. O exercício exige participação regular ao longo do tempo e atua sobre partes específicas do corpo. Expressa diretamente o significado do controle do corpo, em relação a outros corpos, o que é essencial para a disciplina como um todo. O corpo é tratado como uma parte movente num composto mais amplo. A disciplina, em suma, demonstra as seguintes características principais: é "celular" (em termos de distribuição espacial); é "orgânica" (codificando as atividades de acordo com procedimentos programados); é "genética" (com relação às fases seriais); e é "combinatória" (unindo atividades humanas como os trajetos de uma máquina social). Foucault cita Guibert:

O Estado que descrevo terá uma administração única, idônea e facilmente controlada. Será semelhante àquelas grandes máquinas que, por meios que nada têm de complicados, produzem grandes efeitos; a força desse Estado brotará de seu próprio vigor e sua prosperidade, de sua própria prosperidade. Reprovará aquele preconceito comum segundo o qual somos levados a imaginar que os impérios estão sujeitos a uma lei imperiosa de declínio e ruína.

Há uma semelhança óbvia entre a visão de Foucault do poder disciplinar e a análise de Max Weber da burocracia moderna. O foco de seus respectivos escritos é diferente, por certo. Weber concentra-se na "área estratégica crucial" da burocracia: o Estado e seus escritórios administrativos. Na obra de Foucault, por outro lado, os mecanismos do Estado raramente são

analisados de forma direta; o Estado é examinado "sintomaticamente", mediante formas aparentemente mais marginais de organização, hospitais, manicômios e prisões. Entretanto, em cada autor há uma forte ênfase sobre o surgimento de novos tipos de poder administrativo, gerados pela organização concentrada de atividades humanas através de sua especificação e coordenação precisas. À primeira vista, o tema da transformação do tempo e do espaço parece estar ausente nos escritos de Weber, e vale a pena indicar de que modo é possível mostrar que suas idéias o incorporaram. Reconhece-se que ele é mais latente do que manifesto. Considere-se primeiro o tratamento de Weber da natureza da moderna empresa capitalista. O que diferencia o "capitalismo racional" das formas precedentes? É, sobretudo, seu caráter estável, regular. Os tipos preexistentes de empresa capitalista têm lugar de maneira esporádica, vacilante, através do tempo e do espaço. O capitalismo racional envolve a formação de relações regularizadas de mercado através do espaço, algo que só pode vir a tornar-se bem desenvolvido com a constituição de um Estado burocrático, o qual garante não só os direitos de propriedade, mas também outras instituições essenciais, mais destacadamente uma forma regularizada de câmbio de papel-moeda.

Mas o controle do tempo é igualmente necessário. A empresa capitalista racional é aquela que está apta a funcionar de modo estável e ordenado. A ênfase de Weber sobre a importância da contabilidade por partidas dobradas para o desenvolvimento do capitalismo moderno é facilmente compreensível nesses termos. Essa forma de escrituração possibilita a contínua contabilização de capital, durante longos períodos de tempo, a qual consiste na avaliação e verificação de oportunidades de lucro. Isso significa proceder a uma avaliação comparativa do ativo do começo de uma transação ou empreendimento com o de uma data posterior. A lucratividade depende, entre outros fatores, da capacidade de predizer eventos futuros e de os sujeitar a cálculos. A contabilidade por partidas dobradas é uma espécie de máquina do tempo, porque expressa e simultaneamente permite a quantificação de unidades por referência às quais o desempenho de uma empresa pode ser julgado em "tempo ordenado"⁸.

O controle do tempo é característico da burocracia em geral, não apenas das empresas de capital. A contabilidade por partidas dobradas é um expediente que “empilha” eventos passados, assim como prevê os futuros. As regras burocráticas também são um modo de fazer isso. As burocracias modernas, afirma Weber, não poderiam existir sem o cotejo de documentos que são registros do passado e prescrições para o futuro – os “arquivos”. Estes não são apenas documentos dos procedimentos burocráticos; eles exemplificam esses procedimentos e possibilitam o funcionamento contínuo e regular do qual depende a disciplina burocrática. Costumam ser organizados dentro de escritórios específicos e fazem parte do que confere a cada escritório, numa burocracia, seu caráter distinto. Um “escritório” é um cenário físico, assim como um patamar numa hierarquia administrativa. Embora Weber quase não toque nesse ponto, a distribuição física de escritórios nas burocracias é uma característica distintiva de tais organizações. A separação física deles, em seções ou repartições, isola cada um de todos os outros e confere um certo grau de autonomia aos que trabalham em seus recintos; e também serve como poderoso indicador de hierarquia.

Weber também sublinha a importância da separação entre o escritório e o domicílio do trabalhador⁹. Uma das principais características da burocracia está no fato de a vida profissional do funcionário ser segregada do lar e da vida familiar. As fórmulas impessoais de disciplina burocrática são aplicadas muito mais efetivamente quando somas de dinheiro e equipamentos incorporados são mantidos separados das posses privadas dos funcionários, quando os vínculos pessoais ou de parentesco não são a base de tomadas de decisões ou de nomeações, e quando os assuntos referentes à família e à casa se distinguem dos assuntos de negócios. Weber deixa bem claro que a separação completa entre o lar e o local de trabalho só se verifica no Ocidente moderno. Mas também poderíamos assinalar a importância da diferenciação de locais para fazer a distinção entre as esferas de operação de vários tipos de organização burocrática. Quem duvidar da influência da diferenciação entre espaço e

cenário, para moldar e refletir padrões sociais, deve refletir sobre a posição da “City” na Grã-Bretanha. Sua separatividade espacial em relação ao centro da “indústria” e sua concentração absoluta numa área específica expressam importantes características institucionais da sociedade da qual ela é parte (ver pp. 377-85).

Poderemos agora retornar a Foucault. Nesta breve dissertação, não estou interessado em avaliar os erros e acertos históricos de sua exposição ou em sondar as deficiências teóricas que possam ser percebidas nas idéias gerais em que ela se apóia. Quero apenas acrescentar um ponto ou dois à sua interpretação da relação do poder disciplinar com modalidades de tempo e espaço. Começarei com as considerações apresentadas no parágrafo precedente em referência a Weber. Foucault trata as organizações disciplinares tal como são sintetizadas pela prisão e pelo manicômio – “instituições totais”, na frase de Goffman; “instituições completas e austeras”, na caracterização que Foucault adotou de Beltard. “A prisão”, como observa Foucault, “não tem exterior nem brechas; não pode ser interrompida, exceto quando a tarefa está totalmente concluída; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: uma disciplina crescente [...] confere poder quase total sobre os prisioneiros; possui seus mecanismos internos de repressão e punição: uma disciplina despótica”¹⁰. Fábricas, escritórios, escolas, quartéis e outros contextos onde a vigilância e o poder disciplinar atuam não são, em sua maioria, como aquelas instituições, admite Foucault, sem desenvolver esse ponto. Entretanto, trata-se de uma observação com certa importância, porquanto as “instituições completas e austeras” são mais a exceção do que a regra dentro dos principais setores institucionais das sociedades modernas. Não se infere daí que, pelo fato de as prisões e manicômios maximizarem o poder disciplinar, tais instituições expressam mais claramente a natureza desse poder do que outras organizações menos abrangentes.

A viagem para o trabalho (ou a escola) provavelmente indica tanto acerca do caráter institucional das sociedades modernas quanto as organizações carcerárias. A separação tempo-

espaço de diferentes setores da vida social pode, na verdade, ser a condição do funcionamento em grande escala do poder disciplinar. A maioria das crianças frequenta a escola apenas durante uma parte do dia e em certos períodos do ano. Além disso, dentro do dia escolar, a disciplina é frequentemente observada em suas formas mais severas somente naqueles períodos definidos de tempo em que há “lições” ou “aulas”. Não há dúvida de que o poder disciplinar só pode ser sistematicamente gerado pela “aglomeração” de seres humanos em cenários específicos e fisicamente demarcados. Mas certamente Weber está com a razão quando diz que a disciplina administrativa é mais eficaz quando outros aspectos das vidas dos indivíduos são separados dela, pois ela envolve a aplicação regularizada de critérios de conduta que não se coadunam com a realização de atividades em outras esferas da vida. Isso não se deve apenas aos fatores que ele menciona, mas também à natureza “automática” da disciplina. Foucault depara dificuldades a esse respeito. A questão não consiste somente em que os seres humanos resistem a ser tratados como autômatos, o que Foucault aceita; a prisão é um local de luta e resistência. Trata-se sobretudo do fato de que os “corpos” de Foucault não são agentes. Até as mais rigorosas formas de disciplina pressupõem que os que lhes estão submetidos são agentes humanos “capazes”, sendo essa a razão de eles terem de ser “educados”, ao passo que as máquinas são meramente projetadas. Mas, a menos que estejam sujeitos à mais extrema privação de recursos, os agentes capazes são suscetíveis de se submeterem à disciplina unicamente durante partes do dia – geralmente como uma concessão em troca de recompensas que derivam de se ficar liberto dessa disciplina em outros períodos.

Nesse aspecto, a leitura de Goffman sobre “instituições totais” pode ser mais instrutiva do que a de Foucault, pois o primeiro sublinha que o ingresso em prisões ou manicômios é comprovadamente diferente de se movimentar entre outros cenários em que o indivíduo poderá passar partes do dia. As “instituições totais”, em virtude de seu caráter abrangente, impõem uma disciplina totalizante aos que nelas são internados. O “ajus-

tamento” a essas circunstâncias implica e, de ordinário, conduz diretamente a um processo de degradação do *self*, pelo qual o recluso é despojado de todos os sinais de identidade pessoal, ao mesmo tempo que os componentes ordinários da autonomia de ação são maciçamente restringidos. Cumpre dizer que as “instituições totais” expressam aspectos de vigilância e disciplina encontrados em outros contextos nas sociedades modernas e, no entanto, também se colocam em relevo contra estes. As “instituições totais” envolvem geralmente o que Goffman chama de “morte civil” – a perda do direito de voto e de envolvimento em outras formas de participação política, de deixar dinheiro em testamento, preencher cheques, contestar uma ação de divórcio ou adotar um filho. Mas, além disso, os reclusos não possuem, simplesmente, esferas separadas de atividade em que as recompensas negadas num setor possam ser buscadas num outro. O comentário de Goffman sobre a questão é muito pertinente:

Portanto, existe incompatibilidade entre as instituições totais e a estrutura básica de pagamento pelo trabalho de nossa sociedade. As instituições totais são também incompatíveis com outro elemento decisivo de nossa sociedade: a família. A vida familiar é às vezes contrastada com a vida solitária, mas, na realidade, um contraste mais adequado poderia ser feito com a vida em grupo, pois aqueles que comem e dormem no trabalho, com um grupo de companheiros de serviço, dificilmente podem manter uma existência doméstica significativa.¹¹

Foucault considera os procedimentos de investigação do direito penal, da psiquiatria e da medicina como ilustrativos da natureza do poder disciplinar em geral, especialmente quando aplicados no âmbito das organizações carcerárias. Mas, uma vez mais, as “instituições totais” destacam-se neste aspecto como diferentes dos percursos da vida cotidiana dos que estão do lado de fora. Aquilo a que Goffman chama de “territórios do *self*” são ali violados de um modo que não se aplica aos que vivem fora de seus muros. Quatro características principais das “instituições totais” podem ser mencionadas em relação a isso.

- 1) Os métodos de interrogatório transgridem freqüentemente o que a maioria da população encara como legítima prerrogativa de “reserva de informação” acerca do eu e acerca do corpo. Por outras palavras, os dados sobre as características e a conduta pretérita dos reclusos – os quais seriam freqüentemente considerados desabonadores por eles e pelos outros, e protegidos pela supressão ou pelo tato – são compilados em dossiês à disposição do quadro administrativo.
- 2) Há uma dissolução das fronteiras entre fechamento e abertura que ordinariamente servem para proteger um sentimento de segurança ontológica. Assim, pode ser que a excreção, a manutenção da higiene e da aparência não só tenham de ser realizadas publicamente, mas também fiquem sujeitas ao controle de outros.
- 3) Com freqüência, há relações forçadas e contínuas com outros. Por conseguinte, assim como para as atividades relacionadas com o asseio pessoal, tampouco existem regiões de trás em que setores da vida social possam estar livres das exigências disciplinares feitas em outras regiões. Tal como Bettelheim, Goffman assinala que, em “instituições totais”, os seres humanos são reduzidos a estados de dependência infantil¹².
- 4) A seriação temporal de atividades, a curto e a longo prazo, é especificada e controlada. Os reclusos, os internados, não possuem “tempo livre” ou “um tempo só deles”, como os trabalhadores. Além disso, aqueles que se submetem a exames seriais ou passam por estágios seriais de uma carreira no mundo exterior também estão aptos, normalmente, a compensá-los com outras unidades temporais de padrão diferente. A distribuição temporal de casamento e criação dos filhos, por exemplo, é iniciada separadamente daquelas pertencentes a outras esferas da vida.

Em organizações carcerárias, o significado da dialética do controle ainda é considerável. Existem contextos em que essa autonomia especificamente característica do agente humano – a capacidade de “ter atuado de outra maneira” – está seriamen-

te reduzida. As formas de controle que os reclusos procuram exercer sobre suas vidas no dia-a-dia tendem a concentrar-se sobretudo na proteção contra a degradação do *self*. A resistência é certamente uma dessas formas e, sem dúvida, uma questão importante que, em certa medida, se impõe, seja qual for a política que o pessoal administrativo adote na implementação dos procedimentos disciplinares. Mas várias outras formas de reação podem ser identificadas. Elas incluem o que Goffman chama de “colonização”, a construção de um mundo tolerável nos interstícios do tempo e espaço administrados, e de “afastamento situacional”, a recusa, por assim dizer, em continuar comportando-se como se espera de um agente capaz. Mas provavelmente o mais comum entre prisioneiros, assim como entre os “doentes mentais”, é simplesmente “ficar frio” e “se virar como puder”. Goffman descreve adequadamente essa conduta como “uma combinação algo oportunista de ajustamentos secundários, conversão, colonização e lealdade para com o grupo de internados. [...]”¹³

Não há dúvida, como muitos estudos sociológicos demonstraram, de que tais grupos de reclusos podem exercer considerável controle sobre as atividades do dia-a-dia, mesmo nas organizações carcerárias mais rigorosamente disciplinadas. Mas os moldes de controle exercidos por subordinados em outros contextos, como o do trabalho, são possivelmente mais numerosos devido a uma forma adicional de contraste desses contextos com os carcerários, que está no interesse dos superiores hierárquicos em submeter ao seu controle autoritário as atividades desses subordinados para a execução de tarefas designadas. Em prisões ou manicômios, a “disciplina dos corpos” é quase uma descrição do que ocorre; o pessoal administrativo não está preocupado em produzir um esforço de colaboração com vistas à atividade produtiva, ao contrário do que acontece nos locais de trabalho e nas escolas, em que os gerentes têm de obter por meios persuasivos um certo nível de performance dos trabalhadores. Neste caso eles se preocupam não só com a diferenciação de tempo-espço e com o posicionamento dos corpos, mas também com a coordenação da conduta dos agentes,

cujo comportamento precisa ser canalizado de formas definidas para produzir resultados cooperativos. Os corpos de Foucault não têm rostos. Em circunstâncias de vigilância no local de trabalho – onde a vigilância significa supervisão direta, em qualquer caso –, a disciplina envolve uma soma considerável de “trabalho face a face” e o exercício de estratégias de controle que têm, em parte, de ser elaboradas por agentes no próprio ato. O “acondicionamento” no tempo-espço de agrupamentos de indivíduos em locais confinados, onde pode ser efetuada uma supervisão contínua em circunstâncias de co-presença, tem obviamente enorme importância para a geração de poder disciplinar. Mas a exigência de trabalharem em colaboração para conseguirem algum tipo de resultado produtivo dá aos agentes uma base de controle sobre as operações cotidianas do local de trabalho que pode enfraquecer a eficácia da supervisão. Supervisores e gerentes estão tão conscientes disso quanto qualquer um e, com frequência, apóiam-se nessa consciência para o tipo de política disciplinar que adotam¹⁴. Algumas das formas de controle acessíveis aos trabalhadores num espaço disciplinar solidamente integrado (por exemplo, a possibilidade de interromper ou paralisar todo um processo de produção) não existe onde uma força de trabalho está desagregada no tempo e no espaço.

Permitam-me apresentar um comentário final sobre Foucault e Goffman. Ambos os autores têm como um dos temas predominantes de suas respectivas obras o posicionamento e a disciplina do corpo. Tal como Foucault, Goffman também explorou extensamente as questões sobre a natureza da “loucura”. A preocupação comum de ambos com as organizações carcerárias poderia levar-nos a perder de vista as diferenças em suas respectivas concepções da loucura. A perspectiva de Goffman questiona radicalmente a de Foucault no que diz respeito às relações entre “insanidade” e “razão”. Foucault argumenta que aquilo a que chamamos de “loucura” – ou, acompanhando o triunfo da metáfora médica, “doença mental” – foi criado em tempos relativamente recentes. Loucura é o lado sombrio, suprimido, seqüestrado, da consciência e da paixão humanas, que o Ilu-

minismo e o pensamento moderno são incapazes de conceber de qualquer outro modo salvo como “não-razão”. Nas culturas tradicionais ou, pelo menos, na Europa medieval, a *folie* continha sua própria razão, permitindo algo como um acesso direto a Deus. Mas em meados do século XVII e daí em diante, “a loucura deixou de ser, nas margens do mundo, do homem ou da morte, uma figura escatológica; a escuridão em que os olhos da loucura foram treinados, da qual nasceram as formas do impossível, evaporou-se [...]”¹⁵. Mas talvez essa concepção invisita a loucura de uma grandeza que ela não tem e nunca teve. Ao colocar a loucura como a outra face da razão, ela pode expressar apenas aquelas teses iluministas que simula depreciar. Pode muito bem ser que as pistas para o caráter da loucura ou, em suas roupagens modernas, da “doença mental” não se encontrem na extravagância de falsas crenças, alucinações, visões de outros mundos, mas nas características muito mais comuns da impropriedade corporal e gestual. A incapacidade social, não um misterioso acesso a um continente perdido de não-razão, poderá expressar sua natureza real.

Referências

Tempo, espaço e regionalização

1. Ver Hägerstrand, T. “Space, time and human conditions”. In: Karlqvist, A. *Dynamic Allocation of Urban Space*. Farnborough, Saxon House, 1975; Gregory, Derek. *Ideology, Science and Human Geography*. Londres, Hutchinson, 1978; “Solid geometry: notes on the recovery of spatial structure”. In: Carlstein, T. *et alii. Timing Space and Spacing Time*. Londres, Arnold, 1978; Carlstein, T. *Time Resources, Society and Ecology*. Lund, Department of Geography, 1980; Pred, Alan. “The choreography of existence: comments on Hägerstrand’s time-geography”. *Economic Geography*, vol. 53, 1977; Parkes, Don e Thrift, Nigel. *Times, Spaces and Places*. Chichester, Wiley, 1980; Thrift, Nigel. “On the determination of social action in space and time”. *Society and Space*, vol. 1, 1982.

2. Hägerstrand, T. "Space, time and human conditions", cit.; cf. também: Parkes, Don e Thrift, Nigel. *Times, Space and Places*, cit., pp. 247-8.
3. Pred, Alan. "The impact of technological and institutional innovations of life content: some time-geographics observations". *Geographical Analysis*, vol. 10, 1978.
4. Hägerstrand, T. *Innovation as a Spatial Process*. Chicago, Chicago University Press, 1967, p. 332; cf. também: Hawley, Amos H. *Human Ecology*. Nova York, Ronald Press, 1950, caps. 13-5; Ericksen, E. Gordon. *The Territorial Experience*. Austin, University of Texas Press, 1980.
5. Segundo Parkes, Don e Thrift, Nigel. *Times, Spaces and Places*, cit., p. 245.
6. Janelle, D. G. "Spatial reorganisation: a model and concept". *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 58, 1969, e outros artigos pelo mesmo autor.
7. Forer, P. In: Carlstein, T. et alii. *Timing Space and Spacing Time*, cit.
8. Palm, R. e Pred, A. "A time-geographic perspective on problems of inequality for women". In: Lanegran, D. A. e Palm, R. *An Invitation to Geography*. Nova York, McGraw-Hill, 1978.
9. Hägerstrand, T. "Survival and arena: on the life-history of individuals in relation to their geographical environment". In: Carlstein, T. et alii. *Timing Space and Spacing Time*, cit., vol. 2, p. 123.
10. Carlstein, T. "Innovation, time-allocation and time-space packing", ibidem, p. 159; Carlstein, T. *Time Resources, Society and Ecology*, cit.
11. Cf. Carlstein, T. "The sociology of structuration in time and space: a time-geographic assessment of Giddens's theory". *Swedish Geographical Yearbook*, Lund, Lund University Press, 1981.
12. Hägerstrand, T. "What about people in regional science?". *Papers of the Regional Science Association*, vol. 24, 1970, p. 8.
13. CCHM, capítulo 5.
14. *Ibidem*, pp. 161 ss.; CPST, pp. 206-10.
15. Melbin, M. "The colonisation of time". In: Carlstein, T. et alii. *Timing Space and Spacing Time*, cit., vol. 2, p. 100.
16. Zerubavel, Eviatar. *Patterns of Time in Hospital Life*. Chicago, University of Chicago Press, 1979, p. 22; cf. também: Clark, P. A. "A review of the theories of time and structure for organisational sociology". *University of Aston Management Centre Working Papers*, n. 248, 1982; Zerubavel, Eviatar. *Hidden Rhythms*. Chicago,

- University of Chicago Press, 1981. Poderíamos assinalar que, enquanto "ano", "mês" e "dia" têm vínculos com eventos naturais, "semana" não tem; cf. Colson, F. H. *The Week*. Cambridge, Cambridge University Press, 1926.
17. Ariès, P. *Centuries of Childhood*. Harmondsworth, Penguin, 1973; Elias, Norbert. *The Civilising Process*. Oxford, Blackwell, 1978.
 18. Hall, Edward T. *The Hidden Dimension*. Londres, Bodley Head, 1966, p. 98.
 19. Artaud, Antonin. *Le théâtre et la science*. Paris, Seuil, 1947, p. 98.
 20. Laing, R. D. *Self and Others*. Harmondsworth, Penguin, 1971, p. 52. [Edição brasileira: *O eu e os outros*, Editora Vozes, 4ª edição, 1978.]
 21. CCHM, p. 169.
 22. Benyon, Huw. *Working for Ford*. Londres, Allen Lane, 1973, p. 76.
 23. Elias, Norbert, *op. cit.*, vol. 1.
 24. Goffman, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York, Doubleday, 1959, p. 128.
 25. Cf. Elias, N. e Scotson, J. *The Established and the Outsiders*. Leicester, University of Leicester Press, 1965.
 26. Weber, Max. *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press, 1978, vol. 1, pp. 341-4.
 27. CSAS, cap. 9.
 28. CCHM, cap. 5 *passim*.
 29. Bourdieu, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 143-52.
 30. *Ibidem*, p. 153.
 31. Pollard, Andrew. "Teacher interests and changing situations of survival threat in primary school classrooms". In: Woods, Peter. *Teacher Strategies*. Londres, Croom Helm, 1980.
 32. Collins, Randall. "Micro-translation as a theory-building strategy". In: Knorr-Cetina, K. e Cicourel, A. V. *Advances in Social Theory and Methodology*. Londres, Routledge, 1981. Ver também: *idem*. "On the micro-foundations of macro-sociology". *American Journal of Sociology*, vol. 86, 1981. Para os pensamentos de Goffman sobre o assunto – apresentados numa conferência que, lamentavelmente, ele não viveu o bastante para proferir – ver: "The interaction order". *American Sociological Review*, vol. 48, 1973.
 33. *Ibidem*, p. 82.
 34. *Ibidem*, p. 99.

35. Rykwert, Joseph. *The Idea of a Town*. Londres, Faber & Faber, 1976, p. 202.
36. CCHM, cap. 5.

Notas críticas: Foucault sobre distribuição de tempo e de espaço

1. Foucault, M. *Discipline and Punish*. Harmondsworth, Penguin, 1979, pp. 143-4.
2. *Ibidem*, p. 148.
3. Cf. Feld, Maury D. *The Structure of Violence*. Beverly Hills, Sage, 1977, pp. 7 ss.
4. *Ibidem*, p. 7.
5. Doorn, Jacques van. *The Soldier and Social Change*. Beverly Hills, Sage, 1975, p. 11.
6. Foucault, M. *Discipline and Punish*, cit., p. 157.
7. *Ibidem*, p. 160.
8. Weber, Max. *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press, 1978, pp. 86-94.
9. *Ibidem*, p. 957.
10. Foucault, M. *Discipline and Punish*, cit., pp. 235-6.
11. Goffman, Erving. *Asylums*. Harmondsworth, Penguin, 1961, p. 22. [Edição brasileira: *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva, 1974, p. 22.]
12. *Ibidem*, p. 33 [p. 31 da edição brasileira].
13. *Ibidem*, p. 64 [p. 62 da edição brasileira].
14. Cf. Friedman, Andrew L. *Industry and Labour*. Londres, Macmillan, 1977.
15. Foucault, M. *Folie et déraison*. Paris, Plon, 1961, p. 51. A preocupação de Foucault com exclusão, seqüestração etc. não é acompanhada de uma preocupação com os próprios excluídos, que aparecem apenas como figuras indistintas. Assim, em sua análise do caso do homicida Pierre Rivière, o próprio personagem mal se destaca do depoimento discutido, o qual é tratado apenas como um "episódio discursivo". A descrição de Carlo Ginzburg da cosmologia de Menocchio, um herege do século XVI, oferece uma comparação significativa a esse respeito. Ver: Foucault, M. *et alii. Moi, Pierre Rivière...* Paris, Plon, 1973; Ginzburg, Carlo. *The Cheese and the Worms*. Londres, Routledge, 1989, pp. xvii-xviii *passim*.

Estrutura, sistema, reprodução social

Tentarei aqui assegurar-me de que as principais linhas do presente estudo não fiquem desagregadas demais na mente do leitor, resumindo o propósito geral das seções precedentes do livro. Na teoria da estruturação, uma série de dualismo ou oposições fundamentais para outras escolas de pensamento social são reconceituados como dualidades. O dualismo "indivíduo" e "sociedade", em particular, é reconceituado como a dualidade agência e estrutura. Até o momento, concentrei-me principalmente no desenvolvimento de uma série de conceitos que servem para elucidar o que o "indivíduo" é como agente reflexivo, ligando reflexividade com posicionamento e co-presença. Entretanto, a discussão da regionalização começa apontando o caminho no sentido de mostrar como esses interesses se entrecruzam com o estudo de sistemas sociais estendidos sobre vastos lapsos de tempo-espaço. Portanto, o passo seguinte consiste em observar em maior detalhe o conceito de sociedade, considerado por muitos a principal unidade de análise nas ciências sociais. O termo precisa ser examinado cuidadosamente, e proporei a conveniência de evitar alguns usos por completo.

Em certas tradições da teoria social, o conceito de sociedade está caracteristicamente ligado de modo direto ao de coerção. De fato, a tendência dos defensores da sociologia estrutural é de considerar a coerção de alguma forma como a característica definidora dos fenômenos sociais. Rejeitando esse ponto de vista, tentarei esclarecer a asserção de que as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente facilitadoras e coercivas, e especificarei como deve ser entendida a "coerção

estrutural". Isso, por sua vez, envolve indicar como muitos conceitos associados com o de "estrutura" poderiam ser mais bem formulados. Contudo, essa formulação não pode ser desenvolvida inteiramente num nível conceptual. Assim como forneci alguma substância à discussão de agência e *self* na forma de uma descrição da motivação, apresentarei também uma classificação e interpretação de tipos sociais para substanciar a análise de propriedades estruturais. Isso, por sua vez, leva-nos de volta a questões de "história", o que preparará o caminho para um exame de problemas de análise da mudança social no capítulo seguinte.

Um livro tem uma forma seqüencial, que pode ser superada, em certa medida, "circulando para dentro e para fora" de uma série de questões encadeadas, mas que têm, inevitavelmente, cada uma delas, seu próprio espaço de apresentação. À luz da abordagem que fiz no Capítulo 1, penso que, embora as seções sobre agente e co-presença precedam no texto as relacionadas com sistemas sociais mais amplos, não se presumirá que estou conceptualmente "começando com o indivíduo" ou que para mim os indivíduos sejam reais de um modo que as sociedades não o são. Não aceito qualquer desses pontos de vista, como as "Notas críticas" em apêndice a este capítulo devem deixar bem claro.

Sociedades, sistemas sociais

É fácil ver que, no uso comum, o termo "sociedade" tem dois sentidos principais (entre outras coisas, enquanto "sociedade" na acepção de "alta sociedade"): um abrange a conotação generalizada de interação ou "associação social"; o outro é a noção de que "uma sociedade" constitui uma unidade, com fronteiras que a distinguem de outras que a circundam. A ambigüidade do termo envolvendo esses dois sentidos é menos infeliz do que parece, pois as totalidades sociais nem sempre têm fronteiras claramente demarcadas, embora estejam tipicamente associadas a formas definidas de local. A tendência a supor que as sociedades, como totalidades sociais, são unidades de estudo

facilmente definíveis foi influenciada por numerosos e nocivos pressupostos nas ciências sociais. Um deles é a propensão para entender "sistemas sociais" em estreita relação conceptual com os sistemas biológicos, os corpos de organismos biológicos. São muito poucos os que hoje usam analogias orgânicas diretas na descrição de sistemas sociais, como era a tendência de Durkheim, Spencer e muitos outros pensadores sociais do século XIX. Mas os paralelos implícitos continuam sendo muito comuns, mesmo entre aqueles, por exemplo, que falam de sociedades como "sistemas abertos". Um segundo fator é a preponderância do que eu chamo de "modelos desdobráveis" ou "endógenos" nas ciências sociais^{1*}, os quais pressupõem que as principais características estruturais de uma sociedade, governando tanto a estabilidade quanto a mudança, são internas a essa sociedade. É bastante evidente a razão pela qual isso se liga com frequência ao primeiro tipo de concepção: imagina-se que as sociedades têm propriedades análogas às que controlam a forma e o desenvolvimento de um organismo. Finalmente, cumpre mencionar a tendência generalizada de estender a todas as formas de totalidade social características que, de fato, são específicas das sociedades modernas enquanto nações-Estados. As nações-Estados têm fronteiras territoriais clara e precisamente delimitadas, mas outros tipos de sociedade, de muito longe os mais numerosos na História, não as têm².

A resistência a esses pressupostos pode ser facilitada se reconhecermos que as totalidades sociais só são encontradas dentro do contexto de *sistemas intersociais* distribuídos ao longo das *extremidades do tempo-espaço* (ver pp. 287-9). Todas as sociedades são sistemas sociais e, ao mesmo tempo, constituídas pela interseção de múltiplos sistemas sociais. Estes podem ser totalmente "internos" às sociedades ou transpor as linhas divisórias entre o "interior" e o "exterior", formando uma diversidade de possíveis modos de conexão entre totalidades sociais e sistemas intersociais. Os sistemas intersociais não são imagi-

* As referências podem ser encontradas a pp. 260-3.

nários e envolvem caracteristicamente formas de relação entre sociedades de diferentes tipos. Todas estas podem ser estudadas como sistemas de dominação em termos de relações de autonomia e dependência vigentes entre eles. As “extremidades do tempo-espaço” referem-se a interconexões, e a diferenciais de poder, encontrados entre distintos tipos sociais, incluindo os sistemas intersociais.

Em suma, as “sociedades” são, pois, sistemas sociais que “se destacam” em baixo-relevo de um fundo constituído por toda uma série de outras relações sistêmicas, nas quais elas estão inseridas. Destacam-se porque princípios estruturais definidos servem para produzir um “aglomerado de instituições” global especificável através do tempo e do espaço. Esse aglomerado é a primeira e mais básica característica identificadora de uma sociedade, mas foram assinaladas outras também³. Estas incluem:

- 1) Uma associação entre o sistema social e um local ou território específico. Os locais ocupados por sociedades não são necessariamente áreas fixas. As sociedades nômades erram em percursos tempo-espaço de tipos variáveis.
- 2) A existência de elementos normativos que envolvem a pretensão de legítima ocupação do local. Os modos e estilos de tais pretensões de legitimidade podem, é claro, ser de muitos tipos e ser contestados em maior ou menor grau.
- 3) A preponderância, entre os membros da sociedade, de sentimentos de que possuem alguma identidade comum, como quer que esta se expresse ou se revele. Esses sentimentos podem ser manifestos tanto na consciência prática quanto na consciência discursiva e não pressupõem um “consenso de valor”. Os indivíduos podem estar cômicos de pertencer a uma coletividade determinada sem concordar em que isso seja necessariamente correto e apropriado.

É importante voltar a enfatizar aqui que a expressão “sistema social” não deve ser entendida como designando somente feixes de relações sociais cujas fronteiras estão assinaladas

com clareza, separando-os de outros. O grau de “sistemicidade” é muito variável. “Sistema social” tendia a ser uma expressão favorita dos funcionalistas, que raramente abandonaram por completo as analogias orgânicas, e dos “teóricos do sistema”, que tinham em mente ou sistemas físicos ou, uma vez mais, alguns tipos de formação biológica. Admito que uma das principais características da teoria da estruturação seja considerar problemáticos a extensão e o “fechamento” de sociedades no tempo e no espaço.

A tendência a adotar as nações-Estados como formas “típicas” da sociedade, por referência às quais outras podem ser avaliadas, é tão forte na literatura da teoria social que vale a pena desenvolver este ponto. Os três critérios acima mencionados aplicam-se diferencialmente em vários contextos sociais. Considere-se, por exemplo, a China tradicional numa data relativamente recente, cerca de 1700 da nossa era. É comum entre os sinologistas falar-se de “sociedade chinesa” nesse período. Sob esse rótulo, os estudiosos analisam fenômenos como as instituições do Estado, a pequena nobreza rural, unidades econômicas, padrões de família etc., considerando tudo isso convergente com um sistema social global especificável, a “China”. Mas a “China”, assim designada, refere-se apenas a um pequeno segmento do território que um funcionário do governo teria considerado a terra dos chineses. De acordo com sua perspectiva, existia somente uma sociedade na Terra, centrada na “China” enquanto capital da vida cultural e política, mas dilatando-se de modo a incluir uma diversidade de bárbaros nas áreas limítrofes exteriores. Embora estes últimos atuassem como se fossem agrupamentos sociais distintos dos chineses, eles eram considerados oficialmente pertencentes à China. Os chineses de 1700 incluíam no conceito de “China” o Tibete, a Birmânia e a Coreia, porquanto estavam, em certos aspectos, ligados ao centro. Existe uma base para a noção mais restrita de “China” adotada pelos historiadores e cientistas sociais ocidentais. Mas mesmo a aceitação de que havia uma “sociedade chinesa” distinta em 1700, separada do Tibete etc., significa geralmente colocar sob essa designação vários milhões de grupos etnicamente distintos do sul da China. Essas tribos consideravam-se

independentes e detentoras de seus próprios órgãos de governo. Elas eram, contudo, continuamente molestadas por representantes governamentais chineses, que as tratavam como pertencentes ao Estado central.

As modernas nações-Estados ocidentais são unidades administrativas altamente coordenadas no plano interno, quando comparadas às sociedades agrárias em maior escala. Levemos agora o exemplo um pouco mais para trás, para a China do século V, e indaguemos que vínculos sociais poderiam existir entre um camponês chinês da província de Ho-nan e a classe dominante T'o-pa. O camponês estava no mais baixo nível da ordem hierárquica, do ponto de vista dos membros da classe dominante. Mas suas relações sociais eram muito distintas do mundo social do T'o-pa. A maioria de seus contatos seria com outros, na família nuclear e extensa: muitas aldeias compunham-se unicamente de membros da linhagem. Os campos estavam costumeiramente organizados de tal modo que os membros de grupos de linhagem raras vezes se encontravam com alguém que não fosse seu afim no decorrer do dia de trabalho. O camponês teria visitado aldeias vizinhas, e talvez uma cidade da região, apenas em duas ou três ocasiões por ano. Na praça do mercado de uma aldeia ou cidade vizinha, ele teria encontrado outras classes ou categorias de pessoas – artífices, mercadores, artesãos e um funcionário subalterno da administração estatal, a quem ele pagaria os impostos. Durante toda a sua vida, com toda a probabilidade, nunca terá visto um T'o-pa. Os funcionários locais, que visitavam a aldeia, teriam de receber quotas de cereal ou tecido. Mas o aldeão provavelmente evitaria quaisquer outros contatos com o funcionalismo dos escalões superiores, se algum dia eles fossem iminentes, pois poderiam potencialmente significar escaramuças com a justiça, prisão ou serviço militar forçado.

As fronteiras reconhecidas pela administração T'o-pa não teriam coincidido com a extensão das atividades do agricultor, se este estivesse em certas áreas no Ho-nan. Durante todo o período T'o-pa, numerosos camponeses e agricultores mantiveram contatos com membros de seus clãs que viviam do outro lado da fronteira, nos estados meridionais. Mas aqueles que

não tivessem tais contatos tratariam os de além-fronteira como membros de seu próprio povo e não como estrangeiros de um outro estado. Suponhamos, porém, que encontrassem alguém da província de Kan-su, no noroeste do Estado T'o-pa. Essa pessoa seria tratada como completamente estranha, mesmo que estivesse trabalhando ao lado deles nos campos, falaria outra língua (provavelmente um dialeto mongol ou tibetano), vestisse-se de maneira diferente e teria costumes distintos. Tanto o camponês quanto o forasteiro provavelmente não teriam consciência de que ambos fossem “cidadãos” do império T'o-pa.

Os sacerdotes budistas da época também representavam algo fora do comum. Mas, com a exceção de uma pequena minoria, diretamente nomeada pela nobreza T'o-pa, a fim de servir em seus templos oficiais, eles tinham da mesma forma escasso contato com a classe dominante. O local deles, onde suas vidas estavam concentradas, era o mosteiro, mas apresentavam extensas redes de relações sociais, que iam desde a Ásia Central até o sul da China e a Coréia. Os mosteiros abrigavam pessoas de origem étnica e lingüística muito diferente, reunidas por seus objetivos religiosos comuns. Sua erudição distinguia essas pessoas de outros agrupamentos sociais. Os sacerdotes budistas cruzavam as fronteiras estaduais sem restrições, indiferentes àqueles de quem eram nominalmente “súditos”. Contudo, não eram considerados estranhos à sociedade chinesa, como aconteceu à comunidade árabe de Cantão no período T'ang. A administração estatal tratava essa comunidade, em alguns aspectos, como pertencente à sua jurisdição, requerendo dela o pagamento de impostos e instalando repartições especiais para lidar com seus membros. Mas também se reconhecia que ela pertencia a uma ordem social separada e, por conseguinte, não estava no mesmo nível de outras dentro do domínio do Estado. Um exemplo final:

No século XIX, encontramos na província de Yun-nan o domínio político de uma burocracia que era controlada por Pequim e representava o governo “chinês”. Havia aldeias e cidades nas planícies, habitadas por outros chineses que interagiam com os representantes do governo e, em certa medida, se identificavam

com este. Mas nas encostas das montanhas havia outros grupos, teoricamente também súditos da China, mas vivendo suas próprias vidas, até onde lhes era permitido, e tendo seus próprios valores e instituições, inclusive seu próprio sistema econômico. A interação com os chineses que viviam no vale era mínima e restrita à venda de lenha e compra de sal e têxteis. Finalmente, havia com frequência um terceiro grupo no topo das montanhas, também com suas próprias instituições, língua, valores e religião. Podemos, se quisermos, contornar essas condições qualificando essa gente de “minorias”. Entretanto, quanto mais recuado for o período estudado, mais se verifica que essas aparentes minorias eram, na verdade, sociedades auto-suficientes, autônomas, apenas vagamente ligadas entre si, às vezes, por vínculos econômicos e ocasional interação; o relacionamento dessas sociedades com o poder dominante era tipicamente o de um súdito com o conquistador no final de uma guerra, sendo mínimos os contatos de ambos os lados.⁴

Ao pensar em unidades maiores do que Estados imperiais, temos de evitar cair no etnocentrismo, algo tão fácil de acontecer. Somos hoje facilmente propensos a falar da “Europa” como uma entidade sociopolítica distinta, por exemplo, mas isso frequentemente resulta de uma leitura da História às avessas. Como sublinharam muitos historiadores interessados em perspectivas mais amplas do que as concentradas em nações ou mesmo “continentes”, se o complexo de sociedades que se estendem por toda a Afro-Eurásia fosse dividido em dois, não faria muito sentido uma separação entre a Europa como uma porção (o “Ocidente”) e o resto como o “Oriente”. A bacia mediterrânea, por exemplo, era uma unidade histórica antes do Império Romano e durante centenas de anos subsequentemente. A Índia, deslocando-se para o Oriente, marcou uma disjunção cultural maior do que a das várias terras do Oriente Médio com aquelas que confinam com a “Europa”; e houve uma descontinuidade ainda maior com a China. Como expressou laconicamente um historiador, “o Himalaia foi ainda mais eficaz do que o Hindu-Kush”. As diferenças entre importantes “áreas culturais” eram, com frequência, não muito menos marcadas do que as existentes entre as unidades que reconheceríamos ordinariamente como

“sociedades”. A regionalização de amplo espectro não deveria ser tratada como simplesmente composta de relações agregadas entre “sociedades”. Esse ponto de vista possui alguma validade quando aplicado ao mundo moderno de nações-Estados internamente centralizados, mas não quando se fala de eras anteriores. Assim, para alguns fins, toda a zona afro-eurásiana pode ser tratada como uma unidade. A “civilização”, de 6000 a.C. em diante, não se desenvolveu apenas enquanto criação de centros divergentes; foi, em certos aspectos, uma contínua expansão de “para fora” da zona afro-eurásiana como um todo.⁶

Estrutura e coerção: Durkheim e outros

A maioria das formas de sociologia estrutural, de Durkheim em diante, foram inspiradas pela idéia de que as propriedades estruturais da sociedade formam influências coercivas sobre a ação. Em contraste com essa concepção, a teoria da estruturação baseia-se na proposição de que a estrutura é sempre tanto facilitadora quanto coerciva, em virtude da relação inerente entre estrutura e agência (agência e poder). Está tudo muito bem, poderia dizer um crítico – e alguns, de fato, disseram⁷ –, mas essa concepção não sacrifica, de fato, qualquer coisa semelhante à “coerção” estrutural no sentido dado por Durkheim? Falar de estrutura como coerciva e facilitadora não será fazer seu elogio sem substância? Pois na teoria da estruturação a “estrutura” é definida como regras e recursos. Talvez seja fácil ver como a estrutura, nesse sentido, está implicada na geração de ação, mas as coisas não são tão evidentes quando a coerção intervém, pois parece não haver maneira de sustentar a “externalidade” dos fenômenos sociais em relação à atividade individual. Essa noção deve ser defendida, poder-se-ia sugerir, sejam quais forem as lacunas nos escritos dos principais responsáveis por afirmá-la. Assim, Carlstein observa:

um importante inconveniente no paradigma de Giddens é que os aspectos *facilitadores* da estrutura não são suficientemente contrabalançados pelos aspectos *coercivos*. Os princípios de limita-

ção são pouquíssimos e, ao dizer isto, não me refiro simplesmente às coerções morais-legais-normativas de natureza social enfatizadas por Durkheim e Parsons, isto é, as estruturas de legitimação. Refiro-me, outrossim, às *coerções básicas de mediação e limitação de recursos* que têm suas raízes em certas realidades bióticas e físicas da existência. Sem dúvida, a estrutura também deve implicar limites à variação e à contingência em sistemas sociais (sistemas socioambientais). É claro, existe margem para a variação e a criatividade humana. A História provou repetidas vezes como a aplicação de idéias e invenções em todos os domínios da prática altera a estrutura recebida. Mas esta última é maciçamente inclinada para o passado e impõe uma severa seleção às coisas que são produzidas e reproduzidas. [...]⁸

Argumentarei aqui, porém, que a teoria da estruturação não minimiza, de maneira nenhuma, a importância dos aspectos coercivos da estrutura. Mas a “coerção”, tal como é discutida na sociologia estrutural, tende a apresentar numerosos sentidos (a terminologia de Durkheim, com o valor que tem, oscilou realmente entre os termos *contrainte* e *coercition*); e a “coerção” não pode ser considerada a única qualidade definidora de “estrutura”.

Na teoria da estruturação, a estrutura sempre foi concebida como uma propriedade dos sistemas sociais, “contida” em práticas reproduzidas e inseridas no tempo e no espaço. Os sistemas sociais estão organizados hierárquica e lateralmente dentro de totalidades sociais, cujas instituições formam “conjuntos articulados”. Se esse ponto for ignorado, a noção de “estrutura” na teoria da estruturação revela-se mais idiossincrásica do que realmente é. Uma das circunstâncias que Durkheim geralmente associa à coerção (também sugerida na citação de Carlstein) depende da observação de que a *longue durée* de instituições tanto precede quanto ultrapassa as vidas dos indivíduos nascidos numa determinada sociedade. Isso não só é inteiramente compatível com a teoria da estruturação, como também inerente em sua própria formulação – embora a “socialização” do indivíduo na sociedade deva ser vista como envolvendo um processo temporal mútuo, conectando os “ciclos vitais” da criança e

das figuras parentais. Em seus primeiros escritos, Durkheim enfatizou os elementos coercivos da socialização, mas depois ele passou, de fato, a perceber com clareza cada vez maior que a socialização funde a coerção com a facilitação. Isso é facilmente demonstrado no caso da aprendizagem de uma primeira língua. Ninguém “escolhe” sua língua pátria, embora aprender a falá-la envolva elementos definitivos de submissão. Como qualquer língua cerceia o pensamento (e a ação) no sentido de que pressupõe uma série de propriedades articuladas e governadas por regras, o processo de aprendizagem lingüística fixa certos limites à cognição e à atividade. Mas, na mesma ordem de idéias, a aprendizagem de uma língua também expande imensamente as capacidades cognitivas e práticas do indivíduo.

Um segundo contexto em que Durkheim tende a falar de coerção tampouco oferece dificuldades lógicas para a teoria da estruturação. Entretanto, temos de ser cuidadosos para evitar alguns dos dilemas que as próprias análises de Durkheim fazem surgir nesse ponto. As totalidades sociais, sublinha ele, não só preexistem e sobrevivem aos indivíduos que as produzem em suas atividades, mas também se expandem no espaço e no tempo para além de qualquer agente considerado singularmente. Nesse sentido, as propriedades estruturais dos sistemas sociais são certamente exteriores às atividades do “indivíduo”. Na teoria da estruturação, o essencial desse ponto pode ser assim apresentado. As sociedades humanas, ou os sistemas sociais, não existiriam, em absoluto, sem a agência humana. Mas não se trata de que os agentes, ou autores, criam sistemas sociais: eles os reproduzem ou transformam, refazendo o que já está feito na continuidade da práxis⁹. A medida de distanciamento tempo-espaço é importante aqui. De modo geral (embora, por certo, não universalmente), é verdade que quanto maior for o distanciamento tempo-espaço de sistemas sociais – quanto mais suas instituições se fixam com firmeza no tempo e no espaço – tanto mais eles resistem à manipulação ou mudança por qualquer agente individual. Esse significado de coerção também está acoplado à facilitação. O distanciamento tempo-espaço fecha algumas possibilidades de experiência humana, ao mesmo tempo que abre outras.

A formulação dessa questão pelo próprio Durkheim, porém, é insuficiente, porque enunciada na terminologia do que viria a ser chamado por numerosos autores de as “propriedades emergentes”. Assim, Durkheim comenta:

A dureza do bronze não vem do cobre, do estanho ou do chumbo, que serviram para formá-lo e são corpos moles e dúcteis, mas sim de sua mistura. A fluidez da água, suas propriedades de sustento e outras não se encontram nos dois gases que a compõem, mas na substância complexa resultante de sua associação. Apliquemos esse princípio à sociologia. Se, como nos dão por certo, essa síntese *sui generis* que constitui toda sociedade dá origem a fenômenos novos, diferentes dos que ocorrem nas consciências isoladamente, é forçoso admitir que esses fatos específicos residem na própria sociedade que os produz e não em suas partes, quer dizer, em seus membros. São, portanto, nesse sentido, exteriores à consciência dos indivíduos enquanto tais, do mesmo modo que os aspectos distintivos da vida são exteriores às substâncias químicas que compõem o ser vivo.¹⁰

Transcrevi esta passagem com alguma extensão porque é muito conhecida e tem sido freqüentemente citada como uma formulação particularmente persuasiva. Os sistemas sociais possuem propriedades estruturais que não podem ser descritas em termos de conceitos pertinentes à consciência dos agentes. Mas os atores humanos, como “agentes competentes” reconhecíveis, não existem separados uns dos outros como o cobre, o estanho e o chumbo. Eles não se reúnem *ex nihilo* para formar uma nova entidade graças à sua fusão ou associação. Neste ponto, Durkheim confunde uma concepção hipotética de indivíduos num estado natural (não maculados pela associação com outros) com processos reais de reprodução social.

Uma terceira circunstância em que a “coerção” aparece nos escritos de Durkheim está em justaposição com o escopo de ação do agente. Ele dá o seguinte exemplo, entre outros:

Quando faço meu papel de irmão, marido ou cidadão, quando satisfaço os compromissos que assumi, cumprio deveres que estão definidos, para além de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo quando estão de acordo com meus próprios

sentimentos e sinto a realidade deles dentro de mim, esta não deixa de ser objetiva, pois esses deveres não foram estabelecidos por mim. [...]”¹¹

O ponto aqui é que os “fatos sociais” têm propriedades que confrontam cada indivíduo particular como características “objetivas” que limitam o âmbito de ação desse indivíduo. Eles não são apenas externos mas também externamente definidos, incorporados no que outros fazem ou no que consideram certo e adequado fazer.

Certamente há algo de correto quanto a essa pretensão, mas Durkheim foi impedido de expressá-la de modo satisfatório por causa das ambigüidades acerca da noção de externalidade. Ao ligar externalidade e coerção, sobretudo em seus escritos mais antigos, ele quis reforçar uma concepção naturalista de ciência social. Por outras palavras, quis buscar apoio para a idéia de que existem aspectos discerníveis da vida social governados por forças análogas às que operam no mundo material. É claro, a “sociedade” não é manifestamente externa aos atores individuais exatamente no mesmo sentido em que o meio lhes é externo. Assim, o paralelo resulta ser, na melhor das hipóteses, um tanto vago, e uma preocupação a respeito subsistiu incomodamente na obra subsequente de Durkheim, de par com o reconhecimento de que a “faticidade” no mundo social é, em certos aspectos básicos, um fenômeno muito diferente da “generosidade” da natureza.

Durkheim concentrou-se sobretudo nas coerções sociais em suas várias discussões da natureza da sociologia. Entretanto, como Carlstein sublinhou muito corretamente – e como eu acentuei antes, apoiando-me no tempo-geografia de que ele próprio se ocupa –, as coerções fundamentais sobre a ação estão associadas às influências causais do corpo e ao mundo material. Já assinalai que essas coerções são consideradas de importância essencial na teoria da estruturação. Capacidade e restrições de acoplamento, dentro de cenários materiais definidos, “selecionam” (como ele disse) de fato as possíveis formas de atividade em que os seres humanos se envolvem. Mas esses fenômenos também são, ao mesmo tempo, características faci-

litadoras de ação. Além disso, como acentuei, existem importantes deficiências nas formulações usuais de tempo-geografia.

Os aspectos acima de coerção/facilitação não são a mesma coisa que (nem são redutíveis a) operações de poder na vida social. De fato, a sociologia de Durkheim pode ser considerada irremediavelmente falha a respeito da ausência de uma concepção de poder distinta das propriedades coercivas generalizadas dos “fatos sociais”. Consideremos uma última e célebre passagem de Durkheim. Diz ele que a coerção é

intrinsecamente uma característica dos fatos [sociais]. [...] a prova disso é que ela se afirma assim que tento resistir. Se tento violar as regras do direito, elas reagem contra mim de modo a impedir minha ação, se ainda for possível. Alternativamente anulam ou tornam minha ação ajustada à norma, caso já tenha sido executada, mas seja reparável; ou fazem com que eu seja punido por ela, se não houver forma de reparação. [...] Noutros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções ordinárias, se meu modo de vestir não leva em conta os costumes seguidos em meu país e em minha classe social, o riso que provoço e o distanciamento em que me coloco produzem, ainda que de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos de uma punição propriamente dita¹².

A coerção refere-se aqui à estruturação de sistemas sociais como formas de poder assimétrico, em conjunção com o qual uma série de sanções normativas podem ser aplicadas contra aqueles cuja conduta é condenada, ou desaprovada, por outros. Como indica o enunciado de Durkheim, as coerções geradas por diferentes tipos de recurso podem variar desde a coerção física nua e crua até os métodos muito mais sutis de produzir submissão. Mas não traz benefício nenhum fazer com que esse significado da coerção se mescle aos outros. Além disso, como sublinhei com firmeza, o poder nunca é meramente uma coerção, mas está na própria origem das capacidades dos agentes de realizar as ações pretendidas.

Cada uma das várias formas de coerção também é, pois, de diversas maneiras, uma força de facilitação. Elas servem para

abrir certas possibilidades de ação, ao mesmo tempo que restringem ou negam outras. É importante enfatizar esse ponto, porque mostra que aqueles (incluindo Durkheim e muitos outros) que alimentaram a esperança de descobrir uma identidade distintiva para a “sociologia” na identificação da coerção estrutural envolveram-se num empreendimento inútil. Explicitamente ou não, a tendência desses autores foi de enxergar na coerção estrutural uma fonte de causação mais ou menos equivalente à operação de forças causais impessoais na natureza. O raio de “ação livre” dos agentes é restringido, por assim dizer, por forças externas que fixam limites estritos ao que eles podem realizar. Quanto mais a coerção estrutural está associada a um modelo da ciência natural, paradoxalmente, maior a liberdade do agente – dentro de qualquer espaço de ação individual deixado aberto pela intervenção da coerção. Por outras palavras, as propriedades estruturais dos sistemas sociais são como as paredes de um quarto de onde o indivíduo não pode fugir, mas em cujo interior ele consegue movimentar-se à vontade. A teoria da estruturação substitui esse ponto de vista por outro que sustenta estar a estrutura implícita nessa mesma “liberdade de ação” que é tratada como categoria residual e inexplicada nas várias formas de “sociologia estrutural”.

Três sentidos de “coerção”

Considerarei, em primeiro lugar, o significado de coerção com respeito à coerção material e à associada a sanções, e passarei depois à estrutural. O que é coerção quando falamos dos aspectos coercivos do corpo e de sua localização em contextos do mundo material? O termo refere-se, nesse caso, evidentemente, aos limites que as capacidades físicas do corpo humano, somadas às características relevantes do ambiente físico, impõem às opções viáveis ao dispor dos agentes. A indivisibilidade do corpo, a finitude do tempo de duração da vida e as dificuldades de “acondicionamento” no tempo-espaço, destacadas por Hägerstrand, são outros tantos exemplos de tais limi-

tes. As capacidades sensoriais e comunicativas do corpo humano são ainda outros. Estamos tão habituados a tratá-las como qualidades facilitadoras que é necessário proceder como que a uma reviravolta conceptual para deixar claro que também são coercitivas. Obviamente essas coerções não são totalmente “dadas”, de uma vez por todas; a invenção da comunicação eletrônica, por exemplo, alterou a relação preexistente entre a presença e os meios sensoriais do corpo. Entre as categorias acima mencionadas, a coerção, nesse sentido, é a única que não deriva do impacto que as atividades ou ligações sociais dos atores exercem sobre as de outros atores. A capacidade física e as restrições de acoplamento são limites para as vidas sociais viáveis que as pessoas podem levar.

O procedimento tempo-geográfico, de começar a análise social partindo da identificação de coerções físicas, é certamente útil se determinadas qualificações forem levadas em conta. Uma, como já disse, está em que as propriedades físicas do corpo e seus *milieux* materiais de ação são tanto facilitadores quanto coercivos, e esses dois aspectos têm de ser estudados juntos. Uma outra está em que a identificação de coerções físicas não fornece combustível para alimentar e defender uma interpretação materialista da vida social. Todos os seres humanos têm de defrontar as coerções do corpo, seus meios de mobilidade e comunicação. Mas disso não se segue que os modos de enfrentar essas coerções tenham, de algum modo, uma influência mais fundamental sobre a atividade social do que a de outros tipos de coerção.

Voltando ao poder enquanto fonte de coerção, cumpre sublinhar que ele é o meio de conseguir que as coisas sejam feitas; em definitivo, é tanto facilitador quanto coercivo. Os aspectos coercivos do poder são experimentados como *sanções* de vários tipos, indo desde a aplicação direta da força ou da violência, ou a ameaça disso, até a expressão moderada de desaprovção. As sanções só muito raramente assumem a forma de compulsão a que aqueles que as sofrem são totalmente incapazes de resistir, e mesmo isso pode acontecer apenas por um breve momento, como quando uma pessoa fica fisicamente desam-

parada sob o jugo de outra ou de outras. Todas as outras sanções, por mais opressivas e abrangentes que possam ser, requerem algum tipo de aquiescência por parte daqueles que se lhes submetem – o que é a razão para o alcance mais ou menos universal da dialética de controle. Esse é um terreno bastante familiar. Até mesmo a ameaça de morte é desprovida de qualquer peso, exceto no caso de o indivíduo assim ameaçado valorizar, de alguma forma, a vida. Dizer que um indivíduo “não tinha outra alternativa que agir de tal e tal maneira”, numa situação tal significa, evidentemente: “Dado o seu desejo de não morrer, a única alternativa que lhe restou foi agir como agiu.” É claro, quando a ameaça apresentada por uma sanção não é tão letal, a submissão poderá depender mais de mecanismos da consciência do que do medo de qualquer sanção – algo, de fato, a que Durkheim conferiu considerável ênfase ao falar sobre “sanções morais”. No caso das sanções, existem, obviamente, importantes assimetrias na relação coerção/facilitação. A coerção de uma pessoa é a facilitação de uma outra. Entretanto, como foi demonstrado pelas críticas às teorias de soma-zero, tais assimetrias não esgotam, em absoluto, o alcance do conceito de poder.

Devemos ter em mente, por um lado, o sentido um tanto vago que os termos como “aquiescência”, “complacência” ou “submissão” tendem a ter e, por outro, o fato de que, de forma alguma, toda “aquiescência” num dado conjunto de relações de poder é diretamente motivada. Aquiescer num determinado curso de ação poderia ser interpretado como a aceitação consciente deste e até mesmo a aceitação “voluntária” das relações de poder mais amplas nas quais ele se insere. Entendida desse modo, a aquiescência cobriria apenas uma pequena e relativamente marginal proporção de casos em que a conduta de um ator ou agregado de atores se adequa ao desejo ou interesse de outros. Geralmente as sanções só são muito “visíveis” quando algum tipo de transgressão especificada realmente ocorre ou é percebida como suscetível de ocorrer. Com frequência, as relações de poder estão profundamente enraizadas em modos de conduta tidos por certos por aqueles que os adotam, muito especialmente no comportamento rotinizado, o qual é apenas difusamente motivado.

Coerção material

Coerção resultante do caráter do mundo material e das qualidades físicas do corpo

Sanção (negativa)

Coerção resultante de respostas punitivas por parte de alguns agentes em relação a outros

Coerção estrutural

Coerção resultante da contextualidade da ação, isto é, do caráter "dado", de propriedades estruturais *vis-à-vis* com atores situados

O que é, pois, a coerção estrutural? Uma vez que a coerção resultante de sanções forma uma categoria à parte, os outros pontos de Durkheim fundem-se num só, se forem minuciosamente examinados. Dizer que a sociedade preexiste às vidas de cada um de seus membros individuais, em qualquer momento dado, significa apenas identificar uma fonte de coerção, na medida em que sua preexistência limita, de certo modo, as possibilidades abertas a eles. Enfatizar que os indivíduos estão contextualmente situados em relações sociais de maior ou menor extensão significa apenas, similarmente, identificar uma fonte de coerção, quando se mostra até que ponto isso limita suas capacidades. Em cada caso a coerção provém da existência "objetiva" de propriedades estruturais que o agente individual é incapaz de mudar. Tal como no caso das qualidades coercivas das sanções, a coerção estrutural é mais bem descrita como *a fixação de limites à gama de opções a que um ator, ou pluralidade de atores, tem acesso numa dada circunstância ou tipo de circunstância*.

Consideremos o exemplo dado por Durkheim, o do cumprimento de obrigações contratuais, ou de um tipo particular de contrato, como o de trabalho. O contrato obviamente envolve sanções legais rigorosamente definidas, mas deixemo-las conceptualmente de fora. As relações contratuais da indústria moderna colocam o indivíduo diante de um conjunto de circunstâncias que limitam as opções disponíveis de ação. Marx diz que os trabalhadores "devem vender-se" – ou, mais exatamente, vender sua força de trabalho – aos patrões. Esse "devem" da frase expressa uma coerção que deriva da ordem institucional da moderna empresa capitalista que o trabalhador defronta. Há apenas um caminho de ação aberto para o trabalhador destituído de propriedade: vender sua força de trabalho ao capitalista. Quer dizer, existe para ele uma única opção viável, dado que possui a motivação de desejar sobreviver. A "opção" em ques-

tão poderá ser tratada como única ou como um conjunto múltiplo de possibilidades. Ou seja, um trabalhador pode ter à sua escolha mais de uma oferta de emprego no mercado de trabalho. O ponto de vista de Marx, porém, é de que essas opções são efetivamente de um só tipo. No que concerne às recompensas que oferecem ao trabalhador e de outras características da relação trabalhador-empregador, todo trabalho assalariado é efetivamente o mesmo – e supostamente se torna ainda mais assim com o crescente desenvolvimento do capitalismo.

Todas as propriedades estruturais de sistemas sociais têm uma "objetividade" similar *vis-à-vis* com o agente individual. O grau em que essas qualidades são coercivas varia de acordo com o contexto e a natureza de qualquer seqüência dada de ação ou segmento de interação. Por outras palavras, as opções viáveis ao alcance dos agentes podem ser maiores do que no caso do exemplo do contrato de trabalho. Permitam-me reafirmar uma vez mais o teorema segundo o qual todas as propriedades estruturais dos sistemas sociais são tanto facilitadoras quanto coercivas. As condições do contrato de trabalho capitalista podem favorecer substancialmente os patrões em comparação com os trabalhadores. Mas estes, como ficaram desprovidos de propriedade, dependem dos recursos que os patrões fornecem. Ambos os lados derivam seu sustento da relação capital-trabalho assalariado, por mais assimétrica que ela possa ser.

Esta análise não invalida os tipos de alegações que os cientistas sociais e os historiadores podem fazer ao falarem de "forças sociais" sem referência às razões ou intenções dos agentes. Na análise institucional é lícito estabelecer conexões regularizadas que são colocadas de maneira "impessoal". Suponhamos, a título de ilustração, que isolemos uma relação entre mudança tecnológica e padrões de organização administrativa em firmas comerciais. O uso crescente da tecnologia de microchips, digamos, poderia ser comprovadamente associado a uma dissolução parcial de formas mais rígidas de autoridade hierárquica. A "força social" envolvida neste caso não é como uma força da natureza. As generalizações causais nas ciências sociais pressupõem sempre uma "mistura" típica de conseqüências premeditadas e impremeditadas de ação, com base na racionalização

da conduta, “implicada” no nível da consciência discursiva ou no da consciência prática. A mudança tecnológica não é algo que ocorre independentemente dos usos dados à tecnologia pelos agentes, dos modos característicos de inovação etc. É estranho que muitos sociólogos estruturais, que estão perfeitamente aptos a aceitar isso – que a tecnologia não muda em e de si mesma (como poderia ser?) –, não parecem enxergar que exatamente o mesmo se aplica às forças sociais que vinculam a mudança tecnológica a fenômenos tais como as hierarquias gerenciais. Seja como for, se como resultado principalmente de um planejamento consciente ou se de um modo mais ou menos completamente imprevisto por qualquer dos envolvidos, os atores modificam sua conduta e a de outros de tal forma a remodelar os modos de relações de autoridade – supondo-se que a conexão é, de fato, genuinamente causal.

Por que é que algumas forças sociais têm um aspecto aparentemente “inevitável” para eles? É porque, em tais situações, há poucas opções abertas aos atores em questão, supondo-se que se comportam racionalmente – neste caso, “racionalmente” significa alinhar de modo efetivo os motivos com os resultados finais da conduta envolvida, seja ela qual for. Quer dizer, eles têm “boas razões” para o que fazem, razões que os sociólogos estruturais provavelmente aceitam mais implicitamente do que explicitamente atribuir-lhes. Como essas boas razões implicam uma escolha entre alternativas viáveis muito limitadas, a conduta dos atores poderá parecer impulsionada por alguma força implacável semelhante a uma força física. Existem muitas forças sociais a que os atores, numa acepção expressiva dessa frase, “são incapazes de resistir”. Ou seja, nada podem fazer a respeito delas. Mas “nada podem” significa, neste caso, que eles não são capazes de fazer outra coisa que se sujeitem às tendências em questão, sejam elas quais forem, dados os motivos ou as metas que lhes inspiram a ação.

Admito como uma das principais implicações dos pontos precedentes a inexistência de uma entidade que constitua um tipo distinto de “explicação estrutural” nas ciências sociais; todas as explicações envolverão, pelo menos, referência implícita ao comportamento deliberado, racional, dos agentes e à sua

interseção com aspectos facilitadores e coercivos dos contextos social e material desse comportamento. Duas restrições precisam ser acrescentadas a essa observação: uma relacionada com o caráter historicamente mutável da coerção; a outra, com o fenômeno da reificação.

Coerção e reificação

A natureza da coerção é historicamente variável, bem como as qualidades facilitadoras geradas pelas contextualidades da ação humana. É variável em relação às circunstâncias materiais e institucionais da atividade, mas também às formas de cognoscitividade dos agentes acerca dessas circunstâncias. A compreensão disso é uma das principais proezas do pensamento marxista, quando não reincidiu no objetivismo. Quando isso ocorreu, tornou-se apenas, do ponto de vista metodológico, mais uma versão da sociologia estrutural, insensível aos múltiplos significados que, cumpre reconhecê-lo, a coerção possui em análise social. Por que existe tal insensibilidade? A resposta, penso, é muito clara. Está geralmente associada àqueles tipos de pensamento social que supõem ser a finalidade das ciências sociais desvendar leis da atividade social que tenham um *status* semelhante ao das leis científicas naturais. Presume-se que procurar as fontes da “coerção estrutural” é mais ou menos a mesma coisa que apurar as condições regidas por leis, as quais estabelecem limites à liberdade de ação. Isso, para muitos autores, é exatamente onde a “sociologia” encontra seu papel enquanto empreendimento distintivo entre as outras ciências sociais. Mas, de acordo com o ponto de vista aqui sugerido, produz uma forma de discurso reificado inadequado às reais características dos agentes humanos.

A “reificação” tem sido entendida de formas muito diversas na literatura da teoria social. Entre esses usos divergentes, três sentidos característicos podem ser mais comumente discernidos. Um deles é um sentido animista, em que às relações sociais são atribuídas características personificadas. Uma ver-

são disso encontra-se na célebre análise de Marx do “fetichismo da mercadoria”, na qual compara as relações da mercadoria com as “regiões nebulosas do mundo religioso”. Tal como na religião, “as produções do cérebro humano se apresentam como seres independentes dotados de vida e estabelecem relações entre eles e com a raça humana”, o mesmo ocorre no “mundo das mercadorias” com os “produtos saídos das mãos dos homens”¹³. Um outro sentido em que o termo reificação é freqüentemente empregado refere-se às circunstâncias em que os fenômenos sociais tornam-se dotados de propriedades características de coisas, que eles, de fato, não possuem. Uma vez mais, existe uma respeitável extração dessa cunhagem em Marx: “No valor de troca, a conexão social entre pessoas é transformada numa relação entre coisas. [...]”¹⁴ Finalmente, o termo “reificação” é usado, por vezes, para designar características das teorias sociais que tratam os conceitos como se fossem os objetos a que se referiram, ao atribuir propriedades a esses conceitos.

O segundo desses sentidos é o que adotarei, mas ele não é aceitável tal como se apresenta, porque subentende que a qualidade de ser “próprio de coisa” não necessita de qualquer explicação adicional e porque não esclarece que a reificação é uma noção discursiva. O conceito não deve ser entendido simplesmente em referência a propriedades dos sistemas sociais que são “objetivamente dadas” no tocante a atores situados, específicos. Pelo contrário, ele deve ser visto como referente a formas de discurso que tratam essas propriedades como “objetivamente dadas” do mesmo modo como o são os fenômenos naturais. Isto é, o discurso reificado refere-se à “faticidade” com que os fenômenos sociais confrontam os atores individuais de modo a ignorar como são produzidos e reproduzidos através da agência humana¹⁵. Assim, a reificação não deve ser interpretada como o significado de “próprio de coisa” em tal conotação; antes, diz respeito às consequências de pensar nesses termos, quer esse pensar pertença àqueles que se intitulam cientistas sociais ou a membros leigos da sociedade. O “modo reificado” deve ser considerado uma forma ou estilo de discurso, no qual as propriedades dos sistemas sociais são vistas como tendo a mesma fixidez pressuposta nas leis da natureza.

O conceito de princípios estruturais

As implicações das seções precedentes deste capítulo podem ser descritas da seguinte maneira. A coerção estrutural não se expressa em termos das implacáveis formas causais que os sociólogos estruturais têm em mente quando tanto enfatizam a associação de “estrutura” com “coerção”. As coerções estruturais não operam independentemente dos motivos e razões dos agentes para o que fazem. Não podem ser comparadas com o efeito de, digamos, um terremoto que destrói uma cidade e seus habitantes sem que eles possam fazer nada. Os únicos objetos moventes em relações sociais humanas são os agentes individuais, que empregam recursos para fazer as coisas acontecerem, intencionalmente ou não. As propriedades estruturais de sistemas sociais não atuam ou “agem sobre” alguém como as forças da natureza, para “compelir” o indivíduo a comportar-se de um modo particular. (Para discussão mais ampla dos problemas da pesquisa empírica, ver pp. 358-66.)

Entretanto, existe uma série de noções adicionais pertinentes à questão da “estrutura” em análise social, e elas requerem especial consideração. Examiná-las-ei abordando pela ordem as seguintes questões: como deve ser desenvolvido o conceito de “princípio estrutural”? Que níveis de abstração podem ser distinguidos no estudo das propriedades estruturais de sistemas sociais? De que modo os diversos sistemas sociais se articulam dentro de totalidades sociais?

Na identificação dos princípios estruturais, o exame tem de retroceder do frontal para o mais substantivo. Lembrarei, para começar, um dos elementos principais da teoria da estruturação, apresentado no primeiro capítulo. O “problema da ordem” nessa teoria é o problema de como se dá, nos sistemas sociais, a “ligação” de tempo e espaço, incorporando e integrando presença e ausência. Isso, por sua vez, está intimamente vinculado à problemática do distanciamento tempo-espaço: o “estendimento” dos sistemas sociais ao longo do tempo-espaço. Assim, os princípios estruturais podem ser entendidos como os princípios de organização que permitem formas reco-

nheticamente consistentes de distanciamento tempo-espaco com base em mecanismos definidos de integração social. Apoiando-me numa série de estudos comparativos e históricos¹⁶, proponho uma classificação de tipos de sociedade em três:

SOCIEDADE TRIBAL (culturas orais)	{ Tradição (práticas comunitárias) Parentesco Sanções grupais	(Fusão das integrações social e de sistema)
Organização de local dominante:	Bandos ou aldeias	
SOCIEDADE DIVIDIDA EM CLASSES	{ Tradição (práticas comunitárias) Parentesco Política – poder militar Interdependência econômica (baixa integração lateral e vertical)	(Diferenciação das integrações social e de sistema)
Organização de local dominante:	Simbiose de cidade e campo	
SOCIEDADE DE CLASSES (Capitalismo)	{ Rotinização Parentesco (família) Fiscalização Política – poder militar Interdependência econômica (elevada integração lateral e vertical)	(Diferenciação das integrações social e de sistema)
Organização de local dominante:	O “meio ambiente criado”	

Esse esquema é descrito com algum detalhe em *A Contemporary Critique of Historical Materialism*; farei agora apenas um rápido comentário a respeito¹⁷. Em sociedades tribais ou pequenas culturas orais, o princípio estrutural dominante opera ao longo de um eixo que relaciona tradição e parentesco, inserindo-se no tempo e no espaço. Nessas sociedades, os meios de integração social e de sistema são os mesmos, dependendo

preponderantemente da interação nos cenários de locais de alta disponibilidade de presença. É claro que vários subtipos diferentes de sociedade podem ser distinguidos dentro dessa categoria geral. Devo enfatizar que não é minha pretensão apresentar essa classificação como um esquema evolucionista sub-reptício. As culturas orais não devem ser entendidas como sociedades em que a integração de sistema “ainda não” se desembarçou da integração social. Como Lévi-Strauss, mais do que ninguém, fez por deixar bem claro, as sociedades tribais – nas quais a humanidade tem vivido, salvo numa pequena fração de sua história – são substancialmente divergentes das “civilizações” de qualquer tipo. A invenção da escrita, tão estreitamente ligada à formação de Estados e classes, altera o caráter do tempo como experiência vivida, pelos próprios meios com que permite uma expansão do distanciamento tempo-espaco.

O princípio estrutural dominante da sociedade dividida em classes – a qual, obviamente, inclui também uma série de subtipos – encontra-se ao longo de um eixo que correlaciona as áreas urbanas com seus *hinterlands* rurais. A cidade é muito mais do que um mero *milieu* físico. É um “recipiente de armazenagem” de recursos administrativos em torno do qual são construídos os Estados agrários. A diferenciação de cidade e campo é o instrumento da separação entre integração social e de sistema, embora uma e outra não sejam necessariamente coincidentes, pois a relação simbiótica de cidade e campo pode assumir várias formas¹⁸. Nas sociedades divididas em classes, as práticas tradicionais e as relações de parentesco, até mesmo as identificações tribais, mantêm-se muito preeminentes. O Estado não consegue penetrar profundamente em costumes localizados, e o poder militar puro e simples constitui um dos principais esteios do oficialismo para “conter” as regiões mais afastadas, onde o controle administrativo direto é especialmente fraco. A sociedade dividida em classes é marcada, entretanto, por um certo destrinçamento das quatro esferas institucionais anteriormente distinguidas (p. 39). A organização do Estado, com seus funcionários, é separada em parte dos procedimentos característicos da atividade econômica; existem códigos for-

mais de leis e punição, e fazem-se sentir modos de coordenação simbólica, baseados em textos escritos.

O capitalismo moderno não é um tipo de “civilização” entre outros, e não assinala um desenvolvimento evolucionista “a partir” das sociedades divididas em classes. Como o primeiro tipo genuinamente global de organização social em toda a História, ele tem suas origens numa dupla descontinuidade no desenvolvimento do Ocidente. Existem divergências de longo prazo na formação do Ocidente, em comparação com as outras principais “civilizações”, durante um período de uns dois milênios; a Europa continuou sendo um “sistema de Estados”, e nenhum centro imperial dominante foi restabelecido em seu seio após a desintegração do Império Romano. Dentro dessa ampla divergência, entretanto, foi introduzida uma série de grandes descontinuidades em relação a outros tipos de sociedade, em virtude das revoluções política e industrial interligadas a partir do século XVIII em diante. O princípio estrutural distintivo das sociedades de classes do capitalismo moderno será encontrado na separação das instituições estatais e econômicas, ainda que estas se mantenham interligadas. O tremendo poder econômico gerado pela utilização de recursos de alocação para uma tendência genérica no sentido do progresso técnico é acompanhado por uma enorme expansão do “alcance” administrativo do Estado. A fiscalização – a codificação de informação pertinente à administração das populações súditas, mais a supervisão direta por funcionários e administradores de todos os tipos – torna-se um mecanismo decisivo para favorecer o abandono do sistema baseado na integração social. As práticas tradicionais foram dispersadas (sem desaparecerem por completo, é claro) sob o impacto da penetração de procedimentos administrativos codificados na vida cotidiana. Os locais que fornecem os cenários para a interação em situações de co-presença passam por um importante conjunto de transmutações. A antiga relação cidade-campo é substituída pela expansão crescente de um “meio ambiente criado” ou fabricado.

É possível formular uma classificação de sistemas intersociais – de um modo geral, pelo menos – em termos de classificação de tipos de sociedade dada acima, como segue:



Cumprе assinalar que esta classificação não é simétrica em relação à cronologia histórica. A menor categoria figurativamente – os sistemas de sociedades tribais – é de longe a maior em termos de duração. Os sistemas intersociais envolvendo sociedades tribais, entretanto, sempre foram relativamente fragmentários, no sentido de que ficaram confinados no tocante às suas configurações no tempo-espaço. Dominaram o mundo durante a maior parte da história humana, mas não formaram “sistemas mundiais” na acepção de Wallerstein¹⁹. Quer dizer, as “civilizações” desenvolveram centros de poder que influenciaram vastos segmentos do globo e “dispararam” o processo de rápida mudança social. Contudo, os sistemas mundiais imperiais só existiram em relação instável com uma diversidade de formas de sociedades tribais e, com frequência, sucumbiram aos ataques ou pressões de tais sociedades. A fase de economia mundial capitalista primitiva foi transitória na História, não durando mais de dois séculos. Entretanto, existiu nela uma variedade maior de tipos de sociedade inter-relacionadas do que em qualquer outro período antes ou depois. Pois desde então a crescente ascendência das sociedades capitalistas oci-

dentais, desafiada somente pelas de socialismo de Estado²⁰, em termos de seu poder industrial e militar, destruiu ou corroeu implacavelmente as sociedades tribais e divididas em classes, as quais talvez estejam desaparecendo para sempre da face da Terra. O sistema mundial contemporâneo, pela primeira vez na história humana, é aquele em que a ausência no espaço já não impede a coordenação de sistema. Será necessário sublinhar, uma vez mais, que o desenvolvimento do sistema mundial de nação-Estado não é coetâneo com a expansão da coesão e do consenso? Pois os mesmos desenvolvimentos que criaram de imediato essa forma distintivamente moderna de sociedade, a nação-Estado, e seu envolvimento num sistema global de novo tipo, também geraram, ao mesmo tempo, cismas que, na era nuclear, ameaçam a própria sobrevivência da humanidade como um todo²¹.

Estruturas, propriedades estruturais

Conforme enfatizei antes, o conceito de estrutura pode ser usado de um modo técnico e de um modo mais geral. Entendida como regras e recursos, a estrutura está repetidamente subentendida na reprodução de sistemas sociais e é totalmente fundamental para a teoria da estruturação. Se usada de um modo mais impreciso, pode-se falar dela em referência às características institucionalizadas (propriedades estruturais) das sociedades. Em ambos os usos, “estrutura” é uma categoria genérica envolvida em cada um dos conceitos estruturais abaixo indicados:

- 1) *princípios estruturais*: princípios de organização de totalidades sociais;
- 2) *estruturas*: conjuntos de regras e recursos envolvidos na articulação de sistemas sociais;
- 3) *propriedades estruturais*: características institucionalizadas dos sistemas sociais, estendendo-se ao longo do tempo e do espaço.

A identificação de princípios estruturais, e suas conjunturas em sistemas intersociais, representa o nível mais abrangente

de análise institucional. Quer dizer, a análise desses princípios refere-se a modos de diferenciação e articulação de instituições através do tempo-espaço de maior “profundidade”. O estudo de conjuntos estruturais, ou *estruturas*, envolve o isolamento de distintos “grupos” de relações de transformação/mediação implícitos na designação de princípios estruturais. Os conjuntos estruturais são formados pela mútua conversibilidade das regras e dos recursos envolvidos na reprodução social. As estruturas podem ser analiticamente distinguidas dentro de cada uma das três dimensões de estruturação, significação, legitimação e dominação, ou através de todas estas. Apresentarei alhures uma ilustração²² sobre a qual farei agora um comentário algo mais extenso. Trata-se do exemplo de propriedade privada na análise de Marx do capitalismo moderno.

Consideremos o que está envolvido no seguinte conjunto estrutural:

propriedade privada : moeda : capital : contrato de trabalho : lucro

As relações estruturais aqui indicadas demarcam uma das mais fundamentais transmutações envolvidas no surgimento do capitalismo e, por conseguinte, contribuem significativamente para a estruturação global do sistema. No feudalismo (em minha terminologia, um entre outros tipos de sociedade dividida em classes), a propriedade privada dos meios de produção baseava-se predominantemente na posse de terra, e esta era limitada por numerosas restrições no que concerne à alienabilidade. Naquilo que diz respeito a essas relações de conversão, elas estavam confinadas a setores marginais da economia. No capitalismo, em contrapartida, a propriedade privada dos meios de produção assume uma *forma* diferente – a terra passa a ser somente um tipo entre outros recursos mobilizados dentro da produção – e uma diversidade de bens torna-se livremente alienável. Essencial nesse processo, demonstrou Marx, é a universalização da forma de mercadoria. A condição para

tal universalização é um desenvolvimento completo de uma economia monetária. A moeda, diz Marx, é “a forma metamorfoseada de todas as outras mercadorias, o resultado da alienação geral delas”²³. A moeda (ou dinheiro = *D*) representa, por um lado, uma mercadoria vendida (*M*) e, por outro, uma mercadoria a ser comprada. *D-M* é uma compra, mas, ao mesmo tempo, é *M-D*, uma venda: “a metamorfose final de uma mercadoria é a primeira metamorfose de outra” ou, como disse Quesnay sobre a mesma coisa em suas *Maximes générales*, “vendre est acheter” [vender é comprar]. A diferenciação de mercadorias em mercadorias e dinheiro não dissolve as diferenças materiais entre mercadorias; desenvolve, diz Marx, um *modus vivendi*, “uma forma em que podem existir lado a lado”²⁴.

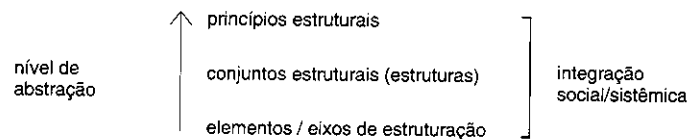
M-D-M, a mais simples forma de circulação de mercadorias, constitui o ponto de partida do capital. Em contraste com a propriedade fundiária do feudalismo, o capital adota primeiro a forma do dinheiro – o capital do comerciante e do usuário. A primeira distinção entre dinheiro e capital é simplesmente uma diferença na relação de transformação envolvida, expressa como *D-M-D*. Esta fórmula expressa a transformação de dinheiro em mercadorias e de mercadorias de novo em dinheiro – por outras palavras, comprar a fim de vender. O dinheiro que sofreu essa transformação passou a ser capital. Tal como a outra relação, a *D-M-D* envolve duas fases ligadas de transmutação. Na primeira, o dinheiro é convertido numa mercadoria; na segunda, a mercadoria volta a ser convertida em dinheiro. Mas a combinação dessas fases, argumenta Marx, “constitui um só momento”, pelo qual uma mercadoria é comprada para ser vendida. Poderia parecer como se tivesse ocorrido uma simples troca de moeda por moeda – mais ou menos, de acordo com o êxito ou não da transação. Mas quando a moeda se transformou em capital, passou por um “movimento característico e original” de tipo muito distinto daquele de, digamos, um camponês que vende trigo e usa dinheiro assim adquirido para comprar roupas. As transformações envolvidas em *D-M-D*, comparadas com *M-D-M*, diferem muito mais do que na mera diferença na “direção” da troca.

A diferença está em que, na relação *M-D-M*, a moeda é convertida num valor de uso, o qual é então “consumido”. Na

forma oposta, *D-M-D*, a moeda não é despendida; ela é “passada adiante” – o segredo da transformação da moeda em capital. Na forma *M-D-M*, o mesmo elemento monetário muda de lugar duas vezes, completando a transação. Mas ocorre o contrário na relação *D-M-D*: neste caso, não é a moeda que muda duas vezes de mão, mas a mercadoria. A transmutação de moeda em capital depende da renovação da operação, de seu “refluxo”, o qual somente a relação *D-M-D* possibilita. Assim, *D-M-D* deveria ser mais precisamente escrito como *D-M-D'*, como um processo expansionista. A circulação de mercadorias passou a estar desligada neste caso de uma relação direta com o valor de uso. O capital não transaciona em valores de uso, mas em valores de troca.

Entretanto, *D-M-D'* tanto pode representar capital mercantil como capital industrial. Por conseguinte, é tão-somente a “fórmula geral do capital”. Uma relação estrutural adicional está subentendida no desenvolvimento do capital industrial ou manufatureiro, aquele que, tal como a natureza alterada da propriedade privada, pressupõe um importante processo de mudança social. Essa relação é a possibilidade da transformação do capital em trabalho e vice-versa, algo que pressupõe uma expropriação maciça dos trabalhadores do controle de seus meios de produção, de modo que eles têm de oferecer sua força de trabalho para venda no mercado a fim de obter seu sustento. A força de trabalho é uma mercadoria que tem, entre outras características, a de ser uma fonte da criação de valor. O contrato de trabalho capitalista está inerentemente envolvido na transformação da moeda num equivalente da força de trabalho. “Essa relação não tem uma base natural, e também sua base social não é comum a todos os períodos históricos. É claramente o resultado de um desenvolvimento histórico passado, o produto de muitas revoluções econômicas, da extinção de toda uma série de formas mais antigas de produção social.”²⁵ Assim, o isolamento de tal conexão ajuda a diagnosticar uma das características estruturais essenciais da nova forma institucional constituída pelo capitalismo. O fato de a força de trabalho ser uma mercadoria não é especificado na “fórmula geral do capital”.

O contrato de trabalho capitalista pressupõe que o empregador e o trabalhador “encontram-se no mercado” em circunstâncias em que cada um é “formalmente livre”. Esse é um aspecto básico das relações de classe do capitalismo. Um é comprador, o outro um vendedor da força de trabalho. O “dono” desta vende-a somente por um período definido, e assim também o empregador a “adquire”. A escravatura, em que algumas pessoas são donas de outras, não permite a mercadorificação da força de trabalho. O valor desta, em comum com o de outras mercadorias, é governado pelo tempo de trabalho envolvido em sua produção e, por conseguinte, pelo que é solicitado para garantir a sobrevivência física daqueles que fornecem trabalho. A transformação do aluguel da força de trabalho em lucro depende, é claro, da geração de mais-valia. O “tempo de trabalho necessário” é o cedido para a manutenção da fonte de força de trabalho, o trabalhador; o trabalho excedente é a fonte de lucro.



Não existe um ponto definido de separação entre os três níveis de abstração distinguidos no diagrama acima. A especificação de conjuntos estruturais, conforme indicado anteriormente, é de importância básica para a elaboração de princípios estruturais globais, mas uma tarefa funde-se obviamente com a outra. O mesmo vale para o mais baixo nível de abstração, o isolamento de elementos ou eixos de estruturação. Distinguir elementos de estruturação preserva a *epoché* da análise institucional, mas traz o nível de estudo para mais perto do exame direto de relações de co-presença. A fim de preservar a continuidade com a discussão precedente, prosseguirei examinando o ponto de vista de Marx a respeito de uma importante característica da produção capitalista: a divisão do trabalho. É uma análise com a qual estou predominantemente de acordo, embora meu principal propósito seja aqui ilustrativo²⁶.

Marx procura mostrar que a divisão do trabalho está intimamente vinculada à natureza da manufatura e, portanto, às relações estruturais descritas nos parágrafos precedentes deste capítulo. A divisão do trabalho liga as características estruturais mais amplas do capitalismo, conforme previamente identificadas, com a organização mais próxima da empresa industrial. A manufatura, uma característica saliente do capitalismo que avançou para além do comércio, está associada a dois modos de surgimento de oficinas. Um é a reunião, sob o controle de um determinado empregador, de trabalhadores com diferentes qualificações num local específico. Estas são coordenadas na fabricação de um só produto. Mas tal coordenação tende também progressivamente a retirar aspectos das qualificações originalmente possuídas pelos trabalhadores, culminando na fragmentação de tarefas em processos “detalhados”, “cada um dos quais se cristaliza na função exclusiva de um determinado trabalhador, sendo a manufatura, como um todo, executada pelos homens em conjunto”²⁷. Um segundo modo em que a manufatura se produz é, de certa forma, o inverso disso. É a reunião num local de um número de trabalhadores que executam todos a mesma tarefa, fabricando cada trabalhador o artigo completo. Entretanto, as “circunstâncias externas”, diz Marx, levam a mudanças na mesma direção daquelas que ocorrem no primeiro tipo de cenário. Portanto, o trabalho é redistribuído; em vez de trabalhadores todos ocupados da mesma forma lado a lado, as operações são decompostas em tarefas detalhadas, organizadas de modo cooperativo. A forma final é, assim, a mesma em ambos os casos: “um mecanismo produtivo cujas peças são seres humanos”²⁸.

A divisão do trabalho detalhada é de suma importância para a organização da empresa capitalista sob múltiplos aspectos. Aumenta as oportunidades de fiscalização direta da força de trabalho e a consolidação da disciplina de trabalho. Mas também expressa e possibilita a conexão do trabalho, como força de trabalho, com a tecnologia da produção mecânica. Pois o “trabalhador encarregado do detalhe” executa um número circunscrito de operações repetitivas que podem ser coordenadas com

os movimentos de processos mecanizados de produção. A divisão do trabalho dentro da empresa não é simplesmente um aspecto ou extensão da existente fora dela. A “divisão do trabalho na sociedade” depende da compra e venda de produtos de diferentes setores da indústria, ao passo que a de dentro da empresa deriva da venda da força de trabalho de uma pluralidade de trabalhadores a um empregador que a aplica de forma coordenada.

A divisão do trabalho dentro de uma oficina implica a autoridade absoluta do capitalista sobre os homens, estes simples membros de um mecanismo total que lhe pertence; a divisão social do trabalho pressupõe produtores de mercadorias independentes, que apenas reconhecem a autoridade da concorrência. [...] É muito característico [acrescenta Marx, de modo cáustico] que os apologistas entusiastas do sistema fabril não tenham nada mais condenatório contra a organização geral de trabalho social do que o fato de esta poder tornar a sociedade uma imensa fábrica.”

Analisar a divisão do trabalho desse modo é elucidar um eixo de estruturação que vincula a forma interna da empresa com aspectos mais amplos da totalidade social, indicando ao mesmo tempo contrastes com a “divisão do trabalho na sociedade”. Evidentemente, essas relações poderiam ser explicadas com muito maior detalhamento. Na análise institucional, isso envolve pormenorizar as relações de transformação/mediação implicadas no “agrupamento” de práticas institucionalizadas através do espaço e do tempo. Entretanto, uma vez que abandonamos a *epoché* da análise institucional, todas as relações estruturais acima indicadas, em qualquer nível, têm de ser examinadas como condições de reprodução do sistema. Elas ajudam a selecionar características básicas dos *circuitos de reprodução* implícitos no “estendimento” de instituições ao longo do espaço e do tempo. Analisar circuitos de reprodução, deve ficar claro, não é equivalente à mera identificação de fontes de estabilidade social. Serve, na verdade, para indicar algumas das principais formas de troca envolvidas na transição de um tipo de totalida-

de social para um outro. O que “deve acontecer” para ocorrerem certas condições de reprodução do sistema coloca-se como uma questão contrafactual, não como uma versão dissimulada de funcionalismo.

Um circuito de reprodução pode ser esboçado num diagrama (ver a Figura 11):

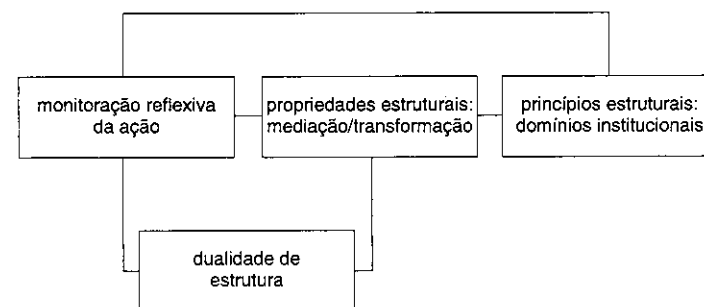


Figura 11

A reintrodução da dualidade da estrutura significa abandonar o tempo-espaço virtual da análise institucional, reencontrando desse modo na “História”. Todas as propriedades estruturais de sistemas sociais, para repetir um tema dominante da teoria da estruturação, constituem o veículo e o resultado das atividades contingentemente realizadas de atores situados. A monitoração reflexiva da ação em situações de co-presença é a principal característica de ancoragem da integração social, mas tanto as condições quanto os resultados da interação situada estendem-se muito além dessas situações enquanto tais. Os mecanismos de “estendimento” são variáveis, mas nas sociedades modernas tendem a envolver a própria monitoração reflexiva. Isto é, compreender as condições da reprodução do sistema passa a ser parte daquelas condições de reprodução do sistema como tais.

Podemos pesquisar essas observações mais concretamente retornando ao conjunto estrutural discutido antes. As duas

transformações opostas mas complementares, M-D e D-M, só ocorrem, é claro, através das atividades de compradores e vendedores atuando numa série de cenários divergentes. Segundo Marx, a relação M-D-M coloca três *dramatis personae* em correlação. O dono de uma mercadoria entra em contato com um detentor de dinheiro, tornando-se o dinheiro “sua forma-equivalente transitória”. A moeda, o “termo final da primeira transmutação”, é a origem da terceira, a compra de uma outra mercadoria³⁰. Mas, como Marx afirma, isso é insatisfatório, pois as relações estruturais não são isomórficas para os atos de indivíduos correspondentes que os personificam. É justamente nessas tendências da argumentação de Marx que se pode ver donde Althusser deriva a corroboração textual para a visão de que os agentes humanos nada mais são do que “suportes” para os modos de produção. Além disso, também é fácil ver como semelhante estilo de análise resvala no funcionalismo. Pois se as relações entre propriedades estruturais, uma vez isoladas, são tratadas como tendo sua própria “dinâmica interna”, mais como necessidades funcionais do que como condições continuamente reproduzidas, as atividades de indivíduos historicamente situados parecem, de fato, algo redundantes. As condições globais de reprodução do sistema não são, em absoluto, “garantidas” pelas relações estruturais de que dependem (de modo contrafactual). A análise dessas relações no tempo-espaço virtual tampouco explica por que ocorrem. Isso significa que é sumamente importante mudar a orientação conceptual quando se passa de tal análise para o estudo das condições de reprodução do sistema.

Entendo por circuitos de reprodução os “trajetos” claramente definidos de processos que realimentam suas fontes, quer tal *feedback* seja ou não reflexivamente monitorado por agentes em posições sociais específicas. Quando Marx usa o termo “circuitos de capital” parece ter algo desse tipo em mente; contudo, quero referir-me às condições reais de reprodução social, ao passo que ele usa às vezes o termo em referência ao que chamei de conjuntos estruturais. Os circuitos de reprodução podem sempre ser utilmente examinados em termos da regionalização de locais. Não há mal nenhum em pen-

sar em tais circuitos como tendo algo em comum com os circuitos eletrônicos, os quais podem ser traçados num *display* visual – as técnicas gráficas de tempo-geografia poderiam, de fato, ser relevantes neste ponto. Os circuitos de reprodução associados ao conjunto D-M-D¹ – como o próprio Marx deixa claro – dependem realmente de longos processos de mudança não apenas no interior das sociedades mas também numa escala internacional. A concentração da população em áreas urbanas de recente expansão (e internamente transformadas) constitui um desses processos de mudança. Mas tão importante quanto qualquer desses processos é a mecanização do transporte, a tremenda expansão dos meios de comunicação a partir do final do século XVIII e o desenvolvimento da comunicação eletrônica desde a invenção do código Morse.

Contradição

Observa-se comumente que o conceito de contradição deveria permanecer um conceito lógico, em vez de ser aplicado à análise social. De fato, é possível ver considerável justificativa para tal julgamento, porque o termo é freqüentemente empregado de modo tão vago que não tem qualquer ligação com a contradição em lógica. Entretanto, uma vez usado com certo cuidado, penso que ele é indispensável em teoria social. Proponho usá-lo em dois sentidos: o de “contradição existencial” e o de “contradição estrutural”. Cada um deles preserva alguma continuidade com o uso lógico do termo, embora não seja uma extensão direta desse uso.

Por contradição existencial refiro-me a um aspecto elementar da existência humana em relação com a natureza ou com o mundo material. Poder-se-ia dizer que existe um antagonismo de opostos no próprio âmago da condição humana, no sentido de que a vida está implicada na natureza e no entanto não é dela e é destacada dela. Os seres humanos emergem do “nada” da natureza inorgânica e desaparecem de volta a esse estado estranho do inorgânico. Isso poderia parecer ser um tema

francamente religioso e, como tal, pertencer ao domínio privado da teologia e não ao da ciência social. Mas considero-o, de fato, de grande interesse analítico, embora não tente desenvolver aqui essa asserção.

A contradição estrutural refere-se às características constitutivas das sociedades humanas. Sugiro que os princípios estruturais operam em contradição. O que quero dizer com isso é que eles funcionam em termos recíprocos mas, no entanto, também se contraditam³¹. Nesse sentido, a “contradição” pode ser ainda dividida em duas. Por contradições primárias refiro-me àquelas que entram na constituição de totalidades sociais; por contradições secundárias entendo as que dependem de contradições primárias ou se originam nestas. Não pretendo com isso apresentar simplesmente uma série abstrata de distinções; elas têm de ser relacionadas com o estudo dos tipos de sociedade acima descritos. O conceito de contradição estrutural faz referência a uma caracterização específica do Estado. Exceto no caso da sociedade tribal, o Estado é considerado o foco (embora não, como tal, também a origem) da contradição estrutural primária.

Dos três tipos de sociedade que distingui, as sociedades tribais são as que vivem em mais íntima relação com a natureza. Não me refiro com isso a seu desenvolvimento tecnológico ou, pelo menos, não só a ele. Nas sociedades tribais, os seres humanos vivem intimamente uns com os outros, em condições de co-presença e dentro dos ritmos da natureza em sua conduta cotidiana; mas também integram o mundo natural cognitivamente com suas atividades. Do ponto de vista das civilizações – em especial a do Ocidente moderno – isso é algo para ser visto apenas negativamente, um fracasso em ascender a um nível superior numa escala cognitiva. Lévi-Strauss expressa esse fato muito bem quando comenta: “Podemos dizer que a Antropologia [...] interessa-se por sociedades *não-civilizadas*, *sem* um sistema de escrita e *pré* ou *não-industrial* em tipo.” Entretanto, em alguns aspectos, as sociedades “modernas” é que deviam ser definidas em termos negativos. Nossas relações mútuas são agora apenas ocasional e fragmentariamente baseadas na “experiência genérica”, na “apreensão” concreta de uma pessoa “por

uma outra”³². A “mundivisão” mítica e os modos de representação que emprega servem para estabelecer homologias entre condições naturais e sociais ou, mais exatamente, possibilitam a equiparação de contrastes significativos encontrados em diferentes planos: o “geográfico, meteorológico, zoológico, botânico, técnico, social, ritual, religioso e filosófico”³³.

Os mitos são mediadores cognitivos da contradição existencial. Isso significa que, no mito, os temas de incesto, de sexualidade, de vida e morte são explorados e “explicados” para aqueles que os contam e aqueles que os escutam. Se as sociedades tribais são culturas frias – que não são apanhadas num fluxo de mudança no qual suas instituições estão engrenadas – não é porque estejam parcamente “adaptadas” à natureza, como diriam as teorias evolucionistas. Pelo contrário, é porque essas instituições se entremisturam com a natureza de modo imediato e envolvente. A contradição existencial expressa-se diretamente, por assim dizer, naquelas instituições em virtude do papel fundamental do parentesco e da tradição. As relações de parentesco são o principal formato em torno do qual se constrói aquela “‘apreensão’ concreta” dos indivíduos de que fala Lévi-Strauss. Também constituem o meio pelo qual a vida é produzida – ou, no sentido original do termo, reproduzida. A tradição, por outro lado, é a fonte da injeção de significado moral no tempo reversível da vida cotidiana; imersa nela, a finitude da existência individual é interpolada dentro de uma dimensão de intemporalidade moral. Não há necessidade de retratar tais circunstâncias da vida social como um idílio *à la* Rousseau; o ponto é que, quer na vida pastoril e bucólica primitiva, quer em culturas orais, expressa diretamente a proximidade de humanidade e natureza.

SOCIEDADE TRIBAL
(Culturas orais)

Preeminência da contradição existencial
Ausência de Estado

SOCIEDADE DIVIDIDA EM CLASSES

Contradição estrutural/contradição existencial
Forma de Estado: relação cidade/campo

SOCIEDADE DE CLASSE
(Capitalismo)

Preeminência da contradição estrutural
Forma de Estado: nação-Estado

As culturas tribais são de caráter segmentado. Quer dizer, consistem em centros múltiplos de alta disponibilidade de presença, em que as fronteiras entre diferentes "sociedades" não são usualmente assinaladas com clareza. Nesses sistemas descentralizados, a contradição estrutural inexistente. A contradição existencial delinea os contornos do mundo natural. A contradição estrutural é assinalada pela ascensão do Estado, o qual, por sua vez, está associado sobretudo à formação de cidades. Não estou dizendo que o Estado se baseie simplesmente "na" cidade. Pelo contrário, as cidades são recipientes de poder que, em conjunção com suas relações com o campo, geram o nexo estrutural da forma do Estado. A contradição existencial é enfraquecida pela introdução da contradição estrutural, mas não inteiramente dissolvida. A cidade é um *milieu* estranho à natureza e, portanto, ajuda a promover atitudes e sistemas simbólicos discrepantes dos que se aliam a elementos e eventos naturais. Sua muralha pode simbolicamente e materialmente isolar o *milieu* urbano do exterior. Mas as cidades tradicionais só poderiam existir por meio de suas transações com seus *hinterlands* agrários. Seus traçados internos e arquitetura ainda mantinham estreitas conexões com o ambiente natural, geralmente em conjunto com símbolos tradicionalmente estabelecidos. Em cidades tradicionais, como se mencionou antes, a distribuição de áreas e o alinhamento de edifícios expressavam, com frequência, distinções cosmológicas sagradas.

Não me proponho oferecer aqui um exame do Estado ou das origens do poder estatal³⁴. Basta dizer que sustento ser o "Estado primitivo" uma formação contraditória na acepção seguinte. O Estado, expressando a relação cidade-campo, representa um novo tipo de princípio estrutural que contradiz o antigo, embora dependendo ainda dele. A relação simbiótica/antagônica entre cidade e campo é a forma específica dessa contradição estrutural. Como recipientes de poder, as cidades geram dinamismo potencial de um novo tipo na "História", ou seja, rompem com o caráter "a-histórico" das culturas frias. Nas sociedades divididas em classes, a "economia" não é, de modo típico, claramente distinta da organização política, e o sentido em que

o Estado pretende representar a sociedade como um todo é o menor. O poder deste não perdeu sua conexão com a contradição existencial e está simbolizada em forma persistentemente religiosa. O Estado pode ter escapado à tradição no sentido de estar apto a inovar mediante o uso do poder consolidado. Mas deve, não obstante, submeter-se continuamente à tradição de um outro modo, porque as crenças e práticas tradicionais conservam sua influência por toda parte, fora dos principais centros de concentração das agências estatais. Na medida em que o poder do Estado depende da vigilância, esta concentra-se primordialmente nos locais físicos das agências estatais: o palácio, os templos e os edifícios administrativos.

O surgimento de sociedades baseadas no Estado altera também o âmbito e o ritmo da "História" ao estimular contradições secundárias. O Estado dá origem ou, pelo menos, acentua grandemente as relações sociais ao longo de consideráveis extensões de tempo e espaço. Isso significa que, ao mesmo tempo que geram e consolidam o poder centralizado, "atraindo" vários aspectos da atividade social para seu âmbito, os Estados estimulam o desenvolvimento de outros vínculos e interligações que atravessam os domínios social e territorial sobre os quais reivindicam soberania. Nesse contexto, a contradição estrutural refere-se à soberania do Estado sobre uma dada área territorial, que é antagônica e, no entanto, depende de processos que atravessam aquela esfera de jurisdição e envolvem diferentes mecanismos. Estes incluem as relações externas com outros Estados, mas também a existência de empresas comerciais, grupos religiosos, comunidades intelectuais etc. entrecruzados.

As contradições secundárias associadas à formação das modernas nações-Estados, cujo desenvolvimento está entrelaçado com o do capitalismo industrial enquanto estilo de empresa econômica, são substancialmente diferentes das de eras prévias. A conexão entre capitalismo e nação-Estado, como argumentei num outro trabalho³⁵, não é meramente fortuita. Para expressar a questão de modo bem simplificado, as nações-Estados são os novos recipientes de poder que substituem as cida-

des. A transformação da relação cidade-campo mediante o surgimento de “ambientes criados” – exemplificados pelo (mas não limitados ao) “meio ambiente construído” do urbanismo moderno – é parte integrante da formação da nação-Estado. O caráter transmutado do espaço e do tempo é essencial para a formação política do Estado e para a “economia” diferenciada. Esse processo de transmutação separa a contradição estrutural da existencial, e a primeira adquire agora primazia sobre a segunda. Em poucas palavras, isso significa que a organização social humana deixa de ter qualquer simetria com a natureza; esta torna-se um meio para a expansão da produção. A supressão de questões e problemas existenciais não é, nem pode ser, inteiramente completa. Na verdade, são fundamentais para as contradições estruturais introduzidas pelo capitalismo e fazem parte do que lhes confere seu potencial peculiarmente explosivo³⁶.

A contradição primária de (nação-)Estado capitalista será encontrada no modo pelo qual uma esfera “privada” da “sociedade civil” é criada pela esfera “pública” do Estado, mas separada desta e em tensão com ela. É um erro supor que a sociedade civil constitui tudo o que se situa fora da alçada do Estado, se a definirmos como o conjunto de instituições que precedem o domínio do poder do Estado e não estão incorporadas a este. As origens do Estado moderno são também as origens da esfera da sociedade civil – pelo menos é o que desejo afirmar, embora deixe aqui expressa essa idéia como mera asserção por agora. A sociedade civil é o setor dentro do qual ocorre a acumulação de capital, alimentada pelos mecanismos de preço, lucro e investimento nos mercados de trabalho e de bens. Portanto, considero que a contradição entre sociedade civil e Estado está, pelo menos, em paralelo com a formulação clássica da contradição capitalista entre “apropriação privada” e “produção socializada”. O Estado capitalista, enquanto um centro “socializante” representando o poder da comunidade em geral, depende de mecanismos de produção e reprodução que ele ajuda a criar mas lhe são contrapostos e antagônicos.

A contradição secundária, na nova ordem global introduzida pelo advento do capitalismo moderno, está concentrada na

tensão entre a internacionalização do capital (e dos mecanismos capitalistas como um todo) e a consolidação interna das nações-Estados. É provavelmente porque essa tensão gera impulsos em direções diferentes que a maioria das escolas de teoria social considerou as conexões entre capitalismo e nação-Estado nada mais do que um acidente histórico. De fato, a tendência dominante no pensamento social foi a de ver as nações-Estados como pouco mais do que epifenômenos de (ou como meros impedimentos para) a propensão natural da produção capitalista de dissolver diferenças políticas e culturais. Não é difícil detectar as origens desse tipo de concepção no pensamento social do século XIX. Elas estão na economia política clássica e em seu principal oponente, o marxismo. Para ambos, apesar de suas importantes divergências em outros aspectos, as relações econômicas desvendam a verdadeira origem das formações políticas, e a mudança econômica é a fonte primordial de transformação do mundo moderno. Essa concepção não vê que a separação do “econômico”, como uma esfera de contínua e rápida mudança, tem como sua condição necessária o poder do Estado moderno. O Estado moderno é intrinsecamente, não apenas contingentemente, uma nação-Estado, existindo num mundo de outras nações-Estados.

Qual é a relação, analiticamente expressa, entre contradição e conflito, uma vez que ambos os termos são usados com frequência simultaneamente? Entendo por conflito a luta real

Conflito	Luta entre atores ou coletividades expressas como práticas sociais definidas
Contradição (estrutural)	Disjunção de princípios estruturais da organização do sistema

entre atores ou grupos, qual seja a forma em que possa ser travada ou as fontes mediante as quais possa ser mobilizada. Se a contradição é um conceito estrutural, o conflito não o é. Conflito e contradição tendem a coincidir porque este segundo conceito expressa as principais “linhas de fratura” na constituição estrutural dos sistemas sociais. A razão para essa coinci-

dência está em que as contradições tendem a envolver divisões de interesses entre diferentes agrupamentos ou categorias de pessoas (incluindo classes, mas não limitadas a elas). As contradições expressam estilos de vida e distribuições de oportunidades de vida divergentes em relação a possíveis mundos que o mundo real revela como imanentes. Se a contradição não gera inevitavelmente conflito, é porque são variáveis ao extremo as condições em que os atores estão não somente conscientes de seus interesses, mas também aptos e motivados para agir de acordo com eles. É correto dizer, por exemplo, que a existência da divisão de classes pressupõe oposição de interesses (assim como interesses comuns). Mas as condições em que o conflito de classes ocorre não são, por certo, diretamente inferidas dessa observação. Assim, em Estados agrários ou sociedades divididas em classes, o conflito entre classes dominantes e classes subordinadas é relativamente raro; isso se deve principalmente ao fato de haver muito pouco contato entre elas que fornecesse os contextos em que o conflito poderia realmente ocorrer³⁷.

De acordo com as concepções que delineeí acima, a preeminência da contradição existencial é característica daquelas sociedades mergulhadas num tempo reversível tradicionalmente sancionado – sociedades que “não têm história”. O surgimento da contradição estrutural (cujas origens não estou preocupado em tentar explicar aqui) “aquece” processos de mudança social. Mas é apenas com o desenvolvimento do capitalismo moderno que esses processos ficam “incandescentes”. Comparados com o mundo moderno, com seus extraordinários índices de prolongada transformação social, os impérios tradicionais e outros tipos de Estado parecem marcados mais por uma ausência de mudança do que o inverso. O que Marx considerou ser característico do “modo asiático de produção” e mencionou, num tom desdenhoso, como estagnação social e econômica, é de fato uma característica distinta de todas as sociedades agrárias de grande escala de todo tipo. Como foi assinalado por um observador, “é a ausência relativamente dominante de importantes mudanças sociais e econômicas” que caracteriza as formas variantes de sociedade existentes na face da história mundial até uns dois ou três séculos atrás³⁸.

Fazendo a história

Distinguirei dois tipos principais de coletividade, de acordo com a forma das relações que participam de sua reprodução. Chamá-las-ei de *associações* e *organizações*, e separá-las-ei dos *movimentos sociais*. Nas associações, como em todos os sistemas sociais, a reprodução social ocorre na (e por meio da) conduta regularizada de agentes capazes. Os cenários de interação em que ocorrem os encontros de rotina são reflexivamente monitorados por seus atores constituintes na reprodução de relações de papel mutuamente vinculadas. Mas embora tal monitoração seja a condição de sua reprodução, ela não assume a forma de uma tentativa ativa de controlar ou de alterar as circunstâncias de reprodução. A tendência é de existir uma estreita conexão entre modos tradicionais de legitimidade e o predomínio de associações. A tradição é mais do que uma forma particular da experiência de temporalidade; representa a ordem moral “do que se passou antes” na continuidade da vida cotidiana. É um erro supor que a tradição, mesmo na mais fria das culturas frias, seja inteiramente refratária à mudança ou à diversificação da conduta. A caracterização que Shils faz da tradição é provavelmente muito apropriada: ele a vê como “o movimento de gotas de chuva numa vidraça. [...] uma corrente ondulatória de água, deslizando obliquamente vidraça abaixo, entra em contato com uma outra corrente que se desloca num ângulo diferente. Fundem-se, por breves momentos, numa única corrente, que se decompõe em duas outras, cada qual podendo dividir-se de novo, se a vidraça for suficientemente grande e a chuva bastante intensa”³⁹. O que a metáfora não transmite, porém, é o próprio aspecto de tradição que alicerça a rotina em “sociedades tradicionais”. A esse respeito, Lévi-Strauss está certamente correto ao enfatizar que a tradição é o veículo do tempo reversível que liga a *durée* da vida cotidiana à *longue durée* das instituições.

A distinção entre associações, por um lado, e entre as organizações e os movimentos sociais, por outro, coincide com uma outra nos modos de reprodução, que descrevi no primeiro capítulo. Organizações e movimentos sociais são coletividades

em que a regulação reflexiva das condições de reprodução do sistema prepondera na continuidade das práticas cotidianas. Organizações e movimentos sociais encontram-se caracteristicamente em segmentos das sociedades divididas em classes – e, com efeito, marcam em certa medida sua separação das sociedades tribais. Pois a auto-regulação reflexiva, como propriedade das coletividades, depende do cotejo de informação que pode ser controlada de modo a influenciar as circunstâncias de reprodução social. O controle da informação, por sua vez, depende da *armazenagem* de informação de uma espécie distinta daquela a que se tem acesso pela recordação individual, nos mitos ou histórias contadas ou na consciência prática da “tradição vivida”. A invenção da escrita, o modo principal de cotejo e a armazenagem de informação em sociedades divididas em classes, marca uma disjunção radical na História. Isso é verdade não só porque as formas de armazenagem e recuperação de informação geradas pela escrita permitem uma expansão do distanciamento tempo-espaco, mas também porque a natureza da “tradição” se alterou, mudando o sentido em que os seres humanos vivem “na” História. As sociedades divididas em classes sempre mantiveram uma base fortemente tradicional, sobretudo fora da esfera relativamente restrita das cidades. As obras de filósofos da China pré-Ch’in conceberam a interseção de passado e presente como uma relação móvel, na qual não só o “presente” penetra no “passado” e vice-versa, mas também a História é mais “plana” do que linear. Quer dizer, ela penetra lateralmente no tempo, em vez de “para trás”. A vida era representada como governada pelos *li*, ou rituais tradicionais, continuamente transmitidos. Segundo Hsun Tzu, “passado e presente são a mesma coisa. As coisas são as mesmas em espécie, embora prolongadas num extenso período, e continuam tendo o mesmo princípio”⁴⁰. Não obstante, a introdução da escrita significa que a tradição torna-se visível como “tradição”, um modo específico, entre outros, de fazer coisas. A “tradição” que é conhecida como tal deixou de ser uma base de costume consagrado pelo tempo para converter-se num fenômeno discursivo aberto à interrogação.

No que se refere à “História”, vale a pena reverter, neste ponto, à sentença de Marx segundo a qual os seres humanos “fazem História”. Não foi meramente uma extravagância indagar antes o que é que é “feito” aqui, conforme nos mostra o debate entre Sartre e Lévi-Strauss. Todos os seres humanos vivem na História, no sentido de que suas vidas se desenrolam no tempo, mas isso elas têm em comum com todas as coisas existentes. Como prática reflexivamente fundada, a sociedade humana é distinta da animal, mas isso dificilmente explica, em si e por si mesmo, o que é “História” ou o que existe de específico na história humana. Sugerir que uma resposta a essas questões tem de ser “histórica” não contém qualquer paradoxo, visto que, é claro, a palavra “história” aproveita-se de dois significados: a ocorrência de eventos no decorrer do tempo e a narração ou explicação desses eventos. O fato de hoje em dia sermos propensos a elidir os dois sentidos expressa algumas características fundamentais da era contemporânea e indica novamente que extraordinárias complexidades subjazem à proposição inocente de que os seres humanos “fazem História”. Pois sua elucidação pressupõe uma descrição filosófica do tempo. Retornamos aqui a algumas das questões que abordei logo nas seções iniciais deste livro, em relação à teoria da estruturação.

A análise de Lévi-Strauss do “pensamento selvagem” identifica com argúcia algumas das questões relevantes. Em *Totemism*, ele mostra um paralelo entre o conceito de Bergson da *durée* e as idéias “comuns a todos os Sioux, desde os Osage, no sul, até os Dakota, no norte, de acordo com as quais coisas e seres nada mais são do que formas materializadas de continuidade criativa”⁴¹. A tentativa de Bergson de formular uma filosofia do tempo, tal como as noções mais poderosas de Heidegger, pode ser considerada um esforço para escapar à concepção “linear” ou “unitária” de tempo expressa na *Weltanschauung* da moderna cultura ocidental. Bergson quer apreender a *durée* como algo que une o contínuo e o descontínuo, a ordem de diferenças que constitui a “realidade”. Do mesmo modo, na cosmologia dos Sioux, tal como é descrita numa canção:

Tudo que se movimenta, de vez em quando, aqui e ali, faz paradas. O pássaro, quando voa, pára num lugar para fazer seu ninho e num outro para repousar de seu voo. Um homem, quando caminha, pára quando quer. E assim deus parou. O sol, que é tão brilhante e belo, é um dos lugares onde ele parou. A lua, as estrelas, as mentes, com elas esteve. As árvores, os animais, todos são onde ele parou. [...] ⁴²

Nessa versão de “história”, como explicação de eventos, o tempo é associado não à mudança social, mas à repetição; não à capacidade dos seres humanos de transformar o mundo ou transformarem-se a si mesmos, mas a seu envolvimento com a natureza.

Se “história”, na frase “os seres humanos fazem História”, significa a conjunção de uma concepção linear de tempo com a idéia de que, através da expansão do conhecimento de seu passado, os agentes podem mudar seu futuro, trata-se de uma noção que se origina em Vico. Com efeito, os escritos de Vico poderão ser vistos como o traço de união entre uma compreensão mais antiga de tempo e continuidade, e uma, mais nova, emergente. Assim, numa célebre passagem – citada e endossada por Thompson ⁴³ – Vico afirma:

Foram os próprios homens que fizeram este mundo de nações, embora sem o pleno conhecimento dos resultados de suas atividades. No entanto, ele é este mundo, provindo sem dúvida alguma de uma mente freqüentemente diversa e, por vezes, totalmente contrária e sempre superior a esses fins particulares que os próprios homens se tinham prefixado. [...] O que fez tudo isso foi na verdade a mente, dado que o fizeram os homens com inteligência. Não se trata de destino, porque o fizeram por escolha. Nem foi acaso, porque, assim sempre agindo, chegam perpetuamente aos mesmos resultados ⁴⁴.

Thompson está certo, sem dúvida, ao ver nisso uma antecipação de Marx, como muitos outros viram. Mas considerar Vico um precursor direto de Marx significa ignorar características de seu pensamento que preservam uma visão divergente de tempo e de “experiência”. Thompson rejeita de passagem o que

chama de “tentativa do próprio Vico para atribuir ao processo uma inteligibilidade cíclica”, preferindo concentrar-se em “sua expressão soberba de processo” quando argumentar ser “esse ponto donde todo o pensamento histórico sistemático deve partir” ⁴⁵. Mas a “inteligibilidade cíclica” é fundamental para as concepções de Vico, e só um “pensamento histórico” relativamente recente adotou como seu ponto de partida a “História como processo”.

Organizações e movimentos sociais modernos operam num mundo social em que a retirada dos deuses e a dissolução da tradição criam as condições em que a auto-regulação reflexiva se manifesta como História – e como sociologia. A era moderna, dominada pela ascensão do capitalismo no Ocidente, num escasso período de poucos séculos, está marcada pelo predomínio da *historicidade*, percepção consciente do “movimento progressivo” da sociedade, moldado por essa mesma consciência, aquela “intuição de história do mundo”, a cujo respeito escreveu Spengler. O cotejo, análise e recuperação de informação que estimula e expressa a historicidade são possibilitados, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento da imprensa e da alfabetização em massa; e, em segundo lugar, pela invenção dos meios eletrônicos de comunicação. Cada um desses processos expandiu o distanciamento tempo-espaco pela “alienação” da comunicação em circunstâncias de co-presença. Qualquer texto escrito ficou distanciado de seu autor; a imprensa é, em sua maior parte, uma extensão quantitativa de tal distanciamento. Os meios eletrônicos separam a presença no tempo da presença no espaco, um fenômeno de importância decisiva para as formas contemporâneas de coletividade.

As organizações e os movimentos sociais são o que Tournai chama de “unidades de tomada de decisão” ⁴⁶, utilizando certas formas típicas de recursos (autoritários e alocativos) no âmbito de formas discursivamente mobilizadas de fluxo de informação. O estudo dos movimentos sociais tem estado nitidamente sub-representado dentro das ciências sociais, em comparação com a vasta literatura dedicada às numerosas elaborações concorrentes da “teoria da organização”. Parece haver pou-

Tudo que se movimenta, de vez em quando, aqui e ali, faz paradas. O pássaro, quando voa, pára num lugar para fazer seu ninho e num outro para repousar de seu vôo. Um homem, quando caminha, pára quando quer. E assim deus parou. O sol, que é tão brilhante e belo, é um dos lugares onde ele parou. A lua, as estrelas, as mentes, com elas esteve. As árvores, os animais, todos são onde ele parou. [...]⁴²

Nessa versão de “história”, como explicação de eventos, o tempo é associado não à mudança social, mas à repetição; não à capacidade dos seres humanos de transformar o mundo ou transformarem-se a si mesmos, mas a seu envolvimento com a natureza.

Se “história”, na frase “os seres humanos fazem História”, significa a conjunção de uma concepção linear de tempo com a idéia de que, através da expansão do conhecimento de seu passado, os agentes podem mudar seu futuro, trata-se de uma noção que se origina em Vico. Com efeito, os escritos de Vico poderão ser vistos como o traço de união entre uma compreensão mais antiga de tempo e continuidade, e uma, mais nova, emergente. Assim, numa célebre passagem – citada e endossada por Thompson⁴³ – Vico afirma:

Foram os próprios homens que fizeram este mundo de nações, embora sem o pleno conhecimento dos resultados de suas atividades. No entanto, ele é este mundo, provindo sem dúvida alguma de uma mente freqüentemente diversa e, por vezes, totalmente contrária e sempre superior a esses fins particulares que os próprios homens se tinham prefixado. [...] O que fez tudo isso foi na verdade a mente, dado que o fizeram os homens com inteligência. Não se trata de destino, porque o fizeram por escolha. Nem foi acaso, porque, assim sempre agindo, chegam perpetuamente aos mesmos resultados⁴⁴.

Thompson está certo, sem dúvida, ao ver nisso uma antecipação de Marx, como muitos outros viram. Mas considerar Vico um precursor direto de Marx significa ignorar características de seu pensamento que preservam uma visão divergente de tempo e de “experiência”. Thompson rejeita de passagem o que

chama de “tentativa do próprio Vico para atribuir ao processo uma inteligibilidade cíclica”, preferindo concentrar-se em “sua expressão soberba de processo” quando argumentar ser “esse ponto donde todo o pensamento histórico sistemático deve partir”⁴⁵. Mas a “inteligibilidade cíclica” é fundamental para as concepções de Vico, e só um “pensamento histórico” relativamente recente adotou como seu ponto de partida a “História como processo”.

Organizações e movimentos sociais modernos operam num mundo social em que a retirada dos deuses e a dissolução da tradição criam as condições em que a auto-regulação reflexiva se manifesta como História – e como sociologia. A era moderna, dominada pela ascensão do capitalismo no Ocidente, num escasso período de poucos séculos, está marcada pelo domínio da *historicidade*, percepção consciente do “movimento progressivo” da sociedade, moldado por essa mesma consciência, aquela “intuição de história do mundo”, a cujo respeito escreveu Spengler. O cotejo, análise e recuperação de informação que estimula e expressa a historicidade são possibilitados, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento da imprensa e da alfabetização em massa; e, em segundo lugar, pela invenção dos meios eletrônicos de comunicação. Cada um desses processos expandiu o distanciamento tempo-espaco pela “alienação” da comunicação em circunstâncias de co-presença. Qualquer texto escrito ficou distanciado de seu autor; a imprensa é, em sua maior parte, uma extensão quantitativa de tal distanciamento. Os meios eletrônicos separam a presença no tempo da presença no espaco, um fenômeno de importância decisiva para as formas contemporâneas de coletividade.

As organizações e os movimentos sociais são o que Touraine chama de “unidades de tomada de decisão”⁴⁶, utilizando certas formas típicas de recursos (autoritários e alocativos) no âmbito de formas discursivamente mobilizadas de fluxo de informação. O estudo dos movimentos sociais tem estado nitidamente sub-representado dentro das ciências sociais, em comparação com a vasta literatura dedicada às numerosas elaborações concorrentes da “teoria da organização”. Parece haver pou-

ca justificativa para isso, num século em que as revoluções e os choques de doutrinas rivais orientadas para a mudança social radical têm sido tão proeminentes, e não se pode deixar de concordar com Touraine e outros quando afirmam corretamente que as noções de organização e movimento social são de importância equivalente na era moderna. Os movimentos sociais podem ser conceptualmente diferenciados dos movimentos populacionais, migrações etc. precisamente porque supõem um alto grau de auto-regulação reflexiva. Os movimentos sociais podem ser convincentemente definidos como "empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida"⁴⁷. Diferentemente das organizações, os movimentos sociais não operam, de modo característico, dentro de locais fixos, e o posicionamento dentro deles não possui a clareza de definição associada a "papéis".

A caracterização de movimentos milenários na Europa medieval feita por Cohn ajuda a indicar alguns dos elementos distintivos dos movimentos sociais no período moderno. Segundo ele, esses movimentos são inspirados pela fantasia de uma salvação que será

- a) coletiva, no sentido de que tem de ser fruída pelos fiéis como um grupo;
- b) terrena, no sentido de que tem de ser realizada na Terra e não em algum céu de outro mundo;
- c) iminente, no sentido de que tem de chegar em breve e subitamente;
- d) total, no sentido de que é para transformar profundamente a vida na Terra, pelo que a nova graça não será uma simples melhoria no presente, mas a própria perfeição;
- e) realizada por agências conscientemente vistas como sobrenaturais⁴⁸.

A obra de Cohn tem sido citada com tal frequência que uma certa cautela se faz necessária contra o excesso de generalização baseada nela. Nem todos os movimentos sociais medievais podem ser facilmente descritos em função das característi-

cas acima e, é claro, o milenarismo não desaparece com o fim da Idade Média. Mas podemos dizer, com alguma confiança, que a maioria dos movimentos sociais mais recentes difere de todas elas, com exceção da segunda e, não raras vezes, da terceira⁴⁹. Os movimentos sociais modernos são quase exclusivamente deste mundo e de caráter invariavelmente oposicionista. Eles estão situados nos mesmos "campos de historicidade" das organizações e associações que defrontam.

O movimento dos trabalhadores pode não fornecer a solução para "o enigma da História", como Marx previu, mas, em certos aspectos, é prototípico dos movimentos sociais contemporâneos. No circuito da reprodução capitalista anteriormente examinado, a "força de trabalho" aparece como uma mercadoria a ser "traduzida" em outras mercadorias. Entretanto ela não é, evidentemente, uma mercadoria como qualquer outra. Os movimentos dos trabalhadores têm sua origem nas formas de "controle defensivo" por meio das quais os operários procuram obter um certo grau de domínio sobre as circunstâncias em que lhes são negados direitos de participação nas decisões que os afetam. Na medida em que os movimentos dos trabalhadores foram impregnados de socialismo, e mais particularmente de marxismo, eles incorporaram a historicidade de modo direto no âmbito de suas atividades. Esses movimentos foram animados pelo mesmo nexo de idéias das organizações capitalistas contra as quais se opõem. Reformistas ou revolucionários, preocuparam-se em promover, embora de um modo igualitário, aquelas mesmas forças de produção que seus oponentes procuram desenvolver mediante a acumulação de capital. É neste ponto, porém, em que o movimento dos trabalhadores deixa de exemplificar os movimentos sociais modernos em geral. Para Marx ele devia acarretar uma reforma completa da totalidade social, atuando em nome do interesse geral contra os interesses seccionais expressos pelas divisões de classes. Os limites dessa visão tornaram-se cada vez mais evidentes, não só por causa do fracasso do proletariado em fazer a revolução⁵⁰ ou da tendência de reduzir todos os interesses seccionais, mas exatamente devido ao desvendamento das raízes históricas da própria historicida-

de. Nossa era é uma que alimenta dúvidas radicais acerca das realizações guiadas pela ciência e pela inovação tecnológica, uma era em que a historicidade perde sua antiga e indiscutida preeminência.

Do mesmo modo, a empresa capitalista é, em alguns aspectos, típica das organizações modernas e uma das principais fontes de inovação gerando as circunstâncias em que elas nasceram. Tal como analisado por Marx, o capitalismo é um modo de produção em que a auto-regulação reflexiva dentro da empresa – fenômeno elucidado pela demonstração de Weber do significado da contabilidade por partidas dobradas para a firma capitalista – não é acompanhada por um controle reflexivo sobre a vida econômica como um todo. Entretanto, como Weber também fez mais do que ninguém por esclarecer, a auto-regulação reflexiva adquire impulso em muitos setores da vida social. Aí reside uma das mais profundas questões que defrontamos hoje. Será a expansão de uma diversidade de diferentes formas de organização – em que as condições de reprodução são reflexivamente monitoradas – um meio de emancipação dos modos preestabelecidos de dominação exploradora? Não há dúvida de que Marx acreditava ser esse o caso no contexto de sua previsão da derrubada revolucionária do capitalismo pelo socialismo. Mas os críticos e os adversários de Marx, de Weber a Foucault, forneceram excelentes motivos para tratar esse princípio básico do marxismo com cautela, quando não com franco ceticismo.

Notas críticas: "sociologia estrutural" e individualismo metodológico

Blau: uma versão da sociologia estrutural

Existem fortes conexões entre uma ênfase sobre a "abordagem estrutural", tal como é usada pelos que escrevem fora das tradições do estruturalismo, e o objetivismo nas ciências sociais. Alguns temas afloram continuamente nas obras daqueles que julgam ter adotado tal abordagem. Aí se incluem, em especial, as idéias durkheimianas de que "as sociedades são mais do que a soma de seus indivíduos constituintes" e (uma concepção que já critiquei) as propriedades estruturais são qualidades de sistemas sociais que devem ser definidos exclusivamente em função de sua influência coerciva sobre os atores sociais. As "abordagens estruturais" também tendem a sublinhar a duração no tempo e a extensão no espaço. As estruturas são "supra-individuais" no sentido de que sobrevivem ao agente individual e se expandem muito além do âmbito da atividade de agentes individuais^{1*}. Estas considerações, obviamente, sobrepõem-se consideravelmente aos temas de minha análise precedente neste livro. Mas há também algo de um elemento epistemológico freqüentemente envolvido. Pois muitas vezes é sustentado, ou suposto, que examinar características estruturais da atividade social é demonstrar influências causais sobre a conduta humana análogas às que operam na natureza.

Assim, Wallace identifica a "diferença crucial" entre o que ele designa por "teoria estruturalista social" e "teoria acionista

* As referências podem ser encontradas a pp. 263-5.

social” da seguinte maneira: “a teoria estruturalista social trata a intencionalidade e outros fatores orientacionais subjetivos como, no mínimo, secundários e, no máximo [?], irrelevantes para a explicação de fenômenos sociais. [...]”². A rudeza com que esse ponto de vista é expresso nada tem de incomum. Atente-se para uma recente exposição apresentada por Mayhew de acordo com essa mesma orientação. Ele identifica os interesses próprios da sociologia como “estruturais”. As estruturas referem-se a redes de relações, e tais redes podem e devem ser analisadas sem qualquer alusão às características dos indivíduos. Diz ele: “na sociologia estrutural, a unidade de análise é sempre a rede social, nunca o indivíduo”³. Uma “abordagem estrutural” está aqui vinculada, como ocorre freqüentemente, ao endosso de uma forma um tanto rudimentar de behaviorismo. Mayhew argumenta que os estruturalistas “não empregam conceitos subjetivistas como intenção ou finalidades em suas análises”⁴.

Blau desenvolveu uma versão mais sofisticada de idéias semelhantes em várias publicações recentes, e seus pontos de vista são, sem dúvida, representativos de um segmento substancial da opinião sociológica⁵. Tal como a maioria dos autores sociológicos anglo-saxônicos, ele nada terá de comum com a concepção de estruturalismo de Lévi-Strauss ou com pontos de vista afins. Entretanto, também está cuidadosamente separado do funcionalismo, propondo uma noção de estrutura “despojada de suas mais amplas conotações culturais e funcionais até ficar reduzida às suas propriedades essenciais”⁶. Aceitando que o conceito de “estrutura” tem sido usado de várias maneiras por diferentes autores, ele sublinha que em geral todos concordam em que, em sua acepção mais elementar, o termo refere-se, de algum modo, a posições sociais e a relações entre posições sociais. Conforme foi especificado por Blau, a ciência social estrutural interessa-se pelos parâmetros de distribuições populacionais, não pelos atores como tais. Um “parâmetro estrutural” é qualquer critério de categorização de agregados de indivíduos pertinente a posições sociais que os indivíduos poderiam ocupar. Ele explica isso da seguinte maneira:

Assim, falamos da estrutura etária de uma população, da estrutura de parentesco de uma tribo, da estrutura de autoridade de uma organização, da estrutura de poder de uma comunidade e da estrutura de classes de uma sociedade. Não se trata de tipos de estrutura social, mas tão-somente de seus elementos analíticos, distinguindo posições sociais numa única dimensão. As diferentes posições geradas por um só parâmetro são necessariamente ocupadas por diferentes pessoas – um indivíduo é homem ou mulher, velho ou jovem, rico ou pobre –, mas o caso difere para posições geradas por vários parâmetros, porque a mesma pessoa ocupa simultaneamente posições em diferentes parâmetros. [...] As estruturas sociais refletem-se em diversas formas de diferenciação, as quais devem ser mantidas analiticamente distintas.⁷

A tarefa de estudar parâmetros estruturais, segundo Blau, delimita o interesse distintivo da sociologia.

É possível distinguir dois tipos de parâmetro estrutural. Os “parâmetros nominais” são laterais, separando uma dada população em categorias, como gênero, religião ou raça; os “parâmetros graduados” são hierárquicos, diferenciando os indivíduos ao longo de uma escala e incluem, por exemplo, riqueza, renda e educação. Um dos principais objetivos do estudo estrutural consiste em examinar a relação entre esses parâmetros, na medida em que estão associados a grupos de interação. Quando existe considerável diferenciação ao longo de um ou outro parâmetro, a possibilidade de se formarem tais grupos de interação será menor. Assim, os parâmetros podem ser analisados de modo a explicar as formas e os graus de diferenciação e integração social. Blau descreve como um “determinista estrutural”, alguém “que acredita que as estruturas das posições sociais objetivas entre as quais as pessoas estão distribuídas exercem influências mais fundamentais sobre a vida social do que os valores e normas culturais”⁸. Seu propósito é explicar as variações nas características estruturais das sociedades, não os fatores pertinentes às atitudes, crenças ou motivos individuais. A análise estrutural, nesse sentido do termo, assinala Blau, pode ser realizada sem se investigarem as características globais de sociedades.

Entretanto, ele representa algumas asserções que são aplicáveis a essas características. Assim, por exemplo, observa que em pequenas culturas orais o parentesco é o principal eixo estrutural coordenador de diferenciação e integração. As sociedades industrializadas, em contrapartida, caracterizam-se pela "heterogeneidade multiforme", a interseção complexa de parâmetros estruturais, produzindo diversas formas de associação e grupos de interação. Na era atual, acrescenta Blau, verifica-se uma considerável consolidação estrutural nas sociedades ocidentais – de fato, de acordo com sua versão pessoal da crescente ameaça de uma ordem social "unidimensional".

Com base nesses conceitos, Blau tenta formular o que ele chama de uma teoria dedutiva da estrutura social, que parte de proposições envolvendo dados analíticos muito simples (por exemplo, o tamanho de agregados ou grupos) e sobre essa base constrói generalizações mais complexas. Alguns dos pressupostos envolvidos, diz ele, dependem de "princípios essencialmente psicológicos". Cita, como exemplo, a generalização de que as pessoas preferem associar-se a outras que têm traços semelhantes aos delas. As propriedades estruturais analisadas não podem, porém, ser diretamente derivadas de tais teoremas psicológicos. A teoria dedutiva de Blau é um negócio complicado, envolvendo muitas dezenas de generalizações acerca dos "efeitos estruturais", desde as maravilhosamente banais ("pessoas que se associam não só com os membros de seus próprios grupos, mas também com os de outros"), passando pelas moderadamente interessantes, embora muito discutíveis ("descentralização da autoridade numa associação aumenta a associação informal entre o pessoal administrativo"), até às provocativas, mas talvez substancialmente equivocadas ("as altas taxas de mobilidade promovem a mudança estrutural"). Segundo Blau, "a teoria é sociológica no sentido específico de que explica padrões de relações sociais em termos de propriedades da estrutura social, não em termos das suposições formuladas, sejam estas deriváveis ou não de princípios psicológicos. A natureza das formulações lógicas empregadas torna as explicações estruturais"¹⁰.

As concepções de Blau são, em alguns aspectos, idiossincráticas, mas, em sua maior parte, exemplificam as ambições da "sociologia estrutural", de um modo geral. Ele expressa de forma convincente o sentimento persistente compartilhado por muitos de que a sociologia pode e deve ser separada de maneira clara de outras disciplinas vizinhas, em especial da psicologia. Defende com energia a tese de que o que dá distintividade à sociologia é sua preocupação específica não só com a estrutura social mas também com as formas pelas quais propriedades coercivas da estrutura se fazem sentir no tocante à conduta dos indivíduos. De acordo com Blau, tanto a formulação da análise estrutural quanto a explicação estrutural não precisam fazer referência a "valores ou normas". Neste último aspecto, ele parece divergir de Durkheim, mas em outros o que tem a dizer poderia ser considerado uma versão recente de um manifesto durkheimiano. O exame das deficiências de seu ponto de vista serve simultaneamente para reiterar características da teoria da estruturação antes mencionadas e para ajudar a assinalar aspectos da "estrutura" e das "propriedades estruturais" segundo desejo entender esses conceitos.

Existem alguns traços interessantes e instrutivos nas idéias de Blau. Ele contorna o funcionalismo e evita identificar a análise estrutural com alguma influência inexplicada que a sociedade "como um todo" tem sobre seus membros individuais. Reconhece que as sociedades não são totalmente uniformes – quer dizer, uma das finalidades do estudo estrutural deve ser a de mostrar exatamente que níveis de integração podem ser descobertos dentro de agrupamentos sociais e entre eles. Não obstante, as limitações de tal concepção de "sociologia estrutural" são pronunciadas.

A abordagem de Blau confunde a necessidade de distinguir a influência de propriedades estruturais das explicações psicológicas da conduta, por um lado, com a asserção de que os parâmetros estruturais podem ser definidos independentemente de "valores", "normas" ou "tradições culturais", por outro. Presume-se que seu programa de descoberta da "influência independente que a estrutura de posições sociais numa sociedade

ou comunidade exerce sobre relações sociais” será realizado “independentemente de valores culturais e motivos psicológicos”¹¹. Mas a redução a generalizações psicológicas não é a mesma coisa que a formulação em termos de valores ou significados culturais. Estes últimos fazem referência à tarefa inevitavelmente hermenêutica da geração de descrições sociais, parasitárias dos conceitos dos agentes que ajudam a constituir-las. Um equívoco característico dos defensores da sociologia estrutural é confundir duas acepções diferentes nas quais a natureza “objetiva” das propriedades estruturais pode ser contraposta à “subjetividade”. Os parâmetros estruturais, como Blau os define, são “não-subjetivos” no sentido de não poderem ser descritos em termos de predicados individuais. Mas *não podem* ser “não-subjetivos” no sentido de não poderem de modo algum ser caracterizados independentemente das “tradições culturais”, nas quais este termo se refere aos significados dos agentes. Assim, Blau considera “estruturais” as categorias de parentesco. Mas estas dependem, manifestamente, de conceitos e discriminações empregados por atores. O próprio termo “posição”, tão básico para a noção de estrutura de Blau, envolve claramente conceitos dos agentes. As posições sociais, como todos os outros aspectos dos “parâmetros estruturais”, só existem na medida em que os atores fazem discriminações em sua conduta baseadas na atribuição de certas identidades a outros.

A noção de que o estudo de parâmetros estruturais é convergente com o caráter especial da sociologia poderia ser plausível se algumas propriedades causais definidas lhes estivessem associadas, fazendo assim convergir a “explicação sociológica” com a “explicação estrutural”. Mas as relações causais supostamente em ação são obscuras – embora obviamente se presume que elas operam de algum modo fora do alcance das razões que os agentes poderiam ter para fazer o que fazem. Assim, Blau propõe a generalização de que o tamanho crescente de uma organização produz maior diferenciação interna e, por conseguinte, eleva a proporção de pessoal administrativo nela contido. Segundo ele, essa relação pode ser apreendida “sem se investigarem os motivos dos indivíduos nas organiza-

ções”¹². Mas, quando Blau a desenvolve, percebe-se que essa proposição é falsa. Se a implicação fosse que certos motivos típicos podem ser pressupostos por quem teoriza, e ser enunciados se necessário, a asserção poderia ser defendida. Mas não é isso o que Blau tem em mente. Ele deixa bem claro ser sua opinião que a especificação de motivos (e razões ou intenções) é realmente *irrelevante* para os fatores envolvidos na generalização. E isso não é verdade, em absoluto. Pelo contrário, a especificação faz-se necessária precisamente para sua explicação causal. A maior proporção de administradores tenderá a verificar-se quando os atores reagem ao que consideram ser novos problemas e questões apresentados pelo aumento das dimensões organizacionais¹³.

É possível que, num exame mais minucioso, as generalizações “estruturais” apresentadas por Blau resultem ser *fórmulas que os atores usam para produzir os resultados indicados*. Se nada sabemos sobre o que os próprios agentes acreditam estar fazendo – porque esse tipo de informação é considerado distinto da análise de efeitos estruturais –, não podemos avaliar a probabilidade de que as coisas sejam realmente assim. Aqueles que administram organizações possuem suas próprias teorias em uso sobre elas e podem, na verdade, estar ao corrente da literatura acadêmica sobre o assunto. Considere-se a proposição de que a descentralização da autoridade em organizações aumenta as associações informais entre o pessoal administrativo. Como acontece com a generalização sobre tamanho e diferenciação interna, ela presume conseqüências intencionais que os agentes têm razões para provocar ou, alternativamente, o resultado pode ter sido amplamente imprevisto. Para o observador social é essencial saber qual é o caso concreto para elucidar o que está havendo. Pelo menos alguns dos agentes envolvidos poderão estar atuando à luz das próprias generalizações que Blau identifica. É bem possível que uma política de descentralização seja seguida especificamente com a finalidade de aumentar certos tipos de associação informal entre diferentes categorias de administradores.

Esses comentários demonstram que a “abordagem estrutural” das ciências sociais não pode ser separada de um exame

dos mecanismos de reprodução social. É perfeitamente correto, é claro, enfatizar que a sociedade não é uma criação de atores individuais e que as propriedades estruturais de sistemas sociais permanecem além da vida dos indivíduos. Mas a estrutura, ou as propriedades estruturais, ou os “parâmetros estruturais”, só existem na medida em que há continuidade na reprodução social no tempo e no espaço. E essa continuidade, por sua vez, só existe nas (e através das) atividades reflexivamente monitoradas de atores situados, tendo uma série de consequências premeditadas e impremeditadas. Permitam-me repetir: *uma categoria distintiva de “explicação estrutural” é coisa que não existe*; tudo o que há é uma interpretação dos modos pelos quais várias formas de coerção influenciam a ação humana. Nada há de misterioso acerca do que significa “influência” neste caso. Veja-se a generalização de que elevadas taxas de mobilidade promovem a mudança estrutural. Podemos provavelmente supor que as altas taxas de mobilidade não são, em grande parte, intencionais e que as mudanças por elas induzidas tampouco o são, embora possa acontecer, por exemplo, de uma política educacional ser estabelecida a fim de estimular a mobilidade e, por conseguinte, os fatos fazerem parte de um processo reflexivamente monitorado. Suponhamos, porém, que a mobilidade em questão não seja intencional, como as das mulheres – uma mobilidade ocupacional ascendente – e que a “mudança estrutural” promovida revele-se nas taxas mais altas (ou mais baixas) de divórcio. Podemos investigar aí as influências causais, mas somente conhecendo os motivos e as razões dos envolvidos – esposas, maridos e outros. É possível que as mulheres de sucesso em suas carreiras profissionais passem menos tempo no lar do que na circunstância adversa, culminando em tensão (não intencional) no relacionamento conjugal; que elas vejam o casamento como pouco importante, comparado ao sucesso no trabalho; que os maridos se mostrem ressentidos com o êxito de suas esposas etc., ou uma combinação de tudo isso para diferentes indivíduos.

Uma alternativa? Individualismo metodológico

As concepções de “explicação distintivamente estrutural” em sociologia têm tido desde longa data um inimigo natural no individualismo metodológico. O debate entre as duas posições é, de certo modo, a contrapartida metodológica ao dualismo de sujeito e o objeto social que caracterizou a ontologia das ciências sociais. Embora Max Weber tenha sido adotado freqüentemente como “sociólogo estrutural”, ele apontou com bastante clareza suas preferências pessoais. Numa carta escrita não muito antes de sua morte, observou: “Se me tornei um sociólogo [...] foi principalmente a fim de exorcizar o espectro de concepções coletivas que ainda sobrevive entre nós. Por outras palavras, a própria sociologia só pode originar-se de ações de um ou mais indivíduos isolados e deve adotar, portanto, métodos estritamente individualistas.”¹⁴ A ação humana, como diz Weber em *Economia e sociedade*, “só existe enquanto comportamento de um ou mais seres humanos *individuais*”¹⁵. O debate em torno de que teses poderiam, de fato, estar sendo formuladas por Weber e outros “individualistas metodológicos” alongou-se muito, mas existe, sem dúvida, uma genuína diferença de opinião entre eles e os “sociólogos estruturais”. Os detalhes podem ser complexos, mas as linhas gerais são relativamente simples. Os individualistas metodológicos concordam com a opinião que enunciei acima: a busca de “explicação estrutural” é fútil e talvez até nociva.

Acompanharei agora uma das mais influentes abordagens das questões suscitadas por várias versões do individualismo metodológico. Lukes discute e procura “tornar inócua” cada uma das que ele considera suas principais expressões¹⁶. As doutrinas que advogam o individualismo metodológico envolvem uma ou mais das seguintes teses.

- 1) “Atomismo social truístico.” É o ponto de vista que defende que o fato de os fenômenos sociais só poderem ser explicados em termos da análise da conduta de indivíduos é evidente em si mesmo. Assim, diz Hayek: “não existe outro caminho para uma compreensão dos fenômenos sociais a não ser

mediante nosso entendimento das ações individuais dirigidas para outras pessoas e guiadas pelo comportamento que se espera delas”¹⁷ (uma formulação próxima, de fato, da definição de Weber de “ação social”).

- 2) A idéia de que todas as afirmações sobre fenômenos sociais – como a exposição de Blau de parâmetros estruturais – podem ser reduzidas, sem perda de significado, a descrições das qualidades dos indivíduos. Essa idéia negaria qualquer sentido ao que Blau diz sobre “estrutura”; ele estaria simplesmente agregando propriedades de indivíduos.
- 3) A asserção de que só os indivíduos são reais. Assim, parece ser sustentado por alguns autores que todos os conceitos referentes a propriedades de coletividades ou sistemas sociais (poderíamos uma vez mais citar, como exemplo, os “parâmetros estruturais”) são modelos abstratos, construções dos teóricos, de algum modo que a noção de “indivíduo” não é.
- 4) A alegação de que não pode haver leis nas ciências sociais, exceto na medida em que existam leis sobre as disposições psicológicas de indivíduos¹⁸.

Todos esses quatro elementos pareceriam encontrar-se em tantas vezes citado enunciado de Watkins sobre o que ele chama de “princípio do individualismo metodológico”:

De acordo com esse princípio, os constituintes básicos do mundo social são pessoas individuais que agem de modo mais ou menos apropriado à luz de suas disposições e compreensão de sua situação. Toda situação social, instituição ou evento complexo resulta de uma configuração particular de indivíduos, suas disposições, situações, crenças e recursos e ambientes físicos. Pode haver explicações inacabadas ou parciais de fenômenos sociais de larga escala (digamos, a inflação) em termos de outros fenômenos de larga escala (digamos, o pleno emprego); mas só teremos chegado a explicações fundamentais desses fenômenos de larga escala quando tivermos deduzido uma explicação deles a partir de enunciados sobre as disposições, crenças, recursos e inter-relações de indivíduos. (Os indivíduos poderão permanecer anônimos, e apenas disposições típicas etc. ser-lhes atribuídas.)¹⁹

A estratégia de bombardeamento de Lukes, constituída por argumentos destinados a “desarmar” o individualismo metodológico, coloca pelotões em duas frentes. Nenhuma das teses mencionadas nas quatro categorias acima tem a menor plausibilidade quando examinada minuciosamente. Como a primeira é truística (quer dizer, trivialmente verdadeira), não vem ao caso. Dizer que a “sociedade consiste em pessoas” constitui “uma proposição banal sobre o mundo”, a qual é “analiticamente verdadeira, isto é, em virtude do significado das palavras”²⁰. O segundo, terceiro e quarto pontos são demonstravelmente falsos. O fato de a descrição ou análise de relações de parentesco, como as designadas por “casamento entre primos”, não poder ser realizada sem referência à cognoscitividade de agentes humanos não acarreta que tais relações possam ser descritas apenas em termos dos predicados dos indivíduos. Se o ponto 3 implica, de algum modo, que só os indivíduos são diretamente observáveis, ele incorre em erro – embora não haja razão nenhuma, em qualquer caso, para sustentar a proposição, associada ao behaviorismo, de que somente o que é observável é real. Podemos não ser capazes de observar os elementos que Blau tem em mente quando fala de parâmetros estruturais, mas certamente observamos fenômenos sociais em circunstâncias de co-presença, como a formação e encenação de encontros. Finalmente, o ponto 4 é coberto pelo que eu disse antes: não há escassez de generalizações nas ciências sociais, embora elas não tenham a mesma forma lógica que as leis universais na ciência natural.

Esses argumentos, admite Lukes, ainda não tornam inócuo o individualismo metodológico. Nem mesmo atacam sua principal força, que diz respeito à explicação. A asserção mais importante na citação de Watkins, e talvez também na de Hayek, encontra-se na declaração de que as “explicações finais” de fenômenos sociais têm de envolver as “disposições, crenças, recursos e inter-relações de indivíduos”. É aí que Lukes sente residir o poder potencialmente explosivo do individualismo metodológico, cujo detonador precisa ser delicadamente desarmado e removido. O que são as “disposições etc.” dos indivíduos?

E o que é, em todo caso, a “explicação”? Quanto a esta última, Lukes pôde demonstrar com relativa facilidade que muitos proponentes do individualismo metodológico têm em mente uma noção francamente restrita do que seja (isso é igualmente válido para Blau e a maioria dos sociólogos estruturais). Explicar é responder a um “por quê” e, com frequência, isso envolve tornar um determinado fenômeno social inteligível simplesmente no sentido de fornecer dele uma caracterização exata²¹. Neste caso, a explicação funciona, por assim dizer, na (ou em torno da) linha de base da natureza necessariamente hermenêutica das ciências sociais. É inegavelmente importante enfatizar que a “explicação” compartilha da contextualidade de toda atividade social, seja esta relativa às indagações de atores leigos ou de observadores sociológicos. Entretanto, concentremo-nos no significado mais restrito dessa palavra como algo relacionado com a formulação não apenas de generalizações, mas de generalizações causais – por outras palavras, aquelas que não afirmam simplesmente que uma relação de tipo abstrato prevalece entre duas categorias ou classes de fenômenos sociais mas também identificam as conexões causais envolvidas.

Em que sentido essas conexões causais se relacionam necessariamente com os indivíduos? Segundo Lukes, em algumas versões do individualismo metodológico as qualidades dos indivíduos invocadas nas explicações são traços fisiológicos do organismo ou necessidades organicamente dadas. Mas resulta que essas explicações são totalmente implausíveis. Ninguém pôde apresentar qualquer colocação que reduza os fenômenos sociais a propriedades orgânicas. Logo, essas formas de individualismo metodológico são, no máximo, alegações hipotéticas; não têm relação direta de espécie alguma com os materiais de estudo dos cientistas sociais. Em outras interpretações do individualismo metodológico, porém, ou as características atribuídas a indivíduos e incorporadas em explicações não excluem a possibilidade de outras análises estruturais, ou essas características são cobertas pela refutação do item 3 acima e envolvem, de fato, caracterizações sociais (estruturais), de qualquer modo. Logo, o individualismo metodológico foi neutralizado.

Aqueles que defendem um reducionismo envolvendo características fisiológicas do organismo não podem fazer valer suas alegações em qualquer coisa relacionada com a prática real das ciências sociais, mas outros não conseguem encontrar quaisquer propriedades dos indivíduos que não sejam irredutivelmente “contaminadas” pelo social.

Neste ponto Lukes abandona a questão. Não penso que isso seja suficiente: temos de formular as questões de um modo algo diferente. Entretanto, antes de retomar alguns dos aspectos que ficaram pendentes na exposição de Lukes, será instrutivo fazer referência a alguns problemas muito semelhantes suscitados num outro quadrante – na polêmica entre Thompson e Anderson acerca do caráter do marxismo²². Thompson considera desde longa data os conceitos estruturais como suspeitos, sem os rejeitar por completo, e enfatiza sistematicamente a importância do estudo da textura e variedade da agência humana. Assim, ao descrever os pontos de vista que dão base à sua análise do desenvolvimento de classes na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, ele comenta: “a classe é definida por homens enquanto vivem sua própria história e, afinal, essa é sua única definição”²³. Durante uma prolongada polêmica contra Althusser e seus seguidores – provocando uma resposta em dimensões de livro por parte de Anderson –, Thompson detalha as implicações de seu ponto de vista. Não tentarei caracterizar o debate como um todo, mas mencionarei apenas alguns aspectos pertinentes.

Althusser é censurado por Thompson – corretamente, em minha opinião²⁴ – por apresentar uma descrição deficiente da agência humana e uma concepção determinística de estrutura. Os seres humanos são vistos não como agentes conscientes, mas apenas como “esteios” de modos de produção. Aquilo que chamei de “depreciação do ator leigo” é expresso por Thompson de maneira mais abrupta. Althusser, e a maioria dos outros associados ao estruturalismo ou ao funcionalismo, “partem da mesma ‘antropologia latente’, do mesmo pressuposto ulterior acerca do ‘Homem’ – de que todos os homens e mulheres (exceto eles próprios) são rematados idiotas”²⁵. A vida social, ou a

história humana, diz Thompson, deveria ser entendida como “prática humana sem mestre”. Isso significa que os seres humanos atuam deliberada e conscientemente, mas sem poder antever ou controlar as conseqüências do que fazem. Para entender como isso acontece, precisamos de um termo que foi omitido em Althusser: é o que Thompson simplesmente designa por “experiência humana”²⁶. A experiência é a conexão entre “estrutura” e “processo”, o verdadeiro material da análise social ou histórica. Thompson sublinha que esse ponto de vista não o aproxima do individualismo metodológico. De fato, ele aponta uma certa afinidade entre este e o marxismo de Althusser. Pois este autor acredita que as “estruturas” só existem no interior de domínios teóricos, não na própria realidade, e essa postura, portanto, assemelha-se ao nominalismo dos individualistas metodológicos. Mas ainda, afinal, não é fácil enxergar exatamente até que ponto as idéias de Thompson são distintas do individualismo metodológico. Muitas das passagens em sua obra, nas quais ele caracteriza suas concepções gerais, assemelham-se às idéias de Watkins acima citadas. Assim, ao voltar a falar do conceito de classe, ele insiste: “Quando falamos de uma classe, estamos pensando num grupo vagamente definido de pessoas que compartilham das mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que têm uma *disposição* para *comportar-se* como uma classe, para definir-se a si mesmas em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas em termos de classe.”²⁷

Há muito de atraente nas idéias de Thompson, mas Anderson não teve dificuldade em descobrir nelas algumas deficiências. Quando aquele fala de “pessoas” e da primazia da “experiência”, de que modo esses termos aparentemente transparentes devem ser entendidos? Ao enfatizá-los, ele pretende claramente acentuar o significado da agência humana no fazer a História. Mas o que é “agência” permanece inexplicado, apesar da profusão de exemplos históricos que Thompson oferece em seus trabalhos originais e mediante sua crítica a Althusser. “Experiência” – como sabemos pelas tentativas de Dilthey de explicar *Erlebnis* – é um termo notoriamente ambíguo. Um uso

da palavra, por exemplo, liga-se diretamente ao empirismo, no qual ela é um registro passivo de eventos no mundo, algo muito distante das conotações ativas do termo que Thompson deseja acentuar. Além disso, em nenhum momento este dissecar efetivamente a relação entre ação e estrutura. Isso é verdade até mesmo no que diz respeito a seu livro mais importante, *The Making of the English Working Class*, que abre com um parágrafo célebre: “A classe trabalhadora não nasceu como o sol na hora marcada. Estava presente em sua própria criação”, e sua formação “deve tanto à agência quanto ao condicionamento”²⁸. Mas, a despeito dos aplausos que a obra recebeu com justiça, sublinha Anderson, ela não resolve realmente as questões assim suscitadas.

Pois se a afirmação da co-determinação de agência e necessidade devesse ser corroborada, precisaríamos ter, no mínimo, uma exploração conjunta da reunião e transformação objetivas de uma força de trabalho pela Revolução Industrial, e da germinação subjetiva de uma cultura de classe em resposta a ela. [...] [Mas] o advento do capitalismo industrial na Inglaterra é um sombrio pano de fundo para o livro, em vez de um objeto de análise direto por si só. [...] Os ritmos e as pausas temporais irregulares, e as distribuições e deslocamentos espaciais desiguais da acumulação de capital entre 1790 e 1830 marcaram inevitavelmente a composição e o caráter do proletariado inglês nascente. Contudo, não encontraram lugar nesta descrição de sua formação.”²⁹

A polêmica entre Thompson e Anderson não é conclusiva, em absoluto, mas é útil colocá-la lado a lado com o debate mais abstrato acerca do individualismo metodológico. Este último parece largamente esgotado, mas a vivacidade da polêmica entre Thompson e Anderson demonstra claramente que as questões não estão mortas. Existe um sentido muito importante no fato de não poderem estar. Cada investigação realizada nas ciências sociais ou na história está envolvida em relacionar a ação à estrutura, em traçar, explicitamente ou não, a conjunção ou as disjunções de conseqüências premeditadas ou impremeditadas da atividade, e em verificar como elas afetam o des-

tino de indivíduos. Nenhum malabarismo com conceitos abstratos poderá substituir o estudo direto de tais problemas nos contextos reais de interação. Pois as permutas de influências são intermináveis, e não existe um sentido em que a estrutura “determine” a ação ou vice-versa. A natureza das coerções a que os indivíduos estão sujeitos, os usos que eles dão às capacidades que possuem e as formas de cognoscitividade que revelam são todos eles manifestamente variáveis do ponto de vista histórico.

O esclarecimento conceptual pode pelo menos ajudar, sugerindo como essas matérias poderão ser mais bem abordadas. O que liga os argumentos de Thompson aos de Watkins e outros é que ambos apóiam seus argumentos, de forma um tanto excessiva, numa concepção intuitiva, não teorizada, do “indivíduo” ou “agente”. Eles estão inteiramente justificados em suspeitar das aspirações da “sociologia estrutural”, quer esta adote a forma oferecida por Blau ou a elaborada por Althusser. O individualismo metodológico não é, como Lukes sugere, inócuo a respeito dos objetivos que os “sociólogos estruturais” se propõem alcançar. Os individualistas metodológicos estão errados, na medida em que afirmam que as categorias sociais podem ser reduzidas a descrições em termos de predicados individuais. Mas eles estão certos ao desconfiar de que a “sociologia estrutural” elimina ou, pelo menos, subestima radicalmente a cognoscitividade dos agentes humanos, e têm razão em insistir que as “forças sociais” são sempre nem mais nem menos do que combinações de conseqüências premeditadas ou impremeditadas da ação empreendida em contextos especificáveis.

A “sociologia estrutural” e o individualismo metodológico não são alternativas, de modo que rejeitar uma seja aceitar a outra. Em certos aspectos, como diz Lukes, o debate entre os dois lados é vazio. A questão é descartar alguns dos termos do debate enquanto se desenvolvem outros mais além do que foi feito por qualquer de seus participantes. O que o “indivíduo” é não pode ser considerado óbvio. Não se trata aqui de comparar predicados mas de especificar como são os agentes humanos – algo que tentei fazer com relação aos conceitos básicos da teo-

ria da estruturação. Isso pressupõe o abandono da equiparação de estrutura e coerção. A relação entre facilitação e coerção pode ser facilmente exposta num nível lógico, dado um ponto inicial na noção da dualidade da estrutura. História não significa “práticas humanas sem mestre”. É a temporalidade de práticas humanas, modelando e sendo modelada por propriedades estruturais, dentro das quais diversas formas de poder são incorporadas – de forma alguma uma mudança de frase tão nítida, mas penso que seja colocada com maior precisão.

Uma outra questão suscitada pelo debate sobre o individualismo metodológico: as coletividades são atores? O que significa dizer, por exemplo: “O governo decidiu adotar a política X”? Ou: “O governo atuou rapidamente diante da ameaça de rebelião”? Várias distinções precisam ser delineadas neste ponto. As descrições de ação, como mencionei num capítulo anterior, não devem ser confundidas com a designação de agência enquanto tal. Tanto elas quanto os relatos de interação não podem ser dados puramente em termos de predicados individuais. Mas só os indivíduos, seres que possuem uma existência corpórea, são agentes. Se as coletividades ou grupos não são agentes, por que às vezes falamos como se fossem, como nos exemplos acima? Somos propensos a fazê-lo quando existe um grau significativo de monitoração reflexiva das condições de reprodução social, do tipo relacionado especialmente com as organizações, embora não exclusivo delas. “O governo decidiu adotar a política X” é uma descrição sintética de decisões tomadas por indivíduos, mas, normalmente, em alguma espécie de consulta mútua ou quando a orientação política resultante é normativamente obrigatória. As decisões tomadas por governos ou outras organizações podem não representar o resultado desejado de tudo, ou o resultado mais desejado de todos, daqueles que participam nelas. Em tais circunstâncias, faz sentido dizer que os participantes “decidem” (individualmente) “decidir” (coletivamente) sobre um dado curso de ação. Quer dizer, os membros individuais de um governo podem concordar em considerar-se obrigados a respeitar o resultado de uma reunião do qual discordam ou o teor de uma proposta contra a qual vota-

ram, mas que recebeu o apoio da maioria. É importante compreender que "O governo decidiu..." ou "O governo atuou..." são declarações sintéticas, porque, em algumas situações, pode importar muito quais indivíduos foram os principais iniciadores ou executores das decisões tomadas (ou não tomadas) e das orientações políticas seguidas, sejam elas quais forem.

Referências

Estrutura, sistema, reprodução social

1. CPST, pp. 222-5.
2. CCHM, cap. 8.
3. *Ibidem*, pp. 45-6. Minhas considerações aqui modificam apenas ligeiramente minha versão anterior desse problema. Para outras seções em que nos apoiamos aqui, ver também pp. 157-64 e 166-9.
4. Acompanhei de perto a análise de Eberhard nos parágrafos precedentes: Eberhard, Wolfram. *Conquerors and Rulers*. Leiden, Brill, 1965, p. 9 *passim*.
5. Hodgson, Marshall G. S. "The interrelations of societies in history". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 5, 1962-3, p. 233.
6. Gailey, H. A. *A History of Africa, 1800 to the Present*. Nova York, Houghton-Mifflin, 1970-2, 2 vols.; Grousset, René. *The Empire of the Steppes*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1970.
7. Carlstein, T. "The sociology of structuration in time and space: a time-geographic assessment of Gidden's theory". *Swedish Geographical Yearbook*. Lund, Lund University Press, 1981; Layder, Derek. *Structure, Interaction and Social Theory*. Londres, Routledge, 1981; Thompson, J. B. *Critical Hermeneutics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981; Archer, Margaret S. "Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action". *British Journal of Sociology*, vol. 33, 1982.
8. Carlstein, T. "The sociology of structuration in time and space", cit., pp. 52-3. Ver também: *Critical Hermeneutics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981, pp. 143-4.
9. Bhaskar, Roy. *The Possibility of Naturalism*. Brighton, Harvester, 1979, p. 42.
10. Durkheim, Émile. *The Rules of Sociological Method*. Londres: Macmillan, 1982, pp. 39-40. [Edição brasileira: *As regras do método*

- do sociológico*. Trad. de M. Garrido Torres. São Paulo, Abril Cultural, 1973, pp. 380-1. Col. "Os Pensadores", vol. XXXIII.]
11. *Ibidem*, pp. 50 e 52 [p. 389 da ed. brasileira].
 12. *Ibidem*, pp. 2-3 [p. 390 da ed. brasileira].
 13. Marx, Karl. *Capital*. Londres, Lawrence & Wishart, 1970, p. 72. Uma discussão instrutiva dessa questão figura em: Rose, Gillian. *The Melancholy Science*. Londres, Macmillan, 1978, cap. 3.
 14. Marx, Karl. *Grundrisse*. Harmondsworth, Penguin, 1976, p. 157.
 15. Ver CPST, cap. 5.
 16. Preparado para a redação de CCHM, mas não na versão final aí incluída.
 17. A classificação também deixa em aberto a possibilidade de outros tipos – por exemplo, sociedade socialista de Estado, distinta do capitalismo e, é claro, de outras formas de organização da sociedade que possam desenvolver-se concebivelmente no futuro.
 18. O ponto de vista expresso em CCHM, p. 164, "A cidade é o *locus* dos mecanismos que produzem a integração de sistema", está formulado de modo algo inadequado. Além disso, não quero transmitir a idéia de que a relação cidade-campo é unitária ou singular; pelo contrário, é heterogênea e complexa quando considerada a generalidade das sociedades.
 19. Wallerstein, Immanuel. *The Modern World-System*. Nova York, Academic Press, 1974; cf. Spengler: "Não é ridículo opor uma história 'moderna' de alguns séculos, e essa história localizada, para todos os fins, na Europa Ocidental, a uma história 'antiga', que cobre muitos milênios – despejando, aliás, nessa 'história antiga' toda a massa de culturas pré-helênicas, não exploradas nem ordenadas, como mero apêndice?" (Spengler, Oswald. *The Decline of the West*. Londres, Allen & Unwin, 1951, p. 38).
 20. Cf. nota 2 acima.
 21. Cf. meu ensaio "The nation-state and violence".
 22. CPST, pp. 104-5.
 23. Marx, K. *Capital*, cit., p. 110.
 24. *Ibidem*, pp. 110 e 103.
 25. *Ibidem*, p. 168.
 26. Para uma versão anterior de alguns desses pontos, ver DSCA, cap. 6.
 27. Marx, K. *Capital*, cit., vol. 1, p. 337.
 28. *Ibidem*, p. 338.
 29. *Ibidem*, p. 356.
 30. *Ibidem*, p. 111.
 31. CPST, pp. 141 ss.

32. Lévi-Strauss, Claude. *Structural Anthropology*. Londres, Allen Lane, 1968, pp. 365-6. [Edição brasileira: *Antropologia estrutural*. Trad. de Chaim Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.]
33. Lévi-Strauss, Claude. *The Savage Mind*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1966, p. 93.
34. Essa é uma preocupação essencial de *Between Capitalism and Socialism*.
35. *CCHM*, caps. 7, 8 e 9. Também não considero aqui a questão muito importante (analisada igualmente em *CCHM*) das relações entre o capitalismo, o Estado e as divisões de classes.
36. Um tema desenvolvido mais completamente em *Between Capitalism and Socialism*.
37. Ver: Kautsky, John H. *The Politics of Aristocratic Empires*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1982: "Se uma classe é concebida como um agrupamento em conflito com uma outra classe, então, na verdade, aristocracias e campeonatos não são classes, em absoluto" (p. 75).
38. *Ibidem*, pp. 5-6. Ver também: Claessen, Henri J. M. e Skalnik, Peter. *The Early State*. Haia, Mouton, 1978.
39. Shils, Edward. *Tradition*. Londres, Faber & Faber, 1981, p. 280.
40. Waley, Arthur. *Three Ways of Thought in Ancient China*. Londres, Allen & Unwin, 1939, p. 38. Para uma discussão mais ampla, ver: Pocock, J. G. "The origins of the study of the past". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 4, 1961-2.
41. Lévi-Strauss, Claude. *Totemism*. Londres, Merlin, 1964, p. 98.
42. *Ibidem*. Lévi-Strauss também observa: "A língua Dakota não possui uma palavra para designar o tempo, mas pode expressar de numerosas maneiras os modos de ser em duração. Para o pensamento Dakota, de fato, o tempo constitui uma duração em que a medição não intervém: é um 'bem livre' ilimitado" (p. 99). Interessantes observações pertinentes a essas questões são feitas em: Schintlholzer, Birgit. *Die Auflösung des Geschichtsbegriffs im Strukturalismus*. Hamburgo, 1973 (dissertação de doutoramento).
43. Thompson, E. P. *The Poverty of Theory*. Londres, Merlin, 1978, pp. 86 e 291.
44. Vico, G. *The New Science*. Ithaca, Cornell University Press, 1968, pp. 382, 1108. [Edição brasileira: *Princípios de (uma) ciência nova*. Trad. Antônio de Almeida Prado. São Paulo, Abril Cultural, 1974, p. 184. Col. "Os Pensadores", vol. XX.]
45. Thompson, J. B. *The Poverty of Theory*, cit., p. 86.

46. Touraine, Alain. *The Self-Production of Society*. Chicago, University of Chicago Press, 1977, p. 238.
47. Blumer, Herbert. "Collective behaviour". In: Lee, Alfred M. *Principles of Sociology*. Nova York, Barnes & Noble, 1951, p. 199.
48. Cohn, Norman. "Mediaeval millenarianism: its bearing upon the comparative study of millenarian movements". In: Thrupp, Silvia L. *Millenial Dreams in Action*. Haia, Mouton, 1962, p. 31.
49. Cf. Banks, J. A. *The Sociology of Social Movements*. Londres, Macmillan, 1972, pp. 20-1 *passim*.
50. Gorz, André. *Farewell to the Working Class*. Londres, Pluto, 1982.

*Notas críticas: "sociologia estrutural"
e individualismo metodológico*

1. Cf. Boudon, Raymond. *The Uses of Structuralism*. Londres, Heinemann, 1971. [Edição brasileira: *Para que serve a noção de estrutura?* Trad. de Luís Costa Lima, Edição Eldorado, 1974.] Boudon categoriza um certo número de usos divergentes do conceito. Para um conjunto de abordagens algo diferentes, ver: Blau, Peter M. *Approaches to the Study of Social Structure*. Londres, Collier-Macmillan, 1975.
2. Wallace, Walter L. "Structure and action in the theories of Coleman e Parsons". In: Blau, P. M. *Approaches to the Study of Social Structure*, cit., p. 121.
3. Mayhew, Bruce H. "Structuralism versus individualism", partes 1 e 2. *Social Forces*, vol. 59, 1980, p. 349.
4. *Ibidem*, p. 348.
5. Blau, Peter M. *Inequality and Heterogeneity*. Nova York, Free Press, 1977; "Structural effects". *American Sociological Review*, vol. 25, 1960; "Parameters of social structure". In: Blau, P. M. *Approaches to the Study of Social Structure*, cit.; "A macrosociological theory of social structure". *American Journal of Sociology*, vol. 83, 1977.
6. *Inequality and Heterogeneity*, cit., p. ix.
7. "Parameters of social structure", cit., p. 221.
8. *Inequality and Heterogeneity*, cit., p. 246.
9. "Parameters of social structure", cit., pp. 252-3. "O que coloca essa ameaça é a posição dominante de organizações poderosas na sociedade contemporânea, como o Pentágono, a Casa Branca e gigantes conglomerados. A tendência tem sido a de crescente con-

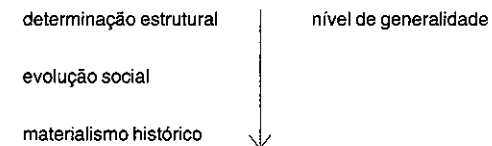
centração de recursos econômicos e humanos, e de poderes deles derivados em gigantescas organizações e seus altos executivos, o que implica uma crescente consolidação de importantes recursos e formas de poder. [...]"

10. *Inequality and Heterogeneity*, cit., p. 246.
11. "A macrosociological theory of social structure", cit., p. 28.
12. Blau, Peter M. "A formal theory of differentiation in organizations". *American Sociological Review*, vol. 35, 1970, p. 203.
13. Este ponto é apresentado em: Turner, Stephen P. "Blau's theory of differentiation: is it explanatory?". *Sociological Quarterly*, vol. 18, 1977. Algumas dessas questões são ventiladas de novo em Blau, P. M.: "Comments on the prospects for a nomothetic theory of social structure". *Journal for the Theory of Social Behaviour*, vol. 13, 1983. Ver, também, no mesmo volume, um extraordinário artigo de Mayhew sobre "Causality, historical particularism and other errors in sociological discourse". A contribuição de Blau continua revelando as deficiências que já indiquei: 1) elementos hermenêuticos na formulação de conceitos de análise social são suprimidos em favor da idéia de que "o objetivo da sociologia é estudar a influência do 'ambiente social' sobre as 'tendências observáveis das pessoas' " (p. 268); 2) a referência a motivos, razões e intenções dos agentes é persistentemente equiparada à psicologia, relegada a um domínio separado dos interesses da "sociologia"; 3) uma versão de uma desacreditada filosofia da ciência natural, em que a "explicação" é vista como necessariamente vinculada à "teorização nomotético-dedutiva" (p. 265), é aceita sem discussão; 4) nenhuma consideração é feita à possibilidade de que, mesmo se a filosofia da ciência natural assim subentendida fosse aceitável, o caráter de "leis" em ciência social seria fundamentalmente diferente das leis da natureza; 5) o ponto de vista está todo ele envolto na conhecida mas errônea alegação de que a ciência social, em comparação com a ciência natural, está em suas fases iniciais de desenvolvimento. Blau aceita a inexistência, "pelo menos até aqui", de "leis determinísticas em sociologia" (p. 266). Mas ele expressa fé em que elas serão um dia descobertas – certamente não podemos descartar essa possibilidade, porque a "teoria nomotética da estrutura social ainda se encontra, sem dúvida, num estágio muito rudimentar" (p. 269).
14. Citado em: Mommsen, Wolfgang. "Max Weber's political sociology and his philosophy of world history". *International Social Science Journal*, vol. 17, 1965, p. 25. É claro, é discutível até que

ponto os escritos substantivos de Weber foram guiados por esse princípio.

15. Weber, Max. *Economy and Society*. Berkeley, University of California Press, 1978, vol. 1, p. 13.
16. Lukes, Steven. "Methodological individualism reconsidered". In: *Essays in Social Theory*. Londres, Macmillan, 1977.
17. Hayek, F. A. *Individualism and Economic Order*. Chicago, University of Chicago Press, 1949, p. 6.
18. Lukes também identifica uma conotação adicional do individualismo metodológico, uma doutrina de "individualismo social" que (ambiguamente) afirma que a sociedade tem como seu objetivo o bem de indivíduos" (Lukes, S. "Methodological individualism reconsidered", cit., pp. 181-2).
19. Watkins, J. W. N. "Historical explanation in the social sciences". In: Gardiner, P. *Theories of History*. Glencoe, Free Press, 1959.
20. Lukes, S. "Methodological individualism reconsidered", cit., p. 178.
21. Cf. *NRSM*, cap. 4.
22. Thompson, E. P. *The Poverty of Theory*. Londres, Merlin, 1978; Anderson, Perry. *Arguments within English Marxism*. Londres, Verso, 1980.
23. Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth, Penguin, 1968, p. 40.
24. *CPST*, cap. 1 *passim*.
25. Thompson, E. P. *The Poverty of Theory*, cit., p. 148.
26. *Ibidem*, p. 30.
27. *Ibidem*, p. 295. Grifo no original.
28. Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class*, cit., p. 9.
29. Anderson, P. *Arguments within English Marxism*, cit., pp. 32-4.

Quero apresentar neste capítulo argumentos favoráveis à *desconstrução* de toda uma gama de teorias de mudança social, especialmente as de um tipo evolucionista, e à *reconstrução* da natureza do poder como inerente à constituição da vida social. “Desconstruir” teorias de mudança social significa negar a possibilidade de realização de algumas das mais acariciadas ambições da teoria social – incluindo as do “materialismo histórico”. Isso não implica fazer a alegação relativamente fraca de que tais teorias não podem ser corroboradas pelas provas disponíveis. Envolve um argumento muito mais forte e mais controvertido: o de que elas estão equivocadas a respeito dos tipos de explicação de mudança social possíveis. Uma desconstrução de teorias de mudança social pode ser procedida através de três séries de considerações de generalidade progressivamente decrescente, como abaixo:



Uma grande proporção da ciência social, tanto na sociologia acadêmica quanto no marxismo, baseou-se no pressuposto de que é possível formular teoremas de causação estrutural que explicarão a determinação da ação social em geral^{1*}. A maioria

* As referências podem ser encontradas a pp. 323-9.

das versões de determinação estrutural está ligada à tese de que as ciências sociais podem revelar leis universais, leis essas que identificam os efeitos das coerções estruturais. Uma dada ocorrência ou tipo de comportamento seria comprovadamente um exemplo de uma lei geral, tendo sido especificadas certas condições limítrofes para a vigência da lei. A “determinação” aqui equipara-se a uma forma específica de determinismo. O chamado debate sobre a “lei de cobertura” explorou esse tipo de questão com certo detalhe e, sem entrar diretamente nele, basta dizer aqui que tal concepção é inteiramente incompatível com o caráter das generalizações nas ciências sociais que descrevi antes (ver também pp. 404-9)². Negar que uma explicação geral da determinação estrutural possa ser obtida é adotar uma postura em relação à qual boa parte deste livro é pertinente³.

Algumas teorias de mudança social estão ligadas às concepções acima. Tem-se pensado às vezes, por exemplo, que existem leis universais governando a mudança social e que uma teoria de mudança social deve ser organizada em torno delas. Mas há muitas tentativas de explicar a mudança que, embora não postulem leis, especificam certos princípios limitados de determinação de mudança que se sustenta serem aplicados de maneira universal. Entre esses princípios, as concepções evolucionistas têm sido de longe as mais salientes.

O “evolucionismo”, é claro, não pode ser facilmente categorizado, uma vez que uma variedade de pontos de vista diferentes foram associados ao termo, e a popularidade das concepções evolucionistas tem aumentado e declinado nas ciências sociais no decorrer do tempo. A segunda metade do século XIX foi certamente o ponto alto do evolucionismo na teoria social, inspirado em considerável grau pelas descobertas de Darwin na biologia⁴. As noções evolucionistas mostraram subseqüentemente uma tendência para saírem da moda, sobretudo entre os antropólogos, que em sua maioria foram fortemente influenciados por uma ou outra interpretação do “relativismo cultural”. Mas tais noções retiveram alguns defensores na antropologia, e o evolucionismo permaneceu sistematicamente dominante na arqueologia. No mundo anglo-saxônico, a ascensão

do funcionalismo, liderado por Malinowski e Radcliffe-Brown, na antropologia, e depois por Merton e Parsons, na sociologia, foi responsável, em certa medida, pelo eclipse do pensamento evolucionista, embora seu renascimento tivesse sido mais tarde iniciado pelo próprio Parsons⁵.

Evolucionismo e teoria social

Muitas teorias da evolução formam exemplos primordiais do que chamei de modelos “endógenos” ou “expansíveis” de mudança e critiquei anteriormente. Esses tipos de teoria evolucionista estiveram, de fato, estreitamente relacionados com o funcionalismo – sendo um exemplo notável as obras de Comte –, e a separação entre funcionalismo e evolucionismo introduzida por Malinowski e outros deveria, talvez, ser encarada mais como uma aberração do que como um estado natural de coisas. As metáforas orgânicas forneceram, com frequência, a relação entre os dois. Uma planta ou organismo contém em si uma trajetória de crescimento, um desdobramento de potencialidades latentes. Neste caso, a mudança é entendida como governada pelos mecanismos envolvidos nesse desdobramento, sendo as sociedades consideradas unidades claramente limitadas. Sustenta-se que as condições externas acentuam ou detêm processos de crescimento, mas são na realidade um pano de fundo contra o qual os mecanismos de mudança operam. Alguns modelos evolucionistas trataram a mudança como inerentemente lenta e cumulativa. Assim, Durkheim considerou a revolução política agitação na superfície da vida social, incapaz de dar origem a transformações importantes da sociedade, porque a evolução das instituições sociais básicas é sempre necessariamente lenta⁶. Mas as concepções expansíveis de mudança não são certamente estranhas a teorias que propõem que a evolução avança através de processos de transição revolucionária. As concepções de Marx representam um exemplo. O principal motor da mudança social, no esquema que Marx descreve no “Prefácio” de *Contribuição à crítica da economia política*, é a

expansão das forças de produção no seio de um determinado tipo de sociedade. Num dado ponto, essa expansão não pode mais ser contida dentro das instituições existentes da sociedade, redundando num processo de revolução, após o qual o mesmo processo volta a ocorrer⁷. As origens da mudança devem ser encontradas nas propriedades tendenciais das sociedades de classes, as quais contêm as “sementes de sua própria transformação”.

Como deve ser entendido o termo “evolução”? A palavra provém do latim *evolutia*, derivado de *e-* (“fora de”) e *volutus* (“enrolado”). Usava-se em referência ao desenrolamento de livros em pergaminho. O conceito não era aplicado em algo que se parecesse com sua acepção moderna antes do final do século XVII, quando passou então a significar um processo ordenado de mudança, passando por vários estádios discerníveis. Comte foi um dos primeiros pensadores sociais importantes a fazer extenso uso da noção, e sua formulação não é muito diferente daquelas propostas subsequente por muitos autores (incluindo Parsons, ver pp. 310-23). A variação de tipos sociais, sua diferenciação e síntese, promovendo a “ordem com continuidade” – foram esses os temas de Comte. “Nenhuma ordem real pode estabelecer-se nem, sobretudo, durar se não for plenamente compatível com o progresso; nenhum grande progresso poderá efetivamente realizar-se se não tender, em última instância, para a evidente consolidação da ordem.”⁸

Mencionarei algumas definições mais recentes de evolução social ou cultural, selecionadas de modo mais ou menos aleatório:

Quer se use ou não o adjetivo “biológico”, o princípio de evolução está firmemente estabelecido como pertinente ao mundo das coisas vivas. [...] Tais conceitos básicos da evolução ou variação orgânica, seleção, adaptação, diferenciação e integração, pertencem ao centro de nossa preocupação, quando apropriadamente ajustados a um assunto social e cultural. (Parsons)⁹

A evolução pode ser considerada um interesse em determinar formas, processos e funções que reaparecem periodicamente. [...] A evolução cultural pode ser vista como um tipo especial

de reconstrução histórica ou uma metodologia ou abordagem especial. (Steward)¹⁰

A evolução (natural ou social) é um processo de automanutenção, autotransformação e autotranscendência, direcional no tempo e portanto irreversível, o qual, em seu curso, gera todas as novidades, maior variedade, organização mais complexa, níveis mais elevados de compreensão e atividade mental cada vez mais consciente. (Huxley)¹¹

A evolução pode ser definida como uma sequência temporal de formas: uma forma desenvolve-se a partir de outra; a cultura avança de um estágio para outro. Nesse processo, o tempo é um fator tão integrante quanto a mudança da forma. O processo evolucionista é irreversível e não-repetitivo. [...] O processo evolucionista é semelhante ao processo histórico, ou difusionista, na medida em que ambos são temporais e, portanto, irreversíveis e não-repetitivos. Mas diferem no fato de o primeiro ser de caráter nomotético e o segundo, idiográfico. [...] Por certo, o processo evolucionista tem sempre lugar algures e num *continuum* temporal, mas o tempo particular e o lugar particular não são significativos. O que conta é a sequência temporal de formas. (White)¹²

Em suas esferas biológica e cultural, a evolução move-se simultaneamente em duas direções. Por um lado, cria a diversidade através da modificação adaptativa: formas superiores resultam das inferiores e as ultrapassam. A primeira dessas direções é a Evolução Específica, e a segunda, a Evolução Geral [...] uma taxonomia diferente torna-se necessária para examinar esses dois aspectos da evolução. Preocupado com as linhas de descendência, o estudo da evolução específica emprega a classificação filogenética. Na perspectiva evolucionista geral, a ênfase transfere-se para o caráter do próprio progresso, e as formas são classificadas em estádios ou níveis de desenvolvimento sem referência à filogenia. (Sahlins)¹³

Existem significativos pontos de variação entre essas formulações. O que Sahlins chama de “evolução específica”, por exemplo, é a única acepção de evolução reconhecida por Steward, que rejeita diretamente, de fato, a “evolução geral”. Mas as definições tendem a ter certos traços comuns, declarados ou implí-

bitos, e podem ser utilizadas para caracterizar como uma teoria ou abordagem tem de ser para merecer ser chamada de "evolucionista". Considero ponto pacífico que "evolução" é mais do que um termo casualmente aplicado (para o qual não pode haver objeção), sinônimo de "desenvolvimento" ou "mudança". Para que a "teoria evolucionista" nas ciências sociais tenha um significado distinto, direi eu, ela deverá mostrar as seguintes características (não penso que sejam arbitrárias ou demasiado fortes).

Em primeiro lugar, deve existir, pelo menos, alguma pressuposta continuidade conceptual com a evolução biológica. Como as definições acima deixam claro, esse é um critério que muitos, mas não todos, dos que se consideram teóricos evolucionistas são propensos a enfatizar. É uma afirmação que faz sentido, pois ainda que se originasse primordialmente no pensamento social e não na biologia, foi esta última que conferiu à "evolução" uma designação bastante precisa e elaborou uma descrição das transformações evolucionistas – que elucida a evolução sem usar qualquer noção teleológica. Usar o termo "evolução" nas ciências sociais é um tanto gratuito, se não tiver pelo menos algumas conexões com o vocabulário conceptual que ficou estabelecido na biologia. Não se segue daí que uma completa correspondência conceptual seja necessária ou desejável. O evolucionismo ou, de qualquer forma, o darwinismo tem sido recentemente alvo de vigorosos ataques na esfera da ciência natural, e é concebível, senão inteiramente provável, que seja descartado nesse campo ao mesmo tempo que continua sendo sustentado no domínio da ciência social.

Em segundo lugar, o evolucionismo social deve especificar algo mais do que apenas uma progressão de mudança com relação a certos critérios propostos, sendo esse "algo" um mecanismo de mudança. Este ponto precisa ser examinado com alguma minúcia por causa de sua importância. Alguns evolucionistas tendem a acreditar que, para defender o conceito de evolução em teoria social, é suficiente mostrar que ocorreu uma progressão, com relação a um certo item ou itens sociais, no decorrer da História, desde o mais remoto período do qual temos

provas da existência de uma sociedade humana até a era moderna. Assim, por exemplo, White construiu um indicador de evolução com base na produção de energia. As sociedades ou, na terminologia de White, os "sistemas culturais" variam enquanto meios de utilizar a energia. Algumas são mais eficazes a esse respeito do que outras. Diferentes sistemas culturais podem, portanto, ser classificados ao longo de uma escala, comparando-se os coeficientes derivados da relação entre o montante de energia utilizada e consumida, e o número de seres humanos envolvidos nesses sistemas¹⁴. De Comte e Spencer em diante, os pensadores evolucionistas referiram-se à crescente complexidade, diferenciação etc. É claro, "evolução" *poderia* ser usada apenas com referência a tal progressão, abstraída do tempo e do espaço. Pode ser justificável dizer, por exemplo, que as culturas pequenas, orais, estão num dos extremos de um *continuum* de consumo e distribuição de energia (ou distanciamento tempo-espaço), e as sociedades modernas, industrializadas, no outro. Tampouco há dificuldade em sustentar a asserção de que certos desenvolvimentos técnicos, ou formas de organização social, são requisitos prévios para outros. Nesse sentido, "evolução" é indiscutível como conceito. Mas usá-lo desse modo não é explicar coisa alguma com relação a mudança social nem satisfaz o critério de ter uma afinidade razoavelmente estreita com a evolução biológica.

Em terceiro lugar, deve ser especificada uma sequência de estádios de desenvolvimento social, na qual o mecanismo de mudança esteja vinculado à substituição de certos tipos ou aspectos de organização social por outros. Esses estádios podem ser dispostos na forma de evolução específica ou de evolução geral, ou de alguma espécie de combinação das duas. Não se deve inferir sorrateiramente disso que a progressão em tal escala evolucionista signifique progresso segundo critérios morais, exceto na medida em que isso seja explicitamente justificado de alguma forma. Como enfatizarei adiante, as teorias evolucionistas são altamente propensas a fundir "progressão" com "progresso", devido a pressupostos etnocêntricos que, embora não estejam, provavelmente, subentendidos de modo lógico no evolucionismo, são muito difíceis de evitar na prática.

Em quarto lugar, identificar um mecanismo de mudança social significa explicar a mudança de algum modo que se aplique a todo o espectro da história humana, não como um mecanismo exclusivo de mudança mas como o dominante. Não há dúvida nenhuma quanto ao principal candidato neste caso, pois ele ocupa algum lugar em virtualmente todas as teorias evolucionistas, por muito que elas possam diferir em outros aspectos. Trata-se da “adaptação” – significando geralmente adaptação ao meio ambiente material.

Nem todas as descrições de mudança social que dependem do conceito de adaptação são evolucionistas, uma vez que podem não estar em conformidade com os três critérios anteriores. Mas a noção de adaptação é tão importante nas teorias evolucionistas que, sem ela, todas perdem a maior parte de sua força lógica, de sua irrefutabilidade¹⁵. Portanto, faz sentido sustentar que, se na explicação de mudança social o conceito de adaptação resulta ser destituído de valor (como afirmarei), o evolucionismo é privado de boa parte de seus interesses. Mas procurarei também explorar dois outros caminhos críticos de ataque às teorias evolucionistas: elas forcem a história humana a entrar num molde no qual não se ajusta descritivamente e tendem a estar associadas, embora não inevitavelmente, a um certo número de corolários infelizes.

Adaptação

Usado num contexto social, o conceito de adaptação pode provar-se caracteristicamente: 1) vazio, ou seja, tão amplo e vago em seu significado a ponto de tornar-se mais perturbador do que esclarecedor, ou 2) implicado numa pretensão de explicação funcionalista especiosa e logicamente deficiente, ou 3) envolvido na afirmação de tendências dinâmicas em sociedades humanas que são demonstravelmente falsas.

Quanto ao primeiro ponto, a noção de adaptação pode ser usada de modo razoavelmente preciso na biologia, donde deriva¹⁶, quando seu significado usual deve referir-se a modos pelos

quais o *pool* genético de organismos é influenciado pela interação com o meio ambiente como resultado de traços de sobrevivência seletiva. A “adaptação” talvez possa ser formulada de modo convincente na ciência social se tomada como um rótulo geral referente à gama de processos pelos quais os seres humanos respondem a características de seus ambientes físicos e as modificam. Assim, Rappaport define o termo como “o processo pelo qual organismos ou grupos de organismos, mediante mudanças sensíveis em seus estados, estruturas ou composições, mantêm a homeostase em si mesmos e entre eles mesmos, diante das flutuações ambientais de curto prazo e das mudanças de longo prazo na composição ou estrutura de seus ambientes”¹⁷. Entretanto, é característico do pensamento social evolucionista ampliar tanto esse uso que o termo torna-se irremediavelmente amorfo. Por exemplo, Harding inicia seu estudo da adaptação definindo o conceito como “a aquisição e conservação de controle sobre o meio ambiente”, o que é francamente incontestável. Mas depois acrescenta que, na teoria evolucionista, a adaptação não se refere apenas à relação entre sociedades e natureza, mas também ao “ajustamento mútuo de sociedades”.

A adaptação à natureza moldará a tecnologia de uma cultura e, derivativamente, seus componentes sociais e ideológicos. Entretanto, a adaptação a outras culturas pode modelar a sociedade e a ideologia, as quais, por sua vez, atuam sobre a tecnologia e determinam seu rumo futuro. O resultado total do processo adaptativo é a produção de um todo cultural organizado, uma tecnologia, sociedade e ideologia integradas, interagindo com a influência seletiva dual da natureza, por um lado, e o impacto de culturas alheias, por outro.¹⁸

A adaptação tornou-se simplesmente, neste caso, uma noção a tal ponto difusa que inclui todas as possíveis fontes de influência sobre a organização e a transformação sociais!

Esse tipo de uso é inteiramente característico das teorias evolucionistas nas ciências sociais (comparar, por exemplo, com o uso do conceito por Parsons, abordado nas pp. 319-20). As razões disso são bastante claras. Quando a “adaptação” é espe-

cificada com um certo grau de precisão – como na formulação de Rappaport – e quando aquilo a que se é adaptado também está claramente delimitado, a noção é manifestamente inadequada como mecanismo geral de mudança social. Se ambiente significa “ambiente natural” e se “adaptar-se” a ele significa responder a mudanças distinguíveis nesse ambiente, de maneiras que tenham esse efeito de modificar traços orgânicos ou sociais existentes, nesse caso a “adaptação” é uma noção simplesmente restrita demais para constituir um candidato fidedigno a tal mecanismo. Só poderá tornar-se plausível pelo desdobramento de um ou de ambos os aspectos de seu significado – incluindo-se outras sociedades (isto é, o “ambiente social”) no termo “ambiente” e/ou incluindo-se como “adaptação” quaisquer processos sociais que pareçam favorecer as probabilidades de manter uma sociedade numa certa forma estável. Entretanto, uma vez feito isso, o conceito torna-se tão vago que perde sua utilidade para explicar qualquer coisa.

Em segundo lugar, é freqüentemente devido a seu caráter vazio, conforme expresso em tais formulações, que a noção de adaptação figura com tanta assiduidade em “explicações” espúrias. Pouco adianta, na verdade, afirmar que aquelas sociedades ou tipos de sociedade que sobreviveram durante um certo período de tempo, porque sobreviveram, precisavam ter sobrevivido. Mas é exatamente a isso que se reduzem, com freqüência, as explicações que envolvem “adaptação”. Assim, é comum propor que a sobrevivência de um item social pode ser explicada em termos de sua capacidade adaptativa superior. Mas como a capacidade adaptativa é entendida? Em termos comparáveis com os mencionados acima – todos os elementos que precisam ser invocados para que esse item persista, enquanto um outro não. Entretanto, quando “adaptação” é entendida de modo mais limitado, as explicações oferecidas tendem a ser igualmente defeituosas, incorporando versões do funcionalismo¹⁹. Um exemplo típico de boa parte da literatura pertinente, com considerável influência substantiva, é o seguinte, extraído de G. H. Childe, que

parte do fato óbvio de que o homem não pode viver sem comer. Logo, uma sociedade só pode existir se seus membros puderem garantir alimento suficiente para se manterem vivos e se reproduzirem. Qualquer sociedade, em que crenças ou instituições ratificadas cortam completamente o suprimento alimentar (como, por exemplo, se todos os camponeses egípcios tivessem se sentido obrigados a trabalhar o ano inteiro construindo uma superpirâmide) ou suspendem a reprodução (como uma convicção universal e fanática da virtude do celibato o faria), estaria condenada a ter uma vida breve. Nesse caso limitador, é mais do que óbvio que o suprimento alimentar deve exercer um controle final na determinação até de crenças e ideais. Presumivelmente, portanto, os métodos para assegurar o sustento exercem, afinal, um controle similar mais concretamente. É de esperar que o modo como as pessoas ganham seu sustento “determine”, a longo prazo, suas crenças e instituições.²⁰

Entretanto, o que é óbvio para Childe não decorre, em absoluto, de sua premissa. Identificar uma exigência funcional de uma sociedade ou item social não acarreta nenhuma implicação, em si e de si mesmo, sobre sua influência real na configuração das instituições que satisfazem essa exigência.

Passando à última das três características acima, a adaptação obteria força de explanação se fosse encontrada uma dinâmica que interpretasse com êxito a diversidade e a sucessão dos principais tipos de sociedade humana na História. As teorias evolucionistas mostram-se aí empiricamente insuficientes. Se fosse o caso de haver algum tipo de impulso motivacional generalizado para os seres humanos se “adaptarem” progressivamente de um modo mais eficaz a seus ambientes materiais, haveria uma base de sustentação para a teoria evolucionista. Mas tal compulsão é inexistente²¹. Alternativamente, poder-se-ia supor que uma espécie de equivalente da seleção natural seria encontrada com relação às sociedades humanas. Foi certamente isso o que supuseram muitos evolucionistas do século XIX. Spencer preferiu “sobrevivência dos mais capazes” em vez de “seleção natural”, mas a idéia é a mesma. Ele interpretou “sobrevivência” menos como resultado da satisfação de exigências materiais de um dado ambiente do que como levar a

melhor militarmente em face de outras sociedades. A formação de sociedades cada vez maiores mediante a guerra, diz Spencer, “é um processo inevitável pelo qual as variedades de homens mais bem adaptados à vida social suplantam as menos adaptadas”²². Mas se esse tipo de ponto de vista está sendo hoje amplamente descartado, mesmo entre os evolucionistas, é por sólidas razões empíricas. A influência da guerra sobre a mudança social é bastante real. Mas a força militar, simplesmente, não tem o valor explicativo geral necessário para converter a “adaptação” num mecanismo evolucionista viável. Assim que começamos adicionando outros fatores, entretanto, estamos de volta à situação em que o conceito explica tudo e não explica nada.

Evolução e História

A história não tem um “formato” evolucionista, e a tentativa de enquadrá-la em um pode ser seriamente danosa. Enumerei três razões pelas quais a história humana não se assemelha a um modelo evolucionista da espécie e quatro perigos em que incorre o pensamento evolucionista nas ciências sociais. A maior parte do terreno foi bem estudado pelos críticos do evolucionismo desde o século XIX em diante, mas talvez valha a pena explicar esses itens em detalhe. Um “formato” evolucionista – um tronco com ramos, ou uma trepadeira, em que estão integradas a passagem do tempo cronológico e a progressão das espécies – é uma metáfora inadequada para analisar a sociedade humana.

Os seres humanos fazem sua história no conhecimento dessa história, isto é, como seres reflexivos que cognitivamente se apropriam do tempo em vez de meramente o “viver”. O ponto é bastante banal, mas figura usualmente nas discussões de evolucionistas somente em relação com a questão de saber se existe ou não uma ruptura entre os proto-humanos e o *Homo sapiens*. Quer dizer, consideram-no simplesmente algo novo adicionado aos processos evolucionistas existentes – mais um fator complicando a seleção natural. O nó da questão, entretanto,

está em que a natureza reflexiva da vida social humana subverte a explicação da mudança social em termos de qualquer conjunto simples e soberano de mecanismos causais. Travar conhecimento com o que se passa “na” História torna-se não só uma parte inerente do que seja “história”, mas também um meio de transformar a “História”.

A teoria evolucionista em biologia depende de postulados da independência da origem das espécies e da imutabilidade das espécies exceto mediante mutação. Essas condições não se aplicam à história humana. As “sociedades” simplesmente não possuem o grau de “fechamento” que as espécies têm. Os biólogos podem responder com bastante facilidade à pergunta: o que é que evolui? Mas não existe uma “unidade de evolução” prontamente acessível na esfera das ciências sociais²³. Já tratei desse ponto (pp. 192-9), mas é conveniente repeti-lo aqui. Os evolucionistas falam habitualmente da evolução ou de “sociedades” ou de “sistemas culturais”, com o pressuposto de que aquelas que estão mais avançadas são apenas versões diferenciadas das menos avançadas. Mas o que constitui uma “sociedade” ou “cultura” varia com os próprios traços sobre os quais os pensadores evolucionistas tendem a concentrar-se. O debate entre evolucionistas e “difusionistas” só ajudou a encobrir esse problema, na medida em que tendeu a tratar sociedades ou culturas como entidades distintas, diferindo primordialmente no que diz respeito a suas apreciações divergentes das fontes de mudança que as afetam.

A história humana não é, para usar a expressão de Gellner, uma “história de crescimento mundial”. Como observa Gellner, durante dois séculos foi difícil para qualquer pessoa no Ocidente

pensar sobre as questões humanas sem a imagem [...] de um crescimento ascendente e universal. [...] Aparentemente essa era uma conclusão natural decorrente do modelo da história ocidental, a qual era geralmente tratada como a história da humanidade. A história ocidental oferece a impressão de uma certa continuidade e um certo e persistente impulso ascendente – ou, de qualquer modo, assim parecia e assim passou a ser ensinada. Emer-

gindo dos vales dos rios do Oriente Médio, a história da civilização parece ser uma de crescimento contínuo e essencialmente ascendente, só interrompido ocasionalmente por patamares ou mesmo retrocessos: a História pareceu avançar pouco a pouco no litoral mediterrâneo, galgando depois a costa atlântica, com as coisas ficando cada vez melhores. Impérios orientais, os gregos, os romanos, a cristandade, a Idade Média, a Renascença, a Reforma, a industrialização e a luta pela justiça social [...] a História conhecida, com variantes especialmente nos detalhes mais recentes, de tensões e antecipação, tudo isso é bastante familiar e ainda forma a imagem do pano de fundo da História para a maioria das pessoas. [...] O quadro, é claro, combinou-se com o evolucionismo biológico, e a vitória do darwinismo parecia arrematar a questão. Duas disciplinas inteiramente independentes, a história e a biologia, forneciam aparentemente partes diferentes da mesma curva contínua.²⁴

A viagem do *Beagle* simbolizou, por assim dizer, as expedições que colocaram os europeus em contato com diversas e exóticas culturas, agrupadas e categorizadas num esquema abrangente, no qual o Ocidente se situava naturalmente no topo. Não há sinais de que os esquemas evolucionistas estejam hoje livres desse tipo de etnocentrismo. Onde se poderá encontrar, na ciência social ocidental, um esquema desses que coloque a Índia tradicional no topo da escala? Ou a China antiga? Ou, no que diz respeito ao assunto, a Índia ou a China modernas?²⁵

Entretanto, não há necessidade de formular tais perguntas – as quais, como é óbvio, não são logicamente impermeáveis em termos de suas perniciosas implicações para as teorias evolucionistas – para mostrar que a História não é uma “história de crescimento mundial”. A história do *Homo sapiens* é mais precisamente retratada da seguinte maneira. Ninguém pode estar seguro de quando o *Homo sapiens* apareceu pela primeira vez, mas o certo é que, na maior parte do período durante o qual os seres humanos têm existido, eles viveram em pequenas sociedades caçadoras e coletoras e houve escassa progressão discernível no tocante a mudanças quer sociais quer tecnológicas: um “estado estável” seria uma descrição mais exata. Por razões que permanecem altamente controversas, num determinado ponto

surgiram as “civilizações” divididas em classes, primeiro na Mesopotâmia, depois em outras regiões. Mas o período relativamente curto de história desde então não é marcado pela contínua ascensão da civilização; harmoniza-se mais com o quadro de Toynbee de ascensão e queda de civilizações, e suas relações conflitantes com os domínios tribais. Esse modelo terminou com o advento da primazia global do Ocidente, um fenômeno que dá à “História” um cunho muito diferente de tudo o que aconteceu antes, truncada por um minúsculo período de dois ou três séculos. Em vez de ver o mundo moderno como uma acentuação ulterior das condições existentes em sociedades divididas em classes, é muito mais esclarecedor vê-lo como tendo realizado uma cesura no mundo tradicional, que ele parece corroer e destruir de forma irremediável. O mundo moderno nasceu antes da descontinuidade do que da continuidade com o que aconteceu antes. A tarefa da sociologia é explicar da melhor forma possível a natureza dessa descontinuidade – a especificidade do mundo introduzido pelo advento do capitalismo industrial, originalmente localizado e fundado no Ocidente.

Concluirei esta seção enumerando sucintamente quatro perigos que o pensamento evolucionista atrai – que, para serem evitados da forma mais eficaz, pedem um rompimento radical com esse pensamento. São os que designarei como: 1) compressão unilinear; 2) compressão homológica; 3) ilusão normativa e 4) distorção temporal.

O primeiro perigo, a compressão unilinear, significa a tendência dos pensadores evolucionistas de comprimir a evolução geral na evolução específica. Assim, o feudalismo precede o capitalismo na Europa e constitui o nexos social a partir do qual este último se desenvolve. Ele é, portanto, num certo sentido pelo menos, o precursor necessário do capitalismo. O feudalismo será, então, um “estádio” geral na evolução do capitalismo?²⁶ Certamente que não, embora existam versões do marxismo, e também outras escolas de pensamento social, que defendam esse ponto de vista.

Por compressão homológica, o segundo perigo, refiro-me à tendência de alguns autores de imaginar que existe uma ho-

mologia entre os estádios de evolução social e o desenvolvimento da personalidade individual. Vale a pena examinar essa tendência, pelo menos com algum detalhe, porque, embora não dependa diretamente dos postulados do evolucionismo discutidos até aqui, está, não obstante, associada com muita frequência ao pensamento evolucionista. Em termos simples, supõe-se que as pequenas culturas orais se distinguem por formas de cognição, afetividade ou conduta encontradas unicamente nos estádios iniciais do desenvolvimento do indivíduo em sociedades mais evoluídas. O nível de complexidade da organização da sociedade, por exemplo, seria supostamente refletido pelo de desenvolvimento da personalidade. Um correlato desse ponto de vista está em que a crescente complexidade da sociedade implica um grau elevado de repressão do afeto. *O mal-estar na cultura*, de Freud, é o *locus classicus* de tal ponto de vista. Freud usa o termo “civilização” para referir-se à “soma total das realizações e regras que distinguem nossas vidas das dos nossos ancestrais animais e que servem a dois propósitos: proteger o homem contra a natureza e ajustar suas relações mútuas”²⁷. Ao acentuar com ênfase o progressivo controle sobre o mundo material, o estudo de Freud de “civilização” – uma noção a cujo respeito muito mais poderia ser dito – apresenta algumas afinidades muito fortes com o materialismo histórico. Talvez não seja tão surpreendente quanto parece à primeira vista, pois, que alguns marxistas tenham assimilado outros aspectos da concepção de Freud de desenvolvimento social.

A tentativa de Marcuse de ligar a interpretação freudiana de “civilização” a uma crítica do modo capitalista de produção assimila os aspectos fundamentais do ponto de vista de Freud. A transmutação do “homem animal” em “ser humano” representa um movimento do barbarismo primitivo para a civilização:

De	Para
satisfação imediata	satisfação adiada
prazer	restrição do prazer
alegria (atividade lúdica)	esforço (trabalho)
receptividade	produtividade
ausência de repressão	segurança ²⁸

Marcuse só difere de Freud ao supor que a “luta com a natureza”, que constitui a base da existência material humana, pode ser aliviada pelas forças produtivas geradas pela ordem econômica do capitalismo, mas não capazes de expressão humanizante no seio dessa ordem.

Uma utilização comparável de Freud, embora despojada da visão de uma reconstituição radical da sociedade, será encontrada nos escritos de Norbert Elias. Elias constrói sua teoria muito diretamente em torno do teorema de que a crescente complexidade da vida social acarreta necessariamente a crescente repressão psicológica:

Desde o mais recuado período da história do Ocidente até o presente, as funções sociais tornaram-se cada vez mais diferenciadas sob a pressão da competição. Quanto mais diferenciadas se tornavam, maior ficava sendo o número de funções e, assim, o de pessoas de quem o indivíduo depende em todas as suas ações. [...] Quando um número cada vez maior de pessoas precisa afinar sua conduta pela de outras, a teia de ações deve ser organizada de um modo cada vez mais rigoroso e preciso. [...] O indivíduo é compelido a regular sua conduta de maneira cada vez mais diferenciada, constante e estável. [...] A teia de ações torna-se tão complexa e tão extensa, o esforço para comportar-se “corretamente” dentro dela tão grande, que ao lado do autocontrole consciente do indivíduo é firmemente estabelecido um aparelho de autocontrole que funciona às cegas.²⁹

Elias sublinha certas características específicas do Ocidente moderno, mas elas estão fundamente submersas num evolucionismo generalizado. Nas “sociedades menos complexas” existe um autocontrole individual inferior, maior expressão espontânea de emoção etc. As pessoas em tais sociedades são um pouco como crianças, espontâneas e volúveis.

Se esse ponto de vista é incorreto, como acredito que seja, há toda uma variedade de implicações que podem ser aduzidas no tocante à natureza do capitalismo moderno e ao potencial de libertação que ele possa conter³⁰. Mas por que está errado e que

tipo de perspectiva deve substituí-lo? Temos de olhar, em alguma parte, para as descobertas da antropologia moderna, as quais certamente dissipam a idéia de que as “sociedades primitivas” são primitivas em qualquer aspecto, salvo o de sua tecnologia material. O estudo da linguagem talvez forneça aqui uma linha básica. Não existe simplesmente uma correlação discernível entre a complexidade lingüística e o nível de “avanço” material de diferentes sociedades. Esse fato indicaria, em si mesmo, ser improvável a existência de quaisquer diferenças gerais de organização psíquica entre culturas orais, por um lado, e “civilizações”, por outro. Devemos ser cuidadosos até com a suposição de que as civilizações são mais complexas do que as culturas orais. As civilizações – mas sobretudo aquela forma específica de ordem global introduzida pela ascendência do Ocidente nos últimos dois séculos – envolvem maior distanciamento espaço-temporal do que as culturas orais. Agrupam segmentos mais extensos de tempo (provavelmente) e de espaço (certamente). Entretanto, algumas características de atividade social encontradas em culturas orais, como as associadas às instituições de parentesco, são excepcionalmente complexas. É claro, poder-se-ia sublinhar que a concepção de Freud, e a de outros que adotaram uma posição similar, centra-se na repressão do afeto, ou na relativa falta dela, em culturas orais. Mas as provas existentes não sustentam, simplesmente, a proposição de que tais culturas estão universalmente associadas à espontaneidade da expressão emocional. Algumas culturas orais (como os psicólogos do ego, entre outros, procuraram demonstrar) têm proibições morais muito fortes, que cobrem toda uma gama de condutas diárias, e as repressões inculcadas no treinamento de crianças podem ser muito severas³¹.

Por tendência da teoria evolucionista à ilusão normativa, o terceiro perigo, entendo a inclinação para identificar o poder superior, econômico, político ou militar, com superioridade moral numa escala evolucionista. Tal inclinação está intimamente relacionada, sem dúvida, com as conotações etnocêntricas do evolucionismo, mas não é exatamente a mesma coisa. O conceito de adaptação é, uma vez mais, aleatório e até mesmo

arriscado a esse respeito. Possui um som eticamente neutro, como se “capacidade adaptativa” superior fosse *ipso facto* superioridade com relação a traços sociais normativamente superiores. Entretanto, quando aplicado a sociedades humanas, o termo é quase sempre sinônimo de puro e simples poder. Embora o adágio de que o poder não confere o direito seja antigo, ele é freqüentemente esquecido pelos teóricos evolucionistas como consequência de seu próprio evolucionismo³².

Finalmente, por distorção temporal, o quarto perigo, entendendo a propensão dos pensadores evolucionistas para suporem que a “História” só pode ser escrita como mudança social, que o decorrer do tempo é sinônimo de mudança, a confusão de “história” com “historicidade”.

O materialismo histórico é uma forma de evolucionismo? Com certas reservas, podemos dizer que é, se o termo for entendido de determinada maneira. Suponhamos o “materialismo histórico” entendido num sentido muito geral. O termo assim empregado pode referir-se à idéia, enunciada na citação “os seres humanos fazem história”, de que a vida social humana é formada e reformada na *práxis* – nas atividades práticas levadas a efeito no decorrer da vida cotidiana. É exatamente essa a espécie de idéia que procurei defender ao expor os princípios básicos da teoria da estruturação. Mas “materialismo histórico” é mais comumente usado, sobretudo entre aqueles que se intitulam marxistas, numa acepção muito mais definida e que certamente encontra considerável apoio textual em Marx. É aquele “materialismo histórico” que se baseia no esquema de desenvolvimento da sociedade esboçado por Marx e Engels nas primeiras páginas de *A ideologia alemã* e do *Manifesto comunista*, e exposto de forma sucinta e brilhante por Marx no “Prefácio” de *Contribuição à crítica da economia política*.

As idéias estabelecidas nessas fontes combinam com todos os principais critérios pelos quais identifiquei o evolucionismo, e também comportam algumas de suas nocivas implicações secundárias. É verdade que Marx, por vezes, escrevia como se estivesse produzindo nada mais do que uma história da Europa ocidental. Mas ele não estava certamente escrevendo ape-

nas um ensaio interpretativo a respeito de uma das esquinas do mundo. Seu esquema de desenvolvimento, envolvendo a sociedade tribal, o mundo antigo, o feudalismo, o capitalismo, mais o modo asiático de produção, constitui um quadro de referência evolucionista, no qual a adaptação, à guisa de expansão das forças de produção, desempenha o papel principal. Por que a forma asiática de sociedade é “estagnante” em comparação com o Ocidente? Porque não permite o desenvolvimento das forças de produção para além de um certo ponto. Seria um erro, é claro, aproximar excessivamente Marx de outras versões do evolucionismo do século XIX, apesar de toda a sua admiração por Darwin. Sua preocupação com a crescente dominação da natureza conseguida por seres humanos exprime uma versão da noção de adaptação que não é essencialmente diferente de muitos outros usos da idéia. Mas existe em Marx uma dialética hegeliana invertida, desvirtuada de forma a caber num certo formato desenvolvimentista, que não possui um análogo direto nas teorias evolucionistas mais ortodoxas.

O evolucionismo de Marx é uma “história de crescimento mundial” e mostra as deficiências da compressão unilinear e da distorção temporal. Mas deve-se fazer-lhe objeção principalmente em termos do papel que atribui aos mecanismos adaptativos. A versão de Childe do materialismo histórico pode, em alguns aspectos, ser peculiarmente tosca, mas tem a virtude de pôr a descoberto pressupostos que, com frequência, são formulados de modo mais sub-reptício. O fato de que os seres humanos devem sobreviver nos ambientes materiais em que vivem nada nos diz sobre se o que eles fazem para sobreviver desempenha ou não um papel dominante na transformação social.

Não penso que seja possível reparar as deficiências da teoria evolucionista em geral ou do materialismo histórico em particular³³. É por isso que falo na desconstrução de ambos. Por outras palavras, não podemos substituí-las por uma teoria de forma similar. Ao explicar a mudança social, nenhum mecanismo único e soberano pode ser especificado; não existem chaves que decerrem os mistérios do desenvolvimento social humano, reduzindo-os a uma fórmula unitária, ou que respondam pelas

principais transições entre tipos de sociedade de tal maneira também.

Análise da mudança social

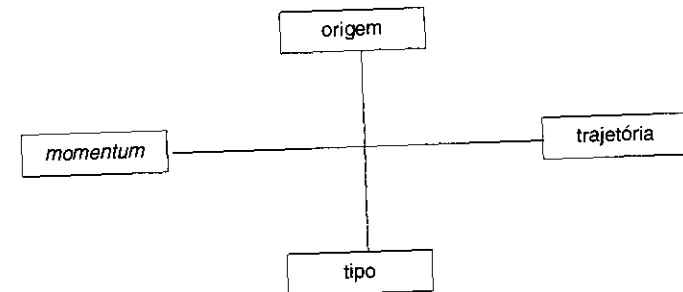
As considerações precedentes não significam que não possamos generalizar acerca da mudança social nem subentendem que devamos renunciar a todos os conceitos gerais em cujos termos a mudança poderia ser analisada. Cinco conceitos são particularmente pertinentes a esse respeito. Mencionei três – princípios estruturais, extremidades de tempo-espço e sistemas intersociais – no capítulo anterior. Quero acrescentar-lhes agora as noções de *caracterização episódica* (ou, mais sucintamente, episódios) e de *tempo mundial*³⁴.

Princípios estruturais	Análise de modos de articulação institucional
Caracterizações episódicas	Delineamento de modos de mudança institucional de forma comparável
Sistemas intersociais	Especificação de relações entre totalidades sociais
Extremidades de tempo-espço	Indicação de conexões entre sociedades de tipo estrutural diferenciado
Tempo mundial	Exame de conjunturas à luz da “História” reflexivamente monitorada

Toda a vida social é episódica, e eu reservo a noção de episódio, como a maioria dos conceitos da teoria da estruturação, para aplicá-la a toda a gama de atividade social. Caracterizar um aspecto da vida social como um episódio é vê-lo como um certo número de atos ou eventos com um começo e um fim especificáveis, envolvendo assim uma determinada seqüência. Ao falar de episódios em larga escala refiro-me a seqüências identificáveis de mudança afetando as principais instituições dentro de uma totalidade social, ou envolvendo transições entre tipos de totalidade social. Tomemos como exemplo o surgimento de Estados agrários. Tratar a formação de um Estado como um episódio significa penetrar analiticamente na “História”,

ou seja, identificar certos elementos como marcando a abertura de uma sequência de mudança e descrever essa sequência como um processo de transmutação institucional. A formação do Estado tem de ser estudada no contexto do envolvimento de uma sociedade preexistente em relações intersociais mais amplas (sem esquecer, é claro, as formas endógenas de mudança), examinadas no contexto dos princípios estruturais implícitos nas totalidades sociais pertinentes. Assim, a acumulação de excedentes de produção por parte de comunidades aldeãs espacialmente próximas em áreas de elevada fertilidade potencial pode ser um tipo de padrão que culmina no surgimento de um Estado que combina aquelas comunidades sob uma única ordem de administração. Mas é apenas um padrão entre outros. Em muitos casos, a coordenação do poder militar usado coercivamente para estabelecer um aparelho estatal rudimentar é o fator mais importante. Os Estados agrários sempre existem ao longo da extremidade de tempo-espço em relações incômodas de simbiose e conflito com (e dominação parcial sobre) as sociedades tribais circundantes, assim como, é claro, com outros Estados, que podem lutar pela hegemonia sobre uma determinada área. Insistir em que a mudança social seja estudada em "tempo mundial" é enfatizar a influência de formas variáveis de sistema intersocial sobre as transições episódicas. Se toda a vida social é contingente, toda a mudança social é conjuntural. Quer dizer, depende de conjunções de circunstâncias e eventos que podem diferir em natureza de acordo com variações de contexto, quando o contexto (como sempre) implica a monitoração reflexiva, pelos agentes envolvidos, das condições em que eles "fazem história".

Podemos categorizar modos de mudança social em termos das dimensões representadas abaixo, as quais se combinam na avaliação da natureza de formas específicas de episódio. Ao analisar as origens de um episódio, ou série de episódios estudados de modo comparativo, várias espécies de consideração são ordinariamente relevantes. No mundo moderno, a expansão do distanciamento tempo-espço de sistemas sociais, o entrelaçamento de diferentes modos de regionalização envolvidos em processos de desenvolvimento desigual, a preeminência de con-



tradições como características estruturais de sociedades³⁵, a preponderância da historicidade como força mobilizadora da organização e transmutação social – todos esses fatores e outros mais fornecem um pano de fundo para se avaliarem as origens particulares de um episódio.

Ao referir-me ao tipo de mudança social envolvida num episódio, pretendo indicar em que medida ele é intensivo e extensivo – quer dizer, com que profundidade uma série de mudanças desintegra ou remodela um alinhamento existente de instituições e qual a amplitude atingida por tais mudanças. Uma idéia pertinente neste ponto, que foi por mim descrita com algum detalhe num outro trabalho³⁶, é a de que pode haver “limiares críticos” de mudança característicos de transições entre tipos sociais globais. Um conjunto de mudanças relativamente rápidas pode gerar um *momentum* de desenvolvimento de longo prazo, sendo este possível somente se certas transformações institucionais essenciais forem realizadas inicialmente. “*Momentum*” refere-se à rapidez com que a mudança ocorre em relação a formas específicas de caracterização episódica, enquanto “*trajetória*” diz respeito à direção da mudança, como se mencionou antes.

Vejamos brevemente o problema do surgimento de Estados agrários a fim de ilustrar os conceitos que acabam de ser apresentados. Em que medida o desenvolvimento de tais Estados pode ser considerado um tipo único de episódio? Até mesmo uma pergunta de tão inócua aparência pode resultar muito mais

difícil de responder do que é sugerido pela relativa simplicidade da maioria das teorias apresentadas a respeito de tais Estados – por exemplo, que eles têm suas origens em guerras, em planos de irrigação, na rápida acumulação de excedentes de produção etc. Fazer uma caracterização episódica, como mencionei, significa tomar um certo número de decisões conceptuais: sobre que forma social constitui o “ponto de partida” de uma presumida sequência de mudança, sobre qual é a trajetória típica de desenvolvimento e onde se supõe que esteja o “ponto final”.

Em primeiro lugar, poderíamos registrar que o termo “Estado” é ambíguo. Pode referir-se à forma geral de uma “sociedade baseada no Estado” ou às instituições governamentais de um tipo definido dentro de tal sociedade. Para simplificar a questão, usarei “Estado”, para este fim, no sentido da segunda dessas alternativas. O problema de caracterização inicial tornar-se, pois, o de decidir quais os principais contrastes a serem procurados quando se justapõem circunstâncias nas quais existem certas instituições políticas àquelas em que tais instituições inexistem. Essa questão parece admitir uma resposta, embora não indiscutível. Segundo Nadel, podemos supor que um Estado existe quando as seguintes condições se verificam: *a*) órgãos centralizados de governo, associados a *b*) legítimo controle territorial e *c*) uma distinta elite ou classe dominante, detentora de modos definidos de treinamento, recrutamento e atributos de *status*³⁷. Tal formulação, ou uma muito semelhante, foi adotada por muitos e eminentes contribuintes para este campo, mormente no caso do estudo clássico de Fortes e Evans-Pritchard³⁸. Qual é a contraparte, o tipo de situação social a partir da qual o Estado se desenvolve? Poder-se-ia pensar que a resposta é óbvia: as sociedades que não possuem instituições estatais, conforme acima definidas. Mas as coisas não são, de fato, tão óbvias, ou somente o são se aplicarmos de maneira irrefletida um modelo endógeno. Pois não é provavelmente habitual que instituições estatais se desenvolvam no seio de uma “sociedade” já constituída que permanece mais ou menos inalterada. Pelo contrário, o desenvolvimento de Estados funde com muita frequência entidades sociais previamente inarticuladas e pode, ao mesmo tempo, fragmentar outras que existiram antes.

Temos de levar esse ponto em conta quando distinguimos Estado de supremacias. Pode ser que estas últimas sejam geralmente as antecessoras dos primeiros (e subsistam quando os Estados são destruídos ou desmoronam), mas um raras vezes deriva simplesmente da “expansão” ou “diferenciação interna” do outro. A distinção entre Estados e supremacias não é tão fácil de estabelecer quanto, segundo parece, tem sido frequentemente suposto na literatura antropológica. A base normal da distinção está relacionada com a centralização. Em contraste com os Estados, as supremacias possuem uma série de detentores de cargos equivalentes, subordinados ao chefe; esses cargos dispõem mais ou menos do mesmo poder e *status*. Não há dúvida de que essa distinção ajuda a ordenar os materiais empíricos importantes. Não obstante, a linha divisória pode ser colocada de maneira variável. Considere-se, por exemplo, o caso do Taiti³⁹. Aí existiam grupos endógenos de descendência, estratificados em certo grau pelo *status* e pela responsabilidade política. Os chefes, presididos por um chefe supremo, eram extraídos das camadas superiores desses grupos em diferentes partes da ilha. Mas mereciam esses grupos ser chamados de “Estados”? Claessen diz que sim⁴⁰, mas Oliver, o autor que mais esforços dedicou ao estudo da antiga sociedade taitiana, diz que não⁴¹.

A diferença de opinião é menos empírica do que conceptual. É importante porque sintomática das dificuldades envolvidas em especificar classes de objetos sociais. Minha opinião é a de que Claessen adota critérios demasiado imprecisos para a existência de Estados. É evidente que os critérios de classificação e a atribuição de mecanismos definidos de articulação institucional não são questões independentes. Não se pode partir de uma taxonomia teoricamente neutra e mais tarde injetar-lhe uma interpretação teórica. Assim, na base de uma investigação de 21 “Estados primitivos”, Claessen afirma não existir associação específica entre tais Estados e o urbanismo. Mas, de fato, quase todos os exemplos citados para se chegar a essa conclusão pertencem à sua categoria de “Estados incipientes”, os quais me parecem ser mais adequadamente designados como supremacias⁴².

Como deveremos especificar a trajetória de mudança a ser observada? Tal como é formulada na literatura existente, essa pergunta é respondida freqüentemente não só dentro de um quadro endógeno de referência, mas também considerando premissas implicitamente evolucionistas. Quer dizer, é apresentada de um modo unidirecional, tendo unicamente a ver com o desenvolvimento de Estados, enquanto a existência do Estado é considerada o ponto final do processo. Mas por que razão considerar exclusivamente, mesmo primordialmente, dessa maneira os episódios que envolvem Estados agrários? O desenvolvimento de um Estado numa certa região coincide amiúde com a dissolução ou o enfraquecimento de outros, vizinhos, quando não é, talvez, o fator desencadeante desse processo. A dissolução de Estados é uma ocorrência não menos comum do que sua formação inicial, e há poucos argumentos lógicos que justifiquem a concentração num processo com exclusão do outro – sobretudo quando se verifica repetidamente estarem ambos interligados. Eu estaria propenso, portanto, a caracterizar a questão da seguinte maneira. Ao compreendermos os processos de mudança institucional que afetam os Estados agrários, estamos procurando analisar as condições que originam as relações cruzadas entre supremacias e formas estatais.

Expressa desse modo, deveria ficar claro por que motivo tal posição está em discordância com a usual concentração nas “origens” do Estado. Tampouco surpreende que a vasta literatura sobre as “origens” do Estado não tenha apoiado os vários tipos de generalização abrangente freqüentemente tentada. Esses tipos definem-se em função das diversas forças causais que tenham recebido prioridade⁴³. Provavelmente as mais influentes são aquelas que enfatizam os fatores demográficos, a guerra e o crescimento das forças de produção. Os escritos de Childe tiveram um substancial impacto sobre as teorias que se encontram na terceira dessas categorias; na arqueologia, sua obra foi provavelmente uma fonte mais importante de influência marxista do que os escritos dos próprios Marx e Engels. As teorias desse tipo tendem a ser fortemente evolucionistas e a pressupor que as “origens” do Estado estão associadas ou à pura mudança

tecnológica ou à acumulação da produção excedente. Quando tais noções não redundam em falsas “explicações” funcionalistas, elas são simplesmente incompatíveis com os dados empíricos. Existem alguns casos que estão perto de satisfazer os requisitos – quer dizer, quando a acumulação de excedentes precede o desenvolvimento de um Estado e quando uma classe dominante emergente “impulsiona” no sentido da formação do Estado. Mas esses são casos excepcionais⁴⁴. As fases de formação do Estado estão com freqüência ligadas à produtividade e riqueza declinantes, e não o inverso, se bem que, por vezes, mercadorias e outros bens possam ser saqueados em áreas circundantes.

A “teoria da guerra” atraiu muitos adeptos porque, se existe um aspecto dos Estados agrários (e industrializados) que é mais ou menos crônico, este é a participação em guerras. A versão do evolucionismo de Spencer, é claro, atribuiu grande significado à guerra antes do desenvolvimento da idade industrial. A guerra está, em definitivo, muito comumente envolvida na formação e desintegração de Estados – o que, como sublinhei, é freqüentemente um só e mesmo processo. Mas uma coisa é dizer que os Estados se dedicam amiúde a atividades bélicas, outra é afirmar que tais atividades desempenham um papel dominante ou determinante nas origens desses Estados; e ainda uma outra coisa é dizer que elas desempenham esse papel na formação (ou declínio) de todos os Estados agrários. O primeiro enunciado não sofre objeções. O segundo é, na melhor das hipóteses, apenas parcialmente válido. O terceiro é simplesmente errôneo. As teorias demográficas não tiveram muito mais êxito. Elas geralmente sugerem que o aumento de população, o resultado de crescentes taxas de natalidade em populações cujo espaço vital disponível é relativamente limitado, cria pressões que levam à centralização da autoridade e à diferenciação de poder⁴⁵. Por certo, as sociedades de base estatal são maiores, muitíssimo maiores, com freqüência, do que as ordens tribais. As teorias demográficas estão quase sempre associadas à idéia de que a “revolução neolítica” estimula o aumento populacional, levando à formação do Estado. Mas isso não funciona num nível geral nem num mais específico. O início do neolítico está distante do desenvolvimento de quaisquer sociedades de base

estatal conhecidas. Em termos mais específicos, não se segue que aqueles Estados que se formaram em áreas fisicamente confinadas resultaram sempre de um acúmulo de pressão populacional. Existem alguns casos que parecem concordar razoavelmente bem com a teoria, mas muitos outros não. Assim, examinando a formação de Estados no vale do México e na Mesopotâmia, Dumont chega à conclusão de que o crescimento populacional não pode explicar o desenvolvimento de formas de Estado, embora o primeiro esteja associado ao segundo⁴⁶. Outra investigação indica que a população pode declinar no período anterior à formação do Estado⁴⁷.

Algumas descrições da formação do Estado enfatizam outras relações entre sociedades além das bélicas. Nesse sentido, Polanyi estudou o impacto do comércio de longa distância sobre o desenvolvimento de Estados⁴⁸. Que seja do meu conhecimento, ninguém propôs isso como teoria generalizada de formação do Estado; se alguém o fizesse, ela teria ainda menos êxito do que as acima mencionadas. Esse tipo de ponto de vista chama pelo menos a atenção para aspectos da importância de sistemas intersociais em processos de formação e decadência do Estado. Entretanto, a menção nem de guerra nem de comércio defronta a questão analítica da natureza dos sistemas intersociais. Como sublinhei no capítulo prévio, não adianta pensar em tais sistemas unicamente como uma série de relações ligando totalidades sociais claramente delimitadas. Estudar tais sistemas significa, ao mesmo tempo, descartar a suposição de que a questão do que uma "sociedade" é consente uma resposta rápida e fácil. Considere-se de novo o gênero de exemplo estudado por Eberhard. Numa só arena geográfica podem existir numerosas sociedades em proximidade física relativamente estreita, mas sem muito contato direto entre elas, embora estejam todas nominal ou realmente submetidas ao domínio político de um centro⁴⁹. Em contrapartida, podem existir em tal arena agrupamentos interligados cuja localização no tempo-espaço apresenta grandes diferenças – é esse um dos fenômenos que tenho em mente ao falar de "extremidades de tempo-espaço". Assim, tal como na China tradicional, na Índia mongol a grande massa de agricultores indianos não tinha virtualmente qual-

quer contato com os mongóis. Seus idiomas, costumes e religião eram diferentes. Os grandes mercadores só periféricamente faziam parte da "sociedade mongol", mas a maioria de seus contatos e filiações com grupos estava distribuída ao longo de grandes distâncias, as quais iam de um extremo ao outro do subcontinente e abrangiam todo o Oriente Próximo. O mesmo podia ser dito a respeito dos sacerdotes, que pertenciam a associações que se estendiam sobre todo o subcontinente e, por vezes, para além dele.

Não nos deveria surpreender o fato de encontrarmos as mesmas lendas populares e fábulas tradicionais em todo o Oriente Próximo, em algumas partes da Ásia meridional e, finalmente, na costa chinesa de Fu-kien, sem que os verifiquemos nas Filipinas nem na ilha de Hainan. As tribos Miao em Kui-chou preservaram durante séculos seus próprios costumes, crenças e lendas, apesar de haver colônias chinesas instaladas a apenas alguns quilômetros, nas quais outros costumes, crenças e lendas eram propagados. Nesses lugares, chineses e Miao não interagiam como regra, exceto nos campos da exploração econômica ou da agressão militar. Mas os Miao em Kui-chou podiam ter os mesmos costumes que os Miao no Vietnã, porque – como podemos provar freqüentemente – alguns contatos eram mantidos mesmo através de grandes distâncias e por longos períodos.⁵⁰

Os pontos apresentados até agora sugerem que as teorias das "origens" do Estado tendem a sofrer de deficiências resultantes da caracterização de episódios numa forma endógena e/ou evolucionista e da falta de exame da organização e mudança de sociedades no contexto de sistemas intersociais. Mas a isso é preciso acrescentar a falta de atenção ao impacto do "tempo mundial". Somando tudo isso, podemos chegar a discernir que o tipo de teoria freqüentemente considerado como explicação das "origens do Estado" não passa de uma quimera. Ao aludir à influência do "tempo mundial", não quero dar a entender a disposição de eventos ou acontecimentos num calendário da história do mundo. Refiro-me a duas coisas mencionadas por Eberhard em seu uso da expressão (embora elas não sejam por ele distinguidas com clareza). Cada uma diz respeito a fatores que limi-

tam as generalizações que poderiam ser feitas acerca de tipos de episódio. Uma refere-se a conjunturas, a outra à influência da cognoscitividade humana sobre a mudança social. Entendo por “conjunturas” a interação de influências que, num determinado tempo e lugar, são relevantes para um dado episódio – neste caso, a formação ou o declínio do Estado. A conjuntura de circunstâncias em que um processo de desenvolvimento ocorre pode ser muito diferente da de um outro, mesmo que seus “resultados” – por exemplo, a consolidação de um tipo similar de aparelho estatal – sejam semelhantes. Para se entender como isso pode ocorrer, é essencial considerar a reflexividade humana – e isso é exatamente o que muitas teorias de formação do Estado não fazem. As condições conjunturais poderiam ser tratadas como comparáveis com as “condições limítrofes” das leis, não fosse o caso de que elas podem ingressar no pensamento e, por conseguinte, na conduta de atores humanos que estão conscientes delas.

Adotando fragmentos de cada uma das teorias mencionadas acima, Claessen e Skalnik enumeram os seguintes elementos como pertinentes para a explicação da formação do Estado, embora nem sempre eles sejam encontrados, afirmam esses autores, e sua importância relativa possa variar de caso para caso:

- 1) crescimento ou pressão populacional;
- 2) guerra, conquista ou a ameaça de uma coisa ou outra;
- 3) progresso tecnológico ou a produção de um excedente;
- 4) ideologia ou legitimação;
- 5) a influência de Estados já existentes⁵¹.

Embora estes elementos sejam oferecidos como se fossem “fatores” de equivalentes *status* lógico, o elemento 5 é, de fato, diferente dos demais. Considerá-lo seriamente significa enfrentar todas as questões que mencionei anteriormente a respeito dos sistemas intersociais, extremidades de tempo-espço e “tempo mundial”. É simplesmente absurdo comprimi-los num único “fator” adicional a ser somado aos outros mencionados.

Podemos começar a desembrulhar alguns dos problemas envolvidos, considerando a distinção introduzida por Fried, e lar-

gamente adotada desde então, entre Estados “prístinos” e “secundários”⁵². Estados prístinos ou primitivos são aqueles que se desenvolvem em áreas onde nenhuma forma estatal existiu antes; Estados secundários são os que se desenvolvem em áreas onde existiram outros anteriormente ou que ainda podem ser encontrados nas proximidades. As diferenças entre uns e outros fornecem, pelo menos, um eixo principal em “tempo mundial” e estimulam diretamente as relações intersociais. Creio que minhas considerações prévias indicaram que a identificação empírica de Estados primitivos é extremamente difícil. Não é possível definir esses Estados como aqueles que se formaram em ambientes geograficamente isolados. Pois a influência de formas de organização política das quais simplesmente “se tem notícia” é bastante para fazer de um Estado um Estado secundário. Assim, o Egito do Antigo Reino é considerado, por vezes, um Estado primitivo com base em que, ao que parece, desenvolveu-se num *milieu* geograficamente protegido (embora as provas arqueológicas a esse respeito sejam, de fato, muito escassas). Mas tudo o que isso significa é que se desconhece ter aí existido qualquer forma estatal prévia. O impacto de Estados mesopotâmicos preexistentes certamente não pode ser desprezado⁵³.

A ilação que desejo aduzir é que as categorias de Estados primitivos e secundários são sumamente instáveis. Exemplos de Estados primitivos são difíceis de apontar e, na natureza do caso, nunca conseguiremos estar certos de que casos aparentemente candidatos plausíveis a pertencer a essa categoria sejam mais do que isso. Pois pode acontecer, é claro, que vestígios de influências anteriores tenham simplesmente desaparecido. Daí resulta certamente que, embora não exista barreira para a especulação sobre os modos de desenvolvimento de Estados primitivos, pode ser sumamente enganoso considerar o que se conhece a respeito deles como base para teorizar acerca dos processos de formação do Estado em geral. Com muito maior probabilidade é muito mais proveitoso considerar os “Estados secundários” como prototípicos – quer dizer, Estados que se desenvolvem num mundo, ou em regiões do mundo, onde já existem

Estados ou formações políticas possuidoras de um considerável grau de centralização.

Num mundo de Estados já existentes não há dificuldades em explicar a acessibilidade da idéia do Estado, ou de modelos de formação de Estados, que possa ser seguida por líderes ambiciosos e seus séquitos. Estamos todos familiarizados com o fato de que os líderes do Japão, em tempos recentes, decidiram deliberadamente – embora após uma boa dose de pressão externa por parte do Ocidente – adotar um certo modelo de desenvolvimento industrial derivado da experiência européia e norte-americana prévia. Embora esse exemplo seja, sem dúvida, incomum, na medida em que as mudanças iniciadas foram súbitas e de extraordinário alcance, dificilmente se pode dizer que só em época recente seres humanos num determinado contexto se preocuparam em imitar ou adotar os de um outro contexto com o intuito de contrabalançar seu poder ou influência. Por outras palavras, as etapas envolvidas na formação do Estado nunca foram provavelmente ignoradas por aqueles que desempenharam papéis de destaque nesse processo. Basta conjecturar que os construtores de Estados estiveram quase sempre cômicos dos principais aspectos da natureza e base do poder das formações políticas centralizadas para explicar muita coisa sobre o modo como os Estados nasceram e declinaram. Não temos de imaginar que tenha sido sempre comum para indivíduos ou agrupamentos ter em mente planos organizacionais gerais com vistas à mudança social e depois dedicar-se à tarefa de implementá-los. Este é, em grande parte, um fenômeno da era moderna.

Como poderia ser, pois, uma teoria de formação do Estado remodelada nesses termos? Em primeiro lugar, cumpre lembrar que a ação de “forças sociais” generalizadas pressupõe motivação especificável por parte dos que são influenciados por elas. Por exemplo, falar de “expansão populacional” como causa contribuinte da formação do Estado envolve certos padrões motivacionais que instigam espécies definidas de reação a essa expansão (e implícitas em sua produção). Em segundo lugar, a influência do “tempo mundial” significa ser provável a existência de consideráveis diferenças com relação às princi-

pais influências sobre a formação do Estado; uma explicação geral que servirá em alguns casos não se ajustará a outros. Isso não significa que generalizações acerca da formação do Estado como um tipo de episódio sejam desprovidas de valor. Entretanto, serão provavelmente aplicáveis a uma gama de contextos e períodos históricos mais limitada do que os autores da maioria das teorias mais proeminentes tiveram em mente.

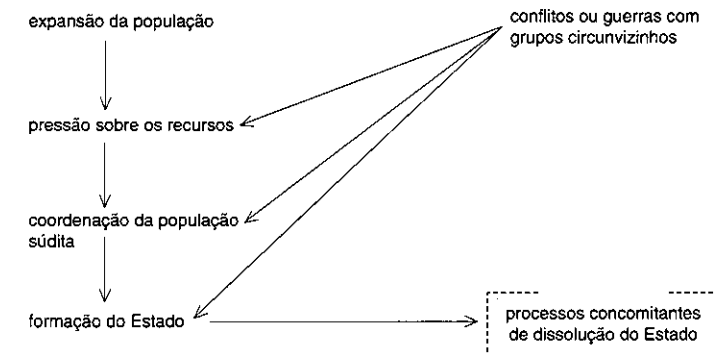


Figura 12

A teoria de Carneiro poderia ser tomada como exemplo. Uma sua representação formal pode ser como a Figura 12. Esse autor enfatiza a importância da guerra na origem dos Estados. Mas ela é mais ou menos crônica em sociedades de todos os tipos, diz ele, e não, portanto, uma explicação suficiente da formação do Estado. A guerra tende a conduzir à formação de Estados, quando os envolvidos estão confinados em áreas fisicamente circunscritas de terra agrícola, como os vales do Nilo, Tigre-Eufrates e Indo, o Vale do México ou os das montanhas e do litoral do Peru. Em tais circunstâncias, as operações de guerra podem chegar a criar uma pressão sobre recursos escassos, quando a migração para fora da área tem poucas probabilidades de ocorrer. Os modos de vida estabelecidos ficam sob tensão, induzindo alguns grupos a buscar a ascendência militar sobre outros e estimulando tentativas de centralizar o controle de produção. O crescimento populacional tende a ser um fator

contributivo sumamente importante, tanto na estimulação de conflitos em torno dos recursos quanto na promoção da centralização da autoridade administrativa⁵⁴. Todo um vale acabará finalmente por ser unificado sob uma única supremacia, a qual, com a concentração cada vez maior de recursos administrativos, se tornará distinguível como Estado. O Estado pode então dilatar suas próprias fronteiras conquistando e absorvendo os povos circunvizinhos. É neste ponto (embora Carneiro não o diga explicitamente) que a teoria pressupõe a primazia de certos tipos de motivos – podemos acrescentar, a provável influência de estratégias, modelos ou influências difusas de formas políticas preexistentes. É preciso inferir que, em face da pressão sobre os recursos e os modos de conduta estabelecidos, os envolvidos não alteram tais modos de conduta para renovar a cooperação social. A divisão desigual de recursos não decorre mecanicamente da pressão populacional. As tendências ao fortalecimento do controle centralizado tampouco ocorrerão em tal situação, quer isso seja desejado ou não. O mais provável é que elas envolvam algum tipo de entendimento reflexivo das “necessidades sociais” por parte de atores empenhados numa política que fortalece tal controle, embora os resultados concretos possam não ser os pretendidos.

Como é comum em boa parte da literatura antropológica e arqueológica pertinente, as idéias de Carneiro são apresentadas como uma teoria da “origem do Estado”. A frase tende normalmente a referir-se a Estados primitivos, embora isso não fique totalmente claro naquilo que o autor tem a dizer. Penso ser mais proveitoso, por razões já mencionadas, afastarmo-nos da distinção entre Estados primários e secundários. Exatamente o mesmo modelo que Carneiro trata como implicado na “origem” do Estado pode ser também um processo de dissolução ou fragmentação política. A teoria de Carneiro é interessante e foi exposta com elegância, mas disso não se segue que, para ser defendida, tenha de ser aplicável a todos os casos conhecidos de formação de Estado, mesmo sendo possível distinguir facilmente os Estados primitivos dos secundários. O autor admite poderem ser apontados casos em que a teoria parece não servir. Então, tenta modificá-la de maneira a conferir-lhe aplicação universal, na

crença de que, não possuindo esse caráter, alguma coisa está errada nela. Os Estados nem sempre se desenvolvem em áreas geográficas fisicamente confinadas. A fim de cobrir tais casos, Carneiro introduz o conceito do que chama “concentração de recursos”. Quando os recursos naturais estão especialmente concentrados em qualquer área determinada, as pessoas tendem a ser atraídas para essa área, resultando num congestionamento populacional dentro dela. Uma vez existindo uma população razoavelmente densa na área em questão, as condições estão dadas para o padrão de desenvolvimento do Estado. Contudo, ao ser assim ampliada, a teoria deixa de parecer tão plausível, e é certamente preferível concluir que ela abrange apenas certos tipos de casos de formação do Estado, não todos. É muito importante, é claro, procurar descobrir onde se situam exatamente os limites de sua validade. Mas o fato de que a teoria serve para elucidar apenas uma certa gama de casos não quer necessariamente dizer que, do ponto de vista lógico, ela seja defeituosa.

Mudança e poder

Quem refletir sobre a frase “os seres humanos fazem a História”, sobretudo dentro do mais vasto âmbito dos escritos de Marx, será inevitavelmente levado a considerar as questões de conflito e poder. Pois, na concepção de Marx, a realização da história ocorre não apenas em relação ao mundo natural mas também mediante as lutas que alguns seres humanos travam contra outros em circunstâncias de dominação. Desconstruir o materialismo histórico significa descartar alguns dos principais parâmetros em função dos quais Marx organizou sua obra. Mas, no caso do poder e de sua relação com o conflito – de um modo algo paradoxal –, o que se faz necessário é um esforço de reconstrução. Vejamos por que deve ser assim.

Uma objeção relativamente superficial, embora de maneira alguma insignificante, às várias observações de Marx sobre conflito e dominação poderia ser a de que elas exageram muito a importância da luta de classes e das relações entre classes na

História. O que quer que a "História" seja, por certo ela não é primordialmente "a história das lutas de classes", e a dominação não se baseia, em algum sentido genérico, na dominação de classe, mesmo em "última instância". Um problema mais fundamental, entretanto, é o conceito de poder pressuposto, embora raramente receba expressão direta, nos escritos de Marx. Com efeito, Marx associa poder (e o Estado, como sua consubstanciação) com cisma, com uma divisão de interesses entre classes. Assim, poder está ligado a conflito e é representado como característica somente das sociedades de classes. Se Marx desenvolveu uma formidável análise e denúncia da dominação nas sociedades divididas em classes e capitalistas, o socialismo apresenta-se como uma sociedade em que a dominação é transcendida. A esse respeito, o marxismo e o socialismo, de modo mais genérico, como foi percebido por Durkheim⁵⁵, têm muito em comum com seu oponente do século XIX, o liberalismo utilitário. Todos participam de uma "fuga do poder" e todos vinculam o poder, inseparavelmente, a conflito. Como o poder em Marx está alicerçado no conflito de classes, ele não apresenta qualquer ameaça específica na sociedade prevista do futuro: a divisão de classes será superada como pressuposto da iniciação dessa sociedade. Para os liberais, porém, que negam a possibilidade de realização dessa reorganização revolucionária da sociedade, a ameaça do poder é onipresente. O poder assinala a existência de conflito e a potencialidade de opressão; assim, o Estado deve estar organizado de maneira a minimizar seu alcance, restringindo-o através do parcelamento do poder de forma democrática⁵⁶.

Uma teoria reconstruída do poder partiria da premissa de que tais perspectivas são insustentáveis. O poder não está necessariamente vinculado a conflito no sentido quer da divisão de interesses quanto da luta ativa, e não é intrinsecamente opressivo. A artilharia crítica provocada pela análise do poder por Parsons⁵⁷ não nos deve levar a ignorar os corretivos básicos que ele ajudou a introduzir na literatura. O poder é a capacidade de obter resultados; se estes se encontram ou não ligados a interesses puramente seccionais nada tem a ver com sua definição.

O poder não é, como tal, um obstáculo à liberdade ou à emancipação, mas seu próprio veículo – embora seja uma insensatez, obviamente, ignorar suas propriedades coercivas. A existência de poder pressupõe estruturas de dominação por meio das quais o poder que "flui suavemente" em processos de reprodução social (e é, por assim dizer, "invisível") opera. O desenvolvimento de força ou sua ameaça não é, pois, o caso típico de uso do poder. Sangue e fúria, o calor da batalha, o confronto direto de campos rivais – não são essas, necessariamente, as conjunturas históricas em que os efeitos mais importantes e de maior alcance do poder são sentidos ou estabelecidos.

Dito isto, é necessário, porém, separar a teoria da estruturação de ambos os caminhos variantes percorridos por Parsons e por Foucault. Ao associar o poder aos chamados "fins coletivos", Parsons sacrifica parte do *insight* de que o conceito de poder não tem qualquer relação intrínseca com o de interesse. Se o poder não tem conexão lógica com a realização de interesses seccionais, tampouco a tem com a de interesses ou "fins" coletivos. Mais substantivamente, a concentração de Parsons no consenso normativo como alicerce da integração de sociedades leva-o a subestimar seriamente a importância da contestação de normas; e das múltiplas circunstâncias em que a força e a violência, e o medo delas, estão diretamente envolvidas na aprovação da ação⁵⁸. A reabilitação do conceito de poder por Foucault, por outro lado, só é conseguida à custa de sucumbir a uma distorção nietzschiana em que o poder é aparentemente anterior à verdade. Em Foucault, assim como em Parsons, embora por diferentes razões, o poder não está relacionado como uma descrição satisfatória de agência e cognoscitividade, enquanto implicadas na "construção da História".

Para um maior desenvolvimento dessas várias observações, quero examinar numerosos aspectos do poder no âmbito do quadro conceptual de referência da teoria da estruturação. Uma preocupação primordial deve ser a questão de como o poder é gerado. Temos, com efeito, de considerar muito seriamente a asserção de Parsons de que o poder não é uma quantidade está-

tica mas, sim, expansível, em relação a formas divergentes de propriedade sistêmica, embora não adote as idéias por ele elaboradas ao explorar as implicações dessa asserção.

Proponho que a noção de distanciamento tempo-espaco está ligada de forma muito direta à teoria do poder. Ao explorarmos essa conexão, podemos desenvolver algumas das principais características da dominação como propriedade expansível dos sistemas sociais. Conforme descrevi no capítulo de abertura, o poder é gerado na (e através da) reprodução de estruturas de dominação. Os recursos que constituem as estruturas de dominação são de duas espécies: alocativos e autoritários. Qualquer coordenação de sistemas sociais no tempo e no espaço envolve necessariamente uma combinação definida desses dois tipos de recursos, os quais podem ser classificados assim:

<i>Recursos alocativos</i>	<i>Recursos autoritários</i>
1 Características materiais do meio ambiente (matérias-primas, fontes de poder material)	1 Organização do tempo-espaco social (constituição temporal-espacial de caminhos e regiões)
2 Meios de produção/reprodução material (instrumentos de produção, tecnologia)	2 Produção/reprodução do corpo (organização e relação de seres humanos em associação mútua)
3 Bens produzidos (artefatos criados pela interação de 1 e 2)	3 Organização de oportunidades de vida (constituição de oportunidades de auto-desenvolvimento e de auto-expressão)

Não se trata de recursos fixos; formam os meios do caráter expansível do poder em diferentes tipos de sociedade. As teorias evolucionistas sempre foram propensas a dar a prioridade aos recursos da coluna da esquerda, as várias espécies de recursos materiais empregados na "adaptação" ao meio ambiente. Mas, como foi indicado em meu exame precedente, os autoritários são rigorosamente tão "infra-estruturais" quanto os alocativos. Não quero, em absoluto, negar a influência do *habitat* natural circundante sobre os padrões de vida social, o impacto que tipos importantes de invenção tecnológica podem produzir ou a importância dos recursos de poder material que podem estar disponíveis e submetidos ao uso humano. Mas há muito tempo vem sendo convencional enfatizar isso, e penso

ser muito importante demonstrar a importância paralela dos recursos autoritários. Pois, tal como o marxismo, ainda somos prisioneiros da era vitoriana, na medida em que, antes de mais nada, pensamos na transformação do mundo material como força motivadora genérica da história humana.

É claro que a acumulação de recursos alocativos está estreitamente envolvida com o distanciamento tempo-espaco, com a continuidade das sociedades ao longo do tempo e do espaco e, assim, com a geração de poder. Os caçadores e coletores dispõem de poucos meios de armazenamento de víveres e outros requisitos materiais, e utilizam o armazém gratuito da natureza para prover suas necessidades o ano inteiro. Eles dependem, de uma forma muito imediata, da generosidade da natureza — um fato que, entretanto, não implica necessariamente empobrecimento. Além disso, atividades rituais, cerimoniais e religiosas ordinariamente avultam muito mais do que as exigências materiais relativamente limitadas da vida cotidiana. Em comunidades agrárias, pelo menos, é empregado algum tipo de tecnologia produtiva, e o armazém que o mundo natural fornece é ampliado de várias maneiras que facilitam a "expansão" de relações sociais através do tempo-espaco. Quer dizer, são cultivadas diferentes safras sazonais, produtos são armazenados onde isso é tecnicamente possível, permite-se que a terra seja alqueivada, a fim de se proteger a capacidade produtiva da sociedade a longo prazo etc. Em sociedades divididas em classes pode haver um desenvolvimento adicional da produtividade agrária *per capita*, embora nem sempre seja esse o caso quando comparado ao de comunidades camponesas menores. Os sistemas de irrigação e outras inovações técnicas geralmente não aumentam a produtividade média tanto quanto regularizam e coordenam a produção. Em Estados agrários mais vastos, a armazenagem de alimentos e de outros bens perecíveis torna-se da maior importância. No capitalismo moderno, a compra e venda de bens manufaturados é tão fundamental para a existência social quanto a troca de toda a gama de outras mercadorias: não é exagerado dizer que a expansão do capitalismo para formar uma nova economia mundial não teria sido possível sem o

desenvolvimento de uma série de técnicas para a preservação e armazenagem de bens perecíveis, sobretudo de alimentos⁹⁹. Por outro lado, o capitalismo também gera – e é dependente de – taxas de inovação técnica, conjugadas com uma utilização maciça de recursos naturais, num plano totalmente diferente de tudo o que aconteceu antes.

Descrita dessa maneira, a história humana pareceria (e foi freqüentemente feita para parecer) uma seqüência de expansões das “forças de produção”. O aumento dos recursos materiais é fundamental para a expansão do poder, mas os recursos alocativos não podem ser desenvolvidos sem a transmutação de recursos autoritários, e estes últimos são, sem dúvida, pelo menos tão importantes quanto os primeiros no fornecimento de “alavancas” de mudança social. A organização de tempo-espaço social refere-se às formas de regionalização dentro (e através) das sociedades, em função das quais são constituídos os percursos espaço-temporais da vida cotidiana. As comunidades de caça e coleta, e os relativamente poucos casos de culturas nômades maiores, são as únicas sociedades cuja organização espaço-temporal global implica movimento regular de todo o grupo através do tempo-espaço. O termo “únicas” está deslocado neste contexto, pois as sociedades de caçadores e coletores foram a mais típica forma de organização social humana na Terra até tempos muito recentes. A fixação espacial – a atribuição de locais para “ambientes construídos” definitivos, especialmente na forma de cidades – assinala uma nova etapa na história humana.

A segunda categoria de recursos autoritários, a produção/reprodução do corpo, não deve ser igualada à categoria 2 na classificação de recursos alocativos. É claro, os meios de reprodução material são necessários à reprodução do organismo humano; durante a maior parte da história humana, limites materiais de várias espécies contiveram o crescimento global da população. Mas a *coordenação* de quantidades de pessoas reunidas numa sociedade e sua reprodução no tempo constitui um recurso autoritário de um gênero fundamental. O poder não depende somente, é claro, do tamanho de uma população reu-

nida numa ordem administrativa. Mas as dimensões da organização do sistema constituem uma contribuição muito significativa para a geração de poder. As várias características coercivas e facilitadoras do corpo, sobre as quais discorri no capítulo III, são importantes aqui – na verdade, são a base sobre a qual os recursos administrativos, nesse sentido, devem ser analisados. Entretanto, temos de acrescentar a esses fatores a categoria de oportunidades de vida, um fenômeno que tampouco é, de modo algum, puramente dependente da produtividade material de uma sociedade. A natureza e a escala do poder gerado por recursos autoritários dependem não só da disposição dos corpos, regionalizados em percursos espaço-temporais, mas também das oportunidades de vida abertas aos agentes sociais. “Oportunidades de vida” significa, em primeiro lugar, as probabilidades de pura sobrevivência para os seres humanos em diferentes formas e regiões de sociedade. Mas também sugere toda a gama de aptidões e capacidades que Weber tinha em mente quando introduziu o termo. Daremos apenas um exemplo: a alfabetização em massa. Uma população alfabetizada pode ser mobilizada, e mobilizar-se, através do tempo-espaço de modos muito distintos dos característicos de culturas predominantemente orais.

Já me referi à importância da armazenagem de recursos alocativos como veículo da expansão da dominação, um tema familiar na literatura da teoria evolucionista. Muito menos conhecida, mas de importância essencial na geração de poder, é a armazenagem de recursos autoritários. “Armazenagem” é um meio de “ligar” o tempo-espaço envolvendo, no nível da ação, a administração inteligente de um futuro projetado e a recordação de um tempo passado. Nas culturas orais, a memória humana é virtualmente o único repositório de armazenagem de informação. Entretanto, como vimos, a memória (ou recordação) será entendida não só em relação às qualidades psicológicas de agentes individuais, mas também como inerente à recursividade da reprodução institucional. Neste caso, a armazenagem já pressupõe modos de controle tempo-espaço, assim como uma experiência fenomenal do “tempo vivido”, e o “recipiente” que armazena recursos autoritários é a própria comunidade.

Embora nas últimas décadas vigorosos defensores de um ponto de vista evolucionista, como Leslie White, tenham aparecido, seria provavelmente verdadeira a afirmação de que a obra deles não teve um impacto substancial sobre o pensamento teórico nas ciências sociais. É de algum interesse, portanto, que um dos maiores contribuintes para esse pensamento, Talcott Parsons, tenha procurado insuflar vida nova à teoria evolucionista, ainda que apenas no desenvolvimento ulterior de sua obra. Como a concepção de Parsons do evolucionismo mobilizou, de fato, considerável apoio, examiná-la-ei agora em detalhe.

A evolução social, argumenta Parsons, é uma extensão da evolução biológica, mesmo que dependente de mecanismos substancialmente diferentes. Não há razão nenhuma para supor que existe uma súbita ruptura entre a evolução biológica e a social. O “divisor de águas entre o subumano e o humano”, expressão cunhada por Parsons, assinala uma fase num processo de desenvolvimento a longuíssimo prazo. Ambas as formas de evolução podem ser entendidas em termos de universais – “universais evolutivos”. Um universal evolutivo, na terminologia de Parsons, é qualquer tipo de desenvolvimento “suficientemente importante para favorecer a evolução” que tenha a possibilidade de se manifestar em mais de uma ocasião em diferentes condições^{1*}. A visão é apresentada como um exemplo de um universal evolutivo na esfera do mundo orgânico. A capaci-

* As referências podem ser encontradas a pp. 329-30.

dade de visão permite uma gama mais vasta de respostas coordenadoras ao meio circundante e, assim, possui grande valor adaptativo. A visão não surgiu apenas numa parte do reino animal, mas aconteceu independentemente em espécies de moluscos, insetos e vertebrados. Os órgãos visuais desses grupos não são de uma única forma anatômica e não podem ser considerados como pertencentes a um só processo evolutivo, mas a visão parece ser um requisito prévio para todos os níveis superiores de evolução biológica.

O potencial biológico de seres humanos para a evolução social depende dos universais evolutivos das mãos e do cérebro. Possuir dedos dotados de movimentos independentes e um polegar oposto permite uma extraordinária variedade de manipulações de objetos em conjunto com braços equipados de articulações móveis. O cérebro humano é tão mais desenvolvido do que os de outras espécies que torna possível o domínio de modos de atividade e de cognição desconhecidos entre os animais inferiores, sobretudo a capacidade de criação e uso da linguagem. Esses traços facultam aos seres humanos vantagens adaptativas sobre as demais espécies. O conceito de adaptação, afirma Parsons, é essencial tanto para a evolução biológica quanto para a social. A adaptação, diz ele, não deve ser entendida simplesmente como o ajustamento passivo de uma dada espécie ou tipo de sistema social a condições ambientais, mas incluir fatores de sobrevivência mais ativos. A adaptação de um “sistema vivo” pode envolver uma “preocupação ativa com o domínio ou a capacidade para mudar o meio ambiente de modo a satisfazer as necessidades do sistema, assim como a aptidão para sobreviver em face de suas características inalteráveis”². Isso significa freqüentemente a capacidade para enfrentar uma série de desafios ambientais e, em especial, as circunstâncias que provocam incerteza. Um universal evolutivo, em suma, é qualquer traço orgânico ou social que aumente as capacidades adaptativas a longo prazo de um sistema vivo num grau tal que se torna um requisito prévio para níveis superiores de desenvolvimento. Existe somente uma diferença importante entre os universais evolutivos biológicos e sociais: os primeiros não são

passíveis de difusão, enquanto os segundos o são. Assim, as condições em que se origina uma vantagem adaptativa podem ser diferentes daquelas que facilitam sua adaptação ulterior por outros agrupamentos sociais.

Os seres humanos vivem em sociedades e criam culturas. Os aspectos simbólicos da cultura, como Parsons os descreve, são vitais para a adaptação. O “símbolo” substitui o gene como principal componente organizador da evolução social. Embora baseadas num conjunto de capacidades orgânicas gerais, as qualidades simbólicas dos sistemas sociais têm de ser aprendidas de novo por cada geração. As “orientações culturais” não se implementam como os programas genéticos. A comunicação é a base da cultura e a linguagem base da comunicação. Assim, a linguagem é um universal evolutivo elementar; não existe sociedade humana conhecida que não possua uma linguagem. Segundo Parsons, os sistemas de símbolos têm um papel diretivo na organização social, de um modo geral, e na mudança social. Isso é porque eles estão no topo de uma hierarquia cibernética nas sociedades humanas. No “esquema de ação” de Parsons, eles situam-se acima do sistema social, da personalidade e do organismo. O meio ambiente físico condiciona ou fixa limites para os modos de conduta formados no seio das sociedades, mas é o sistema cultural que mais diretamente os regula³.

Em suas mais antigas formas, cultura é mais ou menos sinônimo de religião. A religião, argumenta Parsons, é um dos quatro universais evolutivos encontrados “até no mais simples sistema de ação”. Os outros são a comunicação através da linguagem, o parentesco e a tecnologia: “a presença desses quatro universais constitui o mínimo que pode ser dito para designar uma sociedade como verdadeiramente humana”⁴. Eles relacionam-se com as propriedades globais da ação e, portanto, com o quadro geral de referência da evolução biológica. A evolução fora dos mais elementares tipos de sistema de ação pode ser analisada como um processo de diferenciação progressiva, o qual se refere à especialização funcional. A diferenciação pode levar – embora não inevitavelmente – à crescente capacidade adaptativa com relação a cada função específica, que é separada,

um processo de “promoção adaptativa”. A orientação de acordo com a qual a diferenciação se processa pode ser descrita nestes termos. Dada a natureza cibernética dos sistemas sociais, essa orientação deve ser *funcional*. A crescente complexidade de sistemas, na medida em que esta não se deve apenas à segmentação, envolve o desenvolvimento de subsistemas especializados a respeito de funções mais específicas na operação do sistema como um todo e de mecanismos integrativos que inter-relacionam os subsistemas funcionalmente diferenciados⁵. Esses subsistemas – manutenção do padrão, integração, constituição política e economia – são a base da análise de Parsons.

Nos tipos mais simples de sociedade, a sociedade primitiva, os quatro subsistemas revelam apenas um nível muito baixo de diferenciação. As sociedades primitivas caracterizam-se por um sistema específico de “simbolismo constitutivo”, o qual confere ao grupo uma identidade cultural definida, distinta da de outros grupos. Tal simbolismo está sempre diretamente ligado a relações de parentesco – por exemplo, na forma de um mito de deuses ancestrais que teriam fundado a comunidade. O mito une o grupo e fornece um quadro interpretativo de referência para enfrentar as exigências do mundo natural e as ameaças oriundas deste. Uma das características distintivas das sociedades primitivas consiste em que o simbolismo constitutivo está envolvido de modo abrangente nas várias esferas da vida. Participa das atividades religiosas, morais e tecnológicas, permeando-as e tornando-as parte de uma unidade social coesa. Parsons (tal como Durkheim) cita como exemplo as sociedades aborígenes da Austrália. A organização social dessas sociedades australianas consiste quase totalmente em relações de parentesco e nos modos como elas se articulam com as práticas totêmicas, as relações de troca e as transações com o meio ambiente. Os aspectos econômicos destas últimas são da “espécie mais simples”, dependendo da caça e da coleta de bagos, raízes e várias espécies de insetos comestíveis. Os grupos tribais distribuem-se por territórios bastante vastos e, embora o simbolismo constitutivo de cada um deles tenha uma referência territorial definida, não existem fronteiras territoriais claramente

passíveis de difusão, enquanto os segundos o são. Assim, as condições em que se origina uma vantagem adaptativa podem ser diferentes daquelas que facilitam sua adaptação ulterior por outros agrupamentos sociais.

Os seres humanos vivem em sociedades e criam culturas. Os aspectos simbólicos da cultura, como Parsons os descreve, são vitais para a adaptação. O “símbolo” substitui o gene como principal componente organizador da evolução social. Embora baseadas num conjunto de capacidades orgânicas gerais, as qualidades simbólicas dos sistemas sociais têm de ser aprendidas de novo por cada geração. As “orientações culturais” não se implementam como os programas genéticos. A comunicação é a base da cultura e a linguagem base da comunicação. Assim, a linguagem é um universal evolutivo elementar; não existe sociedade humana conhecida que não possua uma linguagem. Segundo Parsons, os sistemas de símbolos têm um papel diretivo na organização social, de um modo geral, e na mudança social. Isso é porque eles estão no topo de uma hierarquia cibernética nas sociedades humanas. No “esquema de ação” de Parsons, eles situam-se acima do sistema social, da personalidade e do organismo. O meio ambiente físico condiciona ou fixa limites para os modos de conduta formados no seio das sociedades, mas é o sistema cultural que mais diretamente os regula³.

Em suas mais antigas formas, cultura é mais ou menos sinônimo de religião. A religião, argumenta Parsons, é um dos quatro universais evolutivos encontrados “até no mais simples sistema de ação”. Os outros são a comunicação através da linguagem, o parentesco e a tecnologia: “a presença desses quatro universais constitui o mínimo que pode ser dito para designar uma sociedade como verdadeiramente humana”. Eles relacionam-se com as propriedades globais da ação e, portanto, com o quadro geral de referência da evolução biológica. A evolução fora dos mais elementares tipos de sistema de ação pode ser analisada como um processo de diferenciação progressiva, o qual se refere à especialização funcional. A diferenciação pode levar – embora não inevitavelmente – à crescente capacidade adaptativa com relação a cada função específica, que é separada,

um processo de “promoção adaptativa”. A orientação de acordo com a qual a diferenciação se processa pode ser descrita nestes termos. Dada a natureza cibernética dos sistemas sociais, essa orientação deve ser *funcional*. A crescente complexidade de sistemas, na medida em que esta não se deve apenas à segmentação, envolve o desenvolvimento de subsistemas especializados a respeito de funções mais específicas na operação do sistema como um todo e de mecanismos integrativos que inter-relacionam os subsistemas funcionalmente diferenciados⁵. Esses subsistemas – manutenção do padrão, integração, constituição política e economia – são a base da análise de Parsons.

Nos tipos mais simples de sociedade, a sociedade primitiva, os quatro subsistemas revelam apenas um nível muito baixo de diferenciação. As sociedades primitivas caracterizam-se por um sistema específico de “simbolismo constitutivo”, o qual confere ao grupo uma identidade cultural definida, distinta da de outros grupos. Tal simbolismo está sempre diretamente ligado a relações de parentesco – por exemplo, na forma de um mito de deuses ancestrais que teriam fundado a comunidade. O mito une o grupo e fornece um quadro interpretativo de referência para enfrentar as exigências do mundo natural e as ameaças oriundas deste. Uma das características distintivas das sociedades primitivas consiste em que o simbolismo constitutivo está envolvido de modo abrangente nas várias esferas da vida. Participa das atividades religiosas, morais e tecnológicas, permeando-as e tornando-as parte de uma unidade social coesa. Parsons (tal como Durkheim) cita como exemplo as sociedades aborígenes da Austrália. A organização social dessas sociedades australianas consiste quase totalmente em relações de parentesco e nos modos como elas se articulam com as práticas totêmicas, as relações de troca e as transações com o meio ambiente. Os aspectos econômicos destas últimas são da “espécie mais simples”, dependendo da caça e da coleta de bagos, raízes e várias espécies de insetos comestíveis. Os grupos tribais distribuem-se por territórios bastante vastos e, embora o simbolismo constitutivo de cada um deles tenha uma referência territorial definida, não existem fronteiras territoriais claramente

demarcadas entre os diferentes grupos. Embora as relações de parentesco sejam de essencial importância, não existe diferenciação vertical entre unidades aparentadas; nenhum conjunto de clãs tem acentuadamente maior poder, riqueza ou proeminência religiosa do que qualquer outro. As sociedades australianas são funcionalmente diferenciadas por gênero e por idade, mas, quanto ao mais, consistem em agrupamentos segmentares equivalentes, ligados por laços de parentesco.

As sociedades mais primitivas, como os grupos australianos, podem distinguir-se do “tipo primitivo avançado”. A transição é marcada pelo colapso da equivalência entre grupos de parentesco. Isso pode acontecer quando um grupo consegue assegurar recursos que lhe permitem controlar a formação de laços matrimoniais; esses recursos podem ser então usados para acumular riqueza material e outras bases de poder. Uma tendência à diferenciação vertical da sociedade substitui o caráter mais igualitário das sociedades mais simples. A mudança econômica está associada a tal processo: a residência fixa, a produção agrícola ou pastoril substituem os procedimentos mais errantes da caça e da coleta. Não existe ainda uma “economia” diferenciada, mas a produtividade material intensificada gera pressões econômicas no sentido da consolidação dos direitos de propriedade e da estabilidade do controle territorial. Como quer que surja, a estratificação é o primeiro e mais básico universal evolutivo na transição das sociedades de mais para menos primitivas. A estratificação tende, antes de mais nada, a emergir mediante a elevação de uma linhagem a uma posição privilegiada; o indivíduo mais velho dessa linhagem adota, então, geralmente, o título de monarca. As sociedades primitivas avançadas são consideravelmente mais heterogêneas do que suas precursoras, envolvendo oposições étnicas, religiosas e outras, assim como divisões de classes. Os reinos africanos, como o Zulu, são os principais exemplos de sociedades desse tipo. Parsons admite que no reino Zulu, e em outros que se lhe assemelham, o poder militar era de grande significação na formulação e consolidação da ordem social. Mas ele salienta que provavelmente de muito maior importância foi a formação de uma cul-

tura religiosa desenvolvida, legitimando a posição do rei e promovendo a solidariedade social.

Entretanto, as sociedades primitivas avançadas ainda pertencem à primeira fase da evolução distinguida por Parsons. A segunda é a das sociedades “intermédias”, as quais contêm dois subtipos, as “arcaicas” e as “intermédias avançadas”. Ambas estão associadas à existência da escrita. As sociedades arcaicas são caracterizadas apenas pelo que Parsons chama de “escrita de ofício”, isto é, a escrita usada principalmente para a contabilidade administrativa e para a codificação de preceitos mágicos e religiosos. Ler e escrever é prerrogativa de pequenos grupos sacerdotais e não parte da educação geral da classe ou classes dominantes. O Egito Antigo oferece um exemplo de sociedade arcaica. Uma sociedade desse tipo possui uma ordem religiosa “cosmológica”, a qual generaliza e sistematiza o simbolismo constitutivo mais do que em comunidades primitivas. Tem um aparelho político e administrativo, separado em certa medida das funções e obrigações religiosas. As sociedades arcaicas têm qualidades adaptativas superiores às das primitivas, porque concentram a responsabilidade funcional nos domínios do religioso e do político. Esses fatores são ainda mais desenvolvidos no tipo de sociedade intermédia avançada, que consiste em “impérios históricos” como os de Roma e da China. Todos eles estiveram profundamente envolvidos com as “religiões mundiais” a cujo respeito escreveu Weber. Caracterizam-se pela escala maciça de suas inovações culturais como resultado de importantes “avanços filosóficos” que distinguem entre o mundo sagrado e o mundo material; os reis deixam de ser deuses.

A legitimação cultural especializada é um universal evolutivo que recebeu definição nítida com o advento dos impérios históricos. Seu foco é político, dado que constitui o meio de consolidação da autoridade governamental. “Satisfazer a necessidade de legitimação” subentende o surgimento de líderes políticos especializados, em aditamento ao soberano.

Numa frente extraordinariamente vasta e relativamente independente de variações culturais particulares, os líderes políticos devem ter, a longo prazo, não só suficiente poder mas também

a legitimação do mesmo. [...] A combinação de padrões culturais diferenciados de legitimação com agências socialmente diferenciadas é o aspecto essencial do universal evolutivo de legitimação.⁶

Um segundo universal evolutivo é o surgimento da organização burocrática. Aceitando a tese de Weber sobre a indispensabilidade da burocracia para a efetiva mobilização do poder em grande escala, Parsons argumenta que as sociedades intermédias avançadas mostram uma grande expansão da coordenação administrativa do governo, forças armadas e outros setores institucionais diferenciados. Um terceiro universal introduzido pelos impérios históricos é o uso da moeda em relação às trocas mercantis. Segundo Parsons, as trocas mercantis constituem um sistema de poder que evita alguns dos "dilemas" do poder político. Em última análise, o poder político depende de sanções punitivas impostas por um corpo administrativo; o dinheiro compartilha de algumas das qualidades do poder político, mas é um recurso mais generalizado que se propaga tanto entre os "consumidores" quanto entre os "produtores", um recurso que emancipa as pessoas da lealdade a grupos políticos específicos e dos vínculos atributivos de parentesco. Mas esses três universais evolutivos pressupõem todos um quarto: "uma ordem normativa e universalista altamente generalizada", exemplificada num sistema de direito. Entretanto, isso coloca-nos no limiar da modernidade, porque alguns impérios históricos desenvolveram organização burocrática e mercados num grau bastante elevado sem uma comparável ampliação de formas de direito generalizado.

O desenvolvimento do Ocidente moderno, a suprema forma evolutiva no esquema de Parsons, está relacionado com duas sociedades-"viveiros" que exerceram uma influência específica de enorme alcance: Israel e Grécia. (Um comentário sintomático neste ponto é o seguinte: "O budismo é, de longe, o mais proeminente complexo cultural mencionado até aqui que teve sua mais profunda influência *fora* da sociedade em que se originou. Mas porque não conduziu para a modernidade e porque teve pouco significado básico para a sociedade ocidental, não o

examinamos detalhadamente.") Como foi que algumas das características culturais dessas duas sociedades se difundiram tão extensamente e tão longe de seus pontos de origem? E o que tornou possíveis as inovações culturais que elas produziram? Quanto à segunda destas interrogações, Parsons argumenta que, de fato, somente pequenas sociedades com grau razoável de independência política poderiam ter dado origem a tanta novidade cultural. Isso não poderia ter ocorrido em vastos impérios, com enorme extensão territorial e uma variedade de interesses concorrentes. O primeiro problema é resolvido precisamente pela subsequente perda de independência por parte de ambas as sociedades: suas inovações culturais foram adotadas por importantes camadas no seio de entidades sociais maiores. As culturas judaica e grega foram absorvidas predominantemente por "classes eruditas", não por grupos políticos dominantes; subsequente, essas influências culturais tornaram-se as "principais amarras sociais" das tradições estabelecidas no Ocidente. O tipo moderno de sociedade surgiu nessa "área evolutiva singular", o Ocidente.

O surgimento da sociedade ocidental, afirma Parsons, representa um novo e decisivo avanço na capacidade adaptativa, em comparação com as sociedades intermédias. As características do Ocidente, que permitem maior diferenciação do que podia ser realizado antes, incluem o maior desenvolvimento de mercados, a universalização da lei e a associação democrática envolvendo direitos de cidadania para a massa da população. Somadas, essas características reforçaram ainda mais a consolidação da "unidade territorial" de sociedades que possuíam suas próprias e nítidas fronteiras. O desenvolvimento do direito universalizado pode ser descrito através da articulação do Direito Romano, no continente, com o direito consuetudinário, na Inglaterra. O segundo é sumamente importante em termos de facilitação da liberdade de contrato e de proteção da propriedade privada. É, afirma Parsons, "a mais importante marca distintiva da sociedade moderna"; a ordem jurídica inglesa "foi um pré-requisito fundamental da ocorrência inicial da Revolução Industrial"¹⁰. Foi também a condição do desenvolvimento da democracia de massa. Por sua vez, a democracia é a condição

para o exercício efetivo do poder numa sociedade altamente diferenciada. As sociedades que não se tornam democráticas, incluindo as “organizações totalitárias comunistas”, não terão as vantagens adaptativas daquelas que se democratizaram. Que sociedade avançou mais, até hoje, no longo caminho evolutivo? Os Estados Unidos, ora! Uma consoladora, ainda que não particularmente original, conclusão para um sociólogo norte-americano, após um imponente estudo da evolução humana como um todo¹¹.

Isso soa como aquela espécie de conclusão que acaba por granjear um mau nome para a sociologia... pelo menos no resto do mundo. Poderia ser tentador ignorá-la com base na restrição que Parsons adiciona à conclusão de sua obra sobre evolução: que o leitor não deve preocupar-se demais com os detalhes de sua argumentação, pois o que importa é “a *idéia* do universal evolutivo e seu embasamento na concepção de capacidade adaptativa generalizada”¹². De modo geral, eu acatarei, de fato, essa recomendação, mas, como indicarei, a aprovação dos Estados Unidos por Parsons está inteiramente de acordo com sua versão de pensamento evolucionista.

A teoria de Parsons satisfaz todos os critérios que mencionei como distintivos do evolucionismo. Ele deixa bem claro que a evolução é mais do que “história”, e sua exposição defende que a evolução social e a biológica estão conceptual e substancialmente ligadas. A conhecida noção de adaptação faz de novo sua aparição. Parsons especifica a progressão em que está mais interessado (a diferenciação de instituições) e oferece uma interpretação global da mecânica de mudança que depende da influência “cibernética” de valores e símbolos. Também aponta muitas das fraquezas secundárias do pensamento evolucionista e não presta a suficiente atenção às advertências para evitar os acidentes aos quais as teorias evolucionistas estão sujeitas com tanta frequência.

Parsons atribui considerável importância à *idéia* de que a evolução social é uma extensão da evolução biológica. Ora, existe obviamente um sentido em que essa tese é indiscutível. Afinal de contas, parece ser o caso de que as características físicas

do corpo (um cérebro volumoso e neurologicamente complexo, postura vertical etc.) foram a condição prévia para o desenvolvimento da sociedade humana. O desenvolvimento inicial da associação e cultura social humana foi provavelmente um traço de sobrevivência propício ao êxito evolutivo do *Homo sapiens*. Mas o que resulta disso se não levarmos em conta o atrativo estético de uma teoria que explica o desenvolvimento biológico e social com um único conjunto de conceitos? A resposta é: nada. A evolução biológica está relacionada com as mudanças na hereditariedade, nos traços genéticos de sucessivas gerações; elas são explicadas econômica e efetivamente por um pequeno número de mecanismos relativamente simples. A evolução social diz respeito às relações entre sociedades humanas e o ambiente material, assim como entre tais sociedades. A caracterização de “evolução” não pode ser corretamente atribuída a esses fenômenos, nem uma dada seqüência de mudanças pode ser explicada em termos “evolucionistas”, a menos que se demonstre a operação de mecanismos similares. A teoria de Parsons é típica das descrições evolucionistas ao argumentar como se tal demonstração fosse dada pelo fato (indiscutível) de que a evolução biológica esteve interligada com o desenvolvimento inicial da cultura humana. O que deveria ser mostrado com evidência é tomado como se fosse uma fonte de evidência.

O conceito de adaptação que Parsons introduz é tão vago e tão abrangente quanto qualquer outro na literatura, embora não seja por isso atípico. A adaptação, ele deixa bem claro, tem algo a ver com a “sobrevivência” e com a interação com o mundo material, mas não está, de modo algum, limitada a isso. Está mais amplamente ligada à redução da incerteza – uma *idéia* que Parsons adotou da teoria dos sistemas, assim como a da influência cibernética de símbolos e valores. Mas como “incerteza” não é definida em parte alguma, a tese ou é conceptualmente tão difusa que se torna virtualmente inútil ou, se voltada mais para um conteúdo empírico definido, parece ser, na melhor das hipóteses, implausível. Suponhamos que adotemos os dois sentidos que Parsons pode ter em mente: a redução das incertezas acerca dos caprichos da natureza e a redução de incertezas com relação a eventos futuros. Nem um nem outro pare-

ce sequer avançar inequivocamente com os tipos de sociedade que Parsons retrata de acordo com a sua escala evolucionista, e muito menos contribuir para a "sobrevivência" diferencial deles. O controle crescente sobre o meio ambiente material, produzido pelo desenvolvimento tecnológico ou a manipulação de recursos autoritários, não é sinônimo, em absoluto, de incerteza reduzida dos resultados. Um agricultor tecnologicamente mais "eficiente", por exemplo, pode ser mais vulnerável a variações climáticas do que um caçador e coletor. Quanto à redução de futuras imprevisibilidades, quem poderá supor que o mundo no qual vivemos hoje, com suas taxas maciças, embora flutuantes, de mudança tecnológica e econômica, com suas incertezas políticas e a presença de um arsenal nuclear, é menos incerto do que o mundo da humanidade paleolítica?

Além disso, o mecanismo condutor da evolução, que Parsons liga à crescente capacidade adaptativa de seus universos evolutivos – o controle cibernético produzido pelo simbolismo constitucional –, é, sem dúvida, nada convincente. Parsons estabelece essa abordagem, evidentemente, em oposição consciente ao materialismo histórico, e a outras teorias que ele considera assemelharem-se a esta, ao sustentarem que a tecnologia, ou a organização econômica de um modo mais geral, são as forças principais que influenciam a mudança social. Mas tal abordagem não é mais plausível do que as teorias que ela contesta. Uma vez mais, um argumento por analogia parece ser confundido com a produção de evidência. Em sistemas de controle mecânicos, os controles cibernéticos de baixa energia podem governar movimentos envolvendo um dispêndio muito maior de energia. Parsons compara então isso com o controle do gene sobre a síntese protéica e outros aspectos do metabolismo celular, como se este último exemplo desse, de algum modo, mais peso a seu argumento sobre a influência controladora do "simbolismo constitutivo" sobre a mudança social. O suposto paralelo conceptual desempenha uma dupla função. Recorre-se a ele como uma fonte da tese da posição controladora de símbolos e valores, mas depois Parsons também escreve como se esse paralelo ajudasse igualmente, de algum modo, a validar essa tese.

Suponhamos que fosse o caso de que o esquema de capacidade adaptativa mais a influência "cibernética" do simbolismo constitutivo forneceu um quadro explicativo geral para a evolução social mais ou menos análogo àquele por meio do qual os biólogos explicam a evolução natural. O problema do que significa "sobrevivência", no caso das sociedades humanas, uma questão que deve ser conjugada, em certa medida, com a do que uma "sociedade" é, exigiria ainda muito mais atenção do que a dedicada por Parsons. Na evolução biológica, sobrevivência e extinção são alternativas claras e incompatíveis, estando vinculadas às condições que determinam a reprodução diferencial. Uma população que não pode efetivamente lutar pelos *inputs* ambientais de que necessita não pode transmitir seus genes e, por conseguinte, extingue-se. Mas não existe um análogo real para essas circunstâncias no mundo social. Se a capacidade adaptativa é definida tão amplamente de modo a incluir a mobilização para a guerra, as unidades sociais, com frequência, não logram "adaptar-se", na medida em que são subjugadas ou destruídas por outras. Mas tipos inteiros de sociedade não se extinguem usualmente desse modo. Além disso, se colonizadas ou subordinadas a outros grupos, em vez de serem extintas, formas preexistentes de organização social continuam amiúde existindo sob uma aparência reconhecivelmente similar, num contexto social alterado. A questão de saber se conseguiram ou não "sobreviver" gravita então bastante em torno do que se decidir que é uma "sociedade" ou a unidade apropriada de análise para o estudo evolucionista. Parsons esquiva-se em grande parte à questão ao incorporar uma resposta para ela em sua classificação das sociedades. É um sinal de inferioridade evolutiva a ausência de fronteiras claramente definidas nas "sociedades primitivas"¹³. Uma visão alternativa da matéria, entretanto, seria a de que a definição do que deve ser considerado uma "sociedade" distinta é mais difícil de formular do que Parsons supõe – até, pelo menos, nos avizinhos da era das modernas nações-Estados.

A teoria de Parsons exemplifica quase todas as tendências danosas a que, conforme sugeri, as explicações evolucionistas

estão tipicamente sujeitas. Ela apresenta, aparentemente sem apreensões, uma "história de crescimento mundial", cai na compreensão unilinear e quase faz do que chamei de ilusão normativa uma virtude deliberada. Sintomática da "história de crescimento mundial" de Parsons é a discussão apresentada de "sociedades primitivas". Parsons menciona *en passant* que as sociedades aborígenes da Austrália estão "entre as mais primitivas sociedades conhecidas"¹⁴ sem muita elaboração adicional. Pensa nelas como o extremo inferior da escala, em termos, como deixou claro, da falta de diferenciação, do baixo desenvolvimento da economia e da preeminência do parentesco nessas sociedades. E quanto à complexidade do sistema de parentesco, à riqueza das produções culturais australianas nas esferas do ritual e da arte? Não lhes é feita virtualmente qualquer menção, porque Parsons pratica a típica elisão evolucionista entre "primitivismo" em certas dimensões, como a tecnologia, e "primitivismo" das sociedades como um todo. E o que dizer da tremenda diversidade de pequenas culturas orais que existiram ao longo do tempo e do espaço, corretamente enfatizada pelos "relativistas culturais"?¹⁵ Se Parsons estivesse unicamente preocupado em formular uma concepção de evolução geral (isto é, se ele não fosse absolutamente um evolucionista, em meu entendimento do termo), talvez sua falta de referência a tal diversidade, e ao fato de que essas sociedades dominaram a maior parte da história humana, pudesse ser justificada. Mas ele também está certamente interessado na evolução específica, tentando indicar a principal direção de mudança pela qual as "sociedades primitivas" se transformaram em "sociedades primitivas avançadas" e estas em sistemas do tipo "intermédio".

A compressão unilinear é evidente na descrição por Parsons do impacto das sociedades-"viveiros", onde se verifica uma acentuada alteração nas formas de sua discussão. Enquanto, em relação a tipos evolutivos antecedentes, Parsons se debruça sobre vastos períodos da História, ao analisar a ascensão do Ocidente sua discussão torna-se inevitavelmente mais estreita em sua ênfase. Nada tem de convincente, por certo, supor que as heranças culturais de Israel e da Grécia possuem necessaria-

mente maior poder adaptativo do que outras contribuições que pudessem ter sido recebidas de outras áreas. O fato de que aquelas foram incorporadas à cultura européia nada indica sobre seu valor evolutivo, como Parsons tinha anteriormente especificado. Neste ponto, ele atribui à "necessidade evolutiva" (a alegação de que um tipo de organização social apresenta traços que têm de aparecer antes que um tipo "superior" possa surgir) o significado de "necessidade histórica" (a circunstância de que, como os elementos designados tornaram-se parte integrante da sociedade européia, as coisas "devem" ter acontecido dessa maneira).

Finalmente, a ilusão normativa. A idéia de Parsons de que meio milhão de anos de história humana culminam no sistema social e político dos Estados Unidos seria mais do que levemente ridícula se não se harmonizasse claramente com sua "história do crescimento mundial". Qualquer que seja o atrativo especioso que possa ter, este foi-lhe dado por sua conexão com o tema da crescente capacidade adaptativa associada à evolução. Embora Parsons possa alegar que sua interpretação é estritamente analítica e não contém implicações avaliatórias, tal não é palpavelmente o caso. Se, por exemplo, "democracia" é definida de um modo específico, como mais ou menos equivalente a "democracia liberal, conforme exemplificada pela ordem política dos Estados Unidos", e se "democracia" é convertida num universal evolutivo para sociedades no mais alto nível de evolução, então que outra conclusão pode haver senão aquela que Parsons extrai? Mas é tão vazia quanto a maioria dos princípios do evolucionismo tende a ser.

Referências

Mudança, evolução e poder

1. Por vezes, "determinação" torna-se um outro nome para um objetivismo que procura explicar a conduta primordialmente através da coerção estrutural. Wright, por exemplo, procura identificar "uma série de distintas relações de determinação" baseadas num "esque-

ma diferenciado de causalidade estrutural compatível com a teoria marxista". Ele distingue vários modos de determinação, mas eu mencionarei apenas dois para transmitir o sabor do que Wright tem a dizer: "limitação estrutural" e "seleção". A primeira refere-se aos modos como as propriedades estruturais das sociedades fixam limites para o que é possível dentro dessas sociedades. Assim, afirma Wright, a "estrutura econômica" do feudalismo limita a forma do Estado que se observa em sistemas feudais. Enquanto uma democracia representativa com sufrágio universal era "estruturalmente impossível" dentro do feudalismo, uma considerável variedade de formas de Estado é compatível com as ordens feudais. A "seleção" refere-se "àqueles mecanismos sociais que concretamente determinam séries de resultados ou, no caso extremo [?], resultados específicos, dentro de uma gama estruturalmente limitada de possibilidades". Wright liga "seleção" com a determinação de "conjunturas históricas específicas". No feudalismo, economia e Estado relacionam-se de modo a delinear as formas de divisão de classes que ocorrem, com estas tornando-se expressas como lutas concretas entre grupos definidos.

A noção de "determinação" é, neste ponto, ambigualmente formulada. Quando Wright fala da determinação de "resultados específicos" ou de "conjunturas históricas", ele tem em mente aparentemente uma acepção muito generalizada do termo. Assim entendida, a concepção de Wright envolveria uma espécie totalmente desenvolvida de determinismo estrutural, uma versão de "sociologia estrutural" em que a conduta humana deve ser explicada como o resultado de causas sociais. Mas outras observações feitas por Wright sugerem que ele não deseja adotar tal ponto de vista. As características estruturais de sistemas sociais, como indica sua primeira categoria, fixam limites dentro dos quais uma série indeterminada de resultados pode acontecer. Neste caso, "determinação" significa "coerção" e não discrimina entre os vários sentidos que, como sugeri, esse termo caracteristicamente engloba. Repetindo, "estrutura" não pode ser identificada com "coerção", e os aspectos coercivos das propriedades estruturais não podem ser vistos como uma forma genérica de "causalidade estrutural". Como esses pontos já foram tratados, não há necessidade de nos alongarmos mais sobre eles. Ver: Wright, Erik Olin. *Class, Crisis and the State*. Londres, New Left Books, 1978, pp. 15-18.

2. Cf. CPST, pp. 230-3.

3. NRSB, cap. 2.

4. Nisbet sublinhou, entretanto, que o evolucionismo social e o biológico também se desenvolveram separadamente e que "é uma das mais sérias concepções errôneas de boa parte da literatura moderna sobre a história do pensamento social que o evolucionismo social do século XIX foi simplesmente uma adaptação das idéias do evolucionismo biológico, sobretudo as de Charles Darwin, ao estudo de instituições sociais" (Nisbet, Robert. *A Social Change and History*. Londres, Oxford, 1969, cap. 5).
5. Parsons, Talcott. "Evolutionary universals in society". In: Desai, A. R. *Essays on Modernism of Underdeveloped Societies*. Bombaim, Thacker, 1971; *Societies, Evolutionary and Comparative Perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.
6. Cf. "Durkheim's political sociology". In: SSPT.
7. Marx, Karl. "Preface" a *A Contribution to the Critique of Political Economy*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Selected Writings*. Londres, Lawrence & Wishart, 1968.
8. Comte, Auguste. *Physique sociale*. Paris, Hermann, 1975, p. 16.
9. *Societies, Evolutionary and Comparative Perspectives*, cit., p. 2.
10. Stewart, Julian H. *Theory of Culture Change*. Urbana, University of Illinois Press, 1955, p. 248.
11. Huxley, Julian. "Evolution, cultural and biological". In: Thomas, William C. *Current Anthropology*. Chicago, University of Chicago Press, 1956, p. 3.
12. White, Leslie A. *The Evolution of Culture*. Nova York, McGraw-Hill, 1959, pp. 29-30.
13. Sahlins, Marshall D. e Service, Elman R. *Evolution and Culture*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960, pp. 12-13. Para outras definições, ver, entre outros, os seguintes: Childe, V. Gordon. *The Progress of Archaeology*. Londres, Watts, 1944; Dobzhansky, Theodosius. *Mankind Evolving*. New Haven, Yale University Press, 1962; Tax, Sol. *The Evolution of Man*. Chicago, University of Chicago Press, 1960. Manners, Robert A. *Process and Pattern in Culture*. Chicago, Aldine, 1964. Meggers, Betty J. *Evolution and Anthropology: a Centennial Appraisal*. Washington, Anthropology Society, 1959; Stebbins, L. *The Basis of Progressive Evolution*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1969; White, Leslie A. "Difusion vs. evolution: an anti-evolutionist fallacy". *American Anthropologist*, vol. 44, 1945; Alland, Alexander. *Evolution and Human Behaviour*. Garden City, Natural History Press, 1967; Chappel, Eliot D. *Culture and Biological Man*. Nova York, Holt, Rinehart & Winston, 1970; Stocking, George W. *Race, Culture and Evolution*. Nova York, Free Press, 1968.

14. White, Leslie A. "Evolutionary stages, progress and the evaluation of cultures". *Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 3, 1947; *The Evolution of Culture*, cit., cap. 2.
15. Para discussões importantes, ver Bennett, John W. *The Ecological Transition*. Nova York, Pergamon Press, 1976; Alland, Alexander. *Adaptation in Cultural Evolution*. Nova York, Columbia University Press, 1970; Appley, M.-H. *Adaptation-Level Theory: A Symposium*. Nova York, Academic Press, 1971; Cohen, J. *Man in Adaptation*. Chicago, Aldine, 1968; Boughey, Arthur S. *Man and the Environment*. Nova York, Macmillan, 1971; Dubos, René. *Man Adapting*. New Haven, Yale University Press, 1965; Munson, Ronald. *Man and Nature*. Nova York, Felta, 1971; Theodorson, George A. *Studies in Human Ecology*. Nova York, Row, Peterson, 1961; Vayda, Andrew P. *Environment and Cultural Behaviour*. Nova York, Natural History Press, 1969; Eldredge, Niles e Tattersall, Ian. *The Myths of Human Evolution*. Nova York, Columbia University Press, 1981.
16. Entretanto, há biólogos que contestariam isso. Assim, Ehrlich e outros: "Por causa da aplicação extremamente vaga do termo 'adaptação' na literatura biológica, talvez fosse sensato abandoná-lo por completo" (Ehrlich, Paul R. et alii. *The Process of Evolution*. Nova York, McGraw-Hill, 1974, p. 337).
17. Rappaport, Roy A. "Ritual, sanctity and cybernetics". *American Anthropologist*, vol. 73, 1971, p. 60. Para comentários críticos, ver: Whyte, Anne. "Systems as perceived". In: Friedman, J. e Rowlands, M. J. *The Evolution of Social Systems*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1978.
18. Harding, Thomas G. "Adaptation and stability". In: Sahlins, M. D. e Service, E. R. *Evolution and Culture*, cit., pp. 45 e 48.
19. Cf. Luhmann, Niklas. "Funktion und Kausalität". In: *Soziologische Aufklärung*. Colônia-Opladen, 1970, vol. 1.
20. Childe, V. Gordon. "Prehistory and Marxism". *Antiquity*, vol. 53, 1979, pp. 93-4. (Este artigo foi originalmente escrito na década de 1940, mas não publicado em vida de Childe.)
21. CCHM, cap. 3. Não vejo como a seguinte afirmação de Lenski possa ser defendida: "Como uma espécie, uma sociedade humana é uma população 'isolada', cujos membros compartilham de um pool de informação e estão, portanto, presos a um percurso evolutivo comum" (Lenski, Gerhard. *Human Societies*. Nova York, McGraw-Hill, 1970, p. 60). Para comentários críticos, ver: Utz, Pamela J. "Evolutionism revisited". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 15, 1973.

22. Spencer, Herbert. *The Principles of Sociology*. Nova York, Appleton, 1899, vol. 2, p. 110.
23. Cf. Renfrew, Colin. "Space, time and polity". In: Friedman, J. e Rowlands, M. J. *The Evolution of Social Systems*, cit.
24. Gellner, Ernest. *Thought and Change*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1964, pp. 12-13.
25. Naipaul, V. S. *India, a Wounded Civilization*. Harmondsworth, Penguin, 1976.
26. Sahlins, M. D. "Evolution: specific and general". In: Sahlins, M. D. e Service, E. R. *Evolution and Culture*, cit., pp. 30-1.
27. Freud, S. *Civilization and its Discontents*. Londres, Hogarth, 1969, pp. 26.
28. Marcuse, Herbert. *Eros and Civilization*. Nova York, Vintage, 1955, p. 26 [Edição brasileira: *Eros e civilização*. Trad. de Álvaro Cabral, Zahar Editores, 1968, p. 34.]
29. Elias, Norbert. *The Civilising Process*, vol. I, *The History of Manners*. Oxford, Blackwell, 1978, vol. 2, pp. 232-3.
30. Aprofundo alguns desses temas em *Between Capitalism and Socialism*, vol. 2 de CCHM.
31. Ver alguns dos exemplos discutidos em: Kardiner, A. *The Individual and His Society*. Nova York, Columbia University Press, 1939.
32. Talvez valha a pena voltar a enfatizar que esse é um dos perigos do evolucionismo, não sua implicação lógica. Habermas é um autor que discutiu esse e muitos outros pontos acerca do evolucionismo de um modo esclarecedor e, como sempre, de modo arguto. Ver: Habermas, Jürgen. *Communication and the Evolution of Society*. Boston, Beacon, 1979, esp. os caps. 3 e 4; "Geschichte und Evolution". In: *Zur Rekonstruktion des historischen Materialismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 1976.
33. Como faz Cohen em sua recente e filosoficamente requintada interpretação do materialismo histórico: Cohen, G. A. *Karl Marx's Theory of History, a Defence*. Oxford, Clarendon Press, 1978.
34. Tomei de Eberhard o segundo desses conceitos. Ver: Eberhard, Wolfram. *Conquerors and Rulers*. Leiden, Brill, 1965.
35. CCHM, cap. 10.
36. CSAS; CPST, pp. 228 ss.
37. Nadel, S. F. *A Black Byzantium*. Londres, Oxford University Press, 1942.
38. Fortes, M. e Evans-Pritchard, E. E. *African Political Systems*. Londres, Oxford University Press, 1940.

39. Oliver, Douglas L. *Ancient Tahitian Society*. Honolulu, University of Hawaii Press, 1974.
40. Claessen, Henri J. M. "The early state in Tahiti". In: Claessen, Henri J. M. e Skalnik, Peter. *The Early State*. Haia, Mouton, 1978.
41. Oliver, D. L. *Ancient Tahitian Society*, cit.
42. Claessen, Henri J. M. "The early state: a structural approach". In: Claessen, H. J. M. e Skalnik, P. *The Early State*, cit.
43. Ver: Cohen, Ronald. "State origins: a reappraisal". In: Claessen, H. J. M. e Skalnik, P. *The Early State*, cit.; Carneiro, Robert L. "A theory of the origin of the state", *Science*, n. 169, 1970; Fried, Morton H. *The Evolution of Political Society*. Nova York, Random House, 1967; Koppers, W. "L'origine de l'état. 6th International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences. Paris, 1963, vol. 2; Krader, Lawrence. *Formation of the State*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1968; Lenski, G. *Power and Privilege*. Nova York, McGraw-Hill, 1966; Lowie, Robert. *The Origin of the State*. Nova York, Harcourt Brace, 1927; Service, Elman R. *Origins of the State and Civilization*. Nova York, Norton, 1975.
44. Cf. Service, E. R. *Origins of the State and Civilization*, cit.
45. Carneiro, R. L. "A theory of the origin of the state", cit.
46. Dumont, Louis. "Population growth and cultural change". *Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 21, 1965; Service, E. R. *Origins of the State and Civilization*, cit.
47. Wright, Henry T. e Johnson, Gregory. "Population, exchange and early state formation in southwestern Iran". *American Anthropologist*, vol. 77, 1975.
48. Polanyi, Karl. *Trade and Markets in Early Empires*. Glencoe, Free Press, 1957.
49. Eberhard, W. *Conquerors and Rulers*, cit., pp. 9 ss.
50. *Ibidem*, p. 10.
51. Claessen, Henri J. M. e Skalnik, Peter. "Limits, beginning and end of the early state". In: *The Early State*, cit., p. 625.
52. Fried, M. H. *The Evolution of Political Society*, cit.
53. Comparar as opiniões de Wilson e Kelley: Wilson, John A. *The Culture of Ancient Egypt*. Chicago, University of Chicago Press, 1951; Kelley, Allyn L. "The evidence for Mesopotamian influence in pre-dynastic Egypt". *Newsletter of the Society for the Study of Egyptian Antiquities*, vol. 4, p. 3, 1974.
54. Carneiro, R. L. "A theory of the origin of the state", cit.
55. Durkheim, Emile. *Socialism*. Nova York, Collier-Macmillan, 1962.

56. Cf. Badie, Bertrand e Birnbaum, Pierre. *Sociologie de l'état*. Paris, Grasset, 1979, pp. 189 ss.
57. Incluindo meu próprio comentário em: "'Power' in the writings of Talcott Parsons". In: *SSPT*.
58. Cf. também: Luhmann, Niklas. *Trust and Power*. Chichester, Wiley, 1979, p. 127. Ele afirma: "A estreita associação do poderoso com o perigoso só é realmente adequada para as sociedades arcaicas e os modos arcaicos de pensar [...]". Isso parece extraordinariamente otimista numa era nuclear.
59. Cf. Frankel, Boris. *Beyond the State*. Londres, Macmillan, 1983. Este é um dos poucos livros a enfatizar o significado da produção e preservação de alimentos em massa para o desenvolvimento do capitalismo.
60. McLuhan, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. Londres, Routledge, 1962.
61. *CCHM*, p. 96.
62. Mumford, Lewis. "University city". In: Kraeling, Carl H. e Adams, Robert M. *City Invisible*. Chicago, University of Chicago Press, 1960, p. 7.

Notas críticas: Parsons sobre evolução

1. Parsons, Talcott. "Evolutionary universals in society". *American Sociological Review*, vol. 29, 1964, p. 339.
2. *Ibidem*, p. 340.
3. *Societies, Evolutionary and Comparative Perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966, pp. 9-10.
4. "Evolutionary universals in society", cit., p. 342.
5. *Societies, Evolutionary and Comparative Perspectives*, cit., p. 24. Ver também: "The problem of structural change". In: Lidz, Victor e Parsons, Talcott. *Readings on Premodern Societies*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1972, pp. 52 ss.
6. "Evolutionary universals in society", cit., p. 346.
7. *Ibidem*, p. 351.
8. *Societies, Evolutionary and Comparative Perspectives*, cit., p. 95.
9. Parsons, Talcott. *The System of Modern Societies*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1971, p. 1.
10. "Evolutionary universals in society", cit., p. 353.
11. *The System of Modern Societies*, cit., cap. 6.
12. "Evolutionary universals in society", cit., p. 357.

13. O caráter vazio desse ponto de vista é evidente na seguinte transcrição: "é [...] claro que nenhuma sociedade poderia atingir o que chamaremos de o nível 'primitivo avançado' da evolução social, sem desenvolver de fronteiras relativamente nítidas. Assim, uma falta de fronteiras parece ser uma importante marca de primitivismo de uma sociedade" (*Societies, Evolutionary and Comparative Perspectives*, cit., pp. 37-8).
14. *Ibidem*, p. 36.
15. Não é minha intenção sugerir que a única escolha acessível a respeito das conotações normativas da teoria social está entre o relativismo cultural, por um lado, e o evolucionismo, por outro.

Capítulo VI

A teoria da estruturação, pesquisa empírica e crítica social**Uma reiteração de conceitos básicos**

Talvez seja útil, neste ponto, recapitular algumas das idéias básicas contidas nos capítulos precedentes. Farei um resumo utilizando um certo número de itens; em seu conjunto, eles representam os aspectos da teoria da estruturação que incidem de modo mais geral sobre os problemas de pesquisa empírica nas ciências sociais.

- 1) Todos os seres humanos são agentes cognoscitivos. Isso significa que todos os atores sociais possuem um considerável conhecimento das condições e conseqüências do que fazem em suas vidas cotidianas. Esse conhecimento não é inteiramente proposicional em caráter nem incidental para as atividades deles. A cognoscitividade incrustada na consciência prática exibe uma extraordinária complexidade – uma complexidade que, com freqüência, permanece completamente inexplorada nas abordagens sociológicas ortodoxas, sobretudo as associadas com o objetivismo. Os atores sociais também são ordinariamente capazes de descrever em termos discursivos o que fazem e as razões por que o fazem. Entretanto, em sua maior parte, essas faculdades estão engrenadas no fluxo da conduta do dia-a-dia. A racionalização da conduta só se converte na apresentação discursiva de razões se os indivíduos forem solicitados por outros a esclarecer por que atuaram de tal ou tal modo. Tais perguntas só são normalmente formuladas, é claro, se a ati-

vidade em questão for, de certa forma, desconcertante – se parecer zombar da convenção ou afastar-se dos modos habituais de conduta de uma determinada pessoa.

- 2) A cognoscitividade de atores humanos está sempre vinculada, por um lado, ao inconsciente e, por outro, às condições não reconhecidas/consequências impremeditadas da ação. Algumas das tarefas mais relevantes da ciência social deverão ser encontradas na investigação dessas fronteiras, a importância das consequências impremeditadas para a reprodução do sistema e as conotações ideológicas que tais fronteiras possuem.
- 3) O estudo da vida cotidiana é essencial para a análise da reprodução de práticas institucionalizadas. A vida diária é inseparável do caráter repetitivo do tempo reversível – com trajetos traçados ao longo do tempo-espço e associados com as características coercivas e facilitadoras do corpo. Entretanto, ela não deve ser tratada como a “fundação” sobre a qual se constroem as conexões mais ramificadas da vida social. Pelo contrário, essas conexões mais extensas devem ser entendidas em termos de uma interpretação da integração social e de sistema.
- 4) A rotina, psicologicamente ligada à minimização das fontes inconscientes de ansiedade, é a forma predominante de atividade social cotidiana. A maioria das práticas diárias não são diretamente motivadas. As práticas rotinizadas constituem a expressão primordial da dualidade da estrutura com relação à continuidade da vida social. No desempenho de rotinas, os agentes alimentam um sentimento de segurança ontológica.
- 5) O estudo do contexto, ou das contextualidades de interação, é inerente à investigação da reprodução social. O “contexto” envolve o seguinte: *a)* as fronteiras espaço-temporais (sendo usualmente marcos simbólicos ou físicos) em torno das faixas de interação; *b)* a co-presença de atores, possibilitando a visibilidade de uma diversidade de expressões faciais, gestos corporais, linguagem e outros veículos de comunicação; *c)* percepção consciente e uso desses fe-

nômenos reflexivamente para influenciar ou controlar o fluxo de interação.

- 6) Identidades sociais, e as relações posição-prática que lhes estão associadas, são “marcos” no tempo-espço virtual da estrutura. Elas estão associadas a direitos normativos, obrigações e sanções que, dentro de coletividades específicas, constituem papéis. O uso de marcos padronizados, especialmente relacionados com os atributos corporais de idade e gênero, é fundamental em todas as sociedades, apesar das grandes variações transculturais que podem ser notadas.
- 7) Nenhum significado unitário pode ser dado à “coerção” na análise social. As coerções associadas com as propriedades estruturais de sistemas sociais constituem apenas um tipo entre muitas outras características da vida social humana.
- 8) Entre as propriedades estruturais de sistemas sociais, os princípios estruturais são especialmente importantes, uma vez que especificam tipos globais de sociedade. Uma das principais ênfases da teoria da estruturação está em que o grau de fechamento de totalidades sociais – e de sistemas sociais em geral – é amplamente variável. Existem graus de “sistemicidade” nas totalidades sociais, como em outras formas mais ou menos inclusivas de sistema social. É essencial evitar a suposição de poder ser facilmente definido o que uma “sociedade” é, noção que provém de uma era dominada por nações-Estados com fronteiras bem delimitadas que usualmente se encontram na esfera de ação administrativa de governos centralizados. Mesmo nas nações-Estados existe, é claro, uma grande variedade de formas sociais que cortam transversalmente as fronteiras das sociedades.
- 9) O estudo do poder não pode ser visto como uma consideração de segunda ordem nas ciências sociais. O poder não pode ser, por assim dizer, acrescentado como um remendo, depois de terem sido formulados os conceitos mais básicos da ciência social. Não existe conceito mais elementar do que o do poder. Entretanto, isso não significa que ele seja mais essencial do que qualquer outro, como é pressuposto

naquelas versões da ciência social que caíram sob uma influência nietzschiana. O poder é um dos vários conceitos primários da ciência social, todos enfeixados em torno das relações de ação e estrutura. Ele é o meio de conseguir que as coisas sejam feitas e, como tal, está diretamente implícito na ação humana. É um equívoco tratá-lo como inerentemente divisor, mas não há dúvida de que alguns dos mais acérrimos conflitos na vida social são corretamente vistos como "lutas pelo poder". Essas lutas podem ser vistas como relacionadas com os esforços para subdividir recursos que geram modalidades de controle em sistemas sociais. Entendo por "controle" a capacidade que alguns atores, grupos ou tipos de atores têm de influenciar as circunstâncias da ação de outros. Nas lutas pelo poder, a dialética de controle opera sempre, embora o uso que os agentes em posições subordinadas podem fazer dos recursos a que têm acesso difira muito substancialmente entre contextos sociais distintos.

- 10) Não há mecanismo de organização social ou de reprodução social identificado por analistas sociais que atores leigos não possam também conhecer e incorporar ativamente ao que fazem. Em numerosos casos, as "descobertas" dos sociólogos só o são para aqueles que não estão nos contextos de atividade dos atores estudados. Como os atores fazem o que fazem por terem razões para tanto, é natural que fiquem desconcertados quando observadores sociológicos lhes dizem que o que fazem deriva de fatores que lhes são, de algum modo, exteriores. As objeções leigas a tais "descobertas" podem ter assim uma base muito sólida. A retificação não é, em absoluto, puramente característica do pensamento leigo.

Estes pontos sugerem um certo número de diretrizes para a orientação global da pesquisa social.

Em primeiro lugar, toda pesquisa social tem um aspecto necessariamente cultural, etnográfico ou "antropológico". Isso é uma expressão do que eu chamo de a dupla hermenêutica que

caracteriza a ciência social. O sociólogo tem como campo de estudo fenômenos que já são constituídos como significativos. A condição de "entrada" nesse campo é travar conhecimento com o que os atores já sabem, e têm de saber, para "prosseguir" nas atividades cotidianas da vida social^{1*}. Os conceitos que observadores sociológicos inventam são conceitos de "segunda ordem", na medida em que pressupõem certas capacidades conceptuais por parte dos atores a cuja conduta eles se referem. Mas está na natureza da ciência social que eles podem tornar-se de "primeira ordem" se forem reservados à própria vida social. O que há de "hermenêutico" na dupla hermenêutica? A propriedade do termo deriva do duplo processo de tradução ou interpretação que está envolvido. As descrições sociológicas têm a tarefa de mediar as redes de significado dentro das quais os atores orientam sua conduta. Mas tais descrições são categorias interpretativas que pedem também um esforço de tradução dentro e fora das redes de significado envolvidas em teorias sociológicas. Várias considerações relativas à análise social estão ligadas a isto:

- 1) O estilo literário não é irrelevante para a exatidão das descrições sociais. Isso é mais ou menos importante de acordo com a extensão em que uma determinada pesquisa social é etnográfica – ou seja, é escrita com o objetivo de descrever um dado *milieu* cultural para outros que não o conhecem.
- 2) O cientista social é um comunicador, apresentando redes de significado associadas com certos contextos de vida social àqueles que estão em outros. Assim, as ciências sociais apóiam-se nas mesmas fontes de descrição (conhecimento mútuo) dos romancistas ou outros que escrevem relatos ficcionais da vida social. Goffman é capaz, com a maior facilidade, de entremear ilustrações ficcionais com descrições extraídas de pesquisas em ciência social, porque ele procura, com muita frequência, "exibir" as formas tácitas de conhecimento mútuo, mediante as quais as atividades práticas são

* As referências podem ser encontradas a pp. 433-6.

ordenadas, em vez de tentar mapear a distribuição real dessas atividades.

- 3) A "descrição densa" será requerida em alguns tipos de pesquisa (sobretudo a de um tipo mais etnográfico), mas não em outros. É geralmente desnecessária quando as atividades estudadas têm características generalizadas familiares àqueles a cuja disposição as "descobertas" são postas, e quando a principal preocupação da pesquisa é com a análise institucional, na qual os atores são tratados em grandes agregados ou como "típicos" em certos aspectos definidos como tais para os propósitos do estudo.

Em segundo lugar, é importante na pesquisa social ser sensível às habilidades complexas que os atores possuem para coordenar os contextos de seu comportamento cotidiano. Na análise institucional, essas habilidades podem ser mais ou menos enquadradas, mas é essencial lembrar que tal enquadramento é totalmente metodológico. Aqueles que consideram que a análise institucional compreende o campo da sociologia *in toto* confundem um procedimento metodológico com uma realidade ontológica. A vida social pode, com muita frequência, ser previsível em seu curso, como esses autores propendem a salientar. Mas sua previsibilidade, em muitos de seus aspectos, são os próprios atores sociais que "fazem acontecer"; ela não acontece apesar das razões que eles têm para a sua conduta. Se o estudo de consequências impremeditadas e de condições não reconhecidas de ação constitui uma parte importante da pesquisa social, cabe-nos sublinhar, não obstante, que tais consequências e condições devem sempre ser interpretadas dentro do fluxo da conduta intencional. Temos de incluir aqui a relação entre aspectos reflexivamente monitorados e aspectos impremeditados da reprodução de sistemas sociais, e o aspecto "longitudinal" de consequências impremeditadas de atos contingentes em circunstâncias historicamente significativas de uma espécie ou de outra.

Em terceiro lugar, o analista social também deve ser sensível à constituição espaço-temporal da vida social. Em parte,

trata-se de um pretexto para um conúbio disciplinar. Normalmente, os cientistas sociais contentam-se em deixar que os historiadores sejam os especialistas em tempo e os geógrafos, especialistas em espaço, enquanto eles mantêm sua própria identidade disciplinar distinta, a qual, se não é uma preocupação exclusiva com a coerção estrutural, está estreitamente ligada a um enfoque conceptual sobre a "sociedade". Historiadores e geógrafos, por sua parte, mostraram-se bastante solícitos em consentir nessa dissecação disciplinar da ciência social. Os praticantes de uma disciplina, segundo parece, só se sentem seguros se puderem apontar uma nítida delimitação conceptual entre seus interesses e os dos outros. Assim, a "história" pode ser vista como tendo por objeto de estudo as seqüências de eventos dispostos cronologicamente no tempo ou, talvez, de um modo ainda mais ambíguo, "o passado". A geografia, como gostam de reivindicar muitos de seus representantes, encontra seu caráter distintivo no estudo de formas espaciais. Mas se, como enfatizei, as relações tempo-espaço não podem ser "arrancadas" da análise social sem abalar todo o empreendimento, tais divisões disciplinares inibem ativamente a abordagem de questões da teoria social que são significativas para as ciências sociais como um todo. Analisar a coordenação espaço-temporal de atividades sociais significa estudar as características contextuais de locais onde os atores sociais se movimentam em seus percursos cotidianos e a regionalização de locais que se estendem através do tempo-espaço. Como acentuei frequentemente, tal análise é inerente à explicação do distanciamento tempo-espaço e, por conseguinte, ao exame da natureza heterogênea e complexa adquirida por totalidades sociais mais vastas e pelos sistemas intersociais em geral.

Para comentar as implicações empíricas das considerações precedentes, considerarei vários trabalhos de pesquisa separados. No sentido de preservar um grau de continuidade com exemplos que usei antes, tomarei como casos ilustrativos material relacionado com a educação e com o Estado. Como o Estado moderno abrange, em todo lugar, tentativas de monitorar a reprodução institucional por meio da influência sobre a natureza

dos sistemas educacionais, essas duas “áreas” de pesquisa estão, de fato, estreitamente interligadas. O primeiro exemplo é um bem conhecido estudo de submissão e de rebelião numa escola da classe trabalhadora na região das Midlands (Inglaterra). É de caráter primordialmente etnográfico e contrasta, neste aspecto, e no país de origem, com o segundo exemplo, um estudo por levantamento estatístico da mobilidade educacional na Itália. O terceiro e o quarto exemplos baseiam-se em material empírico diretamente interessado nas atividades e envolvimento de Estados modernos. Um descreve não tanto um determinado projeto de pesquisa, mas a obra de um autor que tentou combinar o material empírico com uma explicação teórica do caráter contraditório dos “Estados capitalistas”. O outro refere-se a um trabalho específico de pesquisa – uma tentativa de análise das origens da linha divisória entre “a City” e a “indústria”, a qual tem sido uma característica notável da sociedade britânica durante uns dois séculos ou mais.

Usarei cada trabalho de pesquisa para ilustrar certas questões conceituais parcialmente distintas. Para começar, examinarei o que considero ser, sob muitos aspectos, um relatório exemplar de pesquisa, e apresentarei em detalhe muitas das principais ênfases empíricas que se relacionam com os princípios básicos da teoria da estruturação. Depois, concentrar-me-ei em três problemas específicos. Como deveremos analisar empiricamente a coerção estrutural? Como poderemos dar substância empírica à noção de contradição? E que tipo de pesquisa é apropriado ao estudo da *longue durée* da mudança institucional?

Duas importantes restrições devem ser feitas antes de passarmos ao conteúdo principal da discussão. Ao especificar algumas das ligações entre a teoria da estruturação e a pesquisa empírica, não me preocuparei com uma avaliação das virtudes e inconvenientes de diferentes tipos de método ou técnica de pesquisa, ou seja, não procurarei analisar se a pesquisa etnográfica é ou não superior ao uso, digamos, de questionários. Oferecerei, entretanto, alguns comentários sobre a relação entre as chamadas pesquisa “qualitativa” e pesquisa “quantitativa”.

Além disso, vou querer conduzir a discussão numa direção que não se costuma considerar estreitamente relacionada com os problemas de trabalho empírico – indicando como a pesquisa social está vinculada à crítica social. Nas seções finais deste capítulo tentarei mostrar por que a teoria da estruturação ficará intrinsecamente incompleta se não estiver ligada a uma concepção da ciência social como teoria crítica.

Talvez possa parecer, à primeira vista, que estes últimos aspectos se desenvolvem num plano muito diferente do exame da pesquisa empírica. Mas a ligação é, de fato, muito estreita, pois não se limitará a considerar apenas de que maneiras o estudo empírico pode ser elucidado através dos conceitos desenvolvidos nas partes precedentes deste livro. Toda a pesquisa é conduzida em relação a objetivos explanatórios explícitos ou implícitos, e tem conseqüências práticas potenciais tanto para aqueles cujas atividades são investigadas quanto para outros. A elucidação do caráter desses objetivos e conseqüências não é fácil, e requer a solução de alguns dos problemas criados com o abandono de um modelo diretamente baseado no recurso à forma lógica da ciência natural. Ao examinar esses problemas, esforçar-me-ei por limitar tanto quanto possível quaisquer incursões no terreno da epistemologia. Meu propósito é analisar o que decorre da pretensão básica subjacente em toda a pesquisa social: a de que o pesquisador comunica novos conhecimentos previamente inexistentes ou inacessíveis (em qualquer sentido) aos membros de uma comunidade social ou sociedade.

A análise da conduta estratégica

De acordo com a teoria da estruturação, são possíveis dois tipos de enquadramento metodológico em pesquisa sociológica. Na análise institucional, as propriedades estruturais são tratadas como características cronicamente reproduzidas de sistemas sociais. Na análise da conduta estratégica, o foco incide sobre os modos como os atores sociais se apóiam nas propriedades estruturais para a constituição de relações sociais. Na medi-

da em que se trata de uma diferença de ênfase, não existe uma linha divisória nítida que possa ser traçada entre esses dois tipos, e cada um deles, crucialmente, tem de ser, em princípio, completado por uma concentração na dualidade da estrutura. A análise da conduta estratégica significa dar primazia às consciências discursiva e prática, e às estratégias de controle dentro de limites contextuais definidos. As propriedades institucionalizadas dos cenários de interação são metodologicamente supostas como "dadas". Temos de ter muito cuidado com isso, é claro, pois tratar as propriedades estruturais como metodologicamente "dadas" não é afirmar que elas não são produzidas e reproduzidas através da agência humana. É concentrar a análise nas atividades contextualmente situadas de grupos definidos de atores. Sugerirei os seguintes princípios como importantes na análise da conduta estratégica: a necessidade de evitar descrições empobrecidas da cognoscitividade dos agentes; uma descrição refinada da motivação; e uma interpretação da dialética do controle.

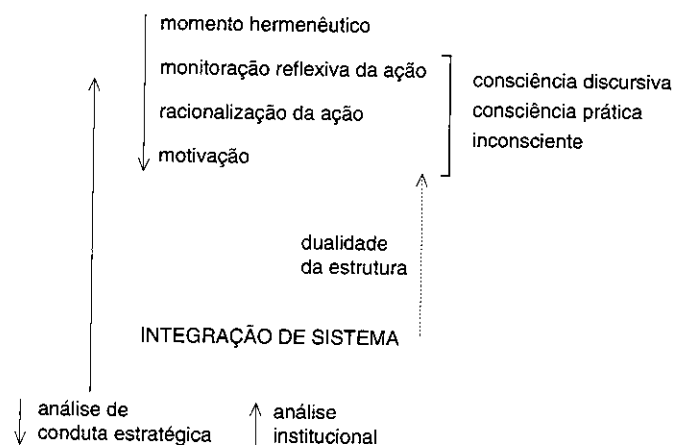


Figura 13

Considere-se a pesquisa descrita por Paul Willis em seu livro *Learning to Labour*². O autor interessou-se em estudar um grupo de crianças da classe trabalhadora numa escola localizada numa área pobre de Birmingham. Embora o grupo estudado fosse muito pequeno, a pesquisa de Willis é convincente em seus detalhes e sugestiva ao aduzir implicações que vão muito além do contexto em que o estudo foi realmente executado. Como tratarei de mostrar, harmoniza-se estreitamente com as principais implicações empíricas da teoria da estruturação. O que confere essas qualidades à pesquisa? Numa parte considerável, pelo menos, a resposta está em que Willis trata os rapazes envolvidos na pesquisa como atores que conhecem muito, discursiva e tacitamente, a respeito do ambiente escolar de que fazem parte, e em que ele mostra precisamente como suas atitudes rebeldes em relação ao sistema de autoridade da escola têm certas conseqüências definidas e impremeditadas que afetam seus destinos. Ao deixarem a escola, eles vão ocupar empregos não-qualificados e desestimulantes, facilitando assim a reprodução de algumas características gerais da mão-de-obra capitalista industrial. A coerção, por outras palavras, opera comprovadamente através do envolvimento ativo dos agentes interessados, não como alguma força de que eles são os recipientes passivos.

Consideremos, em primeiro lugar, a consciência discursiva e prática, tal como é refletida no estudo de Willis. O autor deixa claro que "os garotos" podem dizer muito acerca de suas opiniões sobre as relações de autoridade na escola e sobre por que reagem a ela do modo como reagem. Entretanto, essas capacidades discursivas não assumem apenas a forma de declarações proporcionais; o "discurso" tem de ser interpretado para incluir modos de expressão que, com freqüência, são tratados como desinteressantes na pesquisa sociológica – como o humor, o sarcasmo e a ironia. Quando um dos "garotos" diz dos professores: "Eles são maiores do que nós, eles representam uma instituição maior do que nós..."³, está expressando uma crença proposicional de um gênero conhecido por meio das respostas a perguntas apresentadas pelos pesquisadores em entrevistas. Mas Willis mos-

tra que o humor, a troça, o sarcasmo agressivo – elementos que são a moeda corrente discursiva dos “garotos” – constituem características fundamentais da “penetração” sagaz, por parte deles, do sistema escolar. A cultura zombeteira dos “garotos” exhibe uma compreensão muito completa da base da autoridade do professor e, ao mesmo tempo, questiona diretamente essa autoridade ao subverter a linguagem em que ela normalmente se expressa. Como sublinha Willis, as várias modalidades de zombaria e irreverência são difíceis de gravar em fita e, sobretudo, de representar em letra de fôrma nos relatórios de pesquisas. Mas essas, e outras formas discursivas que raramente figuram em tais relatórios, podem mostrar tanto sobre os modos de enfrentar ambientes sociais opressivos quanto os comentários ou respostas mais diretos. Nas palavras do autor:

O espaço conquistado da escola e de suas regras pelo grupo informal é usado para a formação e desenvolvimento de certas habilidades culturais dedicadas principalmente a “tirar um sarro”. O “sarro” é um implemento multifacetado de extraordinária importância na cultura contra-escola [...] a habilidade para produzi-lo é uma das características que definem o garoto como um dos “garotos” – “Nós podemos tirar sarro deles, eles não podem tirar sarro de nós.” Mas também é usado em muitos outros contextos: para derrotar o tédio e o medo, para superar as provas e os problemas – uma saída para quase tudo. Em muitos aspectos, o sarro é o instrumento privilegiado do informal, assim como a ordem, o mando, é do formal [...] o sarro é parte de uma irreverente e devastadora má conduta. À semelhança de um exército de ocupação da dimensão informal, invisível, “os garotos” deram-se pelos campos em busca de incidentes para se divertir, subverter e incitar.⁴

No nível das consciências discursiva e prática, poderia parecer que as crianças conformistas – aquelas que mais ou menos aceitam a autoridade dos professores e suas metas educacionais, em vez de se rebelarem contra elas – seriam as que possuem mais conhecimentos acerca do sistema social vigente na escola. Entretanto, Willis demonstra que, em ambos os níveis de consciência – a discursiva e a prática – “os garotos” sabem

mais do que os conformistas. Porque contestam ativamente as relações de autoridade da escola, são peritos em captar onde estão as bases das pretensões de autoridade dos professores e onde atacar seus pontos fracos, como controladores da disciplina e como personalidades individuais. A oposição expressa-se como uma contínua e irritante resistência contra o que os professores esperam e solicitam, a qual cessa geralmente a um passo do confronto direto. Assim, espera-se que, na sala de aula, as crianças se sentem quietinhas em seus lugares, fiquem caladas e se dediquem a seu trabalho. Mas “os garotos” são todos movimento e agitação, exceto quando o olhar severo do professor imobiliza um deles transitoriamente; ficam tagarelando subrepticamente ou fazem comentários que estão à beira da insubordinação direta, mas podem ser explicados satisfatoriamente se seus autores forem interpelados; eles estão sempre fazendo alguma outra coisa que não o trabalho que lhes é pedido, mas têm uma justificação espúria na ponta da língua quando são questionados. Eles inventaram “experimentos com confiança” sem, ao que parece, terem lido Garfinkel: “Vamos mandá-lo plantar batatas quando entrar”, “Vamos rir de tudo o que ele disser”, “Vamos fingir que não podemos entender o que ele diz e interrompê-lo o tempo todo com ‘O que é que isso quer dizer?’”⁵.

Como avaliar o conteúdo motivacional das atividades oppositoras dos “garotos”? Isso depende, em certa medida, de material que Willis não se dispôs a explorar diretamente. Mas é claro que considerar “os garotos” agentes sagazes sugere uma explicação para a motivação deles diferente da implícita na opinião “oficial”, que os vê como “baderneiros” e “provocadores” incapazes de apreciar a importância das oportunidades educacionais oferecidas pela escola – a contrapartida do sociólogo da “socialização imperfeita”. Os motivos que instigam suas atividades e estão subjacentes em suas razões para fazerem o que fazem não podem ser explicados como resultado de uma compreensão deficiente do sistema escolar ou de suas relações com outros aspectos dos *milieux* que são o pano de fundo de suas vidas. Pelo contrário, é justamente por conhecerem muita coisa a respeito da escola e dos outros contextos em

que se movimentam que eles agem de tal maneira. Esse conhecimento pode ser usado primordialmente em suas atividades práticas ou num discurso altamente contextualizado, embora no estudo de Willis “os garotos” se destaquem como muito mais articulados do que outros na escola provavelmente reconheceriam. Entretanto, os limites daquilo que sabem a respeito das circunstâncias em que vivem são bastante restritos. Eles percebem, certamente, que suas oportunidades de obter outra coisa a não ser empregos inferiores e nada estimulantes são escassas, e essa percepção influencia suas atitudes de rebeldia em relação à escola. Mas têm, na melhor das hipóteses, uma consciência imprecisa de aspectos da sociedade mais vasta que influenciam os contextos de sua própria atividade. Poderia ser plausível inferir um padrão motivacional geral subjacente – talvez em parte inconsciente – de uma tentativa de estabelecer modos de conduta que injetem algum tipo de significado e de cor num conjunto triste e descolorido de perspectivas de vida que são, mesmo difusamente, precisamente vistas como tal. Não podemos entender satisfatoriamente a motivação dos “garotos”, se não virmos que eles apreendem, embora de modo parcial e contextualmente confinado, a natureza de sua posição na sociedade⁶.

Willis descreve de maneira muito arguta a dialética de controle no âmbito do cenário escolar. Mas “os garotos” e seus professores são especialistas na teoria e prática da autoridade, e seus respectivos pontos de vista quanto a suas necessidades e objetivos formais são profundamente opostos. Os professores reconhecem que necessitam do apoio das crianças conformistas para fazer com que as sanções a seu alcance tenham validade, e esse poder não pode ser efetivamente exercido se as sanções punitivas tiverem de ser aplicadas com frequência. O subdiretor revela-se um hábil teórico parsoniano do poder quando comenta que o funcionamento de uma escola depende principalmente da existência de um certo consenso moral, o qual não pode ser implantado à força nas crianças. As sanções punitivas só devem ser usadas como um último recurso, porque constituem um sinal do fracasso do controle efetivo e não a base para o mesmo: “Você não pode ir decretando suspensões a torto e a

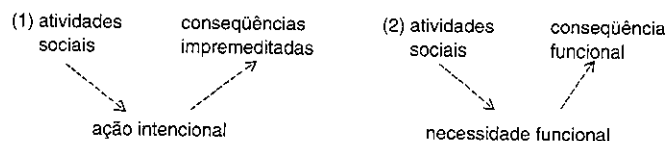
direito o tempo todo. À semelhança dos juizes de futebol nos dias de hoje, quero dizer que eles estão fracassando porque são rapidamente levados ao último recurso [...] o cartão amarelo é tirado do bolso do juiz à primeira infração e, uma vez feito isso, ele tem de pôr o jogador para fora do campo ou ignorar tudo o mais que ele venha a fazer no jogo”. Os professores sabem disso, e “os garotos” sabem que eles sabem. Por conseguinte, “os garotos” são capazes de explorar a situação em sua própria vantagem. Ao subverterem os mecanismos do poder disciplinar na sala de aula, eles afirmam sua autonomia de ação. Além disso, o fato de que a escola é um lugar onde passam apenas uma parte do dia e uma parte do ano é vital para a “contracultura” que eles iniciaram. Pois é fora da escola, longe dos olhares dos professores, que podem ser livremente empreendidas ações que seriam anátema no cenário escolar.

Consequências impremeditadas: contra o funcionalismo

A pesquisa de Willis não constitui apenas um soberbo estudo etnográfico de um grupo informal dentro de uma escola; é também uma tentativa de indicar como as atividades dos “garotos”, dentro de um contexto restrito, contribuem para a reprodução de formas institucionais mais vastas. O estudo de Willis é incomum, comparado com uma boa parte da pesquisa social, porque ele sublinha que as “forças sociais” operam através das razões dos agentes e porque seu exame da reprodução social não recorre a conceitos funcionalistas. Sua interpretação da conexão entre a “contracultura” da escola e os mais amplos padrões institucionais, expressos concisamente, é formulada nos seguintes termos. Os modos antagônicos de comportamento dos “garotos” na escola levam-nos a querer deixar a escola para começar a trabalhar. Querem a independência financeira que o trabalho proporcionará; ao mesmo tempo, entretanto, não têm quaisquer expectativas especiais a respeito de outros tipos de recompensa que o trabalho poderia oferecer. A cultura agressiva e trocista que eles desenvolveram no *milieu* escolar assemelha-se muito, na realidade, à cultura da fábrica nas situações de

trabalho para onde eles tendem a encaminhar-se ao abandonar a escola. Por conseguinte, eles acham relativamente fácil seu ajustamento ao trabalho e estão aptos a tolerar as exigências de um labor monótono e repetitivo em circunstâncias que eles reconhecem ser desagradáveis, quando não inconciliáveis. A consequência impremeditada e irônica da “parcial penetração” deles nas limitadas oportunidades de vida que lhes são acessíveis é perpetuar ativamente as condições que ajudam a limitar estas últimas. De fato, por terem deixado a escola sem qualificações e ingressado num mundo de trabalho manual de baixo nível, um trabalho que não oferece perspectivas de carreira e com o qual estão intrinsecamente descontentes, eles estão efetivamente enclausurados aí para o resto de suas vidas ativas. “O garoto da classe trabalhadora é passível de sentir que já é tarde demais quando descobre a natureza traiçoeira de sua anterior confiança. A celebração cultural durou, poderia parecer, apenas o tempo bastante para despachá-lo através das portas fechadas da fábrica”⁸ – ou, mais freqüentemente, hoje em dia, para uma vida de desemprego ou subemprego crônico.

Ora, tudo isso poderia ter sido enunciado num modo funcionalista e “explicado” em termos funcionais. Assim, poder-se-ia argumentar que o capitalismo industrial “necessita” de grandes contingentes de pessoas para executar o trabalho manual desestimulante ou para fazer parte de um exército industrial de reserva de desempregados. Portanto, a existência dessas pessoas é “explicada” como uma resposta a essas necessidades, criadas, de qualquer modo, pelo capitalismo – talvez como resultado de algumas “forças sociais” não especificadas que tais necessidades desencadeiam. Os dois tipos de explicação podem ser contrastados da seguinte maneira:



No tipo 1, o gênero de perspectiva desenvolvida por Willis, um dado conjunto de atividades sociais (o comportamento antagônico dos “garotos”) é interpretado como ação intencional. Por outras palavras, é mostrado que essas atividades são levadas a efeito de modo intencional, por certas razões, dentro de condições de cognoscitividade limitada. A especificação desses limites permite ao analista mostrar como as consequências impremeditadas das atividades em questão derivam do que os agentes fizeram intencionalmente. A interpretação envolve uma atribuição de racionalidade e de motivação aos agentes envolvidos. Os atores sociais têm razões para o que fazem, e o que fazem tem certas consequências especificáveis que eles não premeditam. No tipo 2, são quase inexistentes as tentativas de detalhamento da intencionalidade da conduta dos agentes. Supõe-se provavelmente que a conduta é intencional de algum modo, que ela tem, na terminologia de Merton, funções manifestas. Mas em interpretações funcionalistas isso geralmente não é considerado especialmente interessante, dado que a atenção está concentrada na atribuição de racionalidade a um sistema social, não a indivíduos. Presume-se que a intensificação de uma necessidade funcional do sistema tem valor explicativo, suscitando consequências que, de certo modo, satisfazem essa necessidade. A interpretação funcional de Merton do ritual Hopi da chuva (ver pp. 14-15) ajusta-se exatamente a esse esquema. As características intencionais da participação Hopi no ritual são descritas sumariamente – a “finalidade” é trazer chuva, e isso é o que ele não faz. À primeira vista, portanto, a participação no cerimonial é uma atividade irracional. Contudo, podemos identificar uma necessidade funcional à qual o cerimonial corresponde, gerando uma consequência positivamente funcional. As sociedades pequenas necessitam de um sistema unitário de valores que as mantenha coesas; a participação no ritual da chuva reforça tal sistema de valores ao reunir regularmente a comunidade em circunstâncias nas quais a adesão aos valores do grupo pode ser publicamente afirmada.

Indiquei anteriormente por que o tipo 2 não é o de explicação adequada para as atividades em questão. Entretanto, Cohen

sugeriu recentemente um modo engenhoso mediante o qual essa interpretação poderia ser resgatada⁹. Para tanto, postulou o que ele chama de as “leis da consequência”. A interpretação 2 não é uma explicação, porque não fornece um mecanismo ligando o pressuposto de uma necessidade funcional às consequências que se presumem resultarem daí para o sistema social mais amplo em que estão envolvidas as atividades a serem explicadas. Ao postular as “leis da consequência”, estabelecemos generalizações para o efeito de que, toda vez que um dado item social seja funcional para um outro, o primeiro item social tem sua existência corroborada. A assunção de uma instância particular de atividade social sob uma lei da consequência pode ser considerada uma explicação funcionalista “não-elaborada”. Mas as explicações funcionalistas não-elaboradas não são absolutamente explicações e, além disso, têm a perigosa propriedade colateral de sugerir que existe um grau de coesão mais elevado do que pode ser de fato o caso nos sistemas sociais a que se referem. Dizer que o tipo 2 “não é elaborado” é admitir ignorância das conexões causais que ligam o item social ou as atividades em questão às suas consequências funcionais. O que seriam essas conexões, se descobertas? Elas seriam precisamente do gênero dado no tipo 1 – uma especificação de ação ou tipos de intencional com resultados (ou tipos de) impremeditados. Por outras palavras, o elemento 2 só é viável quando convertido no 1. Mas no 1 é inteiramente desnecessário usar o termo “função”. Esse termo “função” subentende alguma espécie de qualidade teológica que os sistemas sociais possuiriam; sustenta-se a existência de itens ou atividades sociais porque eles satisfazem necessidades funcionais. Mas, se o fato de terem resultados funcionais não explica a razão de suas existências – só uma interpretação de atividade intencional e consequências impremeditadas o faz –, as atividades podem ficar mais facilmente separadas daqueles resultados do que as “leis de consequência” sugeririam. A conduta dos “garotos” leva a consequências funcionais para a reprodução do trabalho assalariado capitalista, como resultado de sua “penetração parcial” de suas circunstâncias de vidas. Mas essa “penetração muito parcial”, como Willis argumenta, pode ser potencialmente radicalizante para os indivi-

duos envolvidos, caso em que poderá redundar em consequências mais desintegradoras do que coesivas para o sistema social mais amplo.

A obra de autores funcionalistas foi muito importante na pesquisa social precisamente porque dirigiu a atenção para as disparidades entre o que os atores pretendem fazer e as consequências do que eles fazem. Mas podemos identificar, e tentar resolver, as questões envolvidas de modo menos ambíguo dispensando por completo a terminologia funcionalista. Há três tipos de circunstâncias em que a linguagem funcionalista é comumente usada. Todos são importantes em análise social, mas podem facilmente expressar-se em termos não-funcionalistas.

Suponhamos uma descrição das descobertas de Willis num modo funcionalista, da seguinte maneira: “A educação, numa sociedade capitalista, tem a função de alocar indivíduos para posições na divisão ocupacional do trabalho.” Em primeiro lugar, tal declaração é aceitável se entendida como uma contrafactual implícita¹⁰. Muitas asserções funcionalistas, ou pretensas “explicações”, podem ser lidas desse modo. De fato, elas estabelecem uma relação que pede uma explicação, em vez de explicá-la. Podemos expressar a declaração de maneira diferente, sem usar “função”, nos seguintes termos: “Para que a divisão profissional de trabalho seja mantida, o sistema educacional tem de assegurar que os indivíduos sejam alocados diferencialmente em posições ocupacionais.” A força de “tem de” é aqui contrafactual; envolve a identificação de condições que devem ser satisfeitas para que certas consequências ocorram. Estabelece um programa de pesquisa, e, entendida como formulando uma pergunta em vez de respondendo a uma, é inteiramente legítima. Mas o uso do termo “função” pode ser enganador porque sugere que o “tem de” refere-se a alguma espécie de necessidade que é uma propriedade do sistema social, gerando de algum modo forças que produzem uma resposta (funcional) apropriada. Poderíamos supor que resolvemos um problema de pesquisa quando tudo o que se fez realmente foi estabelecer um problema a requerer pesquisa. Em segundo lugar, a declaração pode ser interpretada como referente a um processo de *feedback*

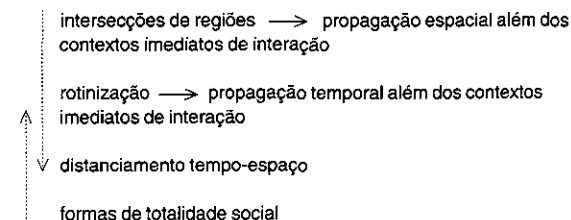
que depende totalmente de conseqüências impremeditadas. Conforme já indicamos, dizer que a “educação [...]” tem a função de alocar indivíduos [...]” encobre as diferenças entre aspectos premeditados e impremeditados da reprodução social. Portanto, não está claro em tais declarações até que ponto os processos em questão são o resultado de “laços causais” e em que medida estão incorporados em processos do que chamei anteriormente de auto-regulação reflexiva. As necessidades sociais existem como fatores causais implicados na reprodução social somente quando são reconhecidas como tais por aqueles que são envolvidos em determinado momento, e influenciados por elas. O sistema educacional em que “os garotos” estão envolvidos foi supostamente estabelecido a fim de promover a igualdade de oportunidades. Seus resultados substantivos, com relação à perpetuação da imobilidade, contrapõem-se a isso, mas eles não foram planejados nesse sentido pelo ministério da Educação ou qualquer outro órgão diretivo do Estado. Se fossem – se a educação fosse deliberadamente organizada por poderosas entidades decisórias, a fim de perpetuar o sistema de classes –, o processo envolvido seria substancialmente diferente. É claro, tudo isso constitui uma matéria complexa. Todos os sistemas educacionais modernos envolvem tentativas de regulação reflexiva, as quais acarretam freqüentemente conseqüências que repercutem naqueles que iniciam políticas educacionais. Mas deixar essas complexidades por estudar é não apreender as condições reais de reprodução. O resultado pode ser alguma forma de objetivismo – o que quer que aconteça, é como resultado de forças sociais tão inevitáveis quanto as leis da natureza. Alternativamente, porém, poderia haver uma tendência a aceitar uma espécie de teoria da conspiração. O que quer que aconteça, é porque alguém o planejou. Se a primeira alternativa, a concepção característica do funcionalismo, está associada à não-atribuição de suficiente importância à ação intencional, a segunda deriva do fato de não se perceber que as conseqüências de atividades escapam cronicamente a seus iniciadores.

A dualidade da estrutura

Parto do princípio de que ficou claro, a partir de minhas considerações anteriores no presente livro, que o conceito de dualidade da estrutura, fundamental para a teoria da estruturação, está subentendido nos sentidos ramificados que os termos “condições” e “conseqüências” da ação têm. Toda interação social se expressa, em algum ponto, nas (e através das) contextualidades da presença corporal. Ao passar da análise da conduta estratégica para um reconhecimento da dualidade da estrutura, temos de começar “avançando cautelosamente de dentro para fora” no tempo e no espaço. Isto é, precisamos tentar ver como as práticas seguidas numa dada gama de contextos estão implantadas em mais amplas esferas de tempo e de espaço – em suma, temos de tentar descobrir suas relações com práticas institucionalizadas. Continuando com a ilustração extraída da obra Willis, até onde “os garotos”, ao desenvolverem uma cultura de oposição dentro da escola, se apóiam em regras e recursos mais largamente envolvidos do que nos contextos imediatos de sua ação?

Podemos especificar analiticamente o que está envolvido em fazer passagem conceptual da análise da conduta estratégica para o exame da dualidade de estrutura conforme o esquema abaixo (a análise institucional começaria na outra extremidade, como a seta ascendente indica):

Transferir a análise das atividades situadas de atores estrategicamente localizados significa estudar, primeiro, as conexões entre a regionalização de seus contextos de ação e forma mais amplas de regionalização; segundo, a incrustação de suas atividades no tempo – em que medida elas reproduzem práticas, ou



aspectos de práticas, que estão estabelecidas desde longa data; terceiro, os modos de distanciamento tempo-espaco que ligam as atividades e relações em questão a características das sociedades globais ou sistemas intersociais.

Willis fornece uma análise muito perspicaz de alguns desses fenômenos, embora sua terminologia seja diferente. A hierarquia formal da escola, é claro, incorpora modos de conduta e expectativas normativas amplamente disseminados por diferentes setores da sociedade, embora fortemente influenciados por divisões de classes. A escola, como um local, está fisicamente separada do local de trabalho e temporalmente separada da experiência de trabalho no tempo de vida das crianças. Embora a escola e o local de trabalho compartilhem de padrões globais de poder disciplinar não são meramente aspectos de uma única forma institucional. Como sublinha Willis, a disciplina da escola possui um tom fortemente moralizado, o qual está faltando no local de trabalho. A disciplina escolar consubstancia um "paradigma educacional abstrato, mantendo e reproduzindo o que ele torna possível"¹¹. O caráter moral desse eixo de autoridade, ou as pretensões normativas nas quais ele está focalizado, influencia a natureza da subcultura rebelde. Em seu manifesto desprezo pelas minúcias das rotinas escolares, "os garotos" fazem mais do que se desviarem, do ponto de vista do comportamento, daquilo que se espera deles; eles mostram sua rejeição às prerrogativas morais em que a autoridade dos professores supostamente se assenta. Os recursos ao alcance do pessoal docente quando procuram afirmar sua autoridade, entretanto, envolvem ao mesmo tempo mais do que essas reivindicações de legitimação. O pessoal docente são "centros de recursos" para a distribuição de conhecimentos, reconhecidos como mercadoria escassa pelas crianças conformistas, senão pelos "garotos", e é ele quem tem o controle mais direto sobre a regularização do tempo e o espaçamento de atividades que compõem a organização das aulas e dos horários escolares como um todo. É claro, em tudo isso o pessoal docente apóia-se indiretamente nas formas firmemente estabelecidas de sustentação institucional da sociedade mais vasta¹².

Por sua parte, as atitudes e a conduta dos "garotos" não são, por certo, totalmente inventadas *de novo* por eles; na verdade, eles apóiam-se num fundo de experiências estabelecido em suas vidas fora da escola e desenvolvido historicamente no seio das comunidades da classe trabalhadora em geral. As crianças que se afastam das normas e do comportamento esperado do ambiente escolar são capazes de usar esse fundo de experiência. Ao transformar elementos dele e ao fazê-los influir no *milieu* escolar, ajudam a reproduzir essas mesmas características no contexto mais amplo, embora o usem de modo inovador, não de maneira mecânica. O bairro e a rua fornecem as formas simbólicas de cultura jovem que são também, mais diretamente, a fonte de temas articulados na cultura contra-escolar. Willis também menciona a importância de histórias relatadas por adultos acerca da vida na fábrica, sobretudo as referentes às atitudes em face da autoridade. Os pais ajudam a transmitir a cultura da classe trabalhadora a seus filhos, mas, obviamente, nem todos eles se comportam de maneira idêntica ou compartilham das mesmas opiniões. Além disso, existe um considerável grau de ajustamento independente de perspectivas entre pais e filhos. Alguns pais expressam atitudes muito semelhantes às dos "garotos", enquanto outros reprovam com veemência o comportamento deles. Ainda outros, que desconfiam dos valores da escola ou lhes são hostis, têm filhos rigorosamente ajustados aos padrões esperados de conduta escolar. O intercâmbio entre as atividades dos "garotos" e as influências da sociedade mais vasta, por outras palavras, é "produzido" por todos os envolvidos.

Como fenômeno social reflexivamente monitorado, o sistema escolar nacional faz uso da pesquisa sociológica e da psicologia. Ambas se infiltraram na organização prática dessa escola (sem dúvida, os professores estão hoje inteiramente familiarizados com o próprio estudo de Willis). Houve um movimento no sentido de uma perspectiva algo mais "progressista" no tocante à organização do currículo e à orientação do ensino na sala de aula. Um dos principais contextos em que "os garotos" entram em contato direto com a pesquisa acadêmica derivada da sociedade mais vasta é em relação à orientação voca-

cional, que hoje constitui um requisito legal a ser cumprido por todas as escolas. A orientação de carreira é influenciada, sobretudo, pela teoria psicológica e pelos testes psicológicos, e é levada muito a sério dentro da escola. Como mostra Willis, apesar de uma certa aura igualitária, a orientação vocacional reflete fortemente os valores e aspirações da classe média. Centrados no "trabalho", os pontos de vista promulgados tendem a contrastar vigorosamente com as atitudes e idéias sobre trabalho que – em sua concepção própria – "os garotos" captaram dos pais e de outros no bairro e na comunidade. Zombam ou mostram-se indiferentes ao material fornecido nas aulas sobre carreiras profissionais. Mas essa reação não é simplesmente negativa. Eles acham que possuem uma percepção intuitiva do verdadeiro caráter do trabalho que é negada às crianças conformistas – e talvez possuam. As conformistas têm de fazer as coisas com esforço, mediante a aquisição de qualificações, porque não têm esperteza para fazer melhor. A sobrevivência no mundo do trabalho exige energia, determinação e percepção das melhores oportunidades.

Não é difícil perceber como essas idéias, captadas e elaboradas nos ambientes de trabalho da classe operária estabelecida, ajudam a mergulhar "os garotos" nesses mesmos ambientes quando deixam a escola. As fontes de descontinuidade com as normas "oficiais" da escola oferecem, em certa medida, não oficialmente, continuidade com os contextos de trabalho. É a cultura da contra-escola que fornece a principal orientação seguida pelos "garotos" quando vão trabalhar. Com frequência, nas opiniões dos rapazes e de seus pais, existe uma conexão direta entre as relações de autoridade na escola e no trabalho, fornecendo vínculos cognitivos e emotivos entre os dois muito diferentes dos sancionados "oficialmente" por ambos. Podemos ver nisso uma base de experiência temporalmente estabelecida desde longa data e espacialmente muito vasta, renovada de várias maneiras por cada geração para quem os mundos sociais díspares e fisicamente separados da escola e do trabalho estão ligados. As opiniões dos "garotos" em relação à escola orientam-nos em relação ao futuro, mas eles vêem o futuro como

"desanimador" – tão desalentador quanto o presente –, desprovido de qualquer das qualidades progressistas associadas à noção essencialmente classe média de uma carreira. Não estão interessados em escolher determinados empregos, e deixam-se mais levar para o que estão fazendo do que consideram deliberadamente um leque de alternativas e depois optam por uma dentre elas. "Os garotos", como Willis deixou claro, entregam-se a uma vida de trabalho generalizado. Não têm em mente qualquer noção de "trabalho generalizado". Motivados pelo desejo de obter os melhores salários que puderem imediatamente e pelo pressuposto de que o trabalho é essencialmente desagradável, é na conduta que eles refletem esse compromisso, essa entrega ao trabalho.

Encarado, portanto, num quadro de referência tempo-espaço mais amplo, há um processo de regeneração da cultura da classe trabalhadora que ajuda a dar origem às (e concretiza-se através das) atividades situadas de grupos como "os garotos". Comenta Willis:

Os processos informais e formais da escola são obviamente vitais na preparação da força de trabalho de um certo modo, mas o lar, a família, o bairro, os meios de comunicação de massa e a experiência da classe trabalhadora não-produtiva em geral são igualmente vitais para sua reprodução contínua e aplicação diária ao processo de trabalho. Num sentido inverso, é importante avaliar o grau em que a fábrica, em suas dimensões objetivas e na cultura de oposição que desenvolve, reage aos locais não-produtivos da reprodução da força de trabalho e os influencia em certo sentido, de modo que, como vimos na cultura da contra-escola, poderá haver um círculo invisível e frequentemente impremeditado de significado e direção que atua, em última instância, para preservar e manter uma configuração – talvez, uma vez mais, desviando-se profundamente das intenções da política oficial.¹³

Ao suscitar a questão da força de trabalho, fornece-se uma conexão com as relações de transformação/mediação que examinei ilustrativamente no capítulo V. Não voltarei a cobrir de novo esse terreno, mas indicarei simplesmente como as relações estruturais envolvidas podem ser elaboradas analítica-

mente em função das atividades situadas da cultura contra-escola. Outros conjuntos estruturados, além daquele previamente discutido, envolvidos na reprodução do capitalismo industrial como totalidade social, podem ser representados da seguinte maneira¹⁴:

propriedade privada : dinheiro : capital : contrato de trabalho : autoridade industrial

propriedade privada : dinheiro : vantagem educacional : posição ocupacional

As transformações do lado esquerdo do primeiro conjunto são as mesmas anteriormente analisadas. Entretanto, a conversibilidade das propriedades estruturais para o lado direito depende do modo como o contrato de trabalho é “traduzido” em autoridade industrial. Como Marx mostrou bastante detalhadamente, a forma do contrato de trabalho capitalista é muito diferente dos vínculos de vassalagem que existiam entre o senhor e o servo na ordem feudal. O contrato de trabalho capitalista é uma relação econômica entre empregador e empregado, o encontro de dois agentes “formalmente livres” no mercado de trabalho. Um aspecto principal da nova forma de contrato de trabalho é que o empregador não contrata “o trabalhador”, mas a força de trabalho do empregado. A equivalência da força de trabalho é essencial – tal como é a fornecida pelo veículo de troca unitária do dinheiro – para as transformações estruturais envolvidas na existência do capitalismo industrial como tipo genérico de sistema de produção. O trabalho abstrato é quantificável em unidades equivalentes de tempo, fazendo as tarefas qualitativamente diferentes que os indivíduos executam nos vários ramos de indústria intercambiáveis para o empregador. O contrato de trabalho é transformado em autoridade industrial através do poder econômico que os empregadores, como classe, podem exercer sobre os trabalhadores, uma vez que a imensa maioria destes últimos está destituída de propriedade.

Segundo Marx, para que essas relações existam, “é preciso que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o traba-

lhador livre; e livre sob um duplo ponto de vista. O trabalhador deve dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como mercadoria sua; por outro lado, deve não ter outra mercadoria para vender, estar desprovido e livre em todos os sentidos da palavra, isto é, não possuir nada do que é preciso para a realização de sua força de trabalho”¹⁵. Ora, o “deve” poderia ser interpretado como (ou subentender) uma “explicação” funcional dos fenômenos em questão, como se a asserção explicasse por que estes ocorrem. Existem certamente fortes inclinações funcionalistas na formulação de Marx de alguns dos argumentos básicos em sua descrição do desenvolvimento capitalista. Mas concordemos em interpretar o “deve” do modo que sugeri ser incontestável, apresentando uma questão a ser respondida. Essas questões podem ser formuladas em relação não apenas às origens mais remotas do capitalismo, mas também à sua continuada reprodução como ordem institucional global – não existem forças mecânicas que assegurem essa reprodução de dia para dia ou de geração para geração.

O que a pesquisa de Willis ajuda a indicar, nos contextos situados de ação dos “garotos”, é como as relações estruturais acima identificadas são sustentadas nessa ação e reproduzidas por esta. Devido à sua “penetração muito parcial” do sistema escolar, de sua indiferença para com o caráter de trabalho e, no entanto, de sua disposição para ingressar no mundo do trabalho, “os garotos” constituem-se como “força abstrata de trabalho”. A suposição de que todo trabalho é o mesmo confirma as condições de permutabilidade da força de trabalho estruturalmente envolvida no contrato de trabalho capitalista. Existe aqui uma certa qualidade patética, porquanto, se a descrição de Willis é válida, a cultura oposicionista dos “garotos” leva-os efetivamente a integrar suas atividades mais estreitamente, em alguns aspectos, com as instituições da ordem a que se opõem do que os conformistas. Entretanto, na própria complexidade dessa relação podemos ver a importância de não tentar meramente “subtrair” a ação da estrutura ou vice-versa – por outras palavras, de resistir ao dualismo de objetivismo e de subjetivismo. As atividades situadas do “garotos”, complicadas como são em

relação ao entrelaçamento de conseqüências intencionais e impremeditadas, são apenas uma fração minúscula de um processo global e maciçamente complexo de reprodução institucional. Chegaremos à mesma conclusão se considerarmos o lado direito do outro conjunto estrutural, as características institucionais contribuindo para a conversibilidade da vantagem educacional em posições ocupacionais diferenciadas. Existem algumas relativamente diretas em que a posse de dinheiro pode ser convertida em vantagem educacional, que por sua vez pode ser traduzida em posição ocupacional privilegiada. Assim é possível comprar educação em estabelecimentos particulares, gerando possibilidades maiores de obtenção de recompensas profissionais do que as acessíveis aos que freqüentam as instituições educacionais estatais. Mas a tradução de uma para a outra envolve, em sua maior parte, circuitos de reprodução muito mais complexos.

A identificação de conjuntos estruturais é um recurso muito útil para conceituar algumas das principais características de uma dada ordem institucional. Mas, como enfatizei antes, as estruturas referem-se a uma ordem virtual de relações, fora do tempo e do espaço. As estruturas existem somente em sua exemplificação nas atividades cognoscíveis de sujeitos humanos situados, os quais as reproduzem como propriedades estruturais de sistemas sociais incrustados em extensões de tempo-espaço. Portanto, o exame da dualidade da estrutura envolve sempre estudar o que denominei anteriormente as dimensões ou eixos da estruturação.

O problema da coerção estrutural

Passemos agora à questão da coerção estrutural. Neste ponto, despeço-me dos rapazes da escola de Hammertown. Não quero com isso sugerir que a pesquisa etnográfica, como a executada por Willis, é refratária à apreciação desse problema. Pelo contrário, muito do que Willis disse pode ser entendido precisamente como uma investigação sutil e teoricamente refi-

nada, bem como empiricamente rica, sobre a natureza da coerção etnográfica. Mas tampouco desejo afirmar que os estudos etnográficos têm qualquer primazia sobre outros tipos de investigação social e, para fins de análise institucional, estamos com freqüência (embora não inevitavelmente) interessados em agregados muito maiores do que aqueles que podem ser examinados, confortavelmente, em termos etnográficos. Permitam-me, pois, mudar de país e de estudos de pesquisa, e usar como base de discussão uma pesquisa realizada sobre oportunidades educacionais no Piemonte, noroeste da Itália¹⁶. A pesquisa informa os resultados de um questionário e de entrevistas efetuadas com alunos do segundo grau, envolvendo um total de cerca de 3 mil indivíduos. Os entrevistados na maior das duas partes da pesquisa eram todos jovens que tinham começado a procurar trabalho havia não mais de um ano antes de serem contatados.

Assim, a pesquisa aborda temas muito semelhantes aos do estudo de Willis, em especial as atitudes em relação à escola e ao trabalho. Também exemplifica aspectos da monitoração reflexiva da reprodução do sistema por parte do Estado, tão característica das sociedades contemporâneas. Os entrevistados estavam todos inscritos em listas organizadas de acordo com uma lei aprovada pelo Parlamento, cujo objetivo era ajudar os egressos da escola a encontrarem emprego. Essa lei oferecia benefícios aos empregadores que admitissem jovens recém-saídos de escolas, criassem várias formas de treinamentos no emprego etc. O próprio programa de pesquisa era parte da tentativa das autoridades para influenciar reflexivamente as condições de reprodução social. Era patrocinado pelo governo italiano, em parte em resposta ao resultado bastante surpreendente da política anterior em relação aos jovens que terminavam sua escolaridade. O governo tinha oferecido seiscentos empregos muito bem pagos a jovens que haviam concluído o curso secundário e estavam sem trabalho, pelo período de um ano. Entretanto, um terço daqueles a quem os empregos foram oferecidos recusaram-nos. Essa reação desconcertou os que haviam iniciado essa política, pois acreditavam, segundo parece, que os desempregados aceitariam qualquer emprego razoavelmente

bem pago que lhes fosse oferecido. Para investigar o assunto, eles financiaram o estudo.

Gambetta, o autor do relatório da pesquisa, analisa seu material de modo a relacioná-lo nitidamente com questões de coerção estrutural. Diante de várias opções educacionais, indaga ele, os indivíduos são “impelidos” para elas ou “saltam” sobre elas? Em que sentido, se algum existe, há forças semelhantes às descritas pelos “sociólogos estruturais” que impelem os indivíduos para cursos específicos de ação? Em primeiro lugar, Gambetta organiza os resultados da pesquisa de modo semelhante ao de uma miríade de outros estudos em que esse tipo de ponto de vista foi adotado. Assim, por exemplo, pode-se mostrar que os antecedentes de classe influenciam a natureza da escolha educacional. Uma criança da “classe alta” tem quatro vezes mais chances de chegar à educação universitária do que uma criança de *background* “proletário”. O que é que tais diferenças nos dizem? Tal como se apresentam, elas não indicam os mecanismos por meio dos quais são produzidas as correlações observadas; e sejam quais forem as influências responsáveis, elas estão longe de inequívocas em seus efeitos, pois muitas crianças da classe alta não ingressam no ensino superior, enquanto uma certa proporção de jovens da classe trabalhadora o fazem. Não obstante, tais observações indicam que há mais opções educacionais influentes do que fatores que possam ser efetivamente representados como um agregado de decisões tomadas separadamente. Analisando dados similares obtidos numa série de estudos realizados, em sua maioria, na América do Norte, Leibowitz demonstra que a variância “explicada” em anos completados de escolaridade em termos de antecedentes socioeconômicos situa-se entre 10% e 47%¹⁷.

Claramente, essas conexões são apenas difusamente expressas quando apresentadas na forma dessas correlações gerais. Portanto, Gambetta procura examinar mais de perto as fontes de variância interclasses, controlando estatisticamente um certo número de fatores possivelmente influentes. Feito o controle das diferenças econômicas, conforme indicadas pela renda da família da criança, assim como dos “recursos culturais”, medi-

dos pelo nível de educação dos pais, os resultados mostram que a profissão do pai – provavelmente o indicador empírico mais comum de histórico de classe usado na pesquisa – ainda exerce considerável efeito sobre o destino educacional. Os resultados também indicam o processo sequencial de efeitos que ocorrem. As crianças da classe trabalhadora são mais suscetíveis de ser eliminadas numa fase relativamente precoce, em termos de evasão escolar na primeira oportunidade apresentada. Mas aquelas que permanecem têm maiores probabilidades de prosseguir até a universidade do que as de classes superiores que continuam estudando; estas últimas, por outras palavras, têm maiores probabilidades de parar uma vez atingidas as fases mais avançadas do processo educacional. Isso sugere que as famílias de classes superiores tendem, mais ou menos automaticamente, a manter seus filhos nas escolas para além da idade usual de término da escolaridade. Por outras palavras, existem influências que “empurram” para cima, não apenas para baixo, obrando contra as crianças da classe trabalhadora. Os pais da classe trabalhadora não são propensos a manter seus filhos em educação a menos que haja alguma razão especial para tanto – uma criança excepcionalmente talentosa, uma particularmente motivada para permanecer na escola etc.

As crianças da classe trabalhadora foram empurradas ou saltaram? Foram “retiradas da frente” por terem o que Willis chama de uma “penetração parcial” das oportunidades de vida que deparam? Por uma análise estatística adicional de seu material, Gambetta pôde mostrar que as crianças da classe trabalhadora são consideravelmente mais sensíveis à falta de sucesso educacional, antes da decisão inicial de prosseguir na escola ou de deixá-la, do que as das classes superiores. Isso sugere que as famílias e as crianças da classe trabalhadora têm uma compreensão realista das dificuldades que enfrentam para prosseguir no sistema escolar. Podemos, pelo menos, arriscar uma interpretação dos motivos pelos quais essas crianças, tendo permanecido na escola, apresentam menos probabilidades de abandoná-la do que as outras. Para elas, e para seus pais, permanecer na escola envolve um compromisso muito maior (a valores que lhes são

culturalmente “estranhos”) do que no caso das classes superiores. Os custos materiais também são maiores, uma vez que, para os pais, o custo marginal de manter uma criança na escola é mais substancial do que para as famílias mais abastadas. Uma vez assumido o compromisso, há um maior “investimento” cultural e material a ser protegido do que no caso das crianças das classes superiores.

Presume-se que o conhecimento dos mercados de trabalho, assim como as atitudes para com o trabalho em geral, podem influenciar tais decisões. Nesse ponto, Gambetta analisa uma concepção de comportamento nos mercados de trabalho que atraiu considerável atenção na Itália: a “teoria do estacionamento”. De acordo com essa idéia, a duração da escolaridade tende a estar inversamente relacionada com as probabilidades de mobilidade social nas idades iniciais de término da vida escolar. A fim de evitarem ficar desempregados, os alunos “estacionam” por mais tempo na escola. A explicação motivacional implícita na teoria do estacionamento é a de que, *ceteris paribus*, o trabalho é preferido à escola. Os que propuseram a teoria¹⁸ fizeram uma descrição dos motivos e razões dos atores sociais que é, em grande parte, implícita e “pouco consistente”. Não obstante, a teoria do estacionamento é interessante porque produz certas possibilidades contra-intuitivas – por exemplo, indica que a duração da educação, em certas circunstâncias, pode estar inversamente relacionada com o nível de desenvolvimento econômico de um bairro ou de uma região. Assim, Barbagli apurou que, na Itália como um todo, a renda média *per capita* está positivamente correlacionada com a taxa de frequência escolar na faixa etária de 11-15 anos. Por outro lado, a taxa de permanência, após a idade em que é legalmente possível deixar a escola, está correlacionada negativamente com a renda *per capita* e com outras medidas de desenvolvimento econômico regional. Barbagli conclui que, em consequência das maiores dificuldades em encontrar emprego, os que vivem nas províncias mais pobres tendem a permanecer por mais tempo na escola¹⁹.

Entretanto, como a teoria do estacionamento é “pouco consistente” em termos motivacionais, ela não nos permite consi-

derar várias interpretações possíveis de tais resultados. Por exemplo, seria o padrão de permanência na escola o mesmo se não houvesse possíveis benefícios econômicos em decorrência de mais demorada frequência escolar? Neste ponto, a teoria do estacionamento sugeriria conclusões diferentes das apresentadas pelas teorias do “capital humano”, as quais consideram as decisões educacionais em termos de custo-benefício. A fim de avaliar essas possibilidades variantes, Gambetta correlacionou a decisão de permanecer em educação até o nível universitário com diferenças econômicas, na região do Piemonte. Os resultados indicam que não se trata apenas de uma questão de escolha negativa, como a teoria do estabelecimento sugere; permanecer constitui, em certa medida, uma decisão positiva, “estimulada” pelos atrativos das oportunidades que uma educação de alto nível oferece. Mas as próprias teorias do capital humano estão excessivamente simplificadas em termos dos pressupostos motivacionais que elas envolvem, como a pesquisa mostra. Além disso, essas teorias não conseguem apreender resultados impremeditados de uma pluralidade de cursos de ação separadamente considerados. Pode haver consequências perversas que resultem, sem que isso tenha sido intencionado, de decisões de prosseguir na educação a fim de maximizar as recompensas profissionais ulteriores. Cada indivíduo poderia agir na expectativa de benefícios mais elevados, mas, se um número excessivo agir desse modo, os benefícios esperados evaporam-se²⁰.

A pergunta que Gambetta formulou originalmente – foram empurradas ou saltaram? – leva-o a ultrapassar os limites usuais da sociologia estrutural. Ele está apto a analisar seu material empírico de maneira a mudar de uma perspectiva institucional para o estudo da conduta intencional. Seus sujeitos de pesquisa são mais do que meros “informantes sociológicos”. Em vez de discutir diretamente a análise que Gambetta fez de seus resultados, seguirei, entretanto, linhas de pensamento desenvolvidas num capítulo anterior. Permito-me repetir o que disse previamente acerca das coerções sobre a ação. Em primeiro lugar, as coerções não “impem” ninguém a fazer coisa nenhuma, se ele ou ela não tiver já sido “estimulado”. Por outras palavras,

uma descrição da conduta deliberada está subentendida mesmo quando as coerções que limitam os cursos de ação são muito fortes. Em segundo lugar, as coerções são de vários tipos. Nesse caso, é importante distinguir entre a coerção que deriva de sanções diferenciais e a coerção estrutural. Em terceiro lugar, estudar a influência da coerção estrutural em qualquer contexto particular de ação subentende especificar aspectos relevantes dos limites da cognoscitividade dos agentes.

Consideremos essas questões em ordem inversa. No que se refere ao terceiro ponto, é evidente que boa parte do que Gambetta tem a dizer relaciona-se, de fato, com a identificação dos limites da cognoscitividade dos agentes. Por exemplo, ele dedica considerável atenção à especificação do que pais e filhos provavelmente sabem a respeito dos mercados de trabalho em suas áreas locais. Isso é manifestamente importante. O mesmo pode ser dito da cognoscitividade no tocante ao *milieu* escolar. Um estudo de tipo estatístico não pode produzir material com a riqueza de detalhes oferecida pela obra de Willis. Mas podem ser feitas inferências – e apoiadas no material de pesquisa, como mostra Gambetta – sobre os tipos de conhecimentos que pais e filhos provavelmente possuem do “valor monetário” da educação.

A respeito do segundo ponto, cumpre sublinhar a existência de várias espécies de sanções que afetam a posição das crianças; essas sanções podem ser facilmente distinguidas a partir das fontes de coerção estrutural. A escolaridade obrigatória e a idade mínima em que um jovem pode deixar a escola são fixadas por lei. Por vezes, pais e filhos desprezam essa obrigação legal, sobretudo nas regiões da Itália meridional, mas, para a maioria, ela fixa o quadro básico em cujo âmbito são tomados os tipos de decisão analisados por Gambetta. As crianças também estão sujeitas a sanções informais por parte dos pais e de outras figuras na escola. Como os pais têm de sustentar aqueles que, de sua prole, permanecem na escola, dispõem de uma forte sanção econômica para influenciar a decisão se seus filhos prosseguirão ou não em seus estudos; evidentemente, é provável que uma série de outros mecanismos

sancionadores mais sutis também estejam envolvidos. Estudos como o de Willis tornam bastante óbvio que uma variedade de tais mecanismos existe igualmente no ambiente escolar.

Passarei agora, finalmente, à primeira questão. Identificar a coerção estrutural num contexto específico ou tipo de contexto de ação pede que se considerem as razões dos atores em relação à motivação que está na origem das preferências. Quando as coerções restringem tanto a gama de alternativas (exequíveis) que só uma opção ou tipo de opção fica disponível a um ator, o pressuposto é de que este concluirá não valer a pena fazer outra coisa senão aquiescer. A preferência envolvida é a negativa do desejo de evitar as conseqüências da não-aquiescência. Se o agente “não poderia ter atuado de outro modo” na situação, é porque existia somente uma opção, dadas as carências desse agente. Isso *não deve* ser confundido, como tenho enfatizado sistematicamente, com o “não poderia ter sido feito de outra maneira” que marca a fronteira conceptual da ação; é exatamente essa a confusão que os sociólogos estruturais tendem a fazer. Quando existe uma única opção (viável), a consciência de tal limitação, junto com as carências, fornece a razão para a conduta do agente. É pelo fato de a coerção – entendida como tal pelo ator – constituir a razão para essa conduta, que a elipse da sociologia estrutural é facilmente feita²¹. As coerções também participam, é claro, das razões dos atores quando está envolvida uma gama mais ampla de opções. Uma vez mais, temos de ser cuidadosos nesse ponto. Os modelos formais de preferência ou de tomada de decisão, em qualquer conjunto dado de circunstâncias, oferecem um modo analiticamente poderoso de interpretação das ligações entre propriedades estruturais, mas não substituem as investigações mais detalhadas das razões dos agentes que a pesquisa etnográfica propicia. Considere-se, uma vez mais, a conduta dos “garotos”. Um modelo “econômico” torna indubitavelmente compreensível a argumentação deles. Vendo que a educação formal tem pouco a oferecer-lhes, no tocante a perspectivas de trabalho, eles decidem efetivamente cortar seus prejuízos saindo para trabalhar o mais depressa possível. Entretanto, essa representação do comporta-

mento deles nada transmite das sutilezas ou da complexidade que o estudo de Willis revela.

O estudo de Gambetta diz respeito à influência da coerção estrutural dentro da situação imediata de ação encarada pelos que deixam a escola. Esse enfoque restrito justifica-se, sem dúvida, dada a natureza inevitavelmente confinada de qualquer pesquisa individual. Mas é óbvio que a influência de coerções estruturais sobre o curso da ação em questão poderia potencialmente ser examinada em muito maior profundidade. Assim, poder-se-ia investigar como os motivos e processos de raciocínio dos atores foram influenciados ou modelados por fatores em sua educação e por experiências prévias, e como esses fatores, por sua vez, foram influenciados por características institucionais gerais da sociedade mais ampla. Entretanto, essas “forças sociais” poderiam, em princípio, ser estudadas exatamente do mesmo modo que os fenômenos diretamente envolvidos na pesquisa de Gambetta. Por outras palavras, as coerções estruturais operam sempre através dos motivos e razões dos agentes, estabelecendo (com frequência de maneira difusa e tortuosa) condições e conseqüências que afetam opções abertas a outros, e o que eles querem das opções que têm, sejam elas quais forem.

Contradição e o estudo empírico do conflito

O aprofundamento dos tópicos relacionados da educação e do Estado proporciona um fio material de continuidade quando se passa a considerar uma gama adicional de questões relevantes para o trabalho empírico. Sugeri, num capítulo anterior, que o conceito de contradição pode ser útilmente ligado a noções de propriedades estruturais e coerção estrutural. Minhas considerações nesse capítulo foram relativamente breves e altamente abstratas. Afirmar que a noção de contradição pode receber um sentido claro em teoria social, e que ela merece distinguir-se da de conflito, na medida em que este último termo denota alguma forma de antagonismo ativo entre atores e coletividades. Tentarei agora defender essa afirmação num contexto

empírico, preocupando-me unicamente com a que designei antes como “contradição estrutural”. As mais importantes e interessantes das tentativas recentes de dar ao conceito de contradição um conteúdo empírico definido são encontradas nas obras de autores influenciados pela teoria dos jogos, que adotam um ponto de vista explicitamente ligado ao individualismo metodológico²². Um desses autores, Boudon, escreveu extensamente sobre educação e política estatal. A obra de um outro, Elster, é uma das principais fontes em que Gambetta se apoiou no estudo que acabamos de analisar.

Boudon e Elster associam a contradição às conseqüências impremeditadas da ação, uma subclasse dos “efeitos perversos” que podem resultar dos atos intencionais de uma pluralidade de indivíduos. Elster distingue duas variedades de contradição assim entendidas: a que envolve “contrafinalidade” e a que envolve “subotimalidade”²³. A primeira dessas variedades está associada ao que Elster chama de falácia da composição – o ponto de vista errôneo de que o que é possível para uma pessoa, num dado conjunto de circunstâncias, é necessária e simultaneamente possível para toda e qualquer outra pessoa nessas circunstâncias. Por exemplo, o fato de que qualquer um pode depositar seu dinheiro num banco e ganhar juros sobre ele não implica que todo mundo pode fazer o mesmo.

A tese de Elster é de que muitos exemplos da falácia de composição podem ser redescritos como envolvendo relações sociais contraditórias. As conseqüências contraditórias resultam quando todo indivíduo num agregado de indivíduos atua de um modo que, embora produza o efeito pretendido, se realizado isoladamente, cria um efeito perverso, se feito por todos. Se todo o público numa sala de conferências se põe de pé a fim de poder ver melhor o conferencista, ninguém, de fato, o verá. Se cada agricultor, numa dada área, tenta adquirir mais terra derrubando árvores, resultando em erosão do solo devido ao desmatamento, todos acabarão com menos terra do que no começo. Esses são resultados que não só ninguém pretende como também vão contra o que todos querem nessas situações; não obstante, eles derivam de uma conduta cujo propósito é satisfa-

zer necessidades, que poderia satisfazê-las para indivíduos, não fosse o fato de tornar-se generalizada. Considere-se a discussão de Marx da tendência de queda da taxa de lucro em economias capitalistas²⁴. Em circunstâncias em que a economia está crescendo a um tal ritmo que absorve as fontes disponíveis de mão-de-obra, os salários tenderão a subir na proporção em que os empregadores experimentam escassez de força de trabalho adequada. Para contrabalançar isso, os empregadores introduzem inovações técnicas para economizar custos de fabricação. Embora um industrial possa derivar individualmente maior lucratividade de uma tal resposta, o montante global de mais-valia e, portanto, de lucros na economia declina, uma vez que aumentou a razão de capital constante para capital variável. Uma vez que todos, num determinado setor da economia, tenham introduzido a mesma inovação tecnológica, eles podem ficar todos numa situação pior do que estavam antes.

O segundo tipo de relação contraditória, a subotimalidade, é definido em termos da teoria dos jogos. É quando todos os participantes numa situação teórica de jogo optam por uma estratégia de solução, conhecedores de que os outros participantes também o farão, e de que todos poderiam ter obtido tanto, e até mais, se uma outra estratégia tivesse sido adotada. Em vez do caso da contrafinalidade, os envolvidos estão cientes dos resultados aos quais o comportamento deles pode levar em várias conjunções com a ação de outros. Suponhamos que agricultores que produzem uma determinada safra poderão obter lucros mais elevados se formarem um cartel. Se isso for feito, será ainda mais lucrativo para o agricultor individual desprezar o acordo de cartel, a fim de ganhar à custa dele sem lhe estar vinculado. Como todos os agricultores estão cientes de que seria esse o resultado, nenhum cartel é estabelecido²⁵. Boudon aplicou uma interpretação algo comparável à pesquisa sobre educação e mobilidade social. Na década de 1960, a educação superior expandiu-se em virtualmente todos os países industrializados. Como os níveis educacionais subiram, cada vez mais pessoas aceitaram empregos para os quais, de acordo com os requisitos formais do trabalho envolvido, elas estavam notavel-

mente superqualificadas. Em parte como reação às frustrações assim incorridas, foi criado em muitos países o que passou a ser designado como educação superior de "ciclo curto" – isto é, cursos reduzidos oferecendo opções mais flexíveis a curto prazo. Entretanto, muito poucos optaram por inscrever-se em tais cursos. Por quê? Boudon sugere que o fracasso da educação de ciclo curto pode ser entendido em termos análogos aos do dilema do prisioneiro – um resultado subotimal de decisões racionais pela população estudantil no conhecimento de seu provável resultado. A pesquisa mostra que pessoas que escolheram cursos de ciclo curto têm, de fato, chances de obter empregos não inferiores aos daqueles que seguiram cursos mais extensos e mais tradicionais. A maioria dos estudantes também parece estar consciente desse fato. Assim, poder-se-ia supor intuitivamente – como supôs o governo que os instituiu – que uma elevada proporção de estudantes escolheria os cursos de ciclo curto. Por muito óbvio que isso possa parecer, assinala Boudon, essa suposição seria incorreta. As escolhas que os estudantes fazem dependem – tal como o dilema do prisioneiro – do fato de que cada indivíduo está escolhendo no conhecimento de que outros estão fazendo suas escolhas a partir do mesmo leque de alternativas. Os estudantes, na realidade, maximizam suas chances escolhendo a educação a longo prazo, mesmo sabendo que outros provavelmente pensam do mesmo modo e muito embora alguns indivíduos pudessem lucrar mais se escolhessem a opção a curto prazo²⁶.

As formulações de Elster e Boudon são atraentes, pois permitem que um significado claro seja dado à contradição (embora o próprio Boudon não use o termo) e indicam como poderia ser concedido um conteúdo empírico à noção. As consequências de atos intencionais são contraditórias quando elas são de tal modo perversas que a própria atividade de procurar atingir um objetivo diminui a possibilidade de o alcançar. As dificuldades com essa concepção de contradição, entretanto, são bastante óbvias. Ela está intimamente associada ao uso de modelos extraídos da teoria dos jogos. Ora, não há dúvida de que os modelos teóricos de jogos podem ser muito úteis na pes-

quisa empírica, com relação à sugestão de problemas a serem investigados e ao modo como os resultados das pesquisas poderão ser interpretados. A obra de Boudon na área da sociologia da educação é um caso ilustrativo. Mas o âmbito de aplicação da teoria dos jogos às ciências sociais parece, não obstante, limitado. Embora os modelos teóricos de jogos possam ser elegantes e satisfatórios quando enunciados em termos abstratos ou matemáticos, sua relação com a conduta real é, com frequência, muito tênue.

As aplicações empíricas de modelos teóricos de jogos são as mais fáceis de defender quando se encontram certas circunstâncias particulares; quando têm de ser tomadas “decisões” categóricas; quando as consciências alternativas envolvidas são muito facilmente especificadas; e quando as decisões em questão são tomadas separadamente por um agregado de indivíduos não em comunicação mútua direta. Tais circunstâncias são descobertas com certa frequência nas sociedades modernas, mas existem numerosos contextos da vida social que não são desse gênero. Se a ligação com a teoria dos jogos é uma fonte de limitação para esse tipo de abordagem do conceito de contradição, uma outra é a vinculação com o individualismo metodológico, explicitamente adotado por Elster, em particular. A conexão pode ser logicamente contingente, mas não é difícil ver por que as duas tendem a juntar-se. A contradição é situada por Elster na disjunção entre atos individuais, empreendidos separadamente, e suas múltiplas conseqüências. Está amplamente limitada ao que chamei de análise de conduta estratégica. Nesse ponto de vista, não há forma de entender a contradição como implicada nas condições estruturais da reprodução do sistema.

É esse entendimento que eu defendo como tendo uma importância para a teoria social maior do que a sugerida por Elster e Boudon, e como oferecendo maior margem para o trabalho empírico. Não quero questionar a importância das idéias desses autores, mas, antes, complementá-las. Pode-se supor que os resultados contraditórios do tipo que eles examinam estejam, com frequência, sistematicamente ligados ao que denominei contradição estrutural. Desejo entender o conceito de contradição de um modo menos abstrato do que eles, além de o separar

das premissas do individualismo metodológico. Ou seja, quero ligar a noção de modo substantivo aos tipos gerais de totalidade social que distingui antes, de tal forma que, embora possa haver numerosos exemplos de contradição secundária, eles sejam derivativos dos modos contraditórios dominantes em que as sociedades estão estruturadas. Entretanto, conforme as defini, as contradições estruturais primárias e secundárias ainda preservam o mesmo núcleo de significado que Elster dá ao termo; as condições de reprodução do sistema dependem de propriedades estruturais que atuam para negar os mesmos princípios em que se baseiam.

Como exemplo de algumas reflexões pertinentes sobre a contradição primária de Estados capitalistas, referir-me-ei a alguns dos escritos de Offe sobre o assunto²⁷. Eles são lógica e substantivamente compatíveis – pelo menos, em alguns de seus principais aspectos – com as idéias que apresentei neste livro, e geraram uma considerável soma de esclarecedores trabalhos empíricos. A forma institucional do Estado capitalista é descrita em função dos seguintes traços (entre outros):

- 1) “Ao poder político é vedado organizar a produção de acordo com seus próprios critérios políticos.” Em outras palavras, amplos setores da organização econômica são coordenados, não pelo governo, mas por atividades empreendidas no âmbito das esferas “privadas” da iniciativa econômica. A base institucional dessas esferas deve ser encontrada na propriedade privada e na “posse” secular da força de trabalho.
- 2) “O poder político depende indiretamente – através dos mecanismos de tributação e dependência do mercado de capitais – do volume de acumulação privada.” Quer dizer, o Estado é financiado pela tributação derivada de processos de desenvolvimento econômico que as agências estatais não controlam diretamente.
- 3) “Como o Estado depende de um processo de acumulação cuja organização está fora do seu alcance, todo detentor do poder estatal está basicamente interessado em promover aquelas condições mais propícias à acumulação.”²⁸

O terceiro ponto é um importante acréscimo aos dois primeiros, porquanto serve para evitar a implicação de um funcio-

nalismo ingênuo. Deixou claro que os fenômenos identificados nos dois primeiros pontos são conhecidos dos que estão em agências do Estado, os quais atuam à luz desse conhecimento.

Por que o Estado capitalista, assim caracterizado, é uma forma social contraditória? Porque as próprias condições que possibilitam a existência do Estado põem em ação (e dependem de) mecanismos que se opõem ao poder do Estado. A "apropriação privada", para usar a terminologia tradicional, pede "produção socializada" ao mesmo tempo que a nega. Uma outra forma de expressar isso – desenvolvida de maneira analiticamente poderosa por Offe – consiste em dizer que, embora o Estado dependa da forma mercadoria, ele também depende simultaneamente da negação da forma mercadoria. A mais direta expressão de mercadorificação é a compra e venda de valores; quando os valores deixam de ser tratados como permutáveis em termos monetários, eles perdem seu caráter mercadorificado. A natureza contraditória do Estado capitalista expressa-se nos avanços e recuos entre mercadorificação, desmercadorificação e remercadorificação. Tomem-se como exemplos o suprimento de serviços de assistência à saúde e de transportes públicos. O estabelecimento da medicina socializada significa desmercadorificar importantes aspectos da assistência à saúde e organizá-los numa base diversa daquela em que existe a questão de se os indivíduos que necessitam de tratamento podem pagar por ele ou não. Entretanto, aqueles que menos precisam da medicina socializada – os segmentos mais afluentes da população, que tendem a optar pela medicina privada, a despeito dos serviços médicos públicos – têm de contribuir de forma desproporcional para seu financiamento, através da tributação progressiva. Portanto, é provável que exerçam pressão no sentido de repor alguns serviços de medicina pública numa base comercial. O mesmo ocorre com o transporte público. Os indivíduos que pagam mais imposto, aqueles que mais contribuem para o financiamento do transporte público, são os que fazem seus deslocamentos e viagens em carros particulares. Por conseguinte, o mais provável é que ofereçam resistência a qualquer política que trate o transporte público como um bem

geral para a comunidade, em vez de um conjunto de serviços comercialmente viáveis. Como os indivíduos das classes de baixa renda têm, por certo, opiniões contrárias, a política do governo poderá vacilar entre a desestatização e a reestatização de tais serviços quando sucessivos partidos, representando distintos interesses de classe, chegam ao poder²⁹.

A análise de Offe levanta de maneira incisiva e arguta o problema da relação entre contradição e conflito, mas, antes de abordá-lo diretamente, quero ainda aprofundar o tema da contradição secundária. As contradições primárias podem estar ligadas numa variedade de modos mais ou menos diretos às secundárias. Algumas podem ser de um caráter muito geral, mas outras podem estar muito mais contextualizadas. Consideremos os seguintes exemplos, escolhidos ao acaso na literatura sociológica. São exemplos de resultados perversos, mas penso poder ser racionalmente afirmado que eles expressam contradições.

- 1) Um estudo dos idosos e da provisão de benefícios suplementares. Nos Estados Unidos, os benefícios de um seguro suplementar foram introduzidos a fim de melhorar as condições de vida de idosos com baixa renda. Mas essa medida teve o efeito de elevar o nível de renda dessas pessoas de tal modo que passaram a receber alguns dólares acima da faixa que as coloca como dependentes de assistência médica estatal. Por conseguinte, essa assistência foi-lhes negada e, assim, muitos ficaram em situação pior do que antes.
- 2) Um estudo da polícia. Na cidade de Nova York, a fim de reduzir o custo de horas-extras trabalhadas por policiais no quadro de pessoal existente, patrulheiros adicionais foram colocados nas ruas. Entretanto, a principal fonte de horas-extras para os policiais é o processamento das detenções. O número crescente de policiais nas ruas resultou na realização de mais prisões e no concomitante recrudesimento do trabalho burocrático nas delegacias, exacerbando assim a situação que a nova política supusera remediar.
- 3) Uma análise dos distúrbios urbanos em Detroit. Um esforço em grande escala foi realizado, no final da década de 1960, para tentar impedir uma repetição dos distúrbios nos guetos de Detroit, mediante o fornecimento de benefícios de bem-estar social e oportunidades de emprego para os residentes naquelas áreas desfavorecidas. Entretanto, grande número de pessoas pobres foram atraídas

para tais áreas, vindas de fora, a fim de se beneficiarem dos programas oferecidos. Muitas delas foram incapazes de encontrar emprego na cidade e assim engrossaram ainda mais as fileiras dos desempregados nos guetos. Outras foram ocupar empregos que, em outras circunstâncias, poderiam ter sido dados a residentes cronicamente desempregados nessas áreas. As condições diagnosticadas como favoráveis à eclosão de distúrbios foram desse modo aumentadas, em vez de reduzidas³⁰.

Tais exemplos servem para deixar clara a provável ligação entre a contradição estrutural, contradição no sentido de Elster e Boudon, e a ocorrência de conflito social. Em poucas palavras, quero apresentar a seguinte proposta: é provável que a contradição esteja diretamente ligada ao conflito quando se seguem consequências perversas ou quando os envolvidos consideram provável que isso ocorra. Não estou sugerindo que as contradições gerem sempre consequências perversas ou que todas as consequências perversas são contraditórias. Mas a contradição é uma espécie de perversidade estrutural e é provável que produza constantemente consequências perversas nos modos em que está exposta na conduta de atores situados. Os resultados perversos são suscetíveis de gerar ressentimento e, portanto, uma mobilização pelo menos potencial para a luta, precisamente por causa de seus "efeitos de ricochete". Quer dizer, as coisas estão piores do que estavam antes, em circunstâncias nas quais todos, ou a maioria dos envolvidos, podiam esperar que elas melhorassem. O estudo das consequências perversas de uma espécie contraditória é, pois, terreno fecundo para o exame das origens dos conflitos. Mas podemos ver que é muito limitador identificar a contradição com tais consequências *per se*; pois, por um lado, a contradição estrutural precisa não acarretar consequências perversas e, por outro, estas últimas não são as únicas circunstâncias associadas à contradição que podem estimular o conflito.

Pode-se dizer que as consequências perversas são resultados contingentes que podem ser provocados em circunstâncias de contradição estrutural. Condições estimulantes de conflito

mais genéricas serão encontradas na associação entre contradição e interesses coletivos. O capitalismo é uma sociedade de classes, e a contradição entre "apropriação privada" e "produção socializada" está encerrada em divisões de classes que, por sua vez, expressam interesses opostos. A articulação entre contradições e interesses pode variar, é claro. Mas é racional afirmar que quanto maior for a convergência de contradições, primárias e secundárias, mais haverá um alinhamento preponderante de divisões de interesses e mais provável será o desenvolvimento de conflitos abertos ao longo da "linha de fratura" dessas contradições. Podemos sugerir a existência de três conjuntos de circunstâncias particularmente importantes para examinar a relação entre contradição e conflito: a *opacidade* da ação, a *dispersão de contradições* e a *preponderância de repressão direta*³¹. Por "opacidade" de ação entendo, nos termos de Willis, o grau de penetração que os atores têm das qualidades contraditórias dos sistemas sociais em que eles estão envolvidos. O discernimento da natureza das contradições pode iniciar uma ação dirigida para a resolução ou a superação das mesmas. Mas seria um argumento especioso ligar tal discernimento somente à mudança social. A contradição é uma fonte de dinamismo, mas uma compreensão disso por parte de atores leigos pode promover tentativas tanto para estabilizar um determinado estado de coisas como para transformá-lo. A importância desse ponto é substantivamente muito considerável com relação aos prognósticos de Marx sobre a suposta transição do capitalismo para o socialismo. Marx sustentou que quando os membros da classe trabalhadora se aperceberem crescentemente da natureza contraditória da produção capitalista, eles se mobilizarão para mudá-la. Ele não parece ter dado muito peso à possibilidade de grupos dominantes na sociedade adquirirem uma compreensão do sistema suficientemente refinada para estabilizá-lo. O papel ascendente do Estado pode ser visto precisamente nesses termos. O Estado não é apenas colhido nos avanços e recuos da contradição primária; as agências estatais podem procurar monitorar as condições de reprodução do sistema de maneira tal que se

minimizem conflitos que, em outras circunstâncias, poderiam ameaçar eclodir.

O grau de fusão ou dispersão de contradições é suscetível de variar de acordo com dois principais conjuntos de condições. Um é o do "desenvolvimento desigual", o outro é o da regionalização. Não é preciso dizer muita coisa acerca do conceito de desenvolvimento desigual ou sobre suas aplicações empíricas. Ele está geralmente associado ao pensamento marxista e, em particular, aos escritos de Trotsky e Lênin, mas sua elucidação e aplicação não se limitaram, de modo nenhum, ao marxismo. Entretanto, a noção possui uma aplicação mais ampla do que se tem ordinariamente reconhecido. Ela só é pensada habitualmente em relação a processos de mudança em grande escala; não existe razão para que não possa ser também útil em contextos espaço-temporais mais restritos. A idéia de regionalização é certamente pertinente a este caso. Uma determinada "expansão" regional, em conjunto com taxas diferenciais de mudança, pode servir para produzir um feixe de contradições e também, provavelmente, de conseqüências perversas. É exatamente essa a espécie de situação, por exemplo, que Lênin diagnosticou como a referente à Rússia, após o início do século XX. Entretanto, outras formas de regionalização podem produzir uma difusão ou segmentação de contradições. Quando o caso é esse, o conflito que ocorre é suscetível de ser fragmentado e retalhado, de modo que os desfechos de algumas lutas anulem os de outras. Por repressão direta entendendo o uso da força ou a ameaça de seu uso para inibir o surgimento de luta ativa. O uso da força pode ser normalmente considerado uma das expressões da ocorrência de conflito, mas a ameaça de seu uso, ou certas exhibições táticas de força, também podem servir igualmente bem para impedir que as fontes de dissensão se manifestem como luta aberta. Quem se sentir inclinado a argumentar que o controle dos meios de violência não pode ser usado para amortecer conflitos de tipo profundamente arraigado deve refletir sobre casos como o da África do Sul³².

Estabilidade e mudança institucional

Examinaremos finalmente uma pesquisa que, ao contrário das outras já discutidas, foi diretamente influenciada, em certa medida, pela teoria da estruturação. Trata-se da recente investigação por Ingham do papel da City na Grã-Bretanha durante os últimos duzentos anos aproximadamente³³. O problema empírico que o autor se dispôs a estudar é como a City, o centro financeiro baseado em Londres, manteve sua preeminência sobre o capital industrial britânico por um período tão extenso. A preocupação mais geral do estudo é com a natureza do Estado moderno.

As organizações que formam coletivamente a City, segundo Ingham, dedicam-se principalmente a atividades que podem ser descritas como "comerciais". Entre outras coisas, essas atividades envolvem o financiamento do comércio, o seguro de mercadorias e transportes, e transações de câmbio com moeda estrangeira. Ocupam-se não só das relações entre a Grã-Bretanha e outros Estados, mas também das ramificações do empreendimento capitalista numa escala global. Extremamente significativo a esse respeito é o papel que a City desempenhou na administração da moeda nacional como "moeda mundial", um instrumento de câmbio internacionalmente válido. Ingham critica as teorias que tratam esse centro financeiro como comprometido com o "capital financeiro". As atividades da City são certamente financeiras, no sentido de que estão vinculadas à circulação de capital, mas ela está primordialmente interessada na corretagem sob todas as formas, na realização de lucros através do fornecimento de serviços de intermediação entre os diretamente envolvidos no uso produtivo do capital.

Ingham mostra que, para se entender adequadamente a sobrevivência do poder da City desde o final do século XVIII, é necessário rejeitar o estilo endógeno de teorização, que dominou a literatura antecedente, e perceber como destacadas organizações dentro desse centro financeiro reagiram a eventos políticos contingentes. Tanto Marx quanto marxistas recentes, como Hilferding, procuraram explicar (ou justificar de maneira aceitável) o papel da City em termos, principalmente, de con-

cepções endógenas do desenvolvimento capitalista. Marx reconheceu, e comentou, as qualidades distintivas da City na vida econômica britânica do século XIX, e analisou as origens dessas qualidades em função de algumas das características da economia britânica quando se deslocou do domínio do capital comercial para o do capital industrial. Mas o desenvolvimento do capitalismo industrial, segundo sua opinião, não tardaria a desalojar o capital comercial e bancário dessa posição central. Com o avanço contínuo da produção industrial, o capital produtivo passaria a predominar econômica e politicamente sobre a "bancocracia" mais tradicionalmente estabelecida. A análise de Marx fornece, portanto, poucas indicações que permitam explicar como aconteceu de o poder econômico e político da City ter se mantido por tão longo tempo. O ponto de vista de Hilferding, elaborado em data bem mais recente, é igualmente imperfeito. Segundo Hilferding, a formação de "capital financeiro" – a fusão dos negócios bancários com a indústria em grande escala – ocorreu num ritmo mais pausado na Grã-Bretanha do que em outros países. Mas o mesmo processo acabaria ocorrendo aí, tal como acontecera em outras sociedades. A supremacia britânica na área da manufatura no século XIX permitiu que o país ficasse temporariamente para trás; entretanto, a competição internacional garantiria que o mesmo padrão viria finalmente a manifestar-se³⁴.

Mas esse padrão não surgiu. Por que não? A tese de Ingham é a de que a sociedade britânica moderna foi caracterizada não só como a primeira economia industrial, mas também como um centro de transações comerciais em escala mundial. As mais importantes características da City, argumenta Ingham, têm de ser entendidas em relação à natureza das nações-Estados. Os Estados têm suas próprias moedas, mas não podem facilmente controlar seu fluxo fora de seus próprios territórios; além disso, os valores e a estabilidade de diferentes moedas variam muito. A City tornou-se desde cedo – em parte, mas não totalmente, devido à força industrial da Grã-Bretanha no século XIX – um centro para uma forma aceita de "moeda mundial" e uma câmara internacional de compensação para a liquidação de tran-

sações. O monopólio virtual que ela pôde obter sobre certos tipos de transação comercial, somado à introdução do padrão ouro-esterlino, dependeu de uma série de condições políticas. Estas têm de ser discriminadas das fontes de supremacia industrial da Grã-Bretanha. A importância da City, e do esterlino, perdurou muito além do momento no qual a Grã-Bretanha foi a principal potência industrial do mundo. No final da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos tinham passado a ser a mais forte economia do mundo, mas, ao contrário das expectativas de muitos nas décadas de 1920 e 1930, Nova York não suplantou Londres como a principal câmara de compensação do mundo.

De acordo com a exposição de Ingham, esses fenômenos devem ser entendidos nos seguintes termos. No início do século XIX, foi introduzida na Grã-Bretanha uma série de reformas fiscais. A intenção dos reformadores era, principalmente, tentar fazer face às antigas dívidas que o Estado tinha acumulado, exacerbadas pelas guerras napoleônicas. O resultado, porém, foi favorecer uma concentração de juros pecuniários, não partilhados com os empresários industriais, nas instituições da City. A riqueza crescente desse centro financeiro possibilitou a sobrevivência de certos setores da aristocracia, quando estes depararam a decrescente importância da economia agrária que era sua base de poder. Como parte de um "acordo de cavalheiros", os comerciantes e banqueiros da City adquiriram, por sua vez, as exterioridades da aristocracia. Não foi apenas um tipo definido de poder de classe que foi incentivado pelos processos que afetaram o desenvolvimento da City no século XIX; esses mesmos processos levaram à perpetuação e, na verdade, ao fortalecimento do capitalismo comercial "pré-industrial". A City estava fisicamente separada do norte industrial – um formidável exemplo de regionalização! – permanecendo econômica e politicamente distinta dos centros de capitalismo industrial. Tornou-se fortemente centralizada sob o controle do Banco da Inglaterra, e o sistema bancário orientou-se, em primeiro lugar e acima de tudo, para a manutenção do papel estável do esterlino como a forma "confiável" de moeda mundial³⁵. Um importante aspecto adicional desse processo foi a política fiscal do Estado com

vistas a assegurar a validade formal do esterlino, que a atividade estreitamente econômica da City não poderia, por si só, garantir.

O importante na apreciação de Ingham do desenvolvimento econômico e político britânico, nesse contexto, de qualquer modo, não é tanto saber se ela é válida ou não, mas bem mais o ponto de vista teórico que expressa. Ao criticar os modelos endógenos, a análise de Ingham evita o que poderia ser visto como o determinismo desenvolvimentista que está incrustado em muitas teorias sobre sociedades modernas. Para mim, essa é uma forma de pensar a mudança social que supõe que, num determinado tipo de sociedade, existe somente "um caminho para a frente" que toda sociedade individual deve seguir, em algum ponto, se ela for desse tipo. Assim, o "capitalismo industrial", como seria lícito supor, tem certos padrões genéricos de desenvolvimento que são repetidos em todas as sociedades que possam ser assim caracterizadas. Se algumas não exibem tais padrões, deve ser porque estão atrasadas; seu desenvolvimento foi, por alguma razão, retardado. Esse pensamento também envolve, com frequência, uma certa versão do funcionalismo. Se determinados processos de desenvolvimento são "necessários" a uma sociedade, ou a um tipo de sociedade, é porque são funcionalmente requeridos por sua ordem institucional. As necessidades funcionais implícitas "explicam" por que um certo caminho de desenvolvimento "deve" ser seguido. Cumpre enfatizar, uma vez mais, que o "deve" só é justificado, neste caso, se entendido num contexto contrafactual. Assim, poder-se-ia argumentar que o que "devia" ou "tinha de" acontecer na Grã-Bretanha, no início do século XX, era o abandono do papel comercial "obsoleto" da City em face das "necessidades" do capital industrial. Esse argumento é, pelo menos, potencialmente elucidativo, se entendido em termos contrafatuais. Por outras palavras, podemos formular a pergunta: quais foram as consequências para o capital industrial do fato de ter sido mantida a posição de poder da City? Mas se admitirmos que o "deve" possui força explanatória, o resultado é uma barreira positiva ao entendimento de por que as coisas tomaram o rumo que tomaram, como demonstra o estudo de Ingham de maneira cristalina.

A pesquisa distingue com êxito uma outra tendência associada a modelos endógenos. É o pressuposto de que a sociedade mais avançada em relação a quaisquer características sociais que estejam sendo estudadas pode ser tratada como exemplar para fins de pesquisa³⁶. Assim, no século XIX, a Grã-Bretanha foi considerada por Marx, entre muitos outros, o espelho no qual outras sociedades podiam ver uma imagem de seu próprio futuro; como o país industrialmente mais avançado, a Grã-Bretanha prenunciou desenvolvimentos que outros países seriam forçados a acompanhar. Muito compreensivelmente, poucos a considerariam desse modo nestas décadas finais do século XX... Mas o estilo de pensamento que esse ponto de vista representa terá desaparecido simultaneamente com a retirada da Grã-Bretanha para a obscuridade econômica? Não, em absoluto. Hoje em dia, são os Estados Unidos, como a sociedade "economicamente mais avançada", que preenchem um papel comparável na teoria social e na pesquisa – mesmo que raras vezes de modo tão inequívoco quanto na versão de Parsons do evolucionismo. Ora, não nego que possa ser útil, para alguns fins, classificar as sociedades de acordo com seu nível de desenvolvimento relativo a critérios de uma ou outra espécie. Também é legítimo e necessário tentar especificar o que é genérico para a ordem institucional de diferentes sociedades. Mas a "pesquisa comparativa" deve ser o que o termo diz. Ou seja, temos de reconhecer que os processos "típicos" de desenvolvimento só podem ser avaliados por comparação direta entre diferentes sociedades, não pela suposição de que qualquer sociedade pode ser tratada como modelo de um processo de desenvolvimento endógeno.

A ascensão original da City a uma posição de proeminência, como Ingham deixa bem claro, foi em grande parte um resultado imprevisto de medidas fiscais instituídas por outras razões. Portanto, o que para Marx, e para a maioria dos marxistas subseqüentes, pertencia somente às fases iniciais do desenvolvimento capitalista, corretagem comercial e usura, tornou-se uma característica duradoura do capitalismo britânico. Precisamente porque a posição dominante da City foi gradualmente vinculada a seu papel como corretora para transações através

das fronteiras nacionais, o mesmo fenômeno não tinha probabilidades de se repetir em outro país. Mas se a posição dominante que a City estabeleceu na primeira parte do século XIX foi substancialmente impremeditada, a política subsequente de defesa e expansão de seu poder foi, usualmente, de uma espécie muito diferente. Após o início do século XX, a economia britânica passou a enfrentar uma concorrência intensificada por parte de outros países industrializados e em vias de industrialização. Nessas circunstâncias, a hegemonia econômica da City viu-se seriamente ameaçada, interna e externamente. Em grande parte, como a análise de Ingham revela, a política promovida por grupos tanto na área bancária quanto no ministério da Fazenda foi ativamente dirigida – com inegável êxito – para a defesa do papel privilegiado das organizações da City.

A pesquisa de Ingham mostra sensibilidade especial e profunda para os problemas de “tempo mundial”. A City veio a assumir sua forma moderna em relação a uma conjuntura definida de eventos na primeira metade do século XIX. Sua persistência como centro de atividades comerciais dependia da posição da Grã-Bretanha como principal potência industrial e do envolvimento do país numa expansão mundial das relações capitalistas. Aqueles que levaram a cabo as reformas fiscais do começo do século XIX acreditavam que os comerciantes, que tinham conseguido apoderar-se de uma substancial parcela do comércio outrora controlado por holandeses e franceses, seriam capazes de consolidar o poderio econômico britânico com base na combinação da política de Livre Comércio com a adesão ao Padrão-Ouro. Huskissen, o presidente da Câmara de Comércio, por exemplo, levantou comparações com a Veneza de séculos passados. A eficácia de tais influências só foi possível, entretanto, devido à aliança de classes específica descrita por Ingham. Além disso, as condições da consolidação inicial do poder da City, conforme ele deixa claro, eram substancialmente diferentes daquelas que permitiram a manutenção desse poder em períodos subsequentes. Durante o século XIX, o papel desse centro financeiro na economia mundial tem uma base econômica direta no êxito da Grã-Bretanha como produtor industrial. No

século XX, a situação mudou; os setores “industrial” e “comercial” da economia britânica passaram a estar orientados para diferentes conjuntos de envolvimento. Foi a posição da City como corretora monetária mundial, por essa altura já internacionalmente estabelecida, que a habilitou a sustentar seu poder. Entretanto, por causa da mudança do conjunto de circunstâncias, nos planos nacional e internacional, sua prosperidade, nesse período, talvez pressupusesse, na realidade, o relativo declínio da indústria britânica.

O trabalho de Ingham demonstra que as condições que influenciaram a ascensão da City, e que depois sustentaram seus privilégios, são substancialmente políticas. É provavelmente melhor não considerar a City uma “parte” do Estado, mas, interna e externamente, seu poder econômico dependeu de modo profundo de fatores políticos. Sua hegemonia no âmbito da economia britânica foi estimulada pelos estreitos vínculos existentes entre a “bancocracia” e os níveis superiores do governo. Mas seu papel foi também vitalmente moldado por sua posição focal nas atividades de corretagem em escala internacional. É evidente que nenhuma concepção que trate o Estado como um fenômeno unitário ou como uma espécie de ator coletivo poderia abranger os materiais que Ingham analisa. Certas dimensões essenciais da orientação política – por exemplo, as referentes ao Padrão-Ouro na década de 1930 – afetaram fortemente o destino da City. Elas só podem ser entendidas de forma adequada em termos de adesões e coalizões variáveis entre agrupamentos estrategicamente situados de indivíduos, tendo por vezes resultados que nenhum deles pretendia.

Num plano mais geral, é possível extrair lições da análise do Estado moderno semelhantes às que indiquei decorrerem do estudo de Estados tradicionais. O estudo da “formação do Estado”, como procurei demonstrar, corre o risco de ser interpretado de forma seriamente errônea se for entendido de modo quase evolucionista ou em termos de noções endógenas. Uma “teoria” adequada do Estado tradicional ou moderno não pode ser vista como a maioria das que correntemente predominam na literatura. Em primeiro lugar, o nível de generalidade que se

pode presumir que tais teorias possuam é possivelmente muito mais baixo do que seus proponentes imaginam. É claro, para que haja uma categoria geral como “Estado agrário” ou “Estado capitalista”, devem existir certas características institucionais comuns que eles compartilhem, e disso pode ser inferido também que provavelmente tenham algumas tendências dinâmicas comuns. Mas demonstrar quais sejam elas não é o mesmo que explicar seqüências de desenvolvimento ou de mudança que ocorrem. Os tipos de conhecimento que certos indivíduos ou grupos, sobretudo os mais poderosos, podem ter dessas tendências dinâmicas podem vir a integrar essas mesmas tendências e a atuar para modelá-las de formas específicas. Fatores que são de importância determinada num tempo e lugar, ou numa certa conjuntura, podem tornar-se relativamente insignificantes alhures, em virtude da própria influência que tiveram antes de mais nada. As condições que originalmente favoreceram o domínio da City sobre a indústria não eram as mesmas que permitiram mais tarde que essa posição fosse mantida.

Alguns dos problemas suscitados pela natureza das teorias e generalizações serão abordados nas seções que se seguem. Mas ao concluir esta parte da discussão, talvez convenha formular também uma questão que pode ser provocada no espírito do leitor pelos estudos empíricos que usei para ilustrar alguns pontos críticos da teoria da estruturação. O trabalho de Ingham poderá ter sido parcialmente influenciado por esses pontos, mas os outros estudos analisados foram escritos de forma independente. Por que preocupar-se com noções incômodas como “estruturação” e o resto se pesquisas sociais de primeira categoria podem ser feitas sem elas? Vários comentários devem ser tecidos em resposta a isso. As idéias incorporadas à teoria da estruturação permitem, do modo que tentei demonstrar, a realização de várias críticas e correções muito básicas ao trabalho de pesquisa analisado. Se isso é válido para o que considero serem exemplos de pesquisa de qualidade superior, há razões muito mais fortes para que essas críticas sejam dirigidas às pesquisas de sofrível qualidade. Além disso, tudo que foi analisado na pesquisa foi informado por uma séria e prolongada reflexão teórica

sobre as questões investigadas. É talvez particularmente importante sublinhar isso com relação à obra de Willis. Poderíamos facilmente retratá-la como nada menos – e nada mais – do que uma peça notavelmente arguta de etnografia. De fato, o livro de Willis contém uma substancial análise teórica de problemas de reprodução social, e não pode haver dúvida de que isso foi um importante estímulo para a pesquisa conduzida, assim como para o modo de sua interpretação. Dado que a discussão teórica de Willis segue linhas semelhantes, pelo menos em alguns aspectos, aos pontos de vista que desenvolvi, não é surpreendente que seu trabalho de pesquisa forneça uma fonte especialmente elucidativa para examinar as implicações desses pontos de vista.

Entretanto, há um ponto a salientar que considero mais importante do que esses. Não existe, é claro, obrigação para quem quer que efetue detalhada pesquisa empírica, num dado cenário localizado, de acolher uma série de noções abstratas que apenas atravancariam o que, caso contrário, poderia ser descrito com economia e em linguagem comum. Os conceitos da teoria da estruturação, como no caso de qualquer perspectiva teórica concorrente, devem ser considerados, para muitos fins de pesquisa, nada mais do que recursos sensibilizadores. Quer dizer, eles podem ser úteis para se refletir sobre problemas de pesquisa e para a interpretação dos resultados de estudos. Mas supor que estar teoricamente informado – obrigação de todos os que trabalham, em maior ou menor grau, na esfera das ciências sociais – significa sempre operar com uma porção de conceitos abstratos é uma doutrina tão perniciosa quanto a que sugere que podemos passar muito bem sem usar conceitos de qualquer espécie.

Juntando os fios da meada: teoria da estruturação e formas de pesquisa

Examinei nas seções precedentes uma variedade de formas de pesquisa social que é impossível reunir sob uma só epígrafe. Isso significa que o trabalho de pesquisa é empreendido para

tentar elucidar muitas e diferentes questões, de acordo com a natureza dos problemas que o investigador se propõe esclarecer. Ao indicar algumas das implicações da teoria da estruturação para a pesquisa empírica, não quero sugerir a existência de um único formato de pesquisa que todos devem doravante adotar. Isso é parte da questão de concentração em estudos que foram, em sua grande maioria, empreendidos fora de qualquer influência imediata dos conceitos que elaborei. Eu afirmei antes que não me propus analisar a relevância que a teoria da estruturação pode ter ou não para a avaliação de tipos específicos de métodos de pesquisa – observação participante etc. Entretanto, é possível e vale a pena observar mais genericamente as tarefas de pesquisa social informadas pela teoria da estruturação e as consequências da discussão precedente dos trabalhos de pesquisa para o debate tradicional entre métodos “qualitativos” e “quantitativos” em pesquisa social.

- | | | |
|---|---|-----|
| ↑ | Elucidação hermenêutica de redes de significado | (1) |
| ↑ | Investigação de contexto e forma da consciência prática
(o inconsciente) | (2) |
| ↑ | Identificação de limites da cognoscitividade | (3) |
| ↓ | Especificação de ordens institucionais | (4) |

A “inserção” metodológica do investigador no material que é o objeto de estudo pode ser feita em qualquer dos quatro níveis acima indicados. Toda pesquisa social pressupõe um momento hermenêutico, mas a pressuposição pode permanecer latente quando a pesquisa se apóia num conhecimento mútuo que não precisa ser exposto porque pesquisador e pesquisa habitam um *milieu* cultural comum. Os mais eloqüentes defensores da pesquisa quantitativa reprimem o significado essencial do nível 1 acima de duas maneiras. Ou consideram esse nível mais puramente descrito do que explicativo, ou então não percebem que ele participa da formulação de seu trabalho de pesquisa. Mas a pesquisa ligada ao nível 1 pode ser explicativa e generalizante. Está relacionada com a resposta a perguntas “por quê?” que pro-

manam da inintegribilidade mútua de redes divergentes de significado. Naturalmente, tais questões surgem tanto nos vários contextos de uma sociedade como entre sociedades. A pesquisa orientada primordialmente para problemas hermenêuticos pode ter importância generalizada, na medida em que serve para elucidar a natureza da cognoscitividade dos agentes e, assim, suas razões para a ação, através de uma vasta gama de contextos de ação. Peças de pesquisa etnográfica, como a de Willis – ou como, digamos, a tradicional pesquisa de campo antropológica em pequena escala numa comunidade –, não constituem em si mesmas estudos generalizantes. Mas podem facilmente passar a sê-lo se executados em razoável número, de modo que sua tipicidade possa ser justificadamente determinada.

Os aspectos hermenêuticos da pesquisa social não são necessariamente esclarecedores para os sujeitos dessa pesquisa, uma vez que seu principal resultado é a elucidação de cenários de ação considerados “*milieux* estranhos”. Não é esse o caso da investigação da consciência prática, que significa o estudo do que agentes já conhecem, mas, por definição, normalmente esclarece esse conhecimento para eles, se isso for expresso de modo discursivo, na metalinguagem da ciência social. Somente para a etnometodologia a análise da consciência prática é um “campo” circunscrito de estudo. Para todos os outros tipos de pesquisa, a interpretação da consciência prática é um elemento necessário, implicitamente entendido ou explicitamente enunciado, das características mais amplas da conduta social.

Conforme sublinhei sistematicamente, a identificação dos limites da cognoscitividade dos agentes em contextos variáveis de tempo e espaço é fundamental para a ciência social. Entretanto, a investigação do nível 3 pressupõe um considerável conhecimento dos níveis 1, 2 e 4. Sem eles, estamos de volta a uma forma rudimentar de sociologia estrutural. O estudo das consequências impremeditadas e condições não-reconhecidas da ação, conforme enfatizei quando examinamos a pesquisa de Willis, pode e deve ser realizado sem se usar a terminologia funcionalista. O que é “impremeditado” e “não-reconhecido”, em qualquer contexto ou gama de contextos de ação, não cons-

titui usualmente matéria fácil de descobrir. Nenhum estudo das propriedades estruturais de sistemas sociais pode ser realizado com êxito, ou ter seus resultados interpretados, sem referência à cognoscitividade dos agentes pertinentes – embora muitos proponentes da sociologia estrutural imaginem ser exatamente isso o que define a província do “método sociológico”.

O nível 4, a especificação de ordens institucionais, envolve a análise das condições de integração social e sistêmica através da identificação dos principais componentes institucionais dos sistemas sociais. Essas formas institucionais revestem-se de suma importância quando, em termos de princípios estruturais designados, podem ser especificadas como “sociedades” globais. Uma vez mais, porém, tive algumas dificuldades para enfatizar que somente com muitas reservas a principal unidade de análise na ciência social pode ser chamada de “sociedade”. Com frequência, as ordens institucionais interferem em decisões que podem ser reconhecidas entre sociedades globais.

É na relação entre 1 e 2, por um lado, e entre 3 e 4, por outro, que frequentemente se localiza uma divisão entre métodos “qualitativos” e “quantitativos”. A predileção por métodos quantitativos tem sido, é claro, desde há muito uma característica dos atraídos para o objetivismo e a sociologia estrutural. De acordo com esse tipo de ponto de vista, a análise de condições da vida social que se estendem muito além de quaisquer contextos imediatos de interação é o objetivo primordial da ciência social, e a percepção da natureza “consolidada” dos componentes institucionais da vida social pode ser melhor adquirida através da classificação, da mensuração e dos métodos estatísticos. Obviamente, a idéia de que a preocupação dominante das ciências sociais é a revelação de generalizações semelhantes a leis sobre a conduta social está intimamente relacionada com essa propensão. Há neste ponto uma forte e, com frequência, deliberada ressonância da divisão “macro”/“micro”. Aqueles que favorecem os métodos quantitativos como base principal do que torna a ciência social uma “ciência” tendem a enfatizar a primazia chamada “análise macrosociológica”. Os que advogam métodos qualitativos como fundamento da pesquisa empí-

rica nas ciências sociais, por outro lado, enfatizam 1 e 2, a fim de apontar o caráter necessariamente situado e significativo da interação social. Estes se inclinam, com frequência, a mostrar-se diretamente hostis ao uso de métodos quantitativos na ciência social, escorados no argumento de que a quantificação e o uso do método estatístico impõem à vida social uma fixidez que ela, de fato, não tem. Não é difícil discernir no conflito entre essas posições um resíduo metodológico do dualismo de estrutura e ação, e, mostrando que tal dualismo é espúrio, poderemos dissecar melhor algumas das implicações empíricas da dualidade da estrutura.

Para ver como isso ocorre, retornemos uma vez mais a esse conceito, num cenário empírico diferente daquele discutido até aqui. Segue-se a transcrição de um fragmento de interação numa sala de tribunal. Os envolvidos são um juiz, um defensor público (DP) e um promotor (P), e a interlocução refere-se a um preso que se declarou culpado numa acusação de roubo com invasão em segundo grau. A questão em discussão é a sentença a ser aplicada ao réu.

DP: Meritíssimo, solicitamos a formulação imediata da sentença e que se prescindia do relatório do funcionário da condicional.

Juiz: O que diz o relatório?

DP: Uma pena anterior por embriaguez e roubo. Nada sério. Este é um simples caso de furto em loja. Ele entrou no K-Mart com o intuito de roubar. Mas realmente o que temos aqui é um pequeno furto.

Juiz: E a promotoria o que tem a dizer?

P: Nada a favor nem contra.

Juiz: Qualquer objeção a uma sentença imediata?

P: Nenhuma.

Juiz: Há quanto tempo ele está recluso?

DP: Há 83 dias.

Juiz: Considerando que se trata de um delito leve, pelo artigo 17 do Código de Processo Penal, sentencio o acusado a noventa dias em prisão distrital, descontado o tempo já cumprido.³⁷

Este fragmento situado de interação, como qualquer outro, pode ser facilmente tomado para indicar como o que parece ser uma troca de palavras trivial está, de fato, profundamente implicado na reprodução de instituições sociais. Cada fala na conversa entre os participantes só é apreendida por eles (e pelo leitor) como significativa pela tácita invocação de características institucionais do sistema de justiça criminal. Estas servem de suporte para cada interlocutor, que (corretamente) as presumem como sendo de conhecimento mútuo na situação. Note-se que o conteúdo desse conhecimento mútuo supõe muitíssimo mais do que a mera percepção das táticas de “procedimento apropriado” em tais casos, embora isso também esteja envolvido. Cada participante possui vastos conhecimentos sobre o que é um “sistema legal”, sobre procedimentos normativos de Direito, sobre o que presos, advogados e juízes fazem etc. Para que a interação seja realizada, os participantes fazem uso de seu conhecimento da ordem institucional em que estão envolvidos, de modo a tornar essa interação “significativa”. Entretanto, ao invocar a ordem institucional desse modo – e *não existe outra maneira* de os participantes na interação tornarem inteligível e coerente o que fazem, aos olhos uns dos outros –, eles contribuem com isso para reproduzi-la. Além disso, é essencial ver que, ao reproduzi-la, eles também reproduzem sua “faticidade” como fonte de coerção estrutural (sobre eles próprios e sobre outros). Tratam o sistema de justiça como uma ordem “real” de relações, no âmbito da qual sua própria interação está situada e a qual ela expressa. E é uma ordem “real” (isto é, estruturalmente estável) de relações precisamente porque eles, e outros como eles em contextos afins e semelhantes, a aceitam como tal – não necessariamente em sua consciência discursiva, mas na consciência prática incorporada ao que eles fazem.

É importante não confundir essa observação com a famosa sentença de W. I. Thomas, segundo a qual se os atores “definem as situações como reais, então elas são reais em suas consequências”. A proposição de Thomas sugere existir circunstâncias que não são, de fato, “reais” (isto é, fictícias ou imaginárias), e que, não obstante, têm consequências reais, pois as pessoas

acreditam nelas. Merton adotou isso como um ponto de partida para sua formulação da profecia auto-realizadora, na qual um estado de coisas se concretiza pelo simples fato de ter sido anunciado ou profetizado. Ora, não duvido em absoluto da importância da profecia auto-realizadora e de uma gama de fenômenos ligados a ela. Mas ela não é o protótipo da “faticidade” de propriedades estruturais contidas na dualidade da estrutura. Esse ponto é mais sutil e mais profundo, ligando a própria possibilidade da inteligibilidade e coerência mútuas da interação situada à “faticidade” num nível institucional de base ampla.

Assinale-se também como a “faticidade” da ordem institucional está íntima e fundamentalmente ligada ao poder, que ela expressa e facilita nos detalhes da interação. Pois a “aceitação como real”, que está embutida na continuidade mutuamente inteligível da interação, é o próprio fundamento do sistema legal como uma expressão de modos de dominação. A “aceitação como real” consubstanciada em modos concretos de procedimentos não significa claramente o mesmo que conceder discursivamente legitimação ao sistema, embora, é claro, tampouco o impeça. Como sistema de relações de poder, a “aceitação como real” tem implicações muito mais profundas do que o poder diferencial real que os agentes participantes são capazes de trazer para a interação a fim de que seus pontos de vista sejam levados em conta. Entretanto, é visível que a sequência da conversa não obedece às regras mais “democráticas” que as conversações entre pares ordinariamente exibem, e reflete diretamente o poder diferencial. Assim, o juiz tem o direito de interromper o que os outros dizem, fazer determinados tipos de perguntas e controlar a sequência da interlocução, um direito que os outros não têm, pelo menos no mesmo grau. O fato de a conversação não possuir uma forma convencional de revezamento dos interlocutores adquire inteligibilidade em virtude do reconhecimento mútuo de que o juiz tem uma certa identidade social institucionalizada, conferindo-lhe prerrogativas e sanções definidas.

Permitam-me formular isso num nível mais geral para deixar suas conotações bem claras. Toda interação social está situada no interior de fronteiras tempo-espaço de co-presença

(quer esta seja ou não ampliada através de meios tais como cartas, telefonemas etc.). Seu caráter situado, como analisei em detalhe nos capítulos I e II, está diretamente envolvido com a natureza indiciadora da realização com êxito da comunicação mutuamente inteligível. Mas o caráter situado da interação não constitui uma barreira para aquela “fixidez” institucional demonstrada por ordens institucionais através do tempo e do espaço. É sua própria condição, exatamente como a existência daquelas ordens é a condição das mais transitórias formas de encontro social ou conversação. A monitoração reflexiva da conduta social é intrínseca à “faticidade” exibida pelas propriedades estruturais de sistemas sociais, não algo marginal ou adicional a ela. Wilson expressou isso da seguinte maneira. Como afirmação da importância do conceito da dualidade da estrutura, eu não poderia fazer melhor:

O mundo social é constituído por ações situadas, produzidas em determinadas situações concretas, que são acessíveis aos participantes para seu próprio reconhecimento, descrição e uso como bases garantidas para novas inferências e ações tanto nessas mesmas ocasiões quanto em subseqüentes. As ações situadas são produzidas por meio de mecanismos de interação social livres de contexto, sensíveis ao contexto, e a estrutura social é usada por membros da sociedade para tornar inteligíveis e coerentes suas ações em determinadas situações. Nesse processo, a estrutura social é um recurso essencial e produto da ação situada; e a estrutura social é reproduzida como uma realidade objetiva que coage parcialmente a ação. É mediante essa relação reflexiva entre estrutura social e ação situada que a transparência de exposições [a inteligibilidade mútua da conduta] é realizada pela exploração da dependência de contexto do significado.³⁸

Uma vez entendido plenamente este ponto, desaparece a idéia de que existe uma nítida divisão ou uma necessária oposição entre métodos qualitativos e quantitativos. É provável que as técnicas quantitativas sejam requeridas, usualmente, quando se pretende investigar um grande número de “casos” de um fenômeno, com relação a uma variedade restrita de características designadas. Mas a coleta e interpretação de material quan-

titativo depende de procedimentos metodologicamente idênticos à coleta de dados de uma espécie “qualitativa”, mais intensiva. É por isso que o estudo de Gambetta pode ser usado para focalizar alguns dos mesmos problemas investigados por Willis. Os dados do primeiro autor referem-se a um grande número de indivíduos; o material do segundo autor, apenas a um grupo reduzido. O trabalho de Gambetta envolve o uso de uma bateria de refinados métodos de pesquisa, ao passo que o estudo de Willis consiste inteiramente em informações etnográficas. Mas a pesquisa do primeiro, não menos do que a do segundo, pressupõe uma apreensão da ação situada e de significados sem a qual as categorias formais da metalinguagem teórica empregada pelo investigador não teria sentido nem aplicação. Todos os chamados dados “quantitativos”, quando examinados atentamente, resultam ser compostos de interpretações “qualitativas” – isto é, contextualmente localizadas e indiciadoras – produzidas por pesquisadores situados, codificadores, funcionários governamentais e outros. Os problemas hermenêuticos apresentados pela pesquisa etnográfica também existem no caso de estudos quantitativos, embora esses possam ser em grande parte “enterrados” pela extensão em que os dados envolvidos foram “trabalhados”. As tentativas de produzir medidas em termos de escalas, eliminar inclinações seletivas, criar técnicas coerentes de amostragem etc., situam-se dentro desses limites. Elas não comprometem logicamente, de maneira alguma, o uso de métodos quantitativos, embora nos levem, sem dúvida, a apreciar a natureza dos dados quantitativos de modo diferente do de alguns defensores da sociologia estrutural.

Os níveis 1 e 2 são, assim, tão essenciais para entender o 3 e o 4 quanto o inverso, e os métodos qualitativos e quantitativos devem ser vistos como aspectos mais complementares do que antagônicos da pesquisa social. Uns são necessários aos outros, se quisermos que a natureza substantiva da dualidade da estrutura seja “mapeada” em termos das formas de articulação institucional por meio das quais os contextos de interação são coordenados em sistemas sociais mais abrangentes. Um ponto que precisa ser convincentemente acentuado é que os pesquisa-

dores sociais devem estar atentos para os modos como os dados quantitativos são produzidos. Pois, diferentemente do movimento do mercúrio dentro de um termômetro, os dados sociais nunca são apenas um “indicador” de um fenômeno independentemente dado, mas sempre, ao mesmo tempo, exemplificam aquilo de que “tratam” – isto é, processos de vida social.

Conhecimento mútuo *versus* senso comum

É óbvio que à pesquisa empírica falta um fundamento lógico se ela não gerar novos conhecimentos antes inexistentes ou inacessíveis. Como todos os atores sociais vivem em contextos situados no interior de períodos mais vastos de tempo-espaço, o que é novidade para alguns desses atores não é para outros – incluindo, entre esses outros, os cientistas sociais. É, evidentemente, nessas “lacunas de informação” que a pesquisa etnográfica tem sua importância específica. Num sentido amplo do termo, esse gênero de pesquisa é explanatório, porquanto serve para esclarecer enigmas apresentados quando indivíduos de um cenário cultural se encontram com os de um outro que, em alguns aspectos, é muito diferente. A pergunta “Por que é que eles atuam (pensam) como atuam (pensam)?” é um convite para ingressar num *milieu* culturalmente estranho e compreendê-lo. Para os que já se encontram dentro desse *milieu*, como Winch e muitos outros assinalaram, essa iniciativa pode nada ter de inerentemente esclarecedor. Entretanto, muito da pesquisa social, em termos do material empírico que gera e das interpretações teóricas a ela possivelmente vinculadas, tem conotações críticas para as crenças sustentadas pelos agentes sociais. Para investigar o que poderiam ser tais conotações, devemos considerar a questão seguinte: em que sentido as ciências sociais revelam novos conhecimentos e como tais conhecimentos poderão ligar-se à crítica da falsa crença? Essas questões são complexas, e não tentarei tratar aqui senão de alguns de seus aspectos.

Os esforços cruciais das ciências sociais, como os da ciência natural, estão estreitamente ligados à adequação lógica e

empírica de observações relatadas e teorias a elas associadas. Como Schutz e muitos outros enfatizaram corretamente, o caráter crítico da ciência social nesse sentido afasta-se normalmente, de uma forma deveras abrupta, das crenças e teorias em uso incorporadas à conduta da vida social cotidiana. Todos os atores sociais, é possível dizer-se com correção, são teóricos sociais que alteram suas teorias à luz de suas experiências e são receptivos à informação que chega, a qual pode ser por eles adquirida ao fazerem isso. A teoria social não é, em absoluto, a província especial e isolada de pensadores acadêmicos. Entretanto, os atores leigos estão em geral preocupados, sobretudo, com a utilidade prática do “conhecimento” que eles aplicam em suas atividades cotidianas, e pode haver características básicas da organização institucional da sociedade (incluindo a ideologia, mas não limitadas a ela) que restrinjam ou distorçam o que consideram ser conhecimento.

É certamente óbvio que o “modelo revelador” da ciência natural não pode ser diretamente transferido para as ciências sociais. As crenças ditadas pelo senso comum acerca do mundo natural são corrigíveis à luz das descobertas das ciências naturais. Não há grandes dificuldades lógicas para se entender o que está acontecendo em tais circunstâncias, embora possa haver barreiras sociais ao acolhimento de idéias científicas³⁹. Quer dizer, as crenças leigas estão sujeitas a correção, na medida em que isso é necessário, pela entrada de novas teorias e observações científicas. Conforme enfatizei, as “descobertas” das ciências sociais não são necessariamente novas para aqueles aos quais elas dizem respeito.

As questões envolvidas aqui tornaram-se bastante nebulosas em consequência dos avanços e recuos entre as formulações objetivistas e interpretativas da ciência social. As primeiras foram propensas a aplicar o modelo revelador de forma desinibida às ciências sociais. Isto é, consideraram as crenças ditadas pelo senso comum e envolvidas na vida social corrigíveis sem problemas, em função do esclarecimento que as ciências sociais podem fornecer. Entretanto, aqueles que são influenciados pela hermenêutica e pela filosofia da linguagem ordinária estabele-

ceram poderosas objeções a esse ponto de vista rudimentar. As crenças ditadas pelo senso comum, tal como foram incorporadas ao uso da linguagem e à ação cotidianos, não podem ser tratadas como meros impedimentos para uma caracterização válida ou verídica da vida social. Pois não podemos absolutamente descrever a atividade social sem conhecer o que seus atores constituintes sabem, tanto discursiva quanto tacitamente. O empirismo e o objetivismo simplesmente suprimem toda a questão da geração de descrições sociais através do conhecimento mútuo que observadores sociológicos e membros leigos da sociedade têm em comum⁴⁰. O problema consiste em que, tendo chegado a essa conclusão, aqueles que advogam formas interpretativas da ciência social acham difícil ou impossível manter aquela agudeza crítica na qual o tipo oposto de tradição corretamente insistiu ao justapor ciência social e senso comum. As tarefas da ciência social parecem, pois, limitadas precisamente à etnografia – ao esforço hermenêutico da “fusão de horizontes”⁴¹. Uma tal paralisa da vontade crítica é logicamente tão insatisfatória quanto o uso desordenado do modelo revelador.

Uma saída para esse impasse pode ser encontrada se distinguirmos o conhecimento mútuo do “senso comum”⁴². O primeiro refere-se ao necessário respeito que o analista social deve ter pela autenticidade da crença ou pela *entrêe* hermenêutica na descrição da vida social. “Necessário” tem, na frase acima, força lógica. A razão por que, caracteristicamente, faz mais sentido falar de “conhecimento”, em vez de “crença”, quando se fala do modo como os atores descobrem seu caminho nos contextos da vida social, está em que a geração de descrições requer a parentetização do ceticismo⁴³. As crenças, táticas e discursivas, têm de ser tratadas como “conhecimento” quando o observador está atuando no plano metodológico de caracterização da ação. O conhecimento mútuo, encarado como o modo necessário de obter acesso ao “objeto de estudo” da ciência social, não é corrigível à luz de suas descobertas; pelo contrário, é a condição para se estar apto a apresentar “descobertas”.

É devido ao fato de o conhecimento mútuo ser predominantemente tácito – conduzido no nível da consciência prática

– que não fica tão óbvio o fato de que o respeito pela autenticidade da crença constitui uma parte necessária de todo o trabalho etnográfico nas ciências sociais. Os ataques conduzidos por aqueles influenciados pela fenomenologia e pela etnometodologia contra as concepções mais ortodoxas de ciência social tiveram, sem dúvida, considerável importância na elucidação da natureza do conhecimento mútuo. Mas, ao falarem sobre “senso comum” ou termos equivalentes de modo difuso, eles não separaram analiticamente a questão metodológica da questão crítica. Ao fazer a distinção entre conhecimento mútuo e senso comum, é meu intuito reservar o segundo conceito para referir-me às crenças proposicionais implícitas na conduta das atividades cotidianas. A distinção é predominantemente analítica; quer dizer, o senso comum é conhecimento mútuo tratado como crença falível, não como conhecimento. Entretanto, nem todo conhecimento mútuo pode expressar-se como crença proposicional – crença em que se trata de certos estados de coisas e não de outros. Além disso, nem todas essas crenças podem ser discursivamente formuladas por aqueles que as alimentam.

Distinguir entre conhecimento mútuo e senso comum não subentende que um e outro sejam fases de estudo de fácil separação na pesquisa social. Em primeiro lugar, a linguagem descritiva usada por observadores sociológicos é sempre mais ou menos diferente da usada por atores sociais leigos. A introdução da terminologia científica social pode (mas não necessariamente) pôr em dúvida crenças discursivamente formuladas (ou, quando ligadas num conjunto, “teorias em uso”) que os atores sustentam. Quando as descrições contestadas já são empregadas pelos agentes estudados, qualquer outra apresentada por observadores, mesmo usando categorias de atores, é diretamente crítica de outras terminologias existentes que poderiam ter sido usadas. O que de uma perspectiva é um “movimento de libertação” poderá ser uma “organização terrorista” de uma outra. A escolha de um termo em vez de outro implica, é claro, uma postura definida por parte do observador. É menos imediatamente evidente que a escolha de um termo mais “neutro” também denuncia uma postura; seu uso indica ter sido assumi-

da pelo observador uma distância crítica em relação aos conceitos usados pelos atores diretamente envolvidos.

Em qualquer situação de pesquisa pode haver crenças aceitas por participantes que se chocam tanto com as defendidas pelo observador que este expressa seu distanciamento crítico deles, mesmo num estudo, sob todos os demais aspectos, puramente etnográfico. Um antropólogo não sentirá o menor receio em afirmar: "Os X obtêm suas safras procedendo à semeadura em todos os outonos", na medida em que é um conhecimento mútuo entre ele e os membros da cultura X que a semeadura numa época apropriada do ano produzirá uma determinada safra. Mas esse mesmo antropólogo poderá dizer: "Os X acreditam que sua dança ritual provocará chuva", indicando a existência de uma divergência entre o que ele e os membros da cultura X acreditam ser as condições necessárias para a ocorrência de chuva⁴⁴.

Os exemplos mencionados no parágrafo acima indicam que até mesmo a pesquisa social puramente etnográfica – isto é, a pesquisa que respeita a meta limitada da reportagem descritiva – é propensa a ter um momento crítico. Embora não comprometa a distinção lógica entre conhecimento mútuo e senso comum, isso significa especificar mais diretamente o que está envolvido nesse momento crítico, que em outros tipos de pesquisa é geralmente desenvolvido de modo mais direto.

Devo enfatizar neste ponto as dimensões modestas da discussão que se segue. Analisar logicamente o que está envolvido na acumulação de conhecimento mútuo e na crítica da crença ditada pelo senso comum suscita questões de epistemologia que não caberia discutir aqui exaustivamente. As idéias que desenvolverei na seqüência pretendem fornecer apenas um delineamento geral, o qual pressupõe uma concepção epistemológica definida sem a levar ao detalhamento. Quero afirmar a existência de dois sentidos em que a ciência social é importante para a crítica das crenças leigas interpretadas como senso comum (o que inclui a crítica da ideologia, mas não lhe confere prioridade especial). As atividades críticas em que os cientistas sociais se envolvem, enquanto núcleo de tudo o que fazem, trazem implicações para as crenças alimentadas pelos agentes, na medida em

que se pode mostrar que estas não têm validade ou são inadequadamente fundamentadas. Mas essas implicações são especialmente importantes quando as crenças em questão são incorporadas às razões dos atores sociais para fazer o que fazem. Apenas algumas das crenças que os atores possuem ou professam são parte das razões por eles apresentadas para sua conduta. Quando estas são submetidas à crítica, à luz das afirmações ou descobertas da ciência social, o observador social está procurando demonstrar que elas não são boas.

A identificação das razões dos agentes está normalmente ligada, de modo íntimo, aos problemas hermenêuticos criados pela geração de conhecimento mútuo. Sendo assim, cumpre distinguir o que chamarei de "critérios de credibilidade" dos "critérios de validade" pertinentes à crítica de razões como boas razões. Os critérios de credibilidade referem-se aos de caráter hermenêutico usados para indicar como a apreensão das razões dos atores elucida exatamente o que eles estão fazendo à luz dessas razões. Os critérios de validade referem-se aos de evidência fatural e entendimento teórico empregados pelas ciências sociais na avaliação de razões como boas razões. Considere-se o caso famoso das araras vermelhas, muito discutido na literatura antropológica. Os Bororo do Brasil Central dizem: "Nós somos araras vermelhas." Debatida por Von den Steinen, Durkheim e Mauss, entre outros, essa afirmação pareceu a muitos absurda ou hermeneuticamente impenetrável. A questão foi, porém, recentemente tratada por um antropólogo que teve a oportunidade de reinvestigar o assunto na fonte, entre os Bororo⁴⁵. Ele apurou que: a declaração é feita unicamente pelos homens; as mulheres Bororo tendem a conservar araras vermelhas como seus animais de estimação; em vários aspectos, na sociedade Bororo, os homens são peculiarmente dependentes das mulheres; e o contato com os espíritos é feito por homens e araras vermelhas independentemente das mulheres. Parece plausível inferir que "Nós somos araras vermelhas" é uma declaração na qual os homens comentam ironicamente sua dívida para com as mulheres e, ao mesmo tempo, afirmam sua própria superioridade espiritual diante delas. A investigação das razões para a

declaração ser feita ajuda a esclarecer a natureza desta. A investigação de critérios de credibilidade, com relação a crenças discursivamente formuladas, de qualquer modo, depende quase sempre do esclarecimento dos seguintes itens: quem as expressa, em que circunstâncias, em que estilo discursivo (descrição literal, metáfora, ironia etc.) e com que motivos.

A avaliação de critérios de validade é governada exclusivamente pela conjunção das críticas “interna” e “externa” gerada pela ciência social. Quer dizer, os critérios de validade são os de crítica interna que considero serem substancialmente constitutivos do que a ciência social é. O principal papel desta no tocante à crítica do senso comum está na avaliação de razões como boas razões em termos do conhecimento simplesmente inacessível a agentes leigos ou interpretado por estes de modo diferente do formulado nas metalinguagens da teoria social. Não vejo nenhuma base para duvidar de que os padrões de crítica interna nas ciências sociais transferem-se diretamente para a crítica externa neste aspecto. Trata-se de uma afirmação peremptória, e é particularmente nesta conjuntura que se pressupõe um ponto de vista epistemológico específico. Presume-se, e eu presumo, ser possível demonstrar que algumas afirmações de crença são falsas e outras verdadeiras, embora o que significa “demonstrar”, neste caso, precise ser examinado com a mesma minuciosidade quanto “falso” e “verdadeiro”. Presume-se, e eu presumo, que a crítica interna – os exames críticos a que os cientistas sociais submetem suas idéias e pretensas descobertas – é inerente ao que a ciência social é como esforço coletivo. Pretendo correr o risco de cair no desfavor dos filosoficamente sofisticados afirmando, sem mais delongas, que sustento a validade de tais pressuposições. Num diferente contexto, porém, seria claramente necessário defender tais asserções em considerável detalhe.

Penso que é possível demonstrar a existência de uma relação não-contingente entre provar a falsidade de uma crença e as implicações práticas para a transformação da ação vinculada a ela⁴⁶. Criticar uma crença significa (logicamente) criticar qualquer atividade ou prática levada a efeito em função dela, e é

convicente (motivacional) na medida em que existe uma razão para a ação. Quando ela informa sobre um segmento ou aspecto de conduta em relação ao mundo natural, mostrar que é falsa levará o agente (*ceteris paribus*) a mudar seu comportamento em quaisquer aspectos pertinentes. Se isso não acontece, a suposição é de que: outras considerações estão preponderando no espírito do agente; as implicações da falsidade da crença são mal-interpretadas; ou o ator não aceita, de fato, que a falsidade tenha sido provada de forma convincente. Ora, são as crenças sociais, não as relacionadas com a natureza, os elementos constitutivos daquilo de que elas tratam. Segue-se daí que a crítica da falsa crença (*ceteris paribus*) é uma *intervenção prática* na sociedade, um fenômeno político numa acepção ampla do termo.

Como esse exame da crença se relaciona com a asserção de que todos os atores competentes não só sabem o que estão fazendo (sob uma descrição ou outra), mas devem fazê-lo para a vida social ter o caráter que tem? A pergunta poderá ser mais bem respondida por referência a um exemplo concreto. Considere-se votar numa situação de “uma pessoa, um voto”. Tal prática envolve claramente todos os eleitores potenciais sabendo o que é um “voto”, que só podem votar uma única vez e em seu nome pessoal etc. Somente quando os participantes sabem essas coisas, e atuam de modo apropriado, podemos dizer que existe, realmente, o sistema “uma pessoa, um voto”. Até que ponto poder-se-á validamente dizer que esse fenômeno existe, se apenas uma certa proporção de pessoas tiver pleno conhecimento de que os conceitos pertinentes são um problema hermenêutico? Dizer que os atores “devem” saber de sua ação para que a votação exista é especificar o que conta como descrição válida da atividade. Entretanto, sem dúvida, *algumas* pessoas envolvidas poderão ignorar o significado de votar ou todos os procedimentos incluídos numa votação, bem como a influência de seu ato no resultado da votação. Generalizando, poderíamos dizer que quaisquer indivíduos podem cometer erros com relação às coisas envolvidas em qualquer aspecto de qualquer convenção social. Mas não se pode estar equivocado a maior

parte do tempo sobre o que se faz, sem ser visto como incompetente por outros atores sociais; e não existe um só aspecto de qualquer convenção sobre o qual a maioria dos agentes possa estar errada a maior parte do tempo. Devemos, é claro, reconhecer outras possibilidades. Agentes posicionados em alguns setores de uma sociedade poderão ignorar completamente os acontecimentos de outros; atores poderão acreditar que os resultados de suas atividades são diferentes dos mostrados realmente; e a redescritção de um contexto de ação nos conceitos da ciência social poderá representar as ocorrências de maneiras diversas daquelas com que o agente está familiarizado.

Podemos supor, repetindo, que o novo conhecimento desenvolvido nas ciências sociais terá, habitualmente, implicações transformacionais imediatas para o mundo social existente. Mas o que é coberto por *ceteris paribus*?

Em que condições isso será diferente?

- 1) Mais obviamente, quando as circunstâncias descritas ou analisadas tratam de eventos passados e se relacionam com condições sociais que já não vigoram. No caso em que se pense que isso permite, uma vez mais, uma distinção nítida entre história e ciência social, sublinhe-se que até estudos puramente etnográficos de culturas mortas podem muito bem ser tratados como esclarecedores de circunstâncias atuais, muitas vezes pelos próprios contrastes que revelam. Sem dúvida, não podemos dizer, em princípio, que o conhecimento acerca de situações não mais existentes é irrelevante para outros contextos nos quais esse conhecimento poderia servir de base de um modo transformativo. A influência do "cesarismo" na política francesa do século XIX, satirizada por Marx, é um bom exemplo.
- 2) Quando a conduta em questão depende de motivos e razões que não são alterados por nova informação tornada acessível. Neste caso, as relações envolvidas podem ser muito mais complicadas do que parece à primeira vista. O que parece ser dois conjuntos de fenômenos independentes (por exemplo, o enunciado de uma generalização e as atividades a que

esta se refere) pode, de fato, estar intimamente ligado. A maioria das "leis" ou generalizações mais conhecidas da Economia neoclássica é constituída, poder-se-ia pensar, por enunciados cujo conhecimento não alterará em nada as circunstâncias com que se relacionam. Isto é, depende de padrões de motivação e raciocínio, por parte de agentes leigos, que muito improvavelmente se alterarão, não importa o quanto essas generalizações se tornem familiares. Mas o desenvolvimento da ciência econômica desempenhou um papel na criação das próprias condições em que se mantêm as generalizações em questão, promovendo uma postura previdente em relação à expansão do capital etc. — fenômeno que discutirei mais adiante.

- 3) Quando o novo conhecimento ou informação é usado para manter as circunstâncias existentes. Isso, obviamente, pode acontecer até mesmo quando as teorias ou descobertas envolvidas, se utilizadas de determinada maneira, modificam o que descrevem. A apropriação seletiva de material científico social pelos poderosos, por exemplo, desvia esse material para fins muito diferentes daqueles que poderiam ser servidos se ele fosse mais amplamente difundido.
- 4) Quando aqueles que procuram aplicar o novo conhecimento não estão em situação de o fazer de modo efetivo. É evidente que isso constitui, com frequência, uma questão de acesso aos recursos necessários para alterar um conjunto existente de circunstâncias. Mas é preciso sublinhar também que a possibilidade de articular interesses discursivamente é, geralmente, distribuída de modo assimétrico numa sociedade. Os que estão nos escalões inferiores da sociedade provavelmente terão várias limitações em suas capacidades de formular discursivamente seus interesses, sobretudo os de mais longo prazo. Eles têm menos probabilidades do que os que se encontram em posições superiores de transcender o caráter situado — no tempo e no espaço — de suas atividades. Isso pode ser devido a oportunidades educacionais inferiores, pelo caráter mais confinado de seus típicos *milieux* de ação (nos termos de Gouldner, eles têm mais probabilidades de ser "locais" do

que cosmopolitas) ou ainda porque os que ocupam posições superiores simplesmente dispõem de uma gama muito maior de informação acessível. Também é improvável que os dos escalões inferiores tenham acesso a um discurso coerente e conceitualmente refinado em cujos termos seus interesses possam ser ligados às condições de sua realização.

- 5) Quando o que é reivindicado como conhecimento resulta ser, em parte, falso. É bastante óbvio, por certo, que não existe a convergência necessária entre a validade de idéias ou observações produzidas nas ciências sociais e sua apropriação por atores leigos. Várias possibilidades derivam disso, incluindo aquela mediante a qual pontos de vista originalmente falsos podem tornar-se verdadeiros como resultado de sua propagação (a realização de algo como simples efeito de sua profetização). Não se segue inevitavelmente que a adoção de conclusões nulas seja inconseqüente a respeito da conduta que pretendem descrever.
- 6) Quando o novo conhecimento é trivial ou desinteressante para os atores aos quais faz referência. Este caso é algo mais significativo do que poderia parecer, por causa das diferenças que podem existir entre as preocupações de atores leigos e as de observadores sociais. Nas palavras de Schutz, as conveniências dos cientistas sociais não são necessariamente as mesmas dos atores cujo comportamento procuram explicar.
- 7) Quando a *forma* do conhecimento ou da informação gerada inibe sua realização ou esconde certas maneiras pelas quais poderia ser concretizada. O mais importante caso em questão é, de longe, o da reificação. Mas as possíveis implicações que isso suscita também são complexas. O discurso reificado produzido nas ciências sociais pode ter efeitos diferentes quando o discurso de atores sociais leigos também é coisificado ou não.

Generalizações em ciência social

A vida social, em muitos aspectos, não é um produto intencional de seus atores constituintes, embora a conduta no

dia-a-dia seja cronicamente levada a cabo de modo deliberado. É no estudo das conseqüências impremeditadas da ação, como enfatizei com freqüência, que serão encontradas algumas tarefas mais características das ciências sociais. É também aí que se localiza a preocupação maior dos cientistas sociais inclinados para o objetivismo e a sociologia estrutural. Aqueles que falam dos objetivos explanatórios das ciências sociais como vinculados à descoberta de leis não procedem assim quando os resultados são mais ou menos completamente premeditados. Assim, por exemplo, os motoristas param regularmente, quando acende o vermelho no semáforo, e arrancam de novo, quando acende o verde. Mas ninguém sugere que parar nos sinais de trânsito pode ser representado como uma lei de conduta social humana. As leis aí envolvidas são de uma espécie jurídica. Os motoristas sabem para que são as luzes vermelhas, como se presume que eles devem reagir segundo os códigos de comportamento no trânsito, e quando param no vermelho ou seguem com o verde sabem o que estão fazendo e fazem-no intencionalmente. O fato de tais exemplos não serem mencionados como leis, muito embora o comportamento envolvido seja muito regular, indica que o problema das leis em ciência social está muito ligado às conseqüências impremeditadas, condições não-reconhecidas e coerção.

Por "leis" os sociólogos estruturais entendem usualmente leis universais do tipo que se pensa existir nas ciências naturais. Ora, não faltam os debates sobre se essas leis existem ou não, de fato, na ciência natural e, se existem, qual é seu *status* lógico. Mas suponhamos sua existência e admitamos a interpretação corrente de sua forma lógica. As leis universais estabelecem que quando quer que um conjunto de condições, especificadas de um modo definido, seja encontrado, haverá também um segundo conjunto de condições onde o primeiro dá origem ao segundo. Nem todas as declarações causais, é claro, são leis, bem como nem todas as relações causais podem ser subordinadas a leis (conhecidas). Assim também, nem todos os enunciados de uma forma universal o são. Hempel dá um exemplo: "Todos os corpos que consistem em ouro puro têm uma

massa de menos de 100 mil quilogramas.” Não existe um só caso conhecido em que essa afirmação não se sustenta, mas, a menos que fosse descoberto algum mecanismo causal para explicar por que isso deve ser assim, isso não seria provavelmente considerado um exemplo de uma lei⁴⁷. Há leis universais nas ciências sociais? Se não há, então por que tantos adeptos da sociologia estrutural colocaram tipicamente todos os seus trunfos nessa explicação? A resposta evidente à primeira pergunta é não. Na ciência natural ou, pelo menos, em algumas de suas principais áreas, há muitos exemplos de leis que parecem obedecer ao tipo de lei universal. Na ciência social – e eu incluiria tanto a economia quanto a sociologia neste julgamento – não há um só candidato que possa ser apresentado de forma indiscutível como exemplo dessa lei no domínio da conduta social humana. Como argumentei num outro trabalho⁴⁸, as ciências sociais não são retardatárias em comparação com a ciência natural. A idéia de que, com novas pesquisas, essas leis acabarão por ser descobertas é, na melhor das hipóteses, profundamente implausível.

Se elas não existem, e nunca existirão, na ciência social, por que é que tantos supuseram que esta devesse empenhar-se por realizar essa quimera? Sem dúvida, em grande parte devido à ascendência das filosofias empiristas da ciência natural sobre as ciências sociais. Mas isso certamente não é tudo. Aqui também se implica a suposição de que o único conhecimento proveitoso acerca de atores ou instituições sociais de interesse das ciências sociais é aquele que esses atores não possuem eles próprios. Disso vem a inclinação para reduzir a um mínimo o conhecimento imputado a atores, ampliando assim o âmbito de operação de mecanismos causais que têm seus efeitos independentemente das razões dos indivíduos para fazer o que fazem. Ora, se esse tipo de ponto de vista não é viável, em bases que examinei em certo detalhe ao longo deste livro, teremos de rever a natureza das leis em ciência social. O fato de nela não existirem leis universais conhecidas não é apenas uma casualidade. Se é correto dizer, conforme argumentei, que os mecanismos causais nas generalizações científicas sociais dependem das razões dos

atores, no contexto de uma “trama” de consequências premeditadas e impremeditadas de ação, podemos facilmente perceber por que tais generalizações não têm uma forma universal. O conteúdo da cognoscitividade dos agentes, a questão de como se “situa” e de qual é a validade do conteúdo proposicional desse conhecimento – tudo isso influenciará as circunstâncias em que essas generalizações subsistem.

Correndo uma vez mais o risco de desconcertar o leitor de mentalidade mais filosófica, proponho simplesmente declarar que as razões são causas, aceitando que isso implica, sem dúvida, uma explicação não-humana de causalidade. Em termos mais adequados, usando a terminologia por mim introduzida: a racionalização da ação está causalmente implicada, de maneira crônica, na continuação das ações do dia-a-dia⁴⁹. Por outras palavras, ela é um elemento importante na gama de poderes causais que um indivíduo, enquanto agente social, apresenta. Isso porque fazer algo por determinadas razões significa aplicar uma compreensão do que “é requerido” num dado conjunto de circunstâncias, de maneira a dar forma a qualquer coisa que seja feita nessas circunstâncias. Ter razões para fazer alguma coisa não é o mesmo que fazer alguma coisa por certas razões, e é essa diferença que cria o impacto causal da racionalização da ação. As razões são causas de atividades que o indivíduo “faz acontecer” como característica inerente a ele ser um agente. Mas como a monitoração reflexiva da ação é limitada, conforme tenho freqüentemente insistido, existem fatores causais influenciando a ação sem atuar através de sua racionalização. Segue-se do que foi anteriormente dito que esses fatores são de dois tipos: influências inconscientes e influências que afetam as circunstâncias da ação, em cujo âmbito os indivíduos levam a efeito sua conduta.

Essas segundas influências são, de longe, as mais importantes para fins de análise social, mas, como “circunstâncias da ação” é uma expressão muito genérica, ela precisa ser explicada em certo detalhe. Toda ação ocorre em contextos que, para qualquer ator, incluem muitos elementos que este não ajudou a produzir nem possui qualquer controle significativo sobre eles.

Essas características facilitadoras e coercivas dos contextos de ação incluem fenômenos materiais e sociais. Com relação aos fenômenos sociais, é preciso salientar que o que para um indivíduo é um aspecto controlável do *milieu* social, para outros pode ser algo que “acontece” em vez de algo que se “faz acontecer”. Muitas das características mais delicadamente sutis, bem como as intelectualmente mais desafiadoras, da análise social derivam disso. Ora, é possível admitir que todas as generalizações abstratas nas ciências sociais são, explícita ou implicitamente, enunciados causais. Mas, como me preocupei em enfatizar ao longo deste livro, importa muitíssimo saber que tipo de relações causais está envolvido. Quer dizer, as situações em que os participantes “fazem acontecer” um resultado regularizado diferem substancialmente daquelas em que esse resultado “acontece” de um modo não pretendido por nenhum participante. Como o conhecimento dos agentes sobre as condições que influenciam a generalização é causalmente pertinente a ela, essas condições podem ser alteradas por mudanças nesse conhecimento. A profecia auto-realizadora é um, mas apenas um, exemplo desse fenômeno.

Cabe aqui uma advertência. Existem sempre condições-limite para os efeitos de leis na ciência natural. Mas elas não afetam a relação causal invariante que está no núcleo das tarefas explicativas pelas quais pode ser feita referência à lei. No caso de generalizações em ciência social, os mecanismos causais são inerentemente instáveis, e o grau de instabilidade depende de até que ponto os seres aos quais a generalização se refere são suscetíveis de apresentar modelos padronizados de raciocínio, de forma a produzir tipos-padrão de consequências impremeditadas. Considere-se o tipo de generalização sugerido pelo estudo de Gambetta: “Quanto mais avançada estiver uma criança da classe operária num sistema educacional, menores são as probabilidades de que ela desista de estudar, em comparação com crianças de outras classes sociais.” Neste caso, as consequências impremeditadas apontavam para a formação de um padrão estatístico, o resultado de um agregado de decisões de indivíduos separados no tempo e no espaço. Creio que nin-

guém sugerirá ser isso a expressão de uma lei universal; não obstante, trata-se de uma generalização potencialmente esclarecedora. A relação causal que ela pressupõe depende dos tipos de tomada de decisão especificadas por Gambetta. Mas, como assinala esse autor, se os pais ou as crianças (de qualquer das classes) chegam a conhecer a generalização, poderão incorporá-la em sua avaliação da própria situação que ela descreve e, portanto, em princípio, enfraquecê-la.

Podemos dizer, como muitos outros já o fizeram, que as generalizações nas ciências sociais são de caráter “histórico”, desde que tenhamos em mente os muitos sentidos assumidos por esse termo. Nesta conotação particular, significa apenas que as circunstâncias nas quais as generalizações se sustentam são temporal e espacialmente circunscritas, na medida em que dependem de combinações definidas de consequências premeditadas e impremeditadas da ação. Sendo esse o caso, será lícito chamar de “leis” às generalizações nas ciências sociais? Isso depende inteiramente do rigor com que se deseje interpretar o termo. Em minha opinião, como na ciência natural a “lei” tende a estar associada à esfera das relações invariantes, mesmo no caso daquelas que não são universais na forma, é preferível não usar o termo nesse campo do conhecimento. Em todo caso, é importante evitar a implicação dos defensores da sociologia estrutural de que as “leis” somente são encontradas quando consequências impremeditadas estão envolvidas de modo significativo com relação a determinada série de fenômenos. Por outras palavras, as generalizações sobre a conduta social humana podem refletir diretamente máximas de ação deliberadamente aplicadas por agentes. Como sublinhei neste capítulo, até que ponto isso é válido em qualquer conjunto especificado de circunstâncias tem de ser uma das principais tarefas da pesquisa social.

As conotações práticas da ciência social

As ciências sociais, diferentemente da ciência natural, estão inevitavelmente envolvidas numa “relação sujeito-sujeito”

com aquilo de que se ocupam. As teorias e descobertas das ciências naturais estão separadas do universo de objetos e eventos a que dizem respeito. Isso assegura que a relação entre conhecimento científico e o mundo objetual permanece sendo uma relação “tecnológica”, na qual o conhecimento acumulado é “aplicado” a um conjunto independentemente constituído de fenômenos. Mas na ciência social a situação é diferente. Como disse Charles Taylor: “Embora a teoria da ciência natural também transforme a prática, a prática que ela transforma não é aquilo de que a teoria se ocupa. [...] Pensamos nela como uma ‘aplicação’ da teoria.” Nas ciências sociais, “a prática é o objeto da teoria. Nesse domínio, a teoria transforma o seu próprio objeto”⁵⁰. As implicações disso são muito consideráveis e têm a ver com o modo como avaliamos as realizações das ciências sociais, assim como seu impacto prático sobre o mundo social.

Se aceitássemos o ponto de vista daqueles que supõem que as ciências sociais devem ser imitações das ciências naturais, não há dúvida de que o ponto de vista anterior deveria ser considerado um fracasso. A ciência social não apareceu no cenário com os tipos de lei precisa encontrada nas áreas mais refinadas da ciência natural e, por razões a que já aludi, tampouco o fará no futuro. Em face das circunstâncias, pareceria que o fim da aspiração de criar uma “ciência natural da sociedade” marca o fim da idéia de que as ciências sociais poderão afetar “seu mundo”, o mundo social, no mesmo grau em que as ciências naturais influenciaram o “delas”. Durante gerações, aqueles que propuseram sociologias naturalistas fizeram-no com base na noção de que a ciência social necessita “alcançar” a ciência natural, intelectual e praticamente. Por outras palavras, sustenta-se que esta última superou comprovadamente a primeira em termos de suas realizações intelectuais e, portanto, de suas consequências práticas. O problema consiste, para as ciências sociais, em recuperar o terreno perdido, a fim de aplicarem suas descobertas ao controle dos eventos no mundo social, de um modo paralelo. O programa de Comte fundamentou-se nesse tipo de critério e daí em diante nunca mais deixou de ser sistematicamente reiterado, de uma forma ou de outra.

O que se segue é uma formulação típica de tal ponto de vista, de um autor que, aliás, está muito longe de ser um seguidor de Comte:

Como cientistas sociais, compartilhamos com todas as pessoas razoavelmente educadas do mundo de uma compreensão geral e perturbadora de que, em nosso campo de estudo, o progresso é muito mais lento do que nas ciências naturais. São as descobertas e invenções destas últimas que estão provocando irresistíveis mudanças radicais na sociedade, enquanto as nossas, até agora, foram muito mais pobres em consequências. Há em propagação uma insidiosa ansiedade acerca do perigoso hiato inerente a esse contraste. Enquanto o poder do homem sobre a natureza está aumentando depressa e, na verdade, acelerando rapidamente, o controle do homem sobre a sociedade, o que significa, em primeiro lugar, sobre as suas próprias atitudes e instituições, está ficando muito para trás. Em parte, pelo menos, isso deve-se ao mais lento ritmo no avanço de nosso conhecimento sobre o homem e sua sociedade, o conhecimento que deve ser traduzido em ação para a reforma social.⁵¹

À primeira vista, nada parece mais óbvio que o fato de o impacto transformativo das ciências naturais ter sido incomparavelmente maior do que o das ciências sociais. A ciência natural tem seus paradigmas, suas descobertas merecedoras de concordância unânime, o conhecimento de alta generalidade expresso com precisão matemática. Nela, os “fundadores” são esquecidos ou olhados como os originadores de idéias que só possuem um interesse arqueológico. A fusão de ciência e tecnologia gerou formas de transformação material na mais extraordinária das escalas. Por outro lado, a ciência social está, ao que parece, cronicamente dilacerada por divergências e antagonismos, incapaz de esquecer seus “fundadores”, cujos escritos são considerados de importância permanente. Os governos de hoje poderão ocasionalmente olhar para ela como fonte de informação para decisões políticas; mas isso parece ser de consequência trivial e marginal quando comparado com o impacto global da ciência natural. O maior prestígio social de que esta última desfruta, em comparação com as ciências sociais, está em

plena concordância com suas realizações e influência material muito diferentes.

Mas estará correta essa noção convencional da ciência social como a relação inferior? Pode-se dizer, pelo menos, que se torna muito menos fácil sustentá-la se considerarmos o significado da dupla hermenêutica. As ciências sociais, repetimos, não estão isoladas de “seu mundo” do modo como as ciências naturais estão do “delas”. Isso certamente compromete a realização de um *corpus* distinto de conhecimento do tipo procurado por aqueles que adotam a ciência natural como modelo. Entretanto, ao mesmo tempo, significa que as ciências sociais participam da própria constituição de “seu mundo” de um modo que é vedado à ciência natural.

Considere-se o seguinte:

Quando um homem se torna príncipe por concessão do povo, ele deve manter-se seu amigo, o que é muito fácil, pois este deseja apenas não ser oprimido. Mas quem se tornar príncipe contra a opinião popular, por concessão dos grandes, deve, antes de mais, procurar conquistar o povo. Ser-lhe-á fácil isso, desde que se tenha ocupado em protegê-lo. E, como os homens, quando recebem benefícios de quem só esperavam o mal, se obrigam mais para com o benfeitor, torna-se o povo logo mais seu amigo do que se o príncipe tivesse sido levado ao poder por vontade sua.⁵²

O teorema de Maquiavel não é apenas uma observação sobre o poder e o apoio popular em política. Pretende ser e foi aceito como uma contribuição para o mecanismo de governo. Pode-se afirmar sem exagero que a prática de governo nunca mais foi a mesma depois que os escritos de Maquiavel se tornaram conhecidos. Sua influência não é fácil de descrever. “Maquiavélico” tornou-se um termo pejorativo em parte por razões que não têm muito a ver com o conteúdo do que Maquiavel realmente escreveu – por exemplo, devido ao suposto comportamento de governantes que dão sua interpretação pessoal ao que ele teve a dizer. Princípios que podem ser aplicados por príncipes também o podem por aqueles que estão submetidos

ao seu domínio e por outros que se lhes opõem. As consequências práticas de panfletos como os de Maquiavel são suscetíveis de ser tortuosas e ramificadas. Estão muito longe da situação na qual as descobertas das ciências sociais são cotejadas e avaliadas numa esfera (a “crítica interna” de especialistas profissionais) e simplesmente “aplicadas” numa outra (o mundo da ação prática). Mas elas são mais típicas do destino do conhecimento científico-social do que o último caso descrito.

Ora, a questão de saber se é justificado chamar Maquiavel de “cientista social” poderia ser discutida com base em que seus escritos precedem a era na qual se tornou sistematizada a reflexão sobre a natureza das instituições sociais. Suponhamos, porém, que examinemos o período mais recente, que compreende as décadas finais do século XVIII e a parte inicial do século XIX. Foi a época, poder-se-ia argumentar, em que começou a pesquisa empírica detalhada das questões sociais. Alguns consideraram o período a primeira fase em que as ciências sociais receberam uma base comprobatória que podia começar a assemelhar-se à da ciência natural. Entretanto, o impressionante é que as técnicas de pesquisa desenvolvidas, e os “dados” gerados, tornaram-se imediatamente parte significativa da sociedade para cuja análise elas foram usadas. A abundância de estatísticas oficiais é sintoma e resultado material desse processo. Sua coleta foi possibilitada pelo uso de métodos sistemáticos de pesquisa social. O desenvolvimento desses métodos é inseparável dos novos modos de controle administrativo possibilitados pela coleta de estatísticas oficiais. Uma vez estabelecidas, estas últimas propiciaram, por sua vez, novos tipos de análise social – por exemplo, a pesquisa de padrões demográficos, criminalidade, divórcio, suicídio etc. Entretanto, a literatura sobre esses tópicos foi, por seu turno, reincorporada à prática dos interessados na produção das estatísticas pertinentes. A literatura sobre suicídio, por exemplo, é largamente lida por juízes de instrução, funcionários judiciais e outros, inclusive aqueles que pensam em cometer ou cometem atos suicidas⁵³.

O desenvolvimento de metalinguagens teóricas e a especialização exigida pelo estudo intensivo de áreas específicas da

vida social evidentemente asseguram que as ciências sociais não se tornem totalmente fundidas com seu "objeto de estudo". Mas, uma vez que se apreende como é complexa, íntima e contínua a associação entre analistas sociais "profissionais" e leigos, fica fácil perceber por que o profundo impacto da ciência social sobre a constituição de sociedades modernas permanece oculto à visão. As "descobertas" da ciência social, se realmente são interessantes, não podem permanecer enquanto tais por muito tempo; de fato, quanto mais esclarecedoras elas forem, mais provavelmente serão incorporadas à ação e se tornarão, desse modo, princípios familiares da vida social.

As teorias e descobertas das ciências naturais estão numa relação "tecnológica" com seu "objeto de estudo". Ou seja, a informação que geram tem significado prático enquanto "meio" aplicado para alterar um mundo de objetos e acontecimentos autônomo e independentemente dado. Mas as ciências sociais não estão somente numa relação "tecnológica" com seu "objeto de estudo", e sua incorporação na ação leiga é apenas marginalmente "tecnológica". Muitas permutas possíveis de conhecimento e poder decorrem disso. Para demonstrar ser esse o caso, poderíamos retornar ao exemplo das observações de Maquiavel sobre a natureza da política. Os tópicos seguintes são possíveis envolvimento e ramificações dos escritos de Maquiavel:

- 1) Maquiavel pode, numa parte substancial, ter dado apenas uma certa forma de expressão ao que muitos governantes, e sem dúvida outras pessoas também, já sabiam – talvez até soubessem algumas dessas coisas discursivamente, embora seja improvável que tenham sido capazes de expressá-las tão incisivamente quanto o autor.
- 2) O fato de Maquiavel ter escrito esses textos introduziu um novo fator, assim que eles se tornaram acessíveis, o qual não existia antes quando as mesmas coisas eram conhecidas, se eram.
- 3) "Maquiavélico" tornou-se um termo pejorativo entre aqueles que ouviam falar das idéias assumidas por Maquiavel sem ter necessariamente um conhecimento em primeira mão

dos textos. Na Inglaterra, pensava-se geralmente que o autor fosse um manancial de depravações, antes de a primeira tradução inglesa de *O príncipe* ser publicada em 1640.

- 4) O tipo de discurso usado por Maquiavel em seus escritos foi um elemento ou aspecto de mudanças fundamentais nas ordens jurídica e constitucional de Estados modernos. Pensar sobre "política" de um modo particular e substantivamente novo era essencial para aquilo que a "política" se tornou⁵⁴.
- 5) Um governante que se pensasse ser um seguidor de Maquiavel, e tentasse governar de acordo com preceitos maquiavelistas, talvez achasse mais difícil aplicá-los do que um outro que não fosse conhecido como tal. Por exemplo, os súditos de um governante, que conheçam o preceito de que um povo tende a ser particularmente receptivo a favores concedidos por alguém que ele esperava ser um opressor, poderão desconfiar justamente desses favores.
- 6) Maquiavel estava perfeitamente ciente da maioria dos pontos acima e advertiu explicitamente sobre algumas de suas implicações em *O príncipe*. Portanto, muitos desses pontos tornaram-se ainda mais complexos na medida em que a própria consciência deles passou a fazer parte da atividade política.

Mas por que as formulações de Maquiavel devem permanecer significativas hoje, e ser seriamente discutidas como pertinentes às sociedades existentes, se foram absorvidas, de variadas maneiras, nessas sociedades? Por que os que trabalham nas ciências sociais não podem esquecer seus "fundadores", como os cientistas naturais fizeram? A resposta poderia ter a ver precisamente com o caráter constitutivo das idéias que um pensador como Maquiavel formula e representa. Maquiavel fornece-nos os meios de ponderada reflexão sobre conceitos e práticas que se tornaram parte da natureza da soberania, do poder político etc., em sociedades modernas. Ao estudar seus escritos, obtém-se uma percepção do que há de distinto no Estado moderno, porque ele escreveu num período relativamente inicial de seu desenvolvimento. Também não há dúvida de que desvenda ou dá uma forma discursiva específica a princípios

de governo que têm aplicação muito generalizada em Estados de todos os gêneros. Entretanto, a principal razão pela qual seus escritos não têm "data" é que eles constituem uma série de reflexões (estilisticamente brilhantes) sobre fenômenos que ajudaram a constituir. São formulações de modos de pensamento e ação pertinentes às sociedades modernas, não só em suas origens, mas também em sua forma organizacional mais permanente. Uma teoria arcaica da ciência natural não traz um interesse particular, uma vez que outras melhores tenham surgido. As teorias que se tornam parte de seu "objeto de estudo" (embora, talvez, em outros aspectos, resistindo a tal incorporação) retêm necessariamente uma importância que as teorias arqueológicas da ciência natural não possuem.

Promover o caráter crítico da ciência social significa favorecer uma percepção conceptual desenvolvida das conotações práticas de seu próprio discurso. O fato de as ciências sociais estarem profundamente implicadas naquilo com que se ocupam sugere um papel básico para a história das idéias. Assim, por exemplo, os estudos de Skinner a respeito do surgimento de formas modernas de discurso no Estado pós-medieval demonstram como estas se tornaram constitutivas daquilo que o Estado é⁵⁵. Ao provar que a natureza do Estado moderno pressupõe um coletivo de cidadãos que sabe o que é e como funciona esse Estado, Skinner ajuda-nos a ver como é específica e distintiva essa forma de Estado e como ela está entretecida com as mudanças discursivas que passaram a fazer parte das práticas sociais leigas.

As ciências sociais não podem fornecer conhecimento (relevante) que possa ser "contido", pronto para estimular intervenções sociais apropriadas quando necessário. Na ciência natural, os critérios comprobatórios envolvidos na decisão entre teorias e hipóteses estão (em princípio e usualmente também na prática, com exceções tais como o Lysenkoismo) nas mãos de seus especialistas profissionais. Eles podem prosseguir com a tarefa de filtrar provas e formular teorias sem interrupção do mundo a que as provas e teorias se referem. Mas nas ciências sociais essa situação não se observa – ou, mais exatamente, obser-

va-se muito menos com relação a teorias e descobertas que têm o máximo a oferecer em termos de seu valor revelador. Esta constitui grande parte da razão pela qual poderia parecer que as ciências sociais fornecem muito menos informação de valor para os criadores de diretrizes políticas do que as ciências naturais. As ciências sociais apóiam-se necessariamente em muito do que já é conhecido dos membros das sociedades que elas investigam, e fornecem teorias, conceitos e conclusões que serão reintroduzidos no mundo que descrevem. Os "hiatos" que podem aparecer entre o aparelho conceptual do especialista e as descobertas das ciências sociais, por um lado, e as práticas inteligentes incorporadas à vida social, por outro, são muito menos claros do que na ciência natural. Encaradas de um ponto de vista "tecnológico", as contribuições práticas das ciências sociais parecem ser, e são, restritas. Entretanto, vistas em termos de sua infiltração no mundo que analisam, as ramificações práticas das ciências sociais foram, e são, deveras profundas.

Os historiadores, como eu disse, não podem ser propriamente considerados especialistas numa dimensão de tempo, assim como os geógrafos tampouco podem ser vistos como especialistas numa dimensão de espaço. Essas divisões disciplinares, como vulgarmente concebidas, são expressões concretas da repressão de tempo e espaço em teoria social. Elas têm uma contrapartida na idéia de que a ciência social se ocupa de leis de uma natureza universal ou, pelo menos, altamente geral. Aqui temos a clara divisão tradicional entre ciência social e história: uma supostamente preocupada com a generalização, que é indiferente a tempo e lugar; a outra analisando o desdobramento de eventos situados no tempo-espaço. Não penso ser necessário, à luz das principais idéias que procurei desenvolver neste livro, alongar-me numa explicação de por que essa idéia tradicional é destituída de valor.

Se os historiadores não são especialistas em tempo, no que fica a noção de que eles são especialistas no estudo do passado? Essa noção é não só, talvez, intuitivamente atraente, mas também tem sido defendida por muitos historiadores eminentes, assim como por filósofos. Oakeshott explica o termo "passado histórico" da seguinte maneira*. O mundo que um indivíduo percebe, diz ele, está "inconfundivelmente presente". Estou postado no meio-fio de uma rua e observo o que se passa à minha volta. Enquanto ali estou, o tempo passa, mas eu assisto a um "presente contínuo", no qual "a passagem do tempo não é

* As referências podem ser encontradas a pp. 436-8.

marcada por nenhuma mudança perceptível nem mesmo por uma sugestão de movimento"². Vejo um homem passar capengando, com uma perna de pau. Ele é parte do "presente contínuo", a menos que eu o perceba não como um homem com uma perna de pau, mas como um homem que perdeu sua perna. Tal consciência do passado, argumenta Oakeshott, é suscitada não por negligência do presente, mas por uma interpretação especial do presente que atende ao que é evocado pela palavra "perdeu". O presente em compreensão histórica é composto de tudo o que se reconhece como remanescentes ou relíquias de um "passado conservado":

A única entrada de um historiador no passado é por meio desses remanescentes. E a primeira preocupação de uma investigação histórica consiste em reuni-los desde onde se encontram dispersos no presente, recuperar o que poderá ter sido perdido, impor algum tipo de ordem a essa confusão, reparar os danos que possam ter sofrido, reduzir sua fragmentação, discernir suas relações, reconhecer um remanescente em termos de sua proveniência e, assim, determinar seu caráter autêntico como um desempenho passado de ordem prática, ou filosófica, ou artística etc.³

Através dos fragmentos do passado que sobreviveram, o historiador tenta recuperar aqueles aspectos do passado que se esfumaram no tempo.

Essa interpretação da natureza da história poderá ser entendida de dois modos algo diferentes, concebendo a história como empenhada em recuperar um passado perdido ou como preocupada com técnicas específicas de hermenêutica textual de algum modo peculiar ao historiador. De acordo com a primeira interpretação, a história teria um "objeto próprio de estudo" bem definido; de acordo com a segunda, sua característica mais notável seria primordialmente metodológica. Mas nem uma nem outra dessas interpretações tem muita plausibilidade quando examinada mais detalhadamente. Por "presente", como seu exemplo do indivíduo na esquina da rua deixa claro, Oakeshott entende algo próximo do que eu denominei "presença". Mas os limites da presença são tanto espaciais quanto temporais. A

recuperação interpretativa de um passado perdido não pode ser facilmente separada – nem o deve ser – da elucidação interpretativa de diferenças culturais disseminadas “lateralmente” por toda a face do globo. Pois toda a análise dessa natureza envolve a coordenação do temporal e do espacial de modos sutis e intrincados. O leitor que não admite esse ponto não terá muita simpatia pela teoria da estruturação, tal como a desenvolvi nas páginas precedentes. Se o ponto de vista de Oakeshott é considerado metodológico, por outro lado, subentende que o caráter distinto da história reside na competência do historiador, enquanto especialista na interpretação de textos ou relíquias remanescentes de eras passadas. Essa idéia recebe certamente considerável apoio entre os historiadores, e não sem razão, pois é por demais evidente que a leitura atenta e a elucidação de textos ou relíquias materiais é uma preocupação primordial da pesquisa histórica. Muitos cientistas sociais poderão também ver uma divisão de trabalho entre história e ciência social de acordo com essa idéia; os atores nos quais o cientista social está interessado estão vivos e, portanto, é possível ter comunicação direta com eles; aqueles que interessam ao historiador, estando mortos, inviabilizam tal comunicação. A diferença é obviamente de grande importância, não só porque os vivos podem responder a perguntas enquanto os mortos não podem, mas também porque os vivos podem igualmente replicar. Quer dizer, eles podem questionar ativamente, ou alterar sua atividade em função de quaisquer “descobertas” que tenham sido difundidas a respeito deles. Entretanto, não se segue daí que possa ser feita uma divisão proveitosa entre história e ciência social de acordo com essa orientação. Pois a maior parte da ciência social é feita em – e através de – textos e outros materiais “secundários”, tal como o é a história. Os esforços que um cientista social poderá despendar em comunicação direta com os agentes sujeitos de suas investigações são provavelmente exíguos quando comparados com os que devem ser consumidos no trabalho com materiais textuais. Além disso, até que ponto existem problemas interpretativos a ser resolvidos para que os textos adquiram sentido – usando-os como exemplificações e

como descrições de um dado contexto de atividades – depende não da “distância” no tempo mas de quanto se pode extrair de materiais disponíveis, ainda que escassos, e do grau de diferença cultural envolvido.

Portanto, se existem duas disciplinas cuja interseção envolve os limites de presença, certamente são a arqueologia e a hermenêutica: a primeira, porque esta é a disciplina por excelência que se ocupa de relíquias ou remanescentes, a quinilharia arremessada nas praias dos tempos modernos e aí deixada quando as correntes sociais nas quais foi criada se escoaram; a segunda, porque todos os remanescentes de um “passado conservado” têm de ser interpretados, sejam eles cerâmicas ou textos, e porque essa tarefa de recuperar o passado é conceptual e metodologicamente indistinguível da interposição de redes de significado encontrados em culturas coexistentes.

Se a ciência social não é, e não pode ser, a história do presente, e se não está, nem pode estar, preocupada simplesmente com generalizações à margem do tempo e do espaço, então o que a distingue da história? Penso que temos de responder como Durkheim (embora adotando uma linha diferente de raciocínio para chegar a esse resultado): nada – quer dizer, nada que seja conceptualmente coerente ou intelectualmente defensável. Se existem divisões entre ambas as ciências, elas são divisões substantivas de trabalho; não há um cisma lógico ou metodológico. Os historiadores especializados em determinados tipos de materiais textuais, linguagens ou “períodos” não estão livres de envolvimento com os conceitos da teoria social e os dilemas que lhes são inerentes. Mas os cientistas sociais cujas preocupações são as teorias mais abstratas e gerais sobre a vida social não estão igualmente livres das exigências hermenêuticas da interpretação de textos e outros objetos culturais. A pesquisa histórica é pesquisa social e vice-versa.

Dizer isso já deixou de ser, por certo, a heresia que foi outrora. Vejamos, em primeiro lugar, o que esteve acontecendo do lado da história. Abrams resume as coisas muito bem quando diz acerca do trabalho de historiadores:

O desenvolvimento realmente significativo dos últimos vinte anos foi a publicação de um sólido acervo de trabalho histórico teoricamente autoconsciente, que progressivamente mostrou o que havia de absurdo nas concepções de história anteriores, como algo que, de certa forma, não estava, em princípio, envolvido no mundo teórico das ciências sociais. A mudança social é feita por pessoas que fazem coisas novas. À medida que as obras-primas reconhecidas da disciplina da história vão ficando, teoricamente, cada vez mais explícitas, e que a unidade do método teórico da história e da sociologia torna-se, desse modo, cada vez mais óbvia, a insistência contínua de um remanescente de historiadores profissionais em que a teoria não faz parte de seu negócio torna-se cada vez mais firmemente a base efetiva da "instituição" da história e cada vez mais abertamente uma nostalgia ineficaz.⁴

A expressão fundamental aqui é "unidade do método teórico". Os problemas da teoria social, de agência, estrutura e formas de explicação, são compartilhados em geral por todas as ciências sociais, seja qual for a divisão de trabalho que, em outros aspectos, possa existir entre elas.

Stone escreveu perspicazmente sobre a influência das ciências sociais sobre a história nas duas décadas mencionadas por Abrams⁵. Ele distingue várias maneiras pelas quais os envolvidos na "nova história" foram influenciados pelas ciências sociais. Os historiadores, ele concorda com Abrams, adquiriram maior consciência de seu inevitável envolvimento com a teoria social, isto é, passaram a aceitar que não podem deixar inteiramente implícitas as pressuposições teóricas que guiam seu trabalho; ao explicitá-las, estão colocando sobre a mesa cartas que anteriormente talvez preferissem manter escondidas nas mãos. Outras contribuições das ciências sociais foram mais metodológicas. Métodos de quantificação foram aplicados com algum êxito a uma série de diferentes questões históricas – um fenômeno de importância, quando menos devido ao uso de tais métodos constituir um ponto de partida inteiramente novo em história.

Entretanto, com relação a essas contribuições, houve uma pressão contrária por parte dos interessados em impor as pre-

tensões da chamada "história narrativa". O debate entre os defensores da "nova história", por um lado, e os proponentes da "história narrativa", por outro, pode ser, em alguns aspectos principais, perfeitamente visto como a versão dos historiadores do mesmíssimo dualismo de ação e estrutura que tem assediado o desenvolvimento da ciência social em geral. Aqueles que favorecem a história narrativa objetam quanto à maneira como a "nova história" tende a oferecer descrições da conduta humana, implicando que esta é o resultado de causas sociais fora da influência dos atores envolvidos. Eles estão certos em assim proceder, pois o proveito de incluir na história estilos de teorização evitados de falhas desde a origem é suscetível de ser estritamente limitado. Mas propor a "história narrativa" como alternativa da "história analítica", como se tivéssemos que optar exclusivamente por uma em detrimento da outra, é certamente um equívoco.

Supostamente a história narrativa é a narração de histórias, no reconhecimento consciente da raiz comum que "história" (*history*) tem com "história" (*story*) e do fato de que *histoire* significa ambas as coisas. As histórias contadas têm de harmonizar-se com as exigências da prova fática, mas o que lhes confere coesão e impõe a anuência do leitor é a coerência do enredo, o modo pelo qual o caráter deliberado da atividade dos descritos é transmitido e os contextos da atividade são retratados. Assim, no decorrer de sua descrição do que é história narrativa, Elton observa: "Para que a ação possa ser entendida, seu cenário, circunstâncias e fontes devem ser evidenciados"⁶, uma afirmação que não sofre objeções. Conforme analisadas por Elton e outros, narrativa e o que mencionei antes como etnografia são mais ou menos a mesma coisa. Mas se disso não se segue que o uso de técnicas etnográficas deve estar inevitavelmente associado ao subjetivismo, tampouco se segue que a história narrativa tenha qualquer conexão lógica com uma posição teórica que rejeite conceitos estruturais. Os defensores da história narrativa estão plenamente justificados ao objetar contra a introdução indiscriminada dos conceitos de sociologia estrutural na obra de historiadores. Mas não têm razão em supor que esses

conceitos possam ser totalmente ignorados. O que faz de uma narrativa uma "história" persuasiva não é apenas a coerência do enredo, mas, como diz Elton, a compreensão de "cenário, circunstâncias e fontes" de ação. Entretanto, os cenários e circunstâncias em que a ação ocorre não vêm do nada; eles próprios precisam ser explicados dentro do mesmo quadro lógico em que também deve ser explicada a ação descrita e "compreendida". É exatamente esse fenômeno que considero básico na formulação da teoria da estruturação.

Consideremos brevemente o assunto pelo lado dos recentes desenvolvimentos em ciência social, concentrando-nos sobretudo na sociologia. Poderíamos dizer que a sociologia tem suas origens na história moderna, concebida como a análise das origens e impacto do capitalismo industrial no Ocidente. Mas quando tais problemas foram tratados pela geração de autores sociológicos pós-Segunda Guerra Mundial, eles renderam-se freqüentemente às formas de evolucionismo que me interessei antes em criticar. Deve ficar claro que o evolucionismo pode facilmente tornar-se mais um inimigo da história do que o aliado que superficialmente poderia parecer, pois encoraja um desrespeito arbitrário a questões de detalhe histórico, ao introduzir à força a história humana em esquemas previamente fixados.

Onde o evolucionismo não fez grandes avanços, houve uma tendência muito forte de identificar a "sociologia", e sua separação da "história", precisamente naqueles termos que anteriormente considerei vazios. A descrição de Lipset a respeito desse ponto de vista é característica:

A tarefa do sociólogo é formular hipóteses gerais, promissoramente implantadas num quadro teórico de referência mais amplo, e testá-las. [...] A história deve ocupar-se da análise do conjunto específico de eventos ou processos. Onde o sociólogo procura conceitos que abranjam uma variedade de determinadas categorias descritivas, o historiador deverá manter-se atento aos acontecimentos reais e evitar afirmações que, através da vinculação do comportamento num tempo ou lugar a um comportamento em outro tempo ou lugar, leva a uma distorção na descrição do que ocorreu no conjunto de circunstâncias que está sendo analisado.⁷

Mas o que essa divisão descreve é a que existe entre preocupações generalizadoras e outras mais específicas, não entre sociologia e história⁸.

O termo "sociologia" foi inventado por Comte e, até tempos muito recentes, preservou em maior proporção uma forte conexão com o estilo de pensamento do qual ele foi um representante tão proeminente. Muitos que refutaram o evolucionismo e o funcionalismo associaram a sociologia, não obstante, a alguns dos princípios básicos do objetivismo. As "hipóteses gerais" de que fala Lipset são comumente consideradas tal como as discuti acima, isto é, como leis que expressam relações causais que funcionam de um modo algo independente da volição dos agentes a cuja conduta elas se referem. Não é apenas o contraste entre o "nomotético" e o "ideográfico" que os sociólogos são propensos a ter em mente neste caso. Se, como a sociologia estrutural sugere, o caráter distinto da sociologia deve ser encontrado precisamente em sua preocupação dominante com a coerção estrutural, pode ser aduzida a implicação de que os historiadores trabalham em mais estreito contato com as atividades contextualizadas de agentes intencionais. Se é dessa maneira que os conceitos "sociológicos" são entendidos quando introduzidos na história, é fácil perceber por que os defensores da história narrativa desconfiam deles e como podem defender o que interpretam como "história", comparado com "sociologia". Ambas as partes fornecem apoio a uma dicotomia disciplinar que não faz qualquer sentido lógico ou metodológico.

O que mudou, e está mudando, a sociologia é, sem dúvida, num considerável grau, o declínio da hegemonia de que gozaram outrora o objetivismo e o funcionalismo. A repressão do tempo em teoria social, tal como foi perpetrada pelos sociólogos, de qualquer modo, também significou, definitivamente, uma repressão da história — tempo, história e mudança social tendem a ser assimilados dentro do funcionalismo⁹. Mas eis que sobreveio também um desapontamento com os dois tipos de tradição que dominaram a análise das sociedades industrialmente avançadas até umas duas décadas atrás: a "teoria da sociedade industrial", por um lado, e o marxismo, por outro¹⁰. No

período após a Segunda Guerra Mundial, ambas as tradições foram propensas a apresentar um forte matiz evolucionista, assim como vários dos traços secundários que, como indiquei, estão associados ao evolucionismo. Em especial, a tendência de ambas era substancialmente europocêntrica. O desafio que a teoria da “dependência” e do “sistema mundial” criou para esses esquemas de desenvolvimento tem um papel considerável no ataque desencadeado contra os pressupostos europocêntricos. Mas há também provas claras do impacto da “nova história”, o qual indicou ser provável que muitas das suposições que os sociólogos formularam acerca da Europa pré-capitalista estavam basicamente erradas¹¹.

Entretanto, os sociólogos têm muito mais a aprender do trabalho dos historiadores do que a maioria está atualmente preparada para admitir. Poderíamos propor, como exemplo-chave, a obra de Braudel, exaltada entre os “novos historiadores” mas ainda largamente desconhecida daqueles que supostamente trabalham com a “sociologia”. Os escritos de Braudel mostram a influência que, desde cedo, a sociologia, particularmente a filtrada pelo grupo do *L'année sociologique*, exerceu sobre o desenvolvimento da história na França. Em alguns aspectos, sem dúvida, esses escritos refletem as deficiências das concepções sociológicas do grupo. Mas também, em outros aspectos, vão muito além das limitações desses pontos de vista, e não só em seu conteúdo substantivo, mas igualmente em seu refinamento teórico, revestem-se de grande interesse para a sociologia. O “diálogo entre estrutura e conjuntura”¹² que Braudel quer captar é paralelo ao que eu procuro representar de um modo mais detalhado na teoria da estruturação. Braudel é o historiador da *longue durée*, mas também está explicitamente interessado em ligar o contingente e o curto prazo a instituições que perduram em longos períodos de tempo.

Que autores poderão parecer mais distanciados um do outro, à primeira vista, do que Braudel e Goffman? Figuras totalmente incompatíveis, poder-se-á pensar, e mesmo mencionar os dois de uma vez parece levemente absurdo. Braudel estuda a história ao longo de vários séculos, enquanto Goffman evita re-

solutamente qualquer análise do desenvolvimento dos contextos institucionais em que a atividade social ocorre. Contudo, ambos fundamentam seus estudos nos eventos da vida cotidiana. O que os liga é uma preocupação primacial com o tempo, não como duração cronológica, mas como inerente às complexidades da reprodução social. Conforme tentei indicar, podemos aprender muito com Goffman acerca do modo como se reproduzem as instituições mais profundamente sedimentadas; Goffman não é convenientemente visto como o teórico do trivial ou do efêmero. *Per contra*, Braudel não deve ser visto como propoente do estudo de vastas extensões históricas, nas quais os atores individuais parecem ser os joguetes de irresistíveis correntes sociais, uma “história determinista, fatalista”¹³. A história é a estruturação de eventos no tempo e no espaço mediante a interação contínua de agência e estrutura, a interconexão da natureza mundana da vida diária com as formas institucionais que se estendem sobre imensos períodos de tempo e de espaço.

Ao assinalar as importantes convergências atuais entre o trabalho de historiadores e o de sociólogos, não desejo sugerir unicamente que a história deveria tornar-se mais sociológica e a sociologia mais histórica. Há mais do que isso em jogo. Uma recuperação de tempo e espaço para a teoria social significa teorizar a agência, a estrutura e a contextualidade como o foco para os problemas de pesquisa em ambos.

Contextualidade significa tanto espaço quanto tempo, e aqui podemos voltar-nos para a relação entre geografia e sociologia. A geografia é desde há muito um assunto menos afeito, no plano intelectual, do que a história e, na literatura, há muito menos estudos sobre a relação entre geografia e sociologia do que sobre história e sociologia. Muitos sociólogos têm se preocupado em averiguar até que ponto a “sociologia” é, ou deve ser, “histórica” – de modos diferentes, segundo seja entendido cada termo –, mas, que seja de meu conhecimento, raros sentiram a mesma inquietação a respeito da geografia. Isso deve-se provavelmente não apenas à diferença de prestígio intelectual da história e da geografia, mas também à maior transparência que o conceito de espaço parece ter em comparação com o de tempo.

A distância espacial é obviamente fácil de compreender e de enfrentar no plano conceptual, enquanto a distância temporal não o é. Poderia parecer que de tal argumentação segue-se que o espaço pode ser entregue aos geógrafos e que o estudo das formas espaciais é relativamente sem interesse. Mas essa conclusão seria superficial. Talvez a frase pareça bizarra, mas os seres humanos "fazem sua própria geografia", tanto quanto "fazem sua própria história". Ou seja, as configurações espaciais da vida social são matéria de tanta importância básica para a teoria social quanto as dimensões de temporalidade e, como tenho freqüentemente acentuado, para muitos fins é apropriado pensar mais em termos de tempo-espaço do que tratar tempo e espaço separadamente.

As raízes da geografia humana no final do século XIX têm algo em comum com as da sociologia. Como no caso da história, a geografia humana foi influenciada de maneira significativa por Durkheim e os filiados a *L'année sociologique*. Isso vale tanto para Ratzel quanto para Vidal de la Blanche, talvez as duas figuras mais influentes na formação inicial da geografia. O lema de Ratzel era "Die Menschheit ist ein Stück der Erde" [A humanidade é um fragmento da Terra]¹⁴, mas ele também enfatizou a importância da organização social como um fenômeno independentemente estabelecido. Durkheim viu corretamente na obra de Ratzel um "aliado potencial" para a concepção da sociologia tal como desejava desenvolvê-la¹⁵. O conceito de Vidal de *genre de vie* [gênero de vida] expressa diretamente a influência de Durkheim. Tal como foram adotadas por Lucien Febvre, as idéias de Vidal tiveram importante impacto na obra dos historiadores franceses, entre eles Braudel¹⁶. A concentração deste último na área mediterrânica como um todo, em vez de nas fronteiras definidas por nações-Estados ou em designações políticas como "Europa", reflete fortemente a ênfase de Vidal. Subseqüentemente, porém, a influência de Ratzel e Vidal na sociologia foi fraca. Nas décadas seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial, sociologia e geografia enveredaram por direções próprias e quase sempre separadas.

Depois, entretanto, as coisas mudaram sensivelmente. A convergência perceptível de pesquisas talvez não seja tão grande quanto entre a história e a sociologia, mas a geografia humana certamente recuperou a maior parte da estreita associação com a sociologia de que costumava desfrutar em gerações prévias¹⁷. A "nova geografia" da década de 1960, tal como a "nova história", foi fortemente influenciada pela introdução de métodos quantitativos provenientes de outras áreas das ciências sociais. A idéia de que a geografia está primordialmente interessada no estudo da regionalização viu-se substituída por uma ênfase mais abstrata sobre a forma espacial. Ecoando o fluxo de idéias em outras esferas das ciências sociais, a "nova geografia" já sucumbiu substancialmente às críticas de empirismo que tiveram um impacto tão poderoso em todo o pensamento social e político moderno. O resultado, porém, é que a obra de geógrafos tem hoje tanto a contribuir para a sociologia quanto os sociólogos podem oferecer em troca. Pois a geografia humana acabou por conter muitos dos mesmos conceitos e por envolver-se nos mesmos debates metodológicos da sociologia.

Nos capítulos precedentes, tentei deixar claro os que considero serem alguns dos principais aspectos em que conceitos geográficos podem incorporar-se à teoria da estruturação. Não quero sugerir, é claro, que a obra de Hägerstrand e seus seguidores esgota o que a geografia tem a oferecer à sociologia. Mas é especialmente relevante para a teoria da estruturação por razões que procurei especificar. Oferece *insights* de natureza teórica, quando submetida a uma adequada avaliação crítica, mas também técnicas de pesquisa que podem ser diretamente aplicadas ao trabalho empírico. O tempo-geografia oferece três vantagens sobre as técnicas estabelecidas de pesquisa social, com as quais, é claro, pode em qualquer caso ser combinado. Uma vantagem é que sensibiliza o trabalho de pesquisa para as contextualidades da interação, sobretudo na medida em que estas se ligam aos aspectos físicos dos *milieux* em que os atores se movimentam. A maioria das pesquisas sociais, conforme praticadas por sociólogos, tem sido avessa a examinar as conexões entre aspectos físicos e sociais de *milieux*, com as honrosas

exceções da escola de Chicago e dos chamados teóricos “ecológicos”¹⁸. Uma outra vantagem é que dirige nossa atenção para o significado da rotinização das atividades cotidianas que estão no âmago das instituições sociais. A terceira é que, ao desenvolver a idéia da vida cotidiana como uma série de percursos tempo-espaço entrecruzados, o tempo-geografia oferece um modo de mapeamento e de análise de padrões de reprodução social¹⁹.

A tentativa de substituir a noção de regionalização em geografia por modelos mais abstratos de forma espacial é, em meu entender, um esforço equivocado. Não penso ser útil fazer da análise da regionalização a preocupação específica e peculiar da geografia. Como procurei enfatizar, a regionalização é uma noção que deveria ser vista como desempenhando um papel destacado em teoria social. A regionalização é mais bem entendida não como um conceito totalmente espacial, mas como um que expressa o agrupamento de contextos no tempo-espaço. Como tal, é um fenômeno de importância decisiva para a sociologia, nos níveis teórico e empírico. Nenhum conceito ajuda mais a remediar as enganadoras divisões entre pesquisa “micro-” e “macrossociológica”; nenhum conceito ajuda mais a rebater a suposição de que uma “sociedade” é sempre uma unidade com fronteiras nítidas e precisamente definidas. Os problemas com a noção de regionalização, tal como foi adotada pela sociologia, consistem: 1) em que ela tem figurado primordialmente no âmbito da sociologia urbana; 2) em que tem sido usada principalmente com referência a bairros; e 3) em que a sociologia urbana tem sido tradicionalmente entendida como um “campo” da sociologia entre outros.

Cada um desses usos deve ser questionado. Conforme procurei formulá-la, a regionalização não é certamente equivalente a “ciência regional”, mas, não obstante, tem um uso muito amplo. A “sociologia urbana” é um dos principais interesses compartilhados por geógrafos e sociólogos e o domínio no qual têm sido mais profusas as permutas entre as duas disciplinas. Existem paralelos interessantes entre a obra de Vidal, baseada principalmente em ambientes rurais, e a da escola de Chicago,

baseada em ambientes urbanos. Park tinha conhecimento dos escritos da geografia humana francesa, embora pareça ter elaborado independentemente seus principais conceitos. É lamentável que a influência de Park tenha sido fortíssima a respeito da ecologia urbana, marcada por uma concepção formalista de espaço e enfatizando um ponto de vista objetivista. Em suas obras ulteriores, Park aderiu à noção de que, se pudermos “reduzir todas as relações sociais a relações de espaço”, poderemos considerar “a possibilidade de aplicar às relações humanas a lógica fundamental das ciências físicas”²⁰. Mas, em seus primeiros escritos, ele enfatizou muito mais o bairro como um fenômeno contextualizante, ordenado por traços sociais distintos e expressos como *genres de vie*. É essa espécie de ênfase que precisa ser retida, embora sendo mais vista como associada à regionalização em geral do que aos bairros urbanos em particular.

A sociologia urbana não é meramente um ramo da sociologia entre outros. É da maior importância sublinhar isso e ao reconhecê-lo progressos recentes na teoria urbana ajudaram ainda mais a demolir algumas das divisões entre geografia e sociologia. Como indiquei anteriormente, um exame da natureza das cidades é de grande importância na análise de questões comumente apresentadas como de caráter puramente lógico, incluindo em especial o problema micro/macro. O termo “cidade” é aqui suscetível de induzir em erro. Se as cidades desempenharam praticamente em toda parte um papel fundamental na organização de sociedades de grande escala, em sociedades divididas em classes isso não ocorreu. Na medida em que o urbanismo moderno é expressão de um novo tipo de organização de tempo-espaço, ele está em descontinuidade com as cidades tradicionais e suas origens coincidem com as do tipo capitalista-industrial de sociedade. Não é preciso concordar com todos os temas da obra de Castell para admitir que ele foi importante na transferência de ênfase, em teoria urbana, da “sociologia urbana” para a importância genérica do urbanismo para a teoria social²¹. A análise do urbanismo, enquanto base do “ambiente criado”, certamente ocuparia uma posição principal em qualquer programa empírico de estudo que a teoria da estruturação

pudesse ajudar a gerar sobre as sociedades industrializadas hodiernas.

O que os sociólogos podem aprender com a obra dos geógrafos? Não só a importância da regionalização e das técnicas para estudá-la, mas também o significado do que os geógrafos tradicionalmente chamam de lugar (mas eu prefiro chamar de local) na reprodução de práticas sociais. Os escritos de Pred podem ser citados como exemplo instrutivo, na medida em que combinam o estudo empírico do urbanismo com uma perspectiva influenciada pelo tempo-geografia e pela teoria da estruturação²². Como Pred corretamente sublinha, o conceito de caráter “situado” da interação social só pode ser empiricamente dissecado de forma adequada se apreendermos como a “reprodução de determinadas instituições culturais, econômicas e políticas no tempo e no espaço está continuamente vinculada a ações temporal e espacialmente específicas, conhecimentos acumulados e biografias de determinados indivíduos”²³. A coordenação dos percursos diários de indivíduos dentro de uma dada série de locais, somada ao que alguns pesquisadores denominaram um “senso de lugar”, constituem aspectos concretizados da dualidade da estrutura. A dialética de “percurso diário” e “percurso da vida” é o modo como a continuidade da biografia do indivíduo se expressa na continuidade da reprodução institucional, assim como a expressa. Um senso de lugar parece ser de grande importância na sustentação da segurança ontológica, precisamente porque fornece um elo psicológico entre a biografia do indivíduo e os locais que constituem os cenários dos percursos tempo-espaço onde o indivíduo se movimenta. Os sentimentos de identificação com locais maiores – regiões, nações etc. – parecem distinguíveis dos criados e reforçados pelos contextos localizados da vida cotidiana. Estes últimos são provavelmente muito mais importantes com relação à reprodução de continuidades institucionais em grande escala do que os primeiros²⁴. Pred sugere que a pesquisa deve explorar o duplo sentido que a expressão “ter lugar” pode adquirir. A atividade social tem lugar em locais definidos, mas isso não deve ser entendido simplesmente como a localização passiva de tal

atividade, no âmbito de certas situações. As atividades humanas “têm lugar”, mediante a apropriação e transformação da natureza, em parte nenhuma tão evidente quanto no ambiente criado do urbanismo moderno.

A título de retribuição, o que os geógrafos podem aprender com os sociólogos? Talvez muito pouco, visto que nestes últimos anos os geógrafos passaram a estar ao corrente dos debates e questões em curso na sociologia. Uma contribuição que pode ser feita, entretanto, consiste em ajudar a desfazer a suposição de que pode existir uma “ciência do espaço distinta”. Na geografia humana, as formas espaciais são sempre formas sociais. Considere-se a asserção, representativa de um certo tipo de literatura geográfica, de que a geografia se interessa em estabelecer “as conexões espaciais entre conjuntos de fatos, mediante a descoberta de leis espaciais” e em elucidar “as conexões entre as próprias leis, mediante a construção de teorias espaciais, que são os padrões ou sistemas no domínio dos problemas espaciais”²⁵. Tais formulações, é claro, expressam uma concepção de leis que descartei anteriormente como inadequada; representam uma tentativa de formar uma “física social num contexto espacial”²⁶. Mais importante ainda, porém, elas supõem que o espaço tem sua própria natureza intrínseca, uma proposta logicamente discutível e empiricamente estéril. O espaço não é uma dimensão vazia ao longo da qual agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação. O mesmo ponto formulado em relação à história aplica-se à geografia (humana): não há diferenças lógicas ou metodológicas entre geografia humana e sociologia!

Referências

Teoria da estruturação, pesquisa empírica e crítica social

1. Cf. *NRSM*, cap. 3.
2. Willis, Paul. *Learning to Labour*. Farnborough, Saxon House, 1977.

3. *Ibidem*, p. 11.
4. *Ibidem*, pp. 29-30.
5. *Ibidem*, p. 33.
6. Cf. especialmente: *ibidem*, cap. 5.
7. Citado em: *ibidem*, p. 64.
8. *Ibidem*, p. 107.
9. Cohen, G. A. *Karl Marx's Theory of History, a Defence*. Oxford, Clarendon Press, 1978.
10. Neste ponto, baseio minha análise em "Commentary on the debate", um debate sobre funcionalismo, em *Theory and Society*, 1982, vol. II.
11. Willis, P. *Learning to Labour*, cit., p. 66.
12. *Ibidem*, pp. 68 ss.
13. *Ibidem*, p. 107.
14. Ver CPST, pp. 104-6.
15. Marx, Karl. *Capital*. Londres, Lawrence & Wishart, 1970, vol. 1, p. 169. [Edição brasileira: *O Capital*, Trad. de Ronaldo A. Schmidt. Zahar Editores, 1967, pp. 30-1.]
16. Relatado em: Gambetta, Diego. "Were they pushed or did they jump?" Universidade de Cambridge, 1982, tese de doutorado.
17. Leibowitz, A. "Family background and economic success: a review of the evidence". In: Taubman, P. *Kinometrics: Determinants of Socioeconomic Success Between and Within Families*. Amsterdam, North Holland, 1977.
18. Barbagli, M. *Disoccupazione intellettuale e sistema scolastico in Italia*. Bolonha, Il Mulino, 1974.
19. *Ibidem*; citado em: Gambetta, D. "Were they pushed or did they jump?", cit., pp. 225-6.
20. *Ibidem*, pp. 243-4.
21. NRSM, cap. 3.
22. Elster, Jon. *Logic and Society, Contradictions and Possible Worlds*. Chichester, Wiley, 1978; *idem*. *Ulysses and the Sirens*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979; Boudon, R. *The Unintended Consequences of Social Action*. Londres, Macmillan, 1982.
23. Elster, J. *Logic and Society*, cit., cap. 5.
24. *Ibidem*, pp. 113-18.
25. Este é o fenômeno que Olsen tornou muito conhecido; ver: Olson, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Mass.; Harvard University Press, 1963.
26. Boudon, R. *The Unintended Consequences of Social Action*, cit., cap. 4; os comentários críticos são feitos por: Elster, J. *Logic and Society*, cit., pp. 126-7.

27. Ver especialmente o artigo hoje clássico de Offe e Ronge: Offe, Claus e Ronge, Volker. "These on the theory of the state". *New German Critique*, vol. 6, 1975.
28. *Ibidem*, p. 250.
29. A própria pesquisa de Offe interessou-se especialmente pelos mercados de trabalho e educação. Sua tese é a de que as políticas educacionais e de treinamento são fortemente influenciadas pela necessidade percebida de promover a vendabilidade da força de trabalho. As políticas de *laissez-faire* e "assistenciais do Estado de Bem-Estar" são comparadas com as de "remercadorificação administrativa". Ver: Offe, Claus. *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*. Frankfurt, Suhrkamp, 1972; *idem*. *Berufsbildungsreform*. Frankfurt, Suhrkamp, 1975.
30. Cada um desses três casos provém de: Sieber, Sam D. *Fatal Remedies*. Nova York, Plenum Press, 1981, pp. 60-1, 67-8, 85.
31. CPST, p. 144.
32. Um ponto assinalado por: Skocpol, Theda. *States and Social Revolutions*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979, p. xii.
33. Ingham, G. K. *Capitalism Divided? The City and Industry in Britain*. Londres, Macmillan, 1984.
34. Hilferding, Rudolf. *Finance Capital*. Londres, Routledge, 1981.
35. Ingham, G. C. *Capitalism Divided?*, cit.
36. Critiquei essa tendência em várias fontes. Ver: *Capitalism and Modern Social Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971, cap. 15; CSAS, Introdução; CPST, cap. 6.
37. O exemplo provém de Thomas P. Wilson, a cuja obra sobre esse assunto sou grande devedor. Ver: "Qualitative 'versus' quantitative methods in social research". Departament of Sociology, University of California at Santa Barbara, 1983 (mimeo.). Publicado na Alemanha pela revista: *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, vol. 34, 1982. Ver também: Maynard, Douglas W. e Wilson, Thomas P.: "On the reification of social structure". In: McNall, Scott G. e Howe, Gary N. *Current Perspectives in Social Theory*. Greenwich, Conn., JAI Press, 1980, vol. 1.
38. Wilson, T. P. "Qualitative 'versus' quantitative methods in social research", cit., p. 20.
39. Cf. CPST, pp. 248-53.
40. Winch, Peter. *The Idea of a Social Science*. Londres, Routledge, 1963.
41. Gadamer, Hans-Georg, *Truth and Method*. Londres, Sheed & Ward, 1975.

42. CPST, pp. 250-3.
43. NRSB, pp. 150-3.
44. *Ibidem*.
45. Crocker, J. C. "My brother the parrot". In: Sapis, J. D. e Crocker, J. C. *The Social Use of Metaphor*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1977; também discutido em: Sperber, Dan. "Apparently irrational beliefs". In: Hollis, Martin e Lukes, Steven. *Rationality and Relativism*. Oxford, Blackwell, 1982.
46. Bhaskar, Roy. *The Possibility of Naturalism*. Brighton, Harvester, 1979, pp. 80 ss.
47. Hempel, Carl G. *Philosophy of Natural Science*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966, p. 55.
48. "Classical social theory and the origins of modern sociology". In: PCST.
49. Ver NRSB, cap. 1, *passim*.
50. Taylor, Charles. "Political theory and practice". In: Lloyd, Christopher. *Social Theory and Political Practice*. Oxford, Clarendon Press, 1983, p. 74. Cf. também: MacIntyre, Alasdair. "The indispensability of political theory". In: Miller, David e Siedentop, Larry. *The Nature of Political Theory*. Oxford, Clarendon Press, 1983.
51. Myrdal, Gunnar. "The social sciences and their impact on society". In: Shanin, Teodor. *The Rules of the Game*. Londres, Tavistock, 1972, p. 348.
52. Machiavelli, Niccolò. *The Prince*. Harmondsworth, Penguin, 1961, p. 69. [Edição brasileira: *O príncipe*. Trad. de Livio Xavier, São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 46. Col. "Os Pensadores", vol. IX.]
53. Ver: Atkinson, J. Maxwell. *Discovering Suicide*. Londres, Macmillan, 1978.
54. Ver: Skinner, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. 2 vols. Cambridge, Cambridge University Press, 1978; idem. *Machiavelli*. Oxford, Oxford University Press, 1981.
55. Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought*, cit.

Notas críticas: ciência social, história e geografia

1. Oakeshott, Michael. *On History*. Oxford, Basil Blackwell, 1983.
2. *Ibidem*, p. 7.
3. *Ibidem*, p. 32.
4. Cf. Abrams, Philip. *Historical Sociology*. Londres, Open Books, 1982, p. 300.

5. Stone, Lawrence. *The Past and the Present*. Londres, Routledge, 1981, pp. 16 ss., *passim*.
6. Elton, G. R. *The Practice of History*. Londres, Fontana, 1967, p. 173.
7. Lipset, S. M. "History and sociology: some methodological considerations". In: Lipset, S. M. e Hofstadter, Richard. *Sociology and History*. Nova York, Basic Books, 1968, pp. 22-3.
8. Cf. Stinchcombe, Arthur L. *Theoretical Methods in Social History*. Nova York, Academic Press, 1978.
9. Cf. "Functionalism: après la lutte". In: SSPT.
10. Ver: "Classical social theory and the origins of modern sociology". In: PCST.
11. Tilly, Charles. *As Sociology Meets History*. Nova York, Academic Press, 1981, pp. 37 ss.
12. Braudel, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Londres, Fontana, 1973, vol. 2, p. 757.
13. Stone, L. *The Past and the Present*, cit., p. 19.
14. Ratzel, Friedrich. *Anthropogeographie*. Stuttgart, 1899, vol. I, p. 23.
15. Durkheim, Émile. Crítica de *Anthropogeographie*, vol. I. *L'année sociologique*, vol. 3, 1898-9, p. 551. Entretanto, neste e em outros comentários, Durkheim também foi muito crítico em relação ao trabalho de Ratzel.
16. Febvre, Lucien. *A Geographical Introduction to History*. Londres, Routledge, 1950.
17. Cf., entre outros, Gregory Derek. *Ideology, Science and Human Geography*. Londres, Hutchinson, 1978.
18. Ver, por exemplo: Hawley, Amos H. *Human Ecology*. Nova York, Ronald Press, 1950.
19. Algumas importantes aplicações a esse respeito são oferecidas em: Carlstein, T. *Time, Resources, Society and Ecology*. Lund, Department of Geography, 1980.
20. Park, R. "Human ecology". *American Sociological Review*, vol. 42, 1936, p. 2. É verdade que Park, por vezes, moderou um pouco sua posição.
21. Castells, Manuel. "Is there an urban sociology?" In: Pickvance, C. G. *Urban Sociology: Critical Essays*. Londres, Tavistock, 1976, e outras publicações. Cf. também os volumosos trabalhos de Henri Lefebvre.
22. Ver especialmente: Pred, Allan. "Power, everyday practice and the discipline of human geography". In: *Space and Time in Geography*.

- Lund, Glerup, 1981; Thrift, Nigel e Pred, Allan. "Time-geography: a new beginning". *Progress in Human Geography*, vol. 5, 1981; e Pred, Allan. "Structuration and place: on the becoming of sense of place and structure of feeling". *Journal for the Theory of Social Behaviour*, vol. 13, 1983.
23. Pred, A. "Structuration and place", cit., p. 46.
24. Buttimer, Anne e Seamon, David. *The Human Experience of Space and Place*. Nova York, St. Martin's Press, 1980; Tuan, Yi-Fu. "Rootedness versus sense of place". *Landscape*, vol. 24, 1980.
25. Amedeo, D. e Colledge, R. G. *An Introduction to Scientific Reasoning in Geography*. Nova York, Wiley, 1975, p. 35.
26. Gregory, Derek. *Ideology, Science and Human Geography*. Londres, Hutchinson, 1978, p. 73.

Glossário de terminologia da teoria da estruturação

Esta lista inclui neologismos ou termos empregados de um modo diferente do estabelecido pelo uso. Tem apenas o propósito de resumir formulações oferecidas no texto e não o de as elucidar ainda mais.

Análise de conduta estratégica	Análise social que coloca em suspensão as instituições como socialmente reproduzidas, concentrando-se no modo pelo qual os atores sociais monitoram reflexivamente o que fazem; no modo pelo qual os atores se apóiam em regras e recursos na constituição da interação.
Análise institucional	Análise social que coloca em suspensão as habilidades e a percepção consciente de atores, tratando as instituições como regras e recursos cronicamente reproduzidos.
Auto-regulação reflexiva	Laços causais que têm um efeito de <i>feedback</i> na reprodução do sistema, quando esse <i>feedback</i> é substancialmente influenciado pelo conhecimento que os agentes têm dos mecanismos de reprodução do sistema e empregam para o controlar.
Caracterização episódica	A designação, para fins comparativos, de formas de mudança institucional; os episódios são seqüências de mudança tendo um início, um curso de eventos e resultados especificáveis, que podem ser comparados, em certo grau, abstraídos de contextos definidos.

Circuito de reprodução	Uma série institucionalizada de relações de reprodução, regida ou por laços causais homeostáticos ou por auto-regulação reflexiva.
Cognoscitividade	Tudo que os atores sabem (crêem) acerca das circunstâncias de sua ação e da de outros, apoiados na produção e reprodução dessa ação incluindo tanto o conhecimento tácito quanto o discursivamente disponível.
Conhecimento mútuo	Conhecimento de "como prosseguir" em formas de vida, compartilhado por atores leigos e observadores sociólogos; a condição necessária de adquirir acesso a descrições válidas de atividade social.
Consciência discursiva	O que os atores são capazes de dizer, ou expressar verbalmente, acerca das condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua própria ação; consciência que tem uma forma discursiva.
Consciência prática	O que os atores sabem (crêem) acerca das condições sociais, incluindo especialmente as de sua própria ação, mas não podem expressar discursivamente; nenhuma barreira repressiva, entretanto, protege a consciência prática, como acontece com o inconsciente.
Contextualidade	O caráter situado da interação no tempo-espaço, envolvendo o encenamento da interação, os atores co-presentes e a comunicação entre eles.
Contradição	Oposição de princípios estruturais, de modo que cada um depende do outro e, no entanto, nega o outro; consequências perversas associadas a tais circunstâncias.
Crêrios de credibilidade	Os critérios usados por agentes para fornecer razões para o que fazem, apreendi-

	dos de modo a ajudar a descrever validamente o que fazem.
Crêrios de validade	Os critérios a que os cientistas sociais recorrem para justificar suas teorias e descobertas, e para avaliar as de outros.
Crítica externa	Crítica das crenças e práticas de agentes leigos, derivada das teorias e descobertas da ciência social.
Crítica interna	O aparato crítico da ciência social, por meio do qual teorias e descobertas estão sujeitas a avaliação à luz de argumentos lógicos e ao fornecimento de provas.
Dialética de controle	O caráter bilateral do aspecto distributivo do poder (poder como controle); como os menos poderosos administram recursos de modo a lograrem exercer o controle sobre os mais poderosos em relações estabelecidas de poder.
Distanciamento tempo-espaço	A extensão de sistemas sociais através do tempo-espaço, com base nos mecanismos de integração social e de sistema.
Dualidade da estrutura	A estrutura como o meio e o resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas em sua produção e reprodução.
Dupla hermenêutica	A interseção de duas redes de significado como parte logicamente necessária da ciência social, o mundo social significativo constituído por atores leigos e as metalinguagens inventadas por cientistas sociais; há uma "oscilação" constante de uma rede para outra envolvida na prática das ciências sociais.

Estrutura	Regras e recursos, recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. A estrutura existe somente como traços de memória, a base orgânica da cognoscitividade humana, e como exemplificada na ação.
Estruturação	A estruturação de relações sociais ao longo do tempo e do espaço, em virtude da dualidade da estrutura.
Estruturas	Conjuntos de regras e recursos, implicados na articulação institucional de sistemas sociais. Estudar estruturas, inclusive princípios estruturais, é estudar aspectos importantes das relações de transformação/mediação que influenciam a integração social e sistêmica.
Extremidades do tempo-espaço	Conexões, conflituais ou simbióticas, entre sociedades de diferentes tipos estruturais.
Historicidade	A identificação da história como mudança progressiva, conjugada com a utilização cognitiva de tal identificação a fim de favorecer essa mudança. A historicidade envolve uma visão particular do que é "história", o que significa usar o conhecimento da história para mudá-la.
Integração sistêmica (ou de sistema)	Reciprocidade entre atores ou coletividades no tempo-espaço ampliado, fora de condições de co-presença.
Integração social	Reciprocidade de práticas entre atores em circunstâncias de co-presença, entendida como continuidades e disjunções de encontros.
Laços homeostáticos	Fatores causais que têm um efeito de <i>feedback</i> na reprodução do sistema, quando esse <i>feedback</i> é preponderantemente o resultado de conseqüências impremeditadas.

Local	Uma região física envolvida como parte do cenário de interação, tendo fronteiras definidas que ajudam a concentrar a ação num sentido ou outro.
Modelo de estratificação	Uma interpretação do agente humano, sublinhando três "camadas" de cognição/motivação: consciência discursiva, consciência prática e o inconsciente.
Monitoração reflexiva da ação	O caráter deliberado, ou intencional, do comportamento humano, considerado no interior do fluxo de atividade do agente; a ação não é uma série de atos discretos, envolvendo um agregado de intenções, mas um processo contínuo.
Princípios estruturais	Princípios de organização de totalidades sociais; fatores envolvidos no alinhamento institucional global de uma sociedade ou tipo de sociedade.
Propriedades estruturais	Características estruturadas de sistemas sociais, sobretudo as institucionalizadas, estendendo-se ao longo do tempo e do espaço.
Racionalização da ação	A capacidade que atores competentes têm de se "manterem em contato" com as bases do que fazem, da forma como o fazem, de tal modo que, se interrogados por outros, podem fornecer razões para suas atividades.
Recursos alocativos	Recursos materiais envolvidos na geração de poder, incluindo o ambiente natural e os artefatos físicos; eles derivam do domínio humano sobre a natureza.
Recursos autoritários	Recursos não-materiais envolvidos na geração de poder, derivando da capacidade de tirar proveito das atividades de seres humanos; eles resultam do domínio de alguns atores sobre outros.

Regionalização	A diferenciação temporal, espacial ou espaço-temporal de regiões dentro de ou entre locais; a regionalização é uma importante noção para contrabalançar a suposição de que as sociedades são sempre sistemas homogêneos, unificados.
Rotinização	O caráter habitual e assente da maior parte das atividades da vida social cotidiana; a preponderância de estilos e formas de conduta familiares, sustentando e sendo sustentada por um senso de segurança ontológica.
Segurança ontológica	A confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do <i>self</i> e da identidade social.
Sistema	A padronização de relações sociais ao longo do tempo-espaço, entendidas como práticas reproduzidas. Os sistemas sociais devem ser considerados amplamente variáveis em termos do grau de "sistemicidade" que apresentam e raramente têm o tipo de unidade interna encontrada em sistemas físicos e biológicos.
Sistemas intersociais	Sistemas sociais que cortam transversalmente quaisquer linhas divisórias existentes entre sociedades ou totalidades sociais, incluindo aglomerados de sociedades.
Sociedade dividida em classes	Estados agrários em que existe a divisão de classes de tipos discerníveis, mas onde esta não constitui a base principal do princípio de organização da sociedade.
Tempo mundial	Conjunturas da história que influenciam a natureza dos episódios; os efeitos da compreensão de precedentes históricos sobre caracterizações episódicas.

Bibliografia

- Abrams, Philip. *Historical Sociology*. Londres, Open Books, 1982.
- Alland, Alexander. *Evolution and Human Behaviour*. Garden City, Natural History Press, 1967.
- _____. *Adaptation in Cultural Evolution*. Nova York, Columbia University Press, 1970.
- Amedeo, D. e Colledge, R. G. *An Introduction to Scientific Reasoning in Geography*. Nova York, Wiley, 1975.
- Anderson, Perry. *Arguments Within English Marxism*. Londres, Verso, 1980.
- Anscombe, G. E. M. "The first person". In: Guttenplan, Samuel. *Mind and Language*. Oxford, Blackwell, 1972.
- Appley, M.-H. *Adaptation-Level Theory: A Symposium*. Nova York, Academic Press, 1971.
- Archer, Margaret S. "Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action". *British Journal of Sociology*, vol. 33, 1982.
- Ariès, P. *Centuries of Childhood*. Harmondsworth, Penguin, 1973.
- Artaud, Antonin. *Le Théâtre et la Science*. Paris, Seuil, 1947.
- Atkinson, Maxwell J. *Discovering Suicide*. Londres, Macmillan, 1978.
- Bachrach, Peter e Baratz, Morton S. "The two faces of power". *American Political Science Review*, vol. 56, 1962.
- _____. e _____. *Power and Poverty*. Nova York, Oxford University Press, 1970.
- Badie, Bertrand e Birnbaum, Pierre. *Sociologie de l'État*. Paris, Grasset, 1979.
- Banks, J. A. *The Sociology of Social Movements*. Londres, Macmillan, 1972.
- Barbagli, M. *Disoccupazione Intellettuale e Sistema Scolastico in Italia*. Bolonha, Il Mulino, 1974.
- Becker, Ernest. *The Birth and Death of Meaning*. Nova York, Free Press, 1962.

- Bennett, John W. *The Ecological Transition*. Nova York, Pergamon Press, 1976.
- Benyon, Huw. *Working for Ford*. Londres, Allen Lane, 1973.
- Bergström, Lars. *The Alternatives and Consequences of Actions*. Estocolmo, Almqvist, 1966.
- Bettelheim, Bruno. *The Informed Heart*. Glencoe, Free Press, 1960.
- Bhaskar, Roy. *The Possibility of Naturalism*. Brighton, Harvester, 1979.
- Biddle, Bruce J. *Role Theory*. Nova York, Academic Press, 1979.
- Blacking, John. *The Anthropology of the Body*. Londres, Academic Press, 1977.
- Blau, Peter M. "Structural effects". *American Sociological Review*, vol. 25, 1960.
- . "A formal theory of differentiation in organizations". *American Sociological Review*, vol. 35, 1970.
- . *Approaches to the Study of Social Structure*. Londres, Collier-Macmillan, 1975.
- . "A macrosociological theory of social structure". *American Journal of Sociology*, vol. 83, 1977.
- . *Inequality and Heterogeneity*. Nova York, Free Press, 1977.
- . "Comments on the prospects for a nomothetic theory of social structure". *Journal for the Theory of Social Structure*, vol. 13, 1983.
- Blumer, Herbert. "Collective behaviour". In: Lee, Alfred M. *Principles of Sociology*. Nova York, Barnes & Noble, 1951.
- Boomer, Donald S. e Laver, D.-M. "Slips of the tongue". *British Journal of Disorders of Communication*, vol. 3, 1968.
- Boudon, Raymond. *The Uses of Structuralism*. Londres, Heinemann, 1971.
- . *The Unintended Consequences of Social Action*. Londres, Macmillan, 1982.
- Boughey, Arthur S. *Man and the Environment*. Nova York, Macmillan, 1971.
- Bourdieu, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- Braudel, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*. 2 vols. Londres, Fontana, 1973.
- Brazelton, T. B. et al. "The origins of reciprocity". In: Lewis, M. e Rosenblum, L. *The Infant's Effects on the Caregiver*. Nova York, Wiley, 1974.
- Brown, Penelope e Levinson, Stephen. "Universals in language use: politeness phenomena". In: Goody, Esther N. *Questions and Politeness*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

- Bruner, J. S. *Beyond the Information Given*. Nova York, Norton, 1973.
- Buttimer, Anne e Seamon, David. *The Human Experience of Space and Place*. Nova York, St. Martin's Press, 1980.
- Caillouis, Roger. *Man, Play and Games*. Londres, Thames & Hudson, 1962.
- Carlstein, T. *Time, Resources, Society and Ecology*. Lund, Department of Geography, 1980.
- . "The sociology of structuration in time and space: a time-geographic assessment of Giddens's theory". *Swedish Geographical Yearbook*. Lund, Lund University Press, 1981.
- et al. *Timing Space and Spacing Time*. In: *Making Sense of Time*. Londres, Arnold, 1978. vol. 1.
- Carneiro, Robert L. "A theory of the origin of the state". *Science*, 169, 1970.
- Castells, Manuel. "Is there an urban sociology?". In: Pickvance, C. G. *Urban Sociology: Critical Essays*. Londres, Tavistock, 1976.
- Chapple, Eliot D. *Culture and Biological Man*. Nova York, Holt, Rinehart & Winston, 1970.
- Cherry, E. C. "Some experiments on the recognition of speech with one and two ears". *Journal of the Acoustical Society of America*, vol. 25, 1953.
- Childe, V. Gordon. *The Progress of Archaeology*. Londres, Watts, 1944.
- . "Prehistory and marxism". *Antiquity*, vol. 53, 1979.
- Claessen, Henri J. M. e Skalnik, Peter. *The Early State*. Haia, Mouton, 1978.
- Clark, P. A. "A review of the theories of time and structure for organizational sociology". *University of Aston Management Centre Working Papers*, 248, 1982.
- Cohen, G. A. *Karl Marx's Theory of History: A Defence*. Oxford, Clarendon Press, 1978.
- Cohen, J. *Man in Adaptation*. Chicago, Aldine, 1968.
- Cohen, Ronald. "State origins: a reappraisal". In: Claessen, H. J. M. e Skalnik, P. *The Early State*. Haia, Mouton, 1978.
- Cohn, Norman. "Mediaeval millenarianism: its bearing upon the comparative study of millenarian movements". In: Trapp, Silvia L. *Millenial Dreams in Action*. Haia, Mouton, 1962.
- Collins, Randall. "Micro-translation as a theory-building strategy". In: Knorr-Cetina, K. e Cicourel, A. V. *Advances in Social Theory and Methodology*. Londres, Routledge, 1981.
- . "On the micro-foundations of macro-sociology". *American Journal of Sociology*, vol. 86, 1981.

- Colson, F. H. *The Week*. Cambridge, Cambridge University Press, 1926.
- Comte, Auguste. *Physique Sociale*. Paris, Herman, 1975.
- Crocker, J. C. "My brother the parrot". In: Sapis, J. D. e Crocker, J. C. *The Social Use of Metaphor*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1977.
- Davidson, Donald. "Agency". In: *Essays on Actions and Events*. Oxford, Clarendon Press, 1980.
- De Sola Pool, Ithiel. *The Social Impact of the Telephone*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1981.
- Deutsch, J. A. e Deutsch, D. "Attention: some theoretical considerations". *Psychological Review*, vol. 70, 1963.
- Ditton, Jason. *The View from Goffman*. Londres, Macmillan, 1980.
- Dobzhansky, Theodosius. *Mankind Evolving*. New Haven, Yale University Press, 1962.
- Dubos, René. *Man Adapting*. New Haven, Yale University Press, 1965.
- Dumont, Louis. "Population growth and cultural change". *Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 21, 1965.
- Durkheim, Emile. *Crítica de Anthro-Geographie*, vol. 1. *L'année sociologique*, vol. 3, 1898-9.
- _____. *Socialism*. Nova York, Collier-Macmillan, 1962.
- _____. *The Rules of Sociological Method*. Londres, Macmillan, 1982.
- Eberhard, Wolfram. *Conquerors and Rulers*. Leiden, Brill, 1965.
- Ehrlich, Paul R. et al. *The Process of Evolution*. Nova York, McGraw-Hill, 1974.
- Eldredge, Niles e Tattersall, Ian. *The Myths of Human Evolution*. Nova York, Columbia University Press, 1981.
- Elias, Norbert. *The Civilising Process*. Oxford, Blackwell, 1978.
- _____. e Scotson, J. *The Established and the Outsiders*. Leicester, University of Leicester Press, 1965.
- Elster, Jon. *Logic and Society, Contradictions and Possible Worlds*. Chichester, Wiley, 1978.
- _____. *Ulysses and the Sirens*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- Elton, G. R. *The Practice of History*. Londres, Fontana, 1967.
- Eriksen, Gordon E. *The Territorial Experience*. Austin, University of Texas Press, 1980.
- Erikson, Erik H. *Childhood and Society*. Nova York, Norton, 1963.
- _____. *Identity and the Life Cycle*. Nova York, International Universities Press, 1967.
- _____. *Identity, Youth and Crisis*. Londres, Faber & Faber, 1968.

- Febvre, Lucien. *A Geographical Introduction to History*. Londres, Routledge, 1950.
- Feinberg, Joel. "Action and responsibility". In: Black, Max. *Philosophy in America*. Ithaca, Cornell University Press, 1965.
- Feld, Maury D. *The Structure of Violence*. Beverly Hills, Sage, 1977.
- Forer, P. In: Carlstein, T. et al. *Timing Space and Spacing Time*. In: *Making Sense of Time*. Londres, Arnold, 1978, vol. 1.
- Fortes, M. e Evans-Pritchard, E. E. *African Political Systems*. Londres, Oxford University Press, 1940.
- Foucault, Michel. *Folie et Dérison*. Paris, Plon, 1961.
- _____. *Discipline and Punish*. Harmondsworth, Penguin, 1979.
- _____. et al. *Moi, Pierre Rivière...* Paris, Plon, 1973.
- Frankel, Boris. *Beyond the State*. Londres, Macmillan, 1983.
- Freud, Sigmund. "The psychological mechanism of forgetfulness", 1980.
- _____. *An Outline of Psychoanalysis*. Londres, Hogarth, 1969.
- _____. *Civilization and its Discontents*. Londres, Hogarth, 1969.
- _____. *Introductory Lectures on Psychoanalysis*. Harmondsworth, Penguin, 1974.
- _____. *The Psychopathology of Everyday Life*. Harmondsworth, Penguin, 1975.
- Fried, Morton H. *The Evolution of Political Society*. Nova York, Random House, 1967.
- Friedman, Andrew L. *Industry and Labour*. Londres, Macmillan, 1977.
- Fromkin, Victoria A. "The non-anomalous nature of anomalous utterances". *Language*, vol. 47, 1971.
- Gadamer, Hans-Georg. *Truth and Method*. Londres, Sheed & Ward, 1975.
- Gailey, H. A. *A History of Africa, 1800 to the Present*. 2 vols. Nova York, Houghton-Mifflin, 1970-2.
- Gambetta, Diego. "Were they pushed or did they jump?". Cambridge, University of Cambridge, 1982. Tese de doutorado.
- Garfinkel, Harold. "A conception of, and experiments with, 'trust' as a condition of stable concerted actions". In: Harvey, O. J. *Motivation and Social Interaction*. Nova York, Ronald Press, 1963.
- Gellner, Ernest. *Thought and Change*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1964.
- Gibson, J. S. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston, Houghton-Mifflin, 1979.
- Giddens, Anthony. *Capitalism and Modern Social Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.

- _____. *New Rules of Sociological Method*. Londres/Nova York, Hutchinson/Basic Books, 1976.
- _____. *Studies in Social and Political Theory*. Londres/Nova York, Hutchinson/Basic Books, 1977.
- _____. *Central Problems in Social Theory*. Londres/Berkeley, Macmillan/University of California Press, 1979.
- _____. *The Class Structure of the Advanced Societies*. Ed. rev. Londres/Nova York, Hutchinson/Harper & Row, 1981.
- _____. *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Londres/Berkeley, Macmillan/University of California Press, 1981.
- _____. *Profiles and Critiques in Social Theory*. Londres/Berkeley, Macmillan/University of California Press, 1982.
- Ginzburg, Carlo. *The Cheese and the Worms*. Londres, Routledge, 1980.
- Goffman, Erving. *Asylums*. Harmondsworth, Penguin, 1961.
- _____. *Behaviour in Public Places*. Nova York, Free Press, 1963.
- _____. *Interaction Ritual*. Londres, Allen Lane, 1972.
- _____. *Frame Analysis*. Nova York, Harper, 1974.
- _____. *Forms of Talk*. Oxford, Blackwell, 1981.
- _____. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York, Doubleday, 1959.
- Goetz, André. *Farewell to the Working Class*. Londres, Pluto, 1982.
- Gouldner, Alvin W. *The Coming Crisis of Western Sociology*. Londres, Heinemann, 1971.
- Gregory, Derek. "Solid geometry: notes on the recovery of spatial structure". In: Carlstein, T. et al. *Timing Space and Spacing Time*. In: *Making Sense of Time*. Londres, Arnold, 1978, vol. 1.
- _____. *Ideology, Science and Human Geography*. Londres, Hutchinson, 1978.
- _____. *Regional Transformation and Industrial Revolution*. Londres, Macmillan, 1982.
- Grousset, René. *The Empire of the Steppes*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1970.
- Habermas, Jürgen. *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Tübingen, Siebeck & Mohr, 1967.
- _____. "On systematically distorted communication". *Inquiry*, vol. 13, 1970.
- _____. *Communication and the Evolution of Society*. Boston, Beacon, 1979.
- _____. *Theorie des kommunikativen Handelns*. 2 vols. Frankfurt, Suhrkamp, 1981.

- Hägerstrand, T. "What about people in regional science?". *Papers of the Regional Science Association*, vol. 24, 1970.
- _____. "Space, time and human conditions". In: Karlqvist, A. *Dynamic Allocation of Urban Space*. Farnborough, Saxon House, 1975.
- _____. *Innovation as a Spatial Process*. Chicago, University of Chicago Press, 1976.
- _____. "Survival and arena: on the life-history of individuals in relation to their geographical environment". In: Carlstein, T. et al. *Human Geography and Time Geography*. In: *Making Sense of Time*. Londres, Arnold, 1978, vol. 2.
- Hall, Edward T. *The Silent Language*. Nova York, Doubleday, 1959.
- _____. *The Hidden Dimension*. Londres, Bodley Head, 1966.
- Harding, Thomas G. "Adaptation of stability". In: Sahlins, M. D. e Service, E. R. *Evolution and Culture*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960.
- Harré, R. e Secord, P. F. *The Explanation of Social Behaviour*. Oxford, Blackwell, 1972.
- Hawley, Amos H. *Human Ecology*. Nova York, Ronald Press, 1950.
- Hayek, F. A. *Individualism and Economic Order*. Chicago, University of Chicago Press, 1949.
- Hempel, Carl G. *Philosophy of Natural Science*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.
- Hilferding, Rudolf. *Finance Capital*. Londres, Routledge, 1981.
- Hodgson, Marshall G. S. "The interrelations of societies in history". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 5, 1962-3.
- Huizinga, Jan. *Homo Ludens*. Londres, Routledge, 1952.
- Huxley, Julian. "Evolution, cultural and biological". In: Thomas, William C. *Current Anthropology*. Chicago, University of Chicago Press, 1956.
- Ingham, G. K. *Capitalism Divided? The City and Industry in Britain*. Londres, Macmillan, 1984.
- Janelle, D. G. "Spatial reorganization: a model and concept". *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 58, 1969.
- Kardiner, A. *The Individual and His Society*. Nova York, Columbia University Press, 1939.
- Kautsky, John H. *The Politics of Aristocratic Empires*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1982.
- Kelley, Allyn L. "The evidence for Mesopotamian influence in pre-dynastic Egypt". *Newsletter of the Society for the Study of Egyptian Antiquities*, vol. 4, n. 3, 1974.
- Koppers, W. "L'origine de l'état". *6th International Congress of Anthropological and Ethnological Studies*. Paris, 1963, vol. 2.

- Krader, Lawrence. *Formation of the State*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1968.
- Labov, William. "Rules for ritual insults". In: Sudnow, David. *Studies in Social Interaction*. Nova York, Free Press, 1972.
- Laing, R. D. *Self and Others*. Harmondsworth, Penguin, 1971.
- Layder, Derek. *Structure, Interaction and Social Theory*. Londres, Routledge, 1981.
- Leibowitz, A. "Family background and economic success: a review of the evidence". In: Taubman, P. *Kinometrics: Determinants of Socio-economic Success Between and Within Families*. Amsterdam, North Holland, 1977.
- Lenski, G. *Power and Privilege*. Nova York, McGraw-Hill, 1966.
- _____. *Human Societies*. Nova York, McGraw-Hill, 1970.
- Lévi-Strauss, Claude. *Totemism*. Londres, Merlin, 1964.
- _____. *The Savage Mind*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1966.
- _____. *Structural Anthropology*. Londres, Allen Lane, 1968.
- Lipset, S. M. "History and sociology: some methodological considerations". In: Lipset, S. M. e Hofstadter, Richard. *Sociology and History*. Nova York, Basic Books, 1968.
- Lockwood, David. "Social integration and system integration". In: Zollschan, George Z. e Hirsch, W. *Exploration in Social Change*. Londres, Routledge, 1964.
- Lowie, Robert. *The Origin of the State*. Nova York, Harcourt, Brace, 1927.
- Luhmann, Niklas. "Funktion und Kausalität". In: *Soziologische Aufklärung*. Colônia, Opladen, 1970.
- _____. *Trust and Power*. Chichester, Wiley, 1979.
- Lukes, Steven. *Power: A Radical View*. Londres, Macmillan, 1974.
- _____. "Methodological individualism reconsidered". In: *Essays in Social Theory*. Londres, Macmillan, 1977.
- Machiavelli, Niccolò. *The Prince*. Harmondsworth, Penguin, 1961.
- MacIntyre, Alasdair. "The indispensability of political theory". In: Miller, David e Siedentrop, Larry. *The Nature of Political Theory*. Oxford, Clarendon Press, 1983.
- _____. *After Virtue*. Londres, Duckworth, 1981.
- Mackie, J. L. "The transcendental 'I'". In: Van Straaten, Zak. *Philosophical Subjects*. Oxford, Clarendon Press, 1980.
- Manners, Robert A. *Process and Pattern in Culture*. Chicago, Aldine, 1964.
- Marcuse, Herbert. *Eros and Civilization*. Nova York, Vintage, 1955.
- Marsh, Peter et al. *The Rules of Disorder*. Londres, Routledge, 1978.

- Marx, Karl. "Preface" a *A Contribution to the Critique of Political Economy*. In: Marx, K. e Engels, Friedrich. *Selected Writings*. Londres, Lawrence & Wishart, 1968.
- _____. *Capital*. Londres, Lawrence & Wishart, 1970.
- _____. *Grundrisse*. Harmondsworth, Penguin, 1975.
- Mayhew, Bruce H. "Structuralism versus individualism". Partes I e 2. *Social Forces*, vol. 59, 1980.
- _____. "Causality, historical particularism and other errors in sociological discourse". *Journal for the Theory of Social Behaviour*, vol. 13, 1983.
- Maynard, Douglas W. e Wilson, Thomas P. "On the reification of social structure". In: McNall, Scott G. e Howe, Gary N. *Current Perspectives in Social Theory*. Greenwich, Conn., JAI Press, 1980.
- McLuhan, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. Londres, Routledge, 1962.
- Meggors, Betty J. *Evolution and Anthropology: A Centennial Appraisal*. Washington, Anthropological Society, 1959.
- Melbin, M. "The colonisation of time". In: Carlstein, T. et al. *Timing Space and Spacing Time*. In: *Making Sense of Time*. Londres, Arnold, 1978, vol. 1.
- Meringer, R. e Mayer, C. *Versprechen und Verlesen*. Viena, 1895.
- Merleau-Ponty, Maurice. *Phenomenology of Perception*. Londres, Routledge, 1974.
- Merton, R. K. "The unanticipated consequences of purposive social action". *American Sociological Review*, vol. 1, 1936.
- _____. "Manifest and latent functions". In: *Social Theory and Social Structure*. Glencoe, Free Press, 1963.
- Mommsen, Wolfgang. "Max Weber's political sociology and his philosophy of world history". *International Social Science Journal*, vol. 17, 1965.
- Mumford, Lewis. "University city". In: Kraeling, Carl H. e Adams, Robert M. *City Invisible*. Chicago, University of Chicago Press, 1960.
- Munson, Ronald. *Man and Nature*. Nova York, Felts, 1971.
- Myrdal, Gunnar. "The social sciences and their impact on society". In: Shanin, Teodor. *The Rules of the Game*. Londres, Tavistock, 1972.
- Nadel, S. F. *A Black Byzantium*. Londres, Oxford University Press, 1942.
- Naipaul, V. S. *India: A Wounded Civilization*. Harmondsworth, Penguin, 1976.
- Neisser, Ulric. *Cognition and Reality*. São Francisco, Freeman, 1976.
- _____. *Memory Observed*. São Francisco, Freeman, 1982.

- Nisbet, Robert A. *Social Change and History*. Londres, Oxford University Press, 1969.
- Oakeshott, M. *On History*. Oxford, Blackwell, 1983.
- Offe, Claus. *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*. Frankfurt, Suhrkamp, 1975.
- _____. *Berufsbildungsreform*. Frankfurt, Suhrkamp, 1975.
- _____. e Volker, Ronge. "Theses on the theory of the state". *New German Critique*, vol. 6, 1975.
- Oliver, Douglas L. *Ancient Tahitian Society*. Honolulu, University of Hawaii Press, 1974.
- Olson, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1965.
- Palm, R. e Pred, A. "The status of American women: a time-geographic view". In: Lanegran, D. A. e Palm, R. *An Invitation to Geography*. Nova York, McGraw-Hill, 1978.
- Park, R. "Human ecology". *American Sociological Review*, vol. 42, 1936.
- Parkes, Don e Thrift, Nigel. *Times, Spaces and Places*. Chichester, Wiley, 1980.
- Parsons, Talcott. "Evolutionary universals in society". *American Sociological Review*, vol. 29, 1964.
- _____. *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.
- _____. *The System of Modern Societies*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1971.
- Piers, G. e Singer, M. G. *Shame and Guilt*. Springfield, Addison, 1963.
- Pitkin, Hanna F. *Wittgenstein and Justice*. Berkeley, University of California Press, 1972.
- Pocock, J. G. A. "The origins of the study of the past". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 4, 1961-2.
- Polanyi, Karl et al. *Trade and Market in the Early Empires*. Nova York, Free Press, 1957.
- Pollard, Andrew. "Teacher interests and changing situations of survival threat in primary school classrooms". In: Woods, Peter. *Teacher Strategies*. Londres, Croom Helm, 1980.
- Pred, Alan. "The choreography of existence: comments on Hägerstrand's time-geography". *Economic Geography*, vol. 53, 1977.
- _____. "The impact of technological and institutional innovations of life content: some time-geographic observations". *Geographical Analysis*, vol. 10, 1978.

- _____. "Power, everyday practice and discipline of human geography". In: *Space and Time in Geography*. Lund, Gleerup, 1981.
- _____. "Structuration and place: on the becoming of sense of place and structure of feeling". *Journal for the Theory of Social Behaviour*, vol. 13, 1983.
- Psathas, George. *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*. Nova York, Irvington, 1979.
- Rappaport, Roy A. "Ritual, sanctity and cybernetics". *American Anthropologist*, vol. 73, 1971.
- Ratzel, Friedrich. *Anthropo-Geographie*. 2 vols. Stuttgart, 1899-91.
- Renfrew, Colin. "Space, time and polity". In: Friedman, J. e Rowlands, M. J. *The Evolution of Social Systems*. Londres, Duckworth, 1977.
- Ricoeur, Paul. "Existence and hermeneutics". In: *The Conflict of Interpretations*. Evanston, Northwestern University Press, 1974.
- Rose, Gillian. *The Melancholy Science*. Londres, Macmillan, 1978.
- Rykwert, Joseph. *The Idea of a Town*. Londres, Faber & Faber, 1976.
- Sacks, Harvey e Schegloff, Emmanuel A. "A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation". *Language*, vol. 50, 1974.
- Sahlins, Marshall D. e Service, Elman R. *Evolution and Culture*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960.
- Sargant, William. *Battle for the Mind*. Londres, Pan, 1959.
- Sartre, Jean-Paul. *Critique of Dialectical Reason*. Londres, New Left Books, 1976.
- Schafer, Kermit. *Prize Bloopers*. Greenwich, Conn., Fawcett, 1965.
- Schelling, Thomas. "Dynamic models of segregation". *Journal of Mathematical Sociology*, vol. 4, 1971.
- _____. "On the ecology of micromotives". *Public Interest*, vol. 25, 1971.
- Schinttholzer, Birgit. *Die Auflösung des Geschichtsbegriffs in Strukturalismus*. Hamburgo, 1973. Tese de doutoramento.
- Searle, John R. *Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.
- Service, Elman R. *Origins of the State and Civilization*. Nova York, Norton, 1975.
- Shils, Edward. *Tradition*. Londres, Faber & Faber, 1981.
- Shotter, John. "'Duality of structure' and 'intentionality' in an ecological psychology". *Journal for the Theory of Social Behaviour*, vol. 13, 1983.
- Skinner, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. 2 vols. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

- _____. *Machiavelli*. Oxford, Oxford University Press, 1981.
- Skocpol, Theda. *States and Social Revolutions*. Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
- Sieber, Sam D. *Fatal Remedies*. Nova York, Plenum Press, 1981.
- Spencer, Herbert. *The Principles of Sociology*. Nova York, Appleton, 1899.
- Spengler, Oswald. *The Decline of the West*. Londres, Allen & Unwin, 1961.
- Sperber, Dan. "Apparently irrational beliefs". In: Hollis, Martin e Lukes, Steven. *Rationality and Relativism*. Oxford, Blackwell, 1982.
- Stebbins, L. *The Basis of Progressive Evolution*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1969.
- Steward, Julian H. *Theory of Culture Change*. Urbana, University of Illinois Press, 1955.
- Stinchcombe, Arthur L. *Theoretical Methods in Social History*. Nova York, Academic Press, 1978.
- Stocking, George W. *Race, Culture and Evolution*. Nova York, Free Press, 1968.
- Stone, Lawrence. *The Past and the Present*. Londres, Routledge, 1981.
- Strawson, P. F. *The Bounds of Sense*. Londres, Methuen, 1966.
- Sullivan, Harry Stack. *The Interpersonal Theory of Psychiatry*. Londres, Tavistock, 1965.
- Tax, Sol. *The Evolution of Man*. Chicago, University of Chicago Press, 1960.
- Taylor, Charles. "Political theory and practice". In: Lloyd, Christopher. *Social Theory and Political Practice*. Oxford, Clarendon Press, 1983.
- Tenbrück, F. H. "Zur deutschen Rezeption der Rollenanalyse". *Kölner Zeitschrift für Soziologie*, vol. 3, 1962.
- Thalberg, Irving. "Freud's anatomies of self". In: Wollheim, Richard. *Freud. A Collection of Critical Essays*. Nova York, Doubleday, 1974; revisto em: Wollheim, Richard e Hopkins, James. *Philosophical Essays on Freud*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- Theodorson, George A. *Studies in Human Ecology*. Nova York, Row, Peterson, 1981.
- Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth, Penguin, 1968.
- _____. *The Poverty of Theory*. Londres, Merlin, 1978.
- Thompson, J. B. *Critical Hermeneutics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

- Thrift, Nigel. "On the determination of social action in space and time". *Society and Space*, vol. 1, 1982.
- _____. "Flies and germs: a geography of knowledge". In: Gregory, Derek e Urry, John. *Social Relations and Spatial Structures*. Londres, Macmillan, 1984.
- _____. e Pred, Allan. "Time-geography: a new beginning". *Progress in Human Geography*, vol. 5, 1981.
- Tilly, Charles. *As Sociology Meets History*. Nova York, Academic Press, 1981.
- Toulmin, Stephen. "The genealogy of 'consciousness'". In: Secord, Paul F. *Explaining Human Behaviour*. Beverly Hills, Sage, 1982.
- Touraine, Alain. *The Self Production of Society*. Chicago, University of Chicago Press, 1977.
- Treisman, A. M. "Strategies and models of selective attention". *Psychological Review*, vol. 76, 1969.
- Turner, Stephen P. "Blau's theory of differentiation: is it explanatory?". *Sociological Quarterly*, vol. 18, 1977.
- Tuun, Yi-Fu. "Rootedness versus sense of place". *Landscape*, vol. 24, 1980.
- Utz, Pamela J. "Evolutionism revisited". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 15, 1973.
- Van Doorn, Jacques. *The Soldier and Social Change*. Beverly Hills, Sage, 1975.
- Vayda, Andrew P. *Environment and Cultural Behaviour*. Nova York, Natural History Press, 1969.
- Vico, G. *The New Science*. Ithaca, Cornell University Press, 1968.
- Vigotski, L. S. *Mind in Society*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1978.
- Waley, Arthur. *Three Ways of Thought in Ancient China*. Londres, Allen & Unwin, 1939.
- Wallace, Walter L. "Structure and action in the theories of Coleman and Parsons". In: Blau, P. M. *Approaches to the Study of Social Structure*. Londres, Collier-Macmillan, 1975.
- Wallerstein, Immanuel. *The Modern World-System*. Nova York, Academic Press, 1974.
- Watkins, J. W. N. "Historical explanation in the social sciences". In: Gardiner, P. *Theories of History*. Glencoe, Free Press, 1959.
- Weber, Max. *Economy and Society*. 2 vols. Berkeley, University of California Press, 1978.
- _____. *The Methodology of the Social Sciences*. Glencoe, Free Press, 1949.

- Wertheimer, M. "Psychomotor coordination of auditory and visual space at birth". *Science*, vol. 34, 1962.
- White, Leslie A. "Diffusion vs. evolution: an anti-evolutionist fallacy". *American Anthropologist*, vol. 44, 1945.
- _____. "Evolutionary stages, progress, and the evaluation of cultures". *Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 3, 1947.
- _____. *The Evolution of Culture*. Nova York, McGraw-Hill, 1959.
- Whyte, Anne. "Systems as perceived". In: Friedman, J. e Rowlands, M. J. *The Evolution of Social Systems*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1978.
- Wieder, Lawrence D. "Telling the code". In: Turner, Roy. *Ethnomethodology*. Harmondsworth, Penguin, 1974.
- Willis, Paul. *Learning to Labour*. Farnborough, Saxon House, 1977.
- Wilson, John A. *The Culture of Ancient Egypt*. Chicago, University of Chicago Press, 1951.
- Wilson, Thomas P. "Qualitative 'versus' quantitative methods in social research". Department of Sociology, University of California at Santa Barbara, 1983 (mimeo.); publicado em alemão no *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, vol. 34, 1982.
- Winch, Peter. *The Idea of a Social Science*. Londres, Routledge, 1963.
- Wittgenstein, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford, Blackwell, 1972.
- Wolf, Dennie. "Understanding others: a longitudinal case study of the concept of independent agency". In: Forman, George E. *Action and Thought*. Nova York, Academic Press, 1982.
- Wright, Erik Olin. *Class, Crisis and the State*. Londres, New Left Books, 1978.
- Wright, Henry T. e Johnson, Gregory. "Population, exchange and early state formation in southwestern Iran". *American Anthropologist*, vol. 77, 1975.
- Zerubavel, Eviatar. *Patterns of Time in Hospital Life*. Chicago, University of Chicago Press, 1979.
- _____. *Hidden Rhythms*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- Ziff, Paul. *Semantic Analysis*. Ithaca, Cornell University Press, 1960.